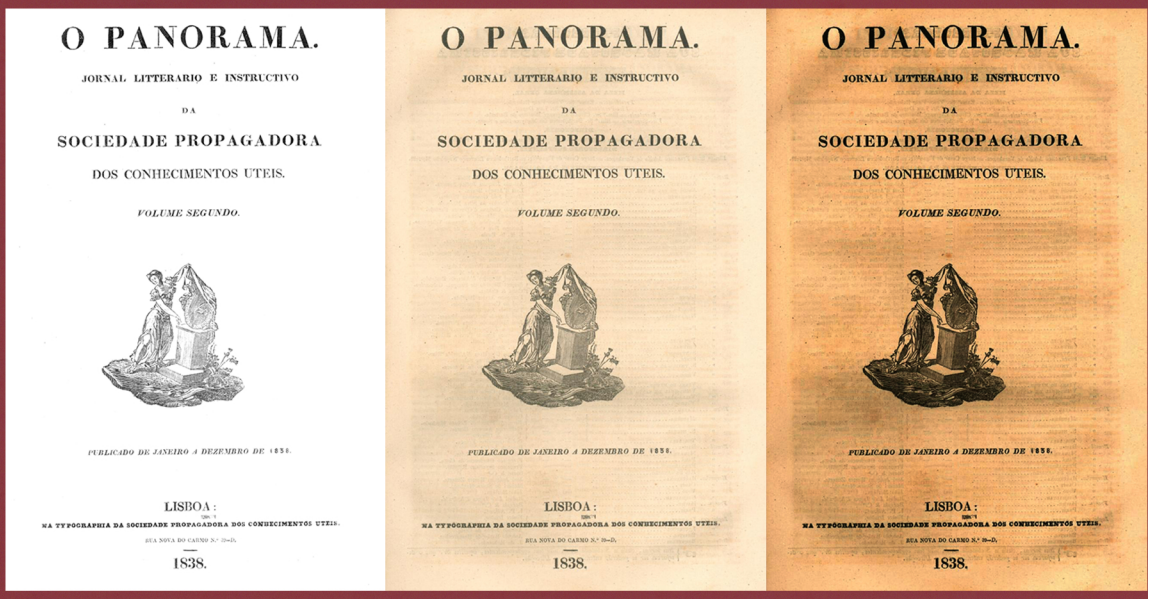
O PANORAMA (1837-1844)

Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos



João Lourival da Rocha Oliveira e Silva

livros LABCOM books

JOÃO LOURIVAL DA ROCHA OLIVEIRA E SILVA

O PANORAMA (1837-1844)

JORNALISMO E ILUSTRAÇÃO EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DE OITOCENTOS

livros LABCOM books

Livros LabCom
Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt

SÉRIE
Jornalismo

DIREÇÃO
José Ricardo Carvalheiro

DESIGN DE CAPA
Cristina Lopes

PAGINAÇÃO
Cristina Lopes

ISBN
978-989-654-149-1 (papel)
978-989-654-151-4 (pdf)
978-989-654-150-7 (epub)

DEPÓSITO LEGAL
381239/14

TIRAGEM
Print-on-demand

TÍTULO
O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos

AUTOR
João Lourival da Rocha Oliveira e Silva

ANO
2014

Índice

Introdução 1

Capítulo I
PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX 19

Capítulo II
JORNALISMO EM PORTUGAL E NA EUROPA NA PRIMEIRA METADE DE OITOCENTOS: MODELOS PARA *O PANORAMA* 71

Capítulo III
O PANORAMA: UM PROJETO CÍVICO 101

Capítulo IV
O PANORAMA: MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DE UM IDEAL 161

Capítulo V
O DISCURSO PANORÂMICO D'*O PANORAMA* 251

Capítulo VI
ANÁLISE QUANTITATIVA DO DISCURSO D'*O PANORAMA* 393

Capítulo VII
O DISCURSO ICONOGRÁFICO D'*O PANORAMA* 425

Capítulo VIII
DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS 459

Conclusões 475

Bibliografia 485

Apêndice 1 501
Apêndice 2 507
Apêndice 3 509
Apêndice 4 527
Apêndice 5 531
Anexo 1 537

À minha mulher, companheira de toda uma vida.
À minha família, aos meus filhos e netos,
Acreditem que é possível!
Sempre!

Introdução

Este livro condensa uma tese de doutoramento sobre o principal periódico português de divulgação cultural (científica, histórica, literária, patrimonial...) durante a primeira metade de oitocentos, *O Panorama*, apresentada na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, em 2012. Sendo uma versão condensada, integra, apenas, os dados considerados fundamentais para a descrição desse periódico, enquanto *instrumento jornalístico* (no sentido que então se dava à palavra *jornalismo*), e para a compreensão do seu papel no jornalismo português, na sociedade e na cultura da época.

O propósito genérico deste livro é proceder a uma leitura reinterpretada d'*O Panorama*[1], um periódico surgido em Lisboa, em 1837, sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis e sob a direcção de Alexandre Herculano.

O Panorama teve cinco séries, as duas primeiras contínuas (1837-1841 e 1842-1844), sendo sobre estas que esta pesquisa se detém. As restantes séries, que fizeram o periódico perdurar até 1868, foram editadas por um editor particular e por uma empresa tipográfica.

Comungando dos ideais do Romantismo e da Ilustração, *O Panorama* foi o periódico português de divulgação cultural que por ser *novidade* e por se *enquadrar no espírito do tempo*, mais rapidamente conquistou as elites da primeira metade de oitocentos, influenciando, conforme se procurará demonstrar ao longo da pesquisa, o rumo do jornalismo português.

São variados os testemunhos que revelam quão importante foi o periódico para satisfazer a curiosidade e o interesse com que elas acompanhavam a marcha dos tempos e a produção de novo conhecimento, pois, efectivamente, *O Panorama* era perspectivado como um periódico de propagação de conhecimentos. Assim

1) O periódico perdurou até 1868, embora neste livro se estudem somente as duas primeiras séries (1837-1844).

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 1 - 18]

foi anunciado nos seguintes termos pelo principal periódico governamental, o *Diário do Governo*, a 21 de Fevereiro de 1837:

> Alguns cidadãos portugueses, amigos da verdadeira ilustração, conceberam o projecto de derramar, por meio de uma publicação semanal, a maior cópia possível de conhecimentos úteis.

O mesmo *Diário do Governo* conseguia resumir os objectivos d'*O Panorama*, ao mesmo tempo que os contrapunha ao exacerbamento discursivo da imprensa política, facciosa, da época:

> ensinar o povo para que ele seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões e oferecer-lhe instrução por modo que a ele possa chegar o seu entendimento e a sua bolsa, isto é, fácil e barata. (*Diário do Governo*, 21 de Fevereiro de 1837)

O Panorama deixou, efectivamente, marcas bem visíveis no seu tempo. A. Xavier da Silva Pereira (1895, pp. 1283-1284), no seu *Dicionário Jornalístico Português*, cita Rebelo da Silva e Lopes de Mendonça, para vincar a importância do periódico na sociedade oitocentista portuguesa, na primeira metade do século XIX:

> A influência do *Panorama*, admirável instrumento de iniciação intelectual no atraso relativo em que existíamos por aquele tempo, manifestou os seus efeitos desde logo; e redigido por algumas das capacidades mais distintas do país, concorreu poderosamente para aperfeiçoar a linguagem, desenvolver o gosto pelas letras e fazer revocar do esquecimento as tradições mais gloriosas do nosso passado. Por ele se deu o voo e impulso a essas vocações novas, que vemos gradualmente hoje ir sobressaindo em todas as esferas da actividade social.

Inocêncio Francisco da Silva e Pedro Venceslau de Brito Aranha (1858/1958, vol. VI, p. 335) também transcrevem a citação anterior, que eles dizem ter

sido publicada na introdução dos *Anais das Ciências e das Letras*. Mas para fazer sobressair ainda mais a importância do periódico, Inocêncio recorre, em acréscimo, a outros autores. Refere, nomeadamente, um artigo de Andrade Ferreira, na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, no qual este último autor terá escrito:

> *O Panorama*, a *Revista Universal* (…) são os padrões que (…) inauguram o mesmo pensamento, posto lhe marquem a partida de pontos diversos, e mais ou menos aplanados já pelos progressos intelectuais. Cada uma destas obras resume epílogo de um grande período literário para nós. *O Panorama* é o primeiro centro literário que se constitui; o seu pendão é o das novas doutrinas, os seus soldados uma falange de mancebos, que mal despontam para as letras, mas arrojados nos cometimentos. O Sr. Alexandre Herculano é o Nestor e Ulisses desta guerra, em que não há Tróia que cercar e demolir, mas em que há velhas ruínas de preconceitos literários que derrocar, e monumentos de inspirações novas que erguer. O romance, a poesia, as escavações históricas, a crítica amena, as lendas populares, os estudos arqueológicos, tudo figura nas páginas deste vasto repositório, que muito concorreu para os progressos da literatura.

Andrade Ferreira (1857, p. 94), historiógrafo literário e bibliófilo português, por seu turno, disse o seguinte d'*O Panorama*:

> O jornalismo literário contou sempre representantes desde que o fundou definitivamente entre nós o seu verdadeiro patriarca, nos intentos e influxos da redacção, o antigo *Panorama*, dirigido pela erudição profunda e variada, pelo tacto fino e gosto selecto do autor da *História de Portugal*, que tantos serviços fez ao país, difundindo e radicando o gosto da leitura e chegando ao alcance de todas as classes e de todos os entendimentos os grandes espectáculos que enobrecem a nossa história, os seus monumentos, as suas prodigiosas vitórias, assim como as criações do espírito e da imaginação de uma mocidade talentosa, que se estreava e, por vezes, triunfava já das maiores dificuldades do romance histórico, das tentativas de crítica literária.

José Silvestre Ribeiro (1871-1893, vol. VIII, p. 27) escreve que *O Panorama* foi:

> (…) o mais admirável instrumento de iniciação intelectual, no atraso relativo em que existíamos, (…),aperfeiçoou a língua, desenvolveu o gosto pelas letras, fez reviver o gosto pelas nossas tradições na imaginação popular e por ele se deu voo e impulso a vocações novas que foram gradualmente sobressaindo em todas as esferas da actividade social.

Inocêncio da Silva e Pedro Venceslau de Brito Aranha (1858/1958, vol. VI, p. 335) citam, finalmente, um "outro nosso literato" que dizia ser *O Panorama* "uma das publicações que mais luz e calor deu à literatura e instrução nacional".

Ramalho Ortigão (1877/1988, vol. III, p. 8) apelidou, nas *Farpas*, *O Panorama* de "mais importante colecção dos modernos trabalhos literários". O escritor, jornalista e político Pinheiro Chagas (1886, p. 3) explica que o periódico "fez uma verdadeira revolução na literatura e na ciência histórica portuguesa", acrescentando que "Não se imagina o entusiasmo que (…) produziu". O académico, escritor, jornalista e político Teófilo Braga (1880, p. 374), segundo Presidente da República Portuguesa, na *História das Ideias Republicanas em Portugal*, sustenta, com um certo exagero, que "tudo quanto em Portugal se sabe do nosso passado histórico é derivado do *Panorama*". Joaquim de Araújo (1878, p. 2), ao lançar a importante revista literária e filosófica *A Renascença*, regista que aspirava a que a mesma fosse "o órgão" da "renovação", "como *O Panorama* foi", e noutro artigo publicado na mesma revista sublinha que *O Panorama* representa "a mais notável síntese do movimento romântico entre nós, inspirando-se nas tradições e na vida nacional" (Araújo, 1878, p. 112). Sampaio Bruno (1885, p. 62 e p. 108), outro dos nomes ilustres do jornalismo e da filosofia em Portugal, classifica *O Panorama* como um dos "monumentos do romantismo".

Interessantemente, *O Panorama* também surge na ficção. Vários autores portugueses oitocentistas colocam as suas personagens a ler o periódico. É o caso, por exemplo, de Camilo Castelo Branco (1879/1991, pp. 76-77), que faz

figurar, entre o seu rol de personagens, Eusébio Macário, um indivíduo de cultura livresca que alardeava o seu saber obtido pela leitura d'*O Panorama*:

> Eusébio Macário contava as utilidades do sapo na agricultura, os bichos infestos que devastava, uma conversação científica, todo o caminho, a propósito de tudo que lhe sugeria referências aos três reinos. Ele tinha lido muitas notícias no *Panorama* e no *Recreio*.

Também Eça de Queirós (1900/1995, p. 31, p. 43, p. 75 e p. 133) se refere por várias vezes ao *Panorama* no romance *A Ilustre Casa de Ramires*:

> Diante dessa varanda (…) pousava a mesa (…) atravancada (…) pelos (…) tomos soltos do *Panorama* (…).

> Do pó das suas estantes, desenterrou (…) volumes desirmanados do *Panorama* (…).

> Gonçalo adornara a soturna sala (…) com (…) narrativas do *Panorama*.

> Ajudado por notícias do *Panorama*, compusera Gonçalo a mal-aventurada lide de Canta-Pedra.

O Panorama teve, portanto, reconhecidamente, um enorme impacto entre os letrados do seu tempo e ainda hoje testemunha um tempo em que as elites portuguesas descobriam, enfim, o valor do *capital cultural*. Mais do que isso, a sua influência perdurou, já que, conforme assinala Maria de Fátima Nunes (1989, p. 15):

> O jornalismo científico, literário e artístico, constituído por vários reportórios de erudição e novidades, permitiu aos vários autores do final de Oitocentos elaborarem os seus abundantes volumes de erudição e pormenorizadas informações sobre os tempos anteriores, quer de um passado recuado, quer de um tempo ainda vivencialmente próximo.

António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 723) avalizam as ideias expostas e explicam quanto *O Panorama* correspondeu a uma necessidade de um público já preparado para o seu surgimento:

> Existia (…) na realidade um público alfabetizado cujas características e predilecções se podem avaliar pelo êxito de revistas como *O Panorama* (5000 exemplares vendidos por número em 1837). O jornalismo conhece nesta época uma fase brilhante, dando aos grandes escritores (Garrett e Herculano incluídos) ocasião de comunicar com muitos leitores.

António José Saraiva (1949, p. 200) sugere, assim, que *O Panorama* foi uma espécie de *Selecções do Reader's Digest* do seu tempo, ideia identicamente subscrita por Maria Cristina Nogueira Lança de Mello (1971, p. 11). Jacinto Baptista (1977, pp. 25-26) regista, evocando Herculano, que *O Panorama*:

> Pela qualidade do conteúdo, que necessariamente reflectia a categoria e a capacidade intelectuais do seu próprio executor (…); pela relativa elevada tiragem, inexcedida e acaso inexcedível no Portugal oitocentista (…), (…) constituiu de facto um notável empreendimento cultural no acanhado e atrasado meio do tempo.

João Bartolomeu Rodrigues (2008, pp. 92-93), fazendo um balanço da existência e papel social do periódico, explicita:

> *O Panorama*, respondendo às necessidades e gostos e interesses e curiosidades da burguesia, pequena e grande, foi, com inteiro sucesso, o jornal de cariz enciclopédico que pretendeu ser, e que a recepção de que beneficiou na sociedade do seu tempo fez dele (…), evidentemente reduzido ao seu contexto social e ao seu espaço de incidência. E foi talvez isso que fez com que *O Panorama*, como obra de civilização que se tinha dado inteiramente à tarefa de promover a instrução e a educação públicas, tenha sido percebido, pelos próprios contemporâneos, como uma memória para o futuro, como um monumento antecipadamente reconhecido como tal,

> como um marco a assinalar, para a posteridade, as grandes transformações político-sociais que se viveram, no tempo que se viveu então.
>
> (…)
>
> De facto, os (…) tomos de *O Panorama* constituem um verdadeiro e variado repositório de erudição e um pormenorizado acervo do Portugal liberal e romântico (…). Subtil mas, mais que tudo, decisivo (…) terá sido o efeito modelador que, por vezes intencionalmente, por vezes por mera incidência colateral, os textos publicados em *O Panorama* exerceram sobre o fundo em que se recortam todas as ideias partilhadas e em que radica a possibilidade de partilha de todas as ideias.

Tendo tido grande importância social no Portugal liberal e romântico de Oitocentos, tendo sido um marco do jornalismo português, *O Panorama* não foi afastado das preocupações dos académicos. A importância do periódico enquanto objecto de estudo pode ser atestada, na verdade, pelos estudos que sobre ele foram produzidos (Lança de Mello, 1971; Ribeiro, 1995; Cunha, 1984) e ainda pelos estudos que a ele recorreram como fonte (Nunes, sob a direcção de Reis, 1989; Dias, 2002; Ribeiro e Bento, 2004; Rodrigues, 2008).

O mais ambicioso estudo sobre *O Panorama* até ao momento, infelizmente não publicado, foi desenvolvido por Maria Cristina Nogueira Lança de Mello (1971). A autora, que balizou a produção intelectual posterior sobre o jornal, relembra a sua fundação e, em particular, detém-se, descritivamente, sobre a sua forma e, particularmente, sobre as categorias temáticas do seu discurso. Realça alguns artigos sobre tecnologia – nomeadamente sobre novos dispositivos e invenções que poderiam ser aproveitadas e disseminadas em Portugal, como a máquina a vapor, o daguerreótipo e a litografia; artigos sobre ciências em geral; e ainda artigos sobre educação e sobre economia política. Conclui, não obstante, que, em geral, todas as categorias temáticas poderiam agrupar-se numa única, coincidente com os propósitos do jornal: "instrução e educação públicas" (Lança de Mello, 1971, p. 150). Manifestando uma visão extremamente positiva sobre a publicação, para ela, todo o conteúdo d'*O Panorama* "foi deliberadamente

orientado para a acção construtiva, para o apelo enérgico, para a participação efectiva, para o (…) útil, visando a promoção social do Homem, tanto no plano material como espiritual." Talvez exacerbadamente, a autora escreveu ainda:

> Na realidade, *O Panorama* conseguiu acender e conservar em milhares de pessoas de todas as idades, sexos, hierarquias e profissões a necessidade de ler.
>
> Foi o amigo, o conselheiro, o animador dos serões da província, nos quais ele era a presença distante e do próximo, a janela aberta para a compreensão dos seres e das coisas, o arauto das notícias concretas e o passaporte para o mundo da fantasia e do sonho.
>
> Principalmente para todos aqueles que estavam afastados dos grandes centros urbanos, foi o periódico "a assembleia, o espectáculo, a biblioteca pública e a Praça do Comércio, onde lhes vinha ter notícias dos povos mais longínquos, das gentes mais diversas e até dos séculos mais distantes" (Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, p. 1). (Lança de Mello, 1971, p. 21)

Um outro trabalho de investigação sobre *O Panorama*, embora significativamente mais reduzido, foi publicado sob a forma de uma pequena separata da revista *Munda*, n.º 29. Nele, António Manuel Ribeiro (1995) historiografa *O Panorama* e destaca o seu contributo para o periodismo científico e literário romântico. Tal como neste livro, o autor recorre a fontes portuguesas "clássicas" (como o *Dicionário* de Inocêncio) para reflectir sobre a relevância do periódico na sociedade do seu tempo. O grande mérito do autor é o de ter feito uma análise de conteúdo do *Periódico*, para vincar que o mesmo correspondeu às intenções dos seus promotores e aos seus valores liberais. Essa análise, porém, afasta-se daquela que foi realizada no presente estudo, já que o autor – que não descreve as categorias criadas – recorre a uma espécie de micro-

categorias temáticas[2] que sistematiza a partir dos textos dos próprios promotores da publicação sobre as intenções do periódico. A análise revelou um periódico precisamente *panorâmico*, em que os temas mais abordados (história, com 7,755% das peças; geografia, com 7,611%; literatura, com 6,343%; moral, com 6,774%; e anedotas, com 4,739%) não dominam os restantes.

Entre os trabalhos que tomam *O Panorama* como objecto de estudo encontra-se, ainda, o de Cunha (1984), que o confronta com o jornal clandestino e panfletário *O Espectro*, publicado durante a Patuleia, com o objectivo de exemplificar as duas vias principais que seguia o jornalismo romântico (divulgação cultural *vs.* panfletarismo político), embora ainda existisse uma "terceira via", a do jornalismo "especializado" em economia política e comércio, conforme o comprova o aparecimento do *Jornal do Comércio*, em 1834.

Os principais trabalhos que usam *O Panorama* como fonte são o de Dias (2002), que procura descrever a forma como a Idade Média foi apresentada pel'*O Panorama* e o imaginário que o periódico construiu em seu torno, tendo

2) Academias (0,168%), actividades lúdicas (0,144%), aeronáutica (0,168%), agricultura (3,064%), alcoolismo (0,048%), anatomia (0,239%), anedotas (4,739%), antropologia (0,191), arqueologia (1,508%), arqueologia naval (0,048%), arquitectura (1,723%), assistência social (0,287%), astronomia (0,574%), batalhas (0,239%), bibliografia (0,862%), biografia (3,351%), biologia (0,263%), botânica (1,843%), caça (0,168%), ciências jurídicas (0,527%), ciências ocultas (0,503%), comércio (0,383%), conselhos úteis (2,465%), criminologia (0,287%), crítica literária (1,269%), cronologia (0,12%), culinária (0,407%), curiosidades (4,356%), dança (0,024%), demografia (0,335%), economia (1,005%), economia doméstica (0,024%), economia política (0,431%), educação (1,34%), educação física (0,215%), epigrafia (0,12%), escravatura (0,048%), escrita (0,144%), espeleologia (0,215%), estatística (0,479%), estudos literários (0,455%), etimologia (0,479%), etnografia (2,585%), exposições (0,12%), ficção histórica (1,221%), filologia (0,407%), filosofia (0,718%), física (0,862%), geografia (7,611%), geologia (0,263%), guerra (0,886%), heráldica (0,024%), higiene (0,311%), história (7,755%), história da arte (3,231%), historiografia (0,12%), imprensa (0,646%), história da imprensa (0,144%), indústria (1,412%), instrução pública (0,694%), literatura (6,343%), matemática (0,168%), medicina (1,364%), meios de comunicação (0,144%), meteorologia (0,287%), minerogenia (0,024%), monografia (1,149%), moral (6,774%), morte (0,407%), museus (0,048%), música (0,383%), náutica (0,79%), notícias do estrangeiro (3,04%), numismática (0,12%), oceanografia (0,12%), ourivesaria (0,191%), pecuária (0,551%), pintura (0,79%), piscatório (0,168%), poesia (0,694%), práticas medicinais (0,67%), profissões (0,215%), psicologia (0,144%), química (0,527%), religião (2,753%), sociologia (0,646%), sociologia da cultura (0,048%), teatro (0,191%), história do teatro (0,024%), técnica (2,37%), história da técnica (0,048%), transportes (0,598%), urbanismo (0,072%), vestuário (0,311%), veterinária (0,168%), viagens (0,359%), vias de comunicação (0,263%), zoologia (2,776%).

em conta o ideário nacionalista romântico; o de Ribeiro e Bento (2004), sobre a imagem construída pelo periódico para a região da Arrábida, para o que os autores analisaram, sobretudo, as ilustrações (*O Panorama* foi o primeiro periódico português a fazer-se valer das ilustrações com regularidade); e o de Rodrigues (2008), que determina a forma como *O Panorama* se pronunciava sobre a educação, destacando, em particular, os contributos de Alexandre Herculano, enquanto pedagogo, nessa matéria.

Pode destacar-se, finalmente, uma antologia anotada de textos d'*O Panorama*, da autoria de Nunes, sob a direcção de Reis (1989).

Essa diversidade de pesquisas demonstra que *O Panorama* é um objecto de estudo de grande importância histórica para se compreender o Portugal do seu tempo, nomeadamente os referentes e o imaginário identitário das elites letradas que nele se empenharam e que o liam, até porque, ao longo das suas cinco séries, atravessou, entre 1837 e 1868, uma das fases mais conturbadas da história portuguesa, a implantação do regime liberal, com todas as suas transformações sociais, vicissitudes, revoltas, guerras civis e mudanças parlamentares e governamentais. No entanto, tal variedade de investigações também sugere que *O Panorama* pode e deve ser estudado desde várias perspectivas, dada a sua importância histórica e também o tempo considerável que se publicou.

Embora este estudo seja tributário de todas as pesquisas já feitas sobre *O Panorama*, procurou orientar-se por um prisma diferente, promovendo, neste sentido, uma *reinterpretação* do periódico em causa e do que foi dito sobre ele. Em concreto, pretende agregar ao conhecimento dessa publicação e da sociedade do seu tempo uma sistematização mais completa de dados dispersos e uma orientação investigativa diferente, *a dos estudos jornalísticos*. Na abordagem que aqui é feita do periódico, essa linha de rumo reflecte-se, em particular, na análise formal e do discurso efectuada, na atenção dada às relações entre *O Panorama* e o poder e na relevância concedida à análise das gravuras publicadas, encaradas como formas antecedentes do que viria a ser o jornalismo visual, em especial o fotojornalismo.

A presente investigação propõe-se, portanto, estudar *O Panorama* desde um ponto de vista só superficialmente abordado nos estudos de que o jornal foi alvo: o ponto de vista do *jornalismo* ou, se assim se desejar, conforme dito,

dos *estudos jornalísticos*. Falta, efectivamente, descrever e compreender as suas características especificamente jornalísticas e, enquanto jornal, o seu papel social e cultural. Será essa lacuna que se procurará suprir ao longo desta investigação. Entender-se-á, assim, por *ponto de vista dos estudos jornalísticos* a tradição de pesquisa e reflexão aberta pelos autores alemães que, no século XVII, primeiro reflectiram de forma sistemática sobre os periódicos da época. Tobias Peucer (1690/2000), relembre-se, apresentou a primeira tese de doutoramento sobre jornais que se conhece no já longínquo ano de 1690. Perfazem, portanto, mais de 320 anos de produção contínua de *conhecimento jornalístico* centralizada no próprio jornalismo[3]. Assim, centrando-se no percurso histórico de uma publicação periódica que, tendo em conta o seu próprio enquadramento temporal, se pode classificar como *jornalística*, a investigação não se furtará a funcionar como uma espécie de *antologia comentada* d'*O Panorama*, uma *história antológica* das duas primeiras séries deste semanário, para identificar, nomeadamente, os traços relevantes do pensamento das elites letradas e burguesas oitocentistas em Portugal e averiguar se as preocupações do passado têm eco no presente.

A intenção fundamental desta investigação é, no entanto, dar um contributo relevante para a resposta à questão: o que representou *O Panorama* para o jornalismo português? Apesar disso, na pesquisa não se recusarão os necessários contributos das Ciências Históricas, já que o seu objectivo genérico – e problema científico a resolver – é compreender o papel que a publicação teve na história do jornalismo português, sim, mas tendo em consideração o contexto histórico em que *O Panorama* surgiu e se desenvolveu. Um contexto histórico, diga-se, marcado, conforme se frisou, por aquela que foi, possivelmente, a mais profunda transformação que Portugal sofreu nos últimos dois séculos: a da transição do absolutismo para o liberalismo constitucional, temperada, culturalmente, pelo romantismo.

Tal como foi dito, *O Panorama* teve cinco séries, as duas primeiras contínuas (1837-1841 e 1842-1844), sobre as quais esta investigação incide. Após uma interrupção, o jornal voltou às bancas e conheceu mais três séries (1846-1856;

3) PEUCER, Tobias (1690/2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)

1857-1858; e 1866-1868), mas sob a chancela de outras empresas editoras e, de acordo com José Silvestre Ribeiro (1871-1893, vol. VI, p. 27), sem a mesma qualidade editorial:

> Este periódico (…) é hoje apenas um eco do que foi e, se vive, é à sombra dos títulos de estima pública e créditos intelectuais que soube granjear e firmar em padrão, que a lembrança dos homens lidos respeitará ainda por muito tempo.

Há, consequentemente, argumentos para a delimitação temporal deste estudo às duas primeiras séries de *O Panorama*.

Para além da menor qualidade da terceira série, da quarta série e da quinta série d'*O Panorama*, outros motivos podem aduzir-se para limitar o estudo às duas primeiras séries. O primeiro argumento que se pode somar ao anterior é o de que, possivelmente, os primeiros números são jornalística e culturalmente mais interessantes, pois foram dirigidos por Alexandre Herculano, um dos expoentes máximos do humanismo, das letras e da historiografia portuguesa. Herculano dirigiu a publicação entre 6 de Maio de 1837 e 13 de Julho de 1839 e novamente em 1843-1844 (Ribeiro, 1995, p. 67).

O segundo argumento prende-se com o facto de o periódico, até 1844, ter sido o órgão de uma organização empresarial mais ou menos filantrópica dedicada à vulgarização da cultura e da educação – a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. As séries de 1852 em diante foram editadas por empresários, o que poderá ter retirado algum do carácter filantropicamente desinteressado ao *Panorama*, em favor de um legítimo propósito de obtenção de lucro.

Finalmente, um terceiro argumento pode ser trazido à liça. A derrota do absolutismo miguelista ocorreu em 1834. Portanto, se bem que o espírito liberal tenha ecoado em Portugal após a revolução de 1820, não será menos certo que a sua assimilação e consolidação só sobreveio depois do interregno do reinado de D. Miguel, entre 1828 e 1834. Assim, o estudo de *O Panorama* entre 1837 e 1844 (400 números) permitirá observar como foi proposto e se consolidou publicamente um projecto de edição de um periódico de divulgação cultural

simultaneamente alinhado, tardiamente, com o espírito das Luzes e com o propósito liberal de expansão da instrução, bem expresso na frase do deputado e desembargador Manuel de Macedo (*cit. in* Torgal e Vargues, 1984, p. 366): "O princípio mais fecundo das calamidades e desgraças públicas é a ignorância".

Sustenta-se, em tese, que *O Panorama* foi um dispositivo importante para colocar o periodismo português – cultural, científico, literário, mas também informativo – em sintonia com os desenvolvimentos que a actividade estava a ter noutros pontos do mundo e, consequentemente, suporta-se também a tese que o seu papel, e o das publicações similares que se lhe seguiram, foi fundamental para abrir o jornalismo português a novos conteúdos, géneros e estilos, tendo sido fulcral para o desenvolvimento do jornalismo ilustrado em Portugal (que conduziria, subsequentemente, ao fotojornalismo) e para a introdução dos géneros jornalísticos da reportagem e da crónica no país, o que, mais tarde, esteve na origem de uma mudança no que se entendia por jornalista, já que apareceu a figura do *repórter* (Sobreira, 2003). Igualmente se sustenta a tese de que, tendo em conta o contexto português entre 1837 e 1844, *O Panorama*, enquanto jornal participado e lido pelas elites letradas e politicamente envolvidas, terá tido algum papel na construção e contínua redefinição da esfera pública e da agenda política, isto é, de algum modo terá tido um *papel político*, mesmo que condicionado pela dimensão independente e benemérita da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Esse condicionamento obrigaria os seus redactores, também em tese, a exercerem, assumidamente ou não, esse papel político em nome de um alegado "interesse geral da nação". Nenhuma destas perspectivas de análise, registe-se, se encontra nas investigações desenvolvidas sobre o jornal nem naquelas que o usaram como fonte (Lança de Mello, 1971; Ribeiro, 1995; Nunes, sob a direcção de Reis, 1989; Cunha, 1984; Dias, 2002; Ribeiro e Bento, 2004; Rodrigues, 2008), embora José Tengarrinha (1989, p. 175) tenha, laconicamente, classificado *O Panorama* entre os jornais oitocentistas que tiveram um papel político, pois "não deixava de abordar (…) as questões sociais e políticas".

São assim objectivos da presente pesquisa:

1. Descrever a forma e o conteúdo do jornal *O Panorama*, de forma sistemática, em termos qualitativos e quantitativos, observando, em especial, os enquadramentos propostos pelo jornal para a *leitura do mundo*;
2. Identificar os dispositivos retóricos e expressivos usados pelos redactores de *O Panorama*, comparando-os com os actuais e, simultaneamente, verificar, confrontando o referido periódico com os demais jornais da época, qual a importância que ele teve, se a teve, para o aparecimento, em Portugal, de novos géneros jornalísticos, em especial da reportagem.
3. Compreender o papel e as dinâmicas do jornal *O Panorama* no contexto português, europeu e ocidental da época em que surgiu, tendo como focos de atenção privilegiados o desvelamento das rotinas produtivas de então e a identificação das fontes informativas;
4. Entender as razões que levaram um grupo de indivíduos agrupados numa associação de divulgação cultural a promoverem o lançamento de *O Panorama*, sob a égide de Alexandre Herculano.

Numa primeira fase, a investigação assentou na pesquisa hemerográfica, bibliográfica e documental. Localizaram-se colecções acessíveis e em estado razoável das duas primeiras séries do jornal *O Panorama* e, simultaneamente, localizaram-se e consultaram-se fontes bibliográficas e documentais que providenciassem a necessária contextualização histórica, social e cultural do objecto de estudo e que permitissem reconstruir o percurso do periódico, compará-lo com os seus congéneres nacionais e estrangeiros e determinar a intervenção que nele tiveram os seus redactores – em particular, Alexandre Herculano – e os seus promotores, tentando apurar as razões que os levaram a redigir e lançar o jornal.

Numa segunda fase, procedeu-se à análise qualitativa e quantitativa (análise de conteúdo), a um nível heurístico, do discurso do jornal *O Panorama*, com base na proposta de Sousa (2004), que tem uma base culturológica e que sugere que só uma ampla contextualização permite explicar com relevância os fenómenos jornalísticos.

Tentou-se, nessa análise, responder a questões como:

1. *Do que falava O Panorama*, isto é, quais os temas a que o periódico deu maior ou menor importância ao longo do tempo, e *como falava deles*?
2. Até que ponto o formato do *Panorama* afectava o seu conteúdo?
3. Quais os critérios de relevância temática que a estrutura do temário indicia?
4. Que tipo de textos continha *O Panorama*?
5. Que princípios retóricos e gramaticais presidiam à construção desses textos?
6. Que enquadramentos *O Panorama* oferecia do mundo?
7. De que lugares falava?
8. De onde provinham as informações e como lhe chegavam, quais as fontes de informação citadas ou intuídas?
9. Qual o modelo normativo e funcional de jornalismo em que se inseria?
10. Quais as funções e papéis que *O Panorama* cumpria na sociedade, designadamente no que respeita à difusão do impresso, à construção de um espaço público e à disseminação dos ideais da Ilustração e do Romantismo?
11. Qual o público-alvo que está implícito no discurso de *O Panorama*, isto é, a quem é que ele era dirigido?
12. Que diferenças e semelhanças podem ser estabelecidas entre os processos jornalísticos oitocentistas e os actuais?
13. Que dinâmicas de interacção e influência se podem estabelecer entre os periódicos europeus da primeira metade de oitocentos, tendo em conta o caso nacional de *O Panorama*?

Deve esclarecer-se que os exemplos para a análise do discurso qualitativa foram seleccionados arbitrária mas sistematicamente, a partir de uma grelha de análise estruturada para recolha de exemplos susceptíveis de dar resposta às perguntas de investigação. Por outras palavras, tendo-se em conta as perguntas de investigação colocadas, recolheram-se, após leitura dos 400 números d'*O Panorama* publicados entre 1837 e 1844, os exemplos que, aparentemente, melhor lhes permitiam dar resposta. Seguiu-se, neste particular, a recomendação de Sousa (2006, pp. 352-353):

> A análise qualitativa do discurso deve ser efectuada com base numa grelha de análise (…) tendo em conta as hipóteses e perguntas de investigação. (…) O problema surge quando se pretende alargar a análise qualitativa a uma grande quantidade de matérias. (…) Há (…) que encontrar soluções que, sem minorarem o contributo da análise qualitativa, a mantenham dentro dos parâmetros da praticabilidade. Uma das formas é definir a grelha de análise e depois pesquisar nos discursos (…) exemplos ilustrativos (…).

A metodologia proposta para a resolução dos problemas de investigação atrás equacionados não é nova. Pesquisas anteriores sobre publicações jornalísticas, que tal como a presente investigação procuraram, entre outros possíveis objectivos, serem releituras interpretadas de jornais e revistas, forneceram a matriz de tradição metodológica aqui seguida, várias vezes usada com pertinência (por exemplo: Piwnik, 1979; Reis, 2005; Dias, 2006; Silva, 2005, 2007; Sousa, coord. *et al*., 2007; Dias, 2010; Sousa, coord. *et al*, 2011).

Assinale-se, como nota metodológica, que, para facilitar a escrita e a leitura, os exemplos textuais recolhidos e citados foram adaptados à grafia actual do português (pré-acordo ortográfico) e reconvertidas expressões que se estranhariam devido ao seu carácter arcaico. Pelos mesmos motivos, a pontuação foi actualizada.

O contexto histórico e social em que surgiu *O Panorama* fornece o pano de fundo que baliza algumas das molduras interpretativas aplicadas aos dados recolhidos. Optou-se por uma história narrativa, em consonância com a perspectiva da historiadora Maria de Fátima Bonifácio (1993, p. 628-629):

> O renascimento da narrativa trará consigo o renascimento da história, não como ciência social, mas como *disciplina literária*. (...) A história (...) é (...) uma disciplina literária, mas de um género literário específico, com regras próprias e rigorosas (...). Contrariamente à ficção, os factos estão sujeitos a verificação documental e (...) [a história] tem de respeitar regras de inferência conformes à lógica aceite pelo senso comum e tem de satisfazer os requisitos de coerência exigidos pela lógica.

Explora-se, ainda, o momento jornalístico que se vivia em Portugal quando *O Panorama* surgiu. Trata-se de uma parte do trabalho que fornece dados preciosos para se explicar o surgimento d'*O Panorama* e a sua configuração em termos de forma e conteúdo.

A parte mais substantiva do livro orienta a investigação para o seu objecto específico – *O Panorama*. Apresenta-se o jornal, a sua forma, a maneira como se mostrava publicamente, os seus propósitos, a Sociedade que o publicou ao longo das suas duas primeiras séries, o seu discurso textual e visual. É, pois, nessa parte que se procuram respostas para as perguntas de investigação colocadas, sendo, necessariamente, a mais extensa.

Capítulo I

Portugal na primeira metade do século XIX

Não se pode compreender *O Panorama* sem se atender ao contexto histórico em que a publicação surgiu. E ela surgiu num momento histórico – o do reinado de D. Maria II – em que estaria, certamente, ainda bem viva a memória da guerra civil de 1832-1834 e mesmo os tempos do regime absolutista e das invasões francesas. Alexandre Herculano (1850, p. 33), ao fazer o *Elogio Histórico do Sócio* [do Conservatório Real de Lisboa] *Sebastião Xavier Botelho*, recordava essas transformações:

> A época de 1833 foi a única época revolucionária por que tem passado Portugal neste século (…) porque só então foi substituída a vida interina da sociedade por uma nova existência. As forças sociais desapareceram para dar lugar a novas forças; destruíram-se classes; criaram-se novos interesses que substituíram os que se aniquilaram, os elementos políticos mudaram de situação.

1834 é o ano que separa em definitivo o Portugal Velho do Portugal Novo, o antigo regime do regime liberal constitucional. Nesse ano, na Introdução ao *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*[1], o jurisconsulto e político José Ferreira Borges, principal autor do *Código*

1) Esta revista, fundada por José Ferreira Borges e João Pedro Ribeiro, ambos homens de Leis, e publicada entre 1834 e 1835, constituiu um importante instrumento para a promoção dos valores liberais (apesar de ser voz corrente que o segundo dos seus fundadores não morria de amores pelo liberalismo) e da estética do Romantismo em Portugal. Nela colaborou Alexandre Herculano, teorizando sobre os aspectos estéticos e literários desse movimento, nos textos "Qual " o estado da nossa literatura? Qual o trilho que ela deve hoje seguir?" (n.ºs 1 e 2) e "Poesia – Imitação – Belo – Unidade" (n.ºs 7, 8, 9 e 11).

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 19 - 70]

Comercial de 1833, relembra os tempos difíceis da guerra civil, mas também assinala que os portugueses beneficiariam, doravante, da liberdade:

> A época de horror e luta que atravessámos deixou em nós tão profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma série de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, não nos podem ainda deixar bem reflectir que gozamos as delícias de um *mundo livre*. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída. No entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução política, a base mais sólida (…) em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude.

Quais as características político-jurídicas do estado liberal implantado em Portugal a partir do triunfo liberal na guerra civil, em1834? Os historiadores Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009, pp. 507-509) respondem cruamente:

> A legitimidade do novo estado não era tradicional, mas derivava da suposta capacidade da nação para se governar a si própria através do uso público da "razão" e de procedimentos regulares e legais. Por isso, se a nação era soberana no seu todo, apenas os cavalheiros a quem a propriedade e a instrução haviam tornado "independentes" eram politicamente activos. Representavam a parte racional da sociedade, legalmente identificada pelo "censo". (…) O critério censitário permeou outras instituições, como o exército. (…) O princípio da cidadania, longe de integrar, também servia para excluir. (…).
>
> No novo estado, o poder era supostamente exercido segundo a lei, de um modo público e transparente, e recorrendo a agentes recrutados de acordo com as suas habilitações e méritos e com competências uniformes e pré-definidas

> (…). Mas não foi essa a experiência de quem viveu sob o domínio liberal nas décadas de 1830 e 1840. As eleições eram uma crónica de intimidação e fraude. (…) Leis fundamentais foram decretadas em "ditadura", isto é, sem prévio debate e votação parlamentar. Nada ficou alguma vez fixo. Entre 1832 e 1842, o sistema judicial teve três versões e houve quatro códigos administrativos. (…) A confusão e incerteza legislativas facilitavam fatalmente a arbitrariedade de quem estava em cargos públicos. Os meios de controlo da legalidade da administração eram reduzidos. Os funcionários não podiam ser querelados. Mas não havia contencioso administrativo ou fiscal independente. (…) A apropriação partidária do estado era evidente. (…) Tudo isto quer dizer que ninguém pôde confiar na aplicação imparcial da lei geral para defender os seus direitos. Precisou de estar integrado num grupo, que podia ser a sua comunidade de aldeia, um bando armado ou um "partido político".

Um novo problema surgiu, porém, no estado liberal com a entrada em cena do proletariado.

Essa "classe" constituía um problema para os liberais. Numa nação onde predominasse o proletariado não consideravam segura a liberdade. Liberais, como o escritor Alexandre Herculano, desejavam um país de pequenos proprietários rurais, que aproveitassem completamente a terra, assistidos por um clero esclarecido, e governando-se a si próprios através de juntas de paróquia e concelhos. (…) Embora houvesse zelo pela indústria, (…) o ideal continuava a ser o da vida rural (…). (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, pp. 511-512)

A imposição do liberalismo foi, talvez, de qualquer modo, o principal momento de ruptura política, social e cultural que Portugal sofreu nos últimos dois séculos. De um ponto de vista positivo, ela trouxe consigo, desde logo, uma ideia chave, quiçá perturbadora para alguns dos que se reviam no Portugal Velho – a de que o *acesso ao conhecimento e à cultura* e, portanto, a *generalização da instrução e da educação* eram elementos centrais para o progresso material, cívico e político do país.

> A uma escala mais elevada na sociedade, os liberais tinham o país em grande conta. (…) O objectivo dos governos foi, a esse respeito, criar o ambiente certo para multiplicar o tipo de ser humano que convinha ao estado liberal: o cavalheiro ilustrado, amador de ciências e de literatura, frequentador de clubes, conferências, recitais de poesia e música e gabinetes de curiosidades. Para isso, fundaram ou ajudaram a fundar as instituições presumivelmente adequadas: academias, museus, escolas, bibliotecas, e um Teatro Nacional, em Lisboa. (…) A revista semanal *Panorama* (1837), com as suas curiosidades e as suas novelas históricas, ou o Grémio Literário de Lisboa (1846), foram representativos da época. Políticos literatos como Alexandre Herculano e Almeida Garrett importaram os figurinos "românticos" europeus para fundar uma nova literatura, ao mesmo tempo "científica" e "nacional". A necessidade de participar num espaço público definido pelo debate, onde importava a capacidade de escrever, falar e argumentar, criou público. (…) Lisboa (…) deixara de ser a capital de uma monarquia católica tropical e europeizou-se. (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, pp. 512-513)

O liberalismo incipiente das décadas de 1830 e 1840 trouxe efectivamente a esperança – infelizmente não concretizada – de que dias melhores viriam. Na verdade, a crise agudizou-se até à Regeneração (1851).

1.1 O ambiente político (1820-1844)

Politicamente, a primeira metade de oitocentos foi vivida com turbulência e até com violência em Portugal. Os episódios da revolução liberal de 1820, levada a cabo por uma aliança que albergava, sobretudo, juristas, funcionários, pequenos burgueses e oficiais do exército (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 465), e do consequente primeiro constitucionalismo português, se bem que importantes para a evolução política e social de Portugal, constituíram apenas um intróito ao que viria a suceder após 1834, pois foi apenas após a vitória

liberal conseguida por D. Pedro sobre o seu irmão, D. Miguel, que o liberalismo efectivamente se consolidou no país.

Uma questão se impõe: quem eram os que se autodenominavam de *liberais*? Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009, pp. 461-462) esclarecem, atendendo aos representantes nas cortes, e de acordo com um perfil próximo daquele que viria a ser o perfil das elites que liam *O Panorama*, que seriam:

> (…) não (…) jovens "demagogos", mas figuras importantes da administração, para quem as discussões eruditas e as praxes legais eram uma segunda natureza. Mesmo os que não sentiam verdadeiro respeito pelas tradições tinham suficiente mentalidade jurídica e sentido "político" para evitar precipitações revolucionárias. (…) Nas Cortes, os magistrados, professores da universidade e funcionários estavam em maioria (39%), seguidos de médicos e advogados (27%) e militares (19%). A assembleia distinguia-se ainda por ter poucos padres e nenhum nobre titular (…). A nova elite dirigente saiu assim dos vários grupos sociais e profissionais a que tinha sido reconhecido, na antiga monarquia, o estatuto de "nobreza simples" – isto é, aqueles que pela sua ascendência, instrução e modo de vida podiam aspirar a ofícios e distinções, mas que não pertenciam à nobreza de corte nem à fidalguia. Representariam, talvez, 6% da população masculina. Em França, chamavam-lhe "classe média". O surgimento de indivíduos com pontos de vista "liberais" nestes grupos decorreu, certamente, da percepção de "crise" do Estado, mas também de uma transformação dos padrões de cultura e sociabilidade desde o fim do século XVIII. Em Lisboa, entre as "pessoas limpas" e "famílias do comércio", a "vida mourisca" foi sendo trocada por uma "vida social" secular, de reuniões e clubes, sob influência estrangeira.

De salientar que, devido à "mudança de atitudes e valores", que geraram, inclusivamente, uma abrupta diminuição das vocações monásticas, a Maçonaria penetrou rapidamente em Portugal, atraindo muitos dos que se reclamavam liberais, "na medida em que visava uma vida baseada no uso individual da razão

dentro de uma comunidade de indivíduos iguais entre si". (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 462)

A revolução liberal foi detonada no Porto, a 24 de Agosto de 1820. O marquês de Fronteira (*cit. in* Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 457) lembrava que "as ideias de revolução eram gerais", pois "todos" quereriam "as vantagens do governo representativo" e "a corte em Lisboa", além de os portugueses estarem cansados da crise económica, em grande medida provocada pela perda da exclusividade do comércio com o Brasil (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 457). O governo liberal saído da revolução vintista efectivamente exigiu, entre outras medidas, que D. João VI, ainda a viver no Rio de Janeiro, depois da fuga rocambolesca aos invasores franceses de 1808, regressasse ao país, farto de ser "uma colónia da colónia" (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 457). O rei acedeu às exigências do novo poder, tendo aportado a Lisboa a 4 de Julho de 1821. A 7 de Setembro, o Brasil declarou a independência, sob o ceptro de D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal), filho de D. João VI.

A 1 de Outubro de 1822, o soberano jurou a Constituição liberal. Tratava-se de primeira Constituição do Reino, cuja principal novidade era a de assegurar formalmente a igualdade civil e fiscal de todos perante a lei, o que "punha directamente em causa o esquema nobiliárquico-feudal" que presidia à organização do Estado Português no Antigo Regime (Canotilho, 1998, p. 125). Efectivamente, a Constituição de 1822 assegurava, entre outros, os direitos à "liberdade, segurança e propriedade" (artigo 1º), à "livre comunicação do pensamento" (art.º 8º) e à igualdade no acesso e admissão aos cargos públicos (art.º 13º). Instituía, ainda, o princípio da soberania da Nação (art.º 26º), o princípio da representação (art.º 26º) e, por consequência, do voto, ainda que censitário (a *soberania da nação* não corresponde exactamente à *soberania do povo*) e o princípio da independência dos poderes legislativo, executivo e judicial (art.º 30º).

A reacção aos liberais congregou-se em volta do popular príncipe D. Miguel, que a 27 de Maio de 1823 liderou a revolta da Vilafrancada, amplamente festejada por todo o país pelo povo (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 474), um facto que a narrativa dos vencedores de 1834 e mesmo a historiografia subsequente sempre preferiu olvidar.

> Sem forças para resistir, as Cortes dissolveram-se e o rei aceitou os factos consumados, suspendendo a vigência da Constituição de 1822 e prometendo a promulgação de nova lei fundamental (…). (Saraiva, 1999, p. 284)

No dia 6 de Março de 1824, a censura à imprensa foi restabelecida. Mas D. Miguel, ainda insatisfeito, em Abril de 1824, organizou uma nova revolta – a Abrilada. Desta feita, perdeu.

> D. Miguel, à frente do exército, anunciou que a vida do rei corria perigo, prendeu os ministros e preparou-se para assumir o poder. O corpo diplomático interveio, retirando o rei do paço, onde estava prisioneiro, e conduziu-o a uma nau (…) no Tejo. Aí pôde D. João VI recuperar o domínio da situação. D. Miguel foi mandado sair do país e a corrente moderada manteve-se no poder. (Saraiva, 1999, pp. 284-285)

Diga-se, efectivamente, que uma coisa escapou aos *liberais* – não contaram nem com o clero, conservador, nem com o povo, que pouca necessidade sentiria de mudanças na ordem social e que gostava de D. Miguel (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, pp. 467 e ss.), apesar de todos os impropérios com que este príncipe e rei aclamado veio a ser coberto pela narrativa dos vencedores de 1834. Aliás, Ramos (coord.), Sousa e Monteiro (2009, p. 470) são claros a dizer que a evolução do regime liberal conduziu a um certo autoritarismo (Manuel Fernandes Tomás defendeu, inclusivamente, que nas cortes o voto não fosse secreto, para que pudessem ser identificados os que votassem contra as opções dos líderes do novo regime), tendo ficado claro que "havia, entre os liberais, quem concebesse a 'liberdade' como equivalendo simplesmente ao domínio dos liberais sobre o estado e a sociedade":

> A discussão sobre o sistema eleitoral, em 1822, foi elucidativa (…). Para uns, as eleições eram uma oportunidade para os cidadãos escolherem livremente. Para outros, como precisamente Manuel Fernandes Tomás, eram uma ocasião para a "opinião pública" obrigar os cidadãos a fazer as escolhas certas. (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 470)

A morte de D. João VI, em 1826, trouxe o problema da sucessão. O herdeiro presuntivo do trono, D Pedro, tinha a desvantagem de ser soberano do Brasil (D. Pedro I do Brasil), embora para os liberais e moderados representasse a esperança no constitucionalismo; D. Miguel representava o absolutismo ortodoxo do antigo regime e os seus partidários viam nele o herdeiro legítimo de D. João VI. D. Pedro, proclamado rei de Portugal, como D. Pedro IV, ensaiou, então, uma solução de compromisso. Abdicou do trono em favor da sua filha de sete anos, D. Maria II, obteve de D. Miguel a promessa de que casaria com a sobrinha e outorgou uma Carta Constitucional ao reino, "um pacto de concórdia celebrado pelo soberano entre os dois partidos" (Almeida Garrett, *cit. in* Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 479). Mas se com isso pensava que satisfaria liberais, absolutistas e moderados, enganou-se. Os absolutistas ansiavam por ver D. Miguel no trono português. Muitos nem reconheciam legitimidade dinástica a D. Pedro, depois de ele ter aceite o trono brasileiro. Os vintistas não concordavam nem com o acto simbólico da *outorga* de uma Constituição ao reino nem com a nova Carta Constitucional e, tal como os moderados, temiam uma contra-revolução absolutista. José Hermano Saraiva (1999, pp. 285-286) relembra, a propósito, que, simbolicamente, "a Constituição de 1822 tinha sido elaborada pela nação e imposta ao rei, a Carta fora preparada pelo rei em sua 'real sabedoria' e concedida como uma dádiva à nação". Por outras palavras, o acto de outorgar uma Carta Constitucional ao país era uma emanação do poder real, garantindo que "o poder constituinte monárquico" seria prévio ao "poder constituinte democrático" (Canotilho, 1998, p. 130); pelo contrário, obrigar o rei a aceitar uma Constituição elaborada pelos representantes da nação (podendo, não obstante, discutir-se a sua efectiva representatividade democrática) implicaria a total consagração da doutrina da *soberania da nação* – o poder é dos cidadãos, que o podem delegar em representantes que devem agir em seu nome.

> Em termos jurídico-constitucionais, o ideário cartista condensava propostas de organização do "domínio político", cujos traços caracterizadores são os seguintes:

> - Criar uma estrutura constitucional a partir de "cima" (daí a ideia de "outorga") que servisse de factor de modernização política.
>
> - Aceitar a ideia de "Estado Constitucional", no sentido de um poder ou domínio estadual regulado e limitado pelo direito;
>
> - Compreender a Constituição como a forma de regulação jurídica sistemática e global do exercício de domínio;
>
> - Renovar o velho dualismo estamental dentro dos novos contextos, de modo que no "contrato" ou "pacto fundador" surjam como parceiros o povo/nação e o monarca e o seu governo como grandezas autónomas e separadas, sem que qualquer dos dois parceiros se possa considerar como soberano exclusivo (dualismo monárquico-constitucional);
>
> - Deslocar a centralidade do poder do Estado para o monarca, formulando as relações entre o monarca e a representação da nação em termos consticucionalmente assimétricos, não só porque ao rei é reconhecida uma posição substantiva como chefe do Estado e detentor de um poder autónomo ("poder moderador", "poder régio", "poder real"), mas também porque, através de uma "segunda câmara" ("Câmara dos Pares"), se acentuava a influência do rei na partilha do poder político-representativo (designação ou nomeação real dos "pares" do Reino) (…). (Canotilho, 1998, p. 130)

D. Miguel aceitou as condições do irmão e regressou ao país. Jurou fidelidade a D. Pedro e à Carta Constitucional. As coisas, porém, não corriam bem, até porque "o estado, reduzido a 62 por cento da sua receita de 1800, encontrava-se quase falido" (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 481).

Em Março de 1828, com o apoio da mãe, a rainha-mãe D. Carlota Joaquina, e adesão popular, D. Miguel dissolveu as cortes, convocando-as de novo para Julho, mas por ordens, à maneira antiga. Houve resistência por parte dos liberais e, inclusivamente, formou-se, no Porto, uma Junta de Governo, que mobilizou

um exército que pretendia marchar até Lisboa, mas, com D. Pedro longe do reino, o órgão acabou por se dissolver e o exército desmobilizou.

As novas cortes proclamaram D. Miguel rei legítimo e absoluto de Portugal. Muitos liberais exilaram-se; muitos dos que ficaram foram perseguidos, presos, exilados, demitidos de cargos e até estudantes foram afastados da Universidade de Coimbra. Alguns liberais chegaram a ser executados.

Os liberais exilados em Inglaterra, França e Alemanha estabeleceram formas de resistência, entre as quais um intenso movimento jornalístico, à semelhança do que já tinha ocorrido aquando da primeira emigração, motivada pelas invasões francesas. Beneficiando do clima propício à liberdade de imprensa em Inglaterra e na França, alguns jornais liberais portugueses foram publicados em Londres e em Paris e chegavam clandestinamente a Portugal, entre os quais, por exemplo, *O Correio Brasiliense ou Armazém Literário*, de Hipólito José da Costa, *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* de João Bernardo Rocha Loureiro, ou *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, de José Liberato.

Nos Açores, na ilha Terceira, estabeleceu-se, por outra parte, um baluarte da resistência liberal, com o apoio de D. Pedro, que, ao assumir a liderança do campo liberal lhe deu "o que lhes faltara em 1828 e fora o grande trunfo dos realistas: um chefe dinástico" (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 486). Formou-se um governo de regência, em nome de D. Maria II. Foi dos Açores que, em 1832, D. Pedro, encabeçando um exército de 7500 homens, lançou uma expedição para retomar o poder. Desembarcou perto do Porto e tomou e fortificou a cidade, dando início à guerra civil. O Porto foi cercado pelo exército regular miguelista, composto por quase oitenta mil homens, durante cerca de um ano, mas apesar das lutas ferozes, a cidade não foi tomada, o que, inclusivamente, lhe valeu o epíteto de "Cidade Invicta".

Os liberais, a braços com "fome, epidemias, deserções, atrasos de pagamento dos soldos, indisciplina e revoltas da esquadra, para além das eternas divergências entre Palmela e Saldanha" (Silva, 1998, p. 79), seguiram, então, uma estratégia genial. Enviaram, por mar, uma força expedicionária para o Algarve. Esta força rumou a Lisboa, derrotou as forças liberais que encontrou pelo caminho e, auxiliada pela decisiva derrota da depauperada esquadra miguelista ao largo do

cabo de São Vicente, às mãos do comandante naval inglês Charles John Napier, que chefiava a frota liberal, tomou a capital, com todo o simbolismo que isso acarretou, a 24 de Julho de 1833. A guerra civil ainda continuou até à assinatura da convenção de Évora-Monte, a 29 de Maio de 1834, que ditou o exílio de D. Miguel. O liberalismo triunfante iria em definitivo implantar-se no país. Porém, tal como salienta o historiador José Hermano Saraiva (1999, pp. 285-286), o novo regime ao estabelecer-se não "por via de uma revolução, mas no termo de uma guerra cruel que atingiu todas as estruturas do país", foi obrigado a superar-se a si mesmo "como força redentora face ao absolutismo":

Mais do que na crítica do antigo regime, impunha-se agora consolidar o estado que a sorte das armas favorecera. Havia que reunir as forças políticas que se opunham dentro do sistema para que o ideal da vitória se viesse a transformar em fecunda acção política. (Saraiva, 1999, pp. 285-286)

Explica António Martins da Silva (19989, pp. 83-84) que as primeiras medidas liberais foram polémicas:

> Contudo, nada disto impediu que se decidissem medidas importantes para a consolidação da nova ordem política. Uma delas (…) foi a chamada "lei das indemnizações" (…). Com esta medida os bens dos miguelistas eram sequestrados ou confiscados e, eventualmente, doados ou vendidos (…)); pretendia-se com isso compensar as perdas e danos sofridos pelos que emigraram ou se tornaram vítimas da "usurpação" miguelista (…). Mas outra medida (…) foi o célebre decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguiu (…) as ordens religiosas masculinas e nacionalizou todos os seus bens, à excepção de uns poucos considerados indispensáveis ao serviço religioso. A medida – obra da responsabilidade exclusiva do regente D. Pedro e do ministro Joaquim António de Aguiar (o *Mata-Frades*) – terá surpreendido e até chocado pela sua radicalidade. Contudo, bem vistas as coisas, ela tinha-se tornado praticamente inevitável: pela crise persistente das ordens religiosas, pelo contributo que estas prestaram ao regime miguelista, pela convicção generalizada da sua inutilidade, pela convergência de interesses particulares e públicos, pelas exigências das "luzes do século" (…), pela perspectiva dos benefícios pessoais imediatos. Protestos surdos e revoltas

> tê-los-á havido (…), mas não se fizeram ouvir (…). A (…) carta de lei de 15 de Abril de 1835 (…) ordenou a venda em hasta pública da quase totalidade das terras e da maior parte das casas expropriadas dos conventos. Contudo, em virtude dos processos utilizados (…), poucos tiveram acesso à compra desses bens; os principais arrematantes contaram-se (…) entre aqueles que a nova situação política de algum modo favoreceu.

O clero e a velha fidalguia, decisivamente atingida pela limitação (1832) e extinção dos morgadios (1863) que lhe preservava o património de geração em geração, entraram acentuadamente em declínio. "Os fidalgos acabaram por ficar reduzidos à consciência privada das suas genealogias" (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, p. 495).

A consolidação do liberalismo, classificada por Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009, p. 493) como "a maior e mais brusca transformação político-social da história portuguesa", foi assim, na verdade, tudo menos pacífica. Entre 1834 e a "Regeneração" de 1851, houve cinco golpes de estado com sucesso e duas guerras civis (1837 e 1846/1847). Conforme salienta A. H. de Oliveira Marques (2006, pp. 454-455):

> O fim da guerra civil não significou estabilidade. Os liberais achavam-se minados por divisões internas e a reintegração dos absolutistas na família política só contribuiu para piorar a situação. Exacerbaram-se as inevitáveis perseguições contra o lado vencido, com os confiscos e as destruições acompanhantes. A ala direita robusteceu-se, mas a ala esquerda tornou-se igualmente mais agressiva. Os oficiais e todos aqueles que haviam lutado pela causa liberal queriam agora a recompensa (…). Os (..) chefes militares (…) olhavam-se como dirigentes naturais da nação. Sem prática de constitucionalismo, a maioria dos governantes tendia para uma ditadura disfarçada que os trazia em conflito quase permanente com as cortes.

A morte de D. Pedro, em Setembro de 1834, agudizou, na verdade, a crise política. D. Maria II, com apenas 15 anos, foi emancipada. Portugal, depauperado pelas invasões francesas, pela secessão do Brasil e pela guerra civil, atrasado,

analfabeto e pobre, parecia ter um futuro pouco risonho. O povo permanecia maioritariamente afastado do processo decisório pelo voto censitário e masculino e não aderia ao novo regime. Assim, embora os liberais regressados do exílio com o exército liberal ou após o termo da guerra civil trouxessem com eles uma bagagem cultural diferente, obtida no estrangeiro (em particular, em Inglaterra), e tivessem uma enorme vontade de mudança e a determinação de levar a cabo as medidas necessárias para implantar em Portugal um regime demoliberal a todo custo, tiveram de o fazer contra a vontade do povo e impondo medidas que implicaram incontáveis sofrimentos à população, como a referida nacionalização (e posterior venda a custos ridículos aos adeptos do novo regime) de alguns mosteiros, que amparavam a população na doença e na velhice e que possuíam um saber agrícola de séculos. Inclusivamente, os monges, privados pela força, repentinamente, da sua fonte de sustento e das suas casas, sofreram ainda mais do que a população comum. Conforme relata Alexandre Herculano no próprio *Panorama*[2], arrastavam-se pelas povoações pedindo esmola e comida, quando antes eram eles a providenciá-las aos pobres.

O próprio campo liberal encontrava-se dividido:

> As concepções dos liberais tinham origens várias: a tradição do humanismo cívico dos séculos XVI e XVII, a economia política do fim do século XVIII, a ciência da administração pública do princípio do século XIX, e a história das revoluções inglesa (1688) e francesa (1789). Talvez o que mais unisse os liberais fosse a tradição política do "patriotismo cívico", que poderíamos definir como "republicana", (…) no sentido de fundar uma comunidade soberana de cidadãos patriotas e pessoalmente "independentes", apenas sujeitos à lei e participando livremente nos debates públicos e na direcção do estado através das instituições representativas. Mas se todos os liberais cultivavam o ideal da cidadania e aceitavam a monarquia constitucional, isso não os impedia de conceber o regime de maneiras incompatíveis.

2) Alexandre Herculano, O Minho romântico, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, p. 212.

> Em termos ideológicos, num extremo estava os "radicais", para quem a monarquia constitucional (…) tinha de ser uma espécie de "república" (…); no outro, os "moderados" ou "conservadores", que viam o regime como a *restauração* da monarquia (…), em que o governo dependia do rei. Os radicais preferiam a Constituição de 1822; os conservadores estavam satisfeitos com a Carta Constitucional de 1826. Os radicais afirmavam a "soberania nacional"; os conservadores, a "liberdade legal". (…) Esta divisão genérica sustentou muitos debates entre o que segundo o costume francês se chamou a "esquerda" (os radicais) e a "direita" (os conservadores). (Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009, pp. 491-492)

Efectivamente, até à Regeneração de 1851, embora não como partidos organizados, duas correntes políticas, ambas liberais, digladiaram-se fortemente em Portugal. A confrontação haveria, inclusivamente, de passar pelo recurso às armas, entre 1846 e 1847 (Patuleia). Essas correntes podem ser identificadas por setembrismo (termo devido à revolução de Setembro de 1836) e o cartismo. Os setembristas eram os herdeiros do espírito vintista, plasmado na Constituição de 1822, podendo ser vistos como "esquerda liberal", que agrupava, principalmente, pequenos burgueses urbanos; os cartistas eram adeptos da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro ao Reino, em 1826. Estes podem ser vistos como a "direita liberal", conservadora e elitista, sendo os seus principais apoiantes oriundos da alta burguesia.

> Esta oposição dá origem aos dois partidos que se organizam após a implementação do novo regime: o partido cartista, o dos proprietários rurais aliados aos financistas, que contam com a influência do paço, as prerrogativas régias, a limitação censitária do voto; e o partido setembrista, o da pequena burguesia industrial, que conta com o apoio das maiorias eleitorais urbanas e cria, com a sua breve ditadura de 1836, as condições de um pequeno surto fabril, imediato. Não existia ainda entre nós um proletariado industrial. (Saraiva e Lopes, 1979, pp. 722-723)

Além de possuírem uma base social de apoio diferenciada, prosseguindo, portanto, políticas diferenciadas, essas correntes de opinião distinguiam-se uma da outra pelo papel concedido constitucionalmente ao monarca. Os cartistas reviam-se no exercício constitucional de um poder moderador pelo Soberano, o que lhes permitia sustentarem uma aliança com o poder régio; os setembristas, não.

Foram os conservadores liberais cartistas, que beneficiavam do apoio de D. Pedro, a conquistar primeiro o poder, logo em 1834.

> Até 1836 os conservadores mantiveram-se no poder. Palmela, Terceira e Saldanha, aliados a uns quantos moderados, controlaram os governos, tentando introduzir um simulacro de ordem e injectar alguma prosperidade num país completamente esgotado e ainda sangrando da guerra civil. (Oliveira Marques, 2006, p. 455)

Porém, em Setembro de 1836 – e daí a designação setembrismo – eclodiu uma "revolução" – a Revolução de Setembro – que guindou ao governo a esquerda liberal, liderada por Passos Manuel. Segundo António Martins da Silva (1998, pp. 85-86), a crise social e económica foi o detonante da mudança:

> Múltiplas razões justificavam esta crise: a carestia de vida e o preço do pão, o atraso ou a falta de pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos, das pensões às viúvas e aos reformados, das prestações aos egressos – em contraste manifesto com as dotações generosas e os elevados rendimentos dos titulares de altos cargos da administração –, a privação de recursos de muitos rurais (que viviam à sombra dos conventos), resultante da nacionalização e venda dos bens nacionais, e as injustiças flagrantes cometidas com o modo como esta se processava.

O governo setembrista, cuja ideologia se poderia traduzir, segundo Ramos, coord., Sousa e Monteiro (2009, p. 498 e p. 501) pela formação, em Portugal, de uma "monarquia republicana" sustentado por um "nacionalismo populista e proteccionista", viu-se acossado pela crise económica, num país recém-devastado

por uma guerra civil, dotado de poucas infra-estruturas, sem indústria relevante, com uma agricultura atrasada e onde surgiam sucessivas crises políticas e sociais.

> A intensificação dos distúrbios sociais em muitos pontos do país obrigou (…) a algumas medidas enérgicas, que se traduziu na repressão de bandos de salteadores que desassossegavam as populações. As movimentações pró-miguelistas levaram ao saneamento dos funcionários suspeitos de tal envolvimento e, no Algarve, foi declarado o estado de sítio, em virtude das guerrilhas pró-miguelistas (…). (Silva, 1998, p. 87)

Dois meses passados da Revolução de Setembro e já os cartistas tentavam remover os setembristas do poder, na intentona da Belenzada. Esta tentativa de golpe de estado teve, porém, uma característica nova – contou com o envolvimento da chefe de Estado, D. Maria II, que desejava um regime cartista, o único que lhe assegurava o exercício do poder moderador. A interferência activa da soberana no jogo político ter-lhe-á granjeado, porém, uma óbvia antipatia entre os setembristas.

A 12 de Julho de 1837, o poder setembrista teve de enfrentar uma nova ameaça – a Revolta dos Marechais. Tratou-se de uma nova intentona cartista, capitaneada pelos marechais Saldanha e Terceira. A revolta foi sufocada, em Setembro, e assinou-se a Convenção de Chaves, que pôs fim à contenda. No entanto, o preço das tréguas, para o setembrismo, foi a atenuação do radicalismo, em favor de uma solução política de compromisso com os cartistas. A Constituição de 1838 já ecoa essa solução. Mantinha a separação entre os poderes legislativo, executivo e judicial, repunha o bicameralismo parlamentar, reinstituindo a Câmara dos Pares, e outorgava a possibilidade de veto absoluto das leis ao soberano, embora lhe subtraísse o poder moderador (Saraiva, 1999, p. 301).

> A Constituição de 1838 é uma Constituição que se reconduz ao poder constituinte democrático. (…) A ideia democrática – a soberania da Nação – justifica várias opções do movimento setembrista. Desde logo, a substituição do poder constituinte monárquico pelo poder constituinte da Nação (…), a

> Constituição é feita, aprovada e decretada pelas Cortes Constituintes eleitas pelo povo. Em segundo lugar, os próprios poderes do monarca (…) eram constituídos e conformados pela lei constitucional (…). O texto setembrista não está, apesar de tudo, desvinculado da ideia de "pacto" entre o monarca e a nação. (…) Embora menos censitário do que o da Carta, o sufrágio continua a compreender-se como "função legitimadora" e não como direito. O setembrismo mais influente (…) pode não ser aristocrático, mas não deixa de ser liberal. A sua mensagem é a da "igualdade civil" e não a da democracia. Não admira, por isso, que o voto se destine a fazer derivar do corpo social "o que ele possui de razão" e a limitar a capacidade de voto aos que possuem uma certa renda (…). Quanto aos títulos de legitimação, a Constituição setembrista recupera a mensagem da soberania da Nação (…). Mas quanto aos outros esquemas organizatórios e princípios, o setembrismo (…) é o balanço de soluções de centro-direita (bicameralismo) e de centro-esquerda (senado electivo), do cartismo monárquico de 1826 (direito de veto e direito de dissolução do rei) e do cartismo constitucional (…). O setembrismo é adepto das "eleições directas", ou seja, eleições em que o voto contribui de forma imediata para a escolha de representantes. Em crise estava, pois, a distinção da Carta de 1826 entre "eleição de eleitores" e "eleição de representantes" (...). (Canotilho, 1998, pp. 134-135)

Ainda assim, a Constituição de 1838 durou apenas quatro anos, até 1842, ano que marca, em definitivo, o fim do setembrismo, com a ascensão de Costa Cabral ao poder e a reposição em vigor da Carta Constitucional.

> O setembrismo (…) evoluiu rapidamente para um compromisso centro-esquerda. A revolta de 1836 tivera o apoio da burguesia industrial urbana, aliada à classe média dos comerciantes (e ambas aclamadas pelas classes inferiores), contra o predomínio dos proprietários rurais e da alta burguesia. Mas depressa se tornou evidente que os vencedores não dispunham da força indispensável para levar a efeito um programa radical seu. (…) O governo ditatorial de Passos Manuel (conquanto lhe não pertencesse a

> direcção nominal) caracterizou-se por algumas medidas importantes e revolucionárias mas não conseguiu durar. (Oliveira Marques, 2006, p. 456)

Enquanto tiveram as rédeas do poder, os setembristas legislaram abundantemente no capítulo da educação, devendo-se-lhe a criação dos liceus, a fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e da Escola Politécnica de Lisboa e ainda a fundação das academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Economicamente, tentaram revitalizar a agricultura e, pela introdução de uma nova pauta aduaneira, em 1837, procuraram, em especial, proteger a incipiente indústria nacional, a braços com a necessidade de se mecanizar e disciplinar. Mas os tempos eram adversos.

O setembrismo manteve-se, em teoria, até 1842, embora os seus traços característicos tendessem a mostrar-se cada vez menos radicais. Ainda por cima teve de lutar contra tentativas constantes de restauração da Carta (…). Como consequência fatal, o governo tendeu a pôr em relevo o problema da ordem pública e a deslizar para o autoritarismo. A partir de 1839, o ministro da Justiça, Costa Cabral (…), surgiu a todos como o homem forte e praticamente o chefe do governo, encarado pela Coroa e pelas direitas como a mais segura garantia de ordem e prosperidade. (Oliveira Marques, 2006, pp. 456-457)

Os historiadores José Hermano Saraiva e Hernâni Cidade (2004, Vol. VII, pp. 48-50) manifestam opinião idêntica à de Oliveira Marques:

> A desordem é sempre fatigante o odiosa, mas nunca o é mais do que quando sobrevive às condições sociais que a tornam inevitável, quero dizer, aos momentos de hesitação e incerteza em que, no meio das *ruínas do que foi*, se procura assentar a *traça do que há-de ser*: Ora Portugal, como a Europa, tinha encontrado a base da nova ordem nas realidades económicas criadas pela audácia de Mouzinho da Silveira. A burguesia, em favor da qual, sobretudo (…) [se criavam] os governos representativos e estabeleciam as liberdades individuais, adquirira, nas vendas dos bens nacionais, condições de actividade e enriquecimento, que só a desordem política impedia que fossem fonte de bem-estar próprio e prosperidade colectiva. Daqui a insistência com que se preconiza a *ordem*, que tem (…) na ditadura

> parlamentar de Costa Cabral (1842-1846) a sua mais notável tentativa de realização.

Em 1842, os cartistas, liderados por Costa Cabral, deram, conforme referido, um novo golpe de estado, que repôs em vigor a Carta Constitucional:

> A reacção que se desencadeia sob Costa Cabral – defesa dos interesses da banca, centralização administrativa, limitações à liberdade de imprensa, medidas repressivas diversas, apoio no clero – altera um pouco o xadrez ideológico (…). Sob este regime surge um primeiro esboço de literatura protestativa (…). O movimento popular da Maria da Fonte, a crise económica de 1846, que é uma consequência directa das primeiras especulações monopolistas em desenvolvimento sob o regime cabralista, o levantamento das Juntas [guerra civil da Patuleia] coincidem com o complexo donde sairá o movimento europeu de 1848, que apanhou o nosso país em plena luta política entre a oligarquia financeira que apoiava o cabralismo e uma coligação de camponeses, artesãos e pequenos burgueses, secundadas por uma elite intelectual que assimilara as ideias do socialismo utópico francês. (Saraiva e Lopes, 1979, p. 724)

Embora, formalmente, o novo Governo fosse presidido pelo duque da Terceira, Costa Cabral, ministro do Reino, era o verdadeiro detentor do poder. Qual a acção que empreendeu?

> Como todos os realistas, [Costa Cabral] preocupou-se menos com os princípios do que com os factos, menos com o futuro do que com o presente. Os objectivos que se propôs atingir foram a restauração da ordem no estado, a eficiência do serviço público, a docilidade da opinião pública. Algumas reformas importantes recaíram sobre o sistema tributário e a contabilidade pública, os serviços de saúde, a organização administrativa, na qual abandonou o rumo romântico de uma descentralização para a qual se invocava a tradição medieval e optou-se pela subjugação das autarquias ao poder central. (Saraiva, 1999, p. 302)

Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009, pp. 506-507) contribuem para evocar, com detalhe, as medidas do governo cabralista:

> Cabral tentou importar a "mania" europeia dos caminhos-de-ferro para Portugal (…) e estradas macadamizadas (…). A "ordem" permitiu ao país convalescer. As exportações (…) subiram (…) e (…) apareceram fábricas maiores. Em 1842, foram instaladas sei máquinas a vapor aplicadas à indústria (…). Algumas das maiores empresas na indústria, finança e agricultura do século XIX começaram nesta época (…). Fez-se grandes negócios (…). Cabral quis pôr o estado a viver deste clima. Procurou obter um empréstimo de quatro mil contos, garantido pelo contrato do tabaco, aumentou os impostos de consumo e preparou-se para lançar contribuições directas através de um novo sistema (de repartição, em vez de quota), para o que começou a preparar o cadastro da propriedade predial e o registo das profissões.

Também Oliveira Marques (2006, p. 457) realça as intenções cabralistas de promoção de desenvolvimento e manutenção da ordem:

> O cabralismo adoptou a bandeira da ordem e do desenvolvimento económico. Como tal, estabeleceu no país um regime que se serviu frequentemente da repressão e da violência. Mas o que interessava a Costa Cabral era o desenvolvimento de Portugal numa via progressista, sobretudo nos campos das obras públicas e da administração. Muitas das suas reformas iriam por isso durar (…).

Os setembristas, porém, não desistem e lutam contra o governo cabralista, nomeadamente através do jornal *A Revolução de Setembro*, de José Estêvão e António Rodrigues Sampaio.

> Estavam em causa a política fiscal cabralista – novos tributos e novos empréstimos –, os tratados de comércio e de navegação, verdadeiramente

> desastrosos (na óptica dos proteccionistas) para a economia nacional, a lei sobre os forais e todas as leis e disposições que coarctassem as liberdades individuais. Os liberais setembristas veiculam através do jornal *A Revolução de Setembro* as suas linhas programáticas: reforma eleitoral, organização da Guarda Nacional, alteração do carácter hereditário e vitalício da Câmara dos Pares e demissão do gabinete ministerial. Admitem a vigência da Carta Constitucional de 1826, mas reformada segundo alguns dos princípios consignados na Constituição de 1838 (…). Os mais radicais (…) revelam claros intentos revolucionários. (Ribeiro, 1998, pp. 91-92)

A política cabralista de progresso económico, pelo investimento público, à custa do endividamento e do aumento de impostos beneficiou, sobretudo, a alta burguesia, ansiosa pela realização de lucrativos negócios com o estado. Mas esse caminho custou-lhe a reprovação da pequena burguesia, que se acantonou nas posições setembristas. Para manter o poder, Costa Cabral recorreu, efectivamente, à repressão e ao condicionamento e censura da imprensa, o que provocou reacções da esquerda liberal. A 4 de Fevereiro de 1844, a frustrada revolta de Torres Vedras, liderada pelos setembristas António César de Vasconcelos e José Estêvão, foi um primeiro prenúncio da queda do homem forte do regime.

O despotismo e a alegada corrupção do cabralismo, em contraste com o seu respeito teórico pela Carta e pelas liberdades nela consignadas, aliado à sua incapacidade, ou falta de vontade, de levar a violência aos seus últimos limites e se desembaraçar de toda a oposição, resultaram na mais terrível e mais longa guerra civil que se registou entre os liberais. Note-se, aliás, que o pretexto para a rebelião geral foi uma lei altamente progressista (…). (Oliveira Marques, 2006, pp. 457-458)

De facto, ironicamente, o desafio mais sério ao cabralismo veio do conservadorismo popular. A revolta da Maria da Fonte, em 1846, que conduziu à demissão de Costa Cabral, foi directamente provocada pela oposição popular ao fim dos enterros nos adros das Igrejas, que tinha sido decretada pelo Governo como medida de salvaguarda da saúde pública. À Maria da Fonte seguiu-se a guerra civil da Patuleia. Mas esses tempos já se encontram fora do horizonte temporal desta investigação.

1.2 O ambiente económico

Economicamente, na primeira metade do século XIX, Portugal estava de rastos. O imenso saque que os invasores franceses levaram do país, entre 1807 e 1810, o tratado comercial com a Inglaterra, em 1810, a chocante independência do Brasil e a destruição e paralisia causada pelas guerras liberais de 1831-1834 e pela instabilidade política e militar posterior conluiaram-se para causar uma profunda crise económica.

A Inglaterra, de facto, rapidamente apresentou a factura do seu contributo para a expulsão dos franceses de Portugal e para assegurar a fuga da Corte para o Brasil, em 1807. Logo em 1808, pressionou o príncipe-regente, D. João (futuro D. João VI), a abrir os portos brasileiros aos navios britânicos. Os tratados com a Inglaterra, de 1810, agudizaram a dependência portuguesa em relação aos britânicos, que já se arrastava desde a celebração do Tratado de Methuen[3], de 1703.

Os tratados de 1810 (Tratado de Comércio e Navegação e Tratado de Aliança e Amizade[4]), firmados mais por pressão britânica (cujos produtos se acumulavam nos seus portos por causa do bloqueio continental decretado por Napoleão) do

3) O Tratado de Methuen assegurava a compra do vinho português pelos britânicos em troca da compra de tecidos ingleses por Portugal. Este acordo foi ruinoso para Portugal, primeiro porque o peso das importações se tornou significativamente superior ao das exportações e, segundo, porque as manufacturas portuguesas se tornaram inviáveis, já que não conseguiam competir com as britânicas. O ouro do Brasil ajudou a compensar o desequilíbrio comercial entre Portugal e a Inglaterra, tornando Portugal num entreposto para a transferência de riqueza entre o Brasil e a Inglaterra. Esse tratado, de qualquer modo, já procedia de uma longa série de acordos (1641, 1654 e 1661) que davam à Inglaterra o estatuto de nação mais favorecida no comércio com Portugal e as suas colónias.

4) Normalmente, fala-se mais das consequências económicas do que das políticas nos tratados de 1810. Mas o Tratado de Aliança e Amizade foi, igualmente, humilhante para Portugal, já que permitia que os súbditos ingleses beneficiassem da extraterritorialidade da justiça britânica (os britânicos eram julgados por britânicos por ilícitos que cometessem em Portugal ou nas suas colónias), enquanto os portugueses tinham de se submeter aos tribunais britânicos quando acusados de ilícitos cometidos em Inglaterra e nos países e territórios sob domínio inglês. Embora este tratado também previsse o fim da Inquisição e do tráfego negreiro para o Brasil, neste último caso a Inglaterra tinha por trás uma forte motivação económica, já que o açúcar brasileiro produzido por escravos competia com o açúcar produzido pelos britânicos nas Antilhas.

que por desejo português, foram altamente lesivos para Portugal e, em última análise, contribuíram para o processo de independência do Brasil[5].

Primeiro, o acordo comercial luso-britânico fez Portugal perder as elevadas receitas do monopólio do comércio com o Brasil. Os portos brasileiros foram abertos à Inglaterra, levando à ruína os mercadores portugueses que, beneficiando do monopólio e do proteccionismo régio, reexportavam os bens brasileiros a partir de Portugal. Inclusivamente, os ingleses pagavam menos taxas alfandegárias (15%) ao venderem os seus produtos no Brasil do que os próprios portugueses (16%) e, claro, os comerciantes de outras nações (24%). Por outro lado, o acordo, ao fixar direitos de importação muito favoráveis aos produtos ingleses, permitia, em acréscimo, que Portugal fosse invadido por estes, nomeadamente por lanifícios manufacturados ingleses, quase emulando o Tratado de Methuen, e gorava as tentativas de afirmação da indústria portuguesa, já de si afectada pela falta de capitais para investimento (o sistema bancário português era rudimentar) e pela baixa produtividade do operariado (classe que nascia no país), reflexo parcial da sua baixa instrução e da sua adequação lenta à disciplina do trabalho industrial. A indústria brasileira, tão incipiente quanto a portuguesa, foi igualmente incapaz de competir com os ingleses, pelo que os tratados luso-britânicos também contribuíram para retardar o desenvolvimento industrial brasileiro e geraram um enorme desequilíbrio comercial entre o Brasil e a Inglaterra. Perfeitamente utópico, aliás, seria considerar-se que as burguesias comerciais e industriais portuguesa e brasileira conseguiriam, rapidamente, encontrar alternativas à situação privilegiada de que usufruíam.

Eis como o historiador Rui Ramos (2011, p. 52) caracteriza economicamente o início do século XIX em Portugal:

> No princípio do século XIX, o Estado vivia do comércio entre o Brasil e a Europa. As guerras com a França de Napoleão, entre 1807 e 1814,

5) Com o triunfo do liberalismo, em 1820, Portugal quis reverter a situação, solicitando o regresso de D. João VI a Portugal (a que o rei acedeu) e tentando reconduzir o Brasil à situação de colónia (reactivação do Pacto Colonial). Pediu, igualmente, o regresso a Portugal do príncipe herdeiro, regente no Brasil, D. Pedro (D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil). Obviamente, isto não poderia ser aceite pelos brasileiros, que assim levaram o seu país à independência.

> aumentaram as despesas, ao mesmo tempo que diminuíram dramaticamente as receitas, ao privar Lisboa do exclusivo do comércio do Brasil. No verão de 1820, estava iminente uma "suspensão de pagamentos". Foi então que o exército se revoltou e deu o poder aos burocratas e magistrados que, depois, vieram a ser conhecidos por "liberais". Os liberais tinham dois remédios para a crise. O primeiro era instituir um sistema "representativo" que desse aos contribuintes, através de um parlamento eleito, o poder de controlar as despesas do estado, como em Inglaterra. O segundo era voltar a submeter o Brasil aos interesses da metrópole. Tudo falhou. Os liberais dependiam do exército, e por isso não se atreveram a cortar as despesas, mas a sua arrogância imperial acabou por provocar a separação do Brasil em 1822. Foi a falência. Sem o Brasil, o valor do comércio externo português, principal sustento do estado, diminuiu 75%. (…) As receitas do Estado, dependentes desse comércio, caíram 38 por cento entre 1800 e 1827. (…) A crise justificou a mais radical de todas as revoluções portuguesas dos últimos 200 anos.

No entanto, os governos liberais – mesmo ainda no período do exílio e da guerra civil – tentaram "arrumar a casa" e lançar bases para o desenvolvimento futuro do país. A legislação fiscal de Mouzinho da Silveira, lançada nos períodos em que este estadista e jurisconsulto fez parte dos governos liberais (1823; 1832), e o *Código Comercial* de Ferreira Borges, de 1833, são exemplos de primeiros passos nesse sentido.

Após a vitória liberal na guerra civil, em 1834, os governos liberais continuaram a procurar vencer a crise, pelo recurso a algum investimento público (principalmente em estradas, embora de forma contida), pela revitalização da agricultura (essencialmente de subsistência), graças à venda, em hasta pública, dos bens das ordens religiosas, e pelo fomento da iniciativa privada, no comércio e na indústria – de que a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, editora de *O Panorama*, é exemplo. Confirma Rui Ramos (2011, pp. 52-54):

> Qualquer governo, depois do fim do império luso-brasileiro, teria precisado de redimensionar o estado à medida do Portugal europeu. Os ministros

> liberais, entre 1832 e 1834, foram mais longe: aboliram as instituições e costumes do "Portugal Velho", em que viam constrangimentos à livre iniciativa dos cidadãos. Esperaram assim estimular um novo modo de vida, mais favorável à criação de riqueza. Como dizia Mouzinho da Silveira, "é sabido que Portugal precisa de achar no trabalho os meios de vida que tinha nas colónias". O dever do estado era "deixar trabalhar".

António Martins da Silva (1998, p. 85) tem uma perspectiva compatível com a de Rui Ramos:

> O estado das finanças públicas era extremamente grave aquando do desenlace da guerra civil. Diversos empréstimos externos e internos, com juros elevados, tinham sido contraídos para fazer face às despesas da guerra (…). Contudo (…) o estado financeiro agravar-se-ia ainda vertiginosamente com novos empréstimos (…). O objectivo desta dívida tinha em vista a amortização de outra mais antiga (…), porém parte da mesma foi desviada para despesas correntes (…). Em resumo, a dívida pública portuguesa (…) ultrapassava largamente, nos meados da década de 30, a meia centena de milhares de contos, tendo-se agravado substancialmente nos anos subsequentes, (…) números astronómicos se se tiverem em conta os resultados efectivos dos meios que se perspectivavam para fazer face à extinção da dívida (…), a venda dos bens nacionais (…). Mas à medida que os bens se iam vendendo na hasta pública, muitas esperanças se goravam (…).

António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, pp. 722-723), propõem uma leitura da situação mais ideológica e centrada na "luta de classes":

> A partir de 1820 acentua-se a luta entre a burguesia e as camadas detentoras dos bens feudais. Em 1832-1834, as leis de Mouzinho abolindo os direitos senhoriais e as de Joaquim António de Aguiar confiscando totalmente os bens da Igreja e extinguindo as ordens religiosas decidem esta luta, instaurando novas relações sociais no campo. A nova burguesia de proprietários rurais

> erige-se em grupo governante, drenando esmo em seu proveito alguns direitos feudais remanescentes.
>
> Entretanto não ficaram resolvidos os problemas da pequena burguesia e do artesanato. O poder de compra da grande massa de camponeses, que constituíam a esmagadora maioria da população portuguesa, é muito exíguo. A pequena burguesia e o artesanato, que mal beneficiam da venda dos bens expropriados à nobreza e à Igreja ("bens nacionais"), procuram solução para as suas dificuldades, propondo pautas proteccionistas e outras medidas, como as que visam ao barateamento do crédito.

Foi o setembrismo (após o sucesso da revolução de Setembro de 1836) que mais procurou desenvolver materialmente o país na primeira metade de Oitocentos, equilibrando o orçamento, protegendo o desenvolvimento industrial português e protegendo os artesãos e a burguesia comercial.

Entre as medidas tomadas pela nova administração conta-se (…) a redução das despesas públicas e a moralização da vida administrativa (com a diminuição dos encargos com pessoal…). A preocupante situação financeira impunha também uma actuação disciplinada e disciplinadora: preferiram-se empréstimos internos e modificou-se o modo de venda dos bens nacionais (…). Meio ano depois de o governo setembrista ter entrado em funções, o défice orçamental tinha já sido reduzido para cerca de metade. (Silva, 1998, pp. 86-87)

A pauta aduaneira proteccionista e desenvolvimentista do líder setembrista Passos Manuel, de 1837, é um indício relevante dos esforços governamentais para melhorar a prestação económica do país. Os governos setembristas, entre 1836 e 1839, também procuraram incentivar e generalizar a adopção da máquina a vapor e, em 1838, apoiaram uma primeira exposição industrial portuguesa, destinada a propagandear os produtos portugueses, organizada pela Sociedade Promotora da Indústria[6]. Mas a instabilidade política e militar afectou profundamente esses esforços, igualmente minados pela incapacidade de reconversão do estado:

6) Esta organização de industriais não teve vida fácil, por causa da instabilidade política e militar do país. Foi fundada em 1823, encerrada em 1823, restabelecida em 1826, dissolvida em 1828 e, por fim, restaurada em 1834.

> O estado liberal nunca, de facto, "deixou trabalhar". Ao princípio, assentou na ocupação militar do país; depois, na satisfação de uma clientela que vivia de rendimentos do estado, através de empregos, juros e de negócios. Não era tanta gente como seria no século XX, mas a base fiscal do estado também era menor. Impostos directos nunca foram fáceis de cobrar. Durante anos, o estado vivera do exterior. Com os liberais, continuou a retirar a sua principal receita fiscal das alfândegas e de monopólios comerciais, como o do tabaco. Mas essa receita nunca chegou para as despesas. Em 1851, após vários golpes de estado e guerras civis, chegou-se a um ponto baixo. (Ramos, 2011, p. 54)

De dizer ainda que na primeira metade do século XIX, Portugal era um país que carecia de infra-estruturas de transporte e comunicações e que evidenciava um enorme atraso tecnológico e industrial em relação aos restantes países da Europa e aos Estados Unidos. As invasões francesas, a revolução liberal, o regresso ao absolutismo, a instabilidade política e militar, a fuga de cérebros e a guerra civil fizeram o país, já de si atrasado, perder cerca de 30 anos. Aliás, a instabilidade política e militar continuaria até à Regeneração (1851) e mesmo depois dela. No entanto, a ideologia liberal progressista que emergiu triunfante da guerra civil, em 1834, tornava as elites governantes sensíveis à necessidade de superação desse atraso (Mendes, 1998, pp. 322-323).

De qualquer modo, Portugal não teve ferrovia até à segunda metade do século XIX. As estradas eram poucas e más e pouco adequadas mesmo para o transporte animal. Lendo-se a entrada sobre "transportes" do *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão (19__ a, vol. VI, pp. 192-206) percebe-se que não havia sequer uma estrada digna desse nome a ligar as duas principais cidades do país – Porto e Lisboa. Os transportes fluviais e marítimos eram os mais usados, mas circunscreviam-se à orla marítima (as ligações entre o Porto e Lisboa faziam-se por barco e as ligações regulares entre as duas principais cidades do país datam somente de 1823, apesar de existir uma carreira irregular desde 1821) e aos rios navegáveis, o que limitava os movimentos de pessoas e bens mesmo no litoral atlântico português. Além do mais, as vias fluviais enfrentavam problemas de falta de água para a navegação, sobretudo no verão, e

as embarcações empregues não eram seguras. O navio que fazia a ligação entre Lisboa e o Porto, por exemplo, foi retirado do serviço marítimo e empregue no Tejo, para o trajecto entre a capital e Vila Franca de Xira.

> Assim, os habitantes e os principais centros urbanos de Portugal concentravam-se na orla marítima do país, espaço onde ainda se podiam ir movimentando pessoas e bens, apesar das comunicações serem difíceis. O interior era pouco habitado e ainda menos desenvolvido. As vias de comunicação do Litoral com a Beira-Alta, com a Beira-Baixa, com Trás-os-Montes ("para lá do Marão, mandam os que lá estão") e com o interior alentejano e algarvio eram más e quase inexistentes.

Tão ruins vias de comunicação prejudicavam o comércio interno, a distribuição de todo o tipo de bens – incluindo, obviamente, livros e jornais, como *O Panorama* – e as exportações. As dificuldades e a morosidade dos transportes provocavam, por outro lado, o encarecimento dos produtos comerciados. Bens perecíveis não podiam ser comerciados a médias e longas distâncias dos lugares onde eram produzidos. José Acúrcio das Neves (*cit. in* Serrão, dir., 19__ a, vol. VI, p. 204), um jurista miguelista, já se queixava, à época, de Portugal ver "estagnada por falta de comunicações uma grande parte dos seus produtos". Conforme se lê na entrada alusiva aos "correios e postas" no já citado *Dicionário de História de Portugal* de Joel Serrão (19__ b, vol. II, pp. 192-193), estes viviam do transporte a cavalo e da mala-posta (diligência), mas eram dificultados pelas calamitosas vias de comunicação. Em 1824, o percurso de Lisboa a Coimbra, onde terminava a principal estrada do país (a continuação até ao Porto é posterior) ainda se fazia em cerca de três dias e só em 1854 é que se instituiu um serviço regular de mala-posta entre Lisboa e o Porto, um ano depois do início da utilização dos selos (1853). Em 1859, ainda eram necessárias 34 horas para o correio percorrer os 315 quilómetros que separam o Porto de Lisboa (Serrão, 19__ b, vol. II, pp. 192-193). Estas dificuldades dão ideia do esforço que foi exigido aos mentores d'*O Panorama* para conseguirem que o periódico tivesse uma distribuição nacional e correspondentes um pouco por todo o território.

1.3 O ambiente cultural e o ideal de promoção do acesso à educação e à cultura

O cenário português na primeira metade do século XIX era contrastante. Se do ponto de vista político e económico o panorama era de crise e de instabilidade, no campo da promoção e democratização do acesso à instrução e à cultura a situação era (algo equivocadamente...) animadora, graças ao espírito liberal, que muito deve ao iluminismo:

A herança cultural e filosófica do iluminismo transmitiu-se aos movimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX, contribuindo para consolidar a transformação social, em curso na Europa desde o século XVI. A partir de então, a desagregação do mundo medieval, onde dominara o religioso, é uma realidade, com a autonomização do político e do económico. O homem tornou-se o centro das preocupações e as novas concepções do poder e da ordem são determinadas pela ciência, pelo progresso e pela riqueza. Esse amplo movimento social de transformação é acompanhado e definido pela emergência de uma ideologia – o liberalismo (…), que determina na consciência pública europeia a passagem do movimento das luzes ao movimento dos povos.

Com efeito, é no século das luzes que assistimos ao tratamento de alguns temas esboçados a partir de (…) ideias de ciência, de progresso, de natureza, de felicidade, de virtude, de razão e de utilidade. Da sua discussão resultou (…) um novo vocabulário político e compilações fundamentais: as *Enciclopédias*. (…) Começa a definir-se uma concepção de poder político que (…) faz a apologia da liberdade (…). O liberalismo político firmou-se (…) apresentando como princípios fundamentais a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança individual. (Vargues e Ribeiro, 1998, pp. 183-184)

Logo após o triunfo liberal de 1820, alguma coisa começou, realmente, a bulir nas altas esferas da governação – a educação entrou na agenda política, devido à matriz ideológica liberal que privilegiava o progresso e, em consequência, a promoção da cultura, vista como essencial à cidadania, a ciência e a razão. Um decreto de 28 de Junho de 1821 instituiu, desde logo, o princípio da liberdade de ensino (permissão de abertura de escolas a todos os cidadãos). O diploma

> correspondia à necessidade permanente de obter, sem encargo para o estado, um grande número de escolas que faltavam (…). É bem evidente (…) quanto de ilusão havia no optimismo idealista com que se sobrestimava o esclarecimento dos pais das crianças em idade escolar, supondo-os todos em condições de fazer por si a escolha dos professores que mais convinham à educação de seus filhos. (Albuquerque, 1991, p. 79)

Por lei, criaram-se novas escolas e melhorou-se a condição dos professores primários. A Constituição de 1822 consagrava três artigos à educação:

> Art.º 237 – Em todos os lugares do reino onde convier haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.
>
> Art.º 238 – Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados e se criarão outros onde novamente convier para o ensino das ciências e das artes.
>
> Art.º 239 – É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar.

Embora considere que a consagração da liberdade de ensino pelo decreto de 28 de Junho de 1821 tivesse sido feliz, António Nóvoa (1987, p. 330) salienta que dois outros princípios educativos discutidos no vintismo acabaram por não ter aplicação: a gratuitidade e a obrigatoriedade do ensino fundamental. O balanço de António Nóvoa (1987, p. 329) sobre a intervenção vintista na educação, no entanto, é positivo:

> Os anos posteriores à Revolução Liberal de 1820 correspondem a um período muito produtivo do ponto de vista educacional (…). Os liberais, reivindicando a herança pombalina, vão tentar edificar um sistema de

> ensino controlado pelo estado que permitisse o acesso das diferentes classes sociais a uma "educação popular de base".

Mas os tempos adivinhavam-se difíceis para a educação e o espírito vintista seria subjugado. Logo em 1823, a Vilafrancada provocou a revogação do decreto de 1821 que instituía a liberdade de ensino, com o argumento de que:

> Permitia a toda e qualquer pessoa o ensino público e o abrir escolas de primeiras letras (…), franqueando assim a porta da imoralidade e destruindo os primeiros elementos da educação e da instrução que têm sido sempre um dos principais objectos de solicitude de todos os governos civilizados, para que não se ensine alguma doutrina contrária à religião, aos bons costumes e aos princípios dos mesmos governos e tranquilidade pública. (citado por Carvalho, 2001, p. 536)

No entanto, o movimento de reforma e alargamento da educação insuflado pelo vintismo continuou e, em 1825, criaram-se escolas de cirurgia em Lisboa e no Porto. Mas com a ascensão de D. Miguel ao poder, houve um retrocesso. Os professores foram alvo de processos inquisitivos. Muitos deles foram afastados das suas funções e várias escolas particulares foram encerradas. Centenas de estudantes foram expulsos da Universidade de Coimbra. (Carvalho, 2001, p. 541; Albuquerque, 1991, pp. 130-135)

Todavia, o triunfo liberal de 1834 permitiu acalentar novos sonhos quanto à generalização do ensino e sobre a reforma do sistema educativo. Para Rómulo de Carvalho (2001, pp. 548-549), os liberais que regressaram do exílio em França e na Inglaterra viam na educação e na formação cívica os instrumentos para ultrapassar o atraso do país, onde cerca de 90% da população era analfabeta. Queriam, por isso, que todas as crianças portuguesas fossem obrigadas a frequentar pelo menos alguns anos de instrução primária, gratuitamente – o que nunca seria conseguido até à generalização das escolas primárias durante o Estado Novo (1933-1974), e mesmo aí com falhas.

De qualquer modo, se quando *O Panorama* viu a luz do dia o país se debatia com uma profunda crise económica e política, em contrapartida, notava-se uma

vontade de mudar as coisas e, sobretudo, um profundo desejo de popularização da instrução e da cultura, seguindo o trilho encetado, ainda no século XVIII, pelo marquês de Pombal[7] e, depois, pelo já referido decreto de 28 de Junho de 1821.

Logo em 1835, num governo chefiado pelo marechal Saldanha e com Rodrigo da Fonseca Magalhães como titular da pasta do Reino, por decreto de 13 de Maio, uma comissão foi encarregada de propor uma reforma educativa que abrangeu os diferentes graus de ensino. No que respeita à instrução primária, congeminou-se que o plano de estudos integraria a aprendizagem da língua materna, do desenho, da história, da geografia e ainda noções de direito político, religião e moral e consignaram-se aqueles que seriam os pilares do sistema: uniformidade, gratuitidade, obrigatoriedade, descentralização e inspecção. Propôs-se, igualmente, a fundação de um Instituto das Ciências Físicas e Matemáticas, que nunca foi avante, por causa da oposição da esclerosada Universidade de Coimbra (Carvalho, 2001, pp. 554-559).

O ministério de Rodrigo da Fonseca instituiu, ainda, por decreto de 11 de Agosto de 1835, duas escolas normais destinadas à formação de professores primários, em Lisboa e Porto; e a 7 de Setembro de 1835, novo decreto estatuiu

7) Pombal propôs-se mudar o sistema educativo português, subtraindo-o das mãos da Igreja e, em especial, dos jesuítas, passando-o para o controlo do Estado. Os jesuítas foram expulsos do país em 1759, a Universidade (jesuítica) de Évora foi extinta. Fundou-se o Colégio dos Nobres, primeiro estabelecimento público de ensino secundário em Portugal. A Universidade de Coimbra foi reformada. Nela foram criados modernos laboratórios e estabelecimentos auxiliares, como um observatório astronómico, um museu de história natural, um gabinete de física, um laboratório químico, um teatro anatómico, um dispensário farmacêutico, e um jardim botânico, destinados ao ensino experimental e racional das ciências, por influência do empirismo de Locke e das ideias de Luís António Vernei (autor de *O Verdadeiro Método de Estudar*). Instituiu-se, igualmente, uma Escola de Comércio e uma Aula Náutica, no Porto, entre outros estabelecimentos públicos de ensino superior. A instrução primária e a secundária foram reorganizadas por uma lei de 6 de Novembro de 1772, que estimulava a criação de escolas (criaram-se 837 "no papel") e instituía o concurso público para a contratação de professores. A fundação da Imprensa Nacional de Lisboa coroou a obra de promoção intelectual e da ilustração em Portugal empreendida pelo marquês de Pombal. Todavia, foi proibida a circulação de livros contrários aos princípios do absolutismo régio, do despotismo iluminado e do Antigo Regime. Diderot, Voltaire, Rousseau e até La Fontaine, por exemplo, tornaram-se autores proscritos em Portugal. Para além disso, com a morte do rei D. José e a queda do marquês, várias das reformas pombalinas no domínio da instrução primária e secundária goraram-se devido não só ao desinteresse dos governos de D. Maria I, D. João VI e D. Miguel como também à corrosão dos seus alicerces: falta de professores, salários baixos e de difícil cobrança, falta de reconhecimento da profissão docente, incapacidade de sobrevivência das escolas, etc.

um regulamento para a instrução primária, que contemplava os princípios da obrigatoriedade e gratuitidade do ensino, extensão da rede escolar e melhoria e qualificação da condição docente. De qualquer modo, a reforma global da educação em Portugal imaginada pelos cartistas agrupados em torno de Rodrigo da Fonseca nunca se concretizou, suspensa pelo ministro seguinte, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, e foi preciso esperar pelo setembrismo.

A revolução de 11 de Setembro de 1836 guindou a esquerda liberal ao poder e com ela uma enorme vontade de efectivamente mudar em definitivo o sistema educativo português.

> Foi sobretudo no plano cultural e educacional que a primeira governação setembrista empreendeu sérios esforços: ordenaram-se medidas que visavam não só a criação e a reestruturação de estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência, como também o aproveitamento e selecção de obras especializadas das livrarias dos extintos conventos para serem distribuídas por aquelas instituições. Por outro lado, mandou-se proceder à classificação e recuperação de obras de arte e de objectos preciosos de ouro e prata, combateram-se abusos e delapidações destes valores, procurou-se recuperar objectos extraviados e sonegados, mandou-se fazer um levantamento geral de todos os bens desta categoria, elaboraram-se relações e mapas estatísticos, fez-se a distribuição de muitos valores por museus e igrejas e arrecadaram-se outros na Casa da Moeda. Finalmente, procurou-se salvaguardar e conservar imóveis (…) com interesse monumental, artístico ou científico que haviam pertencido aos conventos extintos e destiná-los a museus e a instituições culturais ou de utilidade pública. O principal e grande obreiro desta actuação governamental foi (…) Passos Manuel (…). Se outra honra não tivesse, cabia-lhe pelo menos esta legítima glória: a de ter contribuído para o desenvolvimento e preservação da cultura nacional, remando energicamente contra o oportunismo e ganância (…). (Silva, 1998, p. 87)

As reformas de Passos Manuel na educação, entre 1836 e 1837[8], apontavam efectivamente para a reforma do ensino, embora nunca se referissem ao princípio da sua gratuitidade[9], ao contrário das idealizadas por Rodrigo da Fonseca.

O frenético governante que foi Passos Manuel, líder da esquerda liberal, nos nove meses que passou no Governo, criou conservatórios de artes e ofícios em Lisboa e no Porto; instituiu liceus em todas as capitais de distrito; fundou asilos educativos para órfãos; reorganizou as escolas de medicina de Lisboa e do Porto; fundou a Academia Politécnica do Porto, berço da futura Universidade do Porto, e a Escola Politécnica de Lisboa, destinadas às aprendizagens das ciências e tecnologias aplicadas; introduziu novos programas no ensino primário; criou, na Universidade de Coimbra, a Faculdade de Direito, por fusão das escolas de Cânones e de Leis, e fundou a Academia das Belas-Artes e o Conservatório de Arte Dramática. No decreto de Passos Manuel de 17 de Novembro de 1836 que reorganizou o sistema educativo e criou, em Portugal, o ensino liceal, até então agregado à instrução primária sob a designação de "estudos menores", podia ler-se:

> A instrução primária é a base de toda a ilustração e conhecimentos de que os povos derivam suas ideias morais, políticas e religiosas e de que estão essencialmente dependentes o bem-estar dos cidadãos e a prosperidade pública.

O novo plano de estudos liceais agregava uma componente humanística, que englobava, pela primeira vez, o ensino das línguas vivas, a uma componente técnica de ensino aplicado das ciências e de noções de administração, economia e comércio. A ideia era, sem dúvida, a de alavancar, com a educação, o progresso

8) Infelizmente, o seu esquerdismo desagradava à direita e à rainha e a sua moderação desagradava à esquerda, pelo que rapidamente Passos Manuel viu erodida a sua base de apoio e foi-se retirando da política. Portugal perdeu, com isso, um dos mais inovadores, trabalhadores e notáveis governantes que teve.

9) Como diz Rui Ramos (2011, p. 54), antes de se converter ao socialismo, a esquerda radical era contra a despesa pública.

tecnológico, comercial e industrial do país (Carvalho, 2001, pp. 562-567). O historiador Vasco Pulido Valente (1974, p. 15) explica porquê:

> A insistência nas funções cívicas do ensino é característica dos ideólogos e dirigentes liberais que, democratas doutrinários, se encontram numa situação em que a prática da democracia diariamente se revelava impossível, se não indesejável.

> Apesar da boa vontade de Passos Manuel e do referido decreto, no seu art.º 39º, abrir a possibilidade de instalação de liceus à iniciativa privada, deve salientar-se, porém, que os primeiros liceus, dois em Lisboa e um no Porto, apenas foram instalados em Setembro de 1840. Rómulo de Carvalho (2001, p. 566) relembra, aliás, que muitas questões ficaram por esclarecer no decreto de Passos Manuel:

> Não se sabe, por exemplo (…) de quantos anos constaria o curso dos liceus, nem quais as matérias que se leccionariam em cada ano, nem o que se ensinaria em cada uma delas, nem a sua distribuição horária no trabalho escolar. Em termos tais tornava-se impossível pôr a funcionar liceus, como escolas novas que eram, com professores insuficientemente preparados, pedagógica e cientificamente, e sem compêndios (…) em muitas disciplinas programadas. A reforma do ensino secundário foi, de momento, uma base mínima de trabalho que agora precisaria de ser minuciosamente desenvolvida em todos os seus pormenores.

É preciso dizer-se, no entanto, que a 20 de Setembro de 1844, ano que baliza, a jusante, a presente tese, o ensino liceal sofreu, durante o governo de Costa Cabral, uma reorganização que destruiu a reforma de Passos Manuel. A componente científica, alicerçada no ensino das ciências aplicadas, foi eliminada ou atenuada dos programas, em favor da componente humanística. O ensino primário foi dividido em dois graus. Eventualmente, a intenção cabralista poderá ter sido somente a de poupar dinheiro num momento em que este não abundava (Costa, 1900, pp. 170-171). O certo é que a reforma cabralista duraria sem grandes mudanças até 1878.

Rómulo de Carvalho (2001, pp. 578-580) faz o seguinte balanço da reforma cabralista, a última a ser aplicada em Portugal antes do final da segunda série d'*O Panorama*:

> Em termos irreais se propõe Costa Cabral combater o analfabetismo, decretando que todos os "pais tutores e quaisquer indivíduos residentes nas povoações em que estiverem colocadas as escolas de instrução primária (…)" mandarem à escola "os seus filhos (…) ou outros subordinados desde os 7 até aos 15 anos (…)" (…). De tal posição se exceptuavam os que provassem que os meninos já possuíssem os conhecimentos daquele grau de ensino, ou que poderiam obtê-los de outra forma (…), ou ainda os que por sua excessiva pobreza não os pudessem enviar à escola. Aqueles pais que não estivessem em nenhuma nestas condições mas a quem fosse "penosa a falta do trabalho dos meninos" poderiam mandá-los à escola apenas "em uma das lições diárias" (…). Deduzidos todos estes casos, que poderiam abranger uma boa parte da população escolar, a obrigatoriedade para os restantes seria sempre de execução precária (…).

Costa Cabral, ao reduzir o ensino científico nos liceus, revelava o seu pendor tradicionalista, definindo-se na luta entre os que defendiam as virtudes formativas das humanidades, dando-lhes preferência nos currículos escolares, e os progressistas que viam no estudo da ciência e da técnica o apetrechamento indispensável para integrar os jovens no mundo moderno.

Maria de Fátima Nunes (1989, pp. 9-10), ao balancear as transformações que os liberais triunfantes da guerra civil induziram após 1834, e em particular no período setembrista, escreve:

> As reformas foram tomando o aspecto de formulário legislativo, traduzidas em decretos e portarias que iam aparecendo no *Diário do Governo*. Novos estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior contribuíram para cimentar junto da opinião pública a ideia da associação entre liberdade civil/ política e a instrução nacional, aumentando-se, assim, a capacidade de concretizar o somatório das felicidades individuais e materiais da Nação.

> O Estado deveria (teria de) despoletar mecanismos necessários a formar, e informar, cidadãos, filtrados através de um renovado sistema educativo, moldado por uma cabal reforma pedagógica que contribuísse para a coesão do consciente colectivo da sociedade que acabara de triunfar face ao perigo do absolutismo miguelista.

O liberalismo propunha-se, efectivamente, de algum modo, retomar o espírito das luzes, mas alargando os benefícios da instrução e da cultura. Se na nova matriz política e constitucional do Estado de Direito português, a legitimidade do poder e da estrutura da ordem política advinha da *nação soberana*, então fazia todo o sentido formar *cidadãos* capazes de participar consciente e democraticamente no processo decisório (desde que auferissem de determinados rendimentos e fossem chefes de família). Alexandre Herculano (184_, p. 28) coloca bem o dedo na ferida ao exclamar que um povo ilustrado "facilmente se governa, sendo ao mesmo tempo difícil oprimi-lo".

A imprensa foi fundamental para a promoção do ideário da propagação e democratização das luzes, através do ensino público. Autor anónimo (possivelmente José Ferreira Borges), no texto de abertura do primeiro número do *Repositório Literário da Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, de 15 de Outubro de 1834, não deixa de apontar que, uma vez reencontrada uma certa normalidade, o grande investimento no futuro do país deveria ser a promoção da educação dos portugueses, através do ensino público:

> depois do restabelecimento das *liberdades pátrias*, cumpre promover a difusão da instrução pública, (…) e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da iniquidade.

O mesmo autor, igualmente no texto de apresentação do *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura do Porto*, ao explicar as intenções do novo periódico, faz conotar o apelo liberal à instrução com a ideia de progresso, progresso este que, para ele, somente as instituições liberais poderiam garantir, a exemplo do que se tinha passado nas nações mais desenvolvidas:

> de despertar o gosto e a necessidade da instrução, de fazer conhecer o que possuímos e difundir e propagar entre nós os inventos de outras nações, que desde há muitos anos favorecidas pelo influxo das instituições liberais, tinham caminhado com rápidos passos no vasto campo das ciências e por este meio contribuído gloriosamente para o esplendor e prosperidade com que (…) fulgiam (…). (Anónimo, possivelmente José Ferreira Borges, 1834a, p. 1)

A *ilustração* de que se fala nos alvores de oitocentos em Portugal é efectivamente encarada, deduz-se das palavras do autor anónimo citado, como condição de superação "da ignorância e da iniquidade" que tinham conduzido o país à ruína. As luzes seriam, em suma, o factor capaz de garantir o *progresso material* e de levar os portugueses, enfim, à *prosperidade*, desde que beneficiassem de uma ordem liberal em que pudessem participar como cidadãos cultos e esclarecidos. Efectivamente, a ordem política liberal, perspectivada como uma espécie de "fim da história"[10], de ordem suprema da civilização, necessitava de alimentar a ficção constitucional da *soberania da nação*, obrigando, em consequência, a um esforço colossal, individual e colectivo, de formação de *cidadãos*:

10) O conceito de "fim da história" vem da filosofia hegeliana, também ela fruto do século XIX e da ordem política liberal instaurada em oitocentos. Trata-se de um conceito que sustenta que os processos históricos, enquanto processos de mudança, teriam um fim, que seria concretizado no momento em que a humanidade atingisse o equilíbrio e beneficiasse, toda ela, de uma ordem política demoliberal e de igualdade perante a Lei. Nesse sentido, o fim da história seria o momento culminante da civilização. Assim, o conceito, conotativamente, sugere a superioridade do liberalismo ocidental sobre outras formas de organização política e social, ideia bem enraizada na Europa do século XIX (o próprio colonialismo era justificado pela *missão civilizadora* do homem branco). Não é pois de admirar que os portugueses de oitocentos se sentissem inferiorizados ao comparar-se com países economicamente mais ricos e prósperos e quisessem emulá-los, do mesmo modo que se sentiam superiores aos habitantes nativos das suas colónias. O conceito de Hegel foi desenvolvido por Francis Fukuyama, após a queda do Muro de Berlim, na obra *O Fim da História e o Último Homem* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1992). Nela, o autor considera que, derrotados os fascismos e os socialismos, a ordem capitalista demoliberal seria o ponto culminante da história da humanidade, até porque os nacionalismos e os fundamentalismos religiosos nunca poderiam gerar um projecto universal de governo humano. A solução final para o governo humano seria, em consequência, o demo-liberalismo capitalista.

> dê-se-lhe o precioso alento, considere-se, premeie-se como manda a Carta Constitucional, o que se pode distinguir; e nós veremos muito em breve a agricultura danosa pagar ao cultor o fruto da sua instrução e do seu trabalho; a indústria fecunda suspender a tormenta de numerário com que pagamos aos estrangeiros a vantagem da sua; e o comércio activo e engenhoso exportar os produtos duma e doutra. (…) A instrução pública é a base mais sólida do Governo Constitucional. (Anónimo [A. A.], 1834b, p. 9)

Uma frase escrita no número 105 da *Crónica Constitucional de Lisboa*, de 23 de Novembro de 1838, ilustra bem o espírito liberal: impunha-se "generalizar a instrução primária e as luzes". Isso deveria ser feito, na perspectiva liberal, através do lançamento de escolas públicas, que subtraíssem a escolarização das mãos da Igreja Católica[11]. Mas também, subentende-se, pela generalização do acesso à cultura (científica, humanística, literária, filosófica, artística...), através dos mais variados meios, nomeadamente a imprensa periódica – que, registe-se, já nos tempos das emigrações liberais apostava na promoção das luzes[12].

O aparecimento de sociedades filantrópicas liberais ligadas à promoção e democratização do acesso à cultura deve ser lida nessa conjuntura, em que também se inscreve a proliferação de bibliotecas (Torgal e Vargues, 1998, pp. 577-579). Por um lado, correspondiam ao desiderato liberal de expansão das Luzes; por outro, compensavam as incapacidades do Estado, que por falta de recursos docentes laicos não conseguia suprir por inteiro o papel educativo anteriormente consignado, fundamentalmente, à Igreja Católica. Maria Cristina Nogueira Lança de Mello (1971, p. 8) explicita:

---

11) António Nóvoa (1987, pp. 343-350) documenta que entre 1794 e 1900 se fundaram 4495 escolas primárias. Apesar de a maioria dessas escolas terem sido fundadas depois de 1854, entre 1831 e 1844 subiram de 796 para 1116. O número de padres, em contrapartida, diminuiu. Oliveira Marques (1986, p. 118) escreve que entre 1820 e 1840 o clero diminuiu de 24 mil para dez mil padres. Diga-se, no entanto, que a política de privilégio da escola pública secular e laica enfrentava um problema gigantesco: o da falta de professores (num país pouco instruído, os padres, cem número cada vez menor. eram dos pouco letrados). Além do mais, fora das capitais de distrito, os seminários continuaram a ser núcleos importantes de instrução gratuita e aberta a toda a sociedade (Oliveira Marques, 1986, p. 118).

12) Podem dar-se como exemplos *O Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, publicado entre 1808 e 1822, e os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, publicados entre 1818 e 1822.

> surgem sociedades que criaram uma imprensa divulgadora de conhecimentos científicos, jurídicos, médicos, industriais e literários. Os seus principais órgãos de informação foram publicações periódicas, atingindo algumas grande projecção. Tinham por fim (…) animar e incentivar o gosto pelas letras, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelas ciências (…), acendendo (…) o amor do trabalho e da cultura.

No mesmo sentido, escreve João Bartolomeu Rodrigues (2008, p. 69):

> A ilustração surgia, assim, como cruzada contra o atraso e a inércia de um país inconformado com o destino a que tinha sido votado. A missão era civilizadora, a meta era acender as luzes e combater as trevas da ignorância, abrir as portas ao progresso e permitir que em Portugal, como nos países mais desenvolvidos, brilhasse a incandescência da razão. Todos os espíritos ilustrados tinham consciência da urgência desta missão e todos sabiam que o único caminho possível para travar esta batalha decisiva era a instrução.

A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que editou as duas primeiras séries de *O Panorama* foi uma dessas organizações surgidas para propagar as luzes[13], e uma das mais paradigmáticas:

> (…) com o liberalismo assistimos a uma difusão muito grande da actividade impressora e editorial, que se vai espalhar pelo país (…). Neste sentido assumiram um papel importante algumas empresas livreiras (…) e (…) empresas de natureza cultural, como, apenas para citar um exemplo modelar, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, criada em 1837, onde pontificou Herculano e que esteve ligada à edição de *O Panorama*, que constitui um caso fundamental no periodismo cultural português (…), pois

13) De dizer, porém, que por trás dos propósitos filantrópicos por vezes também existia intenção de lucro. A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis distribuiu dividendos pelos accionistas pelo menos em 1839 e 1840, segundo os relatórios de actividades e contas apensos ao *Panorama*. O director Viana Pedra queixava-se, inclusivamente, que alguns dos accionistas "entraram para a Sociedade com o cheiro de muitos lucros." (Baptista, 1977, p. 70, nota 15).

> foi considerado no tempo um dos melhores periódicos "literários" (…). (Torgal e Vargues, 1998, p. 579 e p. 582)

A bem da verdade, antes e depois do surgimento da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis e d'*O Panorama*, outras organizações houve que lançaram publicações com o mesmo propósito de contribuir para o progresso do país promovendo a instrução e a cultura[14] e combatendo o "indiferentismo" de que se queixava o escritor e político oitocentista Almeida Garrett (1830, pp. VI-VII), em palavras que hoje ainda são bem actuais:

> É sem dúvida a servidão o mais insuportável dos males e o mais abominável dos flagelos. Como nascidos que somos para a liberdade, nossa própria natureza a ela repugna. A existência se nos torna indiferentes e a morte que a termina lhe deve ser preferível. (...) Desta fatal corrupção das sociedades nasce o maior inimigo da liberdade, o indiferentismo.

É assim compreensível que no *Diário do Governo* de 14 de Janeiro de 1837 se leia, numa portaria datada da véspera, o seguinte texto de enquadramento e apoio à fundação da Sociedade Civilizadora:

> Sua Majestade deseja animar e proteger o espírito de Associação, porque é só pela reunião de muitas forças e vontades que se poderão acabar grandes coisas, e nada é tão útil como dirigir a actividade dos cidadãos para objectos que possam melhorar os seus interesses materiais e morais.

Foram efectivamente muitas as organizações (mais ou menos) filantrópicas que, com o objectivo de fazer avançar a "civilização" no país e de o fazer trilhar um caminho de progresso – de progresso *material*, *científico* e *cultural*,

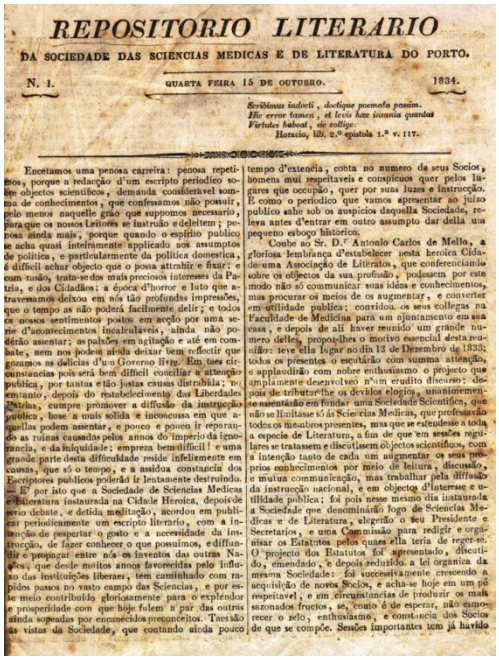
14) Eis alguns exemplos: *Jornal da Sociedade Literária e Patriótica* (1822); *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto* (1834); *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (1836); *Museu Portuense* (1838), da Sociedade de Tipografia Comercial Portuense; *O Cosmograma Literário* (1841), da Sociedade Escolástica-Filomática; e *O Filólogo* (1844), da Sociedade Escolástico-Micaelense.

explicite-se – nasceram com a instituição do regime liberal. Todas ou quase todas elas publicaram periódicos, nos quais desaguavam as preocupações que manifestavam com a promoção do conhecimento e que marcavam a posição dos seus redactores no espaço público[15].

> As sociedades de diversos tipos (…) têm então um papel fundamental na vida cultural do país. Desenvolviam uma activa sociabilidade cultural no seu interior e no seu exterior, através de várias manifestações, inclusivamente dos seus periódicos. (Torgal e Vargues, 1998, p. 581)

A Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto foi fundada em 1833, tendo lançado, em 1834, o *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, cuja edição, não obstante, cessaria logo em 1835.

15) Não será este o espaço para se debaterem as teorias do espaço público. De qualquer modo, quando aqui se fala de espaço público, enquanto *locus* estruturado, pretende falar-se do espaço público que, grosso modo, se poderia classificar como "burguês", constituído pelas elites alfabetizadas e com poder de voto e de compra. A população em geral estava ausente deste espaço público moldado pela comunicação social e, portanto, singularmente simbólico.



REPOSITORIO LITERARIO

DA SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS E DE LITERATURA DO PORTO.

N. 1. QUARTA FEIRA 15 DE OUTUBRO. 1834.

Scribimus indocti, doctique poemata passim.
Hic error tamen, et levis hæc insania quantas
Virtutes habeat, sic collige.
Horacio, lib. 2.º epistola 1.ª v. 117.

Encetamos uma penosa carreira: penosa repetimos, porque a redacção d'um escripto periodico sobre objectos scientificos, demanda consideravel somma de conhecimentos, que confessamos não possuir, pelo menos naquelle grão que suppomos necessario, para que os nossos Leitores se instruão e deleitem; penosa ainda mais, porque quando o espirito publico se acha quasi inteiramente applicado aos assumptos de politica, e particularmente da politica domestica, é difficil achar objecto que o possa attrahir e fixar; e com razão, trata-se dos mais preciosos interesses da Patria, e dos Cidadãos: a época d'horror e luto que atravessamos deixou em nós tão profundas impressões, que o tempo as não poderá facilmente delir; e todos os nossos sentimentos postos em acção por uma serie d'acontecimentos incalculaveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda deixar bem reflectir que gozamos as delicias d'um Governo livre. Em taes circunstancias pois será bem difficil conciliar a attenção publica, por tantas e tão justas causas distrahida; no emtanto, depois do restabelecimento das Liberdades Patrias, cumpre promover a diffusão da instrucção publica, base a mais solida e inconcussa em que aquellas podem assentar, e pouco e pouco ir reparando as ruinas causadas pelos annos do imperio da ignorancia, e da iniquidade: empreza bem difficil! e uma grande parte desta difficuldade reside infelizmente em causas, que só o tempo, e a assidua constancia dos Escriptores publicos poderão ir lentamente destruindo. — E' por isto que a Sociedade de Sciencias Medicas e Litteratura instaurada na Cidade Heroica, depois de serio debate, e detida meditação, accordou em publicar periodicamente um escripto litterario, com a intenção de despertar o gosto e a necessidade da instrucção, de fazer conhecer o que possuimos, e diffundir e propagar entre nós os inventos das outras Nações, que desde muitos annos favorecidas pelo influxo das instituições liberaes, tem caminhado com rapidos passos no vasto campo das Sciencias, e por este meio contribuido gloriosamente para o esplendor e prosperidade com que hoje folem a par das estrangeiras ainda sopeadas por encanecidos preconceitos. Taes são as vistas da Sociedade, que contando ainda pouco tempo d'extencia, conta no numero de seus Socios, homens mui respeitaveis e conspicuos quer pelos lugares que occupão, quer por suas luzes e instrucção. E como o periodico que vamos apresentar ao juizo publico anhe sob os auspicios daquella Sociedade, releva antes d'entrar em outro assumpto dar della um pequeno esboço historico.

Coube ao Sr. D.r Antonio Carlos de Mello, a gloriosa lembrança d'estabelecer nesta heroica Cidade uma Associação de Litteratos, que conferenciando sobre os objectos da sua profissão, podessem por este modo não só communicar suas idéas e conhecimentos, mas procurar os meios de os augmentar, e converter em utilidade publica: convidou os seus collegas na Faculdade de Medicina para um ajuntamento em sua casa, e depois de ali haver reunido um grande numero delles, propoz-lhes o motivo essencial desta reunião: teve ella lugar no dia 13 de Dezembro de 1833; todos os presentes o escutárão com summa attenção, e applaudirão com sobre enthusiasmo o projecto que amplamente desenvolveo n'um erudito discurso: depois de tributar-lhe os devidos elogios, unanimemente assentárão em fundar uma Sociedade Scientifica, que não se limitasse só ás Sciencias Medicas, que professão todos os titulares presentes, mas que se estendesse a toda a especie de Litteratura, a fim de que em sessões regulares se tratassem e discutissem objectos scientificos, com a intenção tanto de cada um augmentar os seus proprios conhecimentos por meio de leitura, discussão, e mutua communicação, mas trabalhar pela diffusão da instrucção nacional, e em objectos d'interesse e utilidade publica; foi pois nesse mesmo dia instaurada a Sociedade que denominárão logo de Sciencias Medicas e de Literatura, elegerão o seu Presidente e Secretarios, e uma Commissão para redigir e organisar os Estatutos pelos quaes ella teria de reger-se. O projecto dos Estatutos foi apresentado, discutido, emendado, e depois redigido a lei organica da mesma Sociedade: foi successivamente crescendo a acquisição de novos Socios, e acha-se hoje em um pé respeitavel, e em circumstancias de produzir os mais sazonados fructos, se, como é de esperar, não esmorecer o zelo, enthusiasmo, e constancia dos Socios de que se compõe. Sessões importantes tem já havido

Fig. 1 – O *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, um dos periódicos lançados por sociedades filantrópicas e de promoção cultural no país.

A Sociedade Promotora da Indústria Nacional, de 1822, foi restaurada em 1834 e relançou o seu periódico, o *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, fundado, igualmente, em 1822, cuja edição tinha sido interrompida, mas que viria a ser publicado até 1854.

A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa surgiu em 1835 e editou, também ela, um jornal, o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de* Lisboa, que, publicado ininterruptamente, perduraria até hoje, já na Internet e de acesso livre.

A Sociedade dos Amigos das Letras, criada em 1836, lançou o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, cujo objectivo, segundo José Silvestre Ribeiro (1871-1893, vol. VIII, p. 359), era "promover reformas e melhoramentos literários (…) no reino de Portugal e maiormente na parte em que pudessem ter

imediata aplicação prática". O jornal, porém, terá tido existência efémera, pois apenas se conhecem cinco números.

E em 1837 surgiria a primeira editora d'*O Panorama*, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, animada por aquele que foi, possivelmente, o principal intelectual português de oitocentos, Alexandre Herculano, e acarinhada pela Rainha Dona Maria II e mesmo pelos governos de diferentes tendências que se foram sucedendo no país.

Apesar dos esforços individuais e colectivos, mais ou menos desprendidos, deve, todavia, salientar-se que o objectivo de promoção da instrução nunca seria atingido até à Terceira República. Rómulo de Carvalho (2001, p. 635) e António Nóvoa (1987, p. 351) explicitam que no início do século XX Portugal ainda contava com mais de 80% de analfabetos, conjecturando Joel Serrão (1981, p. 22) que nas primeiras décadas de 1800 essa cifra ascendia a mais de 90%. A I República e o Estado Novo fomentaram a instrução primária, mas ainda assim as taxas de analfabetismo mantiveram-se elevadas, pois só nos anos 1950 se conseguiu que quase todas as crianças entre 6 e 9 anos frequentassem a escola primária (Carvalho, 2001; Nóvoa, 1992). A conjuntura tinha reflexos na imprensa:

> O número de letrados é ainda muito reduzido (…). Os sistemas educativos ainda não estão desenvolvidos de forma a garantir à maior parte da população as condições para o desenvolvimento (…) da (…) leitura. As condições socioeconómicas também não permitem ainda o acesso aos meios existentes (…). Desta forma, o público generalizado a quem se dirigem os periódicos desta época é relativamente reduzido, concentrado em grupos sociais privilegiados ou com actividades económicas e profissões cujas necessidades obrigam à aquisição de saberes e capacidades de escrita e leitura. (Reis, 2005, p. 2)

Assim, os periódicos de difusão cultural apenas chegavam em condições ideais de apreensão da mensagem a uma minoria da população, sendo algo surpreendente, deste ponto de vista, a voracidade com que *O Panorama* foi recebido. Os periódicos políticos, geralmente facciosos, interessariam ainda a

menos gente do que os periódicos de divulgação cultural de interesse geral. O espaço público, eminentemente simbólico, estruturado pela comunicação social da época, era, portanto, um espaço público que se poderia classificar como burguês – a maioria da população não tomava parte dele. Quer por razões de analfabetismo, quer ainda por falta de poder de compra, a imprensa circulava sobretudo entre os homens alfabetizados e com suficiente poder económico para serem considerados "cidadãos livres" e, assim, poderem exercer o direito de voto, que as mulheres e o povo, em geral, não tinham.

1.4 Liberalismo e romantismo: a renovação das letras e do jornalismo

Grande parte do século XIX foi dominada, no Ocidente, por um movimento de renovação das letras e das artes plásticas designado por romantismo, dominado por "artistas cuja confiança na expressão individual se tornou sinónimo de ideias de liberdade (…), optimismo e esperança" (Williams, 2011, p. 125). Em parte, radicava na noção avançada por Jean-Jacques Rosseuau, que abriu *O Contrato Social*, obra publicada em 1762, com a célebre frase "O homem nasce livre e por toda a parte se encontra acorrentado".

Enquanto movimento "de livre expressão do espírito humano" (Williams, 2011, p. 125), o romantismo casava bem com os ideais e valores liberais, que apelavam à formação cívica e política dos cidadãos e à ideia de liberdade. Apesar de não ser um movimento político, mas sim artístico e filosófico, o romantismo teve, em consequência, influência na política, até porque "promoveu o valor das diferenças nacionais, crendo que uma sociedade ficava fortalecida se alimentada com a sua própria cultura e história" (Williams, 2011, p. 128). Como a aguerrida confrontação política que se materializava, em grande medida, nos jornais, o romantismo teve também, logo, grande repercussão no jornalismo, quer na imprensa "de ilustração", de que *O Panorama* é exemplo, quer na imprensa política.

Nas origens remotas do romantismo esteve "o progresso económico, político e social da burguesia", que possibilitou o aparecimento de um público leitor vasto, interessado na *coisa pública* mas também na leitura como instrumento de

ilustração e de entretenimento; no seu fecho, esteve a ascensão do proletariado e outras consequências da revolução industrial que transformou completamente a vida na Europa e nos Estados Unidos (Saraiva e Lopes, 1979, pp. 711).

Literatura e o jornalismo, ao longo do século XIX, cativavam, assim, novos públicos, significativamente distintos do público reduzido constituído pelas elites letradas e pelo público de salão dos dois séculos anteriores (Saraiva e Lopes, 1979, pp. 710-7114).

> As grandes camadas burguesas crentes na capacidade de criar riqueza e de providenciar o destino individual encontram-se então numa fase de combatividade ideológica, animadas de uma confiança na natureza e no futuro da humanidade que se manifesta na teoria da harmonia universal, justificativa da livre concorrência individual no jogo económico. Acreditam na eficácia da razão e procuram fora da Igreja uma direcção espiritual. É uma grande massa que pede ao escritor, acima de tudo, ideias e sentimentos orientadores e que animem certos novos valores. O escritor encontra assim (…) oportunidades sem precedentes para se fazer ouvir, para espalhar sementeiras doutrinárias ou para provocar correntes emocionais de simpatia até então só acessíveis aos pregadores religiosos. (Saraiva e Lopes, 1979, p. 713)

Quais são, assim, os valores que inflamam o romantismo? Para Hugh Williams (2011, pp. 129):

> Os românticos preferiram o estético ao prático, o belo ao útil. Odiaram o que consideravam ser a fealdade e depredação da Revolução Industrial. Gostavam do mundo medieval (…) em que os cavaleiros e as donzelas viviam em castelos e onde o misterioso e desconhecido estavam sempre a postos para desempenharem uma função no quotidiano.

Em sintonia com Williams, António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, pp. 710-711) afirmam que o romantismo, enquanto movimento de renovação das

letras – incluindo o jornalismo – cultiva, simultaneamente, o historicismo e o individualismo:

> Há dois aspectos a que se costuma dar um relevo especial, pela importância que assumem nos géneros literários mais típicos da época romântica (…): o historicismo e o individualismo. Os decénios (…) de Romantismo foram aqueles em que o ponto de vista (…) histórico se começou a impor (…). Quanto ao individualismo, (…) costuma apontar-se, quer a sua consonância com o derrubamento final das instituições e ideologias feudais-absolutistas e com o individualismo político e económico de ideologia e âmbito burgueses, quer a sua reacção a formas novas de degradação humana, e até ecológica, acarretadas pela omnipotência do dinheiro, agora com menos entraves às suas funções mercantis, e pela revolução industrial (…).

Na perspectiva de Torgal e Vargues (1998, p. 575), um outro elemento caracteriza o romantismo: a valorização da "cultura popular".

> Isso é evidente com fenómenos tão diversos como (…) as associações promotoras da cultura popular, (…) a literatura escrita ou editada para o "povo", o jornalismo de grande divulgação (…) que dá a conhecer a uma camada mais alargada de público o que se passa em Portugal ou "lá fora"… (Torgal e Vargues, 1998, p. 575)

Estilisticamente, quais os traços identificadores do romantismo nas letras? Os historiadores da literatura portuguesa António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, pp. 710-711 e 714) escrevem:

> Já a etimologia do termo indigita algumas das feições mais frequentemente tidas como definitórias do Romantismo: o gosto das tradições medievais, muitas delas conservadas (…) na cultura folclórica (…), que a burguesia letrada revaloriza em oposição à cultura sem carácter nacional. Por outra banda, esta tendência liga-se (…) a certas características formais: o banimento da mitologia e dos processos eruditos da retórica greco-romana;

> a mistura dos géneros (…); um estilo em que o sublime e o grotesco se justapõem, e (…) libertação estilística (…). Às amenidades do bucolismo (…), opõem-se o belo horrível, disforme, tenebroso, cemiterial ou fantástico (…); à ordem e à medida, o desordenado e o desmesurado (…); aos contornos nítidos e diurnos, o enevoado, o nocturno, o sonho irreal; à racionalização e ponderação (…), a factura improvisada (…), a digressão a propósito ou despropósito, a interrupção da narrativa para um comentário ou confidência ao leitor, o exagero sentimental e melodramático; (…) cultiva-se uma adjectivação, uma pormenorização descritiva orientadas a dar uma cor local ou histórica, o pitoresco e o exótico (não apenas o medievo, ou em geral, passadista, mas também o espanhol, argelino, oriental, dos ambientes miseráveis, o das lendas e mitologias germânicas, célticas e outras. (…) Está enraizado em vivências locais e regionais (…). Daqui resultam algumas (…) características (…): estilo declamatório, por vezes redundante e um tanto vago (…); o gosto pelas hipérboles e (…) exclamações (…); o gosto das imagens, que o concretizam e popularizam; o uso de um vocabulário mais rico em alusões concretas, menos selecto, mais correntio, mais familiar e mais sensorial; a introdução de dados captados no ambiente; a presença física das personagens humanas, dos interiores e das paisagens (…); o recurso ao romanesco, à peripécia que prende a imaginação e a certos ingredientes (…) de resultados garantidos (exotismo, fantasmagoria) (…).

Uma outra característica, porém, pode ser somada às anteriores, remetendo para o valor liberal e romântico do individualismo: “o culto da originalidade pessoal, em oposição à teoria clássica da imitação” (Saraiva e Lopes, 1979, p. 711).

O romantismo terá sido o movimento que guindou a literatura portuguesa à contemporaneidade, mas teve também profundas repercussões na oratória política e, consequentemente, no campo jornalístico, segmentado, durante grande parte do século XIX, pelos periódicos de diferentes cores políticas que se digladiavam no seu seio. A sua implantação em Portugal foi facultada, ou até mesmo promovida, pela nova atitude de amor às liberdades cívicas e de

abertura mental do liberalismo. Aliás, foram, em grande medida, os exilados liberais que, regressados ao país, fizeram ecoar cá dentro o que se passava na restante Europa. Em conjunto, liberalismo e romantismo terão forjado alguns dos elementos centrais do Portugal contemporâneo, conforme intuiu o próprio Herculano (1850, p. 33), que atribuiu às mudanças sociais introduzidas pelo liberalismo português – como, pode agora dizer-se, a afirmação do indivíduo e das liberdades cívicas e a exaltação dos valores pátrios – a responsabilidade pela renovação literária trazida pelo movimento romântico, cujos elementos centrais ecoavam, porém, o que se passava – ou tinha passado – na Europa. José Tengarrinha (1989, p. 149) é claro:

Sendo a essência do nosso primeiro romantismo a estreita aliança que se firma entre revolução política e revolução literária, estabelece-se, portanto, uma profunda e dinâmica relação entre a literatura e a sociedade em renovação, ou, por outras palavras, a literatura é encarada como instrumento de transformação política e social. Para expor os mais agudos temas revolucionários e encontrar meios de expressão que assegurem um contacto mais simples e directo com um largo público, as formas tradicionais são consideradas insuficientes. O teatro toma grande desenvolvimento (…), mas estaria reservado a duas outras formas de expressão o veículo mais adequado para essa arrebatada efusão do sentimento na palavra e da palavra na acção: a oratória e o jornalismo. E tão profundamente uma e outro andam ligados que, ao falar do início do constitucionalismo – expressão política do romantismo, se disse que ela se manifestava principalmente pela palavra falada – eloquência, e pela palavra escrita – jornalismo.

Vamos encontrar nos homens de 1834 conceitos acerca da imprensa idênticos aos de 1820. Mas aqueles tinham agora possibilidades de os pôr em execução – ou, pelo menos, as condições eram mais favoráveis.

Também Saraiva e Lopes (1979, p. 723) associam a aparição do romantismo à evolução da situação política nacional:

A introdução da nova literatura é uma revolução comparável, pelas suas consequências radicais e pela sua quebra de continuidade com o passado, à revolução política de 1832-1834. (…) Pela mesma época, também, inicia-se a publicação da primeira revista romântica portuguesa, *O Panorama*. Os géneros característicos da nova literatura portuguesa são o romance e o drama históricos,

cultivados por Herculano e Garrett, segundo inspiração de Walter Scott e Vitor Hugo. (…) É à volta de 1840 que se situa o apogeu do primeiro Romantismo português (…). O êxito fulgurante de Herculano e de Garrett, o esquecimento rápido e geral em que caíram os géneros clássicos, mostram como esta mudança literária correspondia a uma mudança no público. Existia, na realidade, um público alfabetizado cujas características e predilecções se podem avaliar pelo êxito de revistas como *O Panorama* (5000 exemplares vendidos por número em 1837). O jornalismo conhece nesta época uma fase brilhante, dando aos grandes escritores (Garrett e Herculano incluídos) ocasião de comunicar com muitos leitores.

Alexandre Herculano (1834a, pp. 4-5) escrevia, logo em 1834, no rescaldo da vitória liberal na guerra civil, que a literatura portuguesa estava em "decadência", precisando, por isto, de encontrar novos rumos, isto é, "ideias mais análogas às dos tempos actuais", conforme se passava na restante Europa. Em 1835, sublinhava que "a literatura há já anos adormeceu ao som dos gemidos da desgraça pública, mas agora (…) deve despertar (…) uma (…) transição de ideias." (Herculano, 1835, p. 54) Essa conjuntura obrigaria a uma ruptura com o passado e mesmo a uma espécie de terapia de choque: "Esta situação é violenta e muito mais para nós que temos de passar de salto sobre um longo prazo de progressão intelectual para emparelharmos o nosso andamento com o do século." (Herculano, 1835, p. 54) O autor atribui, assim, aos poemas *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), de Almeida Garrett, a responsabilidade pela introdução do romantismo no país, com a consequente adesão de muitos aos novos ideais estéticos e temáticos "com aquele carácter de nacionalidade sem o qual nenhum povo se pode gabar de ter uma literatura própria" (Herculano, 1834b, p. 38):

O movimento intelectual da Europa não passou a raia de um país onde todas as atenções, todos os cuidados, estavam aplicados às misérias públicas e aos meios de as remover. Os poemas *D. Branca* e *Camões* aparecerão um dia nas páginas da nossa história literária sem precedentes que os anunciem, um representando a poesia nacional, o romântico; outro a moderna poesia sentimental do Norte. (Herculano, 1834a, pp. 4-5)

De qualquer modo, e como acentuam Saraiva e Lopes (1979, p. 723), a publicação, em 1836, de *A Voz do Profeta*, do próprio Alexandre Herculano[16], e a proliferação, em Portugal, das obras de Walter Scott[17] também terão tido a sua influência na definitiva implantação do Romantismo em Portugal, ao levar os espíritos a viajar até à época medieva e, no caso dos autores nacionais, aos temas portugueses medievais, conforme o comprovam os contos históricos inseridos n'*O Panorama*, entre outros por Alexandre Herculano. Poderá, possivelmente, afirmar-se que a busca de temas literários nacionais (em detrimento dos temas da Antiguidade Clássica típicos do Classicismo) trazida pelo Romantismo mesclou-se, de algum modo, com o liberalismo, numa espécie de ideologia liberal, mas patriótica, algo nacionalista, que, conforme adiante se notará, trespassa todo *O Panorama*.

16) Lisboa: Oficina de Galhardo. Em 1837, a mesma obra foi reeditada pela Tipografia Patriótica

17) A obra de Walter Scott foi abundantemente traduzida em Portugal logo no início do século XIX. A sua novela de cavalaria *Ivanhoé ou o regresso do cruzado*, por exemplo, foi publicada em Portugal logo em 1838 (Lisboa: Tipografia de J. Baptista Morando), havendo uma edição anterior, em língua portuguesa, publicada em Paris, em 1837 (Livraria J. P. Aillaud). *A Dama do Lago*, poema, teve uma edição logo em 1822 (Lisboa: Tipografia de Bulhões). *O Talismã ou Ricardo na Palestina* foi editado língua portuguesa em Paris, em 1837 (Livraria J. P. Aillaud). A Imprensa-Nacional (Lisboa) lançou, em 1837, *O Oficial da Fortuna*. O próprio *Panorama* se refere à publicação, em português, de *Ivanhoe*: "*Ivanhoe traduzido em vulgar* – Vieram a nossas mãos, quase simultaneamente, duas versões deste romance, o mais acabado e perfeito do fecundíssimo Walter Scott. É impressa uma das traduções em Paris, outra em Lisboa. (…) A versão feita em Paris, barbaríssima em linguagem, é uma destas obras de *fancaria* com que se costumam atulhar as lojas dos livreiros. O tradutor (…) cortou passagens inteiras (…), torceu outras e converteu o curioso e poético romance de Ivanhoe num tedioso conto. (…) Os versos das epígrafes dos capítulos e os que vêm no corpo do livro, quando os não suprimiu, reduziu-os a versos portugueses, quase sempre errados. (…). A tradução de Lisboa, pelo contrário, vê-se que foi feita com consciência, e que o original e as versões francesas estiveram sempre diante dos olhos do tradutor. A linguagem é limpa e corrente, e o texto fielmente dado. Enfim, é um romance bem traduzido, coisa raríssima na nossa terra, onde esta casta de literatura é sempre tratada com uma espécie de desprezo, sendo certo que há novelas que valem mais como coisas literárias do que certos tratados científicos, ou certas matérias de elevada literatura, que tradutores e autores tratam com maior esmero." (Anónimo [eventualmente Alexandre Herculano], Ivanhoe traduzido em vulgar, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 52, p. 134)

Capítulo II

Jornalismo em Portugal e na Europa na primeira metade de Oitocentos: modelos para O Panorama

Várias obras sobre a história do jornalismo português permitem apurar o contexto histórico-jornalístico da época, essencial para a compreensão das dinâmicas do *Panorama* no meio em que se inseria. Entre elas encontra-se o clássico livro de Tengarrinha (1989) sobre a história da imprensa periódica portuguesa no período Monárquico. Esta obra é complementada pelas excelentes sínteses de Sousa (2008a; 2008b), autor que, ao contrário de Tengarrinha, também tenta determinar como se processou a evolução dos dispositivos retóricos e do design no jornalismo. Outras obras, como a de Buescu (1997) e o – também ele – clássico inventário bibliográfico de Silva [e Aranha] (1858-1958), auxiliam nas tarefas de compreensão do ambiente literário e bibliográfico da época de *O Panorama*.

Ao folhear-se o clássico *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, de José Tengarrinha (1989, pp. 25-123) fica-se com exacta noção da fraca expressividade da actividade jornalística[1] em Portugal até ao vintismo. Periódicos como a *Gazeta* "da Restauração" e o *Mercúrio Português* tinham, no século XVII, sintonizado Portugal com o movimento jornalístico do resto da Europa, mas essa sintonia foi-se perdendo. Não é que não tivessem sido publicados jornais em Portugal. Mas o número de títulos e as suas tiragens eram residuais, sendo igualmente residual o público que atingiam, inevitavelmente circunscrito às elites ilustradas e alfabetizadas.

1) Não se pretende debater aqui o que é e o que não é jornalismo, até porque é nossa convicção de que essa caracterização depende do contexto de cada época. Por "actividade jornalística", deve assim, neste trabalho, entender-se, fundamentalmente, a actividade regular de publicação de periódicos que continham informações.

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 71 - 100]

A publicação de periódicos em Portugal foi ainda constrangida pela censura, civil e eclesiástica, e pelo mecanismo dos licenciamentos – quer para a edição de periódicos, quer para a posse de tipografias. De algum modo, os governantes perceberam a força que a imprensa poderia ter na sociedade. Por um lado, ao serem instrumentos de democratização do acesso à cultura e à informação, os periódicos constituíam um sério desafio ao monopólio da Igreja Católica no acesso ao conhecimento. Por outro lado, os jornais poderiam ameaçar o poder régio, tanto mais que se sabia o quanto os jornais políticos britânicos, do século XVII, e americanos e franceses, do século XVIII, tinham contribuído para as mudanças revolucionárias que se verificaram no decurso destes dois séculos.

As invasões napoleónicas e a consequente fuga da família real para o Brasil incentivou a publicação de vários periódicos "políticos" e "político-noticiosos" contra e a favor dos franceses, vários deles clandestinos. A *Gazeta de Lisboa*, órgão oficioso do governo, foi colocada ao serviço de Junot, enquanto este general francês ocupou Lisboa (a coroa respondeu com a *Gazeta do Rio de Janeiro*). Mas apesar da vigilância das autoridades de ocupação, surgiram contra os franceses "pasquins, folhas volantes, os *mensageiros*, os *correios*: uns insultuosos, outros proféticos, outros jocosos" (Tengarrina, 1989, p. 60).

> No ano de 1809, da segunda invasão francesa, criaram-se 24 periódicos, o que dá uma imagem expressiva da efervescência de ânimos e do dinamismo e combatividade da opinião pública (…). Este surto surpreendente só foi possível devido à relativa liberdade que então os poderes públicos deram à imprensa. (…) Mas assim que a guerra se acabou (…) deram logo cabo de todos os escritos; e só conservaram a *Gazeta de Lisboa* (…). (Tengarrinha, 1989, p. 61, citando, em parte, José Liberato Freire de Carvalho, redactor de *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, publicado em Londres.)

Entre os periódicos surgidos aquando das invasões francesas, deve destacar-se *O Diário Lisbonense* (1809-1813), primeiro diário português, fundado por Estêvão Brocard, A *Gazeta de Lisboa* também começou a publicar-se diariamente a partir de Junho de 1809.

As invasões francesas obrigaram, por outro lado, muitos intelectuais portugueses librais a exilarem-se em Inglaterra. Querendo intervir nos assuntos públicos portugueses, alguns deles encontraram na imprensa política o seu dispositivo de eleição, o único capaz de propagar eficazmente a sua voz no espaço público. Certos liberais exilados em Londres durante a primeira emigração lançaram assim mão à publicação de periódicos de natureza sobretudo política, casos de *O Campeão Português em Inglaterra* (1819-1822), redigido por José Liberato Freire de Carvalho, e *O Português* (1813-1814 e 1822-1826), de José Bernardo da Rocha Loureiro. Luz Soriano (1866, vol. II, p. 455), por exemplo, relembra a importância desses jornais para a propagação dos ideais liberais no país:

> (…) foi a imprensa periódica ou o jornalismo português em Londres quem por aquele tempo principiou a difundir abertamente entre nós, por todas as classes da nação, as ideias liberais.

No entanto, jornais houve que não se limitaram à abordagem de questões políticas. Por exemplo, *O Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, publicado entre 1808 e 1822, embora tivesse um papel político pronunciado, também assumia um papel de propagação da cultura, através de artigos sobre as ciências e as tecnologias. Igualmente importantes foram os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, publicados entre 1818 e 1822 e estudados por Maria de Fátima Nunes (1987) e por Queirós (1983). Para Torgal e Vargues (1998, p. 581), os jornais da emigração – nomeadamente *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819) – a par dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818-1822) e do *Jornal de Coimbra* (1812-1820) foram fundamentais para a abertura cultural do país, a partir dos debates gerados sobre as novas ideias e sobre as ciências. Tengarrinha (1989, p. 73 e p. 99) reforça esta tese da "indubitável influência que a imprensa da primeira emigração exerceu na divulgação das ideias liberais e na preparação dos círculos políticos para a Revolução de 1820", salientando, no entanto, a perda democrática provocada pela ausência de jornais políticos em Portugal na década de 1810:

> Nos dez anos anteriores à revolução liberal, os periódicos versando literatura, antes e de recreação e humor predominam francamente, constituindo mais de metade dos que foram criados nesse tempo. Os noticiosos têm uma actuação discreta e cautelosa e, como político, verdadeiramente, só se poderá classificar a *Gazeta de Lisboa*, controlada pelo governo. Mas tanto esses como os humorísticos e até alguns literatos e de diversão apresentam uma natureza já sensivelmente diferente da dos anteriores a 1809. (…)

Como justifica Tengarrinha (1989, p. 99) a tese da influência da imprensa da emigração nos novos rumos que Portugal tomaria em 1820? O principal historiador da imprensa portuguesa no período monárquico afirma:

> Esta imprensa apresentava características pré-românticas e devia considerar-se precursora do romantismo português: desenvolvia-se apaixonada e arrebatadamente, como uma acutilante arma de transformação social, contra os antigos abusos e a opressão, pela liberdade política e valorização do individualismo, buscava nas instituições medievas as raízes da liberdade que era preciso retomar, empolgava-se na defesa do nacionalismo e, em última instância, declaradamente ou não, da conquista do poder político pela burguesia. Com o jornalismo da primeira emigração é já uma nova corrente literária que aflora, caldeada, tal como impetuosamente após 1834, na luta pelos valores novos do homem e da liberdade e no contacto com os centros culturais mais evoluídos da Europa.

Com o vintismo, assiste-se a uma extraordinária proliferação de periódicos em Portugal, inaugurando aquele que, na feliz expressão de Torgal e Vargues (1998, p. 581) foi o "século dos periódicos".

2.1 A imprensa política

Apesar de, ao tempo, só existirem dezasseis tipografias em Portugal (Tengarrinha, 1989, p. 134), a revolução liberal de 1820 detonou não apenas o desenvolvimento

da indústria tipográfica mas também, e sobretudo, um intenso movimento de publicação de jornais doutrinários, paralelo à emergência de uma nova ordem social e política cuja base assentava no conceito de *soberania da nação*. E conforme se pode deduzir pela contextualização histórica anteriormente sintetizada, se a nação era soberana, então os seus membros teriam de ser suficientemente cultos e informados para poderem, em consciência, participar, enquanto cidadãos, no processo decisório. Encontrava aqui razão de ser o princípio da publicitação dos actos políticos, que, conforme recorda Tengarrinha (1989, p. 149), "só poderia ser largamente alcançada pela imprensa". Os jornais funcionavam como uma espécie de extensão do parlamento – "O grande público só através dos relatos dos jornais tinha conhecimento do que se debatera na Assembleia" (Tengarrinha, 1989, p. 149).

Vários cidadãos envolveram-se no jogo político em consequência da revolução liberal. Sequiosos de uma imprensa que alimentasse as suas expectativas, agregasse os seus correligionários e disputasse simbólica e retoricamente a supremacia argumentativa ao campo adversário, lançaram periódicos – de maior ou menor qualidade – que se digladiavam no espaço público. Alexandre Herculano (*cit. in* França, 1975, vol. II, p. 374) escreveu: "o ouro é forte, mas a imprensa é mais forte do que ele". A exaltada oratória romântica encontrou um fértil terreno para se desenvolver – não somente na imprensa, mas também no parlamento. É o próprio Ramalho Ortigão (*cit. in* Tengarrinha, 1974, p. 187) que o afirma: "A arte portuguesa do presente século, filha da revolução liberal de 1834, irmã gémea do constitucionalismo e da Carta, manifesta-se principalmente pela eloquência parlamentar".

Foi a instituição do princípio liberal da liberdade de imprensa que criou o quadro legal para o florescimento da imprensa política, partidária, nacional. O decreto de 4 de Julho de 1821 que pela primeira vez instituiu a liberdade de imprensa em Portugal estatuía o seguinte:

> D. João, por graça de Deus e pela Constituição da Monarquia do Reino Unido de Portugal e Brasil e Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África, etc. Faço saber a todos os meus súbditos que as Cortes gerais declararam o seguinte:

> Artigo 1º – Toda a pessoa pode, da publicação desta lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos estados portugueses quaisquer livros e escritos sem prévia censura (...).

Surgiram, assim, periódicos liberais, como o *Astro da Lusitânia* (1820-1823), de Joaquim Maria Alves Sinval, segundo José Tengarrinha (1989, p. 131) o mais lido de todos, e *O Independente* (1821), do patriarca da revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, e de José Joaquim Ferreira de Moura; mas também periódicos conservadores e adeptos do Portugal Velho, como a *Gazeta Universal*, de José Joaquim Pedro Lopes, no qual colaborou o campeão da retórica absolutista, o padre José Agostinho de Macedo, o mesmo que publicou, entre outros panfletos contra os jornais do seu tempo, o célebre *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*, de título loquaz. De algum modo, porém, o debate de ideias através da imprensa, transformada num espaço público simbólico, de algum modo terá contribuído para o aprendizado da democracia. Fazendo o balanço desses tempos, aclaram Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues (1998, p. 581):

> Evidentemente que a subida vertiginosa do número de jornais está ligada, por um lado, à liberdade de imprensa, que surge – embora passe depois por vicissitudes diversas ao longo do século – a partir da Revolução de 1820, mas, por outro lado, também se justifica mais concretamente pelos propósitos dos liberais, e já antes de um jornalismo paraliberal de exílio, de formar a opinião pública.

A reacção absolutista, congregada em torno da figura de D. Miguel, provocou, contudo, o silenciamento de uma abundante quantidade de periódicos. Desde os pronunciamentos da Vilafrancada, em 1823, e da Abrilada, em 1824, que a tempestade ameaçava fazer soçobrar o regime liberal. O reinado *de facto* de D. Miguel, entre 1828 e 1834, conduziu muitos liberais a uma segunda emigração ou ao refúgio nos Açores e congelou por vários anos esse promissor movimento editorial jornalístico que tinha despontado com a revolução de 1820. Exilado em Londres, Almeida Garrett (1830, p. 76) interrogava-se: "Se em Portugal houvera

liberdade de imprensa (...) desde o estabelecimento da Carta, estaria hoje D. Miguel sentado no trono de D. Maria II?"

> Entretanto, no estrangeiro, os exilados liberais portugueses não deixam de combater o regime absolutista (…) utilizando a imprensa (…). Três objectivos fundamentais visavam essas publicações: conservar o fogo revolucionário (…); tentar espalhar as ideias liberais em Portugal, por meio da entrada clandestina das folhas no país; e convencer os governos estrangeiros da possibilidade de vitória das forças constitucionais, de forma a obter o seu apoio ou, pelo menos, a não hostilidade.
>
> (…) O papel desempenhado pelos jornais durante a segunda emigração foi da maior importância. Redigidos por alguns dos maiores vultos das nossas letras (…), são notáveis, não apenas pela vibração e vigor da linguagem, no mais puro estilo jornalístico de combate, mas igualmente pela apresentação gráfica e cuidada impressão. (Tengarrinha, 1989, pp. 143-144)

Desde Londres, apareciam em Portugal Continental jornais como *O Português Emigrado* (1828-1829), *O Português Constitucional em Londres* (1832), *A Aurora* (1831-1832) e outros, jornais que muito beneficiavam do contacto estreito que os emigrados portugueses tinham com as técnicas e processos jornalísticos ingleses e com as ideias britânicas de liberdade e tolerância política, económica e religiosa; desde as ilhas, aparecia, nomeadamente, a *Crónica da Terceira* (1830), de Luz Soriano e José Estêvão, entre outros. A ocupação do Porto pelo exército liberal capitaneado por D. Pedro motivou, por outro lado, a edição da *Crónica Constitucional do Porto*, em 1833.

No rescaldo da guerra civil, o triunfo liberal de 1834 sobre o absolutismo miguelista permitiu que o jornalismo português recuperasse muita da sua antiga liberdade, graças a uma nova lei de imprensa, publicada a 22 de Dezembro desse ano.

> Só então se encontravam estabelecidas as condições básicas para que o jornalismo se transformasse naquela poderosa arma ao serviço do

> constitucionalismo com que haviam sonhado os vintistas. (Tengarrinha, 1989, p. 148)

A nova lei de imprensa permitiu, inclusivamente, a edição de periódicos miguelistas, como *A Águia*, lançado, em 1834, por José da Gama e Castro e Francisco de Assis Castro e Mendonça, rebaptizado, nesse mesmo ano, de Águia do Ocidente.

Realmente encarado, tal como a literatura em geral, como um instrumento que poderia ser usado para a *mudança política e social* (Tengarrinha, 1984, p. 267), o jornalismo político e político noticioso cresceria em importância durante todo o romantismo, conforme é demonstrado pela importância que tiveram jornais como o periódico setembrista *A Revolução de Setembro* (1840-1892), lidos, em especial pela média e alta burguesia com poder aquisitivo suficiente para comprar um jornal, uma mercadoria significativamente cara para a época (Tengarrinha, 1989, p. 151), pese embora a tentativa de editar jornais político-noticiosos baratos, como o cartista *Periódico dos Pobres do Porto* (1834).

Após 1834, os jornais políticos sofrem uma transformação. Beneficiam, por um lado, de avanços técnicos nos sistemas tipográficos, como prova a tipografia de *O Panorama* (apesar de este não ser um jornal político), uma das melhores apetrechadas da época, e registam-se, igualmente, mudanças no design, a partir da adopção do formato *in folio* como padrão, que permite uma paginação mais leve e atraente a duas ou três colunas (Tengarrinha, 1989, p. 155). A introdução de gravuras, iniciada, de forma sistemática, pelo próprio *Panorama*, é também relevante para o design de imprensa. Por outro lado, os jornais políticos deixam de ser, essencialmente, obra de um homem só, como no vintismo, tornando-se, cada vez mais, em órgãos representativos de partidos políticos ou de facções desses partidos, ainda que os processos jornalísticos fossem um tanto ou quanto artesanais e os periódicos sobrevivessem graças à dedicação de pequenos grupos de indivíduos que os animava, como m (Tengarrinha, 1989, pp. 153-156; Sousa, coord. *et al.*, 2010). Alguns desses periódicos afirmam-se politicamente independentes e progressistas, como *O Azorrague* (1838), que, conforme consta no "editorial" do primeiro número (18 de Agosto de 1838), se propunha

trabalhar para "bem do povo" em geral. Surgem, por outro lado, jornais mais especializados, como o *Jornal do Comércio* (1834), de cariz político-económico.

Outra transformação relevante ocorreu ao nível dos conteúdos. Na imprensa portuguesa, a informação nacional sobrepôs-se, pela primeira vez, à informação internacional (Tengarrinha, 1989, p. 156; ver também: Sousa, coord., *et al.*, 2010, sobre a evolução do jornal *A Revolução de Setembro*). Era, porém, uma informação contaminada pela opinião, sempre enquadrada politicamente, conforme o comprova o trabalho de Jorge Pedro Sousa, coord. *et al* (2010) sobre o percurso de um dos mais importantes jornalistas políticos oitocentistas portugueses, António Rodrigues Sampaio, redactor principal do jornal *A Revolução de Setembro*. Os tempos eram, realmente, de exacerbamento político e discursivo e muitas polémicas terminavam mesmo em duelos:

> Órgãos de opinião, apaixonados órgãos de partido, necessariamente travariam entre si vivas polémicas que, resvalando frequentemente para o tom pessoal, não raro terminavam em desforço público ou em duelo. A linguagem arrebatada, tensa de carga emocional, o duro embate não apenas de partidos e ideias, mas até de pessoas, dão à nossa imprensa romântica da primeira metade do século passado aquele cunho vincadamente apaixonado e individualista que a caracteriza. (Tengarrinha, 1989, p. 156)

A politização das elites alfabetizadas da época era tal que os jornais políticos tinham um enorme impacto, sendo mesmo publicamente discutidos nos cafés e nos clubes:

> Crónicas lisboetas da época (…) contam-nos (…) como se tornara já habitual, nos clubes políticos e nos cafés (…), alguém ler em voz alta, chegando a subir a uma cadeira, os relatos dos discursos parlamentares. Mas não apenas estes. Em voz alta liam-se também os editoriais dos jornais mais importantes: de tal maneira assim a imprensa e a oratória andavam intimamente ligadas, que o estilo jornalístico da época não consegue fugir à influência dela e se impregna do tom empolado característico da eloquência parlamentar. (Tengarrinha, 1989, p. 150)

A partir de 1837, porém, a imprensa começa a ser perseguida. Primeiro, juridicamente: uma Carta de Lei de 10 de Novembro estipulava que o editor responsável por uma publicação tivesse bens avaliados em pelo menos um conto e duzentos ou fiadores que se responsabilizassem por essa quantia, para o caso de ter de responder em juízo por abuso da liberdade de imprensa; depois, violentamente: "são muitos os actos violentos praticados pelas autoridades ou por indivíduos a soldo delas contra os jornais oposicionistas" (Tengarrinha, 1989, p. 157).

Na sequência da intentona revolucionária de 11 de Agosto de 1840, uma nova Carta de Lei, promulgada a 14, proibia, excepcionalmente, a publicação de periódicos, por um mês, com excepção dos jornais literários, do *Diário das Cortes* e do *Diário do Governo*. Uma nova Carta de Lei de 14 de Setembro de 1840 exigia, ainda, o depósito de um conto e duzentos aos editores dos periódicos políticos para fazerem face a condenações em tribunal, quantia agravada para o dobro quando o depósito fosse substituído por fiança ou hipoteca. Os jornais políticos oposicionistas passaram a ser intensamente querelados, situação que se agrava sob o cabralismo.

Sob o domínio de Costa Cabral, sucedem-se os ataques às tipografias dos jornais oposicionistas (setembristas, miguelistas ou independentes), os arrestos de jornais, as querelas e as promulgações de leis cada vez mais difíceis de cumprir:

> Entre as medidas repressivas então postas em prática pelas autoridades destacavam-se: impostos mais elevados e rigoroso cumprimento do pagamento da décima; cauções; habilitações cada vez mais difíceis e pesadas impostas aos editores; frequentes pronunciamentos e multas em consequência de sucessivas querelas promovidas pelo Ministério Público e condenações em tribunal a pretexto de abusos de liberdade de imprensa (os processos eram propositadamente demorados e arrastavam-se nas secretarias para que as folhas, entretanto, continuassem suspensas).

Um outro facto da maior importância é a dificuldade crescente com a expedição e os portes, tendo o governo chegado a ordenar aos correios que não

dessem expediente às folhas oposicionistas, o que impedia a sua leitura fora do centro em que eram impressas. Outras vezes eram os administradores dos concelhos que, por iniciativa própria ou indicação do poder central, liam os jornais antes de o correio os distribuir pela sua circunscrição e eliminavam os que, em sua opinião, continham matéria subversiva (Tengarrinha, 1989, p. 162).

> A revolta de Torres Novas, iniciada a 4 de Fevereiro de 1844, provocou novas perseguições à imprensa e a suspensão das suas garantias legais e constitucionais de liberdade (decretos de 6 de Fevereiro, 22 de Fevereiro, 28 de Março, 20 de Abril), situação que se agravou, posteriormente, sobretudo durante e depois da guerra civil da Patuleia de 1846/1847 (recorde-se a célebre "Lei das Rolhas" de 3 de Agosto de 1850). Mas esses factos já estão fora do horizonte temporal da presente pesquisa.

Talvez ocorram dúvidas se o periodismo cultural e político português das primeiras décadas do século XIX deve considerar-se um jornalismo feito por jornalistas, se por jornalismo e por jornalistas se entenderem os conceitos derivados da sociologia das profissões (cf. Sobreira, 2003, pp. 165-170), mas é seguro afirmar que vários indivíduos fizeram da escrita de jornais um ofício, uma ocupação, frequentemente remunerada, e alguns, como António Rodrigues Sampaio[2] (Sousa *et al.*, 2010, p. 3-4) e o próprio Alexandre Herculano sobreviveram desse *métier* em exclusividade, pelo menos em determinadas alturas da sua vida. Na sua época, eram considerados jornalistas e assim devem ser considerados sob pena de se incorrer no problema do *anacronismo* na interpretação histórica.

2) António Rodrigues Sampaio foi, no século XIX, o mais importante "jornalista político" português, tenha-o sido por ofício ou por profissão. Homem do povo, corajoso, liberal de esquerda, combateu nas lutas liberais e não hesitou em hominizar-se para poder publicar os seus jornais, quer durante o (primeiro) Cabralismo quer durante a crise da Patuleia. Ingressado no Partido Regenerador, em 1851, moderou-se. Deputado, ministro, chegou a presidente do Ministério (primeiro-ministro) em 1881.

2.2 A imprensa de promoção cultural

A par dos jornais doutrinários, também surgiram após 1834, atrelados ao espírito do liberalismo, os mais variados periódicos de propagação cultural, herdeiros do espírito de periódicos iluministas como os vários *Jornal Enciclopédico* (1779, 1788, 1806 e 1820), sendo o mais importante dos pioneiros deste tipo de jornalismo *O Panorama*.

> No entanto, se o surto jornalístico está ligado à política, está também subordinado à ideia de difusão de "conhecimentos úteis" ao nível do "noticiário" e da divulgação científica e "literária". Aliás, não deveremos esquecer que a ciência tem um peso fundamental na abertura cultural, a qual vai implicar o aparecimento de "novas ideias" e, talvez mais do que isso, do "debate de ideias" (…).
>
> Este tipo de jornalismo científico e "literário", que tem antecedentes no século XVIII e que teve leitores em todas as áreas sociais da elite culta (…) conseguiu uma relativa divulgação ao longo do século (…). Em certos casos assume (…) um carácter especializado, como sucede com o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, (…) ou, pelo menos, apresenta um carácter de cultura de "academia", com divisão em secções, como acontece com *O Instituto* (…). Mas, em outros casos, esse periodismo revela um sentido menos especializado e possui uma linguagem cultural variável, consoante o público a que se destina. (…) É o caso (…) de (…) *O Panorama* (…). (Torgal e Vargues, 1998, p. 581)

Alicerçado na ideia de que seria necessário formar cidadãos cultos e interessados para, idealmente, intervirem no processo decisório e nos debates no espaço público, corporizando, deste modo, o princípio constitucional da *soberania da nação*, o liberalismo promoveu, efectivamente, a democratização e proletarização da instrução e do acesso à cultura, inclusivamente através do periodismo, ainda que os efeitos dessas políticas tenham sido limitados, já que, conforme já se observou, a taxa de analfabetismo rondaria 90% no início

do século XIX (Serrão, 1981, p. 22) e somente menos 10% (ou seja, 80%) no início do século XX (Carvalho, 2001, p. 635 e Nóvoa, 1987, p. 351). Isso limitava, necessariamente, a leitura dos jornais a uma elite alfabetizada e letrada (Tengarrinha, 1989, p. 151 e p. 175), mesmo que não se tenha perdido o hábito da leitura de periódicos em voz alta, para os analfabetos e não só, sobretudo nos cafés e nos clubes (Tengarrinha, 1989, p. 150). Efectivamente, com taxas de analfabetismo que poderiam rondar os 90% (Serrão, 1981, p. 22), o consumo regular de jornais circunscrever-se-ia, inevitavelmente, a uma elite alfabetizada, que rondaria, grosso modo, cerca de 300 mil pessoas, isto é, sensivelmente 10% da população[3] e, entre essa elite, principalmente aos membros da média e alta burguesia que podiam comprar um jornal – uma mercadoria cara – com regularidade, os mesmos que queriam ou necessitavam de estar informados sobre os assuntos públicos e que pretendiam ilustrar-se algo rápida e avulsamente sobre temas concretos, o que justifica, aliás, o êxito d'*O Panorama*.

Em traços grosseiros, poderemos dizer que a nova classe não tinha uma educação literária requintada, como a da aristocracia ilustrada assente nos pesados modelos clássicos, nem cultura profunda, nem grandes preocupações e exigências formais, e procurava sobretudo uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e o debate dos problemas concretos da administração pública. Era este, portanto, o público ledor por excelência dos novos jornais que proliferavam por toda a parte, de todas as tendências, géneros e qualidades.

Efectivamente:

> (…) o jornalismo aparecia aos intelectuais de Oitocentos como instrumento privilegiado para compensar as carências de escolaridade insuficiente ou irregular, permitindo uma distribuição democratizante de conhecimentos. (Santos, 1988, p. 165)

Foram os emigrados liberais que importaram o ideário da conjugação da instrução com a política e o jornalismo, numa tentativa de concretizar a ideia

3) Em 1801, a população portuguesa seria de 2 931 930 habitantes; 3 026 450 em 1821; e 3 061 684 em 1835 (Cascão, 1993, p. 365).

de que se teriam de formar cidadãos suficientemente cultos e interessados para poderem participar no debate político e nos processos decisórios. Só assim se satisfaria, de resto, o preceito constitucional da *soberania da nação*. Não podendo aquele princípio ser alcançado unicamente através do sistema educativo, em fase rudimentar, então, conforme a citação de Maria de Lourdes C. Lima dos Santos (1988, p. 165) acima referida, haveria que encomendar parte dessa tarefa à imprensa – e não tanto à imprensa política quanto à imprensa cultural. Maria de Fátima Nunes (1989, pp. 16-17) sintetiza esse movimento:

> Evidencia-se o facto de todos estes periódicos serem enquadrados por um grupo de intelectuais (letrados, cientistas, técnicos) motivados a intervirem culturalmente na sociedade, que se escudavam sob a intocabilidade política e ideológica de um discurso científico e instrutivo, conseguindo combinar e sintetizar com êxito e eficácia o campo político, o intelectual e o simbólico inerentes às representações sociais e culturais do seu tempo vivencial.
>
> (…)
>
> Este jornalismo científico e instrutivo desenvolveu-se da conjugação de vários factores: a Universidade e os seus expoentes científicos; os círculos de formação académica e científica do ensino militar (Academia do Exército e da Marinha); os ideais da regeneração desenvolvidos pelo paradigma da Revolução de 1820 e pelo triunfo do exército liberal de 1834, nos quais se sentem as influências recebidas da última emigração liberal.
>
> Em França, ou em Inglaterra, os intelectuais, desejosos de intervirem formativamente na sociedade portuguesa, tomaram contacto muito directo com duas vertentes complementares da cultura europeia liberal da altura. As questões dos sistemas de educação e instrução nacional e o papel difusor e formativo dos periódicos que deveriam derramar "luz", "ciência", "civilização", "progresso" no universo das mentes liberais dos cidadãos de 1834…! Faz, então, sentido que o jornalismo instrutivo se convertesse

> também em empresas comerciais ou em empresas proprietárias/editoras (…). (Nunes, sob a direcção de Reis, 1989, pp. 16-17)

A partir de 1834, surgiram, assim, vários jornais, alguns ligados a sociedades filantrópicas, como *O Repositório Literário da Sociedade de O Recreio* (de 1835) que, antecipando *O Panorama*, se propunham promover publicamente o projecto iluminista. Uma portaria de 25 de Setembro de 1835, por exemplo, confere ao escritor, economista e docente António de Oliveira Marreca[4], que viria a ser um dos fundadores d'*O Panorama*, o privilégio de fundar e dirigir um jornal mensal sobre educação destinado, sobretudo, aos professores, para lhes dar a conhecer métodos de ensino e bibliografia – o *Jornal Mensal de Educação*[5].

A revolução de Setembro de 1836, de cariz esquerdista[6], incentivou, ainda mais a liberdade de imprensa e a proliferação de jornais de todos os tipos. O próprio *Panorama* nasceu em plena expansão do setembrismo. Surgiram, aliás, outros periódicos culturais similares, como o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, de 1836, que até é anterior ao próprio *Panorama*. Alguns desses periódicos, como o próprio *Panorama*, teriam, no entanto, conforme – recorde-se – sustenta Tengarrinha (1989, p. 175), "alcance político", pois abordavam "mais ou menos veladamente as questões sociais e políticas".

Os assuntos literários e estéticos eram com frequência abordados à luz do pujante humanismo do nosso primeiro romantismo; não, portanto, como fenómenos isolados, mas na perspectiva social e política dos graves problemas que se colocavam à sociedade de então. O interesse e influência dos periódicos literários ia, pois, muito além do domínio puramente literário. (Tengarrinha, 1989, pp. 175-177)

A reacção liberal conservadora voltou a adoptar medidas restritivas da liberdade de imprensa, a partir de 1840. Há que dizer, porém, que essas medidas

4) Mais tarde, Oliveira Marreca teria uma deriva ideológica esquerdista que o levaria ao republicanismo. Fez, inclusivamente, parte do primeiro directório republicano.

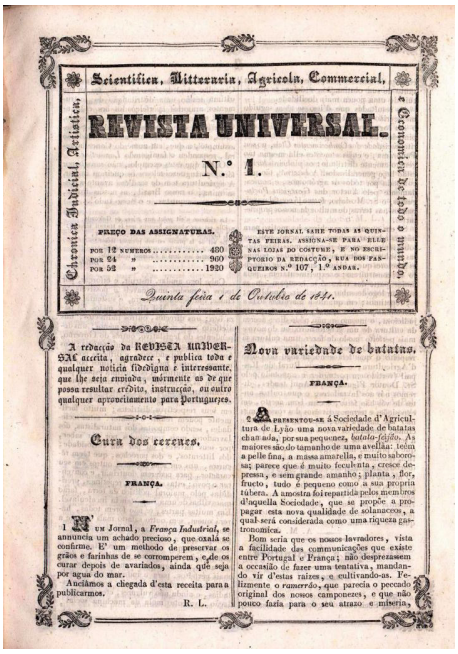
5) Do qual, no entanto, não há registo na Porbase.

6) Uma esquerda que, não tendo sido ainda contagiada pelas teorias socialistas, defendia princípios como o da baixa tributação e era contra o aumento da despesa pública (Ramos, 2011, p. 54).

"não atingiam (...) os periódicos literários e científicos e os diários das câmaras legislativas e do governo" (Tengarrinha, 1989, p. 175). José Tengarrinha (1989, p. 175) lista, aliás, diversas portarias que facilitavam a vida aos periódicos de cariz cultural e científico:

> (…) segundo a Portaria de 25 de Setembro de 1835, havia-se determinado o estabelecimento e publicação de um mensal "tendente a desenvolver os diferentes ramos da instrução" e, segundo a Portaria de 7 de Outubro de 1835, aprovou-se o programa para a formação de um mensal de educação; também D. Maria II, em 8 de Agosto de 1839, mandou recomendar que se auxiliasse a empresa de *O Panorama* (...) e o Decreto de 24 de Setembro de 1844 autorizou o governo a "mandar imprimir os jornais necessários para se promover o progresso e o aperfeiçoamento do ensino, o das letras e ciências e de todos os conhecimentos úteis às artes e a quaisquer géneros de indústria" (...). Assim, o governo, ao mesmo tempo que reprimia furiosamente a imprensa de opinião, não só não levantava obstáculos como até favorecia (inclusive nos portes de correio) as revistas literárias e científicas, cujo público era necessariamente limitado a uma elite intelectual.

Muitas revistas e jornais de cariz cultural – ligados às artes, às humanidades, às ciências... – viram, em consequência, a luz do dia desde o setembrismo, para além do *Panorama* (de 1836). Alguns exemplos podem listar-se: *Correio das Damas* (de 1836); *Industrial Civilizador* (de 1836); *O Ramalhete* (de 1837); *Arquivo Popular* (de 1837); *O Recreativo* (de 1838); *O Biógrafo* (de 1838); *O Museu Portuense* (de 1838); *O Corsário* (de 1838); *O Universo Pitoresco* (de 1839); *O Museu Pitoresco* (de 1840); a *Revista Universal Lisbonense* (de 1841), que, com *O Panorama*, mereceu de Passos Manuel o seguinte comentário: "se acabarem a *Revista* e *O Panorama*, o melhor será não haver senão um jornal, o que publicar os actos e manifestações do governo, porque esse ninguém o lê" (*cit. in* Machado, 1874, p. 211); o *Jornal de Belas Artes* (de 1843); a *Ilustração* (de 1845); o *Suplemento Burlesco do Patriota* (de 1847); a *Revista Popular* (de 1849).



Scientifica, Litteraria, Agricola, Commercial,

Chronica Judicial, Artistica.

REVISTA UNIVERSAL.

Commercio de todo o mundo.

N.° 1.

PREÇO DAS ASSIGNATURAS.

POR 12 NUMEROS 480
POR 24 » 960
POR 52 » 1920

ESTE JORNAL SAHE TODAS AS QUINTAS FEIRAS. ASSIGNA-SE PARA ELLE NAS LOJAS DO COSTUME, E NO ESCRIPTORIO DA REDACÇÃO, RUA DOS PASQUEIROS N.° 107, 1.° ANDAR.

Quinta feira 1 de Outubro de 1841.

A redacção da REVISTA UNIVERSAL accita, agradece, e publica toda e qualquer noticia fidedigna e interessante, que lhe seja enviada, unicamente ao de que possa resultar credito, instrucção, ou outro qualquer aproveitamento para Portuguezes.

Cura dos cereaes.

FRANÇA.

N'um Jornal, a *França Industrial*, se annuncia um achado precioso, que oxalá se confirme. E' um methodo de preservar os grãos e farinhas de se corromperem, e de os curar depois de avariados, ainda que seja por agua do mar.

Anciamos a chegada d'esta receita para a publicarmos.

R. L.

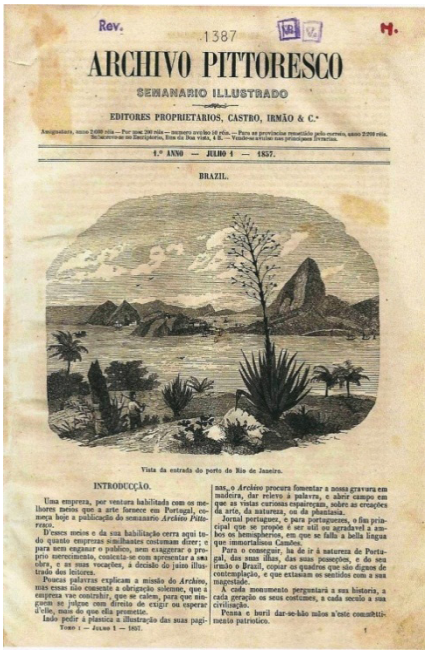
Nova variedade de batatas.

FRANÇA.

Apresentou-se á Sociedade d'Agricultura de Lyão uma nova variedade de batatas chamada, por sua pequenez, *batata-feijão*. As maiores são do tamanho de uma avellãa: tem a pelle fina, a massa amarella, e muito saborosa; parece que é muito feculenta, cresce depressa, e sem grande amanho; planta, flor, fructo, tudo é pequeno como a sua propria tubera. A amostra foi repartida pelos membros d'aquella Sociedade, que se propõe a propagar esta nova qualidade de solanaceos, a qual será considerada como uma riqueza gastronomica.

Bom seria que os nossos lavradores, vista a facilidade das communicações que existe entre Portugal e França; não desprezassem a occasião de fazer uma tentativa, mandando vir d'estas raizes, e cultivando-as. Felizmente o *rumerrão*, que parecia o peccado original dos nossos camponezes, e que não pouco fazia para o seu atraso e miseria,

Fig. 2 – *A Revista Universal Lisbonense*, o primeiro sério competidor d'*O Panorama*.



Rev. 1387 M.

ARCHIVO PITTORESCO

SEMANARIO ILLUSTRADO

EDITORES PROPRIETARIOS, CASTRO, IRMÃO & C.ª

1.° ANNO — JULHO 1 — 1857.

BRAZIL.

Vista da entrada do porto de Rio de Janeiro.

INTRODUCÇÃO.

Uma empreza, por ventura habilitada com os melhores meios que a arte fornece em Portugal, começa hoje a publicação do semanario *Archivo Pittoresco*.

D'esses meios e da sua habilitação cerra aqui todo quanto empresas similhantes costumam dizer; e para nem enganar o publico, nem exaggerar o proprio merecimento, contenta-se com apresentar a sua obra, e as suas vocações, á decisão do justo illustrado dos leitores.

Poucas palavras explicam a missão do *Archivo*, mas essas não consente a obrigação solemne, que á empreza vae contrahir, que se calem, para que ninguem se julgue com direito de exigir ou esperar d'elle, mais do que ella promette.

Indo pedir á plastica a illustração das suas paginas, o *Archivo* procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo á palavra, e abrir campo em que as vistas curiosas espaireçam, sobre as creações da arte, da natureza, ou da phantasia.

Jornal portuguez, e para portuguezes, o fim principal que se propõe é ser util ou agradavel a ambos os hemispherios, em que se falla a bella lingua que immortalisou Camões.

Para o conseguir, ha de ir á natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas possessões, e do seu irmão o Brazil, copiar os quadros que são dignos de contemplação, e que extasiam os sentidos com a sua magestade.

A cada monumento perguntará a sua historia, a cada geração os seus costumes, a cada seculo a sua civilisação.

Pesaa e lerá dar-se-hão nobres n'este commettimento patriotico.

Fig. 3 – O periódico cultural luso-brasileiro *Arquivo Pitoresco* conservava, em 1857, o design típico d'*O Panorama*, por sua vez copiado da *Penny Magazine*.

Fig. 4 – A capa do único volume d'*O Museu Portuense*, "*O Panorama do Porto*", e a primeira página de um dos seus números. A semelhança do *Museu Portuense* com *O Panorama* e com os periódicos ilustrados que lhes serviram de exemplo é evidente.

Esse movimento de periodismo cultural ilustrado perdurou pelos tempos fora, como prova o lançamento do *Arquivo Pitoresco*, em 1857, já em plena Regeneração. Fica provado que o jornalismo cultural – científico, literário, das humanidades, letras, artes e ideias – também deve, efectivamente, figurar no panteão dos "jornalismos" da primeira metade do século XIX.

2.3 Modelos para O Panorama

O Panorama (e as restantes publicações do mesmo cariz) não surgiu nem por acaso nem sem modelos.

O primeiro modelo d'*O Panorama* foi, certamente, o periodismo cultural enciclopédico que, correspondendo aos ideais da ilustração e do enciclopedismo[7], se propagou na Europa e, também, em Portugal no século XVIII[8]. Periódicos como o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para Instrução Geral...*[9], o *Jornal Enciclopédico*[10] e o *Jornal Enciclopédico de Lisboa*[11], todos de matriz – conforme o próprio título – enciclopedista, procuraram, ainda no Portugal de Setecentos, promover o ideal da promoção do conhecimento, pelo menos entre as elites letradas. Esse movimento acentuou-se após a revolução liberal, tendo, nomeadamente, surgido jornais de propagação e democratização do acesso à cultura publicados por círculos de estudos e sociedades filantrópicas, como o periódico da Sociedade Literária e Patriótica, intitulado *Jornal da Sociedade Literária e Patriótica*, de 1822. Fernando Egídio Reis (2005, p. 1), autor de um importante estudo sobre o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha (...)*, frisa:

7) O enciclopedismo pretendeu, de alguma forma, dar resposta à necessidade sentida de, simultaneamente, divulgar e sistematizar e catalogar os novos e velhos conhecimentos de forma racional, dada a avassaladora velocidade a que se faziam novas descobertas. Constituiu, assim, uma solução destinada a tornar a facilitar e tornar mais rápido o acesso ao conhecimento (Reis, 2005, p. 3). A sua atitude revolucionária radica no facto de facilitar a um grande número de pessoas – e não exclusivamente às elites aristocráticas e clericais – acesso a conhecimentos essenciais, opção encarada como determinante para a prosperidade, a felicidade, a emancipação e a libertação do homem (Reis, 2005, p. 3), de *qualquer homem*. O movimento enciclopedista começou com o *Dictionnaire Historique et Critique*, de Pierre Bayle (1696-1697), e continuou com a *Cyclopedia*, de Ephraim Chambers (1728), mas atingiu o seu ponto culminante, como é sabido, com a *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonnée des Sciences, des Arts et des Métiers*, organizada por Diderot e D'Alembert e que contou com a colaboração de muitos dos intelectuais da altura. Foi publicada entre 1751 e 1765.

8) José Tengarrinha (1989, pp. 48-51) indica que entre 1779 e 1820 foram publicados 22 jornais enciclopédicos em Portugal; Maria de Fátima Nunes (2001), redefinindo os critérios de classificação, indica apenas dez periódicos. De qualquer modo, é certo que o periodismo enciclopédico teve aceitação e projecção em Portugal. Realce, ainda, para a *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente se Vão Publicando na Europa*, publicada entre 1761 e 1762, que noticiava e fazia recensões dos novos livros dados à estampa na Europa.

9) Fundado em Julho de 1779 por Félix António Castrioto e redigido, depois de 1806, por António Policarpo da Silva.

10) Durou entre 1788 e 1793, tendo por editor o livreiro Reycende. Foi, depois, reeditado por uma sociedade.

11) Durou de Janeiro a Dezembro de 1820, com a curiosidade de ser redigido pelo padre polemista e absolutista José Agostinho de Macedo.

> A partir do século XVIII assiste-se a uma multiplicação dos títulos periódicos publicados em Portugal, à semelhança do que se verificava noutros países da Europa. Após uma primeira fase em que os periódicos eram, maioritariamente, de cultura geral e noticiosos, surgiram diversos títulos com uma matriz enciclopédica, cujo objectivo principal era a divulgação de conhecimentos das ciências e das técnicas, a par de (…) conhecimentos gerais, considerados essenciais ao homem culto.
>
> O enciclopedismo constitui uma marca indelével do século XVIII, (…) caracterizado por grandes transformações (…). A multiplicação de descobertas em diversas áreas do conhecimento (…) está intimamente ligada a uma necessidade de apresentação rápida a um público mais diversificado.

Os periódicos enciclopédicos que influenciaram as publicações oitocentistas de promoção do conhecimento, de que *O Panorama* é exemplo, tal como o é *The Penny Magazine*, inglesa, ou o *Magasin Pittoresque*, francês, estão entre os marcos identitários mais característicos do iluminismo. Este juízo é partilhado, por exemplo, por Fernando Egídio Reis (2005, pp. 2-3):

O periódico é um dos elementos característicos da cultura das Luzes. A informação era vista cada vez mais como um bem público, que devia ser colocado ao serviço da população e deveria ser acessível a todos. Os periódicos evoluíram (…) de um modelo decalcado no livro, com informações destinadas principalmente aos sábios e eruditos, para um modelo mais imediato e ligado aos movimentos de transformação da realidade. É dado cada vez mais espaço às ciências, às técnicas, à informação política e às cartas dos leitores. Como afirma Jean Sgard, os periódicos tornaram-se "cada vez mais enciclopédicos, fornecendo aos seus leitores um quadro regular dos «progressos do espírito humano»: é toda a cultura que tende a periodizar-se e, por consequência, toda a produção impressa".[12]

12) Fernando Egídio Reis (2005, p. 2) cita, nesta passagem, Jean Sgard (1984), La multiplication des périodiques. *In*: Roger Chartier e Henri-Jean Martin (eds.), *Histoire de l'Edition Française*. Paris, Promodis, p. 253.

Os propósitos dos jornais enciclopédicos de Setecentos e do início de Oitocentos e de publicações da índole d'*O Panorama* eram, efectivamente, similares:

> Os periódicos, em fase de multiplicação acelerada, parecem surgir como uma das soluções para o problema da necessidade de divulgação de conhecimentos úteis, que tenham, sempre que possível, uma aplicabilidade prática. Estes conhecimentos, por outro lado, podem ter um carácter lúdico-recreativo que surge como uma forma de aliciar leitores e apresentar conteúdos muitas vezes densos e de difícil leitura, de uma forma ligeira e acessível.
>
> (…) Os periódicos, enciclopédicos ou não, assumem um papel privilegiado como instrumentos de divulgação de conhecimentos no processo de tornar públicos os novos saberes e, simultaneamente, de os validar. Sendo mais acessíveis do que os livros, embora não permitindo um aprofundamento tão grande das questões, os periódicos são o veículo privilegiado pelos produtores do conhecimento e pelo público em geral, ávidos, uns, de divulgar rapidamente as suas descobertas ou opiniões e, outros, de conhecer de imediato os últimos avanços científicos e técnicos (…). (Reis, 2005, pp. 3-6)

É interessante também notar que se os propósitos dos jornais enciclopédicos setecentistas eram semelhantes aos dos jornais oitocentistas de popularização da "cultura geral", também o era a própria organização, ao nível da forma e dos conteúdos[13]. De facto, as palavras abaixo de Fernando Egídio Ribeiro (2005, p.

13) O estudo de Reis (2005, p. 19) sobre o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha (...)* demonstra que o periódico, à semelhança d'*O Panorama*, inseriu artigos sobre medicina (17%), literatura (27%), história natural (15%), economia (10%), filosofia (11%), relações políticas (11%) e até anedotas (9%), o que o torna estruturalmente similar a *O Panorama* no que aos conteúdos diz respeito. No estilo, conforme se poderá ver adiante, as diferenças também não eram muito significativas, embora os textos publicados nos periódicos enciclopédicos setecentistas pudessem ser mais longos (em alguns casos, de dez ou mais páginas), sendo também muitas vezes escritos na primeira pessoa. Eis um excerto de texto do *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha*, de Julho de 1779, exemplificativo da semelhança de estilo com alguns textos d'*O Panorama*: "Há pouco tempo que grassou (…) [em] Inglaterra a moléstia das bexigas, de que morreram em poucos dias

6), embora se refiram aos periódicos enciclopédicos setecentistas, poderiam ser aplicadas a *O Panorama*:

> Os periódicos desta época apresentam-se sob a forma de fascículos práticos e de leitura rápida, de fácil transporte, mas são elaborados e publicados de forma a serem posteriormente encadernados em volumes, constituindo livros. Esta característica é ainda mais nítida nos periódicos enciclopédicos, cujos artigos se ordenam em áreas científicas, literárias e noticiosas, tendo os textos, muitas vezes, continuação no número seguinte. Para os editores, esta modalidade traria vantagens: ao aceitarem subscrições para a publicação de periódicos, estas permitiam-lhes ter garantias mínimas de rentabilidade, recebendo antecipadamente e correndo menos riscos do que com a edição de livros.

Algumas diferenças, contudo, subsistem entre o jornalismo enciclopédico setecentista e o jornalismo de promoção geral dos conhecimentos oitocentista. Os jornais enciclopédicos setecentistas, de acordo com Reis (2005, p. 6), "nem sempre se distinguem formalmente dos livros", quer no que ao design diz respeito, quer "porque a distinção entre autor e editor nem sempre é clara e muitas vezes é o próprio editor que redige os textos"; *O Panorama*, pelo contrário, apresentava-se a público com um design que afastava o periódico dos livros (ainda que tivesse sido preparado, a partir de 11 de Janeiro de 1840, para facilitar a colecção e encadernação de cada número, como se de fascículos se tratasse, em volumes anuais) e o editor era uma empresa por acções, cuja administração contratou um

---

80 pessoas. Propôs-se aos seus habitantes o expediente de inocularem todas aquelas pessoas que ainda se achavam livres, [o que foi] aceite por elas e posta e (…) cessou imediatamente o contágio (…). Este sucesso (…) prova que é praticável extirpar totalmente este mal (…)". O texto seguinte, assumidamente pessoal e subjectivo, já se afasta do estilo de textos mais comum n'*O Panorama*: "As minhas experiências destroem inteiramente a hipótese pela qual se assegura que com gás ou ar deflogisticado [oxigénio] e inflamável se produz água. Da composição do dito ar sempre resulta ácido, o qual (…) é o nitroso. Estas mesmas experiências me dão razão para inferir que a água que se consegue na combustão do ar inflamável pelo contacto do deflogisticado não é mais do que a água unida a estes fluídos aeriformes, ou talvez necessária para o seu estado elástico (…)." (*Jornal Enciclopédico (...)*, Agosto de 1788).

redactor responsável – Alexandre Herculano. Ainda assim, algumas diferenças separavam uns e outros dos livros:

> Os livros pretendem, em geral, proporcionar um conjunto de informação passível de ser utilizada para instrução e aprofundamento de conhecimentos. Normalmente, não são noticiosos e, no campo das ciências, são elaborados ora por especialistas, ora por divulgadores. Ressalve-se que, muitas vezes, são os próprios especialistas os divulgadores de informação. Os periódicos podem distinguir-se dos livros por terem um perfil mais noticioso e informativo, mas (…) cumprem um duplo papel de formação e informação. (Reis, 2005, p. 6)

Quais os públicos do periodismo enciclopédico? Tal como Reis (2005, pp. 1-2) realça, o periodismo enciclopedista de Setecentos era destinado aos "homens cultos", independentemente da sua actividade, já que tanto poderiam ser "cientistas"[14] como "médicos, comerciantes ou agricultores"[15]. Um público que, portanto, não se afastaria muito daquele que *O Panorama* cativou:

> Os meios de divulgação tendem (…) a revelar uma hibridez que só pode ser compreendida à luz da conjuntura cultural desta época. Dirigem-se, simultaneamente, aos instruídos, aos letrados e até aos especializados, e também aos grupos sociais mais ligados a actividades práticas e tradicionais, como a agricultura e a extracção mineira (…). (Reis, 2005, pp. 1-2)

14) Segundo Reis (2005, p. 1), à época empregava-se o termo "filósofo", pois "a filosofia englobava todo o tipo de conhecimento, sendo a filosofia natural a área da filosofia correspondente ao que hoje classificaríamos (…) como ciência".

15) Fernando Egídio Reis (2005, pp. 7-8) refere, a título de exemplo, que o *Jornal Enciclopédico* tinha 466 subscritores, entre os quais a família real, a Academia das Ciências, vinte altos funcionários, quinze médicos, quinze desembargadores e juízes, treze altas patentes militares, nove membros do alto clero, nove professores e reitores de colégios, cinco advogados, quatro professores universitários, membros da Censura, governantes, boticários, cirurgiões, eclesiásticos, etc., o que dá uma boa ideia daqueles que se interessavam pelo periódico. O autor relembra, porém, que os subscritores não seriam os únicos a ler o jornal – há que acrescentar entre os leitores os compradores eventuais e quem tomava o jornal de empréstimo.

JORNAL
ENCICLOPEDICO
DEDICADO
Á RAINHA
N. SENHORA,
E DESTINADO
PARA INSTRUCÇAÕ GERAL,
COM A NOTICIA
DOS NOVOS DESCOBRIMENTOS
EM TODAS
AS SIENCIAS, E ARTES.
Caderno 1. de Julho 1779.

LISBOA
Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impreſſor da Real Meza Cenſoria. Anno 1779.
Com licença da meſma Real Meza.

SENHORA.

TUDO quanto ſe dedica á felicidade dos Portuguezes, he já por iſſo meſmo dedicado a V. MAGESTADE, a quem a Providencia deſtinou para nos fazer felices. O bem público he o maior intereſſe de V. MAGESTADE, e huma obra dirigida a promove-lo, ſegue o ſeu deſtino quando lhe he oferecida. V. MAGESTADE já ſe dignou reconhecer a utilidade do Jornal Enciclopedico, ſendo ſervida conceder-me um privilegio excluſivo para o publicar: he a eſte titulo que eu

* ii te-

ARTIGO I.

FILOSOFIA.

DEVENDO tratar da Filoſofia nas ſuas differentes partes, parece a propozito fixar a idéa dos noſſos leitores ſobre o que ela ſeja em geral; porém n'um ſeculo, em que ſe fala tanto de Filoſofia, n'um ſeculo, que até grangeou o nome de Filoſofico, ainda ſerá neceſſario determinar eſta materia? Sim. Por iſſo meſmo que tantos falaõ em Filoſofia, tem-ſe feito vaga a ſua idéa: por iſſo he neceſſário fixa-la. Na verdade quantos ſe tem por Filoſofos, que ſe acharíaõ embaraſſados ſe lhes perguntaſſem que coiza he Filoſofia?

Falar com hum tom d'eſcarneo nas materias mais ſerias, e mais reſpeitaveis: rir-ſe da credulidade de noſſos Pais, e reduzir a duvida o que a parte mais ſenſata dos omens tem por indubitavel, ſerá iſto Filoſofia? Quem tal dirá? com tudo grande numero de peſſoas pertendem parecer Filoſofos por eſtes modos. Que ridicularia! Vamos

Fig. 5 – O *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora*…, de 1779. Conforme se pode observar de acordo com a gravura, a sua intenção era "derramar a luz" sobre os cidadãos. Os jornais iluministas enciclopédicos de setecentos, direccionados para as elites cultas, foram a semente do periodismo enciclopedista burguês de oitocentos, de que *O Panorama* é exemplo. Na imagem, além da gravura e do frontispício, reproduz-se a primeira página da dedicatória a D. Maria I e a primeira página do primeiro artigo, dedicado à "Filosofia".

Como se "fabricava" um desses jornais enciclopédicos e que tipo de conteúdos apresentava? Fernando Egídio dos Reis (2005, pp. 4-5) explica:

> A maioria dos periódicos que podemos considerar de divulgação científica apresenta uma diversidade de conteúdos, incluindo textos originais, recensões de livros publicados, traduções de textos de livros e periódicos, resumos de livros e de artigos de outros periódicos e novidades científicas e técnicas. Os periódicos enciclopédicos procuravam garantir esta diversidade de informação em ligação com o público que pretendiam atingir. (…) O público-alvo destes periódicos é, de uma forma geral, (…) diversificado. Entre esse público, há muitos elementos (…) a quem a sua leitura serve para se manterem a par das últimas descobertas (…), trocarem experiências, se o periódico for aberto à participação dos leitores, e apreenderem informações de outras áreas (…).

Também pelo excerto de texto anterior se comprova que o modelo do jornalismo enciclopedista foi um dos modelos que *O Panorama* tinha quando veio a público, já que os conteúdos eram similares. Aliás, deve ampliar-se essa tese, pois o fenómeno não se circunscreveu a Portugal. Na verdade, o periodismo enciclopédico setecentista europeu, no seu todo, serviu de modelo inicial aos periódicos de promoção do conhecimento oitocentistas que surgiram um pouco por toda a Europa, como a pioneira *Penny Magazine*, o *Magasin Pittoresque* ou *O Panorama*.

Não é despiciendo falar-se da *Penny Magazine*. Esta publicação inglesa foi o segundo e mais imediato modelo d'*O Panorama* (a denominação *penny* advém do seu preço – somente um *penny*), conforme é assumido, por Alexandre Herculano, no texto de abertura do primeiro número de 1838 d'*O Panorama*. Tratava-se de uma revista ilustrada publicada pela Sociedade Difusora do Conhecimento Útil (Society for the Diffusion of Useful Knowledge, fundada em 1827), empresa onde a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis portuguesa veio a inspirar-se em matéria de organização, objecto e mesmo de denominação. Quando *O Panorama* nasceu, a *Penny Magazine* já tinha mais de cinco anos, pois tinha sido lançada a 1 de Março de 1832 (perduraria até 31 de

Outubro de 1845). *O Panorama* imitou-a até no dia da semana escolhido para aparecer nas bancas – o sábado.

Jacinto Baptista (1977, p. 35) escreve:

> Os *penny magazines* são, de certo modo e ressalvadas as proporções, os pioneiros da *indústria da cultura*, os primeiros *mass media* dos tempos modernos, destinados a uma população que, engrossada com a pequena-burguesia, dava entrada na vida política (…). De Inglaterra, onde nasceram, os *penny magazines* passaram ao continente e proliferaram.

THE PENNY MAGAZINE
OF THE
Society for the Diffusion of Useful Knowledge.
354.] PUBLISHED EVERY SATURDAY. [OCTOBER 7, 1837.

SKETCHES OF THE PENINSULA.—No. X.
BADAJOZ.

[Castle at Badajos.]

The city of Badajos forms an object of great interest to an Englishman, inasmuch as it is connected with the military successes of his country. Though the walls are kept in perfect repair, the breach by which the British soldiers entered is distinctly visible from the different colour of the stone employed in its restoration: additional works have been thrown up since, to strengthen what experience has shown to have been a weak point. The castle, however, (of which our cut is a representation, taken from the spot where the British entered under General Picton,) presents but a heap of ruins—the habitation of desolation. Many years have passed since the thunder of the cannon laid the pride of this tower of strength with the dust, since the voice of Picton cheered his bands to victory, and yet how little has been changed!—not a stone has been removed; not a stone has been added: the Moorish towers remain in the same shattered condition; the trembling wall and broken arch, unheeded, unrepaired.

An old Spaniard, who had been present at the siege, walked over the castle with us, and gave a double interest to the scene by his animated descriptions. "Here, señor," said he, pointing to a spot in the fosse, hollowed by the sinking in of some body under the surface, "lie buried 8000 British, French, and Spaniards; friend and foe, señor, there they lie;" and, he added, in the emphatical manner of his country,

"God rest their souls!" We could not resist the temptation of descending into this fatal spot: the ground was strewed with fragments of what once were men.

Badajos is situated on an eminence which, gradually sloping upwards from the plain, terminates rather precipitously at the castle. This hill terminates the range of the mountains of Toledo, although separated from the chain by the "dark Gualiana," whose waters flow beneath the city walls. Fort St. Christobal, a strong fort on the Portuguese side of the river, and completely commanding the town, is, more properly speaking, the last of the Toledo mountains, at the entrance on which the city stands does not deserve so dignified a name. Badajos is completely surrounded on three sides by a vast plain, and on the fourth by the river. This plain was once covered with the vine and the olive, and the picturesque Casas del Campo of the more wealthy inhabitants; but now it presents but a wide and dreary desert; war, with its desolating blasts, has swept pitilessly from the soil, has converted the stately tree into the sword, and the ploughshare into a spear.

The bridge of Badajos is a beautiful remain of Roman architecture, and its perfect and solid masonry attest the greatness of that surprising people in their works of art. Much is added to its appearance by the Tête de Pont, on the Campo side, and the fine towers of the Puerta de las Palmas, on the city side. To the centre,

Vol. VI. 2 D

O PANORAMA.
JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
13 PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. (AGOSTO 12, 1837.

CÃES DE S. BERNARDO.

O CONVENTO DE MOUSTIERS.

HORRITOS é vaguear nos Alpes por uma noite d'inuos em que no ceu não se mostra uma só estrella, e em que o furacão assobia quebrando-se nos arvores, e misturando o seu regido com o uivar dos lobos e com o fragor das torrentes!—Tremenda é uma noite desses, porque o frio insupportavel contrahe os membros, e encrava nos ossos dôres inexplicaveis: o peito mal respira como oppresso por um grande peso: a cabeça se afflige e as ideias contrastam e baralham-se umas com outras: o habito vem esquecer-se nos labios e parece golpea-los. E nesta solidão immensa tem se medo; tem medo até o que sem elle affrontára o fogo de uma bateria, até aquelle que sem enfiar se veria encerrado n'um navio já meio soçobrado: tem-se medo; porque poderosa colhar á borda d'um precipicio, que nos engula a primeira passada que demos. Com tudo não panic, se ahi vos aduardo, porque a neve que vai cahindo vos sepultaria em mortalha de gelo, e tal mortalha vos regulara o sangue, e adormecer-vos-ia em afflictivo torpôr, e sentireis-lo-eis com a existencia gastando, pouco, e fenecer ultimamente. Das diversas crises do homem que morre nem uma vos passaria por alto: as agonias do moribundo, sentidas-leis todas, e só a desesperação e a sensibilidade se engolaria intimamente no vosso coração, quando a idea da morte estivesse remotada.

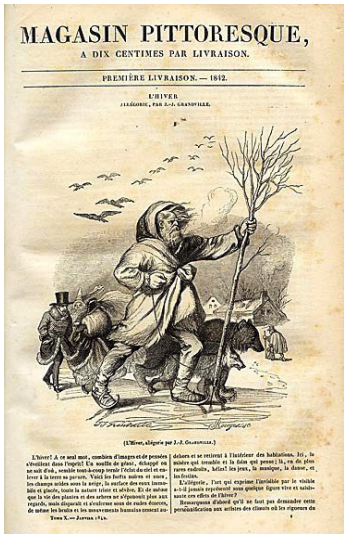
Parece que nestes desvios, no meio dos precipicios, das torrentes, e da neve, erraram homens outr'ora

morar; e que o passageiro perdido, saltando pelo gelo e pelo terror, não teria repouso dos seus anguistias—nenhum repouso senão nos braços da morte.

Parece, muitas vezes, já nos trazeu da agonia extrema, o som de uma campainha sobresalta o moribundo, e o latir d'um cão, empurrado por outro estimulo do vento procelloso, lhe rotem o ultimo suspiro, e enforna um raio de conforto nas trevas da sua desesperação. Um mosteiro e um mongo trabalham por desenterra-lo do meio da neve—e o cão e alliga, e religião lhe dá todos os soccorros que lhe podem restituir os alentos perdidos, em quanto a'um quarto hora reparado, ao pé do fogão aceso, e em cidade de povoada e comsola algum philosopho prova a falta de intelligencia dos brutos, e o philantropo sente do defronte della se separão em dissertações profundas sobre o amor do genero humano, e por ventura sobre os males que tem trazido ao mundo a religião do Evangelho.

O convento de *Moustiers* está situado no cume das montanhas que se estendem á leste do monte *Natel-d'Aran*, e a oeste do pincaro de *Dromy*, cordilheiras estas, cuja maior altura é de 8200 pés acima do nivel do mar. Foi o mosteiro edificado no 10.º seculo por S. Bernardo de Menthon, conego d'Aosta. Em 1215 o conde de Blanes, voltando da Palestina, onde estivera captivo, tendo promettido á Virgem Maria uma cidade de ouro, por conselho dos mongos annuiu que em melhor solidario este voto edificando junto de Moustiers um hospicio para recolher os pa-

Vol. I.


MAGASIN PITTORESQUE,

A DIX CENTIMES PAR LIVRAISON.

PREMIÈRE LIVRAISON. — 1842.

L'HIVER

Fig. 6 – *O Panorama* foi a cópia portuguesa da *Penny Magazine* britânica, que influenciou vários periódicos similares na Europa, como o francês *Magasin Pittoresque*. O design dessas publicações afastava-se do design dos livros, quer pelo recurso significativo às ilustrações, quer pelo formato (maior do que aquele que era comum nos livros), quer pela paginação a duas colunas, quer pelo cabeçalho, que ostentava o título da publicação.

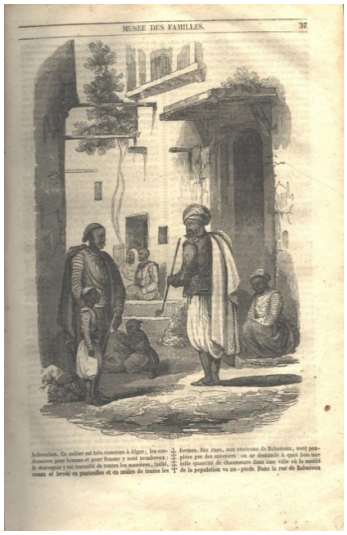

MUSÉE DES FAMILLES.

Fig. 7 – O *Musée des Familles* apareceu nas bancas francesas em Outubro de 1833, para concorrer com a *Magasin Pittoresque*. É possível verificar que *O Panorama* copiou vários textos do *Musée*, conclusão a que também chega João Bartolomeu Rodrigues (2008, p. 73). A forma de paginação da primeira página do *Musée* foi replicada pel'*O Panorama*, a partir de 11 de Janeiro de 1840. Embora não tivesse um design livresco, devido à paginação a duas colunas, ao cabeçalho com o título e ao aproveitamento substancial do desenho, apresentava-se como um fascículo coleccionável.

THE PENNY MAGAZINE
OF THE
Society for the Diffusion of Useful Knowledge.

423.] PUBLISHED EVERY SATURDAY. [NOVEMBER 3, 1838.

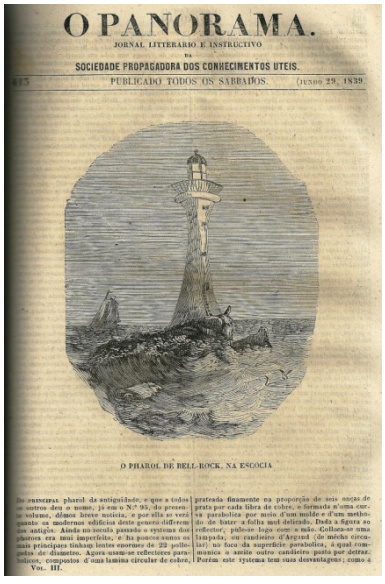
THE AYE-AYE.

[The Aye-Aye (*Cheiromys Madagascariensis*).]

Two extraordinary animal, respecting the true situation and affinities of which so many conflicting opinions have been advanced, and upon which naturalists are still divided, is a native of Madagascar, where it is either extremely rare, or at least a tenant of remote solitudes seldom visited by the aborigines of the island, and never by Europeans. One specimen alone exists in Europe, brought home by Sonnerat, its discoverer, who first figured and described the animal in his 'Voyage aux Indes,' (Paris, 1781,) a specimen from which all subsequent accounts have been taken, and which is carefully preserved in the Royal Museum of Paris. The first describer of this animal, Sonnerat, observes that it seems

allied to the Lemurs, the monkeys, and the squirrels; and subsequent writers have taken opposite views, according as they have been biassed by one part of its organization or another, or according to their ideas of the respective value of characters deduced from one set of organs or another. Guided by its singular dentition, Pennant, in the last edition of his 'History of Quadrupeds,' and Gmelin, in his enlarged edition of the 'Systema Naturæ' of Linnæus, placed it among the Squirrels, the former under the title of the Aye-Aye Squirrel, the latter under that of *Sciurus Madagascariensis*. Though separates from the squirrels by many modern writers under the generic title of Cheiromys, it was still retained

Vol. VII. 2 I



O PANORAMA.
JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS.
PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. JUNHO 29, 1839.

O PHAROL DE BELL-ROCK, NA ESCOCIA

De nenhuma pharol da antiguidade, e que a todos os outros deu o nome, já em o N.º 95, do presente volume, demos breve noticia, e por ella se verá quanto os modernos edificios deste genero differem dos antigos. Ainda no mesmo passado o systema dos pharoes era mui imperfeito, e ha poucos annos os mais principaes tinhão lentes enormes de 22 pollegadas de diametro. Agora usam-se reflectores parabolicos, compostos d'uma lamina circular de cobre, grateada finamente na proporção de seis onças de prata por cada libra de cobre, e formada n'uma curva parabolica por meio d'um molde e d'um methodo de bater a folha mui delicado. Dada a figura ao reflector, pallesse logo com a mão. Colloca-se uma lampada, ou candieiro d'Argand (de mecha circular) no foco da superficie parabolica, a qual communica a seelle outro candieiro gosto por detraz. Porém este systema tem suas desvantagens; como é

Vol. III.

Fig. 8 – Um número da *Penny Magazine* e um número d'*O Panorama*.
São notórias as semelhanças no design.

À semelhança da *Penny Magazine*, pensada para poder interessar a um público transclassista, que a compreendesse, e para poder ser adquirida por operários, sendo, apesar de tudo, rentável para os investidores, também *O Panorama*, desde o início, procurou interessar a um vasto conjunto de pessoas, e não apenas às elites letradas, e praticar um preço baixo e competitivo, o que lhe permitiu ter tiragens que terão ascendido a cinco mil exemplares. Em certos anos, trouxe até rentabilidade ao investimento dos accionistas. Não despicienda para o sucesso d'*O Panorama* foi o recurso da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis às tecnologias tipográficas mais recentes, tal como o tinha feito a sua congénere britânica. Conforme revelam os relatórios de actividades e contas da direcção de 1839 e 1840, a tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis tinha, inclusivamente, uma prensa hidráulica. Ainda assim, em 1844 o projecto fundacional d'*O Panorama* gorou-se e a publicação do periódico foi suspensa. Mas durante os primeiros oito anos (1837-1844) em que foi publicado, *O Panorama* teve uma invejável repercussão em Portugal.

Capítulo III

O Panorama: um projeto cívico

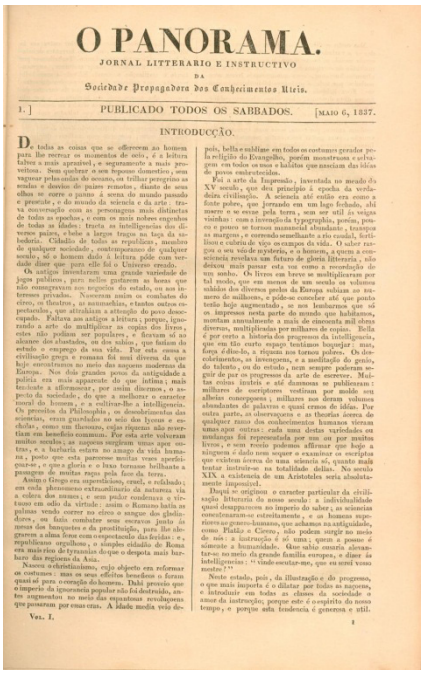
Lançado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis[1], classificada no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha (1958 [1858], vol. XXI, p. 515), como "a empresa literária de maior prestígio e nomeada que (…) se constituiu em Portugal"; congeminado em 1837[2], no período subsequente à revolução de Setembro de 1836, *O Panorama* beneficiou do espírito setembrista, amplamente favorável à democratização "proletária" do acesso à informação e à cultura. Mas beneficiou, também, do ideário liberal de impulso à formação cívica de cidadãos aptos a intervir nos processos de decisão política, forma de fundamentar o preceito constitucional, algo fictício, da *soberania da nação* (vd., por exemplo, Canotilho, 1998, pp. 126-137). Por isso, todo o reinado de D. Maria II, bem como os reinados dos monarcas constitucionais subsequentes, foram marcados pela vontade de

1) "Esta Sociedade [foi] organizada pelos incessantes esforços de alguns amigos da civilização, entre os quais muito se distinguiu o Sr. Manuel António Viana Pedra (…). Da mesma Sociedade foram directores, desde a sua instalação, em 1837, até à dissolução, em 1845, o já citado Sr. Vianna Pedra, o Sr. J. C. de Figaniere (que de suplente passará a efectivo em 1841) e outros cavalheiros cujos nomes figuram à frente dos respectivos volumes deste semanário." (Silva e Aranha, 1958 [original de 1858], vol. VI, p. 335)

2) Uma notícia do *Diário do Governo* de 21 de Fevereiro de 1837 já falava do projecto, apresentando-o como apartidário e tributário das publicações estrangeiras similares: "Alguns cidadãos portugueses, amigos da verdadeira ilustração, conceberam o projecto de derramar, por meio de uma publicação semanal, a maior cópia possível e conhecimentos úteis, procurando para esse fim aproveitar os vastos subsídios que lhes fornecem as obras periódicas dos outros países" e "mui positivamente declararam no programa impresso que os assuntos políticos não obteriam entrada em suas colunas". Para o *Diário do Governo*, o povo aproveitaria esses conhecimentos novos, que o tornariam menos exaltado e violento (compreendem-se os desejos da publicação, tal a instabilidade e violência a que Portugal estava sujeito nesses tempos): "O louvável fim da Associação que se propõe publicar este periódico compreende-se em poucas palavras: ensinar o povo para que ele seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões e oferecer-lhe a instrução por modo que a ela possa chegar o seu entendimento e a sua bolsa, isto é, fácil e barata". O periódico governamental rematava, sintomaticamente: "Quanto a nós, bem tomado foi este arbítrio. As discussões políticas exaltam os espíritos mais moderados e assumem, mais dia menos dia, um carácter particular e pessoal que não quadra aos periódicos literários"

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 101 - 160]

favorecer as organizações e os jornais científicos e culturais, como contributo para que Portugal saísse do atraso cultural que o ia afastando dos países mais avançados da Europa (vd. por exemplo, Torgal e Vargues, 1998, pp. 575-584).



O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

1.] PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. [MAIO 6, 1837.

INTRODUCÇÃO.

Fig. 9 – Primeira página do primeiro número d'*O Panorama*. Uma diagramação simples, a duas colunas, separadas com filete, com caracteres da família romana, com a página 1 encimada pelo logótipo. A indicação do volume e da página aparece em rodapé.

O primeiro número d'*O Panorama* foi lançado no dia 6 de Maio de 1837, um sábado, dia habitual de saída de cada número. O periódico publicou-se ininterruptamente até 28 de Dezembro de 1844, ao longo de duas séries. A primeira série iniciou-se a 6 de Maio de 1837 e durou até ao número 243, datado de 30 de Dezembro de 1841; a segunda iniciou-se a 1 de Janeiro de 1842 e durou

até 28 de Dezembro de 1844 (n.º 157 da segunda série), sem interrupção na publicação da primeira para a segunda série, num total de 400 números[3].

Porquê o título *O Panorama*? Eis como o próprio jornal o explica:

> A denominação de panorama começou neste século a ser empregada no sentido metafórico. Os viajantes e os poetas a têm dado aos sítios pitorescos que abrangem uma grande extensão de território. Foi também no sentido figurado que tal nome se deu a este jornal, porque neles se apresenta aos olhos dos nossos leitores o que mais curioso há no mundo físico e intelectual. (Anónimo, Panorama, *O Panorama*, 1838, Vol. II, n.º 36, p. 5.)

A quem se dirigia *O Panorama*? Alexandre Herculano, seu primeiro redactor responsável[4], no texto introdutório do primeiro número, delimita com bastante precisão e clareza os públicos a quem o jornal se destinava. Considerando a imensidão do conhecimento que havia de propagar e as condições de recepção do público potencial, Herculano considera que seria ambição do jornal interessar a titulares de todos os ofícios e satisfazer aqueles que pouco tempo podiam consagrar à sua ilustração. Ou seja, seria ambição do jornal interessar a toda a gente, "até aos últimos degraus da escala social":

> Neste estado (…) da ilustração e do progresso, o que mais importa é o (…) introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. Mas

3) Conforme referido, *O Panorama* teve ainda mais três séries, até 1868, que não foram estudadas neste trabalho.

4) "Esta Sociedade (…) convidou para a redacção do seu jornal o Sr. Alexandre Herculano, que pouco antes resignara ao lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública Portuense, em razão das mudanças políticas de 1836" (Silva e Aranha, 1958 [original de 1858], vol. VI, p. 335), pois tinha considerado demagógica a revolução setembrista (Baptista, 1977, p. 14). O próprio Herculano (19__, vol. II, p. 105) confirma a sua entrada n'*O Panorama* numa carta, provavelmente de 27 de Julho de 1838, ao seu amigo Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, jurista e historiógrafo: "Eu obriguei-me, por um contrato, a ter sempre adiantados, no escritório da Sociedade Propagadora, quatro números d'*O Panorama*. Recebo por isso 40$000 réis mensais, devendo dar em cada número duas ou duas páginas e meia escritas por mim. Outras pessoas escrevem para o jornal, e a Sociedade despende mais 320$000 réis anuais para isso, pagando à razão de quartinho [1$200 réis] a página. Os artigos alheios vêm todos à minha mão e eu compagino os números".

> como se dilataria a instrução, como se faria descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social, se houvéssemos de empregar nisto essa multidão de escritos (…), esses inumeráveis livros (…) acumulados em bibliotecas (…)? Fora baldada empresa (…). Além disso, o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas têm de repouso para dar à cultura do espírito, e nenhum ânimo, por certo, seria assaz curioso de instrução para gastar esses curtos momentos em folhear centenares de volumes e embrenhar-se em meditações profundas (…). Que é (…) necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução (…)? A solução deste problema encontra-se (…) (n)os jornais de instrução popular. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 1.)

Encontra assim Jacinto Baptista (1977, pp. 37-38) razões para dizer que *O Panorama* foi "um programa de instrução popular, dirigido, principalmente, às classes burguesas em ascensão (…) mas que não excluía, antes reivindicou também, para as classes operárias os benefícios da educação e da cultura".

Com intenção mercadológica, se o público a quem se destinava parece ter sido claramente delimitado na mente dos promotores d'*O Panorama*, o produto – isto é, o próprio semanário – também foi trabalhado, para corresponder aos interesses e necessidades do primeiro. Assim, *O Panorama* apresentou-se publicamente como um jornal que seguia o modelo britânico da *Penny Magazine*, uma revista cuja denominação – *magazine* –, à maneira dos grandes armazéns onde se vendia de tudo um pouco, prometia que nela se falaria de tudo um pouco. Porém, segundo as palavras de Herculano, foi preciso mudar a orientação editorial do periódico a partir de 1837, pois o modelo da *Penny Magazine*, assente apenas em vários artigos extensos, não teria receptividade em Portugal, já que não interessaria a toda a espécie de leitores que *O Panorama* queria cativar. Fê-lo num texto em que, além do mais, se refere a si mesmo, e aos restantes redactores do periódico, como escritores (e não como jornalistas), o que indicia a auto-imagem que tinham de si mesmos, e em que exige dos mesmos "boa consciência", ou seja, ética.

> Quando este jornal começou a aparecer, nada mais era, quanto à forma, do que uma imitação do *Penny Magazine*, do qual também o são todos os jornais populares publicados na Europa. Persuadidos estávamos então de que nenhum melhor modelo tínhamos para seguir, mas com o tempo nos temos convencido de que as circunstâncias relativas dos dois países, Portugal e Inglaterra, sendo diversíssimas, deviam influir diversamente no modo de tratar a *literatura popular* das duas nações. Em Inglaterra, como em França, o ler é uma necessidade intelectual; em Portugal, um prazer, ou antes, um desfastio. (…) Em Inglaterra, um jornal que contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e lêem-no; em Portugal, louvam-no, mas poucos o lêem. Entre nós, é preciso que o agradável conduza (…). É preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonha. (…) Sem nos enganarmos com o aumento da extracção do *Panorama*, (…) julgámos dever alterar o sistema (…) na redacção e disposição do jornal, porque sendo nosso objecto instruir, deleitando no maior grau possível, isto melhor se poderia alcançar seguindo em parte um novo trilho. (…) *O Panorama* conterá doravante duas partes (…). A primeira destinada aos artigos mais extensos, e relativos (…) a todos os (…) objectos graves e importantes; a segunda conterá artigos breves e variados, e de menos monta. (Alexandre Herculano, Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 1.)

A nova estrutura de conteúdos d'*O Panorama* permitiria assim, de acordo com Herculano, agradar a todo o universo de leitores potenciais, ao público para quem ele sabia que estava a escrever e que não era todo igual, a saber:

> Em três classes se podem dividir os leitores a quem os jornais populares são destinados. A primeira é dos que pretendem só instrução, sem lhes importar a forma (…) São estes poucos. A segunda classe, que é a mais numerosa, consta daqueles que gostam de instruir-se recreando-se. A terceira (…) é formada pelos que só na leitura buscam passatempo para matar o tédio, e a quem coisas singelas, claras, comuns ou frívolas só agradam (…). Considerando deste modo o público para quem escrevemos (…), é preciso

> atender aos desejos de duas classes de leitores opostas e a uma terceira que é como média entre ambas. (Alexandre Herculano, Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n-º 36, p. 1.)

Consequentemente, de acordo com um modelo que se manteve até 1844, *O Panorama* passou a segmentar e organizar os conteúdos em duas grandes áreas, embora sempre com o objectivo de democratizar a cultura. Uma primeira área abrangia textos sérios sobre agricultura, arqueologia, belas-artes, economia, educação, filosofia, história, literatura, tecnologia e outros temas "graves", conforme o termo empregue por Herculano. Uma segunda área incluía as matérias "risonhas", ou seja, os "artigos breves e variados, de menos monta". Nela se incluíam as lendas, as anedotas históricas, a economia doméstica, problemas linguísticos e um sem fim de outros assuntos. Um pequeno exemplo anónimo, profundamente sexista (parecendo, todavia, não o ser), poderia ser dado pelo seguinte dito, inserido no n.º 123 da segunda série d'*O Panorama* (p. 144):

> É grande injustiça condenar a loquacidade das mulheres, quando se considera que sem ela as crianças e meninos nunca aprenderiam a falar.

O primeiro número de 1839 não possui texto de abertura. Contudo, o volume, encadernado, possui, apensos, vários relatórios, entre os quais o relatório da direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (datado de 30 de Junho de 1839). Nele, Viana Pedra, João Baptista Massa e José da Motta celebram a missão da empresa, reforçam os princípios filantrópicos e de devoção à instrução pública d'*O Panorama*, frisam que este manterá a qualidade, a credibilidade e a utilidade mesmo após o abandono da função de redactor principal por Herculano[5] e destacam os investimentos feitos na tipografia da empresa[6], para que dos seus

5) Embora a data de abandono, por Herculano, das funções de redactor principal d'*O Panorama* tivesse sido 13 de Julho de 1839, o facto é que o relatório da direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis à Assembleia-Geral, datado de 30 de Junho de 1839, já se refere à sua iminente saída.

6) Alfredo da Cunha (1914, p. 93) recorda que em Portugal foi a empresa d'*O Panorama* a revolucionar a tipografia: "Fazia-se um uso quase exclusivo do velho prelo de madeira, dava-se a tinta com as antigas balas, a impressão era toda feita a braços, os jornais tinham uma tiragem

prelos saísse um periódico de melhor qualidade gráfica e também para que fosse possível conciliar a impressão do semanário com o lançamento de outras obras[7]. Um incidente, porém, lastimam: a má qualidade do papel nacional impedia que pudessem usá-lo para imprimir *O Panorama*.

> O espírito de associação, que tão poderosamente contribui para a progressiva civilização e engrandecimento de um povo, achou finalmente entrada na nossa pátria, e desenvolve-se com proveitosos resultados. A par das grandes especulações do comércio e da indústria, e dos filantrópicos estabelecimentos de caridade, as empresas literárias vão prosperando em benefício comum. A Sociedade a que pertencemos (…) apenas conta vinte e seis meses de duração e já tem a glória de ver confirmada a sua estabilidade e coroados os seus esforços pelo acolhimento do público. (…) Vigorar uma instituição que consagra os seus desvelos à instrução popular e ao adiantamento de uma arte tão nobre como a tipográfica é um bem para o país (…).

---

propriamente para a família, cada exemplar servia a numerosos leitores, se os artigos excitavam interesse. Foi a imprensa de *O Panorama*, que nesta época (1837) começou a publicar-se, a que introduziu em Lisboa o uso dos rolos."

7) Registe-se, no entanto, que essa tarefa nem sempre era fácil. No mesmo texto revelam-se alguns obstáculos à edição de obras que não *O Panorama* por parte da Sociedade, que possuía uma esplêndida tipografia: "Entendeu a direcção que, além do *Panorama*, poderia alcançar ainda maior reputação à Sociedade, abalançando-se por meio de outras publicações a mais subido grau de instrução. Empreendeu para isto várias tentativas, que até agora não teve a fortuna de ver realizadas, o que todavia espera. Obtida do governo de Sua Majestade a permissão de transcrever e dar à luz os inéditos que se escolhessem da Biblioteca da Corte, a direcção oficiou em 30 de Novembro de 1838 ao (…) bibliotecário-mor, propondo ceder em benefício daquele estabelecimento 50 exemplares de cada manuscrito que publicassem para assim cumprir a condição da portaria de 26 de Julho do mesmo ano. Porém, o conselho administrativo da biblioteca exigiu a quarta parte de cada edição, condição esta prejudicial e inadmissível. Portanto, em Fevereiro do corrente ano a direcção requereu ao governo (…) para que ou se admitisse a proposta de 50 exemplares ou se pusesse a concurso a publicação dos inéditos. Até hoje esperamos a decisão deste negócio, ficando a direcção inibida de vulgarizar manuscritos interessantes, para crédito da Sociedade e da nação (…) e para aproveitamento dos estudiosos. Não foi mais feliz a segunda tentativa, porquanto tentando coligir uma série de memórias, que deviam sair em períodos irregulares e compreender sobre vários assuntos mais copiosa e profunda instrução que a compatível com os limites do *Panorama*, a direcção teve a honra de convidar para este fim os nossos mais distintos sábios e literatos, e ainda que nem todas as respostas foram absolutamente negativas, não pôde a direcção, por falta de escritos, encetar esta nova publicação (…).

> A perfeição das obras impressas na nossa tipografia promoveu a concorrência de outras obras mais avultadas, que embaraçavam o andamento do jornal, na ocasião em que tínhamos de reimprimir muitos números, que faltavam para preencher colecções, que de toda a parte nos pediam. Foi portanto necessária a compra de mais um prelo igual aos primeiros (…). Com as novas aquisições, a oficina está em circunstâncias de satisfazer aos desejos dos autores ou editores (…). Temos também (…) neste ramo outro importante melhoramento: falamos da prensa hidráulica (…). Brevemente esta máquina estará montada, e então conseguiremos dar às obras dos autores que assim o desejarem a nitidez que aformoseiam as melhores impressões estrangeiras.
>
> O jornal da Sociedade continua com o mesmo sistema de redacção, e assim devia ser para o fim a que se dedica e porque esse sistema lhe tem alcançado crédito (…), nem obsta o deixar de ser o principal redactor o Sr. Herculano, porque além de continuar a ministrar-nos os seus interessantes artigos, algumas pessoas zelosas da instrução pública nos têm presenteado com os frutos dos seus estudos. Não poupamos diligências para manter o crédito e utilidade d'*O Panorama*, e por isso encaminhamos os nossos desvelos para adquirir o maior número possível de gravuras em madeira portuguesas.
>
> Por espírito de nacionalidade, adoptámos por algum tempo papel de manufactura nacional. Porém, não correspondendo o êxito às nossas intenções, nos vimos, com pesar, obrigados a substituí-lo pelo estrangeiro, para não motivar queixas (…) e para obviar ao estrago do tipo, que pela má qualidade do papel rapidamente se consumia. (M. A. Viana Pedra, João Baptista Massa e Jorge Maria da Costa Silveira da Motta [direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis], [Relatório à Assembleia-Geral], apenso a *O Panorama*, 1839, vol. III, datado de 30 de Junho desse ano.)

Ainda em 1839, um aviso incluído n'*O Panorama* pela direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis dava a entender que o periódico passaria a ter uma linha editorial mais valorizadora dos assuntos lusófonos:

> A direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, tendo visto a aceitação que este jornal tem merecido do público, determinou melhorar esta publicação ao começar o seu quarto ano, distribuindo os exemplares depois de acetinados pela prensa hidráulica, dando maior número de gravuras portuguesas e inserindo maior quantidade de artigos sobre as antiguidades e histórias do nosso país e outros assuntos nacionais, assim como sobre o império do Brasil e as nossas colónias, e além destes todos os que por interesse ou novidade forem dignos da atenção geral. ([Direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis], [Aviso], *O Panorama*, vol. III, n.º 136, p. 392.)

Em 1840, a mensagem de abertura do primeiro número do ano, não assinada mas elaborada em nome da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, assinalava os esforços d'*O Panorama* em conjugar proficuamente a informação visual, que "fala aos olhos", com a textual, que "fala ao pensamento". Para reforço das suas próprias convicções identitárias, os redactores (o texto é anónimo) mostram-se também convictos da utilidade – inclusivamente moral – da sua obra, materializada n'*O Panorama*, inserindo-a no contexto mais vasto do progresso da humanidade – em particular da Europa. Em acréscimo, mais uma vez afirmam, contra todas as críticas, a orientação do periódico para a valorização dos temas nacionais e de produção de conhecimento na língua pátria (algo ainda hoje meio esquecido devido à omnipresença e aparente omnipotência do inglês), bem como o desejo de agradar aos leitores em geral, sob aconselhamento dos eruditos:

> Negar o progresso intelectual no século anterior e no presente seria tão disparatada porfia como a de um cego que combatesse a existência e os efeitos da luz. (…) Como poderia pois, neste movimento geral europeu a nação portuguesa permanecer imóvel e indiferente? (…) Os nossos compatriotas desenvolvem a sua aptidão intelectual, o gosto e o hábito de ler enraíza-se no povo, e assim (…) esperamos que entre nós se derramem os frutos da leitura, deste entretenimento profícuo que enche o vazio que deixam os maus hábitos e que, expelindo o mau pensamento, dá origem

ao bom . Falamos da leitura de obras que o povo deve ler, daquelas que enriquecem o espírito com úteis noções, imprimem no coração as doutrinas puras da moral e habilitam para o trato do mundo e conversação quotidiana, mediante notícias interessantes e curiosas.

Publicam-se já no nosso país, com aplauso merecido, jornais especiais dedicados às ciências. Cresce progressivamente o número das obras periódicas destinadas à leitura do máximo número de pessoas. Se o povo não lia, era porque não lhe facilitavam os meios de ler. (…) Mas o povo português hoje (…) gosta de instruir-se e lê, porque os escritos populares se imprimem e vendem por preços cómodos, e portanto se difundem. A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, tendo (…) prosseguido há quase três anos na publicação do *Panorama* e tendo visto o acolhimento com que o público o recebe, devia, em obséquio da verdade e da honra nacional, fazer esta declaração, para salvar a nação dos odiosos epítetos de indolente e desprezadora de toda a instrução. (…) Se alguns escritores pouco exactos ou mal informados não tivessem vontade de nos carregar de opróbrios, veriam a ânsia com que se estrai essa inundação de livros franceses que anualmente alaga Portugal, ainda que esses não chegam às classes a quem só o idioma pátrio é conhecido.

A Sociedade, pois que possui a certeza de que o seu jornal é lido e a consciência de que dele resulta proveito, vai encetar o quarto ano desta publicação. E convencida, igualmente, de que a aliança do desenho e do texto, que ao mesmo tempo fala aos olhos e ao pensamento, é um forte incentivo para promover a leitura, não poupará diligências para adornar o jornal com escolhidas gravuras, muitas das quais representarão assuntos portugueses, e esmerar-se-á em todos os ramos dum bom desempenho tipográfico. No quadro da redacção, terão a preferência os artigos sobre pontos da história, corografia, as antiguidades nacionais, intercalando-os com as notícias e informações que se reputarem úteis, novas e interessantes.

> A Sociedade (…) experimentará mui viva satisfação em corresponder aos conselhos dos eruditos e aos desejos dos leitores. (Anónimo, Aos nossos leitores, *O Panorama*, 1840, Vol. IV, n.º 140, pp. 1-2.)

O texto de abertura d'*O Panorama* em 1841 é da autoria de António Feliciano de Castilho. Trata-se de um texto que, como veremos adiante, documenta a visão ideológica que os responsáveis pel'*O Panorama* tinham do jornalismo português ao tempo. A mensagem enfatiza o ideário identitário do periódico e, por consequência, dos seus redactores, no claro intuito, como diz Castilho, de se exortarem a si mesmos a prosseguir o empreendimento. A ideia geral transmitida no texto – significativamente longo – é a de que a publicação prestava um excelente serviço ao país, ao dar que ler a uma população carecida de publicações instrutivas, bem escritas e a baixo preço. Justificava-se, portanto, na versão de Castilho, o carinho do Público (com P grande!) e o sucesso editorial d'*O Panorama*, principalmente quando comparado com o quadro negro que o autor pinta da imprensa nacional da sua época, numa crítica feroz ao jornalismo político e panfletário então ainda dominante. Emerge do texto, aliás, um certo conservadorismo, que, conforme se tentará provar, perpassa por todo o periódico até 1844. Um conservadorismo, diga-se, adversário e desconfiado dos escritos "danosos", portanto vistos como subversivos, que, conforme se infere das palavras de Castilho, proliferariam, segundo ele, através de alguma da imprensa de partido, mas também contrário à intolerância e ao exacerbamento das opiniões.

> Assim como aqueles bons navegadores portugueses (…) folgavam de ir deixando seus padrões no remate de cada viagem (…), folgamos também de ir assinalando com um marco o termo de cada uma destas nossas sucessivas e laboriosas expedições de ano, e daí considerar o espaço andado, para nos exortarmos a nós mesmos, criar ânimos e coração, que nisto só consistem as forças com que as mais difíceis coisas se levam a cabo.
>
> Contemplando pois, da porta que se nos abre do novo ano, os quatro que já nos lá ficam andados, não é tanta a nossa moléstia que deixemos de

aceitar, como bem cabido prémio às nossas diligências, parte dos louvores e demonstrado apreço com que o Público nos tem favorecido.

Assentado é (…) como do saber (…) nascem todas as diversas partes de que se compõe a felicidade (…). A ciência não é só bem, como meio que leva a todos os cómodos da vida (…). Que nos falta logo? Em segundo lugar, mais instrução primária; mas em primeiro lugar mais que ler. A nascida instrução primária já lá tem bons padrinhos entre os legisladores e não é da nossa jurisdição. Agora quanto ao ler, é felicíssima verdade que nunca em Portugal se leu tanto como nos nossos dias. Mas é verdade desgraçadíssima que nunca também por cá se escreveram, se imprimiram e leram tantas coisas sem verdade, sem juízo, sem cor, sem gosto, sem filosofia, sem intenção alguma moral ou literária, sem alma e sem consciência como agora. Quem olhar para a grande imprensa portuguesa pasmará dos milhares de mãos que a trazem em movimento, e parecer-lhe-á que o fogo sagrado da instrução (…) está ardendo (…). Mas quem chega a observar mais de perto chora, se tem português o coração, de ver como à popular avidez da leitura se dão às braçadas alimentos vãos e danosos. (…) O povo lê e quer ler, deve ler e precisa de ler, mas em o povo chegando a conhecer que os que escrevem lhe abusam da boa-fé e o enganam, que os que se arvoram em seus mestres nem aprendizes foram ainda, e não passam de charlatães cujas maiores habilidades consistem em fazer (…) do nada dinheiro, passará da extrema confiança à extrema desconfiança, abjurará da letra redonda, e só tarde a necessidade o reconduzirá a ela. Já da imprensa política se abusou, e decaiu a imprensa política pelo descrédito. Sucedeu-lhe a imprensa recreativa e instrutiva (…). *O Panorama*, acessível a todas as fortunas, a todos os entendimentos, acomodado a todos os gostos, a todos os interesses; *O Panorama*, multiplicado por um número de exemplares de que não há memória na imprensa portuguesa, é o conhecido, o bem-vindo e o amigo de todas as casas; benquisto com os religiosos como com os filósofos, tão familiar com os sábios como dado com os indoutos, tão afinado para os espíritos sérios e profundos como para os preguiçosos e leves, noticioso para os que procuram as notícias, discursador para os que escavam na moral

> e para os divertidos, divertido; obra para todos os partidos, porque não é de nenhum partido, amando nas três categorias de homens de que a sociedade se compõe tudo o que nelas há de bom, honesto e proveitoso: nos partidários do passado, a veneração que tributam ao donde provimos; nos partidários do futuro, a generosidade com que se planta para netos e se ama o que ainda não existe; e nos partidários do presente, a actividade que remoça a terra; amando e querendo todas estas diversas coisas, mas tremendo e fugindo da exageração e da intolerância de todas elas; jornal, enfim, ou livro, ou livraria, que tudo é; português no contar, no aconselhar, no trabalhar e ajudar, e até, quanto é possível, no estilo e dizer, *O Panorama* acendeu e conserva em (…) milhares de pessoas de todas as idades, sexos, hierarquias e profissões, o gosto, o costume e a necessidade da leitura. (…) Para esses *O Panorama* é a assembleia, o espectáculo, a biblioteca pública e a praça do comércio, onde lhes vêm ter as notícias dos povos mais longínquos, das gentes mais diversas e até dos séculos mais distantes. Eis aqui (…) o que *O Panorama* tem sido, o que *O Panorama* tem feito, e o que tem aproveitado nos quatro anos da sua duração. Assim, no exame de consciência que *O Panorama* fez (…) não encontrou nem venalidade em matéria de ódios (…), que são três quartos dos modernos escritores, nem disputas de invejas e vãs soberbas, nem torpezas e corrupção, nem sedição e anarquia, nem impiedade ou fanatismo, nem sequer desbarate de tempo em vaidades (…); e pelo contrário acha (…) mil esforços para o bem (…), sendo destes bens o primeiro (…) o gosto ao ler e o costume de ler (…). (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, pp. 1-2.)

Tendo em consideração o diagnóstico amplamente favorável – e a consequente crença no sentido de uma "missão" auto-imposta que alimentava os egos e a identidade dos seus promotores e colaboradores – António Feliciano de Castilho, no mesmo texto, revela o que se poderá esperar futuramente d'*O Panorama*, e que, numa expressão simples, se poderia resumir em "mais do mesmo" quanto aos conteúdos e na defesa intransigente da *portugalidade* do periódico, manifesta, em especial, no respeito pela Língua Portuguesa. Uma pequena passagem acerca da "velocidade de escrever", porém, revela um

dado relevante acerca do processo produtivo d'*O Panorama*: os redactores de então, como os de agora, estavam sujeitos à constante *pressão do tempo*, dada a necessidade de produzirem semanalmente um periódico dedicado, sobretudo, à instrução. Essa justificação anteciparia eventuais necessidades de justificar falhas e erros:

> Mas o que será *O Panorama* neste ano que encetámos? Não há, em coisas morais, fiador do futuro como é o passado. *O Panorama* será o jornal português e popular que tem sido (…). Os maiores nomes da nossa actual literatura brilharão entre os dos nossos colaboradores. Excertos dos nossos melhores clássicos, e notícias curiosas e úteis de suas vidas e escritos, continuarão aqui a fomentar o estudo e o amor do antigo (…). Dos descobrimentos em ciências, dos inventos nas artes, dos aperfeiçoamentos em indústria, das novidades notáveis em todo o género de literatura, que o ano há-de trazer, ofereceremos quanto ao nosso conhecimento vier (…). A linguagem portuguesa continuará a ser emprego de nossos constantes desvelos e quanto seja compatível com a velocidade de escrever que uma tal obra requer, sairá sempre limpa e castiça. Finalmente, as noções de ciências naturais, bem como as das ciências morais, continuarão a aparecer (…) para que o vulgo que não frequenta as escolas possa tomar delas. (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, pp. 2-3.)

O tom de Castilho desvela, contudo, em certas passagens, quanto os redactores d'*O Panorama* se viam no papel de auto-nomeados "educadores do povo". Se esta consideração se justifica pelas palavras finais do autor no excerto de texto anterior, mais relevante se torna ao tomar-se m linha de conta as frases seguintes:

> A imprensa política é hoje uma rainha, a imprensa literária uma fada, a imprensa científica uma Minerva, mas a imprensa do género da nossa não é menos do que boa ama e aia de uma grande criança moral que é o povo. Abaixa-se para o tomar nos braços, escolhe, do que sabe, o que ele lhe pode

> entender, mistura-lhe a doutrina com os brinquedos, resguarda-lhe o que é perigoso, nos passos difíceis dá-lhe a mão, estuda de dia e de noite as suas necessidades para as satisfazer, as suas boas inclinações para as ajudar, os seus vícios para os coibir. É sempre mãe, é toda e sempre do seu aluno com quem se identificou, e para si não quer melhor paga do que poder dizer um dia: "Eis aqui este povo já varão; ei-lo aqui. Fomos nós (Deus e eu) quem principalmente o fizemos!" (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, p. 3.)

A 1 de Janeiro de 1842, inicia-se a segunda série d'*O Panorama*. Em texto dirigido aos leitores, colectivamente assumido pelos redactores, são reafirmados os princípios orientadores e identitários do periódico – em particular a crença de que *O Panorama* estava ao serviço do bem-comum, identificado com o progresso da civilização e com a difusão do conhecimento. É realçada, por outro lado, a sua expansão e (hipotética) influência no Brasil:

> *O Panorama* enceta hoje o sexto ano da sua existência. Durante os cinco precedentes, ele ajudou (…) a juntar algumas pedras para o edifício, que a imprensa mais que ninguém vai levantando na nossa terra – o edifício da civilização nacional. (…) Quer no Continente, quer nas províncias do arquipélago dos Açores, e da Madeira, tem *O Panorama* achado numerosos e constantes leitores. Igualmente o Brasil – esse novo e vigoroso tronco da antiga árvore portuguesa, respondeu ao sincero convocar do *Panorama* para a propagação dos conhecimentos e boas ideias (…).
>
> Sacerdotes humildes desta nova religião (…), procuraremos adstringir-nos às regras que no desempenho do nosso ministério pusemos a nós próprios. São as principais: criar, com leituras fáceis, o hábito de ler; tirar à instrução o que ela tem (…) de desabrido com o atractivo do deleite; respeitar sempre a moral pública; deixar a actualidade social aos políticos (…). (Os redactores, Aos leitores, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I. n.º 1, pp. 1-2.)

Quais as promessas que os promotores d'*O Panorama* deixavam para 1842? Essencialmente, o de melhorar o jornal e de manterem uma orientação editorial e produtiva que valorizasse o país e os portugueses e – sintomaticamente – agradasse ao olhar e não o cansasse:

> Pelo que pertence à parte material do *Panorama*, aí estão os cinco volumes da série primeira para atestarem a diligência e cuidado da empresa em sucessivamente emendar defeitos e em promover melhoramentos tipográficos e a maior nacionalidade nas gravuras.
>
> Este primeiro número (…) e os que se lhe seguirem prestarão nova e evidente prova do desvelo com que a empresa atende à pública aceitação, correspondendo-lhe com melhoramentos progressivos. Mudou-se de tipo, mas este é de fundição nacional como o antigo. E além da elegância que agrada aos olhos tem a vantagem de não os cansar na leitura, circunstância de que muitos assinantes se queixavam (…).. (Os redactores, Aos leitores, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I. n.º 1, p. 2.)

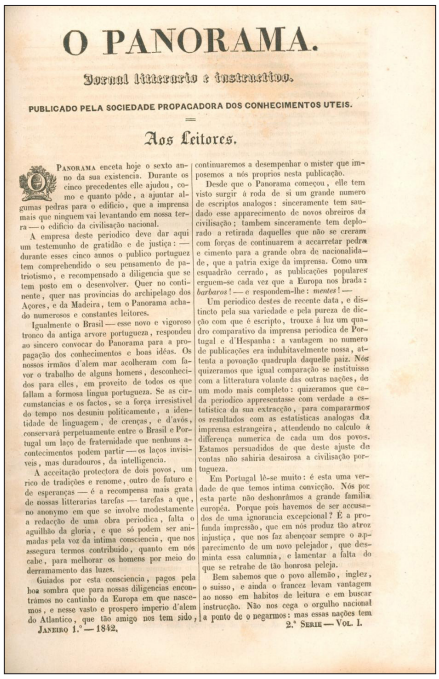
Os redactores d'*O Panorama* enfatizam, no mesmo texto de abertura da segunda série do periódico, o papel do jornal no incentivo à publicação de publicações similares e na promoção – idealizada – da promoção da leitura em Portugal, a ponto de impedir que a Europa (sempre a comparação!) olhasse com comiseração ou desprezo para Portugal. No entanto, os redactores entendem, criticamente, que a rudimentaridade do ensino público em Portugal traria ao país uma grande desvantagem nessa matéria:

> Desde que *O Panorama* começou, ele tem visto surgir (…) um grande número de escritos análogos (…) [e] tem deplorado a retirada daqueles que não se creram com forças para continuarem a carregar pedra e cimento para a grande obra de nacionalidade que a pátria exige da imprensa. Como um esquadrão cerrado, as publicações populares erguem-se cada vez que a Europa nos brada – *bárbaros!* – e respondem-lhe: *mentes!*

> (…) Em Portugal lê-se muito: é esta uma verdade de que temos íntima convicção. (…) Por que pois havemos de ser acusados de uma ignorância excepcional? (…) Bem sabemos que o povo alemão, inglês, o suíço e ainda o francês levam vantagem ao nosso em hábitos de leitura e em buscar instrução (…), mas essas nações têm sido impelidas pela força pública ou pelo espírito de associação (…) [enquanto] a nossa deve à diligência individual dos seus filhos a melhoria da instrução popular. Aí o ensino público, como vasta rede, abrange todas as classes de cidadãos (…); aqui, o ensino desamparado (…) nada (…) tem ajudado à civilização do povo português.

Embora o jornal tenha mudado a tipologia dos caracteres, tendo passado a recorrer, a partir da segunda série, nacionalisticamente, a outros tipos de fabrico nacional (conforme ele próprio revela), de maior corpo, a mudança da primeira para a segunda série é justificada, somente, por motivos de bibliofilia e coleccionismo, repetindo – salientam os redactores – o que se passava em jornais estrangeiros (a justificação do que se faz cá com o que se faz "lá fora" é, de resto, comum até aos dias de hoje):

> Abrimos uma segunda série. Este volume, primeiro dela, seguirá numeração nova em números e volumes, como se o jornal de novo principiasse. Não nos moveu tanto a esta alteração a mudança do tipo, como o ser já onerosa no custo para a pluralidade dos leitores futuros a colecção inteira, e o vermos que esta em pouco ficará rara, exaustas as reimpressões que para a completar fizemos, e que por consequência os novos subscritores, que não obtiverem os volumes da primeira série, lograrão ter em suas estantes os da segunda, sem interrupção numérica, evitando o afeamento que na conta dos bibliófilos tem desconto e que aos curiosos desagrada. A divisão por séries remove os inconvenientes; e quando em abalizados estrangeiros não tivéssemos exemplos, seria a razão boa conselheira para a adoptarmos. (Os redactores, Aos leitores, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I. n.º 1, p. 2.)



O PANORAMA.

Jornal litterario e instructivo.

PUBLICADO PELA SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS.

Aos Leitores.

O Panorama enceta hoje o sexto anno da sua existencia. Durante os cinco precedentes elle ajudou, como e quanto pôde, a ajuntar algumas pedras para o edificio, que a imprensa mais que ninguem vai levantando em nossa terra — o edificio da civilisação nacional.

A empresa deste periodico deve dar aqui um testemunho de gratidão e de justiça: — durante esses cinco annos o publico portuguez tem comprehendido o seu pensamento de patriotismo, e recompensado a diligencia que se tem posto em o desenvolver. Quer no continente, quer nas provincias do archipelago dos Açores, e da Madeira, tem o Panorama achado numerosos e constantes leitores.

Igualmente o Brasil — esse novo e vigoroso tronco da antiga arvore portugueza, respondeu ao sincero convocar do Panorama para a propagação dos conhecimentos e boas idéas. Os nossos irmãos d'alem mar acolheram com favor o trabalho de alguns homens, desconhecidos para elles, em proveito de todos os que fallam a formosa lingua portugueza. Se as circumstancias e os factos, se a força irresistivel do tempo nos desuniu politicamente, a identidade de linguagem, de crenças, e d'avós, conservará perpetuamente entre o Brasil e Portugal um laço de fraternidade que nenhuns acontecimentos podem partir — os laços invisiveis, mas duradouros, da intelligencia.

A acceitação protectora de dois povos, um rico de tradições e renome, outro de futuro e de esperanças — é a recompensa mais grata de nossas litterarias tarefas — tarefas a que, no anonymo em que se involve modestamente a redacção de uma obra periodica, falta o aguilhão da gloria, e que só podem ser animadas pela voz da intima consciencia, que nos assegura termos contribuido, quanto em nós cabe, para melhorar os homens por meio do derramamento das luzes.

Guiados por esta consciencia, pagos pela boa sombra que para nossas diligencias encontramos no cantinho da Europa em que nascemos, e nesse vasto e prospero imperio d'alem do Atlantico, que tão amigo nos tem sido, continuaremos a desempenhar o mister que impozemos a nós proprios nesta publicação.

Desde que o Panorama começou, elle tem visto surgir á roda de si um grande numero de escriptos analogos: sinceramente tem saudado esse apparecimento de novos obreiros da civilisação; tambem sinceramente tem deplorado a retirada daquelles que não se creram com forças de continuarem a accarretar pedra e cimento para a grande obra de nacionalidade, que a patria exige da imprensa. Como um espadrão cerrado, as publicações populares erguem-se cada vez que a Europa nos brada: *barbaros!* — e respondem-lhe: *mentes!* —

Um periodico destes de recente data, e distincto pela sua variedade e pela pureza de dicção com que é escripto, trouxe á luz um quadro comparativo da imprensa periodica de Portugal e d'Hespanha: a vantagem no numero de publicações era indubitavelmente nossa, attenta a povoação quadrupla daquelle paiz. Nós quizeramos que igual comparação se instituisse com a litteratura volante das outras nações, de um modo mais completo: quizeramos que cada periodico apresentasse com verdade a estatistica da sua extracção, para compararmos os resultados com as estatisticas analogas da imprensa estrangeira, attendendo no calculo á differença numerica de cada um dos povos. Estamos persuadidos de que deste ajuste de contas não sahiria desairosa a civilisação portugueza.

Em Portugal lê-se muito: é esta uma verdade de que temos intima convicção. Nós por esta parte não deshonrámos a grande familia europêa. Porque pois havemos de ser accusados de uma ignorancia excepcional? É a profunda impressão, que em nós produz tão atroz injustiça, que nos faz abencoar sempre o apparecimento de um novo pelejador, que desmenta essa calumnia, e lamentar a falta do que se retrahe de tão honrosa peleja.

Bem sabemos que o povo allemão, inglez, o suisso, e ainda o francez levam vantagem ao nosso em habitos de leitura e em buscar instrucção. Não nos cega o orgulho nacional a ponto de o negarmos: mas essas nações tem

Janeiro 1.º — 1842. 2.ª Serie — Vol. I.

Fig. 10 – Com a chegada da segunda série d'*O Panorama*, em 1842, alteraram-se os caracteres tipográficos do periódico. Passaram-se a empregar tipos de maior corpo, tornando-o mais fácil de ler.

A meio do ano de 1842, *O Panorama* informa os leitores das razões para uma nova mudança de tipo – o anteriormente adoptado, de corpo maior, obrigava a cortar ou eliminar textos. Realça, também, que prosseguirá a sua linha editorial, diferenciando-se, por ela, de outros periódicos similares:

> Poderão taxar-nos de egoísmo e, porventura, de orgulho literário, começando nós este artigo logo pelo nosso jornal (…).Se de nós falamos primeiro, aqui estão os caracteres em que estampamos as nossas razões, que nos fornecem o motivo. *O Panorama* tendo, ao encetar a segunda série, variado tipo, ganhou elegância de forma e mais vantagens que na introdução deixamos ponderadas, mas como a experiência é a grande mestra em matérias da arte, achamos que o esplendor tipográfico com todo o seu verniz nos diminuía a substância, senão em cada uma das partes, decerto na

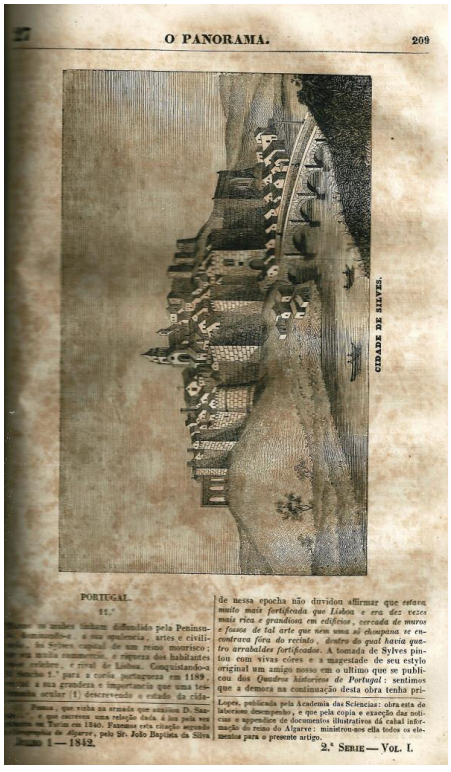
quantidade do todo. Vimo-nos constrangidos a cercear artigos, que exigiam maior desenvolvimento, e retardar outros, já importantes e graves, já curiosos e amenos. A nova letra era (…) usurpadora do domínio intelectual do *Panorama*. Concluímos das observações feitas no presente semestre que era necessário buscar o meio-termo entre a formosura e carácter legível do tipo e a maior porção de texto e a variedade das matérias.

A pandecta moderníssima, fundida na Imprensa Nacional, oferecia-nos esta solução da dificuldade. A consequência era óbvia, lançámos mão dela e servirá de espécie este artigo, sendo nossa deliberação imprimir de ora avante, a começar do primeiro número de Julho, nesta qualidade de tipo. Conserva-se a beleza da edição e apresenta-se aos colaboradores do jornal suficiente campo para as matérias, que mais extensamente devem ser tratadas, sem nos privarmos daquelas notícias breves e soltas, que em geral agradam tanto. Suponhamos que era uma superfície dada de terreno, que conseguiu maior população dentro dos seus limites. Se algumas reclamações se fazem contra o tipo graúdo empregado no jornal, provam elas a avidez da leitura; eis aqui novo testemunho de quanto o público português demanda a instrução que nem se cansa com a variedade de obras periódicas neste género literário, porque, segundo nos consta, todas acham extracção. Os desígnios dos redactores são diversos, e assim devia ser, não seguindo uns a pista dos outros, como acólitos servis, e assim convinha para que, distribuídas as obras do grande edifício literário por diversos operários respectivamente capazes, pudesse o que toma o trabalho de as reunir contar com todo completo e perfeito, quanto em humanas coisas é dado. Vai por seis anos que não descontinuamos na tarefa e sempre vimos com prazer os nossos irmãos de armas a lutar no mesmo empenho e da nossa boca não tem saído senão palavras animadoras para que não desistam, como atestam os nossos prefácios anuais. Escusamos resumir em lista de títulos estas obras periódicas, o público as conhece e aprecia. Três são credoras de especial menção. A *Revista Literária*, que sai à luz na cidade do Porto, pôs a mira em mais profundo ensino, fez-se repositório de memórias e dissertações, a exemplo das *Revistas* de Paris e Londres e, como elas,

resenha os acontecimentos políticos, para que essa breve crónica possa servir de índice dos factos importantes que se passam nos estados. Nomes respeitáveis firmam artigos próprios que dão lustro a este jornal, o primeiro que com semelhante sistema de redacção entre nós se divulgou. *Os Anais Marítimos e Coloniais* de mês a mês aparecem como farol que alumia os mares, guiando às nossas importantíssimas possessões ultramarinas, como despertador, que nos está chamando ao aproveitamento do que possuímos e desprezamos, como conselheiro que da experiência própria tira documentos para doutrinar a nação no que respeita grandes interesses seus – a navegação e as produções e os melhoramentos dos nossos domínios de além-mar.

Chegamos a outro jornal, que parece mais análogo ao nosso até pelo período semanal da sua publicação. *A Revista Semanal Lisbonense* tem por objecto a instrução nos seus variados ramos, mas o intuito de seus redactores é recolher, a par das nações úteis, os factos quer científicos, quer políticos, à medida que se eles apresentam com toda a sua novidade e fresquidão, e daqui vem o empenho em não omitir os variados sucessos ocorridos de uma outra semana, quando as circunstâncias os fazem dignos de publicidade, a breve exposição dos acontecimentos, nas regiões do mundo, que as gazetas particularizam, e a notícia pronta das obras impressas e dos artefactos que podem convidar à atenção do público. Este jornal tem uma missão particular, que imperfeitamente esboçamos e, se a tanto nos podemos atrever, considerá-lo-emos como um complemento do nosso. Aqui não há paralelo, porque as intenções são diversas, posto que a um fim único se encaminhem, a instrução dos que não a podem haver senão por estes escritos, por este método utilíssimo que se tem provado excelente em França e Inglaterra, e que a Itália reconheceu e adoptou. *O Panorama* fundou-se seguindo o modelo de todos os jornais análogos, (…) a *Penny Magazine* (…). Não tem *O Panorama* deixado de inculcar os conhecimentos geralmente úteis, aqueles que é vergonha ignorar e que muita gente (dizemo-lo com pesar) não sabe, isto é, as antiguidades pátrias, a geografia, a história natural. Não se há-de estudar estes ramos pelos indivíduos particulares, como se cada um se destinasse a ensiná-los, ou a fazer deles o estudo de toda a vida,

de onde a utilidade reconhecida dos jornais populares, que sem fastio e aturada aplicação põem os leitores ao alcance de notícias, que lhes hão-de aproveitar na conservação, no trato da vida e que os livram da horrível repreensão de ignorantes em assuntos gerais. Bem sabemos que cada um jornal literário trilha uma senda, preferida pelo que lhe delineou o caminho no mapa amplíssimo das ciências e das letras, mas todas estas sendas são raios convergentes para um círculo, que é a instrução comum: louvor, portanto, a todos os nossos companheiros de tão gloriosa jornada. (Anónimo, Bibliografia, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 23, p. 184.)


O PANORAMA. 209

CIDADE DE SILVES.

PORTUGAL.

11.°

de nessa epocha não duvidam affirmar que estava muito mais fortificada que Lisboa e era dez vezes mais rica e grandiosa em edificios, cercada de muros e fossos de tal arte que nem uma só companha se encontrava fóra do recinto, dentro do qual havia quatro arrabaldes fortificados. A tomada de Sylves pintou com vivas côres e a magestade de seu estylo original um amigo nosso em o ultimo que se publicou dos *Quadros historicos de Portugal*: sentimos que a demora na continuação desta obra tenha pri-

Lopes, publicada pela Academia das Sciencias: obra esta de laboriosa decomposição, e que pela copia e exacção das noticias e appendice de documentos illustrativos da cabal informação do reino do Algarve: ministron-nos ella todos os elementos para o presente artigo.

2.ª Serie — Vol. I.

Fig. 11 – A partir do primeiro número de Julho de 1842, conforme prometido em Junho, *O Panorama* voltou a empregar tipos de corpo um pouco menor, o que permitia estender mais os textos ou publicar mais textos nas suas oito páginas, que manteve fixas.

António de Oliveira Marreca subscreve, por seu turno, o texto de abertura do segundo (e penúltimo) volume da segunda série d'*O Panorama*, em 1843. Tal como Herculano, também Oliveira Marreca tenta caracterizar sociologicamente os leitores, embora de forma estereotipada, sexista e apressada; e tal como ficou vincado nos textos anuais introdutórios a cada volume, igualmente Oliveira Marreca vinca os valores identitários e altruístas dos redactores ao empreenderem a publicação d'*O Panorama*: enaltecimento da nação, enaltecimento da prosperidade nacional, por força da "literatura popular", idealmente capaz de pôr "o povo" (na verdade, só alguns) a ler e, portanto, na visão do autor, idealmente capaz de facultar aos portugueses os conhecimentos e as competências indispensáveis ao progresso e de os guiar moralmente:

> Celebram os periódicos (…) a entrada do ano (…). Convém que a literatura mostre, em tudo, um reflexo de nacionalidade, e que esta (…) a que chamam popular (…) fira uma corda ora de alegria ora de tristeza, segundo a índole das (…) comemorações (…). Nesta congratulação de etiqueta ao ano (…) vem disfarçada outra (…) com que cada periódico a si próprio se festeja (…). Concordam todos (…) em que o segredo (…) se cifra no agradar aos leitores (…) – o povo que pede sensações ao escritor; as senhoras que exigem dele (…) lances dramáticos e (…) emoções; e os [pensadores] (…) (…) que (…) querem ideias e pensamentos (…). E a tantos paladares (…) tem de lisonjear o amargurado jornal! Esforço terrível que ao cabo de 52 semanas que conta o ano nem sempre saem inteiros os veteranos da arte e os mais experimentados.
>
> E todavia todos estes obstáculos vão superando os nossos jornais literários: os velhos não cedem o campo e novos combatentes vêm afluindo a ele. Que significa esta concorrência? Que cinquenta mil (…) espíritos procuram o alimento da inteligência (…). O povo lê. Faltará aos escritores (…) filosofia e intenção. Mas mesmo isso que se (…) publica sem propósito moral aproveita pela maior parte ora ao povo, que lá o converte ao seu fim, ora aos escritores de verdadeiro talento e vocação, que se desenganam a erguer-se do silêncio em que dormem, para apontar o caminho aos que vão errados.

> Não desalentemos pois, porque o passo dos melhoramentos tem sido sempre assim: remisso e gradual. (António de Oliveira Marreca, Aos leitores, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 54, p. 1.)

Marreca vinca, no mesmo texto, as dificuldades por que passou a imprensa – num tom que roça o anticlericalismo comum entre alguns liberais do tempo – até conseguir vingar. As nações mais prósperas da Europa são, mais uma vez, apontadas como exemplo. O tom muda para uma orientação que, tal como pressuporia a formação do autor, é de natureza que se poderia apelidar de sócio-económica. O autor reflecte criticamente sobre o mercado das publicações impressas em Portugal, onde os leitores (algo infantilizados por Marreca) não saberiam distinguir o trigo do joio. Mas no final o tom é de esperança nacional para a "escrita pública" portuguesa e, consequentemente, para *O Panorama*:

> A escrita veio primeiro dar luz (…) ao pensamento humano. Esta descoberta (…) teve detractores – os encomiastas do tempo (…) passado. Gabavam esses o método antigo de aprender de cor (…) e atribuíam a esta novidade *perigosa* – a escrita – a decadência dos costumes e o ruim espírito da mocidade! Muito depois (…) a imprensa ainda foi mais praguejada (…), porque os frades, a quem vinha demitir do ofício de copistas, acusaram de magia os inventores desta arte, tão simples no processo como prodigiosa nos resultados. (…) Hoje, por mercê da imprensa, acabou o tempo em que Platão dava 100 minas (304 moedas) por uma cópia de três tratados de Pitágoras e Aristóteles três talentos (548 moedas) por outra cópia das obras de Speusippo. Os livros, postos pela sua barateza ao alcance de todas as fortunas, deixaram de ser monopólio da riqueza. (…) Dos numerosos empresários da produção literária, muitos se votaram ao trabalho de fornecer mercadorias mais apropriadas à multidão. E hoje, na maior parte da Europa, não é por falta de escritos que as gerações definham (…) de inédia moral. Dezoito mil escritores estão com a pena na mão na Alemanha. Mil e quinhentos volumes saem, não contando pequenos impressos e folhas periódicas, todos os anos dos prelos de Inglaterra. Para cima de cem mil famílias, desde a mais humilde até à mais elevada (…) vivem hoje, em

> França, dos lucros comerciais da imprensa. O que é o menos, porque o mais é que por ministério da imprensa francesa estão recebendo educação muitos milhões de homens (…). Em nossa casa não há, por ora, que recear o dilúvio que inunda as alheias. Aqui é o estio literário mais aturado do que conviera (…). Obras substanciais e duradouras (…) são (…) escassíssimas. Elaboram-se, contudo (…) os materiais para elas: há muita força latente. Lê-se a ama-se a leitura. Mas louva-se o bom e o mau sem discernimento e corre impunemente a moeda falsa com a genuína (…).
>
> Quem virá que funde a crítica de que não há a mais leve sombra entre nós? (…)
> Sem embargo desta falta, a quadra promete muito. Cuida-se a linguagem e o estilo mais do que até agora. Buscam-se (…) os clássicos (…) e vai sendo quase moda (Deus queira que chegue a ser mania) escrever em português. (António de Oliveira Marreca, Aos leitores, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 54, pp. 1-2.)

No número 105 do 2º volume da 2ª série (30 de Dezembro de 1843, p. 416), o texto de encerramento indica, porém, que apesar de toda a boa vontade, *O Panorama* era alvo de críticas, prometendo, por isso, a direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis melhorar a tipografia e aumentar o número de gravuras nacionais e estrangeiras (tidas, todavia, como "acessório" ou "ornamento" e não como verdadeiro elemento informativo), melhorando, igualmente, a sua qualidade:

> Conclui com o presente n.º o vol. 2º da série 2ª. Quando esta começou, tinha a direcção afiançado o aperfeiçoamento da parte mecânica do jornal e melhoramento, a ser possível, da parte literária, sem deslizar do espírito e letra dos *Estatutos* da Sociedade, no capítulo último dos quais está delineada a norma desta publicação. O precedente ano e o que finda darão testemunho de que não houve esquecimento ou quebra de promessa da parte da direcção. E se porventura alguns inevitáveis obstáculos ainda não permitiram chegar ao alto ponto de perfeição em que se pusera a mira no

> que respeita ao maior número de gravuras originais e a outros mais leves acessórios, a quantidade e bom desempenho daquelas, estampadas nesses dois volumes, e as diligências empregadas em tudo o mais, provam que não se pretendeu iludir a expectação dos senhores subscritores. Apesar do tempo que requerem trabalhos de semelhante natureza, não obstante a dificuldade de obter desenhos tirados nas próprias localidades e por pessoas aptas; e experimentada muitas vezes a escassez de informações exactas, assim mesmo reiteraram-se as diligências, e há fundamentadas esperanças de que nessa parte do ornamento tipográfico deste jornal o ano de 1844 que vai começar há-de oferecer melhoramentos, até mesmo nas gravuras estrangeiras, que forçosamente se admitem para suprimento, de permeio com as nacionais.
>
> Ao máximo número dos senhores assinantes do *Panorama* nos domínios de Portugal e no Império do Brasil, por sua perseverança, amor da civilização e das letras portuguesas, deve a direcção testemunhos de agradecimento e apraz-se de os consignar neste lugar. A tão grande e benevolente acolhimento do público ilustrado espera corresponder em todo o decurso do ano próximo, oitavo desta literária publicação, quer no objecto principal, a redacção, que em proveito dos leitores e honra da Sociedade actual tem por colaboradores os mais distintos ornamentos da literatura pátria, quer nas qualidades artísticas e tipográficas que ao jornal possam dar maior nitidez e aformoseamento. ([Direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis], [Aviso], *O Panorama*, 1843, 2ª série, Vol. II, n.º 105, p. 416.)

O ano de 1844 seria o último de publicação d'*O Panorama* pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. O texto de abertura desse ano é assumido colectivamente pelos redactores (embora possa ser da autoria de Herculano, redactor principal do periódico), que manifestam orgulho na obra realizada ao longo de sete anos, uma obra impressa destinada (imaginariamente), segundo os mesmos, ao "homem do povo", apesar de, conforme se sabe (e conforme é também indirectamente assumido no próprio texto), ser consumida essencialmente pelos burgueses letrados com poder aquisitivo suficiente para se permitirem

gastar alguns réis na compra semanal do periódico. Esse texto de abertura de 1844, apesar de salientar o sucesso do jornal, graças ao alegado cumprimento da linha editorial estabelecida desde o início pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, lançava, no final, sombras sobre o futuro do periódico, por causa da instabilidade dos tempos que então se viviam, realçada logo a abrir o "editorial":

> Sete anos acabam de volver desde aquele em que *O Panorama* nasceu. (…) No incessante passar de tanta coisa grave, (…) saudada pelo afecto ou apupada pelo ódio, de tanto nome ruidoso lançado no esquecimento, ou tirado da escuridão para a celebridade (…), nesta época de mudanças sem transição, de contrastes ásperos e dissonantes, de edificação e ruinas sobre ruinas (…), no meio do caminhar inquieto da geração actual que devora o futuro, sete anos equivalem a um século (…). E *O Panorama* – a pequena lápide posta por mãos obscuras como a mais humilde das inscrições miliárias (…) – tem sobrevivido a todas as coisas e ideias nascidas e mortas em tão largo período. Bem como o homem do povo, para quem principalmente foi destinado, (…) dilata a sua existência ano após ano, sem que o seu verdor se desbote (…).
>
> E qual é o segredo desta longevidade (…) num clima pouco favorável às produções da imprensa (…)?
>
> O segredo dessa larga vida do *Panorama* não é outro senão o haver seguido estritamente o sistema que a si próprio se impôs desde o seu aparecimento, e de ter este sistema merecido a aprovação espontânea e desinteressada da parte grave, ilustrada e moral do povo português, que, seja qual for a corrupção e uma ou outra classe e o atraso do vulgo, ainda é assaz forte e numerosa para com o seu concurso fazer subsistir e prosperar um jornal que incontestavelmente algum bem tem feito ao país. E dizemo-lo com um honrado orgulho; dizemo-lo com a mão sobre a nossa consciência literária.

> (…) Enfim, se o país tem dado alguns passos no caminho do progresso material e moral, *O Panorama* pode jactar-se de não ter sido inteiramente alheio a semelhante sucesso. Os documentos irrecusáveis dessa verdade estão estampados nos seus milhares de páginas e na convicção dela está a recompensa da firmeza com que os seus diversos redactores têm sabido seguir o sistema estabelecido a princípio nas condições e fins desta publicação. Quanto ao futuro, sete anos de sincero e leal cumprimento dos nossos deveres dá-nos o direito de acerca dele guardarmos completo silêncio. (Os redactores, Introdução, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, pp. 1-2.)

Apesar das infra-estruturas aparentemente sólidas (o periódico tinha, inclusivamente, tipografia própria, que, segundo Tengarrinha (1989, p. 190), era "uma das mais bem apetrechadas do país"), a publicação d'*O Panorama* foi efectivamente interrompida em 1844 e a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis dissolveu-se no ano seguinte. É o que relata A. Xavier da Silva Pereira (1895, pp. 1283-1284), no manuscrito *Dicionário Jornalístico Português*:

> Em 28 de Dezembro de 1844, o jornal teve de suspender, ficando no número 157 da sua publicação. Em seguida, deu-se a dissolução da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Esta colecção publicada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis forma duas séries, a primeira composta de cinco volumes, a segunda de três volumes. Estas duas séries são as mais estimadas de toda a colecção d'*O Panorama*, sendo já difíceis de obter.

José Silvestre Ribeiro (1871-1893, vol. VIII, p. 408), do mesmo modo, escreve que no dia 9 de Abril de 1845 uma comissão eleita pela assembleia-geral da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis determinou que esta não tinha condições para continuar nem como empresa literária nem como empresa mercantil. A própria direcção da Sociedade explica, n'*O Panorama*, as razões que levaram à sua extinção e à suspensão da publicação do periódico –

em particular o desequilíbrio entre as receitas, cada vez menores por causa da diminuição do número de assinantes, e as despesas[8]:

> Tendo sucessivamente diminuído, nestes últimos anos, o número de assinantes deste jornal, não sendo já suficientes para o custeio das onerosas despesas para o manter em a nitidez tipográfica e mais circunstâncias que o igualaram aos melhores estrangeiros que no seu género se têm publicado, e muitos dos quais têm igualmente findo, a direcção, encarregada de administrar os negócios da Sociedade editora, viu-se na precisa obrigação de convocar a assembleia-geral dos Srs. accionistas, porque os estatutos determinavam a publicação de um jornal literário. Finalmente, a assembleia-geral, em sessão de 23 do corrente Dezembro, decidiu que cessasse a continuação do *Panorama*, em razão dos motivos acima expendidos.
>
> A direcção julgou do seu dever prevenir desta suspensão os Srs. assinantes, que constantemente concorreram para a conservação do jornal, e assim o fez patente por este anúncio, tributando por esta ocasião os merecidos agradecimentos aos Srs. que tão zelosos se mostraram da ilustração popular e amantes e autores da literatura portuguesa. ([Direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis], [Aviso], *O Panorama*, 28 de Dezembro de 1844, 2ªa série, vol. III, [p. 415].)

Assim sendo, a direcção da Sociedade atribuía a suspensão da edição d'*O Panorama* à diminuição do número de assinantes, o que colocaria em causa as versões de que o jornal constituiu um verdadeiro êxito se não se ponderassem as razões dessa diminuição. E possivelmente a principal razão terá sido a crise. Portugal atravessava um período de instabilidade (de que só sairia com a Regeneração, em 1851). Basta dizer que entre 1837 e 1844, sucederam-se no poder oito governos diferentes e várias conspirações e revoltas agitaram o reino. É possível, assim, que a crise e a instabilidade tenham retraído o consumo, o que,

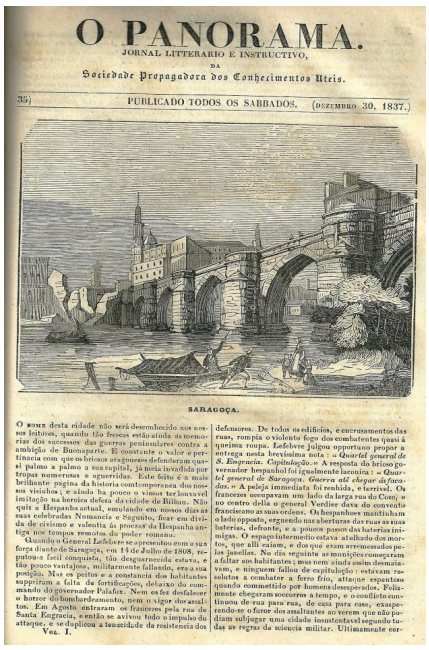
8) Nesse número, um anúncio recordava que se podiam ainda adquirir colecções completas d'*O Panorama*, custando 6190 réis a primeira série e 3975 réis a segunda.

consequentemente, terá tido reflexos no número de assinantes d'*O Panorama*. A inflação, ao aumentar os custos, também afectaria a manutenção de um periódico cujo preço se manteve inalterado ao longo de quase oito anos e que não dava rendimento aos accionistas. De facto, embora os relatórios da direcção e da comissão de contas da Sociedade indiquem que esta distribuiu dividendos aos accionistas pelo menos em 1839 e 1840, depois terá deixado de o fazer (Baptista, 1977, p. 37).

Após o término da segunda série, depois de uma interrupção, o editor António José Fernandes Lopes editou a terceira série do periódico, entre Setembro de 1846 e Dezembro de 1856. O jornal teria ainda uma quarta série, entre Janeiro de 1857 e Dezembro de 1858, da responsabilidade do mesmo editor; e uma quinta série, entre Janeiro de 1866 e Dezembro de 1868, num projecto da Tipografia Franco-Portuguesa.

Nas duas primeiras séries, alvo deste estudo, *O Panorama* apresentava-se com um aspecto singelo. Tinha oito páginas, de formato quarto grande, impressas a uma cor. Depois do cabeçalho, podia surgir uma gravura e o texto, paginado a duas colunas. Na maioria dos números, incluíam-se mais duas ilustrações, cada uma delas na sua página.

Para poderem ser coleccionados e encadernados como volumes, os fascículos d'*O Panorama* seguiam uma numeração contínua. Por exemplo, a primeira página do segundo número não é a um, mas sim a nove. Cada volume, normalmente, correspondia a um ano de publicação. Capas, folhas de rosto e índices eram vendidos separadamente. *O Panorama* era, por isso, uma espécie de mistura entre jornal, revista e livro enciclopédico – sendo talvez mais revista (magazine) do que propriamente jornal, apesar de nesta investigação se usar esta última designação – tal e qual como fizeram os redactores d'*O Panorama* – embora apenas como sinónimo de periódico.



O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO,

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

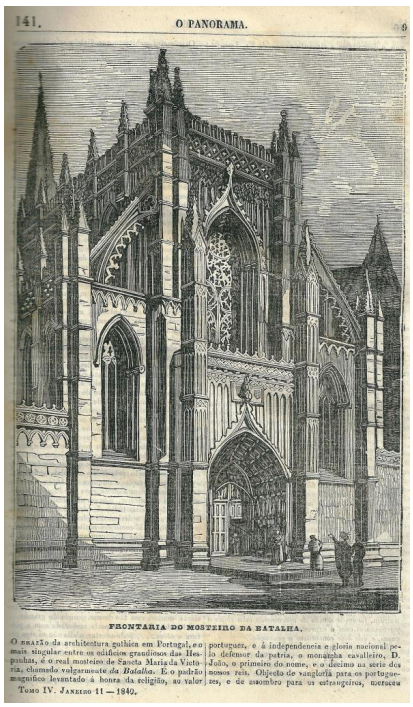
35) PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. (DEZEMBRO 30, 1837.)

SARAGOÇA.

O nome desta cidade não será desconhecido aos nossos leitores, quando tão frescas estão ainda as memorias dos successos das guerras peninsulares contra a ambição de Buonaparte. E constante o valor e pertinacia com que os briosos aragonezes defenderam cada palmo a palmo a sua capital, já meia invadida por tropas numerosas e aguerridas. Este feito é a mais brilhante pagina da historia contemporanea dos nossos visinhos; e ainda ha pouco o vimos ter louvavel imitação na heroica defeza da cidade de Bilbao. Não quiz a Hespanha actual, emulando em nossos dias as suas celebradas Numancia e Sagunto, ficar em divida de civismo e valentia á prosapia da Hespanha antiga nos tempos remotos do poder romano.

Quando o General Lefebvre se apresentou com a sua força diante de Saragoça, em 14 de Junho de 1808, reputou-a facil conquista, tão desguarnecida estava, e tão pouco vantajosa, militarmente fallando, era a sua posição. Mas os peitos e a constancia dos habitantes supprirão a falta de fortificações, deixadas do commando do governador Palafox. Nem os fez desfalecer o horror do bombardeamento, nem o vigor dos assaltos. Em Agosto entraram os francezes pela rua de Santa Engracia, e então se avivou todo o impulso do ataque, e se duplicou a tenacidade da resistencia dos defensores. De todos os edificios, e encravamentos das ruas, rompia o violento fogo dos combatentes quasi á queima roupa. Lefebvre julgou opportuno propor a entrega nesta brevissima nota: «*Quartel general de S. Engracia. Capitulação.*» A resposta do brioso governador hespanhol foi igualmente lacunia: «*Quartel general de Saragoça. Guerra até chegar ás facadas.*» A peleja immediata foi renhida, e terrivel. Os francezes occupavam um lado da larga rua do Coso; e no centro della o general Verdier dava do convento franciscano as suas ordens. Os hespanhoes mantinham o lado opposto, erguendo nas aberturas das ruas as suas baterias, debaixo, e a poucos passos das baterias inimigas. O espaço intermedio estava atallado dos mortos, que alli caiam, e dos que eram arremessados pelas janellas. No dia seguinte as municões começaram a faltar aos habitantes; mas nem ainda assim desmaiavam, e ninguem falou de capitulação: estavam resolutos a combater a ferro frio, attacar espantoso quando commettido por homens desesperados. Felizmente chegaram soccorros a tempo, e o conflicto continuou de rua para rua, de casa para casa, exasperando-se o furor dos assaltantes ao verem que não podiam subjugar uma cidade insustentavel segundo todas as regras da sciencia militar. Ultimamente cor-

Fig. 12 – *O Panorama* apresentou-se ao público – e durante bastante tempo manteve o design – como um jornal. A primeira página era encimada pelo cabeçalho, do qual fazia parte o título, a numeração e a data, a referência ao tipo de publicação ("jornal literário e instrutivo") e à editora (Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis). Em muitos dos números sucedia-se uma ilustração e os textos, paginados a duas colunas, separadas por um filete (opção que o periódico manteve até ao final da segunda série). Um design funcional, limitado pelas possibilidades dos sistemas tipográficos da época em que se publicou. Os textos eram inseridos sem grande preocupação de ordem ou hierarquia de interesse e valor informativo, com excepção dos textos mais leves, reservados para a última página ou para as últimas páginas.


141. O PANORAMA. 9

FRONTARIA DO MOSTEIRO DA BATALHA.

O brazão da architectura gothica em Portugal, e o mais singular entre os edificios grandiosos das Hespanhas, é o real mosteiro de Sancta Maria da Victoria, chamado vulgarmente *da Batalha*. E o padrão magnifico levantado á honra da religião, ao valor portuguez, e á independencia e gloria nacional pela defensor da patria, o monarcha cavalleiro, D. João, o primeiro do nome, e o decimo na serie dos nossos reis. Objecto de vangloria para os portuguezes, e de assombro para os estrangeiros, mereceu

Tomo IV. Janeiro 11 — 1840.

Fig. 13 – A partir de 11 de Janeiro de 1840, *O Panorama* passou a surgir ao público como um fascículo de uma publicação periódica, preparado para ser coleccionado e encadernado. Registe-se, a propósito da ilustração que surge na primeira página desse número, a importância que o periódico – assumidamente romântico – deu aos monumentos nacionais medievais e à sua preservação.

Os preços d'*O Panorama* mantiveram-se inalterados durante as duas primeiras séries, sinal claro do espírito mais ou menos altruísta e filantrópico com que os promotores do jornal o encararam, tendo aceite, nomeadamente, que só tenha havido distribuição de dividendos em 1839 e 1840 (Relatórios da Direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis de 30 de Junho de 1839 e de 31 de Dezembro de 1840; Baptista, 1977, p. 37). Terá sido esse carácter benemérito da publicação que, em 1844, se revelaria fatal para a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, certamente a braços com o aumento constante dos custos de produção provocados pela inflação sem poder mexer no preço d'*O Panorama*, estatutariamente definido (art.º 50º) em 25 réis

por número, e com a pressão de alguns accionistas que quereriam lucrar com o seu investimento[9].

O jornal previa a inclusão de anúncios publicitários. Tanto assim é que, no aviso inserido nas folhas de rosto do primeiro volume, se indica que custariam 40 réis a linha, se receberiam nos escritórios da direcção e que seriam inseridos na capa do último número de cada mês, desde que recebidos com "a necessária antecedência". No entanto, durante o período analisado, *O Panorama* não publicou qualquer anúncio publicitário externo à Sociedade[10]. O jornal não tiraria, assim, proveitos da publicidade, se é que os tirava de todo.

Segundo se pode verificar pelos dados de cariz administrativo inseridos n'*O Panorama*, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis tinha sede em Lisboa, primeiro na Rua do Cruxifixo, n.º 13, 1º andar, depois na Rua Direita do Arsenal, n.º 55, 1º andar, seguidamente na Rua Nova do Carmo, n.º 39, e finalmente no Largo do Pelourinho, n.º 24. Seria lá que se centralizaria a produção d'*O Panorama*, inicialmente impresso, conforme é publicitado no

9) Efectivamente, por trás dos propósitos filantrópicos, pelo menos alguns dos accionistas d'*O Panorama* tinham a intenção de lucrarem com o seu investimento. A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis distribuiu dividendos pelos accionistas pelo menos em 1839 e 1840, segundo os relatórios de actividades e contas apensos ao *Panorama*. O director Viana Pedra queixava-se, inclusivamente, que alguns dos accionistas "entraram para a Sociedade com o cheiro de muitos lucros." (Baptista, 1977, p. 70, nota 15).

10) Os únicos anúncios que surgem referem-se ao próprio *Panorama*: "Acha-se à venda, nas lojas do Panorama, a folha do rosto, com o índice alfabético dos números do ano pretérito, para encadernar o 1.º volume. Preço 15 réis." (*O Panorama*, Vol. II, n.º 36, 6 de Janeiro de 1838, p. 8). Ou: "No escritório da Sociedade acha-se à venda o 1.º volume do *Panorama*, pelo preço de 1300 rs., encadernado." (*O Panorama*, Vol. II, n.º 39, 27 de Janeiro de 1838, p. 32). Ou ainda: "Com este número 53, último do presente ano, se distribui aos senhores assinantes o índice do 1º volume da 2ª série. Vende-se avulso por 25 réis." (*O Panorama*, 2ª série, Vol. I, n.º 53, p. 424). No número 157 da segunda série, volume III, quase em jeito de despedida, refere-se o seguinte: "No escritório da Sociedade, Largo do Pelourinho, n.º 24, 1º andar, continuam a vender-se colecções completas do jornal e as obras publicadas pela mesma Sociedade, pelos preços seguintes: *O Panorama*, 1ª série, 5 volumes, colecção completa em papel, 6190; 2ª série, 3 vols., 3975; *Crónica do Cardeal Rei D. Henrique e Vida do Secretário de Estado Miguel de Moura*, com anotações, 300; *Memória Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém, com um Glossário de Vários Termos Respectivos Principalmente à Arquitectura Gótica*, com uma estampa, 200; *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa*, obra inédita de Cândido Lusitano, publicada com anotações, 3 vols., 900; *Relação da Viagem da Índia que Fez por Terra para Portugal o Padre Manuel Godinho*, 400; *Catecismo de Noções Gerais Explicadas à Primeira Infância, Publicado para Uso das Crianças em Portugal, nas Províncias Ultramarinas e no Brasil*, 120."

jornal, na Imprensa Nacional. A partir do n.º 28, de 11 de Novembro de 1837, o jornal passou, todavia, a ser impresso na tipografia da própria Sociedade, uma das melhores equipadas do país (Tengarrinha, 1989, p. 190), localizada identicamente em Lisboa, primeiro na Rua Direita do Arsenal e depois na Rua Nova do Carmo, fixando-se, em 1842, no n.º 24 do Largo do Pelourinho.

Igualmente de acordo com as informações de cariz administrativo d'*O Panorama*, era também na sede da Sociedade que se podia subscrever e comprar o periódico, que custava, avulso, 25 réis. As assinaturas anuais importavam em 1.200 réis (1280 réis com capa no fim do mês), as semestrais em 640 réis (680 réis com capa) e as trimestrais em 340 réis (360 réis com capa). Esses valores mantiveram-se entre 1837 e 1844. Em 1839, o periódico indica, extraordinariamente, que se poderia comprar um índice geral alfabético por 25 réis.

Mais uma vez em consonância com as informações administrativas apensas ao primeiro volume d'*O Panorama*, verifica-se que o jornal tinha distribuição predominante em Lisboa, estando à venda, para além da sede, nos seguintes locais: Praça de D. Pedro, n.º 76; Rua Augusta, na Administração do *Diário do Governo* e n.ºs 1 e 15; Rua de São Roque, n.º 24; Chiado, n.º 6; e ainda na Estação dos Ônibus, no Largo do Pelourinho; Rua do Ouro, n.º 140 e 287; Rua da Prata, n.º 109; Rua das Portas de Santa Catarina, n.ºs 12 e 13; Rua do Arsenal, n.º 27; Colégio dos Nobres, n.ºs 42 e 43; Rua Direita do Livramento em Alcântara, n.ºs 78 e 79; Calçada do Marquês d'Abrantes, esquina do Cais do Tejo e ainda na Calçada do Combro, n.º 55.

Ainda de acordo com as mesmas informações de cariz administrativo inseridas n'*O Panorama*, no resto do país, a distribuição do jornal alargava-se à província, mas dos cinco mil exemplares de tiragem, em 1839 apenas 308 exemplares por número foram expedidos para fora de Lisboa (Baptista, 1977, p. 54). Mas na província, o jornal alcançaria as principais cidades e pouco mais. Mas a rede de distribuição era suficientemente ampla para se compreender o impacto nacional do semanário. Vendia-se em Abrantes (Joaquim Soares Mendes), Arcos de Valdevez (Luís d'Araújo Braga), Braga (Francisco Manuel da Rocha), Coimbra (J. Orcel), Estremoz (Francisco Ângelo), Elvas (José Nicolau de Sousa), Évora (José Matias Carreira), Porto (três pontos de venda: ruas dos

Caldeireiros – João Pereira de Queirós Basto; das Hortas – José Ribeiro Novais; e da Cordoaria – José Garcia de Morais), Setúbal (Caetano José Pacheco), Viana (João da Silva de São Miguel) e Viseu (Dionísio de Sousa Loureiro). Em Évora, segundo as mesmas informações, no primeiro ano do periódico havia um posto de venda, mas não um correspondente, algo estranho tendo em consideração que a cidade era sede diocesana e tinha tradição de ensino universitário (mas em 1838 a cidade já tinha ganho um correspondente d'*O Panorama*). Em Braga (Francisco Manuel da Rocha), Estremoz (João Francisco Agnelo de Sousa Gaso), Elvas (José Nicolau de Sousa) e Viana (João da Silva de São Miguel) os vendedores do jornal eram os próprios correspondentes. É possível que outros dos correspondentes também vendessem o jornal, incluindo nas ilhas adjacentes da Madeira e dos Açores e no Brasil. Aliás, isso é enfatizado, conforme se viu, no "editorial" que encabeça a segunda série do periódico (de 1 de Janeiro de 1842). Recordando:

> *O Panorama* enceta hoje o seu sexto ano de existência. Durante os cinco precedentes, ele ajudou (…) a juntar algumas pedras para o edifício que a imprensa, mais que ninguém, vai levantando na nossa terra – o edifício da civilização nacional.
>
> A empresa deste periódico deve dar aqui um testemunho de gratidão e de justiça – durante esses cinco anos o público português tem compreendido o seu pensamento de patriotismo e recompensado a diligência que se tem posto em o desenvolver. Quer no continente, quer nas províncias dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, tem *O Panorama* achado numerosos e constantes leitores.
>
> Igualmente o Brasil – esse novo e vigoroso tronco da antiga árvore portuguesa, respondeu ao sincero convocar do *Panorama* para a propagação. dos conhecimentos e das boas ideias. (Aos leitores*, O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 1, p. 1)

O texto atrás referido, além de enaltecer a função do periódico, apelidando-a de patriótica e civilizadora, contribuindo, portanto, para reforçar o imaginário simbólico e identitário dos promotores do jornal, *locus* onde encontra sentido a tarefa a que se propuseram, também dá efectivamente pistas para se compreender a expansão geográfica da distribuição d'*O Panorama*. Essas pistas são reforçadas pela menção que no n.º 113, de 29 de Junho de 1839 se faz à distribuição pelo correio[11] para as províncias: "Novamente a direcção avisa aos Srs. assinantes das províncias, que recebem pelo correio, de que Sua Majestade fez a graça de mandar que *O Panorama*, à imitação de outros jornais literários, pagasse de porte só a quarta parte do que pagam as cartas". A distribuição d'*O Panorama* fora de Lisboa, todavia, encarecia o periódico por causa dos portes, razão pela qual a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis procurou encontrar junto do governo uma solução para o problema:

> O governo (…) que por certo conhece a tendência das gerações actuais e as necessidades peculiares da nação, tem contribuído, e honra seja feita aos diversos membros de que nos últimos anos tem sido composto, para que se difundam pelo Reino jornais populares. Talvez porém que, com a decisão das câmaras legislativas, mais alguma coisa pudesse fazer-se em benefício destes veículos da pública instrução. Tão módico é o preço de cada exemplar, que a todas as fortunas se facilita, mas nas províncias, e já fora de Lisboa, a pouca distância, este preço dobra-se e talvez se triplique, e acontece isto onde mais preciso é derramar o hábito de leitura, onde outros entretenimentos muitas vezes falecem, ou (…) se tornam aborrecidos. A direcção da Sociedade que publica o presente jornal lembrou-se de levar à Câmara dos Deputados da Nação uma petição a este respeito, e da sabedoria dos procuradores do povo aguarda favorável decisão em matéria que ao povo tanto interessa. Provável é que obtendo-se para as publicações

11) Conforme se pôde ler no primeiro capítulo, a expedição pelo correio era demorada e cara. O facto de *O Panorama* ter conseguido, dentro dos possíveis, construir uma rede de correspondentes e ter uma distribuição nacional, impelindo, mesmo, o surgimento de periódicos semelhantes noutros pontos do país (como o *Museu Portuense*, do Porto), dá uma ideia da imensidão de esforços que os mentores do periódico tiveram de desenvolver.

> literárias, que saem em períodos regulares e sucessivos, a isenção dos portes, não só as empresas se fortificarão pela pluralidade dos assinantes, mas a instrução do povo irá em aumento, e com ela a habilitação para o desempenho dos encargos sociais, quer civis, quer particulares. (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, p. 271.)

Assim se fica também a saber que já no século XIX o estado podia auxiliar a imprensa, por causa da boa-obra feita por esta e mercê, inclusivamente, da iniciativa de *O Panorama*, através de um mecanismo semelhante ao que viria a ser o porte-pago, já no século XX, e, depois, do que viriam a ser os incentivos à leitura da imprensa (século XXI).

3.1 A organização por detrás d'*O Panorama* – a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis

De certa forma, quando os emigrados liberais regressaram ao país, trouxeram consigo as ideias da filantropia, da beneficência, da instrução pública e da democratização do acesso à cultura e ao conhecimento, graças ao contacto que tiveram com os costumes de outros povos (principalmente ingleses e franceses). É com base nesse enquadramento que deve entender-se a criação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis e a edição d'*O Panorama* (Ribeiro e Bento, 2004, p. 3), à semelhança do que tinha sucedido com a Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura (Porto, 1833, editora d'*O Repositório Literário*), da Sociedade Promotora da Indústria Nacional (restaurada em 1834, editou os seus *Anais*), da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (1835), editora do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, e da Sociedade dos Amigos das Letras (1836), editora do *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*.

A organização filantrópica Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis tinha por único propósito, segundo revelam os respectivos estatutos[12],

12) Ver anexo 1 – *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*.

a publicação do periódico *O Panorama*, já que nenhum outro transparece dos mesmos. Eram, assim, os serviços da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis que suportavam administrativamente *O Panorama*.

À frente da Sociedade, no primeiro ano, e segundo a referência existente nas folhas de rosto do primeiro volume da publicação (1837), estavam os seguintes directores: M. A. Viana Pedra; João Baptista Massa e Félix da Costa Pinto. Eram suplentes Jorge César de Figaniére, Francisco de Salles e Brito e Francisco Adolfo de Varnhagen. À mesa da assembleia-geral pertenciam Anselmo José Braamcamp, presidente; Luís Duprat, vice-presidente; Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, secretário; e Augusto Xavier da Silva Pereira, vice-secretário. A tabela 1 indica como foi variando a composição dos órgãos sociais da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, cheia de personalidades ilustres da vida pública portuguesa do início do século XIX.

Tabela 1 - Integrantes dos órgãos dirigentes da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (segundo as informações disponibilizadas no início de cada volume d'O Panorama)

Mesa da Assembleia-Geral								
Presidente	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Anselmo José Braamcamp	X							
Vasco Pinto Balsemão		X						
Conde do Farrobo			X	X	X	X	X	X
Vice- Presidente	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Luís Duprat	X	X	X	X	X	X		
J. M. da Costa Silveira da Mota							X	X
Secretário	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda	X	X						

Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa			X	X	X	X	X	
Augusto Xavier da Silva(Pereira)								X
Vice-secretário	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Augusto Xavier da Silva (Pereira)	X		X	X	X	X	X	
Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa		X						X
			Direcção					
Directores	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
M. A. Viana Pedra; João Baptista Massa; Félix da Costa Pinto	X							
José Maria da Costa Silveira da Mota; João Baptista Massa; M. A. Viana Pedra		X						
Abel Maria Jordão Paiva Manso; João Baptista Massa; M. A. Viana Pedra			X	X				
João Baptista Massa; M. A. Viana Pedra; Jorge César de Figanière					X			
António Maria Gomes; M. A. Viana Pedra; Jorge César de Figanière						X	X	X
Directores-suplentes	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Jorge César Figaniére; Francisco de Salles e Brito; Franscisco Adolfo de Varnhagem	X							
Francisco Adolfo de Varnhagem; Jorge César Figaniére; Bartolomeu Lourenço N. Martelli		X	X	X				

Bartolomeu Lourenço Napoleão Martelli	X			
B. L. N. Martelli; J. M. da C. da Mota; José Joaquim Lopes		X	X	
João Baptista Massa; J. M. da C. da Mota; José Joaquim Lopes				X

Apesar de ser uma sociedade filantrópica, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis constituía-se como empresa.

Efectivamente, embora o seu propósito fosse a publicação d'*O Panorama*, a Sociedade não era uma mera associação cívica, mas sim uma empresa por acções. Para a fundar, foi necessário reunir, conforme o art.º 3º dos seus estatutos[13], um capital de dez milhões de réis, divididos por duas mil acções de cinco mil réis. A própria rainha subscreveu o capital da Sociedade e tornou-se sua accionista e, a 8 de Agosto de 1839, promoveu a captação de mais accionistas para o organismo e de mais assinantes para o jornal. (Lança de Mello, 1971, p. 12; Tengarrinha, 1989, p. 175) D. Fernando, rei consorte, e outros membros da Família Real figuravam, igualmente, entre os accionistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis e eram, por consequência, assinantes do jornal (todos os accionistas eram obrigados a assinar o periódico durante dois anos, nos termos do art.º 14º dos respectivos *Estatutos*).

A protecção da rainha à Sociedade e ao jornal é evocada nas folhas de rosto do primeiro volume do periódico (1837), não apenas encabeçando, na qualidade de protectora, a lista de titulares dos órgãos sociais da Sociedade e dos correspondentes do periódico, mas também numa espécie de carta aberta:

13) Ver anexo 1 – *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*.

Senhora!

> Dignou-se Vossa Majestade mandar juntar o seu augusto nome à lista dos accionistas que compõem a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. O amor que Vossa Majestade consagra aos portugueses, e a certeza de quão nobres e proveitosos eram os intentos desta Sociedade, excitaram Vossa Majestade a prestar a sua real protecção a semelhante empresa, que sem dúvida prosperará, começando com tão felizes auspícios. A Sociedade, estampando um jornal dirigido a pôr em prática o seu intuito patriótico, isto é, derramar conhecimentos profícuos e variados, julgou do seu dever dedicá-lo a Vossa Majestade, segura de que Vossa Majestade continuará a favorecê-la, recebendo esta prova de gratidão de uma parte de seus súbditos, que, nesta empresa, tiveram principalmente a peito dar um testemunho de amor de pátria, virtude que, em grau subido, adorna o coração de Vossa Majestade. Os bons desejos com que foi tentada suprirão o que falta de mérito nesta obra, e a Sociedade espera que ela seja benignamente aceita, encontrando o amparo do trono, a que Vossa Majestade sabe dar novo brilho, apesar de nele se ter sentado a longa série dos senhores reis portugueses, os mais excelentes da Europa.

O texto anterior demonstra que os participantes da Sociedade estavam orgulhosos da protecção pública concedida pela rainha, mas também de si mesmos, já que classificavam a sua iniciativa como nobre e proveitosa, sendo, portanto, juízes em causa própria. Demonstra também que a ideia – algo utópica – que os alimentava seria de que bastaria derramar "patrioticamente" "conhecimentos profícuos e variados" sobre os leitores para que estes se iluminassem.

Obra filantrópica – mas também palco para a exibição pública de conhecimentos e para influenciar a governação, desde o começo que *O Panorama* estruturou uma rede de correspondentes por todo o território nacional e ilhas adjacentes e noutros países (Brasil, Espanha, França, Inglaterra e Bélgica), tecida em torno de homens com médio ou alto poder aquisitivo (sobretudo burgueses), simultaneamente interessada no conhecimento e em sobressair no espaço público. O apêndice 1 mostra como essa rede se foi ampliando (até 1841) e

solidificando em torno de personalidades que, em alguns casos, mantiveram uma colaboração com o jornal durante vários anos. Após 1841, porém, o número de correspondentes diminui ligeiramente, fosse por motivos de cansaço de alguns dos colaboradores regulares, fosse por incapacidade do próprio periódico.

Os estatutos da Sociedade, nos seus artigos 45 a 51[14], delineavam a natureza do jornal que se propunha editar, com alguma minúcia.

O primeiro desses artigos explicitava que o jornal teria propósitos formativos, desde uma perspectiva de utilidade: "Haverá um jornal publicado pela Sociedade, destinado a promover a instrução, principalmente acerca dos conhecimentos úteis." (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 45)

O segundo deles impunha o título da nova publicação e definia-o formalmente:

> Este jornal será intitulado *Panorama Literário e Instrutivo*, conterá oito páginas de quarto grande e duas colunas, e cada número terá uma ou mais estampas que sirvam de ilustração a algum ou alguns artigos do texto. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 46)

Os artigos 47º e 48º, talvez os mais relevantes, estabeleciam o elenco dos temas a considerar pelo periódico:

> O jornal se ocupará de considerações sobre a história nacional e estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatísticas e geografia do país; biografia dos nossos varões ilustres em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à língua portuguesa. A jurisprudência, a indústria, o comércio e as belas-artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções símplices e úteis. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 47)
>
> Além destes objectos, o jornal apresentará também extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de ciências naturais, e ideias as mais

14) Ver anexo 1 – *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*.

> elementares de astronomia, e de outros ramos agradáveis das matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 48º)

O art.º 49º da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis impunha, por seu lado, *contenção* aos redactores e impedia-lhes intrometerem-se em querelas políticas, nem sequer indirectamente. O jornal, segundo os seus mentores, seria consagrado ao conhecimento, não à polémica, e deveria distinguir-se entre os demais pela elevação, no uso da língua e no temário.

> *O Panorama* se deverá distinguir não somente pela pureza do seu estilo e escolha das matérias mas também por seu constante respeito à moral pública. Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 49º)

O Panorama foi profusamente regulado pela instituição que o promovia. A Sociedade Propagadora chegou a estatuir o preço do jornal, para que fosse acessível; a regular a inclusão de índices anuais; e a determinar a distribuição de exemplares nos "estabelecimentos pios", cumprindo um preceito caritativo que ao mesmo tempo tocava bem fundo nas preocupações liberais pela formação de cidadãos instruídos capazes de participar nos processos decisórios. Eis os artigos dos *Estatutos* da Sociedade que comprovam essas preocupações:

> O jornal publicar-se-á todos os sábados. O preço de cada número avulso será de 25 rs., e o da assinatura, por ano, 1$200 rs.; por seis meses, 640 rs.; e por três meses, 340 rs., com rosto e índice no fim do ano. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 50º)

> A direcção fará distribuir gratuitamente pela Casa Pia, Casa d'Expostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos pios, alguns exemplares de cada número, que

> facilitem aos alunos a leitura desta publicação. (*Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, art.º 51º)

A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis cumpria, em síntese, os objectivos de uma organização filantrópica, não deixando, no entanto, de se organizar internamente como uma empresa, para facultar a sustentabilidade e viabilidade do projecto jornalístico a que deu expressão[15], uma tarefa difícil, tornada mais complicada ainda pelo constante ambiente de crise política e económica que Portugal atravessava. Aliás, a bem da verdade, deve dizer-se que a constituição de uma empresa seria, à época, a principal forma legal de dar uma base organizativa ao projecto jornalístico da Sociedade.

Nessa época, o próprio movimento associativo era incipiente, até porque as corporações foram extintas somente em 1834. Embora se conjecture que a primeira associação datará de 1772 (Filarmónica de Santiago de Riba-Ul, em Oliveira de Azeméis), unicamente com base numa música dedicada à Princesa do Brasil, Dona Carlota Joaquina, e presumivelmente composta por ocasião de uma visita da futura Rainha de Portugal à localidade, a primeira associação popular não corporativa data somente de 1839 (Sociedade dos Artistas Lisbonenses), tendo sido fundada pela necessidade de protecção dos artífices depois da extinção das corporações; e a primeira associação desportiva data somente de 1856 (Real Associação Naval de Lisboa).

Mesmo não se tendo constituído como associação, pode considerar-se que a fundação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis se enquadra no movimento associativo, já que representa uma união voluntária e filantrópica de pessoas em torno do projecto comum de publicação de um jornal dedicado à instrução pública. Um contemporâneo do *Panorama*, Alexis de Tocqueville (1835/1972), em *A Democracia na América*, já defendia que o associativismo facultava novas formas de sociabilidade que substituíam as do Antigo Regime.

15) Testemunhos da preocupação com a gestão e com o equilíbrio das contas da Sociedade são dados pelo próprio *O Panorama*. No n.º 136, do vol. 3, por exemplo, escreve-se o seguinte aviso: "A direcção anuncia que não receberá correspondência que não venha franca de porte, excepto dos correspondentes da Sociedade; por isso, roga a estes senhores que queiram pôr o seu nome no sobrescrito das cartas que enviarem à direcção". Um testemunho que, além do mais, esclarece como se fazia a comunicação entre os correspondentes e a sede: por correio.

De certa forma, uma identidade baseada nos sentimentos de lealdade e fidelidade aos suseranos e à família, própria do Antigo Regime, dava lugar, numa sociedade liberal e individualista, mais atomizada, a uma identidade que se buscava perseguindo-se vias alternativas, como a adesão livre a grupos de pessoas com idênticos propósitos, valores e ideias, que, ademais, reforçava a possibilidade de influência sobre o destino colectivo. Um dos pais da sociologia, Durkheim (1893/1977), também defendeu que o desaparecimento das antigas corporações tinha deixado um vazio difícil de preencher pela família, pelo estado ou até pela religião, que as associações – normalmente surgidas com propósitos mutualistas, filantrópicos ou políticos – atenuariam por via da consciencialização identitária dos seus membros e do poder moral com que os dotaria.

3.2 A organização redactorial d'*O Panorama*

O Panorama teria uma organização redactorial simples.

À frente do jornal estava o redactor principal (inicialmente, Alexandre Herculano), nomeado pela Sociedade, que tinha estabelecido uma rede de correspondentes para o periódico, possivelmente com base nas parcerias estabelecidas no quadro da sua participação, como accionistas, na Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Esses correspondentes enviavam as suas matérias pelo correio, conforme se pode ler num aviso publicado no n.º 136, vol. 3, p. 392 d'*O Panorama*. Conforme confessa Herculano numa carta a Forjaz de Sampaio (19__, vol. II, p. 105), era o redactor principal que tinha a incumbência de assegurar que, semanalmente, *O Panorama* saía. Ele tinha a responsabilidade de produzir textos, de localizar, traduzir e publicar matérias interessantes da imprensa estrangeira congénere e ainda de seleccionar e, eventualmente, editar textos dos colaboradores e correspondentes voluntários. Mas não era o redactor principal o único dos redactores do periódico a ser remunerado pelos artigos, já

que a sociedade pagava 1$200 réis por página aos colaboradores – pelo menos, certamente, a alguns[16].

É sem dúvida a Alexandre Herculano que se deve o sucesso inicial d'*O Panorama*. O publicista e filósofo oitocentista Oliveira Martins (1885, vol. II, p. 134) atesta-o na sua obra *Portugal Contemporâneo*, ao mesmo tempo que parece indicar que Herculano liderou o processo de fundação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, não tendo sido um mero contratado[17]:

> Agora em Lisboa, o renovador dos estudos, o chefe da nova escola, criava a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, cujo órgão, *O Panorama*, adquiria uma circulação extraordinária. Não havia outra coisa que ler – e ler começava a ser moda – na *sociedade das luzes* (…). *O Panorama* trazia bonecos e receitas, além de trazer os estudos iniciadores da tradição nova, assinados "A.H."

Quem foi Alexandre Herculano? Possivelmente, foi o mais brilhante intelectual português do miolo do século XIX, a "consciência do liberalismo", conforme o apelida Serrão (1977), um dos introdutores do romantismo em

16) Recorde-se a carta de Herculano (19__, vol. II, p. 105) ao seu amigo Forjaz de Sampaio já inserida anteriormente: "Eu obriguei-me, por um contrato, a ter sempre adiantados, no escritório da Sociedade Propagadora, quatro números d'*O Panorama*. Recebo por isso 40$000 réis mensais, devendo dar em cada número duas ou duas páginas e meia escritas por mim. Outras pessoas escrevem para o jornal, e a Sociedade despende mais 320$000 réis anuais para isso, pagando à razão de quartinho [1$200 réis] a página. Os artigos alheios vêm todos à minha mão e eu compagino os números".

17) Ideia aparentemente diferente do que relata Inocêncio, que no seu *Dicionário Bibliográfico Português* escreve simplesmente: "Esta Sociedade (…) convidou para a redacção do seu jornal o Sr. Alexandre Herculano, que pouco antes resignara ao lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública Portuense, em razão das mudanças políticas de 1836." (Silva e Aranha, 1958 [original de 1858], vol. VI, p. 335) A relação dos cem maiores accionistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis em 1837 revela, ademais, que Herculano não fazia parte da lisita – havia 656 accionistas, portadores de 1719 acções, encontrando-se nela nomes sonantes da política, do comércio e indústria e das ciências e das letras, como Anselmo José Braamcamp (6 acções), Augusto Xavier da Silva Pereira (5 acções), António Fortunato (10 acções) e o Conde do Farrobo (10 acções). Os maiores accionistas, com vinte acções, eram Carlos Passollo de Sousa, Carlos João Betâmio de Almeida, João Baptista Massa, Militão Teodoro Broxado Nunes, Manuel António Vieira Pedra e Manuel João Ribeiro. Um accionista, Francisco de Morais, tinha 18 acções.

Portugal e o primeiro a trazer cientificidade à historiografia portuguesa, graças à publicação da sua *História de Portugal* (1846), um sucesso editorial devido ao facto de se centrar nas provas documentais e testemunhais e de recusar mitos fundadores portugueses como o do *milagre de Ourique*, segundo o qual Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques antes desta batalha fundacional da nacionalidade (o que o envolveu, aliás, numa enorme polémica com o clero mais conservador). Escritor, poeta, jornalista, historiador, nasceu em 1810 e faleceu em 1877. Liberal, esteve envolvido numa revolta contra D. Miguel, em 1831, cujo fracasso o obrigou ao exílio. Regressou a Portugal com o exército liberal de D. Pedro, tendo participado como soldado na guerra civil. Com o triunfo liberal, foi nomeado bibliotecário na Biblioteca do Porto. Sobre ele, escrevem António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 724 e p. 768):

Ideologicamente, o primeiro romantismo português exprime um compromisso. Herculano diz-se liberal, mas antidemocrático. Isto significa que, em geral, se opõe ao sufrágio universal e favorece o predomínio de uma aristocracia recrutada na nova burguesia rural. À maneira de Chateaubriand[18], faz-se defensor dos monumentos nacionais e do catolicismo pré-tridentino[19], embora ao mesmo tempo critique a base senhorial do Antigo Regime. Contra

18) François-René de Chateaubriand (1768-1848) foi um escritor francês pré-romântico.

19) Isto é, o catolicismo anterior ao Concílio de Trento (1545-1563) e à Missa Tridentina ou Tradicional (em latim).

os iluministas franceses[20] perfilha as teses historicistas de Savigny[21] e até, em parte, o organicismo de De Bonald[22]. Tanto ele como Garrett idealizaram uma camada média proprietária que seria a base das instituições. (…) Politicamente, (…) alinhava no partido cartista ou conservador, embora na sua ala esquerda; nessa qualidade, foi deputado à legislatura de 1840, onde apresentou um plano de ensino popular. Mas logo se desinteressou da vida parlamentar. Aderiu à moderada Constituição de 1838, desaprovou o golpe de estado de Costa Cabral que restaurava a Carta e remeteu-se à actividade literária e científica. É durante o período do cabralismo que Herculano realiza a parte mais considerável da sua obra literária.

20) Nomeadamente contra Jean-Jacques Rosseau (1712-1778), que defendia a existência de direitos naturais, em que se teria de basear o contrato social (teria sido do interesse racional do indivíduo abdicar das liberdades naturais para obter benefícios), e de um estado natural de bondade do homem à nascença, que a sociedade e as suas instituições corromperiam pela educação, socialização e aculturação. Voltaire, pelo contrário, sustentava que aquilo que separava o homem das bestas era precisamente a educação e a razão. Mais ainda, enquanto para Rosseau a sociedade perfeita seria a "natural", e que a natureza deveria ser a "grande educadora" do homem, para Voltaire não existiriam sociedades perfeitas, cabendo ao homem tentar aperfeiçoar a sociedade em que vive. Em termos resumidos, Rosseau favorece a "natureza" sobre a cultura e o concreto sobre o abstracto, bases de muitas das concepções do Romantismo, enquanto Voltaire considera que o homem se pode aperfeiçoar culturalmente na sociedade em que vive (civilização). Neste particular, e interpretando Saraiva e Lopes (1979, p. 724), Herculano rever-se-ia mais em Voltaire do que em Rosseau.

21) Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) foi um jurista, diplomata e estadista prussiano que, enquanto teórico do direito, defendia o direito positivo (conjunto de regras e princípios que regem a vida social de um determinado povo em determinada época) contra várias as posições doutrinárias do direito natural (teoria que postula a existência de um direito cujo conteúdo é estabelecido pela natureza e pela razão, sendo, por consequência, independente do tempo e do espaço e válido em qualquer lugar e em qualquer época). Para ele, o direito, cujas raízes se encontrariam nos costumes e crenças dos grupos sociais em determinadas épocas, seria o resultado de uma evolução histórica. As suas posições entroncam, portanto, no historicismo, perspectiva teórica que considera que um determinado momento é o resultado de um processo histórico de formação, passível de ser reconstruído e, portanto, compreendido.

22) Louis-Gabriel-Ambroise de Bonald (1754-1840) foi um filósofo francês conservador, católico e contrarrevolucionário, profundamente crítico da teoria do contrato social de Rosseau. Para ele, não haveria qualquer lei natural na base da sociedade. Cada povo deveria viver segundo o modelo político mais adequado à sua história e tradições. Por oposição aos chamados "direitos naturais", o homem teria *deveres* na sociedade, encarada como uma espécie de organismo vivo que depende das suas várias partes, o que conduz à ideia da unidade dos povos.

Alegadamente por indicação de António Feliciano de Castilho[23] (Baptista, 1977, p. 23; Ribeiro e Bento, 2004, p. 4), Alexandre Herculano dirigiu *O Panorama*[24] desde a sua fundação, em 6 de Maio de 1837, até 13 de Julho de 1839[25], mês em que foi nomeado por D. Maria II bibliotecário-mor da Biblioteca Real da Ajuda, cargo que conservou até ao final da vida. Em Março de 1840, foi eleito parlamentar pelo Porto e, nesta qualidade, integrou a Comissão da Instrução Pública, mas abandonou a política depois do golpe de estado de Costa Cabral, em Fevereiro de 1842. Voltou a tornar-se redactor responsável pel'*O Panorama* a 20 de Janeiro de 1843[26], situação que manteve até ao final

23) Esta informação parece contrastar com a posição de Oliveira Martins (1895, vol II, p. 134), contemporâneo de Herculano, segundo a qual este teria liderado o próprio processo de fundação da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Inocêncio (Silva e Aranha, 1958 [original de 1858], vol. VI, p. 335), como se viu, também não regista tal facto.

24) Segundo conta Augusto Xavier da Silva Pereira (1895, 1283-1284), embora a "direcção literária" d'*O Panorama* tenha sido confiada a Herculano, este convidou Francisco Romano Gomes Meira e Rodrigo José Gomes Feiner para o auxiliarem, entrando depois na redacção M. A. Viana Pedra e Jorge César de Figanière, o primeiro membro da direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis (o segundo haveria de integrá-la a partir de 1841). Segundo o mesmo autor, foram eles que sucederam a Herculano na direcção do periódico em Julho de 1839.

25) Porém, o relatório da direcção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis à Assembleia-Geral, datado de 30 de Junho de 1839, já se refere à saída de Herculano. É de dizer, aliás, que uma troca de correspondência entre Herculano e Viana Pedra evidencia que ao primeiro foi montada uma espécie de armadilha pelo segundo para que este último abandonasse o oneroso sistema de ordenado fixo pelo desempenho das funções de redactor principal d'*O Panorama* e passasse a receber à peça, o que também terá hipoteticamente contribuído para que Alexandre Herculano tenha abandonado o cargo de redactor responsável d'*O Panorama* e acolhido de bom-grado a proposta para assumir funções de bibliotecário na Biblioteca da Ajuda. Essa troca de correspondência é referida por Brito Rebelo (1910, vol. VIII, p. 113) e por Baptista (1977, pp. 107-109) e demonstra que Viana Pedra aproveita uma sugestão de Herculano para lhe propor essa substituição. Não se conhece o teor da carta de Herculano, embora possivelmente ele tenha proposto à direcção da Sociedade a publicação simultânea de dois jornais, o que mereceu a seguinte resposta de Viana Pedra: "A direcção decidiu que não convém a publicação dos dois jornais (…). Contudo, eu não posso deixar de (…) dizer-lhe que o sistema de redacção que V. S.ª propõe para os novos jornais é aquele que nos convém para *O Panorama*. O meu amigo não ignora, e já por vezes o tem declarado à direcção, que uma só pessoa não pode com o muito, e até fastidioso, trabalho de um jornal desta natureza. Assim, parece-nos que conviria (…) para fazermos alguma economia (…) adoptarmos aquele sistema, comprando nós (…) os artigos que (…) puder aprontar, e bem assim os que o Castilho e Garrett nos queiram vender, ficando as traduções por nossa conta, e isto a principiar do 1º de Julho próximo."

26) Revela-o António Xavier Rodrigues Cordeiro (1878, p. 11), segundo o qual diz Herculano passou a receber 800$000 réis anuais, ou 5$128 réis por página, devendo escrever três páginas em cada número, razão pela qual muitos dos pequenos textos não assinados dos volumes de 1843 e

da segunda série do periódico, em 1844 (Baptista, 1977, p. 24; Cunha, 1984, p. 56; Ribeiro e Bento, 2004, p. 4). Terão sucedido a Herculano na direcção d'*O Panorama* Francisco Romano Gomes Meira, que ele próprio tinha associado à redacção do periódico e que, em 1867, se tornaria seu cunhado, e Jorge César de Figanière (Silva Pereira, 1895, pp. 1283-1284).

Jacinto Baptista (1977, p. 15) afirma que, nos primeiros tempos em que liderou *O Panorama*, Alexandre Herculano teria sido "director da publicação, chefe-de-redacção, secretário da redacção, redactor, redactor documentalista, redactor-paginador, redactor-tradutor…". E adianta, ainda, que o principal redactor d'*O Panorama* "era forçado a escrever (ou traduzir) legendas para as gravuras que comprava a fornecedores estrangeiros" (Baptista, 1977, p. 42). Herculano era um faz-tudo, portanto – o que diz bem da forma como se produzia um periódico nesses tempos. Baptista (1977, p. 109) diz até que

Herculano trabalhava muito em *O Panorama* e queixava-se disso. Deste modo, em 37, 38 e 39, a maior parte da matéria escrita ou traduzida e impressa no semanário devia sair da pena do principal redactor e não dos seus colaboradores.

Curiosamente, Alexandre Herculano, apesar do trabalho que tinha à frente d'*O Panorama*, também exerceu funções de redactor principal da parte "não oficial" do *Diário do Governo*, entre 6 de Janeiro e 1 de Maio de 1838, tendo, hipoteticamente sido chamado ao cargo graças ao seu desempenho e contenção à frente d'*O Panorama*.

Era Alexandre Herculano um jornalista ou fez do jornalismo um mero ofício ou ocupação? À luz da actual sociologia das profissões, talvez Herculano não possa ser considerado como jornalista profissional, mas, para se evitar o problema do anacronismo, no contexto da época, em que as profissões não estavam bem definidas (Baptista, 1977, p. 14), foi-o, seguramente, já que exerceu o cargo de redactor d'*O Panorama* como ocupação principal, permanente e remunerada (acumulando essa função, como se disse, com a redacção da parte não oficial do *Diário do Governo* entre 6 de Janeiro e 1 de Maio de 1838), conceito que, aliás, à luz da lei portuguesa, ainda hoje determina quem é e quem não

1844 d'*O Panorama* podem ter sido escritos por Herculano, embora também aí tenha publicado em primeira-mão alguns dos seus contos e novelas históricos.

é jornalista profissional[27]. Não tendo, no entanto, redigido apenas informação n'*O Panorama*, Herculano talvez seja melhor definido como "escritor público", designação vulgar na época, ou ainda como "publicista", conceito muito usado durante o século XIX para descrever os que se empenhavam em divulgar e, por vezes, defender ou criticar, novas ideias e descobertas, conforme o consagra Sampaio Bruno (1906) na sua obra *Os Modernos Publicistas Portugueses*. O *publicista* que substituiu o *sábio* do Renascimento e da Modernidade, na acertada designação de Ossandón (1998).

Para além de Alexandre Herculano, responsável pela publicação entre 6 de Maio de 1837 e 13 de Julho de 1839 e a partir de 20 de Janeiro de 1843 até ao final de 1844, colaboraram n'*O Panorama* autores como Oliveira Marreca, que nele publicou uma extensa obra de ficção histórica e, como ensaísta, de economia política, tendo subscrito o texto de abertura, em 1843 (Herculano ainda não tinha regressado ao cargo de redactor responsável); e Feliciano de Castilho, que com Herculano congeminou e publicou no periódico os "Quadros da História de Portugal".

António Feliciano de Castilho assina o texto de abertura em 1841. António de Oliveira Marreca, por sua vez, assina o texto de abertura de 1843, no número de 7 de Janeiro, pois Herculano só reassumiu alguns dias mais tarde, a 20 de Janeiro (Cunha, 1984, p. 56), o cargo de redactor do periódico. Quem foram eles?

António Feliciano de Castilho (1800-1875) foi um escritor, poeta e pedagogo português (propôs, inclusivamente, um método de aprendizagem da leitura). Quase cego desde os seis anos, apesar disso, conseguiu licenciar-se em direito e distinguir-se nas humanidades e nas letras. A sua obra literária foi, contudo, marcada pelo ultra-romantismo naturalista, o que lhe valeu a hostilidade literária dos realistas, entre os quais Antero de Quental, que com ele mediu liças na célebre "Questão Coimbrã"[28]. Apostado em divulgar a história de Portugal,

27) O Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro) determina no ponto 1 do seu primeiro artigo que os jornalistas são aqueles que "como *ocupação principal, permanente e remunerada* exercem, com capacidade editorial, funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa (…)."

28) A "Questão Coimbrã", de 1865-1866, opôs os jovens renovadores realistas das artes, letras e humanidades portuguesas, liderados por Antero de Quental e Teófilo Braga, aos pintores e escritores românticos, ultra-românticos e naturalistas, liderados por António Feliciano de Castilho,

Castilho colaborou com Herculano na elaboração dos Quadros da História de Portugal que *O Panorama* publicou. Foi ele que assumiu o cargo de redactor principal *d'O Panorama* em 1841, ao mesmo tempo que dirigia a *Revista Universal Lisbonense*, da qual foi redactor principal entre 1841 e 1845.

António de Oliveira Marreca (1805-1889) distinguiu-se como professor de economia e administrador, mas também como político (da esquerda liberal e republicana), publicista (jornalista) e historiador. N'*O Panorama*, publicou, ao longo de 1842, 1843 e 1844, vários textos relacionados com as suas áreas de interesse, de que são exemplos, como historiador, as obras *Manuel de Sousa Sepúlveda* e *O Conde Soberano de Castela*, entre outras, e, como economista, os textos *Noções Elementares de Economia Política*, *Máquinas* e *Considerações sobre o Curso de Economia Política Publicado em 1842 pelo Sr. Miguel Chevalier*, entre outros[29].

A tabela 2 indica quem redigiu os textos iniciais de cada volume do periódico (em 1839, não houve lugar à publicação de qualquer "editorial" no primeiro

que muitas vezes escondiam a sua mediocridade literária sob a capa do formalismo. Os escritores ultra-românticos elogiavam-se mutuamente e, em especial, elogiavam Castilho, em troca da sua bênção literária, o que impedia que novos estilos e novos autores florescessem. A polémica que ocorreu foi um sinal da renovação ideológica em Portugal e de abertura e sintonização do país com o que se passava na Europa. Tudo aconteceu quando António Feliciano de Castilho, o escritor que, graças à sua influência, oficiosamente determinava quem deveria e quem não deveria ser considerado nas letras portuguesas, usou um posfácio ao *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas, para censurar os jovens escritores coimbrões realistas Teófilo Braga, Antero de Quental e Vieira de Castro, acusando-os de exibicionismo, de tratarem de temas que nada tinham a ver com a poesia e de falta de bom senso e de bom gosto. Antero de Quental respondeu com os folhetos *Bom Senso e Bom Gosto* e *A Dignidade das Letras e Literaturas Oficiais*, nos quais defendia a transformação das artes, das letras e das humanidades e atribuía aos jovens realistas a responsabilidade pela publicitação das grandes questões de então, ao mesmo tempo que ridicularizava a futilidade e mediocridade da poesia de Castilho, a quem acusava de apenas ser elogiado por causa do apadrinhamento da carreira que dava a alguns novos escritores. Ao mesmo tempo, Teófilo Braga solidarizava-se com Antero no folheto *Teocracias Literárias*, no qual afirmava que Castilho apenas era célebre por ser cego. Ramalho Ortigão, solidário com Castilho, travou-se de razões com Antero no folheto *A Literatura de Hoje*, e ambos bateram-se em duelo (no jardim d'Arca d'Água, onde hoje se ergue a Universidade Fernando Pessoa), a 4 de Fevereiro de 1866. Ortigão foi ferido num braço e os dois escritores reconciliaram-se.

29) Vd. *Panorama*, 2ª série, vol I, 1842, pp. 316, 322, 330, 338; vol. II, 1843, pp. 133, 138, 146, 165, 186, 194, 210, 220, 235. 250, 258, 269, 274, 285, 290, 293, 298, 308, 313; vol. III, 1844, pp. 28, 34, 44, 50, 58, 66, 74, 83, 90, 98, 130, 138, 145, 156, 161, 170, 210, 220, 234, 260, 273, 314, 321, 376, 395 e 400.

número, embora o volume, na versão encadernada, se inicie com textos relativos à vida da Sociedade, subscrito por vários titulares dos órgãos sociais da mesma).

Tabela 2 - Autoria do texto de abertura de cada volume d'*O Panorama*

Autor	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
[Alexandre Herculano]	X	X						
João Baptista Massa; M. A. Vianna Pedra e J. C. de Figaniére			X					
Francisco Fortunato Lobato; Francisco Joaquim dos Santos; Luís Dally; B. dos M. Dias e Sousa e José Maria da Costa Silveira da Mota			X					
M. A. Vianna Pedra; João Baptista Massa e José Maria da Costa Silveira da Mota (em nome da direcção)			X					
Manuel Emídio da Silva; Luís Dally; Luís Dupral; Eduardo José Xavier e José António David Henriques			X					
A. F. de Castilho					X			
Os RR.						X		X
A. d' O. Marreca							X	

Nota: Nos anos 1837 e 1838, os primeiros textos dos primeiros números não estão assinados, mas sabe-se que são de Alexandre Herculano. No ano de 1839, surgem, apensos ao volume (embora não no número que abre o ano), três relatórios (incluindo o relatório da direcção) relacionados com a vida interna da Sociedade, assinados pelas individualidades indicadas na tabela. Em 1840, o texto de abertura é anónimo, mas redigido em nome da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, podendo ter sido obra de um ou vários elementos da direcção da entidade. Apensos a este volume, em algumas colecções, estão apensos os relatórios anuais da direcção e da comissão de fiscalização de contas.

Os principais textos de autores nacionais publicados *n'O Panorama* (excluindo-se, portanto, as citações, anedotas e textos de autores estrangeiros, em maioria) foram quase sempre anónimos até Julho de 1839, talvez porque o periódico era assumido como uma obra colectiva e altruísta na qual todos eram igualmente importantes e nenhum devesse sobressair. Mas essa política mudou. Naquele mês, no dia 13, Alexandre Herculano inclui no periódico a seguinte nota explicativa sobre o abandono das funções de redactor principal (iria assumir o cargo de director das Bibliotecas Reais da Ajuda e Necessidades, nomeado por D. Maria II e pelo rei consorte, D. Fernando):

> Tendo deixado, por motivo de negócios pessoais, o lugar de principal redactor deste jornal, e desejando, todavia, contribuir com os meus poucos cabedais para uma publicação que me persuado tem feito algum bem à civilização nacional, continuarei a escrever, quando outras ocupações mo permitam, vários artigos, que serão sempre assinalados com as iniciais do meu nome. (*O Panorama*, n.º 115, 13 de Julho de 1839, p. 221)

O texto anterior demonstra que Herculano talvez se sentisse incomodado com o facto de não assinar os seus textos enquanto autor, situação que, de acordo com Ribeiro e Bento (2004, p. 7), lhe teria sido imposta quando aceitou o cargo de redactor responsável d'*O Panorama*. Conforme conjecturam os mesmos autores, a manutenção do anonimato certamente dificultaria a afirmação de Herculano como autor, já que até aí tinha publicado apenas dois romances (mais propriamente, dois contos) históricos – *A Voz do Profeta* (1836) e *A Harpa do Crente* (1839). Mas uma vez liberto da primeira relação contratual com a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Herculano passará a assinar os textos da sua autoria inseridos n'*O Panorama*, gesto que seria repetido por outros colaboradores do jornal

Deve assinalar-se que o tom de Herculano no referido texto toca o auto-regozijo pelo papel, talvez algo sobrevalorizado pelo autor, d'*O Panorama* nos progressos civilizacionais de Portugal. Mas indica bem que o jornal sobreviveria, ao tempo, graças à colaboração altruística dos colaboradores, que possivelmente seriam, também, accionistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos

Úteis e assinantes do jornal. Os colaboradores ler-se-iam uns aos outros, e, em tese, também teriam condições para aperfeiçoarem o seu estilo uns pelos outros. A participação na Sociedade Propagadora e a colaboração no jornal pode ser vista, ainda, como uma forma de socialização das elites letradas da época e de identificação identitária destas com os valores sociais da filantropia, do altruísmo e do mecenato, no contexto de uma sociedade liberal onde, idealmente, cada homem – e, mais tarde, também cada mulher – deveria enriquecer (somente os ricos eram considerados efectivamente livres), converter-se em cidadão e em eleitor livre, capaz de debater o rumo da nação e de tomar decisões políticas conscientes e consequentes.

A direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis deu público testemunho da acção de Alexandre Herculano à frente d'*O Panorama*, em carta pública, datada de 31 de Julho de 1838 e publicada no jornal a 18 de Agosto deste ano:

> A assembleia-geral da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, em sessão de ontem, votou unanimemente que, em seu nome, a direcção tributasse a V. S.ª o mais subido aplauso pela excelente redacção do *Panorama*, e que este monumento da sua gratidão se fizesse público em um dos próximos números daquele jornal. É com o maior prazer que a direcção cumpre esta determinação da assembleia, e roga a V. S.ª se sirva de a publicar com a brevidade possível. Deus guarde a V. S.ª. Illm.º Senhor Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo.
>
> Lisboa, 31 de Julho de 1838
>
> Os Directores
>
> (*O Panorama,* 18 de Agosto de 1838, p. 264)

A partir do momento em que Herculano anuncia ir passar a assinar os textos que elaborasse para o jornal, outros colaboradores e autores passaram, identicamente, a fazê-lo com regularidade. Alguns deles são estrangeiros, até porque vários dos textos assinados são, na realidade, traduções de artigos desses autores publicados na imprensa europeia congénere. Outros autores de textos (ou de pequenos excertos de textos) incluídos n'*O Panorama* são personalidades históricas, algumas das quais já desaparecidas, como Camões, o padre José

Agostinho de Macedo ou Confúcio, George Washington ou Benjamim Franklin, sendo os textos uma recuperação do que deixaram escrito. Graças às assinaturas dos autores dos textos e a informações complementares incluídas nos próprios textos, é possível identificar a autoria de várias peças. Extrai-se, igualmente, desses dados que os autores se repartem entre portugueses e estrangeiros e que entre os primeiros, sobretudo, possivelmente seguros de serem reconhecidos pelos seus pares, muitos há que, eventualmente também por uma questão de falsa modéstia, apenas assinavam com as respectivas iniciais.

Para além de Alexandre Herculano, quais foram os colaboradores mais relevantes, em volume de textos, d'*O Panorama*? Excluindo as personalidades históricas das quais foram aproveitados textos e excertos de textos, como o Padre António Vieira, podem destacar-se José Maria Xavier d'Araújo, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, José Maria da Silva Leal [Júnior], João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, António de Oliveira Marreca e Sebastião José Ribeiro de Sá. Quem eram eles, sociologicamente falando? Maioritariamente, eram membros das elites intelectuais portuguesas da época, sobretudo da média burguesia. Eis as profissões ou ocupações de alguns dos colaboradores do periódico, entre aqueles que foi possível identificar:

- António Correia (corregedor de Entre-Douro-e-Minho)
- António de Oliveira Marreca (A. de O. Marreca, 1805-1889, professor e economista)
- António Feliciano de Castilho (A. F. de Castilho, 1800-1875, escritor)
- Baltazar de Chermont (B.C., historiador)
- Barão de Eschwege (coronel de Engenharia)
- Caetano de Moura Palha Salgado (C. M. P. Salgado, 1818-?, sacerdote)
- Fernando Luís Mouzinho de Albuquerque (1818-?, oficial do exército)
- Francisco Inácio Pereira Rubião (F. I. P. R., ? - 1846, médico)
- Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (F. L. G. de Varnhagen, 1782-1842, engenheiro).
- João da Cunha Neves e Carvalho Portugal (J. da C. N. C., 1784-1856, magistrado)
- João Francisco Garcia (primeiro-tenente)

- Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (J. H. da Cunha Rivara, 1800-1879, escritor)
- José Maria da Silva Leal (Silva Leal Júnior, 1812-1883)
- José Maria Xavier d'Araújo (X. d'A., 1786-1850?, magistrado)
- J. P. Ribeiro (conselheiro)
- Miguel Joaquim Marques Torres (M. J. M. T., 1811-1887, amanuense)
- M. da V. Tavarro (abade)
- Nuno Maria de Sousa Moura, (N. M. de Sousa Moura, 1810-1871, militar e escritor)
- Paulo Midosi (P. M., 1790-1858, escritor)
- Rodrigo Annes de Sá e Almeida (marquês de Abrantes)
- Sebastião José Ribeiro de Sá (S. J. Ribeiro de Sá, 1822-1865, escritor)
- Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846, jurista e polígrafo)
- Tibúrcio António Craveiro (1800-1844, poeta e professor)
- Walsh (inglês, correspondente d'*O Panorama* na Madeira)

Nas folhas de rosto de cada volume d'*O Panorama*, é propagandeada a extensa e crescente rede de colaboradores do periódico (cf. apêndice 1), sendo, igualmente, referidos os nomes dos titulares dos órgãos sociais da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis e a protecção da rainha. A lista de colaboradores termina, em todos os volumes da primeira série (1837 a 1841), com o seguinte convite, indiciador da forma como se cativavam colaboradores para o periódico: "Nas terras onde a Sociedade ainda não tem correspondentes, aqueles Srs. que o desejarem ser se poderão entender com a direcção." A colaboração com *O Panorama* era, portanto, *voluntária*, excluído o redactor principal, que era pago pela tarefa. Quem se empenhava na colaboração com *O Panorama* fazia-o, possivelmente, quer por razões altruísticas, quer porque o periódico proporcionava – nomeadamente a partir do momento em que os textos começaram a ser assinados – um palco para o reconhecimento público e para a notoriedade individual através da exposição pessoal de ideias e conhecimentos e da publicitação individualizada (individualista?) do nível cultural de cada um. Também neste pormenor ecoam os valores liberais que inflavam o jornal.

Em território nacional, a rede de colaboradores-correspondentes do periódico (cf. apêndice 1) arrancou, entre outros, com os seguintes pólos: Abrantes (Luís d'Araújo Braga), Albufeira (António Joaquim Júdice Samora), Arcos de Valdevez (António Luís Ribeiro da Silva), Bragança (António Caetano d'Oliveira Furtado), Braga (Francisco Manuel da Rocha), Coimbra (António das Neves Barateiro e J. M. S. Paula), Caminha (António Rodrigues d'Oliveira), Castelo Branco (Ludovino Maria Codina), Estremoz (José Francisco Agnelo de Sousa Gaso), Elvas (José Nicolau de Sousa), Figueira da Foz (Joaquim Malheiro de Mello), Lagos (Francisco Xavier Baptista e Lázaro Francisco B. d'Azevedo Magalhães), Lamego (António do Carmo Figueiredo), Porto (Joaquim Torcato Álvaes Ribeiro e Francisco Inácio Pereira Rubião), Setúbal (I. C. Scotto), Santarém (António Gonçalves d'Almeida Rino), Sines (António Martins Salgado), Viseu (Manuel Ferreira Quiques), Viana (João da Silva de S. Miguel) e Vidigueira (Joaquim Inácio Prego). Por outras palavras, era uma rede tecida por todo o território nacional, proeza notável num país carecido de infra-estruturas de comunicação – não havia, sequer, uma estrada digna desse nome a ligar Lisboa ao Porto (o transporte entre as duas principais cidades do Reino era feito de navio) nem havia estrada para o Algarve. Não havia via-férrea (inaugurada somente em 1856, e apenas de Lisboa ao Carregado). O telégrafo também só foi inaugurado em 1856 e aberto ao público em 1857, tendo o território sido coberto somente em 1878.

Os correspondentes do periódico alimentavam-no com toda a espécie de artigos e informações. Eis um dos seus textos entre centenas que se poderiam citar:

> Quem ao ver a igreja de Santa Maria de Ul (…) dirá que nas paredes desse templo (…) está afixada uma página (…) do passado? (…) Está (…) na matriz de Ul uma pedra em que se lê:
> AVGVSTO TRIBVNI
> XXVII COS XIII PATER
> RAAINVS AVGVSTALIS
>
> Esta pedra, encontrada há quarenta anos no alicerce da igreja antiga, foi mandada colocar onde hoje existe pelo abade (…). Se atendermos ao local

> do achado (…) concluiremos (…) que os fundadores da demolida matriz acomodaram a seu intento algumas ruínas de alguns edifícios romanos (…). (N. M. de Sousa Moura, Antiguidades – Santa Maria de Ul, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 96, p. 344.)

O Panorama estendeu logo de início a rede de colaboradores e correspondentes, forjada para o prover de informações, às ilhas adjacentes. No Faial, eram eles Nicolau Tolentino de Moura e João d'Almeida Lima; na Madeira, George Day Welsh e Bernardo Francisco Lobato Machado; em São Miguel, Guilherme Augusto Hintze e Francisco José Teixeira de Sampaio; na Terceira, Amâncio Locadio Vieira e Pedro Gonçalves Franco.

O Panorama também tinha, desde o primeiro número, uma rede de colaboradores fora do território nacional, em especial no Brasil, sinal de que o jornal chegaria até lá. Encontram-se, no jornal, referências a colaboradores-correspondentes na Bahia (João Maria Martelli Júnior), Maranhão (João Gualberto da Costa), Pará (Francisco Gaudêncio da Costa), Pernambuco (Francisco Severiano Rebelo), Rio de Janeiro (L. A. P. de Sousa), Londres (Irmãos Foster), Paris (I. P. Aillaud) e Havre (Burgain & C.ª). Não se pode deixar de reparar que em Londres e no Havre, os "correspondentes" seriam companhias – talvez intermediários que adquiririam publicações congéneres d'*O Panorama* em Inglaterra e França e que as expediriam com regularidade para Portugal.

Entre os colaboradores d'*O Panorama* encontravam-se, igualmente, desenhadores e gravadores, que supriam as necessidades de informação visual do periódico (vd. apêndice 2). Não figuram das listas publicadas pelo periódico, mas os seus nomes podem ser coligidos, até nos números dirigidos por Herculano, porque assinavam as suas obras – considerar-se-iam *autores* e teriam, possivelmente, mais consciência do *valor* do seu trabalho, que não quereriam anónimo. Algumas das ilustrações d'*O Panorama* são, curiosamente, assinadas por dois autores (vd. apêndice 2). Conseguiram-se identificar, entre outros, os seguintes ilustradores d'*O Panorama* (vd. apêndice 2):

- António Joaquim Gonçalves Pereira (Pereira, 1839-1878, desenhador)
- Francisco Augusto Nogueira da Silva (Silva, 1830-1868, desenhador)

- João Pedroso Gomes da Silva (Pedroso, 1823-1890, gravador)
- José Maria Baptista Coelho (Coelho, 1812-1891, gravador)
- Manuel Maria Bordallo Pinheiro (Bordallo, 1815-1880, desenhador)

Também surgem nas gravuras os nomes Fonseca (desenhador) e Le Ribeiro (desenhador), por exemplo, mas não se possuem dados capazes de levar a uma identificação mais rigorosa dos mesmos.

Nenhuma mulher figurava na lista de correspondentes nem da lista de titulares dos órgãos sociais da Sociedade, excluída a protecção da rainha. Também não se encontraram referências a nomes femininos entre gravadores e desenhadores. As mulheres estavam, efectivamente, arredadas destas lides. De qualquer modo, é justo assinalar o esforço de ampliação da rede de correspondentes *d'O Panorama* até 1841, tendo, no entanto, o seu número decaído ligeiramente até à extinção da segunda série do periódico

Capítulo IV

O Panorama: materialização discursiva de um ideal

O Panorama, explorando o ecossistema romântico e liberal que o rodeava, desde o início propôs-se servir uma tarefa civilizadora e de formação de cidadãos, através do fomento da leitura sobre temas de cultura geral:

> De todas as coisas que se oferecem ao homem para lhe recrear os momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso doméstico (…), diante de seus olhos se corre o pano à cena do mundo passado e presente (…). Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o universo criado. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, vol. I, n.º 1, p. 1)

Fazendo justiça ao título, o periódico – depreende-se das palavras de Herculano – queria providenciar à mente do leitor um olhar panorâmico sobre o mundo, à maneira do que hoje se diz da televisão. Com isso, oferecer-se-ia ao leitor, de acordo com o principal expoente da intelectualidade portuguesa da primeira metade de oitocentos, a verdadeira riqueza, a do conhecimento, aquela que lhe permitiria, já na qualidade de cidadão, compreender e usufruir do universo. O enriquecimento intelectual seria, por outras palavras, a marca distintiva do cidadão, que, pressupostamente, o afastaria da massa ignara, uma dicotomia que continuaria presente, na produção intelectual, até aos dias de hoje. Recorde-se, nomeadamente, Carey (1993), para quem os escritores do modernismo se revoltaram contra a proletarização e a democratização da cultura

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 161 - 250]

inventando o estereótipo negativo da "massa", sempre criticada, tal como criticados eram – e continuam a ser – todos os que procuram conceber produtos culturais interessantes e acessíveis à generalidade da população.

Os objectivos de Herculano, traduzidos na ideia da democratização da cultura para formar *cidadãos*, cultos, que se afastassem da massa inculta (por pressuposição, constituída por uma espécie de *não cidadãos*) são, assim, ao mesmo tempo, altruístas e filantrópicos, mas também elitistas. A marca distintiva do cidadão, para Herculano, seria a sua cultura, o que afastaria a generalidade dos portugueses da qualificação de "cidadãos"[1]. Só que, ao tempo, a democratização da cultura, através da instrução pública, dava somente os primeiros passos em Portugal, havendo uma imensidade de analfabetos no país, pelo que *O Panorama*, mesmo ponderando o seu intencionado alcance transclassista, acabaria, certamente, por ser comprado e lido, sobretudo, pela elite possuidora de recursos financeiros e intelectuais, não obstante a ideia explicitada nos textos que explicam ao público a natureza d'*O Panorama* ser, vincadamente, a de propagar o conhecimento de forma barata e junto de toda a gente. *O Panorama* queria ser, portanto, um jornal mais do que popular, um jornal *transclassista*:

> o que mais importa é (...) introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 1.)

> A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso em que ainda nos achamos. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2.)

1) O voto censitário e sexista, por exemplo, perdurou longamente em Portugal, cultivado pelas elites que ocuparam o poder. O sufrágio universal só veio a conquistar-se, efectivamente, nas primeiras eleições livres, em 1975.

> [*O Panorama* pretende] derramar a instrução (...) descer (...) ao nível das inteligências comuns. (Alexandre Herculano, Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 1.)

O carácter enciclopédico d'*O Panorama* também é justificado por Herculano. Para o autor, a produção intelectual – científica, artística, filosófica… – oitocentista seria já demasiado vasta para um único homem, à semelhança de Aristóteles ou de Leonardo, ter conhecimento de tudo. Assim sendo, e equiparando o jornal a uma nova forma de literatura, o primeiro redactor principal do citado periódico sentencia:

> De feito, a parte mais útil da moderna literatura tem sido resumir os amplos produtos da inteligência. Com uma rapidez admirável, têm surgido (…) os jornais de instrução popular. À custa de sacrifícios pecuniários e (…) de vigílias estéreis de glória, tem-se derramado entre o povo não a história do estudo, mas o seu resultado. A ciência se introduz tanto no tecto do abastado, como no abrigo do pobre (…). (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I. n.º 1, p. 2.)

Já não surpreende, no excerto de texto anterior, a convicção de Herculano de que a sua tarefa é útil, embora, na verdade, a ideia de que bastaria "derramar conhecimentos" num jornal para fazer avançar a civilização, sem a necessária base de alfabetização, fosse algo utópica – uma utopia ideológica que, no entanto, era essencial para a atribuição de significado ao mundo e de identidade a si mesmas por parte das elites portuguesas da época. O tom de Herculano, mais uma vez, oscila, em consequência, entre o autocompadecimento, a autoconvencimento e o auto-elogio. Segundo ele, a promoção do acesso à cultura por meio da redacção de um jornal devotado altruística e filantropicamente à nobre causa da instrução pública implicaria, para os seus redactores, "sacrifícios pecuniários" e ausência de glória, tudo para permitir ao "povo" ter acesso aos resultados de estudos devotados, sem passar pelo hipotético aborrecimento de se confrontar com a efectiva realização dos mesmos.

Uma das ideias mais fortes no texto introdutório d'*O Panorama* é a de que Portugal estaria civilizacionalmente mais atrasado (estaria mais infeliz?[2]) do que as mais fortes potências europeias, tidas por "países mais ilustrados". A desgraça nacional da falta de instrução, de acordo com Herculano, seria transversal a toda a sociedade e far-se-ia sentir mesmo entre as gentes ilustres. Essas ideias, já observáveis nos exemplos anteriores, são vincadamente reforçadas por Alexandre Herculano:

> A nação portuguesa, cumpre confessá-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora muitas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes que, pela sua posição social, deviam ser ilustradas (…). Trabalhemos por nos instruir e melhorar nossos costumes, aumentando a civilização nacional (…). (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I. n.º 1, p. 2.)

São frequentes as alusões do *Panorama* a si mesmo como um periódico de promoção cultural popular. Coloca-se entre os "jornais de instrução popular" logo no texto de abertura, de Herculano (Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2), reforçando frequentemente essa linha editorial, como quando se situa, por exemplo, entre os "jornais literários e de instrução popular" (Aos nossos leitores, 1840, vol. IV, n.º 140, p. 1). Define-se, efectivamente, também pela mão de Herculano, como um dos "jornais populares" (Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 1) e como "o jornal português e popular"

2) Actualmente, para além do PIB, vários países falam também do índice de felicidade humana. Um dos exemplos mais apontados no mundo é o do pacífico e verdejante Botão, de religião maioritariamente budista. O seu PIB é insignificante, mas os seus 700 mil habitantes contam-se entre os mais felizes do mundo. Porquê? Conserva as suas florestas (75% do país é coberto por florestas), zela pelos mais minuciosos aspectos da sua cultura (os seus habitantes, por exemplo, continuam a vestir os seus trajes ancestrais, perfeitamente adaptados ao clima da zona), rejeita a visão do crescimento a todo o custo e rejeita que uma sociedade tecnológica seja o corolário para o desenvolvimento, para preferir formas sustentáveis e até artesanais de exploração dos recursos. Milhares de pessoas desejam visitar o Botão e pedem vistos, mas são raros os privilegiados que conseguem fazê-lo, não porque o Botão seja uma sociedade de fronteiras fechadas e vigiadas, mas sim porque o país, por vontade própria, não desenvolve o turismo.

(António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. n.º 192, p. 2). Portanto, conforme se disse acima, a sua intenção meritória e altruísta é a de dirigir-se a todos os segmentos do público, nomeadamente do público alfabetizado, e não apenas às elites, apesar de a prática da leitura ser, então, elitizada.

Em alguns textos, uma certa ênfase é colocada nas qualidades altruísticas autopercepcionadas – e devidamente proclamadas – dos promotores e redactores d'*O Panorama*:

As empresas que dirigem publicações tão interessantes [como *O Panorama*] têm grandes despesas, para preencherem seus louváveis fins. (…) Mas quando o aplauso coroa a diligência, quem por desleixo abandonará a tentativa reconhecida como prestadia e digna de se prosseguir? Eis a razão porque se dobra o esmero e se continuam os esforços, não só para não desmerecer no público conceito, que é isso capricho próprio, mas também para progredir, para se perpetuar a vantagem que nestas instituições literárias e seus trabalhos geralmente se reconhece. (…) Tão módico é o preço de cada exemplar, que a todas as fortunas se facilita (…). Ninguém, a não pôr a mira em tiranias, violentas mas sempre momentâneas, desconhecerá, hoje, esta máxima: *instrui o povo se quereis que seja virtuoso*. (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, pp. 271-272.)

Qual, assim, o objecto e a utilidade dos jornais de instrução popular, entre os quais se autoclassificava *O Panorama*? A resposta é dada, mais uma vez, pela mão de Alexandre Herculano. O autor, no entanto, repete os mesmos argumentos – um periódico popular de exerceria, à semelhança do que se passaria nas "nações cultas da Europa" uma positiva acção civilizadora em prol da generalização de um substrato cultural geral, até porque chegava à província e os seus preços módicos permitiriam que fosse facilmente comprado, o que não aconteceria, por exemplo, com os livros. A postura de Herculano é, mais uma vez, elitista: de um lado, as "classes inferiores"; do outro, as "classes mais acima", entre os quais os doutos e filantrópicos redactores e promotores do periódico (ou seja, "os espíritos generosos, amantes da sua pátria e dos progressos da humanidade"), que punham à disposição do país necessitado o seu ilustrado e superior conhecimento – por vezes importado avulsamente, reconhece-se com alguma

humildade, das publicações congéneres europeias, entre as quais sobressai a pioneira *Penny Magazine*. Ele salienta, argutamente, que *O Panorama* ajudaria a sustentar conversas (hoje dir-se-ia que contribuiria para agendar temas na agenda pública), teria uma missão pacificadora, zelando pela paz social (hoje, de um ponto de vista crítico, dir-se-ia, possivelmente, que contribuiria para a sustentação do *statu quo*, no interesse das classes dominantes da sociedade), e permitiria, ao promover a cultura geral, um melhor entendimento do que estava em causa nos debates travados no espaço simbólico dos jornais políticos (os "papéis públicos"):

> Se (…) lançarmos os olhos para as terras das províncias (…), quanto a bibliotecas, apenas algumas obras escolhidas à vontade dos proprietários nalgumas casas abastadas (…); pelo que respeita a escolas, as de primeiras letras (…). Porventura por todos esses lugares (…), e aqui mesmo dentro da capital, a maioria dos cidadãos achar-se-á livre no decurso da semana para ir escutar lições ou entreter-se no gabinete de leitura? Porventura a máxima parte da gente popular (…) pode dispensar quantias para livros (…)? E estes livros não são pelo comum outras tantas especialidades, sendo preciso possuir muitos para aprender alguma coisa? E os mais baratos não são escritos em francês, idioma que nem todos entendem? Claro está que as respostas afirmativas (…) indicarão outras tantas causas do atraso da instrução entre as classes inferiores, e também nalgumas mais acima, que de bom grado a aceitariam, se lhes fosse facilitada.
>
> Não haverá, pois, um meio de remover tais impedimentos, de vulgarizar, tanto quanto seja possível, os benefícios da tipografia? Há, e as nações cultas da Europa o reduziram à prática neste século (…). Portugal o adoptou, e de que não foi em vão dará, entre outros, testemunho a extracção deste nosso jornal. Conceberam os espíritos generosos, amantes da sua pátria e dos progressos da humanidade, que o método melhor adaptado à difusão dos conhecimentos era publicar, a prazos certos, por módico preço, um escrito que em seu determinado quadro apresentasse (…) as doutrinas mais correntes e proveitosas, as notícias que mais conviessem para sustentar as

> conversações[3] e entender os papéis públicos e os discursos oratórios, que admitisse ora a história natural e física, ora a história civil e a geografia, ora os métodos práticos em objectos úteis à vida, como os preceitos e conselhos morais, necessários à conservação da sociedade[4]. (…) Pôs-se por obra o desígnio (…) [dos] editores da *Penny Magazine*. (…) Seria um extenso artigo (…) se nos dilatássemos em circunstanciar todas as vantagens resultantes da vulgarização dos conhecimentos úteis (e por útil temos tudo o que é saber) por meio destes jornais, que o público recebe com gosto, os verdadeiros sábios com aplauso, e só o charlatanismo literário com displicência e até com ódio, porque lhe arrancaram das mãos a varinha (…) com que fascinava as turbas. (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, pp. 270-271.)

Que diferenças separavam, portanto, os jornais devotados à ilustração popular e os jornais políticos, segundo Herculano? Os primeiros dariam o entendimento necessário à interpretação contextual e informada dos acontecimentos e problemáticas narrados pelos segundos:

> Aparecem os jornais políticos (…) com as suas compridas colunas cheias da relação de um incêndio (…) numa capital importante da Europa. Quanto não é grato ao artista, que já tem lido no jornal de instrução popular, a descrição da cidade, o poder introduzir na conversação o seu dito, avaliando, em certo modo, a importância da perda e conhecendo de antemão o grau de estima e veneração que mereciam tais e tais edifícios (…). Suscita-se a guerra entre dois povos, relatam as gazetas os acontecimentos. Mas o leitor assíduo dos jornais literários já conhece a índole, os hábitos e alguma coisa da história desses povos, e a sua memória lhe vai fornecendo reminiscências que lhe

3) Este ponto, reflexo, certamente, de ideias debatidas na época, reconhece-se o argumento central de Gabriel Tarde (1901), que antecipa, por sua vez, a ideia de agendamento subscrita por McCombs e Shaw, bem sistematizada por Jorge Pedro Sousa (2006, pp. 257-260).

4) Neste pormenor observa-se que o autor percebia o hipotético papel da imprensa na preservação do *statu quo*, embora Herculano não o tenha dito com sentido crítico. Sobre as teorias críticas, pode ler-se, para confronto, por exemplo, *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (Sousa, 2006, pp. 212-215).

> tornam mais compreensível o relato da folha diária. Ouve o orador sagrado na tribuna, o deputado ou senador no parlamento, e compreende as passagens históricas, sabe de que homens distintos se aduziram as citações (…). Fala-se de um invento prodigioso, de um acontecimento extraordinário, de um fenómeno natural mas assombroso, e o leitor de jornais populares não se embevece em estúpida admiração, não imputa a feitiçaria esses casos, porque já tem lido muitos semelhantes, que lhe enquadraram com a razão natural (…). E quanta não é a sua glória citando uns por ocasião de outros mais modernos e ostentando assim (…) a sua literatura, tão facilmente adquirida! (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, p. 271.)

O intuito do *Panorama*, desde o início, foi, portanto, segundo apregoava, o de contribuir para a propagação da cultura através da oferta periódica de matérias de índole cultural que valessem a pena ler. O propósito de incentivo à leitura é abundantemente referenciado nas páginas do periódico:

> (…) o hábito de ler enraíza-se no povo; e assim com fundamento esperamos que entre nós se derramem os frutos da leitura, deste entretenimento profícuo, que enche o vazio que deixam os maus hábitos, e que expelindo o mau pensamento, dá origem ao bom; falamos da leitura das obras que o povo deve ler, daquelas que enriquecem o espírito com úteis noções, imprimem no coração as doutrinas puras da moral e habilitam para o trato do mundo a conversação quotidiana, mediante notícias interessantes e curiosas (Aos nossos leitores, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 140, p. 1.)

> O que era tentativa tornou-se, de facto, permanente, e conseguiu-se que pessoas adversas à leitura, e que se assustavam à vista de um livro, adquirissem o útil hábito de ler; que as crianças alcançassem por gosto próprio ideias e noções que só por largos anos e com p peso e enfado do estudo regular obteriam. Nem se objecte que [nos jornais populares] (…) há assuntos superiores à inteligência das crianças. São eles o repositório dos mais variados ramos do saber, contêm doutrina para todos. Conseguiu-

> se que o homem (…) tivesse uma distracção inocente e profícua, sem o sacrifício dos seus haveres e de forma que a instrução o fosse visitar semanalmente (…). (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, p. 271.).

Reforçando as intenções originais dos promotores do periódico, António Feliciano de Castilho, em 1841, resumia desta forma as virtudes do *Panorama* nas páginas do próprio jornal:

> (…) acessível a todos os entendimentos, acomodado a todos os gostos, a todos os interesses, *O Panorama*, multiplicado por um número de exemplares de que não há memória na imprensa portuguesa, é o conhecido, o bem-vindo e o amigo de todas as casas (...). Não há já aldeia tão apartada em cume de serra, nem quase casal tão embrenhado em solidão e fora do trato do mundo, que nas horas ociosas dos seus serões se não recrie com este hóspede certo. (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, p. 2.)

Fazendo o balanço de sete anos de publicação ininterrupta – algo notável para a época, os redactores d'*O Panorama* escreviam, em 1844, que teria sido a publicação a responsável pela promoção dos temas portugueses (em particular dos medievos) no próprio país, o que vinha ao encontro dos ideais do romantismo mas também da ideologia de promoção cultural que impregna todo o periódico. Relembra-se, nesse mesmo texto, o papel relevante do periódico – ainda que não pioneiro no sentido estrito do termo – na promoção cultural e na estimulação do progresso do país. E enfatiza-se que o jornal não suscitava "ódios", o que recorda a sua capacidade de se elevar num campo jornalístico politicamente segmentado que mediava grande parte da confrontação política. E ainda se salienta – com auto-satisfação – a participação d'*O Panorama* no "progresso material e moral" da nação.

> Depois que a imprensa (…) se libertou da censura, foi *O Panorama* a primeira publicação do seu género que revocou certa afeição pelas coisas

> que o passado tinha boas e veneráveis, sem que por isso traísse a missão de progresso (…); foi ele o primeiro que a par da difusão das ideias de utilidade material, trabalhou para que renascesse o sentimento da antiga energia e glória nacional (…). Sem suscitar ódios, sem as grandes cóleras do crer profundo que, às vezes, pelo exclusivo e pela intolerância (…) traz deploráveis males, *O Panorama* tem procurado incorporar os desejos e esperanças do futuro com as saudades e tradições do belo e grandioso que enobreceu esta nossa boa terra em eras remotas. Temos a convicção de que (…) é este o máximo serviço que a imprensa popular pode fazer à nação (…). Enfim, se o país tem dado alguns passos no caminho do progresso material e moral, *O Panorama* pode jactar-se de não ter sido inteiramente alheio a semelhante sucesso (…). (Os redactores, Introdução, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, pp. 1-2)

O propósito ideológico *progressista* – ou talvez, melhor dito, *reformista* – d'*O Panorama* foi salientado pelos redactores, em nome de um combate político e ideológico quer contra os saudosistas do absolutismo e da censura (conforme se relembra no excerto de texto anterior) quer contra os revolucionários – incluindo os socialistas (cujo ideal utópico seria "mais estranho que o de todos os poetas") – que desejavam transformar radicalmente a sociedade portuguesa, refundando-a. A retórica romântica foi colocada, no periódico, ao serviço dessa ideologia. *O Panorama*, efectivamente, não se pode considerar um jornal *apolítico* e *desidiologizado*, ainda que grande parte do seu discurso, numa primeira leitura, pareça essencialmente formativo e até mesmo, em alguns momentos, meramente "tenocrático". No entanto, o tom do discurso, afastando-se radicalmente dos combativos jornais políticos "de partido" da época, é, pelo menos à superfície, de respeito para com os adversários ideológicos, que o jornal, conforme se descortina, também tinha:

> Sabemos que não faltarão espíritos, aliás rectos e ilustrados, que nem sequer nos levem em desconto das faltas necessariamente cometidas esse revocar do povo à nobreza moral pela recordação da sua gloriosa árvore genealógica. São aqueles que deslumbrados pela imensidão as reformas

> políticas, que no tempo actual ou se tentam ou se antevêem, desprezam a história e buscam divorciar a sociedade que é com a que foi. Não lhes queremos nós mal por isso: porque é uma prova da sinceridade das suas doutrinas. Também eles são poetas, poetas mais idealistas que nós, os que veneramos as formosas e santas recordações da história. Na sua respeitável inocência de sábios chegaram a persuadir-se de um grande erro cronológico – isto é, de que os seus principais achados ontem, formulados hoje, e cujo desenvolvimento e aplicação completos ainda têm de tardar alguns dias, precederam a existência dos povos. Para eles, as novas ideias sobre a ordem social não importam *reforma*, porém sim *fundação*. Involuntariamente imaginam que em vez de nações antigas que a Providência quer renovar pela acção lenta do progresso intelectual têm a seu dispor homens primitivos, sem hábitos, sem crenças, sem memórias, sem relações mútuas, herdadas de pais e de avós, sem afectos cujas raízes estejam profundamente embebidas sob a campa dos séculos extintos. Assim, longe de pretenderem mudar no edifício político, ora o tímpano do frontão, logo as colunatas dos balcões, depois os coruchéus e os tectos, não traçam, mas supõem já uma demolição completa, e como se o terreno estivesse desentulhado e raso, propõem-vos tranquilamente o desenho da edificação que conceberam. Para estes, a história e as suas eloquentes lições não passam de um instrumento ferrugento e inútil (…).
>
> Todavia, o povo está lá – o povo mais forte que as mais fortes inteligências (…), porque o povo sente que se lhe pede um sacrifício humanamente impossível, a abnegação de todas as transições e hábitos, e uma transição instantânea e completa do real da vida para o ideal dos socialistas, um pouco mais estranho que o de todos os poetas. (Os redactores, Introdução, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, pp. 1-2.)

Numa outra passagem do mesmo texto de balanço da entrada no sétimo ano de publicação ininterrupta d'*O Panorama*, é explícito quanto o abraçar da missão de ensinar a história pátria, ainda que de forma leve e deleitosa, nas páginas do periódico, é visto como uma missão eminentemente patriótica, que serviria,

inclusivamente, para insuflar ânimo aos portugueses, desanimados por viverem num país pequeno e indigente (característica quiçá solidamente enraizada no imaginário nacional). Também se frisa, no mesmo texto, que as novas ideias de organização social devem ser aplicadas com prudência, o que acentua a posição ideológica *reformista* do periódico. Aliás, os redactores *d'O Panorama* arvoram-se de serem um esteio do cristianismo, milenar em terras lusas, embora não do fundamentalismo cristão, ameaçador da própria liberdade:

> Nós esperámos a regeneração nacional não menos da memória do passado que das doutrinas que pertencem ao futuro. A primeira necessidade de um povo é existir como tal, e a primeira necessidade para essa existência é o afecto da pátria, afecto indefinido cujo poder é todavia imenso para produzir não só as grandes e generosas acções, mas, o que é mais, para nos fazer consentir nessa multidão de pequenos sacrifícios que a sociedade exige a todo o instante dos seus membros. (…) E depois a uma nação pequena, desanimada, persuadida de que a sua pequenez e pobreza lhe inutilizarão todas as diligências para ser respeitada e feliz, que melhor incentivo se pode oferecem para a conduzir a acreditar na própria inteligência e na própria energia, do que as glórias e venturas passadas? E se tal meio de regeneração é eficaz, a quem pode ele aproveitar mais do que ao velho Portugal, tão rico de tradições nobres e gloriosas?
>
> Se alguém pode contestar ao *Panorama* – em nome de uma ciência que se engana não tanto nas teorias quanto na legitimidade da sua imediata aplicação – os serviços por ele prestados ao pensamento de nacionalidade, nem uma só voz se erguerá para lhe negar o seu nunca desmentido respeito aos costumes e as suas tendências constantes para alimentar o sentimento religioso, ao mesmo tempo que combate e combaterá sempre o fanatismo e a intolerância, inimigos (…) cruéis do verdadeiro cristianismo (…). (Os redactores, Introdução, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, p. 2.)

José Silvestre Ribeiro (1871-1893, vol. VIII, p. 27), na sua monumental *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, confessa que *O Panorama* foi:

> o mais admirável instrumento de iniciação intelectual, no atraso relativo em que se encontravam; aperfeiçoou a língua, desenvolveu o gosto pelas letras, fez reviver as nossas tradições na imaginação popular e por ele se deu voo e impulso a vocações novas que foram gradualmente sobressaindo em todas as esferas da actividade social.

Maria Cristina Nogueira Lança de Mello (1971, p. 11), autora da primeira monografia de relevo sobre o jornal, classifica *O Panorama* como:

> o *Reader's Digest* da sua época compilando, resumindo, ilustrando os temas culturais (…); indo ao encontro dos gostos, das necessidades e das curiosidades da pequena e grande burguesia, de crescente importância ao tempo.

Na mente dos seus promotores, possivelmente, *O Panorama* não deveria ser um jornal "classista" mas sim transclassista, ainda que Maria Cristina Nogueira Lança de Mello, pertinentemente, conforme se lê no excerto de texto acima, tenha localizado na burguesia o seu público de eleição. Efectivamente, os *Estatutos* da Sociedade Promotora dos Conhecimentos Úteis estipulavam um preço módico para o periódico e impunham a sua distribuição pelos "estabelecimentos pios" de educação[5].

Em boa verdade, o poder aquisitivo do público potencial esteve sempre na lista de preocupações dos promotores da publicação, mesmo que não tenha sido suficiente para lhe permitir sair da esfera das gentes alfabetizadas e que podiam despender dinheiro na sua compra. O próprio periódico o proclamava:

5) Ver anexo 1 – *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*.

> Mas o povo português, hoje, também gosta de instruir-se e lê, porque os escritos populares se imprimem e vendem por preços cómodos (...). (Anónimo, Aos nossos leitores, *O Panorama*, 1840, vol IV, n.º 140, p. 1.)

Um aspecto interessante da política editorial d'*O Panorama* é o reconhecimento do erro e a sua correcção. Por exemplo, no n.º 124 do jornal (vol. III, 1839), na última página, escreve-se o seguinte:

> Por equívoco se disse na página 283 do antecedente número que Fr. Manuel da Esperança *escreveu as histórias Seráfica e Sebástica*, sendo esta última de Fr. Manuel dos Santos. A maior parte dos exemplares foi expurgada desta incorrecção, mas como permaneceu nos primeiros que se extraíram, fazemos por isso esta advertência aos leitores a quem esses exemplares coubessem em sorte.

As opções editoriais e mercadológicas tomadas permitiram ao *Panorama* chegar a uma tiragem de cinco mil exemplares, no quinto número (Lança de Mello, 1971, p. 12; Baptista, 1977, p. 26)[6], "caso único na história das publicações periódicas em Portugal, se tivermos em conta a população de pouco mais de três milhões de habitantes com altíssima percentagem de analfabetos." (Lança de Mello, 1971, p. 12) Aliás, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis felicitou o redactor por tal resultado, em carta pública publicada n'*O Panorama* (18 de Agosto de 1838, p. 264).

4.1 O estilo e as fontes d'*O Panorama*

O Panorama era um jornal enciclopédico que vivia, sobretudo, de artigos divulgadores do mais variado leque de assuntos, embora, ocasionalmente, também publicasse ficção e poesia. Mais ou menos longos, mais ou menos rigorosos, mais ou menos leves, mais ou menos graves, em alguns casos quase

6) Na verdade, não se encontrou no jornal qualquer referência à tiragem.

contados como anedotas, esses artigos ainda hoje suscitam curiosidade, apesar das incertezas com que algumas informações são apresentadas ("dizem que"…):

> A origem das meias parece ser muito moderna. Dizem que foi uma mulher que inventou o modo de as fazer, mas o seu nome e a época em que viveu são coisas que se ignoram. As primeiras meias foram feitas de linha ou de lã e eram raríssimas enquanto não apareceu um tear para as fabricar, cujo inventor também não se sabe quem foi. Atribuem alguns autores esta engenhosa máquina a um serralheiro da Baixa-Normandia, que entregou a Colbert um par de meias de seda feitas em tear, para as oferecer a Luís XIV. A intriga, sempre adversa aos inventos úteis, fez com que em não obtendo o inventor da máquina o prémio que devia esperar na sua pátria, a introduzisse na Inglaterra, onde foi muito bem aceita. Todavia, a França a recebeu em 1656 (…).
>
> Henrique III, rei de França, foi o primeiro que se apresentou com meias de seda feitas a agulha, na função do casamento de sua irmã com o duque de Sabóia. A cor das meias foi por muito tempo a dos vestidos que se usavam com elas e só há coisa de um século ficou sendo indiferente. (Anónimo, Invenção das meias, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 48, p. 103.)

Deve dizer-se que *O Panorama* também dava notícias, mas não de forma seca e nem sequer imediata (certas "notícias" eram reportadas não por causa do seu valor noticioso intrínseco, que convidaria à imediata publicação, mas sim por causa do tema, pelo que demoravam tempo a serem publicadas). Além disso, quase sempre as notícias d'*O Panorama* eram antecedidas de um "nariz de cera" – uma espécie de *intróito* retórico – destinado a contextualizar e enquadrar o enunciado mas também a suscitar o interesse do leitor.

> Já hoje ninguém contesta que a invenção da tipografia fosse a causa principal, ou quase única, da moderna civilização. (…) Mogúncia foi o berço da tipografia, que debalde outras cidades querem roubar aquela (…) glória. Os moguntinos determinaram perpetuá-la por mais um modo, levantando

> um monumento a Gutenberg. Foi encarregado da obra (…) Thorwaldsen (…). Acabada o ano passado, nos princípios de Agosto, os dias 14, 15 e 16 daquele mês foram destinados para a sua inauguração na praça pública que tem o nome do inventor da imprensa. Muitas cidades (… concorreram para (…) aquela memória, que consiste principalmente na estátua de Gutenberg. A praça no dia 14 estava cheia de palanques e pelo meio deles mastros com as bandeiras das diferentes cidades que haviam contribuído para a obra. O mais notável que houve nesta inauguração foi uma orquestra que estava colocada a um lado da praça e destinada à execução de um *Te Deum* composto por (…) Neukomm de propósito para ser cantado naquele lugar e hora. Foi executado por 1300 vozes, acompanhadas pelas bandas de música de três regimentos prussianos, pela orquestra do teatro e por outras, sendo o total de músicos 1500. Nas pausas entre as três repetições do *Sanctus*, faziam os cheios 40 tambores e salvas de artilharia disparadas com a maior certeza. Nos dois dias imediatos seguiram-se grandes regozijos e invenções curiosas por toda a cidade. (Anónimo, Festa em Mogúncia em memória da invenção da imprensa, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 48, p. 103.)

Por vezes, ao dar notícias, *O Panorama* não o fazia de forma directa. Por exemplo, num dos vários artigos que o periódico consagra à litografia[7], lê-se o seguinte:

> Os melhoramentos e aumento que em Portugal tem recebido esta bela arte moveram algumas pessoas da cidade de Coimbra, entre cujos nomes se acham alguns membros respeitáveis da Universidade, a formarem uma associação, debaixo do título Companhia Conimbricense, de exploração de pedreiras litográficas, cujo fim é explorar as pedreiras e fazer preparar as pedras para todos os usos litográficos. O capital desta companhia é de vinte

7) *O Panorama* deu bastante atenção à litografia, dentro da sua crença na necessidade de estimular o progresso do país por via de uma industrialização fomentadora do crescimento económico. Assim, por exemplo, tentou animar e difundir o negócio litográfico dando conta de receitas para a preparação de lápis litográfico e de tinta para litografar (*O Panorama*, vol. IV, n.º 165, pp. 207-208).

> e quatro contos de réis, divididos em oitocentas acções de trinta mil réis cada uma, pagos em prestações mensais de duzentos e cinquenta réis, devendo durar dez anos, e começar suas operações logo que estejam distribuídas as oitocentas acções. A companhia aprece ter também em mente a exploração de jaspes, mármores ou gessos, porque em um artigo dos seus estatutos se ordena que no caso de aparecer alguma pedreira de semelhante natureza, a direcção, por via do seu presidente, faça convocar a assembleia geral, para esta decidir se convém, ou não, a compra e exploração das citadas pedreiras. (Anónimo, Litografia – Litografia em Portugal – Companhia para a exploração de pedreiras litográficas, *O Panorama*, vol. III, n.º 101, p. 107.)

A notícia em causa reflecte não só a ideologia liberal d'*O Panorama*, agudizada pela crença no progresso do país, mas também a existência de um leitor presumido na mente do redactor. Esse leitor, supõe-se, seria alguém que se interessasse pelos negócios, ou pelo menos pelo desenvolvimento industrial do país, e que eventualmente tivesse dinheiro para investir numa nova empresa. O público receptor d'*O Panorama*, obviamente, não seria a gente comum, maioritariamente analfabeta e que, num país pobre, contaria cada moeda que lhe pudesse cair no bolso.

Sem abandonar o carácter explicativo e descritivo, alguns dos textos d'*O Panorama* aproximam-se do estilo da reportagem, género jornalístico onde predomina a narração, embora cruzada com descrições, e a humanização do relato (Sodré e Ferrari, 1986, p. 15). Nesse género procura-se "informar com profundidade e exaustividade, contando uma história", num "estilo vivo" que nela "afogue o leitor" (Sousa, 2005, p. 187). Vai-se, assim, buscar elementos informativos à "observação directa" e a "tudo o que possa contribuir para elucidar o leitor" (Sousa, 2005, p. 187). É o caso, por exemplo, de uma matéria sobre o "Instituto Politécnico de Londres[8]":

8) Na verdade, Royal Politechnical Institution, primeiro estabelecimento politécnico de Inglaterra (1832) e berço da actual Universidade de Westminster.

Há um ano (…) que se abriu em Londres, na rua chamada *Regent Street*, o Instituto Politécnico (…) que (…) proporciona (…) ver máquinas (…) e experiências curiosas sobre o magnetismo, a electricidade e quase todas as ciências físicas (…), além da vantagem de haver pessoas instruídas que (…) das 10 da manhã às 6 da tarde explicam (…) as causas, meios e efeitos mais importantes em física e nas artes. É um método de ilustração útil e agradável (…), obtendo-se aprender, por módico preço, em experiências práticas, no espaço de poucos dias, muito mais do que por aturada leitura (…).

O edifício (…) dilata-se por 430 palmos (…), compreende um salão, de 42 pés de comprido por 37 de largo, destinado a várias espécies de manufacturas, por exemplo, uma imprensa, um aparelho para fabricar instrumentos de óptica (…), um forno para derreter vidro, soprar e fazer (…) cristal de várias cores (…), uma máquina a vapor (…) que dá movimento a bombas, rodas e outras máquinas. Por baixo deste salão, há um laboratório químico vasto e completo (…). Há também fornos portáteis para cozer pão por método novo, fogões para cozinhar com gás, etc. Por cima do salão há um grande auditório com capacidade para 500 pessoas (…). Recebe a luz pelo tecto e à metade da altura é cortada por uma galeria cheia de objectos curiosos. Aqui estão todas as amostras de invenções, porque os inventores podem depositar no estabelecimento um espécimen das suas obras e por este meio têm a vantagem de lhes dar publicidade (…).

O pavimento do salão é ocupado principalmente por dois canais, que compreendem uma superfície de 650 pés de água (…). No canal da esquerda há um modelo de arsenal com diques, estaleiros e barcos de guerra em vários estados de construção. Neste mesmo há um molhe e junto dele o modelo de um dique para (…) reparar barcos, com presas e comportas e quatro cabrestantes para as abrir e fechar (…). No canal da direita há um modelo de uma nau igual desaparelhada, pronta a deitar-se ao mar (…). E (…) há outros modelos (…), entre eles os das (…) eclusas (…) e (…) barcos a vapor (…).

> Porém, o objecto que mais cativa a atenção é o sino mergulhador (…). Para se conhecer o princípio fundamental desta máquina (…) tome-se um copo (…), volte-se de boca para baixo e mergulhe-se bem, perpendicularmente, dentro de água (…). Achar-se-á que tendo sido mergulhado todo o copo, as paredes interiores não foram molhadas senão até certa altura das bordas do copo, e que a água não penetrou em toda a cavidade, porque o ar encerrado no copo e aí condensado não permitiu a entrada da água. (…). Ora agora imagine-se uma máquina capaz de levar um homem no espaço enxuto (…) e far-se-á ideia do que é o sino mergulhador. (…) Diz um dos curiosos que fez a experiência que sendo, quando ele desceu, meio-dia e estando o sol descoberto, a água no tanque estava tão clara que do fundo via a gente na galeria (…), tanta é a luz que entra pelas vidraças [do sino]. Era também curioso ver subir pela água as bolhas do ar que respiravam (…). A máquina leva de uma só vez quatro ou cinco pessoas sentadas. Estas não sofrem senão uma sensação desagradável e zunidos nos ouvidos, causada pelo ar condensado (…).
>
> Antes de submergir-se o sino entre um mergulhador no tanque com o vestido (…) feito de grosso encerado e dois pesos (…) para poder manter-se debaixo de água (…). Na parte (…) [do] capacete (…) [tem] um tubo (…) para comunicar ao fato de mergulho o ar necessário para a respiração, porque se conserva debaixo de água (…) um quarto de hora, movendo-se e procurando as peças de moeda que lhe atiram (…). (Anónimo, [O Instituto Politécnico de Londres], *O Panorama*, 1839, n.º 134, pp. 369-371.)

Em algumas matérias d'*O Panorama*, o tom é pessoal, impressivo e subjectivo. Referem vivências pessoais, assume-se nelas um estilo próprio de quem assina. Reconhecem-se, nesses casos, elementos configuradores da *crónica jornalística*:

> Guerra civil, flagelo destruidor das nações (…)! Guerra civil, escreve a minha pena com mão trémula, ao recordar quantos milhares de compatriotas meus caíram sob o teu inexorável cutelo!

Estas tristes exclamações soltava eu no ano de 1834 na antiga cidade de Leiria, antes do dia 13 de Janeiro em que tivera lugar a acção entre o exército libertador (…) e o grosso do exército realista. Estava nessa altura alojado em casa de D. Margarida de L. que me tratava como seu filho. Seu marido comandava um dos corpos móveis que tanto se distinguiram naquela época e ela dedicava-se à educação dos seus três filhos. (…) Em casa de D. Margarida estava aquartelado junto comigo um (…) soldado veterano (…). O vinho e o cigarro mereciam exclusivamente os seus cultos, e para satisfazer estes dois vícios mal lhe chegava o miserável pré. D. Margarida tinha muito dó pelo pobre veterano, e de vez em quando lhe dava os seus doze vinténs (…).

Chegavam quase os últimos dias de Dezembro quando uma manhã (…) Tomás, que este era o nome do sapador, se apresentou de farda (…) lavada e clara (…) e Alfredo, o mais velho dos filhos de D. Margarida, foi o primeiro que reparou no alinho do sapador:

– Mamã (…), viu como o nosso Tomás está hoje asseado?

– Sim (…).

Tomás entrava a este tempo com um prato de torradas, e eu levado também por uma certa curiosidade, mal pude deixar de lhe perguntar:

– Então amigo (…) vais-te casar?

– (…) meu tenente, faço hoje anos por duas vezes (…), porque nasci no dia de hoje e (…) porque o ano passado, neste mesmo dia, e talvez nesta mesma hora, numa sortida que fizemos no Porto, uma bala (…) passou-me por este sítio sem me pedir licença. A estas palavras mostrava o veterano a contusão que a bala lhe fizera (…). (Paulo Midosi, Os legados de um soldado, *O Panorama*, 1842, 2ª série, n.º 37, p. 293)

Um segundo exemplo de artigo pessoal e impressivo, desta feita de autor estrangeiro e, provavelmente, transcrito da imprensa estrangeira, é interessante por outro motivo: a história contada é ilustrativa da ideia, muito liberal, da possibilidade de cada homem poder prosperar à custa da *iniciativa individual*, necessitando, para isso, de perseverança, trabalho árduo e liberdade:

> O trabalho ou cinco mil cruzados de renda
>
> Quando eu tinha dezoito anos (há que tempo isto vai!) costumava no Verão ir passar os domingos em Versalhes, onde minha mãe estava residindo. Para fazer o caminho, saía pelas barreiras de Paris e ia na estrada esperar as seges que andavam nesta carreira. – Ao passar as portas encontrava sempre um pobre alto que gritava com a voz esganiçada – "uma esmola pelo divino amor de Deus!" – O meu vintém ia-se-me sempre aqui.
>
> Certo dia em que eu pagava o meu tributo a António (que assim se chamava o pobre) aconteceu passar por pé um sujeito baixo, magro, esperto, e de cabelo polvilhado, a quem António dirigiu o seu memento: – "quem me dá uma esmola pelo divino amor de Deus!"
>
> O sujeito parou, e depois de ter os olhos cravados no pobre por algum tempo, disse-lhe: "Parece-me que V. Mercê pode trabalhar e que não é lerdo, e dado o caso que seja o que me parece, porque anda exercendo tão vil ofício? – Quero tirá-lo desta tristíssima situação e dar-lhe cinco mil cruzados de renda." Pôs-se o pobre a rir e eu também. Ria quanto quiser, prosseguiu o velho dos polvilhos, mas siga o conselho que lhe vou dar e terá o que lhe prometo. Tem exemplo em mim. Aqui estou eu, que também fui pobre, mas em vez de mendigar, fiz de um cesto usado uma espécie de canastra com que ia pelas aldeias e cidades de província pedindo, não esmolas, mas trapos velhos que me davam de graça e que eu vendia depois, por bom dinheiro, aos fabricantes de papel. Passado um ano deixei de pedir os trapos e comprava-os, tendo, além disso, já um jumento e um carrinho para andar no meu limitado tráfico.

> Obra de cinco anos depois tinha de meu quinze mil cruzados e casei com a filha de um fabricante de papel que me fez seu sócio. Tinha a fábrica pouca freguesia, mas como eu era ainda moço e activo, fui trabalhando e poupando. – Hoje possuo duas propriedades de casas em Paris e trespassei a fábrica a meu filho, a quem inspirei desde criança o amor do trabalho e a perseverança nele. – Agora, meu amigo, faça como eu fiz e enriquecerá como eu enriqueci.
>
> Dito isto, o velho foi-se embora, deixando António a cismar, por tal modo, que duas senhoras passaram por ele sem ouvirem a chiadeira esganiçada do mendigo – "Ora dê-me uma esmola pelo divino amor de Deus!"
>
> Passaram anos, e estando eu em Bruxelas, em 1815, entrei um dia na loja de um livreiro para comprar certos livros. Um sujeito alto e gordo passeava no armazém dando as suas ordens a cinco ou seis caixeiros. Olhámos um para o outro, como que entre-lembrando-nos de nos termos visto algures. O senhor, disse-me por fim o livreiro, não ia todos os domingos a Versalhes, haverá vinte e cinco anos? Pois que história é esta? – exclamei eu. – O senhor é aquele pobre chamado António?... Sem tirar nem pôr, tornou ele. – Eis-me aqui. O velho dos polvilhos tinha razão: deu-me com efeito cinco mil cruzados de renda. (A. V. Arnault, O trabalho ou cinco mil cruzados de renda, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 16, pp. 125-126).

Para efeitos de uma análise estrutural dos tipos de textos d'*O Panorama*, segmentaram-se estes em quatro categorias (ver o apêndice 5 para uma descrição das categorias): 1) textos predominantemente argumentativos; 2) textos predominantemente descritivos e pedagógicos; 3) textos predominantemente noticioso-informativos; e 4) textos predominantemente literários ou de tom cronístico. A tabela 3 permite apurar com mais nitidez o tipo de textos inseridos n'*O Panorama*.

Tabela 3 - Tipologia dos textos inseridos n'O Panorama

Tipo de Textos	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Longos (+ de 60 linhas)	190	216	194	198	247	207	206	188	1646 47,8%
Médios (entre 16 e 59 linhas)	86	334	231	161	119	97	95	102	1225 35,5%
Breves (15 ou menos linhas)	38	107	86	105	66	51	64	57	574 16,7%
Argumentativo	16	67	90	107	111	68	78	90	627 18,2%
Descritivo/ Pedagógico	158	221	206	161	151	150	134	112	1293 37,5%
Informativo/ Noticioso	113	333	196	173	122	106	103	101	1247 36,2%
Literário/ Cronístico	27	36	19	23	48	31	50	44	278 8,1%

Tendo em consideração os resultados expostos na tabela anterior, verifica-se que *O Panorama* apostou, principalmente, em textos longos (arbitrariamente fixados em textos com mais de 60 linhas), quase metade dos textos do periódico (47,8%), ou de média dimensão (entre 16 e 59 linhas), contabilizados em 35,5%, e menos em peças breves (somente 16,7%). Explicam os resultados quer a política editorial do periódico, que outorgava espaço para diferentes tipos de peças, quer a eventual pressão dos redactores para a publicação integral dos seus textos – e daí a preferência por textos médios e longos. De qualquer modo, a ideia transmitida pela tabela é a de que, embora disponibilizasse conhecimentos" algo "avulsos", *O Panorama* conseguia dar alguma profundidade aos assuntos que abordava. Não descurava, porém, a necessidade de atrair o leitor. Fazia-o apostando numa leitura amena – ou, mais precisamente, numa leitura intercalada

por amenidades, efeito obtido graças à inserção de textos curtos (anedotas, provérbios, máximas filosóficas, etc.) no jornal, sempre presentes ao longo das duas primeiras séries da vida da publicação.

Similar diversidade de textos nota-se no âmbito da tipologia. *O Panorama*, embora tivesse, principalmente, preocupações *pedagógicas* ligadas à "promoção dos conhecimentos úteis" (aliás, 37,5% das suas matérias têm unicamente esta intenção), não deixava de informar, no sentido de trazer novidades aos leitores (36,2% das matérias), ainda que essa informação tivesse de sobremaneira, também ela, uma *dimensão didática*. Dava, também, espaço à literatura – muita dela ficção histórica "de rigor científico", como ocorre nos contos de Herculano –, até porque, muito justamente, se encarava a si mesmo, conforme se observou atrás, como um jornal "literário", ainda que também "popular". As matérias literárias ou que, de algum modo, apontam já para a ideia de "crónica jornalística" atingem 8,1% do total de matérias inseridas n'*O Panorama*.

As matérias de cariz argumentativo – associadas, portanto, ao desejo de *mudança social* que a ideologia liberal preconizava – também surgem com significativa constância ao longo dos anos de publicação do periódico. Embora o resultado desta categoria seja inflacionado pelas pequenas citações de máximas filosóficas, menções a provérbios e similares, a percentagem de 18,2% das peças que é atingida revela efectivamente o alinhamento do periódico com os valores liberais de transformação social.

Tal diversidade de textos demonstra que *O Panorama* foi um jornal que procurou interessar a um público numeroso, ideia que pode ser confirmada pelo estilo dos textos. Efectivamente, sem ser rasteiro, o estilo cultivado pelos redactores era simples e, conforme se tem sustentado, *pedagógico* e *descritivo*. Eis um exemplo de um texto sobre o teatro moderno, que não deixa, porém, de ser rico em termos de contextualização histórica:

> O país onde primeiro apareceu a arte dramática moderna foi a Inglaterra, se arte dramática podemos chamar a espectáculos tirados de passos históricos da *Bíblia*, sem invenção ou enredo, e só copiados literalmente em discursos e acções. Estas primeiras tentativas teatrais, a que depois os franceses e italianos chamaram *Mistérios*, apareceram na Grã-Bretanha durante o

> 11º século. Os monges as compunham e representavam, e ainda no final do século 14º eles pediam a Ricardo II que embargasse os comediantes de exercerem uma profissão que julgavam ser um privilégio seu, porque ordinariamente o objecto dos dramas se tirava do velho e novo testamento.
>
> Pelas muitas relações que havia entre a Inglaterra e a França, parece que os mistérios ingleses não tardaram em introduzir-se neste último país. A *Morte de Santa Catarina* representada na abadia de Dunstaple, em mil cento e tanto, foi no século seguinte posta de novo em cena no mosteiro de Santo Albano, em França, e é talvez esta a memória mais antiga que temos da arte dramática francesa. Depois esta continuou e cresceu, chamando-se às farsas profanas *jogos* ou *representações* e aos dramas sacros *mistérios*.
>
> (…) Na Espanha, (…) o drama remonta aos primeiros tempos da Monarquia. (…) Em Portugal, é provável que começassem as representações cénicas pelo mesmo tempo em que principiaram em Espanha, mas nenhuns vestígios restam desse teatro primitivo. O que é certo é que já nos fins do século de 1400 havia em Portugal entremezes. (…) Porém, o mais antigo drama que conhecemos é um de Gil Vicente representado em 1502 na Corte (…) e Gil Vicente é (…) considerado como o fundador da *cena* portuguesa (…). (Anónimo, Origens do teatro moderno – Teatro português até aos fins do XVI século, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 2, pp. 12-13.)

O estilo pedagógico, quase de manual escolar, vocacionado para o esclarecimento, para uma fácil, leve e, por que não, deleitosa aquisição de conhecimentos, capaz de satisfazer a ambição cognitiva dos leitores, nota-se, por exemplo, também no seguinte texto *ilustrador* de Alexandre Herculano, no qual o autor combate a superstição:

> Mas (…) a lei civil que por este mesmo tempo fora feita [Ordenações Manuelinas, Livro 5º, Título 33] fazia distinção (…) de grande e pequena bruxaria, porque as feitiçarias em que se usava empregar pedra d'ara ou corporais, ou qualquer outras coisas sagradas, era punida com pena de morte,

> bem como os esconjuros e invocações de diabos, feitos em círculo ou em encruzilhada, e o dar a comer ou beber coisas enfeitiçadas para querer mal ou bem a alguém. Todos os outros bruxedos, porém, que naquela ordenação se acham especificados (…) tinham por pena a marca de ferro nas faces e o degredo perpétuo para a ilha de São Tomé. As demais superstições populares que não apreciam depender de trato com o demónio eram punidas com açoites, sendo o criminoso peão, e sendo vassalo ou escudeiro, ou mulher de qualquer destes, com degredo de dois anos para os lugares de África. Estas disposições passaram quase textualmente para o Título 3º do Livro 5º das [Ordenações] Filipinas, conhecidas geralmente pela denominação Ordenações do Reino. E cumpre aqui advertir que (…) quando se reformou este código, no princípio do século XVII, se conservaram penas tão severas contra indivíduos que não passavam de meros charlatães, que por tais meios viviam à custa da credulidade pública, ou que se enganavam a si próprios, imaginando terem império nos demónios e trato com as potências invisíveis, é porque ainda se cria que semelhantes sonhos eram realidades. E tão duradoura foi essa crença que ainda no princípio do século XVIII (…) se levantou uma grande discussão a semelhante respeito, o que é claro sinal que para muitos homens instruídos a magia não era uma coisa inteiramente vã. (…) Porém, o progresso das ciências foi pouco a pouco destruindo estas abusões nos ânimos das pessoas sensatas, e os feiticeiros, bruxas e adivinhos viram-se obrigados a refugiarem-se entre a plebe ignorante das cidades e entre a gente boa e simples dos campos. (Alexandre Herculano, Superstições populares, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, pp. 161-162.)

A leveza da linguagem a possibilidade de amenizar o quotidiano do público leitor era explorada significativamente pel'*O Panorama* nas muitas "anedotas" – sempre com fundo moral, e no primeiro caso também com preconceito sexista – que contava:

Os livros perniciosos

Fala-se muito em livros perniciosos, em livros perigosos e, contudo, apesar dos grossos volumes dos índices expurgatórios, não é fácil concordarem as opiniões sobre a casta de livros a que competem aqueles nomes. Todas as diferentes opiniões têm o seu índex particular de livros perniciosos ou suspeitos, que para os que seguem outra são muito santos e louváveis. A mesma pessoa nas diferentes épocas da sua vida, nos diferentes empregos, de que é encarregada, julga diferentemente dos livros perigosos.

– A este respeito lemos há pouco num jornal francês uma curiosa anedota que comunicaremos a nossos leitores.

M. de L. homem de um ânimo excessivamente timorato, tendo herdado uma considerável biblioteca, não quis conservar nela livro algum perigoso. Era isto no tempo do império e como M. de L. havia sido recentemente provido num emprego, tratou com muita pressa de queimar todas as obras que, directa ou indirectamente, elogiassem quaisquer repúblicas antigas ou modernas. Destruído o império, veio a restauração e como então M. de L. servia dois empregos, teve cuidado de inutilizar todos aqueles de entre os seus livros que falavam do império. Nesta época M. de L. casou-se e logo desde os primeiros dias do noivado fez desaparecer de sua biblioteca um grande número de volumes, que podiam ser perigosos para uma senhora moça e dotada de uma imaginação viva e ardente. Vieram os filhos, eis aí a biblioteca atacada com novas proscrições. Depois da revolução de Julho ficou M. de L. provido em três empregos, em consequência do que suprimiu ainda algumas obras que não diziam inteiramente com a pureza de suas intenções. Nunca se viu empregado público mais prudente nem mais cauteloso; nunca o receio de se comprometer foi levado a tão alto grau. Para ocupar as horas vagas, que lhe deixavam seus empregos, M. de L. entrou a cultivar as belas-letras: os progressos do seu espírito e de seu bom gosto o tornaram muito difícil sobre o mérito dos autores antigos e modernos e expurgou a sua colecção de um grande número de livros

que declarou indignos de figurar na biblioteca de um literato. Finalmente, com o crescer da idade, M. de L. fez-se devoto. Novo e último varejo à biblioteca. Todos os livros que poderiam ser suspeitos à mais exagerada piedade foram proscritos sem remissão. E a biblioteca de M. de L., que ao princípio constava de mais de 20000 volumes, achava-se agora reduzida a 400 em virtude de todas estas eliminações políticas, conjugais, paternais, críticas e religiosas.

Outra anedota não menos curiosa, mas de diferente gosto, aconteceu também há poucos anos em França, a propósito dos livros perigosos.

Andavam dois pretendidos missionários correndo (…) França e chegaram a uma pequena cidade, cujos habitantes, sempre foi gente de boas disposições, fácil de persuadir e propensa ao entusiasmo. Os dois servos do senhor foram recebidos com os braços abertos, a sotaina que os cobria era um título suficiente para lhes granjear toda a casta de honras, de respeitos e de bons tratamentos. Um destes pretendidos missionários, de quem a fama tinha vindo adiante apregoar uma grande reputação de eloquência, anunciou um sermão que pôs em agitação toda a cidade. Pregou contra os maus livros e acabou assim o seu sermão:

– É necessário, irmãos meus, dar cabo de todas essas obras inspiradas pelo demónio. Não se podem conservar sem pecado. Se hoje a tendes fechadas debaixo de chave na vossa biblioteca e não fazeis delas uso mau, quem sabe a que mãos irão parar depois de vós? Fazei pois uma obra agradável ao céu, oferecendo-lhe em holocausto esses produtos do inferno. Trazei-me esses vossos livros maus e em troco ganhareis indulgências. Concedei-me a satisfação de ver e de contar quantos volumes profanos foi dado às minhas palavras conquistar sobre satanás que os guardava.

É de advertir que com o sermão se publicava o catálogo dos livros reputados maus pela censura do religioso. No dia seguinte os missionários receberam de toda a parte enormes maços de livros que eram as obras de Voltaire, de

> Rousseau, de Diderot e de todos os filósofos; de Moliére, de Regnard e de uma imensidade de autores dramáticos; de Parny, de Dorat e de grande número de poetas. Os romances, esses, contavam-se aos centos nesta larga oferenda. Todos estes livros estavam bem conservados, a maior parte muito bem encadernados e dourados nas bordas das folhas. Quando todas as pessoas piedosas pagaram seu tributo ao sermão contra os maus livros, o pregador e seu companheiro se ausentaram da cidade, depois de terem expedido um grande número de caixotes pelas carruagens de posta. Soube-se depois que estes pretendidos missionários eram simplesmente dois traficantes que haviam vestido a roupita para em proveito das consciências darem um saque às bibliotecas de uma cidade amplamente provida de boas intenções e de maus livros. (J. H. da C. R., Os livros perniciosos, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 172, pp. 258-259).

Por vezes, os redactores d'*O Panorama* recorreram à retórica romântica, marcada, entre outras características, pelo cultivo das frases contrastadas, pela emotividade no discurso, pela adjectivação e adverbiação frequentes, o que até surpreende vagamente num periódico que desejaria apelar mais à serena aquisição de conhecimentos gerais e ao calmo exercício da razão do que à superficialidade intempestiva da emoção, mais própria do jornalismo doutrinário e político que então fazia escola. Eis, por exemplo, uma passagem reveladora, na qual se apela a um combate sem tréguas contra a ignorância:

> Que a instrução é um dos elementos da felicidade compatível com a vida humana, é axioma que ninguém contesta: os recursos e honras que o saber alcança, os erros que destrói, nocivos ao bem corpóreo e à paz de espírito; o entretenimento, que facilita, desterrando hábitos perigosos ou o ócio gerador de vícios; a consolação que só ele pode oferecer em horas atribuladas da existência: são outros tantos estímulos que instigam o homem a despojar-se do pesado e grosseiro manto da ignorância. (Alexandre Herculano, Do objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, pp. 270-272.)

Quando o assunto era a educação, de facto *O Panorama*, certo de ser uma voz da razão, não hesitava em recorrer às fórmulas da retórica romântica para persuadir o poder a agir em nome da nação. As interrogações e as exclamações retóricas, roubadas à oratória, as metáforas e outras figuras de estilo, a evocação do sobrenatural e outros recursos estilísticos estão bem presentes em alguns textos:

> E como cumpriremos este dever – que é um dever para cada geração o seguir seus destinos no progresso do género humano – se não for empregando todas as nossas forças intelectuais em estabelecer um sistema de educação pública tal que a geração que vem após nós seja concorde com a forma de existência social que a aguarda? Supõe a liberdade em seus filhos a educação liberal. E onde está esta? Quebrando os ídolos da superstição, tínheis aí um povo religioso, que, refreado pelo amor da virtude, não carecesse do temor do diabo para respeitar a moral universal? Dizendo ao povo, julgai-vos uns aos outros segundo vossa consciência, pensastes que ela a ninguém faltava? Dando inteira e plena liberdade de discutir na praça os negócios públicos, vistes lá populares capazes de avaliarem o que era conveniente e honesto? Fazendo gemer a imprensa com tantas folhas volantes, folhetos e livros políticos, examinastes se cá pela nossa terra havia quem soubesse ler? Não! Nada disto tínheis, nem pensastes, nem vistes, nem examinastes. Então, que fizestes? Enxertias extemporâneas em tronco podre de árvore meia-seca. E esperais que a vergonha dê flor e fruto? Não. Morrerá. (Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, p. 67.)

O recurso à retórica romântica para persuadir os portugueses a aceitarem uma ideologia desenvolvimentista em nome, infere-se, do bem-comum é frequente n'*O Panorama*. Um dos seus editores responsáveis, o economista António de Oliveira Marreca, por exemplo, não hesitava em recorrer por um lado às *interrogações retóricas* e por outro a uma *retórica da quantificação* para levar os seus concidadãos a aceitarem o princípio da mecanização do país para impulsionar a economia:

> Qual é aquela terceira mão ou sexto sentido que (…) se deseja para vencer dificuldades (…) no fabrico de certos produtos e prosseguimento de certos resultados? (…) Que poder misterioso e compadecido é esse (…)? Qual novo estalão é o que mede a riqueza das nações pela energia e multiplicidade das forças inanimadas que empregam, a estatura e grandeza dos povos pelo número e vigor das inteligências, não pelo dos braços? Perguntai-o às máquinas. (…) Quem poderá contradizer a sua utilidade desde as mais maneiras até às mais complicadas (…)? Um boquejo das conveniências que consigo trazem as do fabrico do algodão demonstrará melhor o que, no geral, temos escrito do proveito de todas.
>
> O número de trabalhadores actualmente empregado nas manufacturas de algodão inglesas é de 1,2 milhões. Estes (…) homens fazem hoje (…) um trabalho ara o qual, há 66 anos (…) seriam (…) necessários 144 milhões de trabalhadores. Se se deduzirem destes 144 milhões de trabalhadores os 1,2 milhões que lá existem, resultará que a Inglaterra economiza (…) os salários de 142,8 indivíduos. (António de Oliveira Marreca, Máquinas, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, p. 318-319.)

O estilo d'*O Panorama*, de qualquer modo, foi, sobretudo, o estilo dos seus redatores, certamente influenciados pelo tom rigoroso, ainda que pedagógico, e até ocasionalmente emotivo e persuasivo, que o primeiro redactor principal do periódico – Alexandre Herculano – imprimiu à publicação. A intenção de rigor e verdade, inclusivamente, levava a que se corrigissem informações anteriores, mesmo em termos linguísticos (o que denota o amor à correcta expressão em português e o culto da Língua Portuguesa):

> No n.º 38 do *Panorama*, art.º "A batalha de Alcácer-Quibir e a Invencível Armada", pág. 302, col. 2.ª, lin. 44, onde se lê "toma-la" leia-se "torná-la" e aí mesmo lin. 48, onde se lê "religioso", leia-se "litigioso". No n.º 39, pág. 306, col. 1.ª, lin. 49, onde se lê "colonizadores" leia-se "colonizadores" e aí mesmo, col. 2.ª, lin. 59, onde se lê "de outro" leia-se "do outro". Na pág. 307, col. 2.ª, lin. 2 e 3, onde se lê "obedecendo ao seu aceno nove mares e

> os seis maiores golfos do mundo" leia-se "de nove mares, e os seis maiores golfos do mundo obedientes ao seu aceno." (*O Panorama*, 2ª série, vol. I, 1842, p. 320.)

Onde encontravam os redactores d'*O Panorama* informações para os seus textos? Certamente na imprensa nacional e estrangeira e em livros, em arquivos ou na observação directa da realidade ou ainda na reflexão própria. Uma contagem simples permitiu aferir que *O Panorama* referenciou, no período analisado, pelo menos:

- 1166 personalidades, vivas ou mortas, das quais 115 anónimas, 444 estrangeiras (ou pelo menos nascidas fora do actual território português) e (somente) sete (!) mulheres;
- 466 livros, jornais e outras publicações, das quais pelo menos 116 estrangeiros, e cerca de 45 não especificadas;
- 11 cartas;
- 81 documentos oficiais (portugueses e estrangeiros).

A imprensa estrangeira era uma mina informativa. Não apenas o periódico reconhece ter tido a *Penny Magazine* como modelo inicial (Alexandre Herculano, Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 1), indício de que liam esta revista, como também em várias ocasiões são inseridos textos retirados da imprensa estrangeira (o que pode ser confirmado, por exemplo, dos seguintes textos: Richelot, Da liberdade de ensino, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 15, pp. 117-118; e Anónimo, O ensino público, artigo inserido no parisiense *Jornal dos Conhecimentos Úteis* de Janeiro de 1841, *O Panorama*, 2ª série, vol. I, n.º 10, pp. 78-79). Eis dois exemplos de referência a fontes jornalísticas:

> Eis o que se lê numa *Gazeta de Lisboa* de 6 de Fevereiro de 1742 (…) (Anónimo, Máquinas a vapor em Portugal, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 7.)

> (…) com que um jornal de Paris, o *Século*, nos vem acenando (Anónimo, Revolução nas artes do desenho, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 94, p. 54.)

As leis antigas e outros documentos, para os historiadores que depois vertiam os seus textos n'*O Panorama*, constituíam, igualmente, uma importante fonte. Eis como Alexandre Herculano descreve, com a consciência crítica do historiador, a utilidade dessas fontes, independentemente das considerações sobre a *liberdade* e a *consciência individual* que faz no mesmo texto e sobre a palestra que dá sobre quanto a religião pesava sobre a vida quotidiana dos portugueses em tempos idos:

> Transcrevemos o título das constituições ao arcebispado de Évora acerca de feitiçarias (…). E de passagem lembraremos aqui aos amigos das velhas coisas do velho Portugal que não há, porventura, mais rica mina para a história dos costumes de nossos avós, depois das compilações das leis civis, que estas leis eclesiásticas, que iam devassar os procederes das famílias, o proceder de todas as classes, de todos os indivíduos, não só das suas relações sociais, mas também das suas relações domésticas, nas relações com Deus, tomando muitas vezes para si os misteres e direitos que em boa razão só devem pertencer à consciência de cada qual. Pelas antigas constituições dos bispados, quase podemos seguir a existência dos nossos antepassados do berço até ao túmulo, porque a religião de um até ao outro cabo os acompanhava, e ela então era essencialmente positiva e prática. A lei eclesiástica vigiava a infância, a puberdade, a idade viril e a velhice e para cada época da vida tinha preceitos e para cada erro castigo. Perguntava ao celibatário se as suas noites eram solitárias, aos esposos se o seu leito era casto, ao sacerdote se o seu coração era puro, batia alta hora da noite à porta aferrolhada das casas da devassidão, do jogo, da ebriedade, e fazia temer o devasso, o jogador, o ébrio, porque não era uma lei morta, mas sim lei com sanção de penas materiais. Esta legislação (…) que tinha por base o Evangelho e por objecto os costumes devia (…) conhecer (…) estes (…). É assim que ela nos conservou a história das crenças (…) do povo, das suas paixões, dos seus trajos, das suas festas e jogos e até dos seus

> alimentos; é assim que talvez se possa dizer (…) que só com as leis civis e eclesiásticas se poderia escrever a história íntima, a história do viver das gerações que antes de nós passaram nesta terra portuguesa (…). Para isto, todavia, é necessário consultar as mais remotas com dobrada curiosidade, porque o progresso da civilização trouxe o hábito de generalizar as ideias, e este hábito, influindo na legislação, tornou a sua expressão mais geral e, por consequência, (…) muito menos histórica. (Alexandre Herculano, Superstições populares, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, pp. 161-162.)

O Próprio Herculano dá o exemplo de como o historiador – e publicista – poderá aproveitar os antigos documentos legais para *fazer* e *publicitar* a história, conforme era timbre d'*O Panorama* – e ao fazê-lo, a propósito de um tema também ele caro aos escritores românticos – o *sobrenatural* nos tempos passados de Portugal – cita ele próprio uma destas fontes:

> Para prova de quanto se podem aproveitar as leis como fontes da história (…) se depreende o uso antiquíssimo das representações nas igrejas e de outras indecências semelhantes que o povo julgava então ou lícitas ou piedosas. "Defendemos, diz a constituição 10 do título 15, a todas as pessoas eclesiásticas e seculares, de qualquer estado e condição que sejam, que não comam nas igrejas, nem bebam, com mesas, nem sem mesas, nem cantem nem bailem nelas, nem em seus adros. nem os leigos façam ajuntamentos dentro delas sobre coisas profanas; nem se façam nas ditas igrejas ou adros delas jogos alguns, posto que seja em vigílias de santos ou de alguma festa, nem representações, ainda que sejam da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo ou da Sua ressurreição ou nascença, de dia nem de noite, sem nossa especial licença (…)." Desta passagem pode concluir-se que o uso de fazer autos nas igrejas data pelo menos do século XVI (…). (Alexandre Herculano, Superstições populares, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, p. 163.)

Noutro caso, autor anónimo recorre a um documento encontrado num processo jurídico para demonstrar, n'*O Panorama*, a antiguidade da ideia de trazer água até Lisboa por meio de um aqueduto de "águas livres":

> A ideia de beneficiar Lisboa, abastecendo-a com as águas denominadas *livres*, ainda que só (…) D. João V a realizou, já tinha sido concebida muito tempo antes, como se prova pela obra de Francisco d'Olanda, que atribui semelhantes intenções a El-Rei D. Manuel, e ainda mais pelo curioso documento que passamos a transcrever, e que se encontrou no processo de uma demanda sobre águas entre os frades de São Francisco e os de Santo Elói, do Porto:
>
> Certifico eu, Nicolau de Frias, mestre de obras das igrejas deste arcebispado de Lisboa, e obras da cidade, que, em tempo do Sr. Rei D. Sebastião (…) me mandaram o presidente e vereadores desta cidade fazer experiência da quantidade de água que poderia ser a da fonte da água-livre que se determinava trazer a esta cidade, para o que fiz as experiências necessárias (…) na medição da quantidade da dita água, e foi aprovada por Sua Majestade e por seus arquitectos. (…) Lisboa, a 23 de Junho do ano de 1589. (Anónimo, Antiguidade do projecto da obra das águas-livres, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123.)

Interessa portanto vincar que a *prova da fonte*, relevante no jornalismo nacional desde que este surgiu (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2007; Sousa, coord. *et al*, 2011), era extremamente importante para *O Panorama*, tal como o era para os "novos historiadores" que, exortados pelo pioneirismo de Herculano, almejavam trazer cientificidade aos estudos históricos, assentando-os não na lenda nem no mito, mas sim na *prova documental*.

4.2 O enquadramento do jornalismo n'*O Panorama*

Aparecido como novidade – ainda que não o fosse inteiramente – num contexto jornalístico dominado pela imprensa partidária, *O Panorama* criticou, ocasionalmente, essa conjuntura em que o político era jornalista e o jornalista "de ofício" era político. Mas principalmente criticou o conhecimento livresco de certos políticos, que produziriam sentenças nos periódicos sem terem sequer conhecimento real do país:

> Notemos o dissertar de periodistas, o discursar de deputados, o providenciar de governos, quando aparece um mal público, quando se sente a necessidade de uma reforma: chovem as observações, os comentários, os alvitres (…). Políticos haverá que nunca saíram das cidades e, nas cidades, de aposentos dourados. Ali leram e estudaram teorias de escritores estranhos e naturais, depois fecharam os livros e redigiram periódicos (…). (Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, p. 67.)

Enquanto se publicou, *O Panorama* não agradou a todos os públicos, subentende-se que por causa da sua *acção política* (defesa dos monumentos, da generalização da educação, etc.). O próprio periódico ecoa essa situação, propiciadora de reflexão dos redactores, entre eles Alexandre Herculano:

> Tocar vamos num ponto (…) que a uns agradará, a outros causará despeito. Fado é este de quem desafogadamente diz a sua opinião, sem atender a humanos respeitos. Por escrito, e de palavra, temos recebido, de uma parte, louvores (…), de outra parte amargas repreensões. Se aparece um artigo em que brademos a favor da santidade do passado, não falha a acusação de *goticismo* e de *obscurantismo* com que hoje se costuma defrontar quem não é destruidor de tudo o que é antigo só porque o é; se condenamos tiranias, é quase certo chamarem-nos licenciosos; se pretendemos, com o nosso débil braço, amparar a religião e a moral, que desabam, somos fanáticos; se tratamos a história como história, não como lendas, *de flos sanctorum*; se

> maldizemos superstições e crimes, e ambições, e ignorâncias, e corrupções sacerdotais, somos ímpios; ímpios porque não repetimos os embustes do hipócrita e invejoso Bossuct[9], do perseguidor do divino Fénelon[10], nem os contos miseráveis do ultramontano Baronio[11]. Mas quando nos chega uma queixa sobre qualquer destes pontos, logo com ela chega um agradecimento, ou um elogio, pelo mesmo motivo. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 315.)

Herculano exemplifica, igualmente, a incapacidade de agradar a gregos e troianos com a linha editorial do periódico:

> No mesmo dia, recebemos duas cartas, uma das províncias, outra da capital. Naquela se nos pedia que aliviássemos *O Panorama* de objectos de artes e economia doméstica; nesta se queixava o nosso correspondente de que não fosse *O Panorama* inteiramente dedicado aos descobrimentos e aperfeiçoamentos das artes e da indústria. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 315.)

---

9) Bossuct (em inglês) ou Boussuet (nome real) foi um bispo, teólogo e historiador setecentista, encarava a história como se fosse uma história da salvação. Defensor do absolutismo providencialista do Antigo Regime, explicava que Deus governa todos os povos, dando-lhes todos os reis. Defensor da monarquia de direito divino, afirmava que o rei teria a sua legitimação no divino, a quem teria de prestar contas pela boa ou má governação no dia do juízo final, mas em contrapartida tinha o direito de governar exigindo lealdade aos seus vassalos.

10) O duque de Fénelon, prelado, teólogo e pedagogo católico seiscentista (faleceu em 1715), era contrário à ideia da monarquia de direito divino, opção que defendeu insinuantemente na sua obra *As Aventuras de Telémaco* (escrita para o delfim de França, de quem foi tutor), aparentemente uma novela (que aliás serviu de mote à futura ficção histórica) mas na realidade uma crítica severa ao direito divino dos monarcas. Influenciado pela doutrina herética do quietismo, que defendia a serenidade interior como via para a perfeição e a santidade, exigia autocontrolo aos monarcas, para não caírem nos males do poder absoluto, e a capacidade de protegerem os súbditos e zelarem pela sua prosperidade.

11) Baronio, um prelado, historiador e teólogo quinhentista (faleceu em 1607), defendeu apologeticamente a ortodoxia católica contra o protestantismo, chamando a atenção para a história da Igreja Católica, mas com o enfoque na defesa histórica da teologia católica. O cruzamento da história com a teologia veio a ser colocado em causa unicamente no século XIX, por historiadores como o próprio Alexandre Herculano, que advogavam uma perspectiva crítico-científica no labor historiográfico.

Os redactores d'*O Panorama* tiveram, assim, oportunidade para reflectirem sobre a sua própria actividade. O seu discurso metajornalístico passou, por exemplo, pelas considerações de ordem ética.

> Agora quanto ao ler, é felicíssima verdade que nunca em Portugal se leu tanto como em nossos dias. Mas é também verdade (…) que nunca também por cá se escreveram, se imprimiram, se leram tantas coisas sem verdade, sem juízo, sem cor, sem gosto, sem filosofia, sem intenção alguma moral ou literária, sem alma e sem consciência, como agora. Quem olhar para a grande imprensa portuguesa, pasmará dos milheiros de mãos que a trazem em movimento, e parecer-lhe-á que o fogo sagrado da instrução (…) está a arder com a maior veemência. Mas quem chega a observar mais de perto, chora (…) de ver como à popular avidez da leitura se dão às braçadas alimentos vãos e danosos. (…) Não queremos dizer que não haja entre os mil e um jornais (…) alguns muito apreciáveis, e tanto mais apreciáveis quanto mais raros. Mas queremos (…) ensinar aos escrevedores empreiteiros a alteza e responsabilidade da sua missão. E se isso não os toca, lembrem-se (…): o povo lê e quer ler, deve ler e precisa de ler, mas (…) chegando a conhecer que os que escrevem abusam da boa-fé e o enganam, que os que se arvoram em seus mestres nem aprendizes foram ainda, e não passam de charlatães, cujas maiores habilidades consistem em fazer (…) do nada dinheiro, passará da extrema confiança à extrema desconfiança, abjurará da letra redonda e só tarde a necessidade o reconduzirá a ela. (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, pp. 1-2.)

O excerto de texto anterior, da autoria de António Feliciano de Castilho, e já aqui citado, documenta aspectos centrais da crítica à imprensa, tão comuns no século XIX como na idade actual:

1. A imprensa é uma elevada realização do espírito humano que não pode ser reduzida ao mercantilismo puro, traduzido na ideia do nada fazer dinheiro;

2. A vulgarização da imprensa, vertida em mil e um jornais, é prejudicial, se estes forem ocos ou contribuírem para enganar o povo;
3. Os "escrevedores empreiteiros" devem guiar-se por princípios éticos na sua relação com os leitores: devem, antes de mais, ser conscientes, responsáveis e verdadeiros, nunca enganando nem abusando da boa-fé dos segundos; devem ser bem formados e experimentados, para que não sejam meros aprendizes a dar lições ao povo; devem possuir senso-comum, "juízo", mas na sua prosa devem prosseguir o fim da elevação espiritual do povo, emprestando ao discurso "alma", "cor", "gosto", "filosofia", "intenção moral ou literária" (palavras que se percebem melhor tendo em conta que a experiência que Castilho tinha da imprensa era, sobretudo, a de uma imprensa de intenção doutrinária, ou pedagógica, e não de uma imprensa de orientação predominantemente informativa).

Porquê essa manifestação de Feliciano de Castilho n'*O Panorama*? A resposta não surge no texto, mas infere-se da simples publicação do mesmo. Castilho acreditava na força da imprensa, consubstanciada pelos efeitos persuasivos e cognitivos que poderia provocar nos leitores. Daí que, em jeito de advertência, lance ao mesmo tempo um repto e um aviso aos outros redactores de jornais, escritores públicos como ele, jornalistas por ofício e ocupação, senão mesmo, dentro do quadro da época, por profissão.

António Feliciano de Castilho, no mesmo texto de introdução ao quinto volume d'*O Panorama*, ao mesmo tempo que segmenta a imprensa que então conhecia em duas categorias – a imprensa política e a imprensa instrutiva e recreativa – realça, mais uma vez, que o descrédito – leia-se, a falta de *verdade* – seria o principal inimigo do jornalismo:

> Já da imprensa política se abusou, e decaiu a imprensa política pelo descrédito. Sucedeu-lhe a imprensa recreativa e instrutiva. Se dela se continuar a abusar, desacreditar-se-á e cairá. E qual será, então, a imprensa que lhe sucederá? (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, p. 2.)

Apesar de Castilho ter errado no prognóstico, já que o jornalismo político e doutrinário ainda subsistiria no país durante muitos anos, o autor não deixou de colocar o dedo na ferida – os abusos retóricos, o vazio informativo e as inverdades da imprensa "de partido" viriam a condená-la a médio prazo. Não foi capaz, porém, de percepcionar a alternativa ao jornalismo político e ao jornalismo de divulgação científica e cultural: o jornalismo informativo, que só daria os primeiros passos rumo à industrialização com o aparecimento do *Diário de Notícias*, em 1864 (números de apresentação)/1865 (publicação regular). Mais do que isso, também não percepciona o papel político d'*O Panorama*, que antecipa o papel político da imprensa informativa. Esta, como *O Panorama*, também fará política, mas tendencialmente não em nome de um partido mas sim em nome do "bem comum" (Sousa, 2008a, pp. 44-45 e 102-103 e ss.).

Noutra passagem do texto atrás citado, Feliciano de Castilho enumera o que se esperava d'*O Panorama*:

> A imprensa política é hoje uma rainha; a imprensa literária, uma fada; a imprensa científica, uma Minerva. Mas a imprensa do género da nossa não é menos do que boa ama e aia de uma grande criança moral, que é o povo. Abaixa-se para o tomar nos braços; escolhe, do que sabe, o que ele pode entender; mistura-lhe a doutrina com os brinquedos; resguarda-lhe o que é perigoso; nos passos difíceis, dá-lhe a mão; estuda de dia e de noite as suas necessidades para as satisfazer, as suas boas inclinações para as ajudar, os seus vícios para os coibir. É sempre mãe, é toda e sempre do seu aluno com quem se identificou, e para si não quer melhor paga do que poder dizer um dia: "Eis aqui este povo já varão. Ei-lo aqui! Fomos nós (Deus e eu) quem principalmente o fizemos!" (…) Poderia estranhar-se a homens que a consciência de ter já trabalhado e continuar a trabalhar para a criação da luz os encha de contentamento? (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, p. 3.)

Castilho vê-se a si mesmo e aos outros redactores de jornais no papel de educadores do povo, de condutores das massas, sentimento talvez comum à elite da época. Mas não deixa de revelar uma atitude sobranceira e paternalista, talvez

até, pegando nas palavras do autor, maternalista, de superioridade intelectual e moral, em relação ao "povo" que ele queria educar, fazendo-o crescer, e proteger de eventuais ideias perigosas. Essa seria, inclusivamente, uma tarefa que, segundo ele, o "escritor de jornal" desempenharia de forma desinteressada, apenas lucrando com a satisfação de iluminar os ignaros. É mais uma vez a dicotomia entre as "massas" incultas e praticamente desprovidas de intelecto e os "intelectuais" a quem caberia o papel de as guiar e formar que se observa no texto. Por outras palavras, os intelectuais como Castilho diziam escrever para o povo, ou seja, para todos, mas não tinham dele uma imagem minimamente positiva. O povo seria uma espécie de criança posta à disposição da intelectualidade para ser protegido do mal e formado civicamente numa determinada orientação. Na verdade, tal como se intui, e ao invés do que apregoavam, *O Panorama* não se destinava ao povo inculto, mas sim às elites letradas que tinham suficiente poder aquisitivo para poder comprar um periódico semanal.

Sobre o seu próprio papel, é de dizer que, por vezes, os redactores tentam despertar no público alguma condescendência e até piedade. Reflectindo aquela que será, porventura, uma característica típica da cultura portuguesa, emerge, ocasionalmente, da prosa de alguns redactores *d'O* Panorama, como Herculano, um tom lastimoso e de comiseração pela própria sorte:

> À custa de sacrifícios pecuniários, e, o que é mais que tudo, de vigílias estéreis de glória (…) tem-se derramado entre o povo não a história do seu estudo, mas o seu resultado. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2.)

De qualquer modo, independentemente da maneira como o fazem, a intenção dos redactores é clara e repetitivamente lembrada: introduzir o conhecimento "tanto no tecto do abastado como no abrigo do pobre". (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2.) É nesse contexto que, face ao anterior deserto de propostas periodísticas do mesmo género d'*O Panorama*, se compreende o elogio feito à publicação pelo antigo ministro de Estado Filipe Ferreira de Araújo e Castro – uma publicação que, ademais, estimulou o aparecimento das suas congéneres *Revista Universal Lisbonense* (1841) e, mais

tarde, *Arquivo Pitoresco* (1857), contribuindo assertivamente para a causa da educação pública pela qual o autor se batia:

> Vejo com (…) satisfação que os jornais científicos, *O Panorama* e a *Revista Universal de Lisboa*, continuam a gozar de uma bem merecida aceitação. Enquanto houver quem escreva e quem leia, existe um sintoma de vida social e uma esperança de que alguém se aproveite. E as gerações futuras, sendo mais esclarecidas e virtuosas, hão-de ser por consequência mais felizes do que a presente.
>
> A empresa da Sociedade, que promove a *propagação dos conhecimentos úteis*, se for sempre bem dirigida, é obra de civilização. (…) Deve pois recomendar-se a sua leitura como um meio (…) de desafiar o apetite e a curiosidade do povo e das crianças e de auxiliar os filósofos e os pais de família na (…) tarefa de promover a educação pública e doméstica. (…) Enquanto (…) o poder legislativo não adopta um adequado plano de educação geral, cumpre promover (…) o melhoramento da educação doméstica e particular, oferecendo (…) meios (…) acomodados ao progresso e aperfeiçoamento (…). (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de Estado, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, pp. 2-3.)

O Panorama era perspectivado, portanto, mesmo perante o público, como um jornal de instrução, até mesmo científico, como o apelida Filipe de Castro, o que obscurecia o carácter político que, conforme se demonstrará, também tinha, ainda que exercido, mesmo que apenas de forma subentendida, em nome do bem-comum da nação. É possível, aliás, que esse *papel político* nem sequer fosse consciente entre os redactores do periódico.

4.3 *O Panorama* e o poder

Entre 1837 e 1844, *O Panorama* viu formarem-se e desaparecerem oito governos e várias conspirações e revoltas. Mas a agitada vida política e militar do país está algo estranhamente – ou talvez não, caso se considere o valor do apolitismo partidário apregoado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis – ausente das páginas do jornal. Aliás, interessantemente, os seus redactores, quando fazem crítica política, dirigem-na *transversalmente* a toda a classe política e até o fizeram, como no excerto de texto seguinte, já conscientes dos direitos dos contribuintes:

> Quem pode pôr remédio a tamanho mal [da falta de instrução]? O governo, que tem obrigação de estabelecer, em todos os concelhos, escolas, onde se ensine mais alguma coisa ao povo do que a ler e a escrever mal (…). Paga o povo miúdo quase todos os impostos, ou directa ou indirectamente, seria por isso justo que em proveito dele se despendesse alguma coisa. A instrução é hoje uma das primeiras necessidades. Despenda-se, portanto, uma porção do rendimento público com a instrução popular. Persuadam-se os regedores dos povos que uma nação que não está *a par do seu tempo* é forçosamente uma nação miserável. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 316.)

Sem destinatário pessoal, criticando, transversalmente, toda a classe política, o discurso d'*O Panorama* raramente beliscou o poder, porque não afectava em concreto quem era poder num momento determinado. Esse facto ajuda a explicar por que razão os governos apoiaram ou, pelo menos, consentiram o periódico, que, além do mais, se destinava, predominantemente, a propagar conhecimento e a democratizar o acesso à cultura e não a estabelecer doutrina, arregimentar partidários e fazer política partidária.

São vários os exemplos em que, n'*O Panorama*, se criticam (todos) os políticos e a política, nomeadamente a propósito do estado calamitoso da educação em Portugal. Alexandre Herculano, sustentado pela autoridade moral que possuía, foi um dos que o fez:

> É tão árida e espinhosa a política, e acaso tão falsa a maior parte das vezes, que nos custa, em verdade, o falar dela. (…) Não passaremos (…) avante sem apontarmos o que nos parece ser a causa de grande parte dos males públicos – um erro comum dos nossos políticos. (…) Onde vai, pois, o erro? Em andar a política do envez: em se estudar a ciência de administrar e reger os povos sinteticamente e aplicar-se analiticamente. (…) E era isto o que se devia ter feito? Ousaremos dizer que não. Deviam ter-se analisados todos os factos sociais do país e desta análise chegar a uma síntese – a um corpo geral de doutrina política e aplicar esta (…).
>
> Mas para que veio isto aqui? Para que nos empregámos – nós profanos – no brejo aridíssimo da misteriosa política? Porque nos parece que se o método apontado se houvera seguido, ter-se-ia achado que em lugar de se querer aniquilar o passado (…), mais avisadamente andaríamos se atendêssemos ao futuro (Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, p. 67.)

O Panorama tinha, pois, *acção política*, exercida em nome daquilo que os seus redactores, considerariam o bem-comum da nação, sobretudo quando o tema – ou a causa – se relacionava com a educação (defesa do ensino obrigatório), o desenvolvimento (defesa da industrialização e dos transportes, sobretudo pela adopção do caminho-de-ferro) e a cultura (conservação dos monumentos nacionais, por exemplo). Essa forma de intervenção no espaço público permitia aos redactores refugiarem-se por trás de uma espécie de lógica simbólica da intocabilidade política, precisamente por se posicionarem como *vox populi*, isto é, por dizerem o que tinham a dizer como uma espécie de *voz colectiva* e *pública* dos portugueses. Veja-se, por exemplo, como a extinção das ordens religiosas agrárias e beneficentes, provocada pelo radicalismo vintista de Joaquim António de Aguiar, apelidado de "Mata-Frades" (a sua lei de 30 de Maio de 1834 extinguia conventos, mosteiros e outras propriedades das ordens religiosas, cujos bens foram alienados em favor do estado e revendidos a particulares ricos alinhados com a nova ordem liberal), foi criticada civicamente pel'*O Panorama*, que, pela mão de Herculano, não hesitou em condenar – transversalmente – (todos) os

políticos que, isolados nos seus gabinetes, decidiam contra o sentimento do povo (na verdade, arredado, pelo voto censitário, da esfera das decisões políticas), usando, para a extinção das ordens religiosas, os mesmos argumentos a que se poderia recorrer contra os novos latifundiários, tornados ricos pelo liberalismo:

> Foi nesta província [do Minho] que a monarquia portuguesa teve o berço. E aí foi que a piedade ou, se quiserem, a superstição dos nossos avós levantou maior número de mosteiros. Já no tempo dos godos os beneditinos estavam espalhados no Minho e nele se conservaram durante o domínio dos árabes. A esta ordem respeitada e que sempre será lembrada com gratidão pelos verdadeiros amigos da humanidade deveram em grande parte a cultura e a civilização os habitantes daquele território. Ainda hoje não ousaremos afirmar que a sua conservação fosse inteiramente desvantajosa. Deixaremos decidir esta questão gravíssima por aqueles que, sem nunca saírem do bulício das cidades julgam os monges dos campos pelos padres viciosos das povoações. Nós, que assistimos à supressão de uma parte dos velhos mosteiros do Minho e que vimos as lágrimas do povo que neles encontrava os socorros na doença e o pão na decrepitude não sabemos se aquelas lágrimas mentiam, se mentem as teorias dos políticos que escrevem no silêncio do seu gabinete. O que é certo é que todos os argumentos económicos que se hajam de fazer contra a existência das ordens monásticas, e que com mais propriedade poderíamos chamar sociedades agricultoras, vão ferir, talvez com mais força, os senhores das terras, os proprietários opulentos. Do que estamos seguros é de que estas nossas reflexões merecerão apenas um sorriso desses homens de espírito subido, para quem tem mais força um epigrama francês ou inglês acerca da superstição do que uma boa razão portuguesa, que sirva de defender-nos dos escárnios mesquinhos de estrangeiros ignorantes das nossas coisas. (Alexandre Herculano, O Minho romântico, O Panorama, 1837, vol. I, n.º 27, p. 212.)

Um outro ponto do texto anterior merece atenção. É uma das raras passagens d'*O Panorama* em que em vez de se apelar ao exemplo europeu, se lembra

que nem sempre as ideias e exemplos que vêm de fora são aqueles que melhor servem aos portugueses.

A protecção dos monumentos nacionais foi, efectivamente, uma causa, aberta pela transição do neoclassicismo para o romantismo (conforme se nota, aliás, no excerto de texto seguinte), cara a vários dos redactores d'*O Panorama*. Exortados, logo no primeiro número, pelo repto indignado e inconformado de Alexandre Herculano, em nome, subentende-se, do "interesse nacional" – e para que a restante Europa (sempre motivo de comparação) não acusasse os portugueses de barbarismo, tantas as afrontas ao património do país – os redactores do periódico procuraram exercer, civicamente, uma acção política pela protecção dos monumentos nacionais, em nome da defesa dos alegados interesses colectivos da nação:

> No nosso país, os monumentos de estilo gótico têm sido assaz desprezados e até a barbaridade e a ignorância lhes têm feito uma guerra cruel. Nas províncias setentrionais do Reino, onde a monarquia teve berço, e se levantaram os mais antigos monumentos nacionais, já poucos vestígios existem destes, e construções mesquinhas os têm substituído. Os velhos mosteiros do Minho e da Beira estão há muito convertidos em casarias semelhantes a alojamentos de soldados e os templos veneráveis da Idade Média se derrubaram para el lugar deles se levantarem salas ou armazéns (…) onde nem uma pedra fala do passado, onde nada respira uma ideia religiosa. As arcarias góticas, o clarão solene de uma luz reflectida no mármore do pavimento (…), os portais profundos formados por séries de arcos pontiagudos (…), as torres erguidas dos campanários cujos cimos piramidais pareciam apontar para o céu, as colunas delgadas subindo a prodigiosa altura (…), tudo isto desapareceu. Apenas uma ou outra catedral, um ou outro mosteiro, conserva as formas da sua arquitectura primitiva. Mas estas belas formas estão cobertas de estuques, de dourados, de madeiras entalhadas com ridículo mau-gosto. O capitel gótico, tão simbólico, (…) foi (…) coberto pelo capitel coríntio, adorno próprio de outro sistema de arquitectura e adaptado a outra ordem de ideias religiosas. À hora em que isto escrevemos soam, talvez, as pancadas dos martelos na antiga colegiada

> de Guimarães, onde se vão gastando largas somas para destruir em parte, em parte tornar monstruosa, uma das mais formosas obras da arquitectura nacional.
>
> Para salvar o que ainda resta, cumpria que o governo e as municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos e pudessem proibir estas bárbaras demolições. Na Inglaterra e na França seriamente se cuida em conservar e reparar esses edifícios, que são como a história da inteligência e da grandeza do país e que talvez em breve serão modelo para os artífices, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só o grego e romano é belo; quando se persuadirem que os hábitos, as opiniões e as crenças de uma nação devem estar em harmonia com os seus monumentos. (Alexandre Herculano, A arquitectura gótica, O Panorama, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2.)

O mais sentido e intenso brado de Herculano – que usa *O Panorama* como o seu púlpito político – a favor da conservação dos monumentos nacionais talvez seja o texto que, reproduzindo a estilística romântica, este pensador escreve nos números 69 e 70 do segundo volume d'*O Panorama*. Nesse texto, Herculano justifica a sua *intervenção política e cívica*, através do palco insuspeito d'O Panorama, *em nome das gerações futuras*. O seu objectivo, ainda que não expresso, é o de influenciar a governação e despertar o sentimento preservacionista entre os cidadãos. Alinhando o diapasão pelo tom de textos anteriores, para além de criticar, *transversalmente*, os decisores políticos carreiristas pela sua falta de visão, relembra Alexandre Herculano o valor histórico e patrimonial, cultural, dos antigos monumentos e também sugere, inovadoramente, que o património edificado antigo pode ter valor económico e turístico:

> Creem muitos que uma das mais belas missões que a providência possa encarregar a qualquer indivíduo seja o defender a razão, a ciência e a arte diante da opinião pública. Vêem os tais lucro, glória, respeito e bênçãos para o escritor que levante a voz a favor de todas essas coisas, se essa voz é sonora, se vai revolver os corações, melhorar os actos e reformar as opiniões dos seus contemporâneos. (…) Mas que pode esperar aquele que

(…) em nome do futuro disser às multidões: "parai lá!". (…) Esmagado (…), sua voz ficará sumida no pó (…). O que havemos dito é uma verdade cruel, mas é uma verdade. Há, neste tempo, dois caminhos (…), um largo e suave, glorioso e rico, mas abominável (…); outro gerador de opróbrios mas abençoado por Deus e pelos vindouros. (…) É contra o espírito destruidor desta geração (…) que erguemos a voz (…) em favor dos monumentos da história, da arte e da glória nacional, que todos os dias vemos desabar em ruínas. Aceitamos desde já o sorriso dos economistas, dos reformadores e dos caiadores do passado; retribuímos-lhes com outro, e encarregamos aos nossos netos o decidir qual destes sorrisos deixou estampada a infâmia nos lábios por onde passaram.

(…) O picão e o camartelo só há bem pouco tempo podem dizer "triunfámos!". Até então escaliçavam paredes, roçavam esculturas, mas agora derrubam torres e coruchéus, partem colunas, abatem muros, quebram lousas de sepulcros e apagam todas as provas da história. Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata (…). Aqui é o vereador municipal, ali o administrador de concelho, ora é ministro, logo deputado; hoje, escritor, amanhã, funcionário público. Corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de débito e de crédito no escritório do mercador; dá silabadas em latim de missais; prega, por cafés, sermões de economia política e de direito público; capitania soldados; vende bens nacionais, ensina ciências; enfim, é tudo e mora por toda a parte. Atento a que não soe em nenhum lugar uma única voz do passado, esbraveja, argumenta, esfalfa-se, e é necessário um ruído de monumentos desabando para que ele adormeça por um pouco e repouse.

Apesar da ferocidade do vandalismo, não se creia que ele é descuidado no vestido, medonho de catadura, decomposto nos ademanes. Não, senhores! O vandalismo é aprimorado no trajo, lhano no gesto, cortês do trato. Encontrá-lo-eis nas salas requebrando as damas, dançando, tomando chá. Vereis que entende francês e inglês. Leu Voltaire e Pigault-Lebrun e sabe quase ler e

escrever português. O vandalismo é cortesão, cívil e afável. Que não veja um monumento, e será o mais pacífico deste mundo.

Mas desgraçadamente o velho Portugal estava cheio de recordações do passado. (…) Com isto tudo topou o vandalismo (…). Ergue-se e falou em feudos, em dízimos, em corrupções fradescas, em maninhadegos, em servos da gleba, em direitos de osas, em superstições, e semeando estes vocábulos por meio de sentenças filosóficas, de lugares comuns do catecismo de Ramos Salas, chamou os homens do alvião e picareta, começou a derrubar, vitoriado pelo povo. Só ele, imóvel no meio de mil mudanças, no meio de opiniões contrárias (…), de comoções, tem apontado constante ao seu alvo: a demolição do passado. Ele pertence a todos os bandos políticos, aceita todos os princípios, curva-se a todos os jugos com tanto que o deixem fazer-nos esquecer a glória nacional e de que somos um povo de ilustre ascendência (…). Vós, homens das destruições (…) importais bem pouco. Porque, semelhantes a vermes, roéis, mas não edificais; porque neste mundo não deixareis rasto vosso, tendo sabido apagar tantos vestígios alheios; porque, nada valendo, menosprezais os que valeram muito (…).

(…) Se com a nossa incúria e raiva assoladora desmentimos o passado, para desmentir tudo, até falseamos a índole do presente. É a economia a ciência do nosso tempo: todos falam em capitais, em indústria, em riquezas sociais, em valores. Mas que serão os velhos edifícios (…)? São (…) uma riqueza social! (…) Um monumento, recomendável como objecto de arte, é um capital reprodutivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal (…). Certo que não é para correrem nas nossas cómodas diligências por nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores por nossos espaçosos canais! Certo que não é para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes, mas para admirarem (…) tantas obras-primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem despender muito ouro? Ignorais que esse ouro se derrama por mãos de portugueses? E falais de economia política

> (…) e aniquilais o capital dos monumentos? (Alexandre Herculano, Os monumentos, O Panorama, 1838, vol. II, n.º 69, pp. 266-268, n.º 70, pp. 275-277)

Herculano propõe, pois, uma espécie de condenação simbólica dos demolimaníacos, uma "vingança pública", segundo as suas próprias palavras, sintomaticamente exercida através dos jornais, que serviriam ao mesmo tempo para propagar esta condenação e de fonte documental para que as gerações futuras, em cujo julgamento crítico Alexandre Herculano cria, soubessem os nomes de quem atentou contra o património monumental do país:

> Quiséramos que todos os homens que têm um coração português fizessem uma associação cujos membros estivessem espalhados por todo o reino. Que os residentes em Lisboa formassem uma espécie de junta, à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota, indicando as circunstâncias do edifício destruído e o nome do arrasador, quer este fosse autoridade pública, quer fosse algum particular. Quiséramos depois que essa breve nota, sem reflexões, sem afrontas, se legasse à posteridade, em todos os jornais, para que esta fizesse a devida justiça. Nenhuma lei proíbe que se narre singelamente um facto que o século julga indiferente; ninguém, portanto, se poderia queixar de semelhante publicação. E quanto aos vindouros, que importam as suas maldições ao que não cura nem da arte, nem do passado, nem do futuro, nem da glória nacional, nem da memória dos seus avós, nem dos sepulcros, nem das tradições, nem sequer, enfim, dos interesses materiais que resultam e hão-de resultar da conservação dos monumentos? Nada, e por certo eles ririam dessa vingança pública; mas talvez seus filhos e netos não rissem, vendo-se obrigados a renegar do nome paterno ou a aceitarem dos seus contemporâneos o ferrete infamante que eles sobre tais nomes hão-de forçosamente imprimir. (Alexandre Herculano, Os monumentos, O Panorama, 1838, vol. II, n.º 70, p.277.)

Num momento em que o palco político se transferia decisivamente para o espaço simbólico dos jornais, eis, a seguir, outro texto em que, por vezes com o apoio de elucidativas metáforas ("os monumentos (…) são os documentos da história de uma nação") e outras justificativas ("século ávido de ciência"), se manifesta a acção política d'*O Panorama*. O pretexto foi a constituição de uma organização filantrópica a favor da conservação do património histórico edificado nacional:

> Os monumentos (…) são os documentos da história de uma nação, ou para melhor dizer, são essa mesma história, (…) estão continuamente dando lições do passado e indicando o presente. (…) Parece impossível que à vista destas considerações haja quem se atreva, no presente século, tão ávido de ciência, a demolir ou desfigurar (…) um monumento (…). Organiza-se actualmente uma sociedade, composta por pessoas de várias hierarquias sociais, que toma a seu cargo salvar as relíquias dos monumentos portugueses. Alcançou do governo o templo do extinto convento do Carmo (…) e o destina para (…) museu de todas as antiguidades artísticas que puder alcançar (…). Este pensamento é nobre, nacional e proveitoso. É também generoso, porque as subscrições pecuniárias dos sócios custearão os gastos (…). Redigem-se os estatutos desta associação benemérita, que se intitulará *Conservadora dos Monumentos Nacionais* (…). Os grandes edifícios nacionais estão salvos (…). Oxalá que os governantes tenham meios e vontade para preservar (…) esses (…) adornos do território português. Todos os governos civilizados mostram igual empenho (…). Exemplos são estes muito dignos (…) como convém à (…) nação. (Anónimo, Conservação dos monumentos nacionais, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 165, p. 205.)

Interessante também no excerto de texto anterior é notar a exortação ao governo português no sentido de seguir o exemplo estrangeiro. É uma opção comum d'*O Panorama* comparar o "cá dentro" com o "lá fora" para sugerir que se fizesse em Portugal o mesmo que se fazia nos países mais desenvolvidos.

A tabela 4 indicia, precisamente, em termos de análise de conteúdo, o peso das peças em que se regista algum tipo de intervenção política através

d'*O Panorama*. Consideraram-se peças em que se regista intervenção política aquelas em que o redactor procura influenciar a marcha da governação, mesmo que não seja essa a finalidade central do seu texto, como nos seguintes exemplos:

> Vale mais fundar boas escolas e quintas para experiências de agricultura, do que edificar sumptuosas prisões; atalhar o infortúnio e a miséria, do que construir e manter luzidios hospitais.
>
> O público, para não ser fascinado pelos charlatães, para não ser vítima de privados interesses, carece de saber em que consistem os seus próprios.
>
> Uma vez ilustrada a opinião pública, o governo é obrigado a respeitá-la. (*O Panorama*, 1837, n.º 9, p. 70).
>
> Ainda não houve em Portugal uma só providência governativa a bem da verdadeira instrução. A verdade desta proposição se encontra em todas as reformas de instrução pública, feitas no nosso país desde o tempo do marquês de Pombal. Não remontamos mais longe, porque escusado fora esperá-lo antes da época desse homem, tão grande quanto tirânico e imoral. Ainda hoje, se exceptuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? – Nada, absolutamente nada. (*O Panorama*, 1838, n.º 75, p. 315).
>
> A coisa, realmente, mais importante que há a considerar na nossa actual reorganização social é a educação pública. A razão, tirada de nossa íntima consciência, demo-la nós no artigo que o ano passado escrevemos sobre os asilos de primeira infância – e é, que esta geração que já vai perdida, que aos legisladores e ao governo incumbe salvar a que vem após nós, e que essa só poderá ser melhorada e salva por via da educação pública. (*O Panorama*, 1839, n.º 96, p. 66).

Conviria muito que o governo olhasse mais para o estado moral destes povos e que os eclesiásticos e pastores dessem exemplos de morigeração, para serem imitados. (*O Panorama*, 1840, n.º 151, p. 96).

Os que desejam que a classe média jaza em supina ignorância não vêem que, se o seu sistema é justo, devem olhar como úteis à propriedade pública quaisquer meios com que se possa aumentar o número das pessoas miseráveis, estúpidas e grosseiras, e que devem também francamente confessar que acham convenientes a existência de gentalha nos estados? (*O Panorama*, 1841, n.º 235, p. 351).

Esforços, até pecuniários, da parte do governo do reino, devem ser aplicados a coadjuvar os desvelos dos principais funcionamentos públicos e dos principais proprietários, (…) não duvidam concorrer com diligências, conselhos e exemplos para melhorar essas províncias lançadas no Atlântico e que com a sua prosperidade serão elementos de riqueza para a Monarquia. Abram os olhos os governantes e governados, e não se diga mais o que algumas vezes com mágoa temos escutado: que tão excelentes possessões, se caíssem em mãos britânicas ou francesas, seriam um jardim e uma mina: aprazíveis mais que a natureza as fez, ricas muitíssimo mais que os amantes dos melhoramentos conjecturam. (*O Panorama*, 1842, n.º 2, p. 13)

(…) Propagadores das nobres ideias, que tem vogado ultimamente a favor das antiguidades pátrias, não podemos resistir ao desejo de imprimir a presente informação, que é bom testemunho a favor de nossas opiniões, e bom exemplo para imitar-se, vendo-se como então se acudia a reprimir a destruição das memórias arqueológicas. (*O Panorama*, 1843, n.º 91, p. 304).

Quando a picareta e o martelo, acompanhados do cordel municipal se conspiravam contra os monumentos das artes que aformoseavam a nossa pátria – *O Panorama* ergueu um brado em favor das vítimas do moderno vandalismo – hoje não pode nem deve ficar silencioso quando lhe consta que

os últimos restos dos muitos primores de arte, que enriqueciam Portugal, estão em perigo de por vil preço irem aumentar os museus estrangeiros. (*O Panorama*, 1844, n.º 109, pp. 27/28).

Tabela 4 - Intervenção política expressa nos textos d'*O Panorama*

	1837	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Com intervenção política	7 (2,3%)	7 (1,1%)	5 (1%)	10 (2,1%)	10 (2,3%)	6 (1,7%)	6 (1,6%)	4 (1,1%)	55 (1,6%)
Sem intervenção política	307	650	506	454	422	349	359	343	3390
Total	314	657	511	464	432	355	365	347	3445

Em suma, a tabela anterior permite concluir que apesar de ter tido acção política, *O Panorama* foi, essencialmente, um periódico pouco dado ao *fazer política* ao longo das suas duas primeiras séries, cumprindo, desta forma, o preceituado nos estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. A intervenção política dos redactores d'*O Panorama*, apesar de importante e relevante, foi, na verdade, meramente residual, e nisto, possivelmente, residiu um dos segredos do sucesso do sucesso do periódico: podia atrair gente de todos os quadrantes políticos e, quando fez política – nas raras vezes em que o fez – fê-lo em nome do bem-comum, apresentando ideias nas quais toda ou quase toda a nação se poderia rever.

4.4 O proselitismo católico e os valores liberais n'*O Panorama*

Quais os valores que *O Panorama* ecoava? Em síntese, os valores liberais misturados com os tradicionais valores católicos que desde o início da nacionalidade fazem parte da matriz identitária dos portugueses. Um texto, entre muitos outros, é particularmente elucidativo dessa tese. Defende a instrução e a liberdade, valores caros aos liberais, mas também o trabalho e a protecção dos desfavorecidos, talvez até alguma redistribuição da riqueza, valores muito centrais do catolicismo e daqueles que opunham o espírito *reformista* ao *revolucionário*:

> Nenhum filósofo pode duvidar dos eminentes serviços prestados ao mundo pela religião de Jesus Cristo. Como instituição religiosa, tem constantemente promovido o bem da humanidade; como essencialmente progressista e liberal, concorreu com as suas máximas sublimes para a emancipação da sociedade. (…) Em que consiste, pois, esta moral (…)? Em fazer o homem venturoso preparando-lhe benigno futuro e colocando-o como inteligência no meio das ruínas de todos os erros (…). Se a moral religiosa (…) for coadjuvada pelas instituições civis, grandes bens colherá a sociedade (…). Com efeito, que deverá esperar-se da miséria sem esperança de alívio, da sujeição eu não conhece termo, quando o pensamento livre é atormentado pelo desejo das reformas indiscretas? A que não se arrojará um povo indignado quando sentir o peso da abjecção? Serão as leis assaz poderosas para lhe abafar as queixas?
>
> (…)
>
> Mas que meios cumpre adoptar para fazer cessar o quase estado de guerra, para dar ao homem o pão que lhe é devido e para restabelecer a moral e com ela a felicidade pública?
>
> A *instrução* deve ser o ponto de partida e a base em que há-de assentar todo o edifício social (…). Todos os meios (…) devem ser empregues para

> acordar o homem da sua culposa indiferença. O tempo urge (…). Enquanto o povo não for obrigado a recorrer a esta fonte de prosperidade, a atonia que o enfraquece há-de sempre aumentar. (…) Sem instrução não há (…) verdadeira civilização.
>
> (…)
>
> À *instrução* segue-se o *trabalho* (…) porque todos os homens (…) lhe conhecem a necessidade. Mas que resultado tem ele dado pelo modo que está organizado? De um lado vemos alguns indivíduos que possuem fortunas de milhões; do outro observamos uma multidão de (…) vítimas da miséria (…). Vivem todos os homens do seu trabalho? Podem eles satisfazer as suas necessidades e da família (…)? Não, sem dúvida. A maior parte dos homens, condenada a ganhar de dia o que há-de comer à noite, vive mesquinhamente e sem esperança ao lado dos (…) abastados (…). Ah! Temei que o gigante abatido levante um dia a cabeça e que, desenrolando a terrível bandeira da necessidade, reclame com o ferro (…) a parte que lhe compete nesta desigual distribuição das condições humanas. Para evitar estes excessos criminosos, bom será tomar a (…) iniciativa (…). Verdade é que lhe reservais o pão da caridade, o hospital e a tumba da misericórdia: mas são isto providências com que se deva contar? Não. A sociedade que nada mais pode dar ao homem é viciosa, para não dizer culpada. (…) Os nossos desejos limitam-se a fortificar os princípios religiosos e restabelecer a moral por meio do bem do maior número (…). (Anónimo, Economia política – Regeneração e incremento do bem público por meio das associações, *O Panorama*, 2ª série, vol. II, n.º 96, pp. 341-344.)

O Portugal em que *O Panorama* viu a luz do dia estava, de qualquer modo, em transformação. Novas ideias circulavam na Europa e punham em cheque as certezas dos séculos anteriores. A religião, em especial, foi colocada em causa. Todavia, neste particular, *O Panorama*, não deu espaço a essas novas ideias filosóficas. Pelo contrário, nas suas páginas surgem vários textos de combate ao agnosticismo, ao ateísmo, ao materialismo e, de uma forma geral, às doutrinas que

colocavam em causa o catolicismo. Num dos textos, por exemplo, combatem-se, até pelo recurso à ironia, as ideias de Rosseau:

> Este desejo e ambição especial, esta paixão dominante de fazer impressão e obter celebridade, explicita todo o proceder de Rousseau, (…) o contraditório de suas máximas, ora belas e admiráveis, ora sofísticas e perniciosas (…). O discurso (…) sobre as causas da desigualdade entre os homens e sobre a origem das sociedades (…) teve o mesmo mote (…). Aí o autor se figurou o entusiasta apaixonado da vida solívaga e selvagem. Nas suas cartas, demasiado conhecidas, mais próprias para referver o sangue e perverter a imaginação do que para servirem de modelo no género mesmo a que são destinadas, ostentou uma exageração de sentimento, um desregramento de paixão que, por fortuna, está fora do alcance ordinário do género humano. No seu *Emílio* diz que se propôs tecer o curso de educação de um mancebo cristão, e aí mesmo recheou a última parte da obra de objecções contra o cristianismo. O seu *Contrato Social* desempenha tão pouco este nome, que torna desculpável a inversão satírica e malevolente de Voltaire que lhe chamou "Contrato Antissocial". Em todos os seus escritos respira uma afectada misantropia, um desgosto e aversão à sociedade e comunicação dos homens, não menos que amargos queixumes de sua indigência; ao mesmo tempo que ninguém foi mais melindroso e irritável, quando lhe faltavam com os aplausos e admirações, ou lhe dirigiam censuras que suas imprudências mesmo lhe acarretavam. (…) Rousseau morreu como viveu, fora da natureza, estranho à sua divisa escolhida: deixou uma obrinha intitulada *Mes Confessions* que manifesta cinismo descarado. Madame de Bourdic disse dela (…) que Rousseau deixaria de si melhor reputação de virtude *se morresse sem confissão.* (Anónimo, O segredo da originalidade de Rosseau, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 49, p. 392.)

Num dos textos da autoria de Alexandre Herculano, este tenta demonstrar a superioridade da crença religiosa sobre o ateísmo e sobre o agnosticismo, bem como a superioridade "incontestável" do espiritualismo idealista sobre o materialismo "grosseiro" e "animalesco" dos enciclopedistas e outros. *O*

Panorama, pela intervenção de Herculano, apelava, assim, ao reforço de convicções religiosas das elites letradas (sinal seguro de que estas colocavam os dogmas religiosos em causa), realçando, inclusivamente, a superioridade da *caridade* cristã sobre a *filantropia* materialista. O excerto de texto é longo, mas merece ser lido até porque traduz as convicções religiosas da principal figura da intelectualidade portuguesa da primeira metade do século XIX:

> Quando a moral se firma nas revelações buscadas no céu denomina-se religião: quando nas inspirações espontâneas da consciência denomina-se lei natural; quando no estudo das relações sociais, e nas consequências lógicas do grande princípio humano chamado sociabilidade, denomina-se filosofia. Estas três espécies de normas de acções conduzem forçosamente a resultados diferentes, porque as suas condições são diversas. (…) Qual delas é mais pura e caudal? A religião. Porque a religião não flutua nos seus preceitos, aceita o homem como um tipo de miséria e da grandeza, como corpo e como espírito, e exige de nós a moralidade em nome de uma causa final – a vida das recompensas.
>
> Ligados com especulações ontológicas, com doutrinas metafísicas, vacilantes, contestáveis, e perpetuamente contestadas, os princípios morais das escolas filosóficas têm seguido de perto, arrastados por elas, todos os desvarios dessas doutrinas até ao nosso tempo. (…) Constância, perpetuidade, só a têm os preceitos imutáveis das crenças religiosas. (…)
>
> A virtude sem fé não tem verbo que a explique (…). A geração presente veio de uma geração argumentadora e incrédula (…) As escolas dos sofistas, que não podiam convir entre si no mínimo ponto de doutrina, concordaram, todavia, num resultado: foi este que a religião (…) era absurdo e mentira, era um mal intolerável, e que no caos monstruoso, cambiante, incerto das doutrinas contraditórias dos sofistas, que nem um só bem haviam trazido à terra nem enxugado uma lágrima, nem gerado uma consolação, nem inspirado um só feito generoso e forte, estava a verdade, a evidência, a felicidade, e o fundamento seguro do crer e do obrar humano.

Era demasiado demente e ridícula esta pretensão dos sofistas, para que a época actual lhes não voltasse as costas com tédio e desprezo. Mas a cruz jazia por terra, coberta de lodo espadanado contra ela por insensatos (…).

O espiritualismo é hoje sem contradição o aspecto característico da filosofia, como o da escola, ou antes escolas dos enciclopedistas fora o materialismo: estes dois sistemas, ambos eles orgulhosos por diverso modo, e por diverso modo incompletos, aí estão frente a frente, aí lutam desesperados, até que um seja esmagado pelo outro, sorte que, segundo parece, está reservada ao mais velho – o da pura animalidade dos enciclopedistas. (…) Quantas vezes temos respirado o bafo mortal da blasfémia saído de habitações, onde a única excepção às extremas misérias da existência fora a esperança? A causa deste aflitivo espectáculo buscai-a na história dos desvarios dos últimos oitenta anos: os homens que podiam remediar tanto mal; aqueles que na significação mais extensa da palavra presidem aos destinos populares, são filhos intelectuais, são discípulos da *Enciclopédia*. Todos os meios mais santos, mais suaves, e produtivos da felicidade pública – os religiosos – têm sido condenados no espírito superficial desses homens como perigosos e ineficazes, e o cristianismo, o grande civilizador dos tempos modernos – considerado como um instrumento quebrado inútil. Assim o povo abandonado a si mesmo, quase sem culto, e sem pastores, vai perdendo diariamente a sua riqueza moral, a herança de crença e doutrina que lhe haviam legado seus pais. A religião, cujo primeiro alvo começa de novo a despontar no oriente do nosso íntimo viver, tão descorado e triste, apenas se entrevê no horizonte das alturas espiritualistas (…).

O amor piedoso dos nossos semelhantes chama-se (…) filantropia. O cristianismo chamava-lhe caridade. A caridade vinha do coração; a filantropia nasce do entendimento. (…) A caridade era afectuosa, modesta e espiritual, enquanto que a filantropia é dura, ostentosa e grosseira. Entre um e outro sistema de bem-fazer há a distância que vai da filosofia do céu à filosofia terrena. O cristianismo sabia que no homem havia espírito e corpo. O cristão sabia doer-se de um e de outro: a sua caridade não era materialista.

(…)

A beneficência, inspirada pela religião, não tem essa triste faculdade de generalizar que para a beneficência filantrópica se converteu num princípio. Os seus preceitos são universais e rigoroso em si, mas na aplicação tornam-se individuais e variados. (…) O defeito capital de beneficência, que não se estriba no cristianismo, é o esquecimento completo dos afectos humanos: é por isso que despedaça indiferente os santos afectos de família, para disseminar os indivíduos na realidade da vida pelos repartimentos e casas dos quadros estatísticos da miséria pública. A paternidade, o amor filial e materno, as saudades do lar doméstico, isso não compreende ela: para tudo e para todos tem asilos e socorros, menos para a mais importante entidade moral, para a sociedade que é origem de todas as outras, para a família.

A beneficência de hoje conhece apenas a sede, a fome, a nudez: a nossa beneficência é essencialmente incompleta, porque é materialista.

Condenámos nós a sua existência? Sem dúvida não! Abençoámos, ao contrário, os homens que suprem, como um pensamento mundano pode suprir, o sublime pensamento cristão. Mas seja-nos lícito deplorar que o orgulho da sabedoria terrena acreditasse que em si tinha recursos que tornassem inútil a eterna e insondável sabedoria do evangelho: seja-nos lícito saudar a aurora desse dia que já rompe no horizonte, em que a cruz triunfante se hasteará de novo sobre o mundo, para abrigar e consolar outra vez com a sua sombra divina todo o género de desventuras. (Alexandre Herculano, Cristianismo – filosofia, *O Panorama*, 1843, II série, vol. II, n.º 68, pp. 114-117.)

Efectivamente, reflectindo o contexto cultural nacional, *O Panorama* era um jornal que ecoava os valores católicos e cristãos e em que se defendia esta crença religiosa. Vários artigos abordam e defendem a religião católica, e nenhum a questiona. Mais até, são vários e significativos os textos de combate ao ateísmo e ao livre-pensamento:

Se qualquer coisa deve ser estimada em razão da sua maior ou menor utilidade, bem desprezível é o ateísmo, porque veremos que a ninguém é útil ou prestadio. (…) Perguntemos à inumerável família dos miseráveis se o ateísmo lhe é proveitoso. Nenhuma voz responderá que sim. Ao contrário, do meio dessa classe levantam-se os cânticos de esperança e os suspiros que sobem para o céu. (…).

O homem ditoso não tem interesse em ser ateu porque lhe apraz pensar que a sua duração se prolongará além da sepultura (…). Se a moral inteiramente se firma no dogma da existência de Deus e da imortalidade da alma, um pai, um filho, os esposos, nenhum interesse têm em ser incrédulos (…). A extrema punição do ateísmo é desejar a fé sem a poder obter. Quando no fim da carreira se se reconhecem as mentiras da falsa filosofia, quando o nada (…) desponta no horizonte da morte quereria o ateu virar-se para Deus, mas já não é tempo (…) porque o espírito embrutecido pela incredulidade repele toda a convicção (…).

A religião (…) julga pela ordem inalterável dos céus e pelas leis do universo, contempla as formusuras da natureza e em (…) todas as harmonias físicas (…) descobre o Criador (…). O ateísmo s´(…) apresenta oprobriosas excepções, só descortina no mundo desordens, charcos, vulcões, animais nocivos e (…) interroga os repteis e os insectos para que lhe forneçam prova da existência de Deus.

A religião só vos fala da beleza e excelência do homem; o ateísmo só vos oferece (…) todos os quadros das misérias da humanidade.

A religião deduz as suas razões da sensibilidade da alma e das mais suaves afeições da vida (…), o ateísmo reduz tudo ao instinto (…).

Finalmente, no culto cristão nos afiançam que os nossos males hão-de ter termo (…), prometem-nos uma vida futura. No culto (…) do ateu, (…) o

> (…) nada é a sua divindade. (Anónimo, Perigos e inutilidade do ateísmo, O Panorama, 1840, vol. IV, n.º 155, pp. 123-125.)

Noutro texto, por exemplo, defende-se a missa como elemento central do culto católico:

> A pompa com que a Igreja Católica recorda os sagrados mistérios aos fiéis tem sido objecto de injustas arguições. Todo o aparato das cerimónias do nosso culto religioso é coerente com a sublimidade e origem divina da nossa crença. Os ritos fazem mais compreensíveis os mistérios e aprazíveis os templos, inspiram acatamento à majestade do Omnipotente, comovem o povo e o prendem sensivelmente à religião. E com efeito que será esta sem o culto (…)? Uma crença morta (…). Além de que essas cerimónias inalteráveis e periodicamente repetidas refreiam os desvarios daqueles que, no fervor do seu entusiasmo, inventariam práticas a seu modo para adorar o Ente Supremo (…) porque é impossível crer em Deus sem lhe render culto. (…) Debalde as seitas heterodoxas se têm cansado para adquirir prosélitos (…) em várias partes da terra. Onde tem alcançado o (…) rito católico, vivificam-se os corações e a verdadeira religião conquista as almas (…). Toda a crença que prega a moral inteiramente despojada do dogma e que desterra o aparato do culto é seca e, porventura, ineficaz. (Anónimo, O culto católico, O Panorama, vol. IV, n.º 155, pp. 121-123.)

Um outro texto atesta, contra as ideias materialistas, a imortalidade da alma, um dogma católico já então crescentemente rebatido. O autor expressa a sua convicção de que sem essa crença a moral ruiria e, com esta ruína, colapsaria a sociedade:

> Cada homem tem no seu coração um tribunal, onde começa a julgar-se a si antes que o árbitro supremo confirme a sentença. Se o vício é tão somente consequência física da nossa organização, donde nasce o temor que perturba a prosperidade criminosa? (…) Ó consciência, serás tu apenas um fantasma da imaginação ou o medo dos castigos dos homens? (…) Vê-se pois o ateu

> na triste necessidade de negar o remorso, para poder negar a imortalidade da alma e a existência de um Deus vingador. (…) Depois de falar do remorso companheiro do crime, seria inútil tratar da satisfação que nasce da prática da virtude. Mas se os sofistas sustentarem que a virtude não passa dum amor-próprio disfarçado, que a compaixão não é senão o amor de si mesmo, lhes perguntaremos se nunca sentiram interior contentamento quando acudiram a algum desgraçado (…). Deixemos, porém, os que abafam ou não querem confessar a voz da consciência e porfiam em negar o dogma consolador da imortalidade da alma. Delirantes são eles e tão nocivos os seus desvarios que vão destruir a moral, que é a base da sociedade humana. Porque se tudo em nós é matéria, não há realmente vício nem virtude e, por consequência, nem moral. (…) Alguns filósofos acreditavam que a religião fora inventada para a sustentar, mas não repararam em que tomavam o efeito pela causa. Não é a religião que deriva da moral, esta é que emana daquela, porque é certo que a moral não pode ter princípio no homem físico ou simples matéria. E também é certo que quando os homens perdem a ideia de Deus precipitam-se em todos os crimes (…).
>
> Há enfim uma veemente prova moral da imortalidade da alma, e que vem a ser a veneração que os homens consagram aos túmulos. (…) Respeitamos as cinzas dos nossos antepassados porque uma voz interior nos diz que nem tudo se extinguiu neles (…) e de que a morte não é mais do que uma transfiguração gloriosa. (Anónimo, Imortalidade da alma provada pela voz da consciência e pela veneração tributada aos túmulos, O Panorama, 1840, vol. IV, n.º 155, pp. 125-126)

Uma das originalidades d'*O Panorama* residiu na sua *actuação cívica* em favor da moralidade e da urbanidade, normalmente enquadradas pelos valores cristãos. O texto seguinte documenta esse papel que o periódico também teve: o de ser uma voz que se erguia do púlpito da imprensa para apelar a uma transformação – desta vez, *moral* – do país:

> O orgulho e a soberba são dois vícios naturalmente oriundos de uma fonte corrupta, que é a opinião exagerada que formamos de nós mesmos e que pretendemos inculcar nos outros. Esta opinião é fundada em algum talento que possuímos ou julgamos possuir ou em riqueza ou nobreza que avaliamos demasiadamente. (…) Mas o homem é criatura bem inconsequente. Parece que a boa opinião que forma de si deveria, naturalmente, abrandar seus costumes, pois sendo bem fundada tal opinião, o próprio mérito o deveria despojar da soberba. Mas sucede, pelo contrário, cada um de *per si* julga valer mais que os outros e os despreza.
>
> (…)
>
> É certo que quem menos soberba tem, menos a descobre nos outros. E não será isto bastante para nos ensinar a reprimir semelhante paixão? Não há dúvidad e que a cortesia, acompanhada da modéstia, consegue, de algum modo, afugentar da sociedade este vício, não dizendo ou fazendo coisa que possa ferir o amor próprio de qualquer. A cortesia é uma convenção táctica em toda a parte adoptada para tolerar os defeitos dos nossos semelhantes e desculpar os seus desvarios. O desprezo, filho da soberba, quebranta este pacto social (…). A soberba é reprovada pelas leis divinas, porque é uma grandíssima falta de caridade. (…) Para o homem de honra, o não merecido desprezo do soberbo e poderoso é mais pungente que uma punhalada (…). (Anónimo, Maus efeitos da soberba, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, pp. 342-343)

Um outro texto, no mesmo sentido do anterior, elenca vários princípios de convivência social que deveriam ser obedecidos pelos indivíduos para se atingir um país mais civilizado e urbano. O leitor é directamente interpelado. Percebe-se, assim, que o texto é claramente dirigido à elite letrada e empenhada na *coisa pública*, que, na mente do redactor, era constituída pelos seus *pares* e que constituía a grossa fatia dos leitores d'*O Panorama*. O ponto mais importante do texto é, possível e sintomaticamente, a exortação ideológica final ao respeito pela ordem estabelecida e, portanto, pelo *statu quo*:

1ª. O mais seguro meio de figurar na sociedade é mostrar-nos verídicos e modestos em nossas relações com os outros.

2ª. Se quereis ser acatado e respeitado, receber louvores e civilidades, começai por merecê-las procurando de contínuo o aperfeiçoamento (…).

3ª. Seja sempre reservado e moderado na manifestação de vosso pesares ou alegrias (…).

4ª. Não vos desalenteis jamais com os azares da fortuna (…).

5ª. Sejam precatados e pacíficos nos acidentes imprevistos e dificultosos da vida social (…).

6ª. Quereis vós conservar no mundo vossa independência? Quereis colocar-vos de nível, em igualdade com os indivíduos de vossas relações? Não lhe peçais coisa alguma; e não aceiteis senão raras vezes os serviços que voluntariamente vos prestarem. Como porém, dizeis vós, prescindir sempre do apoio e da protecção dos outros? (…) O meio é simples e fácil; moderais vossos desejos, restringi vossas precisões.

7ª. Desempenhar com lealdade vossa palavra, cumpri fielmente vossas promessas, dizei sempre verdade (…).

8ª. Seja pontual, laborioso, minucioso mesmo no cumprimento de vossos deveres públicos. Adoptai métodos de ordem e arranjo em vossos negócios, e nos dos outros que estiverem a vosso cargo. Todo o mundo se compraz em ter relações com um homem pontual e exacto.

9ª. A arte de agradar na sociedade é saber adaptar o assunto e a frase da conversação à condição das pessoas com quem tratamos, à sua capacidade e compreensão, ao seu génio, carácter, e posição social (…).

10ª. Não esqueçamos nunca que aqueles com quem entramos em conversação querem ser agradavelmente distraídos, senão lisonjeados (…) [mas] não façais jamais o papel (…) de vil adulador. Procurai com discrição ser ingénuo e natural: o homem que constantemente quer parecer agudo e espirituoso, termina por se fazer insuportável.

11ª. Conservemos quanto possível (…) um semblante sereno e sossegado. (…) Dirigi algum dito oficioso, de obséquio, ou instrutivo às pessoas com que vos entretiverdes; mostrais que vos interessais por elas. Guardai-vos porém de arrogar o papel de mestre ou de protector (…).

12ª. Conversação é um dos meios que temos no nosso poder para obtermos estima e consideração no mundo: mas para isso é necessário que evite estes três escolhos; que não fira, que não enfade, que não fatigue (…).
13ª. Sê circunspecto e mesurado quando censurais ou condenais alguma coisa (…).

Falai pouco: e pesai antes de falar mas palavras, para que não suceda dizer o que deveis ou quereis ocultar, ou proferir coisas que tornem a conversação enjoativa e desagradável. Aprendei a escutar os que falam, nem os interrompais cortando-lhe o discurso (…). Nunca falemos de nós e de nossos negócios senão a nossos amigos íntimos (…). Aqueles que fazem alardo de seus triunfos, que revelam seus talentos, que obrigam a escutar suas composições que enfim andam mendigando aplausos, alcançam o efeito contrário (…).

É preciso ser tolerante e impassível nas discussões em que a razão ou o emprego nos obriga a tomar parte. Sofrei mesmo pacientemente a ironia e o sarcasmo com que combaterem vossas boas razões: opondo sempre a polidez e a magnanimidade com perseverança (…). Sê indulgente com os homens preocupados de boa-fé, e lembrai-vos que a fraqueza da inteligência humana, a limitada esfera de nosso conhecimento, a perfeição (…) de nossa natureza, nos deve conduzir a deplorar antes do que fulminar os defeitos do próximo.

Jamais tomareis parte nas conversações malévolas ou equívocas, nas que atacam a crença estabelecida, as autoridades que presidem à ordem pública, as leis que regem a sociedade. O vício contrário é desgraçadamente o tipo quotidiano das reuniões de nossa época, apenas escapada de uma revolução que pôs em jogo e movimento todas as ambições, todas as vaidades (…). (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Filosofia da vida social ou arte de agradar ao mundo, *O Panorama*, 1843, II série, vol. II, n.º 93, pp. 319-320.)

As mesmas preocupações do texto anterior – e reflectindo os mesmos valores – notam-se num texto que exorta os portugueses, em especial os jovens, ao estudo, ao trabalho e à pontualidade – um texto, talvez tão aplicável ontem como hoje:

> Nenhum vocábulo conhecemos modernamente adoptado no nosso idioma de que tanto se abuse, e que tão mal se tenha aplicado, como a palavra génio. Os mancebos supõem, geralmente falando, que ter génio ou aptidão para qualquer ciência os exime de procurarem por todos os meios possíveis conhecê-la perfeitamente. Julgam ser-lhes pouco airoso darem-se a certa aplicação a que chamam fatigar o espírito, sem ao menos verem que os homens insignes por ciência e que honraram a humanidade, mostram pela história da sua vida que à perseverança no estudo, acompanhada de génio, devem os progressos que fizeram. Os melhores estudantes são sempre os que à séria aplicação juntam bom método e regularidade no estudo, distribuindo-o pelas diferentes horas do dia (…).
>
> Outra virtude há muito apreciável (…) é a pontualidade. Não há qualidade que dê mais valor ao homem, e que tanto lhe promova o bem e a estima dos seus iguais e superiores. Nelson, homem célebre do nosso tempo, confessava que mais lhe servia a pontualidade do que o talento. Todavia, estamos bem certos que os mesmos que ostentam menosprezar tão essencial virtude não duvidarão comparar-se em génio aos maiores homens que os séculos têm produzido! (…) Não falaremos dos que, julgando impossível haver homens dotados de indústria e pontualidade, mal sabem avaliar os bens que resultam de tão nobre prendas. Frederico II, Pedro o Grande, Washington, Napoleão e finalmente todos os homens de grande mérito e nomeada, a elas devem sua fama e glória. E sendo isto certo, perguntaremos aos mancebos de boa índole, porque motivo tratam eles com desprezo virtudes que têm nobilitado homens de tal categoria?
>
> Outro hábito a que geralmente é avessa a mocidade, por lhe desconhecer a importância, é o levantar cedo da cama. Buffon, o célebre naturalista

> francês, vendo que o grande apego que tinha à cama o obrigava a levantar-se muito tarde, convencionou com o seu zeloso e fiel criado pagar-lhe uma soma todas as vezes que o fizesse erguer até certas horas da manhã. (…) Eis aqui o acontecido com um destes homens raros em quem todos reconhecem a brilhante capacidade que hoje é denominada génio. (Anónimo, Indústria e pontualidade, *O Panorama*, 1840, n.º 154, p. 120).

Conclui-se, portanto, que em termos de ideologia religiosa, *O Panorama* não foi neutro. Em diferentes textos, procura fazer-se a *neocatequização católica* da sociedade, uma espécie de *nova evangelização*, num momento em que, possivelmente, parte das elites – para quem, num país de analfabetos, *O Panorama* era dirigido – se afastavam da religião. Caso para pensar que se o periódico fosse realmente dirigido à maioria ignara do povo se tornasse necessário, excepto como reforço da mensagem, voltar a evangelizar os indivíduos.

4.5 Instrução e educação n'*O Panorama*

A abordagem da educação, n'*O Panorama*, fez-se, como veremos, pela intervenção cívica e, portanto, política no espaço público; mas também pela promoção do conhecimento sobre a educação, ou seja, pela apresentação de teorias da educação. Um dos autores que intervém neste domínio é Alexandre Herculano, que já fala da existência da psicologia como ciência:

> A inteligência manifesta-se primeiro pela atenção, que não é outra coisa mais do que a inteligência aplicada a uma só coisa (…). A inteligência, avisada pelos sentidos, percebe o objecto, e este acto de percepção lhe dá a ideia de uma coisa. Quando a atenção se dirige alternadamente a duas coisas, a inteligência (…) está em estado de as comparar. Da comparação passa ao juízo, pronuncia da relação que existe ente uma coisa e outra. (…) De muitos juízos se compõe um raciocínio (…).

> É importantíssimo recomendar ao homem que se habitue a discorrer, e desde a infância encaminhá-lo para se acostumar a observar bem as suas impressões e sensações, a tomar boa conta das suas percepções, a formar ideias bem claras, bem completas, a comparar coisas com toda a atenção e por todas as faces, e a não proferir juízos senão com perfeito conhecimento de causa, e a não discorrer senão sobre juízos bem exactos. (…) Porém, debalde a nossa inteligência se enriqueceria (…) se não tivesse (…) memória (…). A estas faculdades, a nossa inteligência junta (…) a de combinar as nossas ideias de modo que faça novas criações, ou *imaginar* coisas que não existem ou que pelo menos não existem como nós as imaginamos. (…) Também se fazem ataques à imaginação como à razão (…). É necessário explicar bem à mocidade o que ela é, o que pode e deve ser, o que tem e o que não tem de razoável (…). É este o dever da educação intelectual. Ela deve explicar as faculdades da inteligência e exercitar cada uma de modo que venham a ser úteis ao homem (…). Esta ciência tem nas aulas o nome de psicologia. (Alexandre Herculano, Educação intelectual, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, p. 214.)

Verifica-se, assim, que, ocasionalmente, os colaboradores do periódico também propunham aos seus leitores reflexões em abstracto sobre questões educativas. Alexandre Herculano, por exemplo, define assim a instrução:

> O que vem a ser a instrução? Vem a ser, em suma, os princípios necessários para em nós se desenvolverem as faculdades de reflexão. O seu alvo é guiar a nossa inteligência até onde pode chegar. Difícil é (...) dar regras gerais acerca da instrução, porque é necessário proporcioná-la aos diferentes graus de luz e trevas, que variam segundo as diversas castas de entendimentos. Podemos dizer que sendo a instrução das crianças dependente dos sentidos, importa (…) que se lhes ligue aos sentidos as lições que recebem e que estas se lhes dêem não só de ouvido mas também de vista, porque nenhum sentido há que mais vivas impressões produza na alma ou que gere ideias mais claras e distintas. Acrescentaremos agora que este é um ponto dos que mais se tem desprezado no ensino, e que desassisadamente nos havemos

> embrenhado por teorias incertas, ao passo que era mais natural e profícuo fazer com que as crianças se instruíssem pelos sentidos (…). (Alexandre Herculano, Educação maternal, *O Panorama*, vol. I, n.º 8, p. 63.)

Para Alexandre Herculano, portanto, a educação deveria ser *empirista*, isto é, deveria *partir da experiência*. Mas o autor acrescenta a ideia de que a educação não se pode ficar pelos aspectos cognitivos. A clássica máxima da "mente sã em corpo são" deveria ser seguida:

> A educação intelectual e a educação moral tratam da alma assim como a educação física trata do corpo. A tarefa da primeira é compor a inteligência, isto é, dar-lhe os necessários conhecimentos e capacidade para desempenhar o papel que tem de representar na cena da vida. (Alexandre Herculano, Da educação intelectual, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, p. 214.)

Daí a ênfase que Herculano põe numa educação física que acompanhasse a educação intelectual e a moral – uma educação física que, ademais, contemplaria a higiene e a dietética e que advogava, a este nível a amamentação dos bebés, mas respeitando a decisão da mulher:

> O objecto da educação é desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, por tal arte que venham a preencher o fim para que a natureza no-las concedeu.
>
> Podem-se distinguir as faculdades humanas em três classes, a saber: físicas, intelectuais e morais, e dividir-se, portanto, a educação em três ramos: educação física, educação da inteligência e educação moral.
>
> Consiste a educação física em dar ao corpo todo o desenvolvimento, força, agilidade de que é susceptível, e considerando-o depois como órgão da alma, aperfeiçoá-lo (…). Porque, em verdade, não é dos interesses do corpo somente que se trata na educação física, mas também vantagens para o espírito nela se buscam. Os progressos da inteligência e o desenvolvimento

> da sensibilidade dependem, em grande parte, de influências físicas. (…) É pois de grandíssima importância que se ponham todos os meios para fortificar e tornar sadia a constituição das crianças (…). Para (…) guerrear (…) os funestos hábitos que a ignorância e as usanças arreigadas ainda contrapõem à razão e experiência, cumpre que todas as pessoas encarregadas da educação da infância possuam noções de anatomia, de fisiologia e de higiene (…). Quanto aos alimentos, bom seria que os peitos maternos fossem para o infante (…), e nos primeiros meses da sua existência, a única fonte da conservação da vida; porque maus resultados (…) podem provir da alimentação comprada a amas mercenárias. Não entra, contudo, em conta dos deveres maternos o sacrificar a existência para cumprir uma obrigação que o é só enquanto moralmente é possível. (Alexandre Herculano, Da educação física, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, pp. 4-5.)

Ainda em termos teóricos, nomeadamente no que respeita aos ideais que deveriam reger a educação, é interessante observar que em várias matérias d'*O Panorama* se faz a apologia do valor liberal da responsabilidade individual, fundamental quer para o progresso pessoal, quer para bem da sociedade:

> Quando se fala da vivacidade e esperteza da juventude, não há vocábulo mais ilusório e até fatal do que a palavra "talento". Dizer a um rapaz que tem talento é a mais das vezes convertê-lo em ignorante e estúpido. Já se sabe que o defeito não está na palavra, mas sim no errado sentido que ordinariamente se lhe dá. Se nos pedirem a definição de "talento", diremos que consiste na aptidão dirigida e aperfeiçoada pelo estudo. E estamos convencidos de que a história particular de todos os homens insignes em ciências e artes confirma a propriedade desta definição.
>
> (…)
>
> Talento natural é ficção da imaginação humana: a aptidão natural é objecto pouco vulgar. E o motivo porque o verdadeiro talento raras vezes se manifesta é porque os que têm aptidão desprezam as faculdades naturais

> e presumindo possuir o talento não cuidam dos meios porque se pode gloriosamente alcançar. (Anónimo, O talento e a aptidão, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, pp. 287-288.)

Se em termos teóricos os colaboradores d'*O Panorama*, com particular destaque para Alexandre Herculano, defendiam uma educação integral, de pendor iluminista, portanto, do ser humano, focada, no indivíduo e na sua responsabilidade pessoal, politicamente estavam decerto convencidos de que a falta de instrução generalizada era a causa do atraso secular português. Muitas das matérias do periódico destinavam-se, assim, a cultivar os concidadãos. Essa percepção, que, de resto, perdurou de uma forma ou de outra, até à idade actual, intui-se logo no texto inicial do periódico:

> O nosso povo ignora imensas coisas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes que, pela sua posição social, deviam ser ilustradas. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2.)

De facto, se *O Panorama* não interveio directamente no jogo partidário, no capítulo da educação – ou da falta dela – já se nota a crítica, ainda que indirecta, ao poder político, incapaz de promover o acesso generalizado dos portugueses mesmo à instrução básica:

> Ainda não houve em Portugal uma só providência governativa a bem da verdadeira instrução. A verdade desta proposição encontra-se em todas as reformas da instrução pública, feitas no nosso país desde o tempo do marquês de Pombal. (…) Ainda hoje, se exceptuarmos as escolas do ensino primário, instituídas, não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? Nada. Absolutamente nada. Daí provém que a mudança das instituições políticas e as reformas legislativas são vãs e inúteis. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 315.)

Assim, *O Panorama*, no campo da intervenção cívica, *não era apolítico*. Fazia política, mas não partidária (mesmo que há época não existissem partidos políticos como hoje os entendemos, já existiam movimentos organizados de cidadãos unidos pela ideologia e pelos interesses). O periódico pugnava, efectivamente, pelo desenvolvimento intelectual dos portugueses, com o objectivo último de promover uma transformação radical do país, capaz de o colocar no caminho do progresso material e cultural – isto é, no caminho da civilização. Por isso mesmo, a perspectiva que os redactores dão da educação é a de que deve estar orientada para os *resultados práticos*, numa perspectiva que se poderia definir como sendo *utilitária*. A crer nos redactores *d'O* Panorama, os resultados da educação deveriam ser duplos: deveriam fazer-se sentir ao nível da formação cívica e cultural dos cidadãos; e ao nível do crescimento económico. Efectivamente, sem educação proficiente:

> as empresas (…) e (…) todo o género de progresso industrial desbaratam-se e morrem; (…) o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade, porque esta, para produzir frutos, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente derramada. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, pp. 315-316.)

A defesa do ensino público é assumida, também nas páginas d'*O Panorama*, pelo antigo primeiro-ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro[12]:

> Em todos os tempos os filósofos têm proclamado não só a importância mas até mesmo a necessidade da educação, assim a bem do indivíduo como da sociedade considerada colectivamente. Desde a mais remota antiguidade sempre (…) entenderam *que os homens tudo quanto são o devem à*

12) Filipe Ferreira de Araújo e Castro foi ministro de Estado, equivalente, hoje, ao cargo de primeiro-ministro, entre 7 de Setembro de 1821 e 27 de Maio de 1823. Na sua vida pública, distinguiu-se pela defesa da educação e pela tradução de livros usados nas escolas portuguesas, designadamente da *História de Simão de Mântua ou O Mercador de Feiras* e *André ou a Pedra de Toque*. Nasceu em 1771 e faleceu em 1849.

> *educação*. Em tempos mais modernos dizia um deles aos legisladores: "*Se quereis reformar as leis e as instituições, começai pela educação*".
>
> Todavia, aquelas advertências não produziram, nem podiam produzir, senão (…) incompletos e tardios resultados enquanto a educação (…) se não tornasse verdadeiramente nacional, e não fosse considerada como (…) conexa com o sistema inteiro da administração pública, e fundada em (…) garantias tão seguras como o devem ser as da organização social (…), pois é evidente que esse importante resultado não poderá jamais conseguir-se sem que ao mesmo tempo se promova a verdadeira *regeneração social* por meio de um conveniente sistema de educação pública. (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de estado – fragmento, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 120, pp. 114-115.)

Num tom *analítico* e *pedagógico*, ainda que *persuasivo*, que se afasta da retórica panfletária e doutrinária, por vezes oca, da imprensa política romântica, à época hegemónica em Portugal, o mesmo autor, no mesmo texto, advoga que a educação deveria ter, num regime liberal, um enquadramento constitucional e legal, para garantir que o país formaria *cidadãos* capazes de *exercerem conscientemente os seus direitos políticos*, participando no espaço público, elegendo e sendo eleitos e intervindo sobre a governação, inclusivamente sem impedimentos censitários[13]:

> Hoje (…) está reconhecido como princípio invariável de jurisprudência constitucional que "a lei deve assegurar à mocidade uma educação conforme à capacidade do aluno e ao interesse geral do estado".
>
> No sistema (…) constitucional, a educação e instrução deve servir de base à organização do edifício social (…), porquanto os cidadãos não devem ser havidos por capazes de entrarem como *maiores* no exercício de seus

13) O direito de voto seria censitário até ao século XX. Já o sufrágio universal foi uma conquista do 25 de Abril de 1974.

> direitos civis; ou como *emancipados* para adquirirem os direitos políticos pelo simples facto material de haverem completado certos anos de idade ou respondido a ilusórios exames de capacidade, mas sim por haverem provado suficientemente que possuem os conhecimentos indispensáveis para poderem exercer aqueles direitos sem arriscarem os seus próprios interesses, ou os de terceiro; e por outra parte em razão das condições que se requerem para a (…) elegibilidade (…), pois a elegibilidade não deve ser dependente nem da idade, nem dos teres e haveres do cidadão, mas sim da capacidade física, intelectual e moral. (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de Estado – fragmento, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 120, p. 115.)

Filipe Ferreira de Araújo e Castro defende pois, em nome do que se pode entender como bem-comum da nação portuguesa, um sistema nacional e universal, não elitista nem aristocratizado, de ensino público estatal, até porque "o ensino de um grande número de artes e ciências exige estabelecimentos assaz vastos e dispendiosos para serem criados e mantidos por particulares" (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de Estado – fragmento, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 120, p. 116). O mesmo autor, noutro texto, salienta a importância de a educação se estender às mulheres – uma atitude que, para a época, e tendo em conta o contexto cultural português, seria algo revolucionária:

> Eu não só insisto na educação das mulheres, mas considero este objecto de tamanha importância que me parece um dos primeiros capítulos da reforma [educativa], assim da pública educação, como da doméstica, e isto por duas razões evidentes: a primeira, porque as mulheres são destinadas para viverem em sociedade com os homens (…); a segunda, porque sendo as mulheres as primeiras mestras dos homens, a ordem natural das ideias pede que se comece por formar mestres e criar escolas normais. (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de Estado, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, p. 3.)

As ideias do antigo estadista são relevantes, mesmo para a idade actual, e permitam perceber o enquadramento sugerido publicamente pel*'O Panorama* sobre a necessidade de implantação de uma política pública consequente para a educação em Portugal. Mas para efeitos da presente investigação, interessa, igualmente, demonstrar a *atitude política*, ainda que *apartidária* (no sentido de que é assumida, implicitamente, em nome da nação inteira), do periódico, concretizada, precisamente através do enquadramento que é dado ao discurso:

> A educação (…) abrange o complexo de meios (…) para que se cultivem as qualidades físicas e morais do homem (…). No sentido físico, compreende tudo o que respeita à conservação da saúde, força e agilidade (…). No sentido moral, tem por objecto o desenvolvimento da inteligência e a formação do carácter (…).
>
> É mister pois que a educação seja *nacional* e dirigida (…) pela autoridade pública, que compreenda a totalidade dos cidadãos, que comece o mais cedo possível e proceda de um modo uniforme a respeito de todos, sem outra diferença que não seja a que resulta da capacidade individual de cada um.
>
> Entretanto (…) no estado actual da sociedade é forçoso deixar uma certa latitude ao direito dos pais ou tutores (…) quanto à escolha do sistema de educação (…). Todavia (…) esta ordem de coisas cada dia se torna mais incompatível com os progressos da civilização, ou para melhor dizer, só por não haver por ora outro meio mais conveniente é que se deixa aos pais, ou tutores, a direcção da educação, pois um dos primeiros cuidados da sociedade deve ser o de criar (…) um magistério especial para satisfazer a esta necessidade. (Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Estudos morais e políticos de um velho ministro de estado – fragmento, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 120, p. 115.)

A defesa da educação como indispensável para a formação integral do homem e cidadão, e a defesa da necessidade do estado intervir em tão importante matéria, foi talvez a mais relevante e clara atitude política d'*O Panorama*, até

porque a educação seria vital para a prosperidade material do país. Por isso, prosaicamente, Alexandre Herculano, primeiro redactor principal do periódico, diagnostica que a ausência de uma força de trabalho escolarizada seria uma das causas do atraso relativo de Portugal quando comparado aos países mais prósperos da Europa:

> Todas as pessoas que têm administrado fábricas ou lavouras sabem que as maiores dificuldades de semelhantes empresas provêm da ignorância dos operários, em quem não se encontra nem a capacidade nem a inteligência necessárias para compreenderem o que lhes explicam, nem a conveniente habilidade para executarem o que lhes ordenam, acrescendo a isso as preocupações e o aferro a velhas usanças, resultado infalível da falta de instrução. Seria coisa de pasmo o cálculo das perdas que sofrem diariamente todos os géneros de indústria só porque os trabalhadores e os artífices carecem de instrução. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 316.)

A instrução preconizada por Alexandre Herculano, autor do texto anterior, seria de cariz iluminista. Só assim se entende a comparação metafórica a que ele procede entre as trevas do Antigo Regime às luzes de travo liberal e a profissão de fé no "aperfeiçoamento intelectual do homem" (negá-lo seria um "acto imoral"), bem como na capacidade de qualquer homem, cumprido esse preceito, poder ascender ao privilégio do "mando". Contudo, o referido redactor não deixa de evidenciar uma certa sobranceria preconceituosa "de classe", crendo na superioridade da sua em relação às "classes inferiores", por muito que reconheça que essas "classes inferiores" poderiam ascender socialmente por via da educação, capaz de garantir prosperidade:

> Não se creia que o povo era melhor e mais religioso há 50 anos. Era sim mais hipócrita ou mais crédulo. Porque o despotismo, amparando superstições (…), pouco lhe importava que se cresse em Deus, com tanto que não houvesse quem ousasse rir das mais absurdas práticas (…). Antes de se haverem espalhado na Europa as luzes e os conhecimentos, o povo nada

> era, e servia exclusivamente para satisfazer as paixões torpíssimas daqueles que gozavam do exclusivo privilégio do mando. Foi a ilustração que enobreceu certas classes que até aí eram abjectas e grosseiras, como ainda o continuam a ser outras classes inferiores. Delas saíram os homens que hoje governam e os que plenamente gozam dos benefícios da civilização. Estas classes bem longe estão de quererem voltar ao seu primitivo aviltamento e miséria. Porque se recusaria, pois, às classes inferiores a fruição das mesmas vantagens e a possibilidade de melhorarem a sua situação? (…) Não nos esqueçamos que todo o bem-estar social nasceu da ilustração e que as multidões (…) contribuíram (…) para estas mudanças. (…) Alcançar ilustração e ciência sempre foi o primeiro dever do homem. (…) Entendemos por educação e instrução popular a cultivação do espírito e não o ensino das artes fabris ou mecânicas, a que muita gente dá aquele nome. Negar o aperfeiçoamento intelectual aos homens (…) é um acto imoral (…), um crime. (…) O homem não passará de máquina se carecer de instrução e raciocínio. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 315.)

Pelo lado positivo, do excerto de texto anterior retiram-se duas ideias-chave do autor: (1) a educação seria o caminho para a ascensão social dos portugueses, num regime que, teoricamente, via os homens como iguais; e (2) a educação implica cultura humanística e não pode reduzir-se à mera formação profissional.

A educação teria, no entanto, de ser garantida logo na infância. Depois seria tarde:

> Não é ensinando anos a fio um artífice a executar maquinalmente todos os dias a mesma coisa que se fará dele um oficial de habilidade. E como há-de ele aperfeiçoar-se ou sequer fazer a menor mudança num trabalho que está acostumado a fazer do mesmo modo, a bem dizer, desde que se entende? Podem argumentar-lhe, mostrar-lhe que é possível trabalhar melhor, indicar-lhe modos de o alcançar. Baldadas diligências! E porquê? Porque será querer mudar com palavras a organização física e moral do indivíduo, será querer fazer um milagre. Para afeiçoar o barro, aproveitai-o enquanto

> está brando, que depois de cozido, não é possível dar-lhe nova forma. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 316.)

Num outro texto, intitulado *A Educação e o Estado*, publicado em 1839, Alexandre Herculano retoma alguns dos seus argumentos políticos em favor da consagração de um sistema proficiente de ensino público que abarque desde logo os mais novos. Também nesse texto, a crítica cívica de Herculano é *dirigida transversalmente a toda a classe política e a todos os governos*, em nome, intui-se, da nação. A voz é individual e concretiza o direito à intervenção cívica, mas a crítica sustenta-se no argumento do bem-comum da nação e é formulada em nome "da felicidade nacional", do "povo", que necessitaria fundamentalmente de educação para poder prosperar, "sem socorro do governo" e até "apesar do governo". A prosperidade do povo, garantida pela educação, asseguraria o futuro progresso do país:

> A coisa mais importante que há a considerar na nossa actual reorganização social é a educação. A razão é (…) que esta geração já vai perdida, que aos legisladores e ao governo incumbe salvar a que vem (…) por via da educação pública. (…) Ilustre-se, civilize-se, aprenda a conhecer o que lhe convém (…) que depois será o próprio povo quem, sem socorro do governo, e até apesar do governo se preciso for, abrirá canais e estradas, melhorará a agricultura, aumentará o comércio, aperfeiçoará a indústria.
>
> (…)
>
> Quereis regeneração social? Preparai para ela corações tenros com uma educação análoga a seus destinos. Este deve ser o grande pensamento de quem trabalha pelo bem da sua pátria.
>
> (…)

> Fiéis a este pensamento, e persuadidos de que este é o primeiro objecto a que devem prestar atenção os corpos legislativos, requeremos-lhes, em nome da felicidade nacional, que provejam quanto antes na organização e manutenção do ensino público, tão desprezado (…) no nosso país. (Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, pp. 66-67.)

Outro autor, em texto anónimo, sustenta uma nova ideia forte: o estado poderia e deveria contribuir para a generalização da educação pública (a melhor, segundo o autor), mas a sociedade (por exemplo, através dos jornais e dos livros) e os pais, independentemente da classe social a que pertencem (a visão classista do autor denuncia a hierarquia de classes da sociedade portuguesa do início de oitocentos), também têm de o fazer. Num texto de intervenção cívica em prol dos interesses gerais de Portugal, embora preconize uma educação diferenciada por classes, o autor apela, consequentemente, à responsabilidade paterna na educação dos filhos, independentemente da classe social de educadores e educandos:

> Na idade de 17 ou 18 anos é quando a razão dos mancebos está suficientemente desenvolvida (…). Resulta daqui que será incompleta a educação que foi interrompida antes desta idade (…) e ainda hoje, em vários países da civilizada Europa, (…) o ensino começa tarde e acaba cedo (…) por culpa dos mestres e [é] pouco frequentado por culpa dos pais.
>
> Para que a educação seja proveitosa e perfeita, é necessário que em cada povoação, e para cada hierarquia da sociedade, hajam escolas adaptadas às suas precisões, que o ensino seja gradual e frequentado e que nenhum aluno o abandone sem que a autoridade competente julgue que completou a educação. Graças aos progressos da moderna civilização e à necessidade de instrução que todos reconhecem (…), a educação tem hoje valia, mas não toda a que lhe compete e além disso não está suficientemente generalizada. Portanto, a mocidade, as famílias, o estado têm igual interesse na rápida propagação dos conhecimentos úteis e do ensino (…).

A educação popular abrange quase todas as classes da sociedade e todos os conhecimentos que competem à maioria dos cidadãos. É, por isso, a mais importante. A científica ou literária é só para o limitado número dos que seguem carreiras especiais. (…) Os conhecimentos que se reputam indispensáveis são o ler, o escrever e o contar. Mas isto não basta, porque quem há que não precise possuir algumas breves noções de higiene, de geografia, de astronomia? (…) Bem sabemos que não será possível que todos os homens adquiram estes conhecimentos, mas faça-se a diligência para que cheguem ao máximo número de homens. Tal deve ser a missão das aulas populares, dos opúsculos e jornais (…).

À proporção que saímos das classes mais ordinárias, achamos cada vez mais precisão de instrução. (…) É portanto necessário que, segundo as diversas localidades e as diversas profissões (…) o ensino compreenda noções elementares de (…) conhecimentos (…) das ciências às artes. Não basta legislar sobre este assunto. É necessário que as leis assentem em bases seguras e se ponham em pronta execução. Este desenvolvimento (…) do saber (…) influirá (…) na prosperidade pública.

Outro meio da educação popular é a lição de alguns escritos claros e sisudos. Estes livros acostumam o povo a sair do âmbito dos trabalhos manuais e interesses vulgares (…).

Nas classes inferiores (…), os pais geralmente mandam os filhos para a escola, e julgam-se dispensados de todo o cuidado da sua educação. Os indivíduos abastados chamam mestres particulares e pensam que (…) têm feito tudo. São dois erros. O pobre (…) deve (…) inquirir sobre o grau de aproveitamento (…) em que vai o filho e dar-lhe (…) educação moral; o opulento enganou-se também, querendo criar o filho para viver no mundo e cercando-o ao mesmo tempo dos melindres e concessões que caracterizam a educação particular.

(…)

> Se a educação privada (…) tem (…) inconvenientes, não deixa de os ter a educação pública. Não podem tomar parte nela os pais; não +e destinada a um só indivíduo (…); divide-se, portanto, a atenção do mestre (…); é submetida a regras que constrangem, etc. Mas por outro lado a regularidade que caracteriza a educação pública, a superioridade (…) dos mestres, a emulação dos alunos, são vantagens que não têm compensação. (…) Vê-se que (…) a educação deve ser pública, porque é esta a única nacional e social (…). Porém, nunca a família deve perder os seus direitos, nem o pai e a mãe esquecerem os seus deveres. (Anónimo [X. de A.?], Considerações sobre a educação, tanto científica como popular, tanto pública como privada, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, pp. 338-339)

Uma outra questão suscitada pel'*O Panorama*, porém, merece reflexão. O propósito de generalização e democratização da educação e do acesso à cultura, num país até há bem pouco mergulhado no despotismo iluminado absolutista, não seria do agrado de todos em Portugal, conforme Herculano dá conta:

> Há quem diga que o povo não deve ser ilustrado porque pretenderia ser mais do que é. (…) Outros repetem que os conhecimentos superficiais, únicos possíveis para o comum dos cidadãos, são coisa muito danosa. É esta uma ficção (…). Valeria o mesmo dizer que aquele que nada possui é mais feliz do que outro que possui alguma coisa. (…) Crê-se porventura que a ordem e a tranquilidade públicas se mantêm mais facilmente no meio de um vulgo ignorante e grosseiro do que entre homens laboriosos que (…) saibam quais são os seus direitos e obrigações e conheçam alguma coisa do mundo (…)? (…) A um povo empregado na ignorância e na bruteza, será mais fácil oprimi-lo do que governá-lo (…), ao passo que o povo ilustrado facilmente se governa, sendo ao mesmo tempo impossível oprimi-lo. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1835, vol. II, n.º 75, p. 315.)

Tendo em conta o texto acima, a educação universal – *O Panorama* oferece abundantes pistas para essa conclusão – seria vista como uma coisa perigosa

por sectores elitistas da sociedade portuguesa. Mas por que é que, segundo os redactores d'*O Panorama*, seria importante garantir a "instrução popular"? Um autor que assina X. de A., num artigo publicado em 1841, ainda que no mesmo tom sobranceiro, paternalista e de distinção entre a sua classe e as "classes inferiores da sociedade" já usado por outros colaboradores d'*O Panorama*, argumenta:

> Em um artigo sobre a educação popular, (…), recomendámos a necessidade dessa instrução para o aperfeiçoamento das nossas instituições políticas (…) e como complemento trataremos hoje a questão importante – se será ou não perigoso o ensino e a instrução das classes inferiores da sociedade. Há quem receie esta instrução nos operários, nos trabalhadores, no povo, enfim. Nós somos de opinião contrária e estamos (…) convencidos de que o perigo não está no povo instruído, mas sim no povo ignorante. (…) Mas, (…) voltemos à nossa tese – é ou não útil instruir o povo? (…) Sim, porque o aperfeiçoamento da razão humana conduz ao refreamento das paixões, e estas são mais temíveis em espíritos incultos do que naqueles que a educação penetrou. A ignorância é a companheira da anarquia e da demagogia (…). É entre os autómatos (…) nas últimas classes da sociedade que se acham os *agitadores* e (…) às massas ignorantes se dirigem os Catilinas e os Marats do tempo. (…) Quando tiverem alcançado o gosto e o hábito da leitura, fugirão da preguiça e dos vícios. (…) A educação aperfeiçoa a sociedade (…). Um povo instruído há-de conhecer mais depressa do que o ignorante que o seu interesse consiste na paz e ordem pública. A instrução lhe há-de fazer conhecer (…) que a inviolabilidade das propriedades é um seguro esteio da sociedade e que atacar à força bruta as classes ricas é uma monstruosa injustiça. (X. de A., Instrução popular, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 202, pp. 86-87.)

A objecção elitista a uma educação universal, conforme se percebe pelo enquadramento sugerido no texto anterior, radicaria, afinal, no temor a sublevações populares das "massas ignorantes" que pudessem destruir a ordem social vigente e liquidar os benefícios da elite. Pelo contrário, um povo instruído,

assegura algo ingenuamente o autor, respeitaria a sacrossanta propriedade (um valor manifestamente liberal) e a distribuição desigual da riqueza em Portugal. De qualquer modo, percebe-se que o destinatário, o receptor presumido pelo redactor, isto é, o leitor presumido d'*O Panorama* não é, nem podia ser, oriundo das "classes inferiores da sociedade". Inversamente ao que prometia e apregoava, *O Panorama* era dirigido, predominantemente, às elites letradas num país em que a população era maioritariamente analfabeta.

O Panorama não se limitou a fazer diagnósticos sobre alguns problemas do país ou a defender a "causa nacional" da educação. Por vezes, pela pena dos seus redactores, também propôs soluções concretas, nomeadamente para o ensino, em nome de uma intervenção cívica assente na presunção de obediência ao bem-comum. Numa série de textos publicados n'*O Panorama*, o filósofo e jurista Silvestre Pinheiro Ferreira, por exemplo, defendeu a instituição de um sistema público, universal e coercivamente obrigatório de ensino, mas usando de um tom que às vezes parece próximo da forma como se abordam as sucessivas reformas do sistema educativo:

> Denominamos plano racional aquele que, seguindo a marcha natural do desenvolvimento das faculdades do homem desde a sua primeira infância, permitir aos directores da educação nacional (…) marcar a qualidade de estudos a que se deverá franquear o acesso a cada um dos alunos, segundo a especialidade das individuais disposições físicas, intelectuais e morais com que a natureza o houver dotado.
>
> Dissemos da educação nacional, porque (…) só mediante um sistema (…) da educação nacional é que se pode esperar pôr um termo à deplorável anarquia com que, a cada nova reforma do ensino público, os estudos se tornam mais superficiais, os costumes mais devassos, e a desordenada concorrência em todos os ramos das ciências, artes e ofícios mais desastrosa.
>
> (…)

> Coordenar o plano da educação da geração futura, realizar os meios, assim no material como no pessoal, para o levar à execução, fazer com que de facto, por força ou por vontade, cada um receba aquele grau de instrução, e siga aquele ramo de ensino, para que a natureza o fez próprio, e tomando esta direcção assegurar a cada cidadão os meios de assegurar a sua subsistência (…), isto só o governo pode conceber, só ele o pode executar. (Silvestre Pinheiro Ferreira, Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema racional de instrução pública, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 115, pp. 78-79.)

No último dos artigos, publicado no n.º 136 da segunda série d'*O Panorama* (1844), Silvestre Pinheiro Ferreira argumenta que o sistema público de ensino deveria ser organizado em três ciclos. Na instrução primária seriam leccionados "os conhecimentos necessários a todo o homem, seja qual for a carreira que ele for abraçar", de forma não aprofundada, abrangendo matérias como a língua materna e as línguas estrangeiras, a matemática e as ciências, o desenho, a história e a geografia, a música e a religião e moral; no secundário, seria "mister não aplicar os alunos senão àqueles estudos que lhes forem necessários como preparatórios para a ciência, arte ou ofício para o que se conhecer ou presumir que a natureza lhes tem dado particular aptidão"; no superior, seriam criadas quatro academias (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora), compostas, cada uma delas, por quatro faculdades (Ciências Físico-Matemáticas; Ciências Morais e Políticas; Literatura (e Humanidades); e Belas-Artes. O autor previa, igualmente, a instituição de uma carreira docente, baseada no mérito científico e dependente da avaliação dos pares, uma posição que – diga-se – tem muito de actual. O ensino, ainda de acordo com Silvestre Pinheiro Ferreira, deveria ser obrigatório e não dependente do arbítrio dos pais – neste aspecto, aliás, o autor revela uma concepção algo totalitária e mesmo opressiva da educação e uma desconfiança radical em relação ao papel da família na educação:

> Não basta que o Governo prontifique aos cidadãos os meios de se instruir, deixando ao arbítrio de cada um aproveitar-se deles ou torna-los absolutamente inúteis ao estado, e seguir, segundo seu capricho, esta ou

> aquela carreira de vida, ou não abraçar nenhuma. Já mostrámos quanto é ábsono deixar este encargo aos pais, que pela maior parte são destituídos da precisa inteligência. E os que a possuem, uns não têm tempo, outros, por negligentes ou por preocupados, quer seja por falsas noções do bom e do justo, quer seja dum mal entendido amor paterno, dão uma errada direcção à educação dos filhos. Não resta pois senão o governo, a quem possa incumbir a obrigação de procurar a satisfação dos direitos que as crianças têm a que se lhes dê uma educação; e a sociedade a que eles sejam convenientemente empregados. (Silvestre Pinheiro Ferreira, Da classificação das ciências calculada para servir de base a um sistema nacional de instrução pública, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 136, pp. 246-247.)

Registe-se, igualmente, que a comparação entre Portugal e a Europa é uma constante nas mais diversas matérias publicadas *n'O Panorama* e a educação não escapou à regra. No periódico, encontra-se, por exemplo, um texto do francês Richelot em defesa da liberdade de ensino, traduzida pela não obrigatoriedade de frequência da escola pública e pela possibilidade de os pais escolherem a forma de ensino dos filhos (Richelot, Da liberdade de ensino, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 15, pp. 117-118); e um outro texto, também de um francês, em defesa do ensino público de artes e ofícios orientado para a indústria (Anónimo, O ensino público, artigo inserido no *Jornal dos Conhecimentos Úteis* de Janeiro de 1841, *O Panorama*, 2ª série, vol. I, n.º 10, pp. 78-79). A publicação de ambos os artigos ecoa, numa perspectiva comparativa, as preocupações dos redactores *d'O Panorama* com o rumo da educação nacional, mas, de alguma forma, demonstra também como eles procuravam sustentar ideias recorrendo ao *argumento de autoridade* dos intelectuais estrangeiros. No entanto, são, sobretudo, as comparações directas entre Portugal e a Europa mais rica que interessavam aos redactores do jornal:

> As pessoas pouco cogitadoras, e destas é o maior número, não consideram que os proveitos e cómodos de que a Europa actualmente goza (incalculáveis se os pretendermos comparar com os que dantes gozava) nasceram todos do cultivo das ciências e das artes, e que estas vantagens cresceram na

> mesma proporção em que se foram derramando por mais avultado número de indivíduos a boa educação e a instrução. (Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 316.)

A ideia sugerida seria, pois, que através da educação os artesãos conseguissem aperfeiçoar "o género de indústria que cultivam" para os tornar pelo menos "iguais aos da indústria alheia", ou seja, pelo menos iguais aos da indústria estrangeira (Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, p. 67). A comparação de Portugal com países cuja imagem, no país, os conotava com o progresso, funcionava, assim, como um dispositivo retórico de *convencimento*. Se os povos europeus tidos por mais avançados faziam assim, os portugueses teriam, inevitavelmente, de trilhar o mesmo caminho…

Interessantemente, aos redactores e colaboradores d'*O Panorama* não escapou, sequer, a problemática do ensino especializado e técnico-profissional. No domínio da agricultura, por exemplo, o jornal propunha a instituição do ensino agrícola, embora a sua perspectiva, mais uma vez, seja elitista (o "homem grosseiro do campo" seria um perfeito incapaz):

> A cultura da terra (…) deve (…) ser considerada como arte liberal (…). A agricultura não somente exige conhecimentos do processo maquinal da lavoura, ceifa, colheita, etc., mas também noções de astronomia (…) e estudo para conhecer quais as sementes e plantas que se devem lançar à terra, a natureza e propriedades dos diversos terrenos, e a manipulação que eles demandam, e bem assim quais os arbustos e ervas que o solo espontaneamente dá. (…) Esta indústria (…) não deve ser abandonada às mãos do homem grosseiro do campo (…) mas deve ser dirigida por quem saiba. (…) Ora, sendo certo que os esforços de indivíduos em particular têm sido cabalmente recompensados com prósperos sucessos, quando pretendem aumentar a fertilidade das terras, quanto mais não faria uma instituição nacional, destinada para este fim, dirigida por professores hábeis em todos os conhecimentos precisos a um perfeito agrícola. (Anónimo, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 135, p. 383-384.)

O ensino universitário também foi objecto de reflexão n'*O Panorama*, sempre na mesma via de *intervenção política*, *cívica*, em subentendido nome do bem-comum. Alexandre Herculano, por exemplo, transforma um texto destinado a elogiar um novo livro do jurista e político Vicente Ferrer, lente da Universidade de Coimbra, intitulado *Curso de Direito Natural Segundo o Estado Actual da Ciência*, num argumentário a favor da reforma universitária – e em favor da reforma da Universidade de Coimbra em particular – para que a Universidade pudesse corresponder às solicitações e necessidades da época. Dois pontos, para Herculano, seriam centrais: (1) o ensino universitário deveria pautar-se pela exigência e pelo mérito (a tal ponto que se deveria obstaculizar o ingresso para que só os muito capazes pudessem ingressar no mesmo – o que espelha uma visão algo elitista do ensino superior); e (2) deveria abrir-se às novas ideias. Os professores teriam, nesse campo, tarefas centrais a cumprir – facilitarem a reforma universitária, colocarem-se a par da evolução do seu campo científico "no resto da Europa" e criarem e propagarem novos conhecimentos.

> Centro e instituição principal do ensino superior no nosso país, a Universidade de Coimbra oferece nas fases da sua existência um dos meios mais seguros para podermos avaliar os progressos ou decadência das ciências e das letras em Portugal. Em todos os tempos, (…) é por ela que a história se tem regulado para avaliar o estado da intelectualidade nacional.
>
> (…)
>
> Sejam quais forem as mudanças e a nova organização política do país, as suas novas necessidades e as doutrinas mais esclarecidas do século actual nos obriguem a fazer no sistema de ensino público, é minha convicção profunda que a universidade, longe de se dever guerrear com o intuito de a aniquilar ou pelo menos de lhe diminuir a importância, se há-de aumentar e completar (…). Quanto mal ela pode produzir – e é incontestável que no estado actual da instrução pública aquela academia pode gerar, e talvez gere já, graves danos sociais – tudo isso nasce não da essência do instituto, mas da falta de filosofia política que tem presidido a todas as reformas até agora feitas no ensino público. Quando a universidade representar tanto

> em extensão como em intensidade o máximo grau de progresso científico, quando as condições literárias exigidas para ser inscrito no livro dos alunos forem tais que só capacidades eminentes possam arrostar com as dificuldades postas à frequência das faculdades, e ainda depois disso à aquisição dos graus, então o influxo daquele instituto será de muitos modos benéfico, e as únicas acusações atendíveis e sérias que se fazem contra ele cairão (…) por terra.
>
> (…)
>
> Posto pertença àqueles a quem incumbe organizar a instrução pública estabelecer por via da lei esta ordem de coisas (…), todavia ao alcance dos professores está o ir aplanando o caminho (…). Posta (…) a ciência da universidade a par dos conhecimentos no resto da Europa, o mais é comparativamente fácil, logo que haja um governo que entenda o verdadeiro sistema de ensino nacional, em relação aos interesses morais e materiais da nação.
>
> Muitos dos novos professores da Universidade têm concebido (…) estas doutrinas (…). Eles destroem os preconceitos arreigados em muitos espíritos contra a universidade. (…) A grande resposta que a universidade tem dado (…) são as prelecções dos seus professores, os seus compêndios e livros. (Alexandre Herculano, Bibliografia – Curso de Direito Natural, por V. Ferrer Neto Paiva, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 90, pp. 295-296.)

Finalmente, um particular: que papel estaria reservado à mulher na educação? A resposta dada por Alexandre Herculano é clara: deveria exercer o papel "que a natureza" lhe deu e que é ser mãe. Numa sociedade patriarcal, a plena possibilidade de a mulher alcançar, excepto por via dinástica, um papel social idêntico ao do homem parecia estar-lhe vedada – a mulher seria mãe, ao homem caberia dar as "lições científicas". O próprio *Panorama* parece dirigir-se aos homens, que constituiriam o seu público pagante e, possivelmente, também a maioria dos leitores.

> O que é a mulher? O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura? Os rudes francos (…) tinham com o seu bom e singelo juízo conhecido que onde resplandecesse a ternura materna aí residiriam todos os elementos do progresso e ventura da humanidade. Brevemente deserdada dos seus direitos sagrados, e limitada, em troca da veneração religiosa (…), aos cortejos de ridículo (…) galanteio, a mulher foi constrangida a abandonar a função de benfeitora. Contudo, sem embargo da nossa injusta (…(usurpação, ainda podemos certificar-nos de que com isto nos privámos nós mesmos de grandes vantagens. Com efeito, saindo-lhe das mãos para cair nas do homem, as crianças degeneram logo. A nossa aspereza lhes murcha as graças, o espírito torna-se inflexível e briguento, esmorece-lhes a esperteza e a perspicácia, e muitas vezes somem-se ambas para dar lugar à torpe ignorância ou às tristes consequências de uma educação viciosa. (…) As mães e só as mães podem aquilo que nunca o homem será capaz de tentar, com bom sucesso, pelo menos até à época em que o infante, já mancebo, se possa aproveitar das suas lições científicas. Entreguemos pois ao cuidado das mães o exercer das funções para que a natureza as criou. (Alexandre Herculano, Educação materna, *O Panorama*, vol. I, n.º 8, pp. 62-63.)

Em suma, no domínio educativo, *O Panorama* contribuiu, cívica e democraticamente, para o debate que se impunha, ainda que, certamente, este fosse confinado às elites que liam jornais e se interessavam pelos assuntos públicos e pela governação. Cumpriu, afinal, o papel que a imprensa teve de extensão do espaço público, o que pressupõe que teve um *papel político*, ainda que assumido em nome do bem-comum do todo nacional. Ainda assim, não se pode dizer que abriu espaço à controvérsia. Os redactores que colaboraram com o jornal nas questões da educação reforçam os argumentos uns dos outros, seguindo, tendencialmente, uma mesma linha de pensamento. Defendem, afinal, uma linha de pensamento progressista que via na democratização da educação uma alavanca fundamental para o desenvolvimento do país e para a assunção da ruptura entre o Portugal Novo, liberal e democrático (ainda que censitário), e o Portugal Velho, absolutista e despótico.

Capítulo V

O discurso *panorâmico* d'*O Panorama*

Conforme se evidenciou no capítulo precedente, *O Panorama* foi, tanto quanto o seu discurso deixa transparecer, um projeto político de intervenção cívica e cultural desenhado por uma elite cultural e económica, que o assumiu em nome do progresso do país e do povo. Mas se teve uma faceta politica e socialmente interventiva, animada por convicções e valores em que se misturaram o catolicismo, o liberalismo e o romantismo, teve outra eminentemente cívica, conectada com os ideais da ilustração e reforçada pela necessidade de facultar aos "novos" *cidadãos* emancipados pelo liberalismo os conhecimentos básicos necessários à sua intervenção no espaço público e nos processos decisórios. Por isso, *O Panorama* assumiu um discurso enciclopédico, que explorou um vasto número de temas.

5.1 Economia política

As questões económicas e as dissertações sobre economia são habituais *n'O* Panorama, até porque esta disciplina adquiria crescente importância política e pontificava no seio do processo de desenvolvimento das ciências sociais. António de Oliveira Marreca di-lo bem, num texto, publicado, em 1843[1], ao longo de

1) Marreca tinha, portanto, já em 1843, um profundo conhecimento da nova disciplina, facto tanto mais notável quando se pensa que *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, tradicionalmente apontado como o livro que institui a economia como disciplina autónoma, ter sido publicado em 1776 (a primeira edição em português foi impressa no Rio de Janeiro, em 1811, mas possivelmente circulariam em Portugal as versões em francês da obra, que começaram a publicar-se em 1790). Em 1843, muitas das obras fundamentais da disciplina, como os *Princípios de Economia Política*, de John Sturt Mill (de 1848), todavia, ainda não tinham sido dadas à estampa.

vários números *d'O Panorama,* em que comenta a obra de Michel Chevalier[2]. Um dos aspectos do texto é muito actual – a ênfase no consumo excessivo como elemento debilitante da saúde económica dos países e, portanto, como factor de instabilidade social. Marreca já via, argutamente, os problemas económicos como fonte de muitos dos problemas sociais:

> A província das ciências sociais vai-se alargando dia-a-dia e delas um ramo muito importante – a economia política – vai crescendo e avultando à proporção do progresso material das nações. As que vão atrasadas (…), que são as que não têm empregado senão em mui limitada escala os poderosos instrumentos da produção e da indústria moderna, pedem à economia política que lhes ensine o melhor método de aproveitar esses instrumentos. As outras (…), tendo pela aplicação mais extensa deles chegado à (…) prosperidade (…), se acham de repente atacadas no próprio âmago (…), inquietas com o mal oculto (…), inquirem (…) a origem dele, indo buscar aos princípios económicos (…) a chave desse mesmo enigma. Uns – os que são pobres – para enriquecerem, perguntando como hão-de empregar as máquinas, os capitais, as instituições de crédito e o comércio, o qual, não consistindo, em última análise, senão no mudar os produtos de um lugar para outro, vem quase a resolver-se pelas vias de comunicação (…). Outros países, já completamente armados destas forças e instrumentos, querem saber donde nasce o consumo que os definha, o desequilíbrio que experimentam na sua economia, o tremor que abala o edifício social (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 70, p. 133-134.)

2) Michel Chevalier (1806-1879) foi um economista liberal francês, deputado e senador. Os seus livros sobre os interesses materiais de França (1837), sobre a influência das vias de comunicação no progresso económico dos Estados Unidos (1840-1842) e o seu *Curso de Economia Política* (1842-1844) tiveram bom acolhimento em Portugal, país francófilo e pouco permeável às influências anglófilas.

O mesmo autor – Oliveira Marreca – identifica uma crise económica geral que caberia à economia política estudar e combater, ao mesmo tempo que inventaria as razões para a depressão industrial e agrícola portuguesa – poucos recursos e medíocre aproveitamento dos existentes:

> E nesta hora Inglaterra, pátria dos bancos, das máquinas, dos capitais, do comércio, dos canais e das estradas, geme e revolve-se na agonia de uma crise, causada por um sofrimento que resume todos os sofrimentos da indústria – a estagnação dos produtos. E resume-os todos, porque é sempre acompanhada de paralisia nos instrumentos da produção e no trabalho dos produtores, de qualquer classe que sejam. Outros países – e nós nesse número – sofrem de outras causas – da falta ou insuficiência, ou frouxidão ou desacerto emprego dos instrumentos produtivos, directos e indirectos. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 70, p. 133-134.)

De acordo com Marreca, a centralização da economia portuguesa, ao longo de séculos, no comércio de transporte entre a Índia Portuguesa, o Brasil e Portugal Continental seria uma das causas da ruína económica do Reino, que ademais se ressentiria da independência do Brasil, apesar de 21 anos terem decorrido desde este episódio:

> Anteriormente o nosso negociar era em grande parte assim. Comutávamos as mercadorias da Ásia (…) com as (…) de outras nações: comércio de transporte. Comutávamos os géneros do Brasil – que era nosso, mas que deixou de o ser – parte com géneros de Portugal (e até aqui era comércio de cabotagem) e na maior parte com artigos estrangeiros, dos quais uns eram para lá transportados licitamente, outros com máscara e selo de portugueses, por contrabando: e nessa parte era comércio de circuito. Era, na realidade, em grande parte, um comércio de transporto (…). Mas (…) a influência desse comércio (…) sobre a riqueza nacional é que releva apreciar.

> Aquele que manejávamos, trocando as mercadorias de nações estranhas pelos produtos de outras nações, claro está que não aproveitava à nossa indústria doméstica senão porque se fazia em navios nacionais (…). E porquê? Porque os nossos fabricantes, por caros e mal obrados que fossem os seus artigos, certos do consumo exclusivo no Brasil, dormiam (…) no meio da actividade e progresso das fábricas europeias. Como as fábricas, podia também a marinha mercante (…) ser bem ronceira, porque o monopólio assegurava-lhe que não encontraria no oceano, proa ao Brasil, rival que a incomodasse ou a competisse. (…) Cessando o monopólio e também as circunstâncias excepcionais em que então estava o mundo, o nosso comércio externo não pode hoje continuar estacionário (…), independente da produção doméstica como agente de trocas, estranho ao aperfeiçoamento dessa produção como instrumento de progresso e incentivo à divisão do trabalho, alheio ao desenvolvimento da nossa marinha mercante como indústria e veículo de produtos. Há-de ser o inverso (…). Se o império do oceano nos fugiu para nunca mais voltar, ao menos não seja tanta a degradação nos que descendem dos navegadores (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 70, p. 294.)

As questões da economia política por vezes extravasavam para a esfera do direito e da ideologia. O magistrado João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, por exemplo, a propósito da discussão da relação da agricultura com o direito na Idade Média (ele via nas leis medievas sobre a agricultura uma injustiça e um impedimento para o progresso dos povos e a prosperidade das pessoas), manifesta a crença em alguns dos valores centrais do liberalismo (direito à propriedade, liberdade como valor principal, valor do contrato, fiscalidade suave, contenção dos gastos públicos e contenção no papel do estado):

> Os princípios que influem directamente na cultura, e que por isso mesmo devem reger na composição das leis, são: liberdade da pessoa; propriedade dos bens; segurança dos contratos; suavidade dos encargos públicos. (…)

> O homem livre tem no seu orgulho natural uma mola que eleva o seu espírito (…). O homem que une suas forças e seus talentos para procurar subsistência e gozo aplica-as naturalmente àquele objecto que reputa seu, (…) à propriedade (…). Mas se (…) a sua pessoa e a sua fazenda (…) ficarem sujeitos ao arbítrio alheio, aqueles bens (…) serão interceptados (…), daí a necessidade da segurança nos contratos. Porém, se (…) o homem for despojado dos frutos do seu trabalho, tudo será inútil. (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Agricultura – Sobre suas relações com a população, leis e costumes, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 107, pp. 15-16.)

A abordagem da economia, em determinadas alturas, assume, igualmente, uma faceta *política* – por outras palavras, era, conforme já se destacou aqui, uma forma insinuante de *fazer política* sem o parecer, no implícito nome de um "interesse nacional". É assim que, num tom *patriótico* de defesa da indústria e produção nacionais, *O Panorama* viu com bons olhos a exposição industrial portuguesa de 1838, colocando o acento tónico no fomento da competitividade e na promoção da qualidade que essas exposições permitiriam, em consonância com o que se passaria nos países mais desenvolvidos da Europa:

> Uns poucos de anos conta já (…) a Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Valiosos serviços tem feito à pátria (…). A ela devemos agora o projecto para uma exposição dos produtos da indústria portuguesa. Estas exposições, há muitos anos estabelecidas em França, têm produzido benéficos resultados. São elas como termómetro que marca os progressos que vão fazendo os diversos ramos industriais. Os louvores do público (…) animam e incitam à aplicação o artífice; incitam-no, igualmente, as críticas e repreensões. Acresce que o povo sabe muitas vezes, por estas exposições, que no seu país se fabricam objectos que ele supunha serem de manufactura estrangeira. Com elas se facilitam as vendas de objectos (…) e (…) as esperanças (…) de (…) saída fácil às obras da (…) indústria (…). Enfim, os dois grandes elementos do progresso das artes e manufacturas – concorrência e publicidade – são o objecto de semelhantes exposições.

> (…) Em França, as exposições da indústria começaram (…) em 1797 (…). Mais três exposições se seguiram até 1806 (…), renovando-se (…) em 1819 e desde então se têm quase regularmente repetido de quatro em quatro anos. (Anónimo, Exposição dos produtos da indústria nacional, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 58, p. 184.)

Conjunturalmente, no mesmo texto, evoca-se o passado português, como antes se tinha feito com a lembrança do passado francês, como confirmação do acerto da promoção da exposição. Para o caso, o facto de o marquês de Pombal ter promovido uma iniciativa semelhante torna-se uma espécie de *argumento conclusivo de autoridade* para o apoio dado à iniciativa:

> Entre nós elas [as exposições] já são antigas. O génio imenso do marquês de Pombal calculou os efeitos que deviam produzir. Quando se inaugurou a estátua equestre da Praça do Comércio (…), nada nela se gastou que não fosse produto da indústria nacional. Era esta, na mente do ministro, uma exposição (…) segundo as formas possíveis naquele tempo. Depois, o marquês, instituindo, em Oeiras, uma feira anual, pretendia perpetuar nela o que começara na inauguração da estátua (…), porque a esta feita deviam concorrer os diversos objectos da indústria portuguesa, onde achavam fácil venda. (Anónimo, Exposição dos produtos da indústria nacional, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 58, p. 184.)

O repto à participação, no final do artigo, não poderia ser mais claro quanto ao apoio dado pelo jornal à iniciativa:

> Renovadas também entre nós, por benefício da Sociedade Promotora, estas exposições, nós convidamos a todos os artistas que concorram (…) não só para glória da nação e honra para a Sociedade, mas até proveito para os artistas (…). (Anónimo, Exposição dos produtos da indústria nacional, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 58, p. 184.)

O texto anterior demonstra que os redactores d'*O Panorama* eram sensíveis aos acontecimentos que marcavam o quotidiano português; mas também indicia que, possivelmente, as personagens das elites portuguesas lisboetas se conheciam bem, até porque seriam poucas e frequentariam os mesmos meios, comungando, frequentemente, de idênticos interesses e ideias: veja-se a ênfase no valor liberal da *concorrência* e o apelo directo que *O Panorama* faz à participação dos industriais e artífices (leitores presumidos) na exposição, quase se substituindo à própria Sociedade. A confluência dos interesses dos industriais e burgueses com os dos redactores d'*O Panorama* seria, aliás, reflexo de uma ideologia progressista e patriótica, até nacionalista, que os animaria.

Acompanhando, assim, a actividade da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, *O Panorama* – que, como se vê, também oferecia *informação* sob a forma de notícias – noticiou, igualmente, a segunda exposição industrial promovida pelo referido organismo, em 1840:

> A Sociedade Promotora da Indústria Nacional compreendeu que a missão das instituições desta natureza era activar o progresso dos conhecimentos humanos, e que um dos meios mais eficazes que para isso podia empregar era o estímulo que resulta da concorrência. (…) Assim é que achamos entre nós (…) disposições tendentes ao bem comum da nação (…). Muito desejamos que o número dos concorrentes seja grande (…). Compete-lhes mostrar que não tratam com indiferença um acto de que resulta glória não só para eles (…) mas também para a nação. A exposição há-de fazer-se no próximo (…) mês de Julho, no edifício que foi convento dos Paulistas (…). (Anónimo, Nova exposição da indústria nacional, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 156, p. 136.)

O excerto anterior documenta que uma iniciativa que poderia ser encarada pelo lado do marketing, é enquadrada como sendo, sobretudo, uma forma de "activar o progresso dos conhecimentos humanos" em nome da "concorrência" industrial e do bem-comum, em consonância com a linha editorial do próprio *Panorama*, que assim encontra justificação para noticiar a iniciativa. Interessantemente, na matéria, sugere-se, mais abaixo, recorrendo-se a um exemplo histórico, forma

comum de o fazer, um outro enquadramento de sentido para a realização da exposição: os portugueses, graças ao génio do marquês de Pombal, teriam sido precursores na realização desse tipo de certames. Esse tipo de enquadramentos contribuiria para alimentar sentimentos de amor-próprio (pelo facto de serem portugueses) e, quiçá, de amor pátrio entre os leitores.

> Ligada pelos seus estatutos a tratar especialmente dos melhoramentos na agricultura e das artes, lembrou-se de ressuscitar a *exposição da indústria portuguesa*, que fora ensaiada pelo marquês de Pombal (…) na feira que estabeleceu junto ao seu palácio na vila de Oeiras, muito antes que o ministro do directório francês Neufchatêau chamasse alguns homens entendidos e com eles se aconselhasse para instaurar, como o conseguiu, a primeira exposição da indústria francesa. (Anónimo, Nova exposição da indústria nacional, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 156, p. 136)

Quais os fins específicos da exposição, de acordo com *O Panorama*? Essencialmente, publicitar o que a indústria nacional produzia, promover os negócios e permitir a avaliação dos produtos:

> Louvores, portanto, à Sociedade Promotora, que (…) aproveitou o fecundo pensamento de uma exposição industrial, abrindo o teatro onde os artistas (…) podem manifestar a um grande número de espectadores o fruto de suas vigílias e aplicação de seus talentos, onde os mesmos tirarão proveito do exame (…) da opinião pública, e se vulgarizará o conhecimento de muitos inventos e de obras úteis e curiosas, que se não procuram porque se ignora que há quem as faça no país. Lucrarão não só esses com a publicidade (…) como também (…) o geral dos cidadãos com as notícias que adquire (…), suscitando-se em muitos homens (…) o desejo de imitar, igualar ou aperfeiçoar o que viram, ou a nobre ambição de colherem (…) aplausos (…). (Anónimo, Nova exposição da indústria nacional, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 156, p. 136.)

A metáfora do teatro, no texto acima, tem também o condão de aproximar simbolicamente a ideia da exposição à ideia de espectáculo. Conforme bem o intuiu o redactor d'*O Panorama*, um certame industrial é, efectivamente, *também um espectáculo*.

Seguindo as sucessivas convocatórias de exposições industriais, como se de um *acontecimento em desenvolvimento* se tratasse (os desenvolvimentos do que é noticiado tende a ser igualmente noticiado), *O Panorama* também deu conta da futura celebração da terceira exposição da indústria nacional, em 1844. Mais uma vez, o acento tónico foi o da celebração da *livre concorrência*, bem ao encontro de um entendimento liberal da economia. Mas é de realçar um entendimento básico das estratégias de marketing, num tempo em que, por deficiente circulação da informação (em que *O Panorama* também atenta) e formas arcaicas de publicidade, nem todos sabiam do que se fabricava e vendia em Portugal:

> No sistema de concorrência que hoje reina nos diversos ramos da indústria, é preciso achar os meios de dar saída aos produtos, e com efeito os principais são: 1º trabalhar com a maior perfeição; 2º dar as obras pelo mais baixo preço possível; 3º fazê-las conhecidas do público, para que este saiba onde as pode haver. Parece-nos que as *exposições dos produtos industriais* contribuem poderosamente para este terceiro e predispõem para os outros dois. Tais exposições (…) têm a utilidade real de promover a emulação e de fazer chegar à notícia geral os aperfeiçoamentos que os artistas inteligentes e aplicados têm introduzido nas suas oficinas. Conseguem-se, portanto, dois fins: desenvolve-se o talento industrial e a curiosidade atrai compradores (…). A benemérita Sociedade Promotora da Indústria Nacional zelosamente se tem empenhado em facilitar às artes portuguesas as vantagens da exposição pública (…). No presente ano se propõe apresentar nova exposição no local onde se acha estabelecida (…). (Anónimo, Exposição da industria nacional, *O Panorama*, 1844, 2ª série, volume III, n.º 132, p. 216.).

Num outro texto d'*O Panorama*, faz-se a apologia, em tom significativamente liberal, da contenção na cobrança dos impostos. O autor, Xavier d'Araújo, socorre-

se, retoricamente, de vários exemplos para demonstrar a utilidade económica da manutenção de impostos baixos (contra partidários de um aumento geral dos impostos sobre o consumo que são indirectamente mencionados no texto). A sua intervenção política através d'*O Panorama*, ainda que não partidária, é feita, subentende-se, em nome do interesse económico nacional, mas a ela também está subjacente a atitude liberal de intervenção cívica individual no debate dos assuntos e negócios públicos:

> Não nos ocuparemos (…) senão de verdades práticas. Somente verificaremos um facto, e é que o aumento da renda pública não é consequência certa e infalível do aumento dos tributos, e que muitas vezes acontece diminuírem-se os tributos sem que a renda pública seja diminuída. As opiniões erradas que têm vogado e vogam ainda a este respeito são manancial de resultados desastrosos, por isso as atacaremos. Nós julgamos inútil tarefa a de mostrar que a excessiva elevação dos direitos tira ao povo o seu bem-estar e corrompe a moralidade pública, animando o contrabando, as declarações falsas e a fraude. São verdades hoje geralmente reconhecidas e todos convêm na sua exactidão, mas respondem "o mal é sem remédio, as necessidades do Governo não permitem que se reduzam as taxas". Na Câmara dos Comuns (…) disse o chanceler (…) "Se reduzis os direitos sobre o sal de 15 para 10 xelins, o sal não dará uma renda senão de um milhão de libras, em vez de 1,5 milhões que rendia (…). Certamente que os ministros teriam grande prazer se pudessem consentir em (…) diminuições de direitos, porém (…) nos é impossível consentir nesta ou noutra qualquer redução." Não nos é preciso muito esforço para demonstrar a insuficiência das razões do ministro. Ele e os seus colegas supunham que não haveria maior consumo da mercadoria descarregada do direito pesado sobre ela imposto. Porém, o sucesso fez ver o contrário (…). Se depois da redução do direito sobre o sal (…) cada pessoa, em vez de gastar dois alqueires, gastar ou consumir três alqueires, é claro que não haverá diminuição (…). É isto o que se observou. E nós não receamos afirmar que tal será sempre o resultado da diminuição dos direitos excessivos lançados nas mercadorias de uso geral, e que longe de haver a mais pequena diminuição na receita pública, ao contrário, haverá

> aumento, resultado do maior consumo e da ausência de contrabando. É pois para nós (…) evidência que em mercadorias de uso e consumo geral a diminuição do valor dos direitos não diminui a receita do Estado, antes a aumenta (…). E não só produzirá esse resultado, mas também terá o de introduzir essas mercadorias no uso de novas, e ainda mais numerosas, classes de consumidores. A história do algodão (…), outro exemplo do chá (…) mostra o mesmo resultado. No ano de 1775, Mr. Turgot reduziu a metade os direitos do peixe nos mercados de Paris, e apesar desta redução a receita do Tesouro não diminuiu (…) porque (…) foi maior o consumo. Veja-se na vizinha Espanha (…) o Reino de Valencia (…) é muito pouco abundante em gado e cereais, e ainda que a sua extensão não iguale a dois terços do Reino de Aragão, contudo rende muito mais do que este para o Tesouro público, e isto procede da (…) diminuição dos direitos sobre a carne e outros géneros de primeira necessidade e à (…) abolição do direito (…) sobre o pão. (Xavier d'Araújo, Produto comparado dos direitos grandes sobre os pequenos, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, pp. 286-287.)

Os valores liberais – e o seu subsequente apelo à contenção da intervenção do Estado em nome das liberdades individuais e da livre iniciativa – que se encontram plasmados em todo *O Panorama* são particularmente visíveis num irónico texto, possivelmente traduzido de um periódico inglês, no qual, indirectamente, se critica o sistema fiscal e a sofreguidão tributária dos estados:

> Lord Brougham, num discurso sobre os impostos da Inglaterra proferido antes de ser nomeado chanceler, enumerava da seguinte maneira os diversos impostos ingleses:
>
> "Pagamos direitos por tudo quanto nos entra na boca, nos cobre o corpo ou temos debaixo dos pés;
>
> Direitos de quanto agrada à vista, ao ouvido, ao tacto, ao olfacto e ao paladar;

Direitos do que está na superfície da terra, dentro de água ou debaixo da terra;

Direitos de tudo o que nos vem de fora ou é produto do nosso país;

Direitos das matérias brutas e do valor que lhes dá a indústria do homem;

Direitos dos molhos que provocam o apetite do homem e das drogas que lhe restituem a saúde;

Direitos do arminho que cobre o juiz e da corda que estrangula o criminoso;

Direitos da prenda do casamento e dos pregos do esquife.

Na cama, a bordo de um navio, no nascente e no poente, temos de pagar direitos.

O rapaz da escola açoita a sua boneca *taxada* com um chicote *taxado*;

O homem adulto dirige o seu cavalo *taxado* com uma rédea *taxada* por uma estrada *taxada*.

Finalmente, o inglês agonizante, tomando um remédio por que pagou 7%, numa colher por que pagou 15%, torna a deitar-se numa cama coberta com chita por que pagou 22%, faz o testamento cujo selo custa oito libras esterlinas e expira nos braços dum boticário a quem pagou cem libras para conferir-lhe o direito de o fazer morrer. (…) As suas propriedades pagam o imposto de 20 a 10%. Exigem também direitos enormes para enterra-lo no cemitério. Um mármore *taxado* transmite à posteridade as suas virtudes, e só finalmente quando chega a reunir-se com os seus antepassados deixa de pagar impostos. (Anónimo, Impostos que paga um inglês, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 48, pp. 102-103.)

As questões da tributação, num país como Portugal, em que ela começava a tentar aplicar-se de forma mais eficaz, para sustentar o exército e o corpo de funcionários instalados pelo estado liberal, estavam mesmo na ordem do dia nos tempos em que *O Panorama* era publicado, pois surgem várias peças relacionadas com o tema, defendendo, invariavelmente, o ponto de vista da moderação na cobrança de impostos e da necessidade de equilíbrio das contas públicas – uma mensagem plena de aplicação ao Portugal de hoje:

> O que são os tributos, taxas ou impostos?
>
> A quantia paga pela nação para ocorrer às despesas do governo.
>
> As despesas do governo são ou devem ser feitas atendendo-se ao mesmo tempo ao interesse geral de todos e aos particulares de cada indivíduo: logo, todos devem pagar impostos, mas em que proporção? Cada um em razão dos gozos e vantagens que o governo lhe segura; numa palavra, em razão dos seus bens ou propriedades de qualquer natureza que seja. É esta uma verdade geralmente reconhecida desde que nas instituições políticas foi inscrita a igualdade dos direitos e dos encargos. Mas sobre que parte dos haveres de cada um dever levantar-se o tributo? Unicamente sobre os rendimentos e nunca sobre o capital. Expliquemo-nos. O imposto é destinado a ser gasto, isto é, consumido em produtos de diversa natureza, em salários dos empregados públicos, pensões alimentícias, abastecimentos e munições de toda a casta: não deve, portanto, extrair-se senão dessa parte da riqueza geral, que pode ser despendida sem esgotar os mananciais da produção, sem diminuir a faculdade reprodutora, sem atenuar o capital da sociedade: logo há-de ser lançado exclusivamente sobre os rendimentos, porque, se o imposto, passando além das rendas, acometesse o capital, os instrumentos essenciais da produção, veria o país decrescer anualmente a sua força produtiva e caminharia à sua ruína completa. Em todas as épocas e nos diferentes povos, a experiência confirmou este princípio: em Roma, dominando os imperadores; na Espanha, depois do descobrimento da América; em França, nos reinados de Luís XIV, Luís XV e durante

os últimos anos da república, a imposição lançada sobre os capitais fez necessária a miséria, provocou inauditos sofrimentos.

Os povos, como os particulares, não podem gastar mais do que têm de renda e isto prova que das rendas é que o imposto deve sair. Oferece-se, porém, outra questão: qual será a parte do rendimento que o governo pode exigir de cada um sem obstar ao aumento da riqueza geral, sem paralisar a produção? Considerando a renda como lucro da produção, como o ganho quotidiano ou anual do produtor, ou, por outros termos, a faculdade adquirida por um indivíduo, em virtude de qualquer trabalho, de consumir sem prejudicar a sua força produtiva ou o seu capital, é fácil determinar, não a parte absoluta que o governo pode exigir de cada um, o que é uma questão política, mas aquela parte que ele pode tomar sem ofender o incremento da pública riqueza, sem entorpecer a produção, o que vem a ser uma questão económica. Nem todos gozam rendas, o operário que não ganha senão para ocorrer às suas imediatas precisões e às da sua família não tem propriamente rendas, parece, portanto, que não tem que pagar impostos. E se lhos fizerem pagar, o que acontecerá? Não só o capital vivente da nação minguará, porque a miséria e o sofrimento tem esses resultados, mas também o desgraçado obreiro nunca poderá parar para resfolgar, nem juntar, se tanto lhe fosse dado, para a idade provecta. O que obtém um certo rendimento líquido não pode, como todos sabem, dá-lo inteiramente ao governo, porque se o fizer ou for compelido a isso, não se achará com igual força criadora no ano imediato, nem apesar dos seus esforços, talento e bom êxito, acrescentará um ceitil à produção nacional. Se o total da renda líquida dos particulares for absorvido pelo governo, todo o progresso é impossível, toda a tentativa de aumentar a riqueza social será rematada loucura.

O imposto nem deve recair sobre o necessário, que não é renda, nem sobre a porção desta, destinada a entreter e a renovar a mobília industrial e agrícola da nação, portanto, não deveria pesar senão sobre aquela porção que os particulares destinam a seu fausto, a seus regozijos, a seus prazeres. Eis o que diz a ciência especulativa, ensina a prática e prescreve a lógica. Mas,

> o que deve ser ao que é vai muito. Não é segundo a conta, que os povos dedicam a seus folgares e sobejas comodidades, que lançam os tributos, porém, conforme as precisões dos governos, não é segundo o que as nações podem pagar sem ruína própria, mas conforme a faculdade de consumir que têm os governos. Deveria, porém, a ciência económica, assentada em invariáveis princípios que a experiência sanciona, dirigir este lançamento e não a instantânea ou mudável precisão, causadora pelo ordinário de insanáveis desordens. (Anónimo, Pensamentos sobre os tributos, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 18, pp. 143-144).

O texto seguinte também é sintomático das opções ideológicas liberais d'*O Panorama*, tendo um motivo de interesse acrescido pelo receio evidenciado em relação às ideias revolucionárias que já então se notariam entre a classe operária e pelas considerações elitistas sobre a existência de "classes inferiores da sociedade". É um texto curioso, também, porque, apelando a *concórdia social* através do *entendimento dos fenómenos sociais*, defende o ponto de vista que a uma maior instrução corresponderia o abandono das "ideias falsas", leiam-se *revolucionárias* ou *reformistas*, entre o operariado:

> À proporção que se for dilatando a instrução pelas classes inferiores da sociedade, o povo se irá desabusando das falsas ideias que prevalecem entre os operários, de que o trabalho manual é a única fonte de riqueza, de que ele não é adequadamente remunerado por combinação dos ricos contra os pobres, de que o trabalho mental não é valioso, de que a prosperidade ou riqueza não deve ser transmitida nem acumulada, de que o tirar interesse ou juro do dinheiro emprestado ou do capital empregado é injustiça e outras semelhantes. Convém que o povo rude, a quem tais falácias iludem como verdades, conheça que a instituição da sociedade política dimana da protecção concedida à propriedade e que tal sempre tem sido, e continuará a ser o seu principal fim, que a igualdade que aparecesse hoje viria forçosamente a ser desigualdade amanhã, que o trabalho não teria aplicação, nem se poria em movimento se não fossem os meios da riqueza ou, o que é o mesmo, os capitais, donde o trabalho vem a ser o resultado

do emprego dos capitais, que os ricos são tão necessários aos pobres, como estes aos ricos, donde se vê que tudo na vida social é reciprocidade, que não é injustiça dar aos ilustres pintores Rafael ou Ticiano maiores estipêndios do que aos moços que moem as tintas. James Watt, que fez a aplicação do vapor às máquinas, foi mais útil à sociedade e mais digno de apreço do que quinhentos mil homens ordinários. Se a classe trabalhadora persistisse em tão néscios pensamentos, justamente criaria inimigos naqueles que aliás seriam seus amigos razoáveis e úteis, e enganar-se-á muito imaginando que a riqueza não tem meios, nem deliberação, para defender a sua propriedade dos ataques da injustiça e da ignorância.

O que um bom governo pode fazer é proporcionar a todos os meios de adquirirem conhecimentos úteis e não pôr obstáculos ao progresso da indústria e do talento.

Que estímulo poderá haver para a indústria, e frugalidade, se o homem for privado de legar os seus lucros e economias à sua família? Que regulação de salários, ou estipêndios, poderá estabelecer-se, se não for o voluntário contracto entre quem pretende ser servido, e aquele que quer servir, seja qual for a natureza do trabalho? Já se vê que as propriedades necessariamente se acumulam e que a sua igualdade é tão quimérica, como a das fisionomias, que o trabalho é um género de permutação e que o seu preço, como de tudo mais, é regulado pela competição de merecimento, pela necessidade da sua aplicação e por outras circunstâncias.

A natureza, e os inevitáveis incidentes da sociedade, têm promovido desigualdades, que também são inevitáveis. É necessário que cada um de nós, em nossas relativas posições, tranquilamente se submeta ao que não pode evitar. Nem os pobres ficariam felizes por se apossarem dos bens dos ricos, porque as mesmas disputas que existiam antes da invasão das propriedades, se suscitariam na partilha do despojo, e então, ou a desigualdade daquelas se renovaria ou a guerra seria contínua. Portanto, a ideia da primitiva república francesa foi um sonho enganoso e prejudicial.

> É nossa profunda convicção que semelhante tentativa, nenhum esforço, nenhuma união, por mais formidável que seja, poderá levar a cabo.
>
> Alguns advogados da divisão da propriedade aconselham que, por morte de qualquer membro da sociedade, seja abolido o direito exclusivo da viúva e dos filhos, e se reparta a herança por todos os outros membros da sociedade de idade adulta. Não hesitamos em afirmar que se tal distribuição se efectuasse dentro em pouco cessaria de haver propriedades para distribuir. ([Cooper], Extraído das lições de economia política de Cooper – O trabalho e os capitais, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 22, pp. 170-171.)

Nas páginas d'*O* Panorama, as contribuições mais relevantes ao conhecimento económico são, talvez, as de António de Oliveira Marreca, que assumiu a direcção da publicação em 1843. São muitos os seus textos dedicados à situação da economia nacional e internacional – e que constituem, mais uma vez, uma forma insinuante de *fazer política* escudada num pressuposto interesse nacional. Num deles, tece uma curiosa comparação entre Portugal e a Bélgica, preconizando alguns princípios para a recuperação da economia nacional, assentes na imitação do que outros tinham feito com bons resultados. Parece quase um lugar-comum dizê-lo, tantas as repetições, mas o que é um facto é que, ao contemplar-se o Portugal de oitocentos pela prosa de Oliveira Marreca, no excerto de texto a seguir inserido, se compreende quanto os problemas estruturais da economia portuguesa vêm de trás. É o caso, nomeadamente, da morosidade da justiça, que emperra os negócios.

> Contudo, apesar do atraso em que estamos, a nossa situação é mais favorável a certos respeitos do que a de outros estados muito mais prósperos. A Bélgica, tão adiantada (…), tem de tentar ensaios aventurosos (…), enquanto nós temos a cursar uma rota experimental sabida e experimentada – a mesma que andaram outros para chegarem ao ponto em que se acham. (…) Nós pretendemos que à divisão da propriedade se acrescentem transportes fáceis, que a produção se fomente no seu próprio embrião por capitais baratos, que os capitais embarateçam pelo modo que o podem

> ser, que é a concentração e o movimento comercial ao mesmo tempo, dos grandes e dos pequenos, dos metálicos e dos que não o são, que o crédito se promova dando-se garantias aos que emprestam, e as garantias se consolidem codificando e regenerando onde convenha a nossa regeneração caótica, administrando justiça mais expedita e imparcial do que está sendo, tirando, assim, à propriedade a incerteza que a deprecia, e que contribui tanto para a taxa exorbitante dos juros. Pretendemos que as forças sociais (…) se agreguem (…), se proporcione às invenções mecânicas uma área experimental nos estabelecimentos fabris (…) e se teça um laço de (…) comércio entre o campo e as vilas. Desejamos comércio externo (…). Mas sem possuir (…) os meios de comunicação que aproximam (…) [é] aquela economia *paupérrima* (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 93, p. 314.)

No mesmo texto Marreca faz também a apologia do abandono da política colonial por causa do *deficit* que gerava no orçamento de Estado – uma forma directa de intervenção política, portanto:

> Havemos de concluir que a metrópole deve abrir mão dos domínios do ultramar (…) porque mostra (…) uma lacuna anual de dois mil contos no seu rendimento. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 93, p. 314.)

O mesmo autor alinhava, noutro ponto do mesmo texto, a sua ideologia económica, que recusava tanto o proteccionismo paternalista como o liberalismo selvagem:

> Os governos (…) paternais são hoje um disparate e um anacronismo que corresponde a povos infantis; e governos autómatos significam povos sem direcção. A tutela absoluta funda-se na teoria de que os homens são rebanhos; a anarquia económica no princípio de que são perfeitos. (…)

> O pautado dos regulamentos e o silencioso do sistema oposto são ambos (…) funestíssimos. Um esteriliza tudo. O outro não deixa organizar nada. A verdadeira economia política reina entre estas duas ideias absolutas que (…) se transformam em males sociais. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 93, p. 315.)

Para Marreca, no entanto, enquanto a indústria nacional não fosse competitiva, haveria de seguir uma política proteccionista[3], complementada, todavia, por outras medidas infra-estruturais (designadamente o estímulo aos transportes e à construção de vias de comunicação):

> Deste cuidado e estudo (…) que cada nação aplica aos seus recursos internos deriva o empenho com que afasta (…) a concorrência (…). Que sem restrições é impossível introduzir a indústria fabril (…) ninguém nega. Afirmativa que da boca das que vivem da exportação dos seus artefactos, e portanto suspeitas e interessadas, é argumento de mais para nos convencermos (…) que sem a mediação, não digo do sistema restritivo, mas de restrições *temporárias*, é impossível erigir fábricas e sustentá-las (…).
>
> Condenamos as restrições como sistema, como princípio e como regra geral. O sistema, a regra geral oposta – a liberdade – é que é verdadeira e genuína – a liberdade de exercer qualquer indústria e de comprar e vender ou no país ou fora dele. Mas para ser profícua esta liberdade, não há-de parar no arbítrio absoluto que com ela se concede aos produtores e consumidores, a uns de escolher o ramo industrial (…), a outros de se irem prover no mercado que mais lhes convenha, que é sempre o mais barato. Supõe-se sempre que produtores e consumidores farão uso judicioso desse arbítrio e empregarão ao mesmo tempo meios e instrumentos adequados. Porque se os não empregarem, a liberdade (…) é (…) vã (…).

3) É de relembrar que o Governo setembrista introduziu, em 1837, uma pauta aduaneira proteccionista, o que gerou um surto de desenvolvimento da indústria portuguesa, até então sujeita, em particular, à importação de produtos manufacturados de Inglaterra.

> Posta a liberdade, assim entendida, como regra e sistema, os limites à faculdade de produzir, e de comprar e vender onde se queira, constituem a excepção, de maneira que (…) absurdo vem a ser arvorar a excepção em princípio e as restrições em sistema (…). Os que atribuem às restrições a criação e desenvolvimento da indústria (…) caem num erro (…) se estimam de nenhum preço as máquinas que diminuem as despesas de fabrico e abreviam e esmeram o trabalho, os capitais que o nutrem, as vias de comunicação (…) por onde circulam os produtos (…). Os que, ao contrário, reputam (…) prejudiciais as restrições, lutam contra a experiência que os desmente (…). Sucede umas vezes que ao desleixo e desprimor no fabrico interno se juntam direitos excessivos de importação, e que, convidado por estes dois incentivos, o contrabando atropela todos os obstáculos (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 85, p. 250.)

Percebe-se, ainda, pelo texto anterior que Oliveira Marreca estava claramente consciente da possibilidade de incentivo ao contrabando quando os bens produzidos num interior do país não eram bons e quando, ao mesmo tempo, a importação desses mesmos bens do exterior era exorbitantemente cara por causa da pauta aduaneira.

A não despicienda questão do preço do dinheiro e do acesso a crédito a juros comportáveis também foi levantada por Oliveira Marreca. O autor propõe, nessa matéria, a criação de instituições de crédito (que surgiriam, em Portugal, em 1844) e a introdução de um papel-moeda (embora assente em bens fundiários e reservas metálicas) que representaria toda a riqueza nacional e não, como pretendiam os mercantilistas, apenas a riqueza indexada às reservas de metais nobres:

> O crédito (…) não será empregado em criar valores de pura convenção (…). O seu serviço há-de constituir em tornar valores pré-existentes disponíveis para a produção de valores futuros. Os valores pré-existentes não nos faltam a nós, porque temos terras de semeadura, celeiros cheios e abundantes para

> a semente, animais para a lavoura, comestíveis de toda a espécie e armazéns de fazenda para o vestuário, e (…) os trabalhadores (…). O que falta pois (…)? Falta (…) a moeda ou o seu substituto, porque sem esse instrumento não podem circular (…) objectos (…) porque não podem trocar-se uns pelos outros. Não é, portanto, necessário, para sair deste embaraço, criar valores meramente convencionais ou fictícios, basta criar uma moeda que tenha fundamento e hipoteca no valor da terra e até numa razoável reserva metálica e que, representando, deste modo, um valor real, possa permutar-se por todos os outros valores, produtos, serviços ou instrumentos (…). Aquela moeda será emitida por estabelecimentos de crédito (…). E como o crédito não é coisa que se crie e se adquira à vontade, seria para desejar que a instituição (…) se prendesse a alguma outra (…) companhia que já o tivesse, pela razão (…) que os capitais (…) valem mais (…) condensados do que disseminados. Uma *moeda papel* assim fundada ofereceria toda a segurança que presta o dinheiro, pela circunstância de exprimir valores determinados e reconhecidos, inteiramente diferente do *papel-moeda* que sendo não numerário verdadeiro (…) mas papel sem valor real, com a máscara de numerário, se estriba e autoriza unicamente na vontade do imperante ou na lei, lei de que o mercado zomba porque obedece a outras e se regula por outros princípios. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 72, p. 147.)

Os problemas relacionados com o elevado preço do dinheiro e com o acesso ao crédito a que Oliveira Marreca faz referência foram atenuados pela introdução das caixas de crédito em Portugal. *O Panorama*, pela mão de S. J. Ribeiro de Sá, noticia o estabelecimento do Montepio Geral, ao mesmo tempo que esclarece o público sobre o funcionamento desta instituição bancária, que para os portugueses de 1844 era uma novidade:

> Muitos são os factos que em Portugal atestam a falta de conhecimentos económicos de que depende a felicidade pública. Mas bastará mencionar um dos mais conhecidos para avaliar a importância da instituição das caixas

económicas, e para mostrar a grande vantagem que resultará para a nossa pátria do valioso serviço que lhe acaba de prestar a muito útil Sociedade do Montepio Geral criando uma caixa económica.

O facto de que falamos é a situação das classes laboriosas, para as quais, na nossa pátria, o futuro (…) é a indigência (…). Em Portugal, os salários chegam não só para que o operário viva parcamente mas para que possa economizar (…). A caixa económica (…) faz entrar na circulação muitos capitais, que sem este meio de serem empregados produtivamente seriam consumidos improdutivamente – e as pequenas quantias espalhadas pelas pessoas menos abastadas (…) podem, sendo reunidas por meio das caixas económicas, formar uma avultada soma de valores, que podem ser empregados produtivamente, dando origem a novos valores, e por este modo adquirirem para os seus possuidores um interesse que lhe não poderiam alcançar se não estivessem juntos. Além do interesse que o depositante tira das diminutas quantias que resultam da sua economia, em consequência de as depositar na caixa económica, adquire o hábito de continuar a economizar, e sem o pensar acha-se possuidor de um capital que nunca possuíra (…), pois que uma das (…) conveniências das caixas económicas é desenvolver no homem a inclinação que ele possui para ser capitalista.

(…)Na caixa económica se podem depositar com toda a segurança quaisquer quantias que não sejam menores de 100 réis e que sejam múltiplas de cem (…), as quais vencem anualmente o juro de 3por cento, podendo os juros serem capitalizados. Estas quantias podem-se retirar quando for vontade do depositante.

(…)A caixa económica (…) emprega especialmente o seu fundo em empréstimos (…) com o interesse razoável de 5 por cento. (S. J. Ribeiro de Sá, A Caixa Económica de Lisboa, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. II, n.º 123, p. 141-143.)

Oliveira Marreca, na linha de Chevalier, insiste, por outro lado, na importância infra-estrutural das vias de comunicação para o crescimento económico e resolução das assimetrias regionais:

> Sendo, na nossa situação (…), preferível vincular os capitais ao país (…), e sendo o estabelecimento das fábricas um expediente apostado em recolhê-los ao grémio da nação, facilitá-lo é (…) da mais acertada economia pública. (…) Mas este *meio indirecto* que tem por fim arredar da concorrência do mercado nacional (…) artefactos estrangeiros para que os do Reino possam ter extracção nele, e a extracção possa contribuir para o progressivo desenvolvimento das fábricas portuguesas, é ineficaz e não produz resultados sólidos e duradouros se outros meios (…) *directos* o não acompanham (…). Outros instrumentos há, todavia, cuja formação excede as faculdades dos particulares e só cabe ou nas atribuições dos poderes públicos do Estado ou nos recursos de que dispõe a administração central, e um deles são as vias de comunicação, sem as quais é impraticável progresso que valha e permaneça em qualquer ramo de indústria [e] na agricultura (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 80, p. 210.)

Para Oliveira Marreca, de facto, a implementação, pelo Estado, de um sistema de vias de comunicação seria vital para assegurar a prosperidade do país – o mesmo Estado que, contudo, tinha esbanjado recursos que poderiam ter sido melhor aproveitados. O autor tem em mente uma comparação de Portugal com o resto da Europa, constante notória no pensamento português:

> É facto verdadeiramente singular na história das nações este da nossa, que tendo nós descoberto e dobrado o cabo da Boa-Esperança, doando assim à custa de muito sangue e cabedal aos povos de ambos os hemisférios uma estrada magnífica, muito mais fácil e barata do que a antiga, para o carreto dos seus produtos, desprezássemos as comunicações do nosso solo natal (…). Bastava que das riquezas que granjearam no comércio das colónias

> consagrassem os nossos antepassados uma parcela centesimal às estradas e ao aperfeiçoamento dos nossos rios para que hoje fôssemos o que não somos por nos faltar este título de civilização – uma nação europeia. (…) E contudo nada há de mais fatal do que este desleixo à prosperidade do Reino. As más estradas ou a falta delas podem dobrar e até quadruplicar o preço dos géneros, sem que o produtor utilize esse excesso, que é prejudicial ao consumidor; o preço do trabalho, sem que o trabalhador utilize esse excesso, que é em dano do proprietário; e o preço do transporte, sem que ninguém utilize esse excesso, que é todo em detrimento do produtor e do consumidor juntamente. É uma perda geral para a sociedade. Esta perda é incalculável no estado, para deplorar, das nossas estradas e navegação interna. (…) O transporte onde ele é possível – que em muitas localidades não é – está-nos custando pelo menos duas vezes mais do que devia custar-nos (…). Supondo (…) que actualmente se despenda no transporte de homens e mercadorias dois terços sobre o esforço que devia ser-nos necessário num estado regular de comunicações internas, é evidente que este acréscimo de esforço que podia ser empregado noutros trabalhos industriais fica absorvido nos do carreto. Se estimarmos em cinco mil réis a renda anual de cada português da Europa, distribuída por uma população de 3,3 milhões de habitantes, a totalidade dessa renda será 165 mil contos. E se calcularmos o custo dos transportes no vigésimo dela, a totalidade desse custo serão 8250 contos, cujos dois terços, que é o que perdemos, por suposição, (…) anualmente no carreto, montam à soma enorme de 7500 contos. Eis aqui o que desperdiçamos anualmente, *só no tocante a despesas de transportes*. (…) Sem melhoramento neste ramo, não podemos dar um passo em nenhum outro (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 71, p.138.)

Um outro aspecto central no argumentário económico de António de Oliveira Marreca prende-se com a necessidade de mecanizar Portugal para fazer crescer a economia. O emprego de máquinas, na sua versão, pouparia esforço, diminuiria

o preço dos bens e incentivaria o consumo, o que traria prosperidade – e, algo paradoxalmente, novos empregos:

> O emprego de máquinas serve (…) para evitar o desperdício das matérias-primas (…). As máquinas economizam braços, tempo e trabalho. Com esta economia, diminuem os gastos de produção. Diminuindo os gastos de produção, barateiam os produtos. Barateando os produtos, ampliam a fortuna dos consumidores, franqueiam-lhes mais meios de satisfazer as suas necessidades ou de aumentar, empregando reprodutivamente esse acréscimo de riqueza, a já adquirida. Franqueando mais meios aos consumidores, aumentam, por último, a riqueza geral, pois sendo todos os homens consumidores, não há um só que não tenha quinhão no benefício. Aumentando a riqueza geral, crescerão desejos de gozar o consumo que os contenta, a produção que precede ao consumo, a população, certa companheira da prosperidade, o trabalho, sócio inseparável da produção, e o emprego dos braços, instrumentos que o trabalho – mesmo o das máquinas – não dispensa. As máquinas suprem o que falta às faculdades do homem para executar certas tarefas que demandam grande força (…) e (…) para acabar outras nimiamente delicada (…). Nisto se cifram as vantagens económicas das máquinas. (…) Se se notar que o uso das máquinas dá origem a variados misteres e trabalhos de construção e reparo, ao corte de madeiras e extracção de metais de que são fabricadas, a uma intensa mineração do carvão de pedra que nutre as movidas pelo vapor, resultará que pela adopção (…) deste instrumento produtivo (…) se abre um vasto campo. (…) Se reflectirmos que esta do vapor e outras aplicações do poder mecânico evitam o desbarato de muito esforço físico e emancipam das fadigas (…) grande número de homens, deixando a sua inteligência disponível para a meditação, acharemos que a instrução, as ciências, as descobertas e o adiantamento moral da sociedade (…) devem muito ao serviço das forças motrizes (…). (António de Oliveira Marreca, Máquinas, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, pp. 318-319.)

O espírito de união e a convivência sã seriam, não obstante, na perspectiva do autor, elementos fulcrais para assegurar a prosperidade económica do Reino:

> Sacrifício de uma indústria por outra. Derrota do fabricante e vitória do vinhateiro. Morte às artes da cidade e vida às artes do comércio. Guerra ao criador das lãs e paz ao produtor da uva. Favor aos artigos de fabrico alheio e ódio às matérias-primas de casa e de fora. Combinações fundadas sobre o conflito perpétuo das classes industriosas umas com as outras, da terra com as máquinas, dos produtos de um terreno com os de outro, das bebidas espirituosas com o pão do operário e do artista – por muito que se pelejem com aparências plausíveis não podem redundar senão em ruína geral da nação e proveito (…) do estrangeiro. A constituição defeituosa da sociedade assaz discordou já os interesses de seus membros, sem ser necessário que novo fermento venha irritar esta hostilidade radical. A habilidade política e a economia cifram-se hoje no mitigar, o que se possa, a fricção desses interesses. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 90, p. 295.)

Uma síntese do que Oliveira Marreca considera essencial para o desenvolvimento da economia nacional – quiçá com plena aplicação ainda hoje – encontra-se, finalmente, no 12º comentário ao curso de economia política de Michel Chevalier:

> Havemos de produzir muito se quisermos (…) grande margem. Havemos de fabricar e sobretudo agricultar com perfeição e pouca despesa se quisermos acrescentar-lhe os ganhos. Havemos de multiplicar e baratear os nossos transportes marítimos (…). Comunicações fáceis. Máquinas, muitas. Capitais girando. Instituições de crédito que os multipliquem. Juros que não sejam enormes. Fábricas bastantes. Roteações as mais; e no torrão mais fecundo, melhor. Despesas públicas que não pequem por excessivas ou inúteis. Tributos que não embarguem o desenvolvimento das faculdades vitais do país. Navios bem construídos, bem manobrados,

> equipados com economia. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 90, pp. 294-295.)

Pode dizer-se que ao reflectirem sobre economia e ao difundirem um certo pensamento económico, os redactores d'*O Panorama*, entre os quais Oliveira Marreca, encontraram, certamente, um modo e um palco para influenciarem a governação económica de Portugal.

5.2 A economia doméstica n'*O Panorama*

O Panorama assumiu, frequentemente, um papel de conselheiro doméstico, quer para cumprir a sua missão instrutiva quer para alargar o seu público. São assim frequentes os textos relacionados com a economia doméstica. Eis um exemplo, importante no tempo em que não existiam os modernos meios de conservação dos alimentos:

> A única razão para que a manteiga se torna rançosa se é feita de bom leite e se conserva em lugar fresco é porque comummente se guarda e junta o leite de 8 ou 15 dias antes de o bater (…) e quando se vai reduzir a manteiga já vai alterado e com o princípio de ranço. (…) Quanto ao método de tirar-lhe o ranço, (…) consiste em passá-la e repassá-la várias vezes por leite fresco, batendo-a nesse banho (…) com uma espátula de pau. A manteiga, depois desta operação, fica livre do ranço (…). O leite também não será inteiramente perdido depois da lavagem, porque os cevados e outros animais domésticos o bebem com grande avidez. (Anónimo, Economia rural e doméstica – Modo de fazer manteiga que não se torne rançosa e de tirar o ranço àquela que tenha sido feita por outro método, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, p. 320.)

Num outro caso, outro autor defende a utilização da "palha chamada camisa do milho" para encher colchões e almofadas – constituindo mais um testemunho importante sobre a forma como se vivia em Portugal a meio do século XIX:

> Na cidade do Porto e nalgumas outras terras das províncias do Norte estão já há anos em voga os enxergões de palha ou camisa do milho (…), (…) mais fáceis de mexer, mais macios, mais elásticos, e duram dez anos, havendo a precaução de a tirar, estender e arranjar depois novamente de três em três anos. A palha do milho admite também a lavagem, e nalgumas casas (…) costumam (…) metê-la dentro de uma rede ou cesto permeável à água, mergulhá-la em corrente de água e depois retirando-a e secando-a a introduzem nos enxergões tão fresca e flexível como se fosse nova. (Anónimo, Economia doméstica – Emprego da palha chamada camisa do milho e de outras substâncias para encher enxergões e travesseiros, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 27, pp. 215-216.)

Fruto da ignorância da época, nem todos os conselhos seriam, no entanto, benéficos. Por exemplo, num dos números d'*O Panorama* prescreve-se uma receita para eliminar minhocas, que tão importantes são – sabe-se hoje – para a agricultura:

> Destruição dos vermes da terra – (…) Em três onças de água-forte deitam-se seis dracmas de azougue. Quando este estiver dissolvido, deita-se num regador com oito ou dez camadas de água (…). Depois, com uma vassoura, borrife-se o sítio por onde aparecem sinais de haver vermes terrestres. Imediatamente eles sairão da terra e morrerão. Uma só operação basta, às vezes, para matar centenas deles. (Anónimo, Destruição dos vermes da terra, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 106, pp. 148-149.)

Eis, pois, exposta, com alguns exemplos, a faceta utilitária d'*O Panorama*, um periódico que justamente considerava que a prosperidade de um país deveria começar pela prosperidade da casa de cada um dos seus habitantes.

5.3 As questões sociais n'*O Panorama*

Os problemas sociais do seu tempo (e do presente) não escaparam à observação arguta dos redactores d'*O Panorama*, como muito bem observou Tengarrinha (1989, p. 175). Entre outros assuntos sobre os quais *O Panorama* discorreu, um deles merece atenção pelos valores humanistas – e, neste caso, cristãos – que pressupõe. Trata-se de uma crónica – que se poderia bem apelidar de crónica jornalística – sobre "A velhice", subscrita por Alexandre Herculano, que nela explora um dos temas caros ao romantismo – o da incompatibilidade entre o homem e o meio social que o subjuga:

> Pobre velho! Sentado sobre o marco da estrada, com a cabeça calva exposta aos raios de um sol de Julho, ele estendia o chapéu roto e informe com a mão mirrada e trigueira, quando sentia passos de caminhante, e dizia com voz trémula e sem inflexões: "Uma esmola ao ceguinho pelo amor de Deus!"
>
> Sem inflexões na voz, sem expressão no rosto, porque a alma do velho estava requeimada como o braço que estendia, desfolhada como a fronte nua em que lhe batia o sol!
>
> Descobrindo também a cabeça, mas como envergonhado, olhei de roda, receoso de que alguém me visse, meti a mão no meu magro cineto de soldado e reparti da pouquidade do pobre com o outro pobre.
>
> Não sei como, escorregaram-me duas lágrimas pelas faces abaixo e olhei de roda outra vez, examinando se por ali estaria alguém em cuja cara se divisassem sinais de ser pessoa de bastante filosofia para se rir de mim.
>
> (…) Interrompi a oração oficial do mendigo, perguntando-lhe se não tinha (…) ninguém neste mundo. Respondeu-me que (…) tivera, mas já não tinha alma viva a quem ele importasse (…).

Era como o pinheiro que campeava sozinho no outeiro contíguo (…). Pobre velho!

(…) Há três géneros de compaixão (…). O primeiro é o da compaixão hipócrita (…) que o mundo leva em conta (…), mas que Deus lança na folha do débito do livro divino da condenação e salvação (…).

O segundo é o da compaixão filosófica, (…) que indaga as causas da miséria (…) e dessas indagações faz um livro ou um capitulo de um livro, muito eloquente (…), muito cheio de alvitres (…) inexequíveis. Chama-se a esta compaixão progressista, ilustrada, política. Deus não a lança em parte nenhuma. Tem dó dessa pobre gente que passou o amor (…) do coração para a cabeça (…).

O terceiro género de compaixão é o que ensina o Evangelho (…). Essa compaixão abençoa-a Deus (…).Pobre velho! (…) A face do homem é como o oceano. Quem vir este num dia de calma não imaginará qual é o seu aspecto nos dias de temporal (…). Vegetar não é viver. O velho vegetava apenas! É talvez esta a maior das misérias humanas. (…) Drama misterioso, história íntima só há a do velho, que passou por todas as vicissitudes da existência (…).

A mocidade é a ribeira, torrente no Inverno arrastando penedos nas águas turbadas, regato no estio murmurando límpido entre os seixinhos. A velhice é o oceano, sereno na superfície enquanto os sorvedouros e correntes estrepitam debaixo desse dorso tranquilo, mas sem que ninguém saiba quando e onde há calma ou há tempestade, onde o seu fundo é de areia, ou onde redemoinham as águas por entre incógnitos baixios.

Respeitai a velhice, como respeitais o oceano. (Alexandre Herculano, A velhice, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 170, pp. 242-244.)

É também Herculano que, no excerto de texto seguinte, significativamente impressivo e pessoal, conduz o leitor ao drama da prostituição. Fá-lo em jeito de crónica jornalística, mas também quase como se de uma reportagem pessoal se tratasse. No texto, parte da sua vivência para reflectir amargamente sobre o tema. da prostituição Realce, no entanto, para o androcentrismo e machismo revelados pelo autor, em consonância com os valores sociais da época, aos quais não era imune. Não se trata de misoginia, pois Herculano compadece-se com a sorte da mulher que caiu na prostituição por se ter apaixonado por um homem com quem viveu e que, posteriormente, a abandonou. Todavia, a imagem sugerida para a mulher é a de um ser fraco e subordinado ao homem, incapaz de ser bem-sucedida num caminho por si trilhado, e que, além do mais, deveria reprimir o seu natural desejo sexual, sob pena de atrair sobre si o opróbrio social. É a injusta condenação moral de uma mulher, dir-se-ia, de todas as mulheres emancipadas, de todas as mulheres que aceitavam o sexo, que se observa no texto. Para Herculano, parece que a personagem da crónica merece ser envergonhada, apartada da sociedade pelo comportamento que teve e por não se "socorrer de Deus". O homem que a abandonou, por exemplo, não é condenado com o mesmo vigor – apenas se sugere que se a visse, certamente se arrependeria e não "corromperia" nem deixaria "corromper" outras donzelas; e muito menos são condenados os seus maledicentes vizinhos. Dada a pertinência do texto de Herculano para a compreensão do papel e da imagem da mulher na hipocritamente puritana sociedade oitocentista portuguesa, optou-se por transcrevê-lo na íntegra:

> No extremo da aldeia em que pousamos, dormi eu em humilde choupana. Havia defronte uma casinha meia talhada nas abas de serra coroada de píncaros escalvados, e vestida pelas quebradas de pinheiros negros e solitários. Ali, apartada de toda a humana conversação, habitava a pobre Maria, cuja história depois me contaram. Ao romper do sol saiu ela do afumado tugúrio, e veio sentar-se em tosca pedra encostada ao limiar da porta. Vinha beber algum consolo na luz beneficente do astro do dia, do único ente do universo que ainda amava, e que ainda lhe era benigno. Via-se-lhe no rosto que mais dissoluções do que anos a haviam envelhecido;

e no corpo curvado, e no arrastar das passadas, que a doença e a dor de largo tempo se lhe haviam apossado dos membros, para nunca mais a desacompanharem. A justiça de Deus lhe infundira no coração abundância de remorsos, e a dos homens lhe entornava sobre a fonte amplo vaso farto de ignomínia. Nenhum habitante da aldeia se chegava à mulher do opróbrio. Só o tropel dos moços, quando saíam a folgar por essas campinas, passando pela amaldiçoada do povo, a escarneciam, e os mais velhos ensinavam aos infantes palavras vituperiosas; e de bocas inocentes saía o nome de prostituta, que vinha travar do coração da desditosa, e lho lacerava; porque ela bem sabia que tal nome era para sempre o seu. Calada sofria as injúrias, porque ninguém neste mundo se doeria dela, e aos queixumes lhe responderiam os que a ouvissem, recordando-lhe os dias da sua dissoluta mocidade. Os vícios lhe tinham apagado no seio todas as ideias esperançosas da religião, e na desventura não queria nem ousava socorrer-se a Deus. Morta a contrição na sua alma; e a oração não lhe surgia dos lábios, nem os remordimentos aí lhe geravam senão desespero mudo. O Senhor tinha esgotado no coração da pobre Maria toda a fúria da vingança celeste.

Filha de pais abastados, educada nos mimos e regalos da corte, saboreará cedo na juventude mui suaves enganos no amor. De formosa a gabava a galantaria dos mancebos, e inveja a diziam das demais raparigas que, como ela, folgavam no primeiro viço da vida. Entre os moços que lhe cortejavam a beleza, um foi o dileto de seus carinhos. Loução e afável lhe engodou os afectos, e breve o amor a fez desgraçada. Os sinais de sua queda lhe despertaram pudor e arrependimento, que já vinham tardios. Cuidou esquivar o opróbrio, e aconselhada de seu corruptor, fugiu de casa paterna; mas precipitou-se em maior profundeza de desventura, porque o mancebo (…) não tardou em desempará-la, deixando-a na miséria e no desabrigo de toda a humana consolação. A fome e a nudez se assentaram junto do seu umbral solitário, e, afeita aos deleites, não ousou afrontar-se com tão duros contrários. Vendeu-se pelo óbolo da infâmia, e ela mesma pediu ao que passava que lhe estampasse na fronte o ferrete do aviltamento. Empegado de todo o ponto o seu coração no tremedal dos vícios, da mente se lhe varreram

todos os respeitos do céu e do mundo, tocando a meta da prostituição e descaro. Então transbordou a medida da cólera de Deus, e os dias da punição chegaram. A formosura destruiu-lhe as dissoluções, e a velhice prematura se apoderou dela para a entregar à doença, sua inseparável companheira. A pobre Maria viu-se por fim oferecida à miséria, a que por crimes fugira, e foi esconder para longe amarguras e vitupério: mas lá chegou a fama de seus passados desvarios, e como se fosse empestada, todos se afastavam dela, e apenas as raras esmolas do estranho, que por ali caminhava, lhe ministravas escasso sustento. Dias e dias passavam abundantes de aflição – muitos a aguardavam ainda desacompanhados de esperança – e o coração lhe repetia incessante estas palavras tremendas: assim até à sepultura!

Que raladores pensamento não seriam os seus, quando desperta, por larga noite de afrontosa vigília, volvesse o espírito para o passado! Como as recordações das pompas da juventude lhe azedariam a miséria da idade grave, que tinha presente! Ao clarão amortecido de candeia lúgubre, mal reflectido por essas paredes húmidas e verdoengas, por esse tecto afumado, como a imagem das vastas quadras dos passos paternos, alumiadas por candeeiros esplendentes, espalhando seus lumes por outros e matizes, lhe viria a despedaçar as entranhas! Nessa enxerga imunda e rota, teatro de angústias e lágrimas, como a malfadada se lembraria dos sonhos inocentes, dormidos em brando leito adereçado de telas custosas e nítidas como a pureza virginal que nesse tempo a adornava! Lá, ao menor aceno de leve mal, pais, irmãos, servos rodeavam-na de carinhos e cuidados. Aqui os gemidos de pungente dor em ninguém despertam sombra de compaixão. Lá o ruído dos saraus, o sussurro de luzidos banquetes sumiam-lhe as horas da vida em mar de deleites; aqui o silêncio e a saudade lhe avultam os instantes do existir em um mundo de amarguras. E atada à coluna do padecer, aí jaz filha do opróbrio, e suas noites eternas são como um pesadelo contínuo, e encerram em si um mistério cujo horror só plenamente entenderia o inferno. Deus, para maior castigo, entregou-a ao desespero – e o futuro além da campa é também para a mulher, que crê e não pode orar, um tenebroso mistério.

> E o que a seduziu? O que a precipitou nesse báratro? Folga, porventura, no turbilhão do mundo. Magistrado ou guerreiro de justo ou generoso se gaba: - e as turbas talvez o aplaudem e celebram seu nome. Oh! Que se dextra a Providência o transportasse de súbito a esta humilde guarida, e se voz moribunda e sumida o chamasse, e se mão desencarnada e trémula travasse da sua para o achegar a esse leito tormentoso, onde visse completa a obra da sua iniquidade, os cabelos se lhe eriçariam de horror e de susto, e os joelhos lhe bateriam um contra o outro, porque nas ânsias do seu coração sentiria que há remorso e que há Deus. Se depois, voltando ao tumulto das cidades, ele soubesse recontar o que nesse momento passara, nenhum dos mancebos que o ouvisse seria, por certo, um corruptor.
>
> Desventurada! Quem a consolará ao aproximar-se a hora do passamento? Para quem estenderá então os braços frios e mirrados? Os suspiros filiais ou fraternos não serão para ela; nem o soluçar confuso, ouvido por entre o chamar da sepultura, lhe afagarão estes últimos momentos. A mulher perdida passará por fim. Suas dores adormecerão; mas esquecida em breve no adro deserto da aldeia, sem sinal de jazida, ninguém com lágrimas lhe aquecerá as cinzas; ninguém lhas cobrirá de flores; ninguém orará por ela a Deus. E de que serviriam as preces? Quando estas subissem aos céus, já no livro da eternidade estaria escrita a sentença da mulher transviada e dissoluta. (Alexandre Herculano, Moral, Fragmento de um livro inédito, A prostituição, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 161, pp. 173-174.)

A pobreza, por seu turno, também foi tema de debate n'*O Panorama*. As suas causas e as soluções para o problema foram ponderadas, sendo de destacar a confiança católica na caridade:

> Uma das mais graves questões que nos nossos dias ocupam as meditações (…) é a questão dos pobres. O pauperismo tem existido em todas as épocas (…), mas nos nossos tempos tem-se tornado mais complicado, aumenta com prodigiosa e temível rapidez e põe em grande risco a segurança (…). A presumida vaidade dos chamados progressistas dos nossos dias

tem tratado esta grande questão como se fosse matéria nova, concepção brilhante da ciência moderna da economia política. Só a nomenclatura é invento novo. (…). Que fazer pois dos chamados *proletários*, dos braços *desocupados*, aos quais nãos e facilita emprego útil? O trabalho em massa nas grandes manufacturas; o uso das máquinas que multiplica os motores e torna inúteis um grande número de braços; a diminuição das exportações (…); o aumento do produto em presença de um consumo estacionário e muitas outras causas contribuem para aumentar o número dos pobres. (…) Do centro destas meditações têm saído duas escolas famosas que propõem remédios opostos (…) que representam a *beneficência protestante*, severa, dura e cheia de rigores calculados, e a *caridade doce e benévola*, a esmola religiosa e ilimitada, do catolicismo. (…) Malthus parece dizer aos pobres: "não devíeis cometer a loucura de nascer, porque não havia para vós lugar no banquete da vida". Do outro lado, a caridade cristã responde-lhe: "pobres, pois que nascestes, justo é que tenhais também o vosso lugar, e se não o há, façamo-lo".

Segundo a adopção que os governos têm feito de um ou outro sistema, os temos visto ou publicar leis e ordenanças draconianas contra os pobres ou estender-lhes uma mão amiga e benfeitora; formar-lhes asilos ou fechar-lhos; abandonar os expostos ou recolhê-los.

(…) A questão portanto ainda está complicada, e enquanto os cálculos da sabedoria humana andam às apalpadelas procurando a medicina adaptada a esta enfermidade social, não cessemos de clamar que *todos os regulamentos serão insuficientes enquanto as classes superiores não estenderem mãos caridosas aos pobres*. Fora estes, quatro são os meios que os publicistas apontam como dependentes da autoridade pública: 1º hospícios para os enfermos, velhos, inválidos e expostos; 2º colónias agrícolas livres e voluntárias; 3º colónias agrícolas forçadas (…) em que se façam trabalhar os válidos e restabelecidos; 4º casas de detenção em que os presos condenados encontrem ocupação e trabalho. (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal,

> Do pauperismo, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.ºs 138 e 139, pp. 258-259 e 268-269.)

Outro texto, com dados extraídos da *Revista Britânica*, aborda os roubos cometidos em Londres, em 1831. É encimado por uma tabela com os valores dos diversos tipos de roubo. Neste caso, o problema não é apresentado como português, mas britânico, embora, de alguma forma, se possa considerar o crime – até pela atenção que mereceu d'*O Panorama* – um problema universal, e de *cunho social*, alegadamente provocado, de acordo com o redactor, pela desigual repartição da riqueza e, intui-se, pelo desespero daqueles que, nada tendo, precisam de obter algo para sobreviverem. A imagem britânica sai claramente desfavorecida.

> Cálculo dos roubos cometidos em Londres em 1831
> 1º Pelos domésticos, 2840000$000
> 2º Sobre o Tamisa e nos cais, 2000000$000
> 3º Nas docas e nas vias públicas, 2080000$000
> 4º Provenientes de moeda falsa, 800000$000
> 5º Idem de bilhetes de banco falsos, 780000$000
> Total, 7500000$000

> Contendo Londres 1,2 milhões de habitantes, (…) segue-se que a miséria e o crime tiram anualmente da riqueza ou do comércio um tributo de sete mil réis por cabeça. Esta resenha, extraída da *Revista Britânica*, (…) parece exagerada. Mas quem souber que havia então naquela cidade 20 mil pessoas sem meios de subsistência, 20 mil ladrões (…), 16600 mendigos (…), quem se recordar que Londres é a capital de um reino devorado pela pobreza, onde as substituições e os morgados têm acumulado as propriedades territoriais num pequeno número de famílias, onde as alfândegas conservam os cereais a um preço muito elevado, onde o contraste perene do luxo e da miséria suscita contínuas tentações, não poderá decidir o que mais deva admirar, se a grandeza do mal, se a dificuldade que o governo parece ter em provê-lo de

> remédio. (Anónimo, Cálculo dos roubos cometidos em Londres em 1831, *O Panorama*, vol. I, n.º 6, p. 48.)

Ainda no que respeita às questões relacionadas com o crime e a justiça, a pena de morte foi discutida pelo médico e literato Mendes Leal Júnior. A visão do autor seria, possivelmente, considerada terrífica nos dias de hoje, mas talvez não à época. Efectivamente, ele combate essa pena, mas propõe-se substituí-la pela cegueira:

> É tão cruel, tão repugnante e repulsiva a ideia da morte que o facto da sua aplicação tem sido, é, será talvez longo tempo objecto de viva discussão. (…) Sem entrarmos em profundo exame, cremos que a verdadeira luta é entre a humanidade e a justiça, entre a comiseração e a necessidade. Isto posto, sobremodo convirá saber se existe a possibilidade de encontrar, ou se já efectivamente se encontrou, meio de satisfazer a justiça sem tão crua e repugnantemente ofender a humanidade, de remediar a necessidade sem prejudicar a comiseração. (…) Deixando de parte muitas razões, a aparência de vingança que toma a justiça, defensora da sociedade; o desprezo da morte, filho dum filosofismo estúpido e brutal; a ineficácia do exemplo; e ainda mais as consequências terríveis desse exemplo, quase sempre contrárias ao fim dele, tudo de um lado se opõe à aplicação da pena de morte. Os funestíssimos resultados da impunidade (…), a responsabilidade dos juízes que no acto de condenarem ou absolverem tomam de facto aos ombros o grave encargo da sentença, cujo efeito vai reflectir-se em toda a sociedade, e que se deixarem sobre a terra um coração endurecido no crime têm de responder (…) por todos os seus futuros atentados (…) e (…) o perigo a que ficam expostos os inocentes assim sujeitos ao ferro, aos ardis, às traições dos perversos, tudo, de outro lado e com mais peso faz inclinar a balança para aquela necessária mas custosíssima expiação.
>
> Se porém o espírito da justiça e o da humanidade unidos tiverem dado com outro meio (…) não teremos acaso resolvido o problema (…)?Esse

> meio acaba em Paris de o apontar (…) o (…) romancista Eugene Sue – é a cegueira.
>
> Com efeito, nenhum castigo, nenhuma pena há no mundo tão severa, tão duradoura, tão aturada e tremenda como esta. (Mendes Leal Júnior, Da substituição à pena de morte, *O Panorama*, 2ª série, vol. III, n.º 136, pp. 247-248.)

Caso raro n'*O Panorama*, o texto anterior mereceu uma resposta de Garcia de Lima:

> A ideia apresentada e seguida no número 136 pelo Sr. Mendes Leal (…) acho-a de tal forma repugnante ao coração humano e aos interesses da sociedade que me chego a admirar de que a fonte donde ela emana seja um tão distinto literato, um hábil médico (…), e que tem por isso a seu cargo diminuir, quando o poder humano o permite, os males físicos e morais do indivíduo. E disso, a meu ver, bem longe está essa mais terrível e prejudicial pena que até hoje não tem aparecido em qualquer código criminal de países civilizados e que hoje se pretende substituir à pena de morte.
>
> A pena de morte (…) traz consigo muitos males (…); tem-se, contudo, reconhecido a sua extrema necessidade (…).O estabelecimento das penas tem por fim servir de equilíbrio ao ânimo do malvado que se dispõe à prática de um delito (…), a satisfação da justiça e do queixoso, o que não se consegue (…) com a aplicação da pena de cegueira (…). (A. A. Garcia de Lima, Análise sucinta à substituição que se pretende fazer à pena de morte – a cegueira, *O Panorama*, 2ª série, vol. III, n.º 144, pp. 307-308.)

O crime e o castigo estiveram, efectivamente, na órbita das preocupações dos redactores d'*O Panorama*. Um deles, dentro do espírito *reformista*, avesso às revoluções para conseguir a integração social, propõe, em linha com o que defendiam autores como John Howard, uma renovação do conceito de prisão – da prisão destinada somente a punir deveria passar-se ao cárcere destinado a

punir, sim, mas também a regenerar os criminosos, pela via da aprendizagem e prática produtiva de determinados ofícios:

> A prisão do cidadão é a perda da sua liberdade e por isso reputa-se como um dos mais graves castigos que se pode infligir ao homem. (…) O sistema feudal (…) aperfeiçoando os seus princípios de opressão e tirania, fez (…) extensivas as prisões a todos os acusados (…): o processo era nada e o castigo era tudo. Consequentemente, o desígnio que naquele tempo dirigiu a construção das cadeias foi o de cavar profundamente na terra para ali enterrar o desgraçado preso, que, reduzido a uma vida quase vegetativa, caía por fim, não poucas vezes vítima do bárbaro desamparo da brutalidade dos carcereiros e de (…) moléstias. A imoralidade ali reinante, desenvolvida ou reforçada pela ociosidade, acabava de perder qualquer resto de sentimento de virtude com que tivesse entrado para essas horrorosas moradas.
>
> Por longo tempo continuou a influência deste sistema bárbaro e opressivo, e o estado actual da maior parte das cadeias da Europa mostra ainda hoje ao espírito penetrante e observador que o mesmo sistema as caracteriza e dirige. Tempos ávidos de crime, ávidos de tormentos, foram o eterno opróbrio da humanidade! Graças, porém, aos luminosos progressos que o espírito humano tem feito nestes últimos tempos, filantropos (…) têm alçado a voz da justiça (…) e demonstrado a impiedade de semelhantes estabelecimentos (…). Têm-se reformado os códigos criminais de algumas nações e ali se tem determinado que as cadeias podem ser colégios de indústria e recta moralidade. (…) Espantosa transformação! A habitação do ócio e do crime passou a ser escola da ocupação e da virtude (…). Portugal, quando reformou as suas velhas e cansadas instituições, também tratou de melhorar as suas cadeias e uma comissão zelosa do bem público adoptou algumas medidas em benefício de tais estabelecimentos. Mas o que fez não basta, que muito lhe resta a fazer ainda (…). (Paulo Midosi, Ideias históricas sobre cadeias, *O Panorama*, 2ª série, vol. I, n.º 53, pp. 422-423 e vol. II, n.º 57, pp. 30-31.)

É, de qualquer modo, uma imagem de um jornal preocupado, dir-se-ia até, por vezes, *compadecido* com os problemas sociais que emerge dos excertos de texto – meramente exemplificativos – atrás inseridos. Textos que, ademais, indiciam alguns dos problemas de então – e de sempre – das sociedades: o crime, a velhice, a solidão…

5.4 Geografia física e humana e etnografia n'*O Panorama*

Basta recorrer à experiência do quotidiano, ou ao currículo escolar, para se perceber que a geografia, física e humana, é um dos campos em que mais frequentemente se exige "cultura geral" aos indivíduos. Conhecimentos básicos, como saber quais são os principais países do mundo e as suas principais cidades, ou saber quais são os oceanos, ou as montanhas mais elevadas, ou ainda saber quais as religiões que predominam em cada parte do globo, exigem-se, de uma maneira ou de outra, aos portugueses, desde a idade escolar. E se isso é verdade na idade actual – basta relembrar o êxito da revista mundial *National Geographic*, também o era no século XIX. Assim, *O Panorama* não passou à margem da divulgação geográfica, em textos que facultavam uma sempre desejada evasão da rotina do quotidiano e o transporte mental para outras paragens ou uma atenção renovada àquelas que eram familiares ao leitor, antecipando *o jornalismo de viagens* e o futuro triunfo da *reportagem* como género nobre do jornalismo.
Dessa forma, *O Panorama*, num país onde pouco se viajava, até por causa da inexistência de vias de comunicação terrestre adequadas (a comunicação fazia-se principalmente por via marítima ou fluvial, sendo esta uma das razões para que a população do país se concentrasse no litoral), o periódico, cumprindo um dos ideais do romantismo, descreveu aos leitores – centrados em Lisboa – o território nacional. Um exemplo poderá ser dado pelo seguinte texto descritivo do Porto, que, no original, surgia acompanhado por uma gravura da cidade. É um texto curioso também por causa de uma curta expressão que surge quase perdida no seu seio: cultivando a posição ideológica do romantismo, o autor ergue-se em defesa do património nacional edificado contra a "fúria dos demolidores":

A heróica cidade do Porto (…) é (…) a segunda do nosso Reino, quer pela população, pela nobreza dos edifícios e pelas vantagens e cómodos da vida, quer pela amplitude e actividade do comércio e indústria e pela circulação de numerário (…). Tamanha importância deve (…) à situação (…) e (…) às laboriosas propensões (…) dos habitantes.

Apresenta o magnífico prospecto dum vasto anfiteatro, na margem setentrional, ou direita, do Douro (…). Sobre os dois montes da Sé e da Vitória e pelos vales que estes separam se dilata toda a povoação, contígua a extensos arrabaldes. Na margem oposta (…) está Vila Nova de Gaia. A antiga cerca da cidade era uma muralha de cantaria de três mil passos de circunferência e 30 pés de altura, com muitas portas para serviço público, sendo as maiores a Porta Nova, a dos Banhos, Lingueta, Peixe e Ribeira, para a banda do Rio, e para a parte da terra as do Sol, Cima de Vila, Carros, Santo Elói, Olival e Virtudes. Em muitas havia corpos de guarda militar. (…) Foi esta cerca fundação dos reis D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando e a sua construção gastou 40 anos. Outros, pela forma da sua construção, a atribuem, ao que aprece com mais razão, aos tempos de El-Rei D. Manuel.

A actual população da cidade (…) [é de] 71390 [habitantes].

(…)Tem o Porto, entre muitas ruas de construção antiga, outras excelentes, espaçosas, bem calçadas, com passeios cómodos, notáveis pelo asseio e iluminadas à noite. A rua das Flores, rica por suas lojas bem providas de toda a casta de fazendas, foi obra de El-Rei D. Manuel; a de São Nicolau mandou abrir D. João I; a rua Nova de São João foi aberta em 1765 (…); hoje (…) se tem aformoseado a cidade com outras, que facilitam as comunicações e oferecem novos cómodos aos habitantes. As casarias, especialmente as modernas, são bem construídas, muito asseadas (…) e gozam de bastante luz. Entre elas notam-se bastantes palácios de particulares (…), sendo o principal a casa chamada dos Carrancas.

Dos edifícios públicos, mencionaremos (…) a Casa da Relação (…), de forma quase triangular, de arquitectura regular (…); aí mesmo são as cadeias públicas (…). A Casa da Câmara é um bom edifício, porém o Paço Episcopal é obra vasta e grandiosa, onde se nota a escadaria mais magnífica em todo o Reino (…). É contíguo à Sé, em terreno desigual, pelo que os lados variam de andares para conservarem a igualdade das cornijas e remates. (…) Porém, de todas as obras públicas do Porto seria a mais grandiosa (…), se acaso estivesse completa, o hospital chamado novo, que começou a edificar-se pelos anos de 1769 (…). O (…) edifício (…) da academia de Marinha (hoje Escola Politécnica) (…), o teatro, situado no ponto mais alto da cidade (…), são também merecedores de se mencionarem (…).Entre os templos, a Sé tem a primazia (…). Outro templo grandioso é o do convento de São Francisco, doado há pouco à Ordem Terceira (…), salvo assim da fúria dos demolidores (…). A torre da Igreja dos Clérigos, que passa pela mais alta do Reino, avista-se de muito longe (…). Os estabelecimentos de (…) instrução pública no Porto são os que convêm a uma cidade tão populosa. Além das aulas do ensino primário (…), há a Escola Politécnica, a Academia Médico-Cirúrgica e a Academia de Belas-Artes.

O Banco Comercial Portuense, a caixa filial do Banco de Lisboa, as companhias de seguros (…) e outras empresas comprovam o grande movimento comercial desta cidade. A Associação mercantil (...) foi fundada no ano de 1835. Muito antes porém existia (...) a (...) Bolsa de Comércio do Porto.

(…)Uma antiga tradição também arroga para o Porto a honra de ter dado ao Reino o nome que ora tem, derivando-o de Porto e Cale, que dizem ser a mesma terra que é hoje Vila Nova de Gaia.

(…)Se consultarmos a nossa história literária acharemos que foram naturais do Porto muitos dos nossos escritores (…). (Anónimo, [Porto], *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, pp. 281-283.)

E já que se fala do Porto, o texto seguinte é sobre a "banda de lá", Vila Nova de Gaia. Nele, a geografia, a história e até a economia cruzam-se:

> A povoação de Vila Nova de Gaia está lançada na margem meridional ou esquerda do Douro, fronteira ao bairro de Miragaia, da cidade do Porto, da qual é considerada como arrabalde ou parte integrante, ocupando toda a extensão de Gaia, Cabeçudo até ao Senhor do Padrão. El-Rei Afonso III a mandou fundar em 1255 com a intenção de espoliar os bispos do Porto da jurisdição temporal e rendimentos do comércio da cidade, que recebiam como senhores que eram dela, e para este efeito ordenou que descarregassem no novo bairro todos os navios que viessem dirigidos ao Porto, a fim de lhe pagarem aí os direitos e não aos bispos. Os reis seus sucessores o imitaram, e disto nasceram pendências, contestações, interditos, queixas dos prelados a Roma e outras dissidências e inquietações (…). Em Vila Nova de Gaia estão os numerosos, vastos e bem providos armazéns dos vinhos do Douro, que com o nome do Porto são conhecidos e apreciados em toda a parte, suplantando em qualquer mercado os mais generosos vinhos estrangeiros, e sendo o principal objecto de exportação e riqueza daquela nossa província setentrional. A 16 de Agosto de 1833, (…) o conde de Almar, francês, comandante das tropas miguelistas, praticou a (…) atrocidade de mandar lançar fogo aos armazéns (…) e (…) um sem número de famílias ficavam arruinadas (…). Segundo a informação que nos dá o Sr. D. José de Urculla (…), orçavam-se em oitenta mil pipas as que estavam recolhidas em 1837 nos armazéns desta povoação e o seu valor aproximado era de 15 milhões de cruzados.
>
> Os habitantes de Vila Nova de Gaia são, como o geral da população do Porto, muito laboriosos e valentes (…).É este sítio mimoso de boas águas e entre as fontes que tem há uma (…) com o nome de Fonte Santa (…). De qualidade análoga (…) há duas fontes nas freguesias de Campanhã e Cedofeita. A comunicação entre a vila e a cidade é por meio de uma ponte de barcas e por pequenas embarcações de transporte.

> Também nesta parte meridional do Douro está situado o monte e convento da Serra do Pilar, iminente ao rio que lhe banha o sopé (…). Esta importante posição militar (…) ficou para sempre memorável (…) depois do cerco da Cidade Invicta. Nos dias 8, 9 e 10 de Setembro de 1832 foram nestas paragens os primeiros recontros (…).Da elevação da serra se vê toda a cidade fronteira (…). O edifício da serra tem bela perspectiva, visto por quem sobe o rio (…). A cerca (…) também é abundante de águas, as quais vêm de meia-légua, encanadas por aqueduto sobre arcos de pedraria, construído na fundação da casa, e derivam de cinco fontes, sendo a principal a que nasce junto à igreja paroquial de São Cristóvão de Mafamude. (Anónimo, [Vila Nova de Gaia], *O Panorama*, 1840, vol IV, n.º 160, pp. 161-162.)

Apesar de as matérias descritivas de localidades e países poderem ter algum interesse turístico, e apesar dos episódios da emigração política terem impulsionado a curiosidade – e também a comparação – sobre como eram e o que se fazia noutros lugares, ainda se estava muito longe do turismo de massas. As elites, estimuladas pelos relatos sobre viagens de exploração e lugares distantes, começam, contudo, a alimentar o desejo de viajar. No entanto, poucas pessoas viajavam. *O Panorama*, em substituição das viagens físicas, propunha aos seus leitores, apelando à sua imaginação, viagens mentais, para lhes "dar a conhecer novos mundos". *O Panorama*, consequentemente, foi impelido a tornar-se mais ubíquo, estendendo a sua atenção ao estrangeiro. Eis, por exemplo, uma breve descrição da cidade de Barcelona no início do século XIX:

> Barcelona, capital da Catalunha, edificada numa eminência das faldas do monte Jouich (…), entre dois rios (…), foi conhecida na antiguidade pelo nome de *Barcino*, nome que (…) tomara do capitão cartaginês Amílcar Barca, seu fundador. Ainda na cidade púnica restam alguns vestígios de muralha e uma torre que está de pé na cidadela. Porém, mais numerosos monumentos deixou o domínio dos romanos. As inscrições e medalhas dessa época dão a esta cidade os nomes de *Colonia Faventia*, *Julia*, *Augusta*, *Pia*.

> (…) São os catalães activos, industriosos, amantes do seu país, e por génio independentes. Falam uma língua muito distinta da espanhola (…), um verdadeiro idioma que tem sua gramática e dicionário.
>
> (…) Barcelona é um porto espaçoso e muito frequentado no Mediterrâneo e as suas vizinhanças são férteis e bem cultivadas (…). A cidade é defendida pelo lado da terra por um castelo ao sudoeste e por uma cidadela ao nordeste, que é um pentágono regular (…), com fortes muralhas, largos fossos e numerosas baterias (…). Do lado do mar corre uma muralha (…). Os edifícios notáveis de Barcelona são o palácio do capitão-general (…), a (…) bolsa do comércio, a alfândega e a *puerta del mar*. A catedral, ainda por acabar, é um monumento gótico digno de apreço. O *palácio de la diputación* (…) é de estilo greco-romano. Nele se celebravam as antigas cortes ou parlamento do principado, aí estão os arquivos da Catalunha e de Aragão (…). O paço dos antigos condes em parte é ocupado por freiras, em parte pelo colégio cirúrgico, e no restante esteve a Inquisição. O teatro (…) é dos melhores de Espanha. Os passeios mais frequentados são *La Rambla* e a *Esplanada*. (…) A população de Barcelona, em 1808, orçava em 130 mil almas, e ao presente calcula-se em 160 mil. (…) As vistas que se gozam das eminências contíguas à cidade, desfrutando-se a perspectiva da mesma, a frescura (…) dos campos (…) e a magnífica extensão do Mediterrâneo, conseguiram dos viajantes reputação entre as mais aprazíveis da Península. (Anónimo, [Barcelona - sem título], *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, pp. 289-291.)

Como outras publicações do mesmo género, *O Panorama*, antes da televisão, com palavras – e gravuras – funcionava, assim, como uma publicação capaz de dilatar periodicamente os horizontes cognitivos dos seus leitores e de simular viagens a outras paragens.

Em algumas ocasiões, os textos *d'O Panorama* dedicados à geografia assumiam uma marcada dimensão pedagógica. Não seriam impertinentes num manual escolar desses tempos. A nomenclatura e as considerações de natureza científica, porém, nem sempre coincidem com as actuais.

> Todos os fenómenos astronómicos, físicos e da história natural, nas suas imediatas relações com o globo terrestre, são os assuntos da geografia física (…) Olhando-se para um mapa geográfico vê-se logo que a superfície do nosso planeta compreende vários espaços de terra (…) e (…) mar. As porções de terra são continentes, ou ilhas, ou penínsulas, ou istmos, etc. Os *grandes continentes* são três: o Mundo Antigo, que compreende a Europa, a Ásia e a África; o Novo Mundo, ou América, dividido em das partes, a meridional e a setentrional; e o continente austral (…) onde está a Nova Holanda (…). Uma *ilha* é certa porção de terra cercada de água por toda a parte (…). Chama-se *península* a uma porção de terra quase rodeada de mar (…). Porém, se a dita porção de terra entra muito no mar, dá-se-lhe o nome de *cabo* e se este tem uma grande elevação denomina-se *promontório*. O *istmo* é uma língua de terra colocada entre dois mares. (…) O oceano ocupa quase sete décimos da superfície do globo (…). Acreditou-se, por algum tempo, na existência de um grande continente no pólo sul, (…) porém o capitão Cook e outros (…) deixaram quase demonstrado que não aparece continente algum (…). (Anónimo, Da geografia física – 1º, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, pp. 293-296.)

O artigo anterior continua, porém, discorrendo sobre as mudanças na superfície da terra. O autor considera, erradamente, que o que diz a *Bíblia* está correcto, seis anos depois de Lyell ter publicado o último dos três volumes do *Principles of Geology*, obra considerada a base da geologia moderna. O conhecimento oferecido aos leitores d'*O Panorama* ficava, assim, irremediavelmente manchado pela superstição:

> Como a vida humana é assaz curta, facilmente acreditamos que a superfície da terra é imutável (…). Contudo, tão longe está a superfície da terra de ser permanente que não há país onde se não encontrem vestígios das terríveis convulsões que a terra tem sofrido (…). O célebre Cuvier declara que havendo atentamente examinado os ossos fósseis de uns 150 quadrúpedes achara entre eles mais de 90 espécies de animais desconhecidos (…). Não se duvida já que as revoluções que causaram a destruição destes animais

> alteraram os climas em muitas partes da terra. (…) Porém, quais foram as causas destes transtornos e quando ocorreram? (…) O mais que poderemos concluir é que tais convulsões tiveram lugar há alguns milhares de anos (…).Moisés escreveu o Pentateuco 1500 anos antes do nascimento de Jesus Cristo e posteriormente a esta época não é provável que tenha ocorrido algum daqueles sucessos, pois nesse caso os acharíamos relatados na história do povo de Deus (…). O império dos faraós floresceu antes do patriarca José e este servo do Senhor viveu 1700 anos antes de Cristo e desde o tempo de tão justo varão nada aconteceu de semelhante natureza. O obediente Abraão existiu 1900 anos antes de Cristo e a história sagrada daquele pai dos crentes nada diz acerca de tais sucessos. (…) Ora, sobrevindo o dilúvio universal 2348 anos antes de Cristo, segue-se que as inegáveis catástrofes que o nosso globo sofreu tiveram lugar durante o dilúvio ou antes dele. Se foi durante aquele fatal cataclismo, não é de estranhar que não as mencionassem, pois Noé, encerrado na arca flutuante, nada podia ver (…) e quando pôs pé em terra achou diante de si um mundo inteiramente novo (…). (Anónimo, Da geografia física – 1º, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, pp. 293-296.)

A geografia humana e a etnografia não foram secundarizadas, já que *O Panorama* traz relatos de festas populares, cerimónias diversas e usos e costumes nacionais e estrangeiros, e até, como no exemplo seguinte, das línguas existentes no mundo:

Um escritor russo publicou há coisa de quatro anos uma tabela de todas as línguas e dialectos conhecidos, cujo resultado (…) é o seguinte:

> Línguas europeias: 587
> Línguas asiáticas: 937
> Línguas africanas: 226
> Línguas americanas: 1264
> Total das línguas e dialectos conhecidos: 3014

> A (…) *Bíblica* está traduzida em 139 línguas, quarenta das quais são asiáticas. (Anónimo, As línguas do mundo actual, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, p. 288.)

Um exemplo do interesse que *O Panorama* nutria pelos costumes estrangeiros pode ser dado pela matéria seguinte, que descreve a forma de governo em Andorra (com realce para o facto de não existir cobrança de impostos no território):

> Bem conhecida é a pequena república de San Marino (…). Não é porém tão vulgar a notícia da República de Andorra, que ainda há bem poucos anos não era mencionada nos livros de geografia. O território deste pequeno e singular estado é um vale nas serranias da Catalunha e compreende a vila capital e mais quatro (…). Toda a sua extensão não passa de 144 milhas espanholas quadradas e a povoação será de 15 a 20 mil vizinhos, os quais obedecem no espiritual ao bispo de Urgel, porque são católicos, mas sem pagar dízimos, contribuindo apenas com cem pesos anuais (…) por modo de donativo ao prelado. O seu governo civil é o seguinte: Há um presidente, magistrado vitalício, eleito pelo Conselho Geral e por uma assembleia, que representa uma espécie de Cortes. O Conselho compõe-se (…) de 24 membros (…) vitalícios, seis de cada um dos quatro povos principais, que assistem por turno ao primeiro magistrado, o qual tem voto decisivo em caso de empate. Eis aqui uma espécie de senado. O Conselho convoca as *Cortes* e cada paróquia nomeia, então, o seu deputado, tendo voto na eleição todos os homens maiores de 21 anos. Nas causas cíveis, os alcaides das paróquias são os juízes de primeira instância, de que se apela para o Conselho Geral. O tribunal criminal consta de um juiz e de seis membros das *Cortes*, que servem como jurados (…). Antigamente havia outra apelação, um ano ara o bispo de Urgel, outro ano para o governo francês, que eram os protectores da república (…). O comércio é franco, sem haver alfândega: tudo se importa e exporta livre de direitos. Os baldios também são *fazenda pública*, e o conselho geral os arrenda para a criação de gados (…), cujo produto, que é a *renda pública*, corresponde exactamente aos gastos que fazem a administração da justiça e a polícia do estado.

> A linguagem dos habitantes é a catalã, assim como as leis antigas por que se regem. Destas a mais notável é a que determina a herança universal do filho primogénito, mas com obrigação de ocorrer à manutenção das irmãs e dos irmãos menores. (Anónimo, A curiosa república de Andorra, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, p. 288.)

Às vezes, porém, os relatos etnográficos publicados n'*O Panorama* têm o seu quê de duvidoso:

> Os habitantes das montanhas do país de Petchit, no sertão da Índia, têm certo licor azedo e detestável com que se embebedam. Fazem-no de arroz, mas sem lhe misturarem açúcar. Esta bebida é esbranquiçada (…). Eis como a bebem: senta-se o bebedor no chão, com a cabeça erguida para trás e a boca aberta. Outro homem, em pé, e posto de lado, tem na mão um vaso cheio do tal licor, (…) de um particular feitio. Com ele lhe vai vazando o líquido na boca sem parar até que o bebedor, já atestado, caia de costas. Este é o maior divertimento daquela boa gente. (Anónimo – extraído de *N. Annales des Voyages*, Modo singular de se embriagar, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 106, p. 148.)

Os relatos etnográficos d'*O Panorama* abarcaram, igualmente, o território nacional. Um deles é particularmente curioso, já que cruza a curiosidade etnográfica com o interesse pelo sobrenatural e pelo fantástico, muito caro ao romantismo. Tem ainda a particular relevância de o excerto de texto em causa ser subscrito por Alexandre Herculano, que nele emprega, risonhamente, a sua fina ironia para combater o obscurantismo e a superstição:

> O povo faz distinção entre feiticeiras, bruxas e lobisomens. São as feiticeiras e bruxas, por via da regra, mulheres velhas, pobres e feias, imundas, de género melancólico ou colérico. Estes motivos bastam para o vulgo as aborrecer e para justificar a seus olhos qualquer acusação que lhes façam de feitiçaria ou bruxedo. O mister das feiticeiras é fazer malefícios a todo o género de pessoas de qualquer idade (…): estas acompanham

ordinariamente o diabo em todas as suas funções neste mundo. As bruxas têm poder limitado, estando apenas autorizadas a chupar, de noite, o sangue (…) das crianças, matando-as pouco a pouco de inanição, ou de repente, se chupam desarrazoadamente. Os lobisomens são aqueles que têm o fado ou sina de se despirem de noite no meio de qualquer caminho, principalmente encruzilhadas, darem cinco voltas, espojando-se no chão no lugar onde se espojasse algum animal, e em virtude disto transformarem-se na figura do animal pré-espojado. (…) A instituição de qualquer feiticeira ou bruxa é feita da seguinte maneira. A adepta é levada alta noite pelas feiticeiras professas a um lugar ermo, onde o diabo aparece transformado em bode negro. Começa a cerimónia (…) pela matrícula e a noviça escreve o termo de venda da sua alma com o próprio sangue. Então o diabo lhe entrega um novelo e um pandeirinho, que são os símbolos da nova dignidade (…), pelo que fica hábil para fazer os seus malefícios e para se transformar no que quiser, quer sejam corpos animados, quer inanimados. Depois disto, o demónio *bodificado* se senta nos eu trono, cercado de candeiinhas, e por baixo deste trono passa a noviça três vezes, acabado o que a nova feiticeira dá um beijo na proximidade da cauda ao transformado rei do inferno. Feita esta cerimónia, as circunstantes [que são todas feiticeiras da província (…)] tocam os seus pandeirinhos e com danças misteriosas levam a nova sócia a casa, onde lhe mostram os respectivos novelos de fiado, que são maiores ou menores conforme a importância ou estima em que as tem o diabo. (…) Quando alguma destas (…) personagens (…) está para morrer, chama a pessoa que masi estima e a esta entrega o novelo (…). Parece que a posse de tal herança dá direito na secretaria de Estado infernal a que o herdeiro seja preferido no preenchimento do lugar que ficou vago.

Tem a feiticeira obrigação, cada vez que quer enfeitiçar alguém, de invocar primeiramente o diabo e de lhe pedir licença para exercer seu ofício, o que prova que não só na Terra há maus sistemas de legislação. A fórmula usada em tais casos (…) é: *Tenato, ferrato, andato, passe por baixo*, o que repete três vezes. Acode o demo ao reclamo e a professora de feitiços pode então ter a certeza de tirar a sua a limpo.

> Se, porém, não se trata de um feitiço de segunda ordem (…), é preciso mais trabalho e pelas leis infernais não é lícito a qualquer feiticeira tomar sobre si só tamanha responsabilidade, de onde se pode concluir qual seja a prudência, gravidade e consciência do diabo, que por certo não é tão feio como o pintam. Quando, pois, alguma destas boas criaturas quer dar cabo de algum indivíduo, toca os eu pandeirinho e chama duas das suas companheiras (…). Então (…) fazem uma figura da pessoa condenada a morrer e compostos certos unguentos líquidos vão com eles untando aquele vulto, e na mesma proporção vai o enfeitiçado adoecendo, até que chega às últimas. Neste ponto, a feiticeira mais velha tira os eu novelo, põe-se a dobá-lo e quando o doente deve morrer uma das outras corta o fio com uma tesoura e no mesmo instante expira o enfeitiçado. Depois invocam todas três o demónio, que vem e solda de novo o fio que ficou cortado. (Alexandre Herculano, Superstições populares, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, pp. 163-164.)

O Panorama não se furtou a discutir temas polémicos e até algo incómodos para um país de tradição católica como Portugal, como é o caso das teorias de Malthus. A sua apresentação n'*O Panorama* obedecia, porém, ao princípio firme do enquadramento segundo os princípios do catolicismo:

> Malthus é muito célebre pela originalidade da sua teoria (…). Começa o autor estabelecendo que toda a vida animal tende constantemente a multiplicar-se de forma que, se a propagação vingasse toda, esgotaria os alimentos que a natureza lhe poderia ministrar. (…) A geração humana tem a mesma tendência de multiplicar mais rapidamente do que o alimento de que subsiste. De tudo isto conclui o autor que posto que o género humano tenha o poder de se multiplicar, este é sempre em referência aos meios de subsistir.
>
> Malthus considera depois as várias restrições que paralisam este princípio na povoação humana. Quando o número dos nascidos é maior do que aquele que o país pode sustentar com facilidade, morrem muitos, em várias idades,

porque o alimento que lhes cabe é pouco ou mau, ou continuam a viver num estado miserável, que lhes faz aborrecer a existência. Quando a sociedade sente algum destes dois males, os casamentos diminuem, e com eles o número de nascidos. Se esta diminuição de casamentos é acompanhada da pureza de costumes recomendada pelas leis divinas e humanas, a cuja prática induz a razão, pode em tal caso chamar-se uma restrição moral. Mas se a diminuição de matrimónios é por outra parte produtiva de vícios infames, suprimirá também a população, mas de modo ignominioso para a nossa espécie. Há, portanto, três restrições acerca do desordenado aumento da população: a da miséria, a moral e a viciosa; estas mantêm, nos países mais cultivados, o número dos habitantes igual e até menor ao produto da terra. A maior parte da obra de Malthus parece destinada a provar estes três princípios fundamentais (…). A vida penosa e precária das nações selvagens, que só da caça se sustentam, as priva de se multiplicarem, não lhes sendo possível manter crescido número de filhos e por isso vemos como estão diminutas as tribos dos índios do norte da América. O aumento da população das tribos teutónicas produziu, por vários séculos, aqueles enxames de vândalos e godos, de diversas dominações, que desceram de setentrião até às colunas de Hércules e ainda que pareciam os primeiros inumeráveis, outros milhões deles os substituíam até que se apossaram da Germânia, das Gálicas, da Itália e da Ibéria. Em várias nações modernas, particularmente nas cidades grandes, onde há pouca restrição moral, reina espantosa mortandade nos mancebos, o que impede o aumento da população. Só estes três factos (…) serão suficientes para dar ideia da doutrina de Malthus. O fim principal do seu livro é sumamente moral e humano.

Considerando Malthus os inevitáveis resultados de uma população excessiva, recomenda encarecidamente que nenhum homem se case sem ter certeza ou fundamentada probabilidade de sustentar seus filhos, segundo o seu modo de viver, isto é, segundo a situação que ocupa na sociedade. (…) Malthus passa a mostrar que o maior número de casamentos e nascimentos nos países bem povoados e, particularmente nas cidades de grandíssimo número de habitantes, não são prova de aumento da povoação, mas sim da

grande quantidade de crianças, que pela maior parte não chegam à época da puberdade (…). As opiniões de Malthus foram vivamente combatidas, com mais ou menos justiça. Estamos longe de aprovar as generalidades da sua teoria e a maneira absoluta com que assenta as suas teses; todavia, muitos factos bem averiguados e raciocínios concludentes, dispersos pela sua obra, a farão sempre estimável e lida, sobretudo se atendermos ao fim moral que dirigiu a pena do autor, em abono do qual citaremos a seguinte passagem, onde, para assim dizer, está recompilada a sua doutrina. "Penso e espero que os meus leitores convirão comigo em que, se aplicarmos o espírito das declarações de S. Paulo respectivamente ao matrimónio, ao estado social presente e à bem conhecida constituição humana, tiraremos a consequência natural de que, quando o casamento não entorpece os deveres mais principais, é muito justo, mas se de algum modo se opõe aqueles, é injusto. Segundo os princípios genuínos de uma sã moral, o modo de seguir a vontade divina (pelo ditame da razão natural) é examinar a tendência da acção; se esta se inclinar a promover a felicidade de todos, se porá em prática, mas se a contrariar ou diminuir, deverá suspender-se. Ora pois, poucas acções haverá que se encaminhem a diminuir a felicidade social, como o casar sem ter meios de manter os filhos, consequência, que deve reputar-se como certa, da união conjugal: portanto, todo o homem, que em tais circunstâncias contrai matrimónio é promotor voluntário de infelicidade e, por conseguinte, ofende a vontade de Deus. Que esse homem ofende também a sociedade, ninguém o poderá duvidar, porque se não pode alimentar os filhos, impõe esse encargo a seus vizinhos, visto que nem a caridade nem a justiça consentem que os inocentes sejam vítimas da fome. Porém, quando estes chegarem à puberdade, entrarão em situação ainda mais infeliz, ainda mais prejudicial à moral pública, porque não há estado em que seja tão difícil conservar a virtude, como o de absoluta indigência. Finalmente, o homem que se casa sem probabilidade de sustentar mulher e prole, viola o seu dever para com Deus, causando a infelicidade das criaturas, quebranta o seu dever para com a sua família, expondo-a às tentações do mundo, e infringe o seu dever para com a sociedade, impondo ao público um ónus injusto, além de que ofende a razão, seguindo os estímulos da

> paixão a despeito das mais essenciais obrigações." (Anónimo, A teoria da povoação [população] segundo Malthus, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 150, pp. 82-83).

Ainda no campo da geografia humana e da etnografia, uma outra questão deverá ser focada: Como foram representados "os outros" n'*O Panorama*? Em alguns casos, a abordagem de outros povos é tendencialmente neutra e descritiva, sem se assistir a uma tentativa visível de enquadramento dos mesmos em função de juízos de valor:

> Os primeiros observadores pintam a terra do Brasil como um novo paraíso terrestre (…). Não era uma das melhores maravilhas deste novo mundo o espectáculo da índole, usos e costumes dos seus naturais habitantes. Em dois grandes grupos se podem estes comodamente dividir. O primeiro compreende todas aquelas nações (…) que falam com pouca discrepância a mesma língua geral e comum, (…) língua brasílica (…). No segundo entram os que vivendo quase todos mais para o sertão têm entre si línguas e costumes diferentes (…). (J. H. da Cunha Rivara, Brasil – Indígenas, O Panorama, 1839, vol. III, n.º 128, pp. 322-323)

Contudo, há que dizer que (pelo menos) alguns redactores estavam convencidos da superioridade do homem branco sobre outras "raças", apesar de todas pertencerem ao mesmo tronco. O texto seguinte é elucidativo quer do desdém que os portugueses brancos devotavam à gente de pele mais pigmentada quer dos estereótipos culturais sobre as características dos povos:

> A raça europeia é, sem dúvida alguma, aquela que constitui as nações mais civilizadas e ilustradas do mundo. Isto seria suficiente para daí concluirmos, sem que de outra prova carecêssemos, que a agudeza de sentimento é o carácter comum desta raça. Mas a história apresenta um facto incontestável, que ainda melhor demonstra a tendência dos europeus para a civilização, e é que não há memória de que existisse tribo alguma desta parte do mundo

que deixasse de criar gados e de cultivar a terra, por mais ingrato e estéril que fosse o seu país.

Esta raça se divide em três grandes famílias: a caucasiana, a céltica e a teutónica. A caucasiana, que compreende os russos, cossacos, os turcos e os tártaros, distingue-se principalmente pelo seu génio inquieto, guerreiro e ousado, que impele estes povos mais para as empresas incertas e perigosas do que para as ocupações tranquilas e proveitosas da indústria, da ciência e das artes. Os ingleses, em grande parte, os escoceses e irlandeses, os franceses, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os gregos pertencem à família céltica e distinguem-se pela impetuosidade das paixões e viveza de engenho. São empreendedores e resolutos, posto que nos italianos seja muito pouco sensível este sinal característico.

A família teutónica distingue-se por uma indústria perseverante, mais do que por brilhantes inventos ou espírito empreendedor. Os alemães, holandeses, suecos, dinamarqueses, etc., pertencem a esta família, e de todas estas nações, a sueca é a mais activa. (…)A raça chinesa e japónica (…) apresenta notável brandura de costumes e pouca tendência para a guerra.

As tribos asiáticas que estanciam pelas extremidades do norte da Europa, da Ásia e da América têm o entendimento obtuso e são excessivamente desalinhadas nos trajos e imundas. Fisicamente, caracteriza-as a pequenez dos corpos, como se vê nos gronelandeses e esquimós. Todavia estes povos nojentos e apoucados têm a condição branda e são inocentes.

Os povos de raça americana e de raça malaia distinguem-se por activos, manhosos e atrevidos e pela quase incrível firmeza com que suportam os incómodos e males da vida. Além destas qualidades, os malaios são inconstantes, traidores e cruéis.

Os índios da América do norte são graves e pausados nas suas acções e de génio acolhedor e generoso. Mostram natural agudeza e os seus discursos

> públicos têm tal eloquência e suavidade que não envergonhariam os oradores de uma nação civilizada. As tribos independentes da América apresentam comummente os mesmos caracteres dos índios do norte, mas algumas são notáveis por muito maior brandura e docilidade, outras por muito maior ferocidade e pelo seu génio traiçoeiro.
>
> Os homens de raça africana, enquanto conservam a liberdade, são extremamente vivos, desatentos e desperdiçados. A leviandade destes povos é tal, que a maior parte do tempo, gastam-no a dançar ao som de rudes instrumentos de música.
>
> A raça *pahum* da Austrália e os hotentotes são em extremo estúpidos, madraços, imundos e viciosos, principalmente os habitantes da Austrália, que até parecem destituídos das faculdades necessárias para poderem melhorar a sua condição social e intelectual.
>
> Da raça africana, os cafres são os mais espertos, animosos e activos. Há casos em que patenteiam tal heroísmo e nobreza de carácter que faz crer que seriam capazes de chegar a um grande grau de civilização se houvesse meios de lançar a semente dela na região da cafraria. (Anónimo, Caracteres das diferentes raças de homens, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 73, p. 302.)

A alegada superioridade da "raça branca" justificaria a "sujeição" das restantes aos brancos. Julgavam eles, porém, erradamente, que o tronco primordial da humanidade seria constituído por gente de pele branca e, portanto, segundo o seu raciocínio, mais perfeita (que surpresa teriam se soubessem que o tronco primordial da humanidade, africano, foi, afinal, constituído por indivíduos de pele negra!):

> A religião e a razão nos ensinam que todos os homens descendem de um tronco e um exame filosófico da espécie humana mostra claramente que os europeus, pela excelência da sua organização e elegância das suas formas, são os que mais se assemelham àquele tronco primordial, que devemos supor

> como perfeito em sua natureza. Em todos os séculos tem a raça chamada branca gozado de precedência, e é hoje incontestável que os europeus dominam o universo. E se algumas nações há nos confins da Ásia, ou em África, livres do seu império, é porque razões políticas têm embaraçado a sua sujeição ou porque a natureza do clima tornaria a conquista de pouca importância. (Anónimo, A cor dos negros, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, p. 343.)

Os povos não brancos foram, em consequência, representados discursivamente n'*O Panorama* tendencialmente de forma negativa. Os ciganos, por exemplo, foram apelidados de "tribo de vagabundos" e "embusteiros vagabundos" que vagueavam pela Europa (Anónimo, Os ciganos, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, pp. 212-213). Quanto aos judeus, "pesava" sobre eles a "maldição de Deus", pelo que sofreram "afrontas e opressões" e ficaram muito tempo "conservados na inferioridade a respeito dos cristãos", apesar de serem "raça laboriosa e possuidora de grandes riquezas". É reconhecido que os portugueses, entre outras ignomínias, lhes moveram uma "perseguição" "bárbara" e "atroz" no reinado de D. Manuel, que culminou com a retirada dos filhos menores de catorze anos aos pais para serem educados como cristãos: "Faz eriçar os cabelos ler em Damião de Góis a descrição desta cena cruel em que a tirania tirava a última consolação àquela raça desventurada". Não teria sido possível a sua defesa porque "a Inquisição sepultaria definitivamente no fundo de um calabouço quem ousasse pronunciar uma palavra de justiça a favor de homens que não criam em Deus pela fórmula prescrita no *Directório de Inquisidores* (…)". (Alexandre Herculano, Judeus em Portugal, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 3, pp. 19-21.)

5.5 História e património n'*O Panorama*

Tal como ocorre com a geografia, disciplina de que andou irmanada até no ensino superior, a história é outra das áreas em que mais frequentemente se exigem conhecimentos gerais aos indivíduos. Aliás, tal como a geografia, a história também está presente no currículo escolar do ensino básico em Portugal.

A divulgação jornalística da história também vai ao encontro, mesmo nos dias de hoje, das necessidades, interesses e gostos de muitos leitores, conforme é comprovado pelo sucesso da *Visão História* (infelizmente não imitado pela revista *Ler História*, que, apesar de ser vendida nas bancas, funciona, sobretudo, como uma publicação científica que vive de colaboradores eventuais) e pela receptividade de que, em Portugal, gozam as revistas espanholas da especialidade, como a *Clio*, a *Historia y Vida*, *La Aventura de la Historia*, *Historia National Geographic* e outras. Assim, a promoção do acesso ao conhecimento historiográfico, inclusivamente como chave para compreensão do presente, também foi protagonizada pel'*O Panorama*, que com alguns desses textos permitia aos leitores reviverem mentalmente outras épocas e outros espaços.

Vários dos textos sobre história são destinados não apenas a contribuir para a educação cultural dos portugueses, mas também a insuflar o *orgulho nacional*. Neles, o ponto de vista, acentuado pela adjectivação e pelo uso de pronomes como "nosso" [Portugal, pontífice…], é o de engrandecimento das virtudes pátrias e das personalidades históricas portuguesas:

> O nosso Portugal, tão fecundo em homens ilustres, também deu à cadeira de São Pedro dois naturais seus, que a não deslustraram (…). O primeiro foi São Dâmaso, que floresceu no século IV, filho das vizinhanças de Guimarães e o 39º na série dos pontífices romanos. (…) No ano de 366 ou de 367 (…) foi exaltado à cadeira pontifícia, contando para mais de 60 anos de idade. Ursino, diácono favorecido por sediciosos, tentou disputar-lhe a eleição (…). As autoridades civis, para impedir o cisma, determinaram a prisão e desterro do antipapa (…). Esta luta decidiu-se (…) de armas na mão (…). Frustrados os planos de violência, (…), inculparam-no de adúltero, porém, um concílio de 44 bispos (…) absolveu Dâmaso (…). Por estes tempos (…) muitos hereges (…) dissidentes em seitas, mas todos concordes em atacarem a verdadeira Igreja, inquietavam (…) o orbe católico (…). Mas o Santo Pontífice (…) condenou e combateu os erros de (…) embusteiros e prevaricadores. Por seu influxo (…) se convocou o segundo concílio ecuménico (…) em Constantinopla, no ano 381 (…).

> (…) Em Setembro de 1276 subiu ao sólio pontifício outro português: (…) Pedro Hispano, natural de Lisboa, freguesia de São Julião (…) e tomou o nome de João XX ou XXI (…). Por muito pouco tempo gozou o nosso patrício as honras do pontificado, porque tendo mandado construir uns paços sumptuosos em Viterbo (…) aconteceu-lhe entrar num quarto acabado de fresco e desabando ao mesmo tempo o edifício saiu dali tão maltratado que dentro de seis dias faleceu, em Maio de 1277, contando apenas oito meses e poucos dias de governo da Igreja universal (…). Foi varão exímio nas letras sagradas e profanas e cultivou as ciências com aplausos notórios (…). (Anónimo, Breve notícia de dois sumos pontífices portugueses, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, p. 291.)

Do texto anterior deve realçar-se, também, o sentimento católico do autor, comum, possivelmente, à generalidade dos portugueses da época. É em nome dessa sua visão do mundo que ele condena os desvios à ordem católica e os dissidentes da "verdadeira igreja".

Destacam-se, na temática particular da história, os "Quadros da História de Portugal" amiúde inseridos n'*O Panorama*. Alguns desses textos evocam acontecimentos que poderiam encher de orgulho os portugueses, mas outros envergonham o país. O exemplo a seguir transcrito recorda o massacre de judeus em Lisboa em 1506. O seu autor, Alexandre Herculano, logo de início, enquadra o acontecimento como "horrível" e obra do "fanatismo":

> Poremos agora aqui um acontecimento horrível sucedido em Lisboa em Abril de 1506 (…). Celebrava-se na igreja de São Domingos certa festa, a que assistia grande multidão (…). Existia naquele tempo um cruxifixo muito reverenciado, no qual houve quem visse ou fingisse ver um notável reflexo, que a ser verdadeiro devia nascer das muitas luzes que provavelmente estariam acesas. Gritaram logo as beatas e alguns homens supersticiosos que isto era um grande milagre. Duvidavam outros do caso, e entre estes um que diziam ser cristão-novo, o que era, naqueles tempos, quase sinónimo de judeu. Começou então o povo a alborotar-se e pegando no desgraçado céptico o arrastaram até ao meio do rossio e ali o assassinaram e queimaram

> (…). Para aumentar mais o tumulto, saíram logo dois frades dominicanos, com um cruxifixo nas mãos, clamando vingança contra os inimigos da fé. Acendeu-se mais com isto a raiva da plebe (…) e (…) começaram a correr as ruas. Quantos cristãos novos encontravam, (…) matavam (…) e (…) queimavam em grandes fogueiras (…) e só nesse dia, segundo o testemunho de Damião de Góis, assassinaram passante de quinhentas pessoas. Com a noite, a desordem (…) cresceu (…). Na segunda-feira (…) os assassínios continuaram com a maior crueldade (…). Atacaram as casas particulares (…). Mulheres, velhos, crianças, nada escapava (…). Alguns destes infelizes (…) se acolhiam às igrejas (…) mas os furiosos dali os iam arrancar (…). As casas das vítimas (…) foram saqueadas (…), porque o fanatismo é pai de todo o género de crimes. Muitos cristãos velhos eram igualmente mortos e roubados. (…) Na terça (…) pela tarde, o regedor Aires da Silva e o governador Álvaro de Castro entraram na cidade acompanhados de guardas (…) e o sossego se restabeleceu (…). El-Rei estava em Avis (…). Mandou logo o prior do Crato e o barão do Alvito com plenos poderes para (…) punirem os culpados (…) e os cabeças do motim foram enforcados, sem escaparem os dois (…) padres (…). As autoridades (…) pagaram com seus bens a frouxidão (…). Finalmente, um decreto extinguiu a Casa dos Vinte e Quatro e acabou com outros (…) privilégios da cidade (…). (Alexandre Herculano, Quadros de história portuguesa IV – Motim em Lisboa (1506), *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 37, pp. 11-12.)

Parte dos textos sobre episódios históricos são leves e narrados quase como anedotas, mas muitos deles têm inegável fundo moral e neles se reconhecem os valores cristãos da piedade e do perdão, mas também a exortação à heroicidade:

> No naufrágio que no ano de 1535 padeceu a nau Santiago, de que era capitão-mor Fernão de Mendonça, entre as pessoas que se salvaram no seu batel foram os dois irmãos Gaspar e Fernão Ximenes, homens honrados naturais de Lisboa. E por ser muita a gente e o batel ir muito pesado, houve pareceres que se lançassem alguns ao mar. Em execução de tão cruel obra, consultados os que davam a sentença, se mandou que um dos irmãos fosse

> deitado ao mar, e pegando os executores em Gaspar Ximenes, que posto que fosse o mais velho era menor de corpo que seu irmão, e mais delgado de carnes, Fernão Ximenes, vendo que não havia remédio senão ir um deles, saltou donde estava e com amor fraternal se ofereceu para tão lastimoso sacrifício, dizendo que ficasse seu irmão, que era mais velho, e pai de duas irmãs, e que o lançassem a ele ao mar, o que logo fizeram, sem que por isso perdesse o ânimo, antes sendo o golfão de mar de mais de 120 léguas da (…) terra, foi seguindo o batel, nadando por muito tempo com incomportável trabalho, até que, compadecidos da sua desventura (…), os mesmos que o condenaram foram os primeiros a requerer que o recolhessem, o que puseram por obra, recebendo assim a paga de tão sublime feito, digno por certo de se perpetuar na memória dos homens. (Anónimo, Amor fraternal, *O Panorama*, vol. III, n.º 123, pp. 283-284.)

> Fernando da Ponte Galego foi um nosso general de artilhara que por seu muito mérito e valentia chegou, sendo de humilde nascimento, àquele elevado posto. Passando uma vez pelo pinhal da Azambuja, saíram-lhe quatro ladrões armados de espingardas, trazendo ele uma no macho em que vinha montado. Pedindo-lhes eles a bolsa, matou um de um tiro; apeou-se e deixou por terra mal ferido o segundo; seguiu os dois e prendendo um, fugiu-lhe o outro. Levou o preso à primeira vila e disse com grande sossego: "Agora acabo de fazer tudo o que na guerra aprendi, porque de quatro ladrões que me atacaram, um me fugiu, outro aprisionei-o, outro feri-o e o quarto ficou morto. Busquem este para enterra-lo, curem o ferido, sigam o que escapou e não deixem fugir este". Vindo depois para Lisboa, pediu a El-Rei, em paga dos seus serviços, que perdoasse aos delinquentes. (Anónimo, Valor engraçado, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, pp. 164-165.)

O texto seguinte é curioso porque revela que as preocupações com a gestão dos stocks de peixe são históricas:

> Em todos os tempos houve aparelhos defeituosos e se fez mau uso deles. O Sr. D. João III, para acautelar estes convenientes, já proibiu as redes

> de arrastar (…). O senhor rei D. Sebastião tinha muito presente que a demasiada pequenez da malha nas redes contribuía muito para a decadência da pescaria, por esta causa concedeu aos moradores de Ponte de Lima e seu termo licença para pescar no rio Lima sáveis e lampreias, sem embargo da lei em contrário, contanto que usassem redes de malha que tivesse a bitola determinada pela Câmara.
>
> Não era de uma proporcionada bitola a malha das redes chamadas *chinchorros*, de que usavam os pescadores de Setúbal, e por isso foi proibido, por um alvará de 20 de Março 1607, o uso deste aparelho (…). Por uma causa idêntica foram também proibidas as redes chamadas *tartaranhas*, como consta de uma carta régia passada em 9 de Janeiro de 1615: o uso das mesmas redes foi novamente proibido pelo alvará de 3 de Maio de 1800. (Lacerda Lobo, Redes de arrastar proibidas [Extracto de uma memória sobre pescarias], *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 162, p. 184.)

O texto seguinte celebra outro valor: o patriotismo. Tem o interesse adicional de ser o patriotismo de uma mulher e de, como muitas das "anedotas" contadas n'*O Panorama*, encerrar em si mesmo uma *lição de moral*. Numa sociedade patriarcal, que tornava os homens nos protagonistas dos textos para além de seus autores (não há registo sequer de mulheres entre os colaboradores regulares d'*O Panorama*), a *mulher protagonista* era rara. Neste caso, apesar de tudo, a mulher é referida quase unicamente no papel de mãe de "coragem superior ao seu sexo", mas ainda assim capaz de dar uma *lição de moral e de patriotismo* ao seu filho:

> Depois da morte de El-Rei D. Fernando, intentando El-Rei de Castela apossar-se de Portugal, e havendo entrado no Reino à frente de um poderoso exército, alguns senhores portugueses, esquecidos da lealdade que deviam à sua pátria, submeteram-se ao castelhano e lhe entregaram algumas praças que tinham em sua guarda. Estava a ponto de fazer o mesmo o alcaide-mor de Trancoso, Gonçalo Vasques Coutinho, quando sua mãe, Dona Brites de Moura, mulher de singular virtude e de coragem superior ao seu sexo, sendo informada do intento do filho, veio procura-

> lo e lhe falou deste modo: "Vossos antepassados, meu filho, sempre se distinguiram na lealdade e fidelidade à pátria. Se vós intentais manchar e deslustrar o nome que tendes, embebei-me primeiro um punhal no peito, que não quero eu sobreviver à vossa infâmia. Escolhei pois ou a honra ou a minha morte. Servi a pátria, combatei os inimigos, morrei digno de ser meu filho!" Gonçalo Vasques deixou-se mover pelas enérgicas persuasões da sua mãe e persistiu na lealdade que devia. Não foi esta a única ocasião em que as mulheres portuguesas deram notável exemplo de coragem, valor e patriotismo. (Anónimo, Valor cívico de uma portuguesa, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 16, p. 127.)

Noutros textos d'*O Panorama* assoma a intenção de ridicularizar as superstições populares, capazes de entravar o progresso das ciências. É, efectivamente, uma ideologia progressista que se entrevê no periódico:

> O conflito entre o progresso intelectual e as antigas superstições acarretou por vezes desgostos àqueles que trabalhavam em alumiar as nações. Mas também deu azo a acontecimentos muito engraçados, dos quais relataremos aqui um, sucedido em Évora, no reinado de D. José.
>
> Um frade de certa ordem tinha sido nomeado mestre de filosofia naquela cidade. Querendo dar uma vez a seus discípulos a ideia da electricidade, pôde obter emprestada uma máquina eléctrica, com a qual fez algumas experiências diante de vários padres graves do seu convento, que ficaram pasmados com coisa tão extraordinária, e supuseram lá consigo andar nisto obra de feitiçaria. Esperaram, portanto, um dia em que o mestre de filosofia saísse fora do convento, e mandando o prelado tocar à comunidade, revestido e de cruz alçada, seguido dos demais frades, foi ao aposento, onde estava a máquina para a exorcizar. Começados os exorcismos, tanta água benta lhe deitaram que dentro em pouco ficou completamente estragada. Quando daí a dias o professor quis trabalhar com ela, nunca o pôde alcançar, e os padres graves, rindo uns com os outros, escarneciam do pobre filósofo, a quem, com esconjuros, tinham inutilizado aquele diabólico feitiço. (Alexandre

> Herculano, Superstições populares, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 160, pp163-164.)

Bem ao gosto das correntes românticas, e também porque Portugal é um país nascido na Idade Média, são particularmente frequentes n'*O Panorama* as matérias sobre a época medieval portuguesa. As personagens históricas, as batalhas, as conquistas, mas também a organização social, as leis, os costumes antigos e mesmo as lendas, também elas muito valorizadas no período romântico, constituem, amiúde, objectos do discurso d'*O Panorama*, valorizadas, ademais, pelas gravuras, pelo que este periódico se constitui verdadeiramente, nas palavras de João Bartolomeu Rodrigues (2008, p. 75), como um "compêndio original" sobre o medievo português.

A *ficção histórica*, cultivada no periódico, foi, por seu turno, uma forma de ensinar história de maneira leve e cativante, simpática ao leitor, que, ao mesmo tempo que se instruía, podia deixar a sua imaginação navegar para outros tempos e lugares e deleitar-se com as belas letras em prosa ou em poesia. Esses textos são demasiado extensos para se citarem na sua totalidade, mas eis uma pequena amostra de ambos. O primeiro é do conto *O Cronista*, de Alexandre Herculano; o segundo é do poema *Dona Lucinda Moniz ou a Emparedada de Penacova*, de J. Freire de Serpa, que canta os amores de um mouro por uma cristã:

> O Cronista
> Viver e Crer de Outro Tempo
> 1535
> I
> O Viver
>
> Ao cair da noite de um dia tenebroso dos fins do Inverno, em que o céu parecia desfazer-se em chuva, um homem a cavalo, coberto com uma ampla coroça e um chapéu de feltro de largas abas na cabeça saía à rédea solta dos paços d'El-Rei D. João III (que então residia em Évora) e atravessava as ruas da cidade, que estavam desertas, não só por causa do mau tempo mas porque eram horas de cada qual tratar da ceia e de repousar das fadigas do

dia. O cavaleiro dobrou muitas esquinas, enganou-se umas poucas de vezes, voltou para trás, tomou à direita, depois à esquerda, seguiu adiante, tornou a desandar, rogou bem dois centos de pragas, até que por fim, chegando à boca da rua da Oliveira, susteve o cavalo, e olhando para um e para o outro lado, como quem se afirmava, fez um gesto de raiva, e disse por entre dentes:

– Dor de levadigas consuma o diabo! Pensei que não dava com a excomungada da rua!(…). (Alexandre Herculano, [Excerto inicial de] *O Cronista*, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 125, p. 300.)

Dona Lucinda Moniz
ou
A Emparedada de Penacova
Canto 1º
Formoso neto de Ágar,
Castelão miramolim,
Assentando nas Ameias
Do seu nobre Gondelim,
Descantava uma toada
No saudoso bandolim.
Bandolim, leva-lhe as queixas
Do tão triste seu amor,
Leva-lhe os ais e os suspiros,
As amarguras e a dor,
Leva-lhe a endeixa sentida
Do mancebo trovador.
Trovador e cavaleiro,
Nunca em trova, nunca em lança
Houve segundo que ousasse
Disputar-lhe pujança,
Trovador e cavaleiro
Por amor e por herança.

> Herança teve o guerreiro
> Mui difícil e arriscada
> Que circunda o seu castelo
> Gente inimiga e baptizada.
> Gondelim, última pedra
> Da Mauritânia domada.
> (…)
> (J. Freire de Serpa, [Excerto de] Dona Lucinda Moniz ou a Emparedada de Penacova, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 47, pp. 375-376.)

Deve registar-se que apesar de ser um jornal romântico, *O Panorama* não ignorou – nem o deveria ter feito – a história da Antiguidade. O texto a seguir inserido exemplifica-o, já que se trata de uma biografia de Demóstenes, em que o valor liberal do mérito individual é realçado:

> Demóstenes, o eloquente orador ateniense, foi filho de um cidadão abastado, que vivia do rendimento de muitas ferrarias. Por isso, os seus adversários (…) lhe chamavam "o filho do ferreiro", como se a ascendência plebeia influísse no engenho ou diminuísse os quilates do merecimento. Os maiores inimigos de Demóstenes foram os obstáculos que a sua organização física punha ao exercício da profissão que abraçara, mas a perseverança e inauditos esforços venceram os defeitos naturais: respiração curta, pronunciação difícil, gestos ridículos, timidez infantil embaraçavam os voos do ilustre orador da Grécia, que, mal acolhido pelo público no seu primeiro ensaio, esteve a ponto de abandonar, desconsolado, a nobre carreira (…) se não fossem os conselhos de um ancião (…). Parecem incríveis as diligências que este homem célebre pôs em prática para corrigir os seus defeitos (…). Subia a correr lugares escarpados recitando extensos períodos (…), revolvia (…) na boca seixos miúdos para desembaraçar a língua, declamava as suas orações à beira-mar, em ocasiões de tempestade, para se acostumar ao burburinho popular (…).
>
> A vida de Demóstenes foi inquieta não só por causa das rivalidades como pelo estado da sua pátria, abalada por discórdias internas e guerras externas.

> (…) A oposição decidida que sempre fez à política ambiciosa de Filipe, rei da Macedónia e pai de Alexandre Magno, suscitou-lhe incómodos e desgostos, mas a essa oposição deve a posteridade as mais veementes orações de Demóstenes, chamadas *Filípicas* (…). Foi um homem de Estado, que desempenhou ponderosos cargos na república (…). Em todas as suas orações se notam esforços mais para convencer o entendimento do que para mover as paixões dos ouvintes (…), num discurso plácido e claro, sem recorrer a meios insidiosos, (…) que Cícero chama oratória de Demóstenes.
>
> (…) Quando Antipatro desbaratou os gregos confederados e marchou sobre Atenas, Demóstenes, que fora o principal motor da conspiração, achou que era prudente retirar-se para uma ilhota (…), onde se refugiou num templo (…) e dizem que tomara veneno e morrera (…). (Anónimo, [Demóstenes], *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 123, pp. 234-235.)

É de destacar que *O Panorama*, pela mão de Alexandre Herculano, também procurou resgatar a história da génese do jornalismo, no mundo e em Portugal, numa série de quatro artigos[4] sobre as "Gazetas". Sinal de que o principal redactor do periódico nos seus anos iniciais bem compreendia não apenas a importância do jornalismo na sociedade mas também quanto o fenómeno jornalístico do presente devia ao jornalismo do passado, o autor inicia a sua narração pelos fenómenos pré-jornalísticos da Antiguidade, já que o texto que inaugura a série descreve as *Actas Diurnas* romanas. Os restantes textos, apesar das incorrecções históricas (cf. Sousa, 2008a), davam ao leitor d'*O Panorama* uma ideia geral da evolução do jornalismo, encarado como "literatura periódica" enquanto os jornalistas eram vistos como "escudrinhadores de notícias" e "periodistas" (mas não como "jornalistas").

> O nosso intento (…) é dar uma leve notícia da origem e progressos das publicações periódicas destinadas a generalizar o conhecimento dos

4) O último desses artigos, publicado em 1838 (vol. II, n.º 52, p. 135) é um mero aditamento ao anterior e regista a colecção da *Gazeta* "da Restauração" da Biblioteca Pública de Évora.

acontecimentos públicos. A instituição de semelhantes escritos data de remotíssimos tempos, posto que não seguisse sem interrupção até aos nossos dias. As *Actas Diurnas* (…) dos romanos serviam quase para o mesmo que servem os modernos jornais (…) e sabemos (…) por Séneca e por outros escritores da antiguidade que as *Actas Diurnas* continham o resumo das causas que corriam nos tribunais civis e das actas das assembleias nacionais, a notícia do estado das obras públicas, a relação das várias penas cominadas aos criminosos (…) etc. Consta-nos que um género de notícias em que principalmente abundavam eram as que versavam sobre demandas de divórcio (…). Como hoje os negociantes (…) faziam inserir no diário novas falsas para seus fins particulares. Havia certos escudrinhadores que indagavam tudo o que se passava e que forneciam os elementos para a redacção das *Actas Diurnas*. A estes homens se dava o nome de *Actuarii*. (…) Contudo, apesar de quaisquer meios que houvesse para se redigir bem o jornal romano, o seu uso devia ser necessariamente limitado em extremo (…). O mais que faziam (…) consistia em pregar cópias desta gazeta *escrita* em dois dos lugares mais públicos da cidade imperial (…). Apesar disto tudo, (…) as *Actas Diurnas* dos romanos faziam as vezes dos jornais políticos modernos e entre eles e estes havia alguns pontos de semelhança. (Alexandre Herculano, Gazetas 1º - Gazetas dos romanos, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 29, pp. 228-229.)

Depois da extinção das *Actas Diurnas* dos romanos segue-se um longo período em que nenhum género de publicação se encontra que fosse destinada a noticiar o estado dos negócios públicos. Quando, porém, tornaram a aparecer gazetas foi quase no mesmo território onde se haviam inventado. Por meados do século XVI estava a república de Veneza envolvida numa guerra (…) com os turcos. Foi então que se tomou o expediente de dar conta aos cidadãos das operações (…) por via de folhas escritas com letras de mão, as quais se depositavam em lugar certo, onde as podia ler quem quer que tivesse curiosidade de saber novas, a troco de uma pequena moeda chamada *gazeta* (…). O nome do dinheiro foi gradualmente passando para o próprio periódico (…). Entretanto (…) os venezianos

foram os primeiros que imprimiram folhas volantes contendo a narração dos acontecimentos públicos (…). Este meio de difundir o conhecimento dos acontecimentos (…) começou a vulgarizar-se (…). Só em 1622 se começou a publicar um semanário em Londres (…). Foi também esta época a do nascimento dos periódicos franceses. Um médico de Paris, chamado Renaudot, recorreu ao novo expediente de andar sabendo novidades e de as ir contar (…), alcançando assim a reputação de grande escudrinhador de notícias (…), dando todas as semanas (…) algumas folhas volantes que contivessem notícias de diversos países. Para esta publicação, alcançou Renaudot privilégio exclusivo em 1632, e assim se estabeleceu em França a literatura periódica. (Alexandre Herculano, Gazetas II – Gazetas das nações modernas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 40, p. 37.)

Tendo falado das gazetas (…) entre as nações modernas da Europa, resta-nos tratar da introdução deste género de escritos no nosso país. O Sr. João Pedro Ribeiro cita um decreto de 1642 em que se proíbem os periódicos *pela pouca verdade de muitos e o estilo de todos*. Isto parece provar que esta espécie de escritos estava generalizada em Portugal já por aquele tempo. (…) Apesar de todas as indagações que fizemos para descobrir gazetas portuguesas anteriores a 1640, não as pudemos encontrar. É verdade que antes dessa época aparecem relações volantes dos acontecimentos públicos, nacionais ou estrangeiros, mas (…) não eram periódicas nem tinham (…) a disposição de uma gazeta. (…) As relações de naufrágios que se reimprimiram no século XVIII numa colecção intitulada *História Trágico-Marítima* eram desta espécie de publicações (…). A gazeta mais antiga que vimos foi uma do mês de Novembro de 1641 (…) marcada ao alto da primeira página com o número 14 feito à mão, com tinta que mostra bastante antiguidade, e assim o estão as subsequentes com os números sucessivos, o que nos faz conjecturar que talvez as gazetas remontem ao ano de 1640 e que começassem logo depois da revolução, supondo que nalguns meses se publicaram duas, como para diante aconteceu. Era preciso animar o povo depois daquela ousada tentativa, convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra Espanha, bem como as dificuldades em que se

> via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las, e porventura o Governo não achou meio nenhum mais azado aos seus intentos do que lançar mão das gazetas (…). Eram (…) estas publicações mensais e às vezes saíam duas por mês. O formato (…) era em quarto (…). Cada uma compunha de seis páginas ou mais; o seu preço variava segundo o número delas, mas (…) custava, normalmente, seis réis.
>
> Como já notámos, o objecto principal destas gazetas (…) era dar notícias da guerra com Castela. Continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos de pessoas notáveis e várias variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade que seria de imitar pelos periodistas modernos. Quanto aos acontecimentos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos de exagerar as perdas alheias e encobrir as próprias. (…) Depois deste ano até 1644, uma alteração notável se foi fazendo (…): as notícias da guerra com Espanha cessaram (…) porque o Governo achasse por algum motivo (…) que não era conveniente publicar tudo. (Alexandre Herculano, Gazetas III – Origem das gazetas em Portugal, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 48, pp. 101-102.)

O Panorama também exerceu um pioneiro e relevante papel na divulgação dos monumentos nacionais, em conexão com a sua defesa, normalmente em textos ilustrados com gravuras. No exemplo seguinte descreve-se o mosteiro de Alcobaça:

> O mosteiro de Alcobaça, se não pode oferecer-se como tipo de arquitectura de antigos tempos, como a Batalha, é contudo notável pela sua vastidão (…). O seu templo todo de soberba cantaria de excelente qualidade é grandioso, como o podem identificar as suas dimensões e ornatos. É dedicado a Nossa Senhora da Assumpção. Compõe-se de três naves, na altura todas iguais, e assim o cruzeiro e capela-mor. Só as capelas que ficam pela parte de trás desta são mais baixas. O pavimento é lajeado pela mesma casta de pedra das muralhas e a abóbada é uma espécie de tufo. O comprimento de toda a igreja

> é de 479 palmos, a saber: da porta principal até à grade do meio, 154 palmos; 50 da grade até à entrada do coro. Este tem 124 (…). Daqui até ao arco da capela-mor, 33; a dita capela, 70; o espaço que fica por trás desta (ao qual os antigos escritores chamavam charola) até à última parede das capelas que aí estão, 42 palmos, não contando com a grossura das paredes do templo. Do pavimento até ao fecho do arco da abóbada há 94 palmos de alto; e dela à cumeada dos telhados 26. Dividem as três naves do corpo da igreja duas ordens de arcos sobre 24 pés direitos ou pilastras e duas meias pilastras, algumas de quatro, outras de oito colunas de mármore, que medem da base ao capitel 60 palmos. Estas pilastras têm 52 pés em quadro, contando 13 por lado. O cruzeiro é de duas naves, que dividem sete arcos sobre 6 pilastras e duas meias em tudo iguais às do corpo da igreja. Na originária fundação havia só 14 capelas, a mor, nove dispostas em semicírculo no espaço por detrás dela, como na sé de Lisboa e noutras, e quatro colaterais ao cruzeiro. Mas neste fizeram mais duas e se erigiram quatro altares no corpo da igreja para se dizer missa ao povo, que anteriormente não entrava no templo. Das nove capelas do semicírculo (…), só têm altares sete; duas dão serventia, uma para o interior do mosteiro, outra para a sacristia (…). (Anónimo, [O mosteiro de Alcobaça], *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 154, pp. 114-115.)

Face a tanta riqueza que a história emprestava ao conhecimento e à compreensão do mundo, *O Panorama* propunha, justamente, que esta deveria ser considerada "tesouro da vida humana": "Imaginai que horrorosas trevas e em que lamaçal de ignorância bestial e pestífera estaríamos metidos se as recordações de tudo o que se fez ou aconteceu antes de nós nascermos estivessem inteiramente abolidas e extintas." (Pierre Amyot, A história, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 57, p. 160.)

5.6 A língua e a literatura n'*O Panorama*

Foi-se verificando, ao longo deste trabalho, a ênfase que os redactores do *Panorama* puseram no enaltecimento do património e dos valores pátrios. A

língua portuguesa, talvez o mais importante dos valores patrimoniais imateriais dos portugueses e um dos elementos diferenciadores e construtores da sua identidade, foi tratada (e enaltecida) em vários artigos, principalmente pelo colaborador d'*O Panorama* Silvestre Pinheiro Ferreira[5], a partir do final de 1842. Porém, além de tratar da ortografia, o autor empenha-se, assumindo uma atitude política, em defender a imposição de um sistema ortográfico geral e universal para a língua portuguesa:

> É verdadeiramente deplorável que no meado do décimo nono século nós sejamos a única nação da Europa que carece de uma ortografia geralmente reconhecida e adoptada. Seja-me pois lícito contribuir (…) para afastar de nós esta mancha. E julguem os entendedores do acerto dos seguintes princípios, que me parece deverem servir aos homens de letras, a fim de que, seguindo os seus vestígios a classe mais numerosa, que só pode imitar, cheguemos a uma ortografia não só geralmente recebida, mas fundada em princípios mais sólidos do que a simples assonância do ouvido, como acontece na maior parte das nações (…) cultas.
>
> O princípio mais universalmente reconhecido em ponto de linguagem, falada ou escrita, é que a ninguém é lícito afastar-se do *uso geral* dos homens instruídos todas as vezes que acontece havê-lo, quer seja na escolha das palavras ou das frases, quer seja no modo de pronunciá-las ou de escrevê-las.
>
> Como, porém, as mais das vezes o uso varia entre nós (…) é mister que se concorde num princípio da boa razão (…) que ponha termo a tão desastrosa anarquia.

5) Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) foi um filósofo, gramático, publicista e jurista português. Viveu no Brasil entre 1810 e 1821. Distinguiu-se, em especial, na filosofia da linguagem, defendendo, nomeadamente, nas suas *Prelecções Filosóficas* (2013) que a abundância, exactidão e clareza do pensamento humano é proporcional a idênticos atributos na forma como cada um usa a linguagem.

A regra mais imediata (…) do uso geral dos homens instruídos (…) é (…) a de nos encostarmos (…) a esse uso (…) por meio da *analogia*. Darei alguns exemplos. É de uso geral que a forma masculina dos adjectivos, cujo feminino acaba em *a*, seja terminada em *o*. Deste uso geral derivarei eu, por analogia, que o masculino de *sua* se deverá escrever antes *seo* do que *seu*, visto nisso ser muito variada a prática dos nossos escritores.

A terceira pessoa do plural do presente nos verbos da segunda e da terceira conjugação acabam em *m*, como: *temem*, *ferem*; logo, por analogia, *amam*, *andam*, é preferível a *amão*, *andão*. Além disso, o ouvido sente a diferença entre *amaram* e *amarão*, e cumpre que a escrita que lhes corresponde seja diferente.

A diferença de som entre o pretérito *riu* e o substantivo *rio* é que no primeiro, ditongo perfeito, o som da segunda vogal é mais completamente de *u* que no ditongo imperfeito *rio*, cuja segunda vogal tem o som médio entre o *o* e *u*. Além disso, as primeiras pessoas dos perfeitos da primeira e segunda conjugação terminam em *u*, como: *amou*, *morreu*; logo também, por analogia, *riu*, *abriu*, *cobriu* deve preferir-se a *rio*, *abrio*, *cobrio*.

Contudo, há casos em que nenhuma das precedentes regras pode ter lugar, porque o *uso* varia e nãos e acham exemplos em que assentar a *analogia*. Nesses casos deve-se seguir a *etimologia*, tanto porque nela fica sendo uma razão de preferência, ao alcance de todo o homem medianamente instruído, como porque, perpetuando a genealogia das palavras, facilita o conhecimento da sua primitiva significação.Três são pois, no nosso entender, as regras fundamentais da ortografia, a saber:Primeira, o uso geral dos homens instruídos.Segunda, não havendo uso geral, a *analogia* do que se pratica em casos semelhantes.Terceira, quando nem para as palavras da espécie a que pertence aquela cuja ortografia queremos determinar, nem para as suas análogas, há uso geral a que nos encostemos, cumprirá seguir a *etimologia*. Não sei se me engano, mas parece-me que observando estas três regras, pela ordem e maneira que fica indicada, será mais fácil

> que por qualquer dos outros métodos conhecidos chegar-se a obter uma ortografia constante, fundada em princípios da razão e verdadeiramente nacionais. (Silvestre Pinheiro Ferreira, Dos princípios gerais e elementares da ortografia, *O Panorama*, série II, vol. I, n.º 53, pp. 419-420.)

Curiosamente – numa atitude política à qual subjaz a ideia de ser exercida em nome do bem-comum – a anteceder o primeiro dos artigos de Pinheiro Ferreira, *O Panorama*, colectivamente, comunga da posição do referido autor no que respeita ao estabelecimento de um sistema geral para a ortografia do português:

> Enobrece-se pela primeira vez o nosso jornal com o nome do Ex.mo Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira, conhecido e respeitado na pátria e em todas as nações que cultivam as ciências e a literatura. O presente artigo é uma introdução a outros subsequentes em que Sua Ex.ª promete expandir as suas ideias acerca do sistema de ortografia portuguesa, que convém adoptar geralmente. Sua Ex.ª, conferenciando com alguns literatos, empenhem-se em que aceitem uma ortografia uniforme e como o exemplo e persuasão diligenciem introduzi-la na prática geral e constante. Persuadimo-nos que o governo, à imitação da Espanha, não deixará de mandar que [sendo publicada] a sigam em todas as repartições do estado. (Anónimo, [Texto de introdução a] Dos princípios gerais e elementares da ortografia, *O Panorama*, série II, vol. I, n.º 53, p. 419.)

As preocupações com a língua advêm, igualmente, do facto de *O Panorama* se reivindicar, conforme se viu, como um *jornal literário*. A literatura foi, aliás, outra das suas preocupações.

A primeira – e instável – metade do século XIX em Portugal foi marcada pela renovação nas ideias e na cultura. A imprensa foi, possivelmente, o principal instrumento que permitia às elites letradas portuguesas contactar com as novas ideias que circulavam na Europa. O seguinte exemplo documenta como um dos muitos autores anónimos que *fizeram O Panorama* se referiu aos contributos de Jean-Jacques Rosseau para a transformação da literatura. Rosseau, conforme regista o texto, não apenas tinha superado os ideais estéticos do classicismo,

como também os do próprio romantismo, pois fundou-se na realidade do seu presente:

> Conta Edmundo Burke em suas cartas sobre a revolução francesa ter aprendido do filósofo inglês Hume, contemporâneo e amigo de João Jacques [Rosseau], o segredo da originalidade deste (…). Este fino observador, dizia Hume, se havia convencido que para fazer impressão, para interessar o público, era preciso o maravilhoso: que desde muito tempo a mitologia com seus falsos deuses, com suas metamorfoses e transformações, havia perdido seu efeito; que os gigantes, os mágicos, as fadas, e os heróis da cavalaria e dos romances, que lhe sucederam, tinham já esgotado a porção de credulidade e interesse que tocou ao seu século. Assim que um escritor já não tinha outro maravilhoso a empregar senão o maravilhoso da vida, das maneiras, dos caracteres, e das situações extraordinárias, por meio das quais pudesse imprimir emoções fortes, efeitos profundos e imprevistos, novos tanto na moral como no físico. (Anónimo, O segredo da originalidade de Rosseau, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 49, p. 392.)

Num outro texto, diferente autor dá conta da transformação em curso nos ideais estéticos e na filosofia portuguesa, quando diz que não é partidário nem da idealização nem da condenação dos referentes medievos que então assomavam em força na literatura. Interessante, igualmente, será notar a defesa da religião como elemento integrador e regulador da vida social na Idade Média:

> Nós já tivemos ocasião de escrever noutro lugar, dizendo que a meia idade tem sido grandemente caluniada. A mais afastada de nossos conhecimentos históricos usuais, desconhecida quase geralmente, ou conhecida apenas pelos factos estrondosos, violentos, despóticos, dos costumes e ideias da época, só deixa perceber seu carácter nobre, sua crença firme e acalorada, sua honradez e lealdade, e aquele brioso e venerando sacramento cavalheiresco da *palavra dada*, aos que se tem dado com perseverança ao improbo estudo de aprofundar-lhe o espírito, e de fixar o carácter desta época, estranhamente heroica (…). Quereis saber a razão daquele

conceito depressor, injusto e banal, que só avalia a meia idade pela rudeza dos costumes, pelas espoliações da profissão militar, pelas desordens da anarquia? É que, segundo um autor muito espirituoso: "Ou a história é uma tola, ou tolos têm sido aqueles que no-la transmitiram." Os acontecimentos ruidosos, a queda dos impérios, as batalhas, as invasões, e todas as demais calamidade que excitam a atenção ou o espanto, os abusos do grande poder, as conquistas com que a fortuna coroou, as violências e os crimes audaciosos dos povos ou dos indivíduos gravam-se na memória, escrevem-se, entalham-se nas pedras, nos monumentos da vaidade; ao mesmo passo que as virtudes pacíficas, o mérito privado, os actos de beneficência, de pia e de generosa caridade, ficam omissos, escapam-se da lembrança dos homens, e nem a pena nem o buril se ocupa deles.

Já se vê por este preâmbulo que nós não partilhamos nenhuma das duas seitas muito comuns dos escritores, dos entendedores do nosso tempo: nós nem somos dos *sentimentalistas* que professam aversão sistemática àquela época de rudeza, ignorância, e violência, nem dos *entusiastas* que só veem nela as proezas da brilhante cavalaria, o amparo dos desvalidos, a nobreza de suas expedições, a dedicação heróica aos créditos de sua pessoa e ao pundonor nacional (…).

Colocador no meio-termo, seguiremos a (…) verdade histórica (…). Aos que atentamente reflectem nos costumes, nas instituições desta época memorável, duas coisas sobressaem (…): a fraqueza do princípio político; a força, a tenacidade do princípio moral. Expliquemo-nos: o vínculo da obediência que devia ligar os governados ao poder e autoridade do governante era débil e limitada. (…) Ora já se vê que num semelhante estado de coisas, em que os homens livres eram poucos e fracos, em que quase tudo se cifrava em senhores do território e seus colonos, ou escravos; em que tudo se passava ou nas licenciosas e violentas guerras internas, ou na ociosidade e moleza do solar, ou castelo senhorial, os costumes não podiam ser puros, nem as maneiras decentes e delicadas. Daí esses repugnantes exemplos de destruições bárbaras e brutais, de raptos femininos, de

> violação da clausura monástica, e de todos esses procedimentos despóticos, nascidos da prepotência sem freio. (…) Ao lado porém deste espectáculo, deste repugnante painel, estavam as crenças e convicções morais que conservavam a parte espiritual da sociedade num estado fixo, permanente, e assaz forte e vigoroso para revogar os homens a um centro comum, quando as paixões se acalmavam. *A corrupção daquela época estava mais nos corações do que nos espíritos*; e assim, quando as desordens e desvios, nascidos pela maior parte do defeito das instituições políticas, arrefeciam de seu fervor, as crenças comuns restabeleciam, como por encantamento, a ordem perturbada (…). A religião com efeito era naqueles tempos o princípio vital das sociedades, ela supria a insuficiência das leis, a falta de cultura e civilização, a fraqueza da autoridade, e a ausência do direito público. Daqui a grande preponderância do chefe da igreja (…). (J.C.N. e C., Fenómeno moral explicado. Diferença característica entre a meia idade e a idade actual, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 83, pp. 234-235.)

Sendo um jornal enciclopédico direccionado para as elites letradas, *O Panorama* deu, assim, significativo espaço às novas ideias no domínio da filosofia e da cultura. A literatura, nomeadamente, não ficou à margem d'*O Panorama*. O periódico não apenas publicou textos literários em poesia e em prosa (é de destacar a interessante secção "Extractos de autores portugueses", que alberga dezenas de pequenos e micro-textos extraídos das obras dos mais diversos autores – Sá de Miranda, padre António Vieira, padre Manuel da Costa, presumível autor da *Arte de Furtar*[6], etc.), como também promoveu a teorização literária num país que, perante a mudança de paradigma (transição para o romantismo), muito necessitaria dela.

6) Por exemplo, eis um excerto de *A Arte de Furtar*, tal como surge n'*O Panorama*: "O Rei que governa com verdadeiras leis, mas que não sejam mais que as da natureza, há-de presumir que até o que possui não é seu, e que lhe é dado para conservar seus vassalos, e que se o defraudar, fora do bem-comum, com gastos supérfluos, que poderá cometer nisso crime, a que se dê o nome de *furto*." (Padre Manuel da Costa [presumível autor], [Excerto de] A arte de furtar, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 105, p. 144.)

> O homem arrojado numa vida semeada de gozos e dores, de recordações e esperanças, foi dotado pela natureza dos desejos e da faculdade de comunicar esses sentimentos todos aos seus semelhantes. Porém, para o alcançar carecia de tornar a imagem deles tão sensível como a própria realidade. Foi isto que deu origem à poesia e depois à eloquência da palavra, do gesto e do estilo. Assim, todos os povos, ainda que barbaríssimos, tiveram e têm uma literatura. (…) Em toda a parte e em todos os séculos a linguagem harmoniosa da poesia influiu nas turbas; em toda a parte e em todos os séculos retumbou no coração humano o gemido da aflição, o cântico do prazer ou o hino vivido do entusiasmo, surgindo da alma do poeta, quando nela transborda, todos estes sentimentos.
>
> E estas inspirações, por cujo meio o homem revela a sua origem celeste, não dependeram jamais do aumento de civilização, quanto à sua essência, mas só quanto à sua forma acessória. O poeta, como o artífice ou o filósofo, é levado pelas opiniões e costumes do século. Porém, no âmago dos seus cantos, há sempre um ou muitos pensamentos perpétuos e imutáveis (…). É isto que tornou a poesia tão grata em todos os tempos. (…) Companheira da moral, ela a faz penetrar no coração humano por meio do sentimento; e o sentimento, para o homem, vale mais que todos os raciocínios. (Alexandre Herculano, Poesia, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 8, pp. 59-60.)

Assumidamente um jornal do Romantismo, *O Panorama* deu voz a este movimento transformador da literatura portuguesa, tornado possível pela abertura proporcionada pelo liberalismo. Redescobrindo os valores e temas nacionais, o romantismo propunha-se, segundo Herculano, reflectir-se na nação, pois só assim poderia progredir em bases sólidas:

> A última metade do século passado foi um período de reforma (…). O marquês de Pombal fez ressurgir (…) ciência, artes, indústria, administração (…). A nação obedecia às reformas, mas não as compreendia, e as reformas definharam (…). O que sucedeu na ciência, sucedeu na literatura: acabaram os acrósticos, o gongorismo, os sermões de antíteses e argúcias, os elogios

> e conferências palavrosos e retumbantes da Academia da História. Mas ficámos com a literatura à Luís XIV, que os nossos inocentes árcades tomaram, com edificativa sinceridade, por literatura grega e romana. Nas boas letras, como na ciência, a regeneração foi aparente, porque nessa regeneração não havia nacionalidade. As mudanças eram filhas de decretos reais, não de ideias que fervessem nos ânimos populares. (Alexandre Herculano, Os monumentos, O Panorama, 1838, n.º 69, p. 267.)

Alexandre Herculano justifica o acolhimento da nova expressão literária nas páginas do periódico pela redescoberta dos valores pátrios e pela evocação, também ela patriótica, do passado português, em especial do passado medievo:

> Hoje que a arte começa a deixar de ser, entre nós, imitadora, pagã e falsa; hoje que a poesia se torna nacional; hoje que o drama renascendo no teatro vai buscar a sua tela e as suas personagens na história pátria; hoje enfim que começam a aparecer nos jornais populares tentativas e esboços da novela histórica, é uma necessidade literária o desenterrar das crónicas, dos diplomas e de toda a espécie de monumentos (…). Os que se têm aplicado a escrever nestes diferentes géneros da arte chamados poema, drama, romance, géneros desprezados por certos sábios que nada escreve, ou que só copiam *profundamente* o que os outros disseram, aqueles que, dizemos nós, trabalham nestas várias espécies de literatura, para as quais se requerem em subido grau duas coisas que raras vezes se encontram juntas, imaginação para inventar, lógica para deduzir e ligar factos e pensamentos. Esses conhecem por experiência custosa quão duro é ter de acrescentar ao seu trabalho de artistas as tediosas e mirradoras investigações de antiquários e eruditos. Depois de uma larga exploração pelos campos áridos e empoeirados das velhas crónicas civis e monásticas, dos pergaminhos esquecidos nas gavetas dos arquivos, nas obras confusas e por vezes contraditórias dos eruditos, se não é difícil salvar a própria lógica, é quase impossível não sentir amortecida a imaginação sem a qual não existe arte.

> (…)Um jornal popular é por todas as razões o repositório mais acomodado para entesourar essas riquezas históricas. Um livro requer grande cópia de materiais nas mãos do obreiro (…), requer certa disposição e método para o qual os poetas nem sempre são mui próprios (…). Por outra parte, o comum dos leitores – os mesmos que hão-de ler o poema ou o romance e assistir à representação do drama, se habituarão ao trato e frequência dos costumes e ideias que essas composições ressuscitam. As crenças, as opiniões, a vida material dos tempos passados deixarão pouco e pouco de ser para eles como estranhas e as obras de arte serão inteligíveis e populares (…). Nós pois convidamos todos aqueles que compreender a importância e necessidade de semelhantes matérias para que venham inserir (…) alguns capítulos soltos dos seus estudos históricos nesta série (…) em nome das esperanças que despontam de uma arte nacional. (Alexandre Herculano, Arqueologia portuguesa I, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 230, pp. 308-309.)

É pois a celebração da renovação estilística, retórica, temática, de abertura mental e de *modus operandi* trazida pelo Romantismo que se festeja no anterior – e justificativo – texto de Herculano. Um texto de celebração do *autor romântico*, em particular do *ficcionista histórico*, em que o principal intelectual português da primeira metade de oitocentos revela, também, o seu desprezo pelos velhos do Restelo que nada produziam de novo e que se perdiam no saber escolástico, mas que ao mesmo tempo não hesitavam em criticar quem buscava o novo com inteligência e criatividade.

A mensagem historiográfica e literariamente de ruptura trazida pelo romantismo estendia-se, inclusivamente, ao terreno da poesia, que de acordo com Alexandre Herculano poderia ser usada para difundir conhecimento histórico e curiosidade pela história:

> Que este século tem características, propensões e tendências que essencialmente o distinguem e extremam de todos os passados, muitos e muito bem o têm explicado – alguns entendido – e todos ouvido. Que a literatura de hoje não pode ser a de ontem e muito menos outra já caduca, arrastadinha e moribunda, apesar de quantos gritam aí por elas, é coisa

> geralmente compreendida, e bem o é e há-de ser (…). Duas perguntas se seguem (…): Qual deve ser a nova literatura? E quais as vantagens que resultarão da sua aplicação (…)? (…) Unicamente consideraremos uma parte (…), a história (…): o poetizá-la (…), maneira de a fazer fácil e suavemente aprender a todos (…). Por todos os tempos, em toda a parte, vejo a poesia sócia fiel da história (…). Mal do que julga que o ser poeta é ajustar rimas ou combinar (…) versos (…). (Alexandre Herculano, A poesia e a história, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 22, pp. 170-172.)

A abordagem da literatura n'*O Panorama* também se fez, conforme se denota, pela crítica e teorização literária, sendo recorrente a publicação de textos nos quais se faz a defesa das opções literárias do Romantismo e do próprio periódico. As justificações para a publicação de romances, novelas, contos e poemas históricos que surgem pela pena de Alexandre Herculano e de outros autores demonstram, aliás, que a novidade tinha os seus detractores. Por exemplo, no texto seguinte, extraído de uma nota de rodapé de Herculano ao seu conto histórico *O Cronista*, o autor, acusado por alguém de ter "alterado a história", foi obrigado a justificar as suas opções nos contos *Mestre Gil* e *A Abóbada*, ambos publicados n'*O Panorama*:

> Nós procuramos desentranhar do esquecimento a poesia nacional e popular dos nossos maiores. Trabalhamos por ser historiadores da vida íntima de uma grande e nobre e generosa nação que houve no mundo, chamada nação portuguesa, a qual ou já não vive, ou se vive, já nem ao menos tem esforço ou virtude para morrer sem infâmia. (…) Não confundamos ideias: o extra-histórico não é o contra-histórico. (…) Parece-nos que nesta coisa chamada hoje *romance-histórico* há mais história do que nos graves e inteiriçados escritos dos historiadores. Dizem as pessoas entendidas que mais se conhecem as coisas escocesas lendo as *Crónicas de Canongate* de Walter Scott do que a sai *História da Escócia*. Também há quem diga que no mais grado quarteirão de histórias de França escritas até ao ano 1800 não tinha aparecido ainda a época de Luís XI como apareceu depois na *Notre Dame* de Victor Hugo. São coisas deste mundo! Não podemos, por

> certo, dizer outro tanto das nossas, em tudo pequenas e pobres tentativas (as primeiras, todavia, que neste género se fazem em Portugal), mas se, como intentamos, publicarmos estas composições e outras semelhantes em volume separado (…) gente haverá, talvez, que ache esses pensamentos mais profundamente históricos (…). (Alexandre Herculano, Nota ao conto *O Cronista*, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 126, p. 306.)

A ideia central de Herculano é, portanto, a de que pode haver mais história na ficção histórica do que num tratado de história, já que o escritor pode apreender, pela imaginação, o espírito do tempo e preencher, também com ela, as lacunas, enquanto o historiador fica amarrado aos factos históricos comprovados. Assim, a aridez do estilo de muitos historiadores não suscitaria pela história o mesmo interesse que a ficção histórica produziria, nomeadamente quando esta fosse produzida por ficcionistas imersos no povo, que, por não se apartarem dele, o compreendem no presente e no passado. É pois essa a justificação que Herculano dá para a abertura d'*O Panorama* aos textos literários históricos, em prosa ou até em poesia, justificação que, aliás, prossegue em vários textos, sinal de que a mensagem literariamente revolucionária dos autores românticos não foi pacificamente aceite em Portugal:

> Novela, história, qual destas coisas é mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente (…). Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e s tradições e as crónicas desenharam esse carácter em pincel firme, o noveleiro pode ser mais verídico do que o historiador, pois está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dito, ou de muitos ditos, ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até, materialmente. De um facto ou de muitos factos, deduz um afecto ou muitos afectos, que se não revelaram. Esta é a história íntima dos homens que já não são: esta é a novela do passado. Quem sabe fazer isto chama-se Scott, Hugo ou De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades, que meia-dúzia de bons historiadores. Porque estes recolhem e

> apuram monumentos e documentos, que muitas vezes foram levantados ou exarados com o intuito de mentir à posteridade, enquanto a história da alma do homem, deduzida logicamente da soma das suas acções incontestáveis, não pode falhar, salvo se a natureza pudesse mentir e contradizer-se, como mentem e se contradizem os monumentos. (Alexandre Herculano, Moral – A velhice, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 170, pp. 243-244.)

N'*O Panorama*, portanto, a literatura funde-se, assim, frequentemente com a história, até porque, conforme enfatizou o próprio Herculano, a ficção histórica, quando bem construída e com precisão histórica, permite a obtenção de conhecimento histórico, ao mesmo tempo que recreia e deleita. A publicação de contos históricos ia, consequentemente, ao encontro das preocupações com um dos públicos-alvo d'*O Panorama*, já que, conforme Alexandre Herculano, existia um segmento que desejava instruir-se mas de forma leve e até risonha (Alexandre Herculano, Aos assinantes, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 1). *O Panorama* foi, assim, o veículo usado pelo próprio Herculano, introdutor da ficção histórica em Portugal, para publicar, entre 1837 e 1844, os seus contos: *A Abóbada*, *O Cronista*, *Arras por Foro de Espanha*, *O Bobo*, *A Dama do Pé-de-Cabra*, *A Pedra de Arzila*, *O Monge de Cister* e outros.

De qualquer modo, *O Panorama* não reduziu à ficção histórica o acolhimento da literatura. Nas suas páginas houve espaço para outras modalidades de poesia e prosa, inclusivamente estrangeira:

A infância
Traduzido do dinamarquês de Baggesen
Quando eu era pequenito
Tinha um côvado de altura…
Em disto me lembrando choro,
E no choro acho doçura.
Bela se ostenta um dia,
Saúdam-na as pastoras,
Dão-lhe mil beijos, gorjeando, as aves,
Voam do gozo as horas.

Lá vem chegando a noite,
E ela empalideceu:
Incessante prazer mirrou-lhe a seiva,
A rosa emurcheceu.
(…)
(Baggesen, A infância, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 52, p. 135.)

O Panorama foi, assim, em termos literários, um jornal que primou, como era seu timbre, pela variedade e pela abertura ao novo sem desprezar as antigas formas literárias.

5.7 Medicina e saúde

À época da publicação d'*O Panorama*, a medicina, ainda que bastante atrasada, começava a avançar em passos largos rumo à cientificidade. Estranhamente, *O Panorama* pouco atentou nesses progressos, embora com algumas excepções, conforme documentam os textos seguintes referentes à vacinação contra a varíola, que então dava os primeiros passos.

> O Dr. Gregory, num relatório que publicou sobre as bexigas, diz o seguinte: Esta terrível doença apareceu em Londres no ano de 1825 com todos os caracteres de uma epidemia, e o número de mortos subiu a 1299, quando nos quatro anos antecedentes tinha sido 563, termo médio. (…) Todavia, a influência da vacina foi grande e incontestável, porque consultando-se os registos dos mortos, vê-se que o número deles no ano de 1825 foi um terço menos que o de 1796. Não há, no Reino Unido, cidade alguma onde o número das crianças vacinadas seja proporcionalmente maior que em Londres e a razão é simples: o contágio das bexigas não reina nas cidades das províncias senão por intervalos, quando em Londres existe perpetuamente e tende sempre a propagar-se, do que resulta que crescem os motivos que os pais têm para mandar vacinar seus filhos, havendo mais facilidade de alcançar a vacina mesmo de graça. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro

de 1826 houveram muitas bexigas em Londres, indivíduos vacinados foram atacados e em grande número. Um terço dos que foram recebidos no (…) hospital (…) tinham sido anteriormente vacinados. Observou-se porém que as bexigas nestes eram benignas e não faziam progresso. (…) Os registos (…) atestam a utilidade da vacina. É notável também que nos tempos em que as bexigas faziam mais estragos e se propagavam mais em todos os bairros de Londres, a vacina tinha também maior uso (…). Este facto, só por si, mostra a utilidade da vacina, porque não é de presumir que tanta gente a pedisse se não estivesse capacitada e satisfeita do remédio. (X. d' A., Utilidade da vacina mostrada por factos, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 145, pp. 47-48.).

Não só a disposição da pluralidade do género humano para recusar a aceitação de verdades novas, que obstou ao progresso da vacina, a infelicidade de algumas experiências auxiliou as preocupações vulgares contra a eficácia deste preservativo. Com efeito, em alguns países sobrevinham as bexigas a alguns indivíduos vacinados. Ao princípio explicou-se o facto, dizendo que a vacinação não fora bem feita: porém os médicos tiveram de confessar, afinal, que, das provas repetidas, se concluía que não era a vacina tão absoluta e tão segura por espaço de tempos, como alguns afirmaram. Contudo, ninguém poderia negar que era um grande benefício este presente feito à humanidade pelo espírito de observação, porque tinha a faculdade de modificar o horrível mal das bexigas e atenuá-lo quando não conseguia preveni-lo inteiramente.

A estatística dos hospitais, não só destes, mas daquelas cidades onde estes cálculos importantes se não desprezam, tinha demonstrado, na série de muitos anos, que as bexigas que atacam as pessoas vacinadas é moléstia de pouca dura e isenta de sintomas aterradores. Todavia, passados tempos, apareciam alguns casos em indivíduos vacinados. Alguns teimosos insistiam na eficácia da primeira vacina. Outros, mais observadores, julgavam que a força deste preservativo diminuía com a idade e que esta operação, feita na idade de seis meses até dois anos, perdia o seu efeito quando chegava

> a época da puberdade. Esta opinião, que tem seus graus de probabilidade, fez com que os médicos tentassem a revacinação nos adultos de vinte anos, pouco mais ou menos. Viu-se que a vacina pegava como nas crianças de certa idade e o problema ficou resolvido.
>
> Por esta razão se pratica a revacinação há alguns anos na Inglaterra, na França e na Alemanha, e numerosas experiências comprovam que esta segunda operação dá tão bom resultado como a primeira, e que é o melhor meio de subtrair os indivíduos a uma epidemia variólica. São, portanto, os facultativos obrigados a indagar as vantagens que deste método podem resultar e a inculcá-las com seus conselhos quando as reconhecerem exactas e sem perigo. (Anónimo, Revacinação, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 147, p. 64.)

O semanário procurou ainda, de forma utilitária, dar o seu contributo para a promoção da saúde pública em Portugal, inserindo vários conselhos úteis nessa matéria, opção relevante num país onde se sucediam as epidemias e onde a salubridade deixava a desejar. Textos sobre remédios caseiros, primeiros-socorros e similares surgem, assim, por várias vezes n'*O Panorama*. Um dos textos, por exemplo, versa sobre os primeiros-socorros em caso de ferimentos:

> Se em caso de asfixia, de envenenamento ou de ferimento numa artéria maior o indivíduo não for socorrido (…), está irremediavelmente perdido, quando alguns remédios convenientemente administrados – o transportá-lo para o ar livre, no primeiro caso; o vómito provocado, no segundo; a compressão do vaso ferido, no terceiro, podem arrancá-lo à morte (…).
>
> Nas feridas simples, que não passam da pele e partes carnosas (…) deve-se pôr todo o empenho para conseguir a reunião das partes cortadas sseja a mais imediata e perfeita, para o que é necessário fugir desde o princípio de apertar os lábios da ferida e de lançar-lhe dentro, como se costuma fazer, água salgada, tabaco, líquidos espirituosos e outros medicamentos cujo efeito consiste em aumentar as dores e retardar a cicatrização. É também

> nocivo espremer as feridas em todos os sentidos a fim de as fazer sangrar. A primeira precaução que convém tomar é o lavá-las muito bem (…) em água morna ou fria (…). Isto feito, unam-se o mais possível os dois lados da ferida, que se conservarão unidos pondo-se-lhe por cima tirinhas de oleado inglês ou (…) tirinhas de pano de linho cobertas de unguento adesivo. Segura-se tudo isto por meio de um chumaço e de uma ligadura enrolada. Sendo este aparelho bem aplicado, não se carece ordinariamente de mais coisa alguma até a ferida sarar de todo.
>
> O ponto importante consiste em unir os lábios da ferida e conservá-los em contacto (…).Quando a ferida é numa artéria de certo volume, pode o doente, esvaindo-se em sangue, perecer dentro de alguns minutos (…) e o que há então a fazer é aplicar os dedos ao longo da artéria e apertá-la contra um osso, de modo que fique vedada a saída do sangue (…). Também se pode conseguir o mesmo resultado atando um lenço à roda do membro.
>
> (…) Leva algumas vezes consigo o instrumento que faz a ferida substâncias nocivas aos corpos e que fazem correr mais perigo do que a própria chaga. (…) Se ocorrer a circunstância de ser a picada ou golpe dado com um instrumento impregnado de matérias pútridas, será necessário (neste caso escolhe-se do mal o menor) fazer sangrar a ferida (…) e ao mesmo tempo se atará uma ligadura bem apertada acima da parte ferida. Se a conformação permitir o deitar uma ventosa, pôr-se-á sobre a ferida uma torcida de lamparina, e acesa se cobrirá imediatamente com um copo. O vácuo que se estabelece obriga a sair os líquidos da ferida (…). A cauterização da ferida com um ferro em brasa (…) é um recurso (…) indispensável, mas de que só um médico pode usar (…). (Anónimo, Primeiros-socorros em caso de ferimentos, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 20, pp. 158-160.)

Dentro do espírito *utilitarista* atrás definido, sobre queimaduras, por exemplo, escreve-se n'*O Panorama*:

> As queimaduras profundas causam poucas dores, quando a pele desorganizada já não tem sentimento nem vida, e quando, por consequência, vem a cair. A supuração é o meio de que se serve a natureza para a deitar fora, e todos os remédios que por aí se usam para curar queimaduras são absolutamente baldados. O ceroto ou pomada e as demais substâncias oleosas só podem servir para os parches não se pegarem à ferida quando seca, mas de nenhum modo contribuem para a reorganização da pele, obra que só a natureza pode levar a cabo. As queimaduras profundas vêm sempre acompanhadas por outras superficiais (…). São estas que doem muito (…). Quando alguém que se queima sente dores pungentes, fique certo de duas coisas: de que não é grande o dano que a pele sofreu e de que é o ar quem a continua a queimar. A imersão em água fria (…) faz cessar a causa do padecimento e as dores, as quais, bem que logo desapareçam, tornam a aparecer com a mesma rapidez todas as vezes que se tirar da água fria a parte queimada, antes de passarem cinco horas. Tirando-a depois deste período, sarará perfeitamente o enfermo (…). (Anónimo, Queimaduras, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 19, pp. 147-148.)

Informações sobre a preparação e utilização de remédios caseiros, à base de plantas ou de artigos que se podiam adquirir facilmente, foi outra das formas de emprestar uma dimensão *utilitária*, conforme os estatutos da Sociedade que editava *O Panorama*, aos artigos sobre medicina e saúde. Um deles, por exemplo, aconselha ao uso do pó de carvão como dentífrico, apesar das reservas que hoje em dia surgiriam sobre o… emprego de açúcar num dentífrico:

> *Uso do carvão vegetal como medicamento* – São numerosos os usos terapêuticos do carvão. É empregado para limpar os dentes e sanear as gengivas. Posto em contacto com as úlceras (…) corrosivas (…), ou carne esponjosa, fá-las cicatrizar (…), e introduzido nas pomadas é excelente remédio contra a tinha, reduzido a pastilhas destrói o mau-hálito, e algumas pessoas o têm empregado, com feliz resultado, contra os catarros e como febrífugo, etc. Também faria bom efeito nas febres podres. Eis aqui as receitas mais simples em que pode entrar como medicamento.

> *Pó dentífrico de carvão* – Uma onça de pó de carvão bem fino, uma onça de açúcar e três gotas de óleo volátil de cravo. Faça-se de tudo isto um pó bem ligado. (Anónimo, Uso do carvão vegetal como medicamento, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 17, p. 136.).

Também a título exemplificativo, noutro número d'*O Panorama* prescreve-se um remédio alegadamente com provas dadas) contra as dores de garganta:

> *Fórmula de um remédio contra as dores de garganta* – Este remédio, empregado por Mr. Brasson, em Vichy, com o mais feliz resultado, é o seguinte:
> Tome-se:
> – Mel branco, três onças
> – Nitro em pó, duas oitavas
> Mistura-se o nitro com o mel e da mistura enche-se uma colherinha de chá que se introduz na boca. Engole-se o líquido o mais devagar que for possível.
>
> Esta receita ensinou-a a Mr. Bresson Mr. Lucas, que a recebeu da duquesa de Berri, a qual a trouxe da Alemanha, onde a tinha visto experimentar. (Anónimo, Fórmula de um remédio contra as dores de garganta, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 62, p. 216.)

Numa série de artigos sobre botânica médica publicados ao longo de 1843, um colaborador anónimo *d'O Panorama* regista, no mesmo sentido, o contributo que certas plantas africanas poderiam dar à medicina em geral, o que leva o editor a exortar médicos e farmacêuticos a estudarem a sua utilidade e aplicabilidade:

> Tendo recebido a seguinte memória, não hesitámos em dar-lhe publicidade, para que as autoridades e os facultativos que exercitarem os seus cargos na África Oriental verifiquem as propriedades dos vegetais aqui mencionados. E também nos lembra que alguns farmacêuticos poderão mandar buscar espécimenes, por onde se reconheça a sua utilidade e aplicação.

> *Descrição de várias árvores, arbustos, ervas e plantas medicinais que existem na vila de Tete e da aplicação que delas fazem os naturais do país aos usos mecânicos da vida e nas doenças de que são atacados*
>
> A vila de Tete está situada a 60 léguas ao noroeste da vila de Sena, a qual dista também outras 60 léguas da vila de Quilimane, que está situada 5 graus ao sul de Moçambique.
>
> Árvores
>
> *Meteixo ou raiz de Santo Agostinho, como lhe chamam em Moçambique* – A flor desta árvore [que floresce nos meses de Novembro e Dezembro] é pequena, amarela e cheirosa. Dá umas vagens cor de quina, do comprimento de mais de dois palmos, e feijão do tamanho de caroços de tamarindo (…). A infusão da casca da árvore e da raiz aplica-se a indigestões, dores de dentes, cólicas, vómitos e a lavar feridas para as fazer sarar. Também provoca a menstruação. (…) (Anónimo, Botânica médica, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 37, p. 192.)

Metade do número 19 do primeiro volume d'*O Panorama* é dedicada a questões de medicina e saúde. Nele, um texto apresenta alguns conselhos sobre a conservação dos dentes das crianças. A causa das cáries, porém, era mal conhecida – o autor atribuía-a a "fluídos internos" que escorreriam para a boca, embora já compreendesse que os restos de alimentos sobre os dentes e as gengivas contribuíam para a aparição de doenças da boca:

> Os dentes de leite ou da primeira dentição estão expostos a cáries como os que lhe sucedem, e um tal vício causa quase sempre um prejuízo essencial e irreparável aos últimos e especialmente aos queixais. (…) A conservação dos alimentos entre os dentes e sobre as gengivas, assim como a formação e acumulação do sarro ou pedra, são objectos que reclamam a mais séria atenção da parte das mães (…), as quais devem ter o maior cuidado em remover aquelas causas da ruína dos dentes, para o que basta

> (…) esgaravatar-lhes todos os dentes depois das comidas com um palito de pena muito brando e muito macio e depois limpá-los com um pano fino molhado em (…) água tépida, esfregando-os levemente (…). Também é bom esgaravatar todos os dois ou três dias os dentes dos meninos com a ponta grossa do mesmo palito de pena, para tirar o sarro que se lhes pega e que não cede à fricção do pano molhado (…). São muitas vezes inúteis todas as precauções e os mais atentos cuidados não podem preservar da cárie os dentes de leite, um vício interno, o vício dos fluídos, obra que com tal força impede o efeito dos cuidados externos. Neste caso, não haja hesitação em mandar arrancar os dentes cariados, principalmente quando a cárie tiver feito consideráveis progressos no corpo do dente (…). (Anónimo, Higiene pública – Conservação dos dentes – Precauções relativas aos meninos, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 19, pp. 150-152.)

O conhecimento fundamental sobre o corpo humano também constituiu preocupação dos redactores d'*O Panorama*. Um dos textos, por exemplo, versa sobre a circulação sanguínea. Tem a particularidade de se dirigir a um leitor presumido, céptico, e de sustentar, cristãmente, que o homem não pode almejar desvendar os mistérios da "criação":

> Quem não tiver atentamente examinado este assunto, ficará maravilhado ao saber a quantidade de sangue que corre pelo coração do homem (…). A porção de sangue que contém o corpo de um homem adulto é de trinta e quatro libras. A cada pulsação passa pelo coração onça e meia dele (…). e se multiplicarmos esta soma por 75 (número de pulsações de qualquer pessoa em estado de boa saúde) acharemos que em cada minuto circulam pelo coração nada menos que sete libras de sangue (…). Apesar (…) [do] espantoso curso e a quantidade de sangue (…), não nos admiramos tanto com o mecanismo necessário ao coração para conservar o sangue em movimento constante e regular (…). Qual será, pois, a mola, ou causa, de movimento tão regular? Os anatómicos têm idealizado várias teorias e neste mistério a mais plausível é a seguinte. Supondo que o cérebro é uma massa eléctrica que está em acção constante, é natural que descarregue em intervalos regulares

> (…) pelos nervos que se dirigem ao coração (…). Semelhante ideia foi sugerida pelos aparelhos eléctricos, nos quais sucessivas acumulações de electricidade passam a um globo suspenso que se conserva anos inteiros em estado de oscilação regular. Alguns dos nossos leitores dirão, talvez, que a teoria é mais obscura do que o fenómeno. A isto respondemos que não é dado às criaturas penetrar os arcanos da natureza, mas que à mente intelectual do homem é permitido julgar das causas invisíveis pelas visíveis, comparar os efeitos e investigar as causas, confessando, todavia, a sua incapacidade. Se ao homem fosse dado tudo descortinar, cessaria, então, de ser criatura, e viria a igualar o seu Criador. (Anónimo, Circulação do sangue, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, p. 343.)

Outro texto que se pode considerar de promoção dos conhecimentos básicos sobre a biologia do homem procura explicar a composição do sangue, à luz do que se sabia no início do século XIX. Nota-se que o sangue é tratado como um composto químico, nada mais:

> *Composição:* O sangue compõe-se de albumina, água, fibrina, uma substância animal corada, uma pequena quantidade de matéria gorda e de diferentes sais, a saber: hidrocloratos de potassa e de soda; subfosfato de cal; subcarbonatos de soda, de cal e de magnésio; óxido de ferro, e segundo M. Berselius, de lactato de soda junto com uma matéria animal.
>
> *Propriedades:* Suas propriedades físicas são geralmente conhecidas. Ele está sempre no estado líquido na economia animal; sua cor é vermelha nas artérias, e de um vermelho escuro nas veias; cheiro insípido, sabor ligeiramente salgado, seu peso específico varia. Porém, é mais pesado do que a água. Submetido à temperatura de água fervendo, o sangue coagula em consequência da albumina que contém. A matéria coagulada é de um azul-escuro, e resulta, pela calcinação, um carvão voluminoso, difícil de incinerar. Quando se expõe à temperatura faz-se numa massa que se divide em duas partes: uma líquida, transparente, amarelada, que se chama *serum* [soro de sangue]; a outra mole, opaca, de um avermelhado escuro, chamado

> grumo [posta de sangue]. O *serum* não é senão água conservando em dissolução muita albumina e sais. O grumo contém toda a fibrina, matéria corada, uma pequena quantidade de *serum*, e certa porção de sais. Ora, pelo repouso, a fibrina e a matéria corada se separam inteiramente: é preciso concluir que elas não estão, por assim dizer, senão suspensas no sangue. Outros fenómenos se apresentam quando ao sair da veia o agitamos em vez de o abandonar, então não se torna massa; conserva-se no estado líquido, e separa-se dele somente uma certa quantidade de fibrina, debaixo da forma de longos filamentos, que é fácil torná-lo branco pela água. Algumas vezes agita-se o sangue à medida que se extrai para poder convertê-lo em coalho. Desenvolve-se, provavelmente, calor durante a coagulação espontânea do sangue; porém segundo as experiências de M. John Davy, é tão insensível que se lhe não acha diferença no termómetro. Posto em contacto com os gases, e agitado nestes, o sangue se mistura diversamente (…). (Anónimo, tradução de I. J. Gonçalves, Do sangue, *O Panorama*, 1843, II série, vol. II, n.º 78, p. 198.)

À luz do que hoje se conhece, porém, determinados artigos d'*O Panorama* eram erróneos. As feições da cabeça, por exemplo, eram relacionadas não apenas com o comportamento mas também com a capacidade de aprendizagem e a evolução era tendencialmente encarada desde a perspectiva de Lamarck:

> A cor e a conformação das (…) raças humanas são devidas ao clima e ao modo de vida de cada um, não por meio de impressões repentinas, senão por graduações imperceptíveis, que sendo transmitidas de geração em geração chegam por fim a formar uma raça distinta.
>
> (…) Quanto às feições do rosto, parece-nos que a variedade é produzida por causas acidentais, assim como a formação do crânio. Uma família de cabeças compridas e achatadas, sem mescla de qualquer outra, e reduzida ao simples exercício das propensões animais e sentimentos comuns, acabará por ficar privada de sentimentos morais e faculdades intelectuais, a ponto de ser incapaz de civilização. Pelo mesmo modo, as deformidades artificiais,

> praticadas por muito tempo, obrigarão a natureza a conformar-se com uma tal violência, e a deformidade virá a ser hereditária. (Anónimo, A cor dos negros, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, p. 343.)

Assustador, quase como um conto de terror, é um artigo sobre a catalepsia, publicado no mesmo número d'*O Panorama*:

> Poucas doenças apresentam sintomas tão extraordinários como os da catalepsia. (…) Os sintomas desta doença consistem numa completa imobilidade, junta a grande flexibilidade dos membros (…), o pulso, sem deixar de bater, a muito custo se percebe, a respiração é quase insensível, (…) a pele esfria, os olhos têm-se abertos, mas a imobilidade das pálpebras é completa, posto que o doente conserve o ouvir e o olfacto (…). Os acessos desta doença, que tantos sinais tem da morte, duram às vezes doze horas, e há exemplos de se prolongarem por dois ou três dias. Daqui tem resultado enterrarem-se vivas algumas pessoas, o que deve servir de aviso (…) para não se fazerem enterros apressados (…). O caso mais notável é o de um inglês que por (…) acidente chegaram a sepultar vivo. Eis o facto, que transcrevemos pelas próprias palavras do protagonista (…):
>
> "(…) Uma noite (…) senti um arrepiamento geral e um zumbido extraordinário nos ouvidos. Vi à volta da cama um grande número de vultos extravagante (…). Durante alguns instantes, uma terrível confusão me transtornava as ideias, e quando saí desta agonia foi com todas as recordações do passado, com a inteligência clara, em poucas palavras, com tudo o que pertence à vida, menos a faculdade de mexer-me ou de falar. Ouvi gemidos ao pé do travesseiro e a voz da enfermeira pronunciar – *está morto!* É indizível o que senti ouvindo estas lúgubres palavras. Forcei-me por mexer-me, mas nem sequer pude pestanejar. Passado pouco chegou-se a mim um íntimo amigo, aflito e lavado em lágrimas. Pôs-me a mão na cara e fechou-me os olhos. Ficou então tudo em trevas. Porém, eu podia ouvir, sentir e sofrer.

> Mal me cerraram os olhos, percebi (…) as amortalhadeiras vestirem-me a mortalha, voltando-me de todos os lados e tratando com a maior brutalidade aquilo a que chamavam *o corpo*. (…) Armaram-me o caixão, meteram-me nele (…). Chegou o dia do enterro. Senti erguer e levar o ataúde. Senti pô-lo no coche e muita gente agitar-se em redor. (…) O coche começou a andar. Sabia que me conduziam ao cemitério. Parou o coche e tiraram dele o caixão (…) e brevemente desciam-me ao fundo da cova (…). Pouco depois, alguns punhados de terra foram lançados sobre o caixão (…). O ruído foi diminuindo (…) e percebi que estava a cova cheia (…). Entregue a reflexões horríveis, ouvi por cima de mim um som (…). Cessou o ruído e senti que mãos me corriam pela cara. Puxaram-me para fora do caixão pela cabeça. (…) Levaram-me como às escondidas. Chegando a certa distância, atiraram comigo como se fosse uma trouxa (…). Passado um momento, senti que ia numa sege e por algumas palavras soltas percebi que estava em poder de dois (…) ladrões nocturnos (…) que vêm aos sepulcros para fazer (…) tráfico (…) de corpos (…). Parou enfim a sege. Pegaram em mim e levaram-me. Senti (…) que estava numa câmara. (…) Eu ainda tinha os olhos fechados, e por isso nada via, mas brevemente dei fé, pela bulha que faziam (…), que os estudantes de anatomia tinham chegado. Alguns se aproximaram da mesa e me examinaram minuciosamente. O demonstrador (…), antes de começar a dissecação, propôs (…) que se fizessem em mim algumas experiências galvânicas (…). A primeira descarga me sacudiu todos os nervos (…). A segunda descarga me fez abrir os olhos (…). O demonstrador fez, então, uma incisão no peito com um canivete. Senti então uma coisa terrível por todo o corpo, tomei-me de um tremor convulso e todo o auditório começou a dar gritos de horror. Estavam quebrados os grilhões da morte. A minha letargia tinha cessado. Fizeram-me toda a casta de remédios e dentro de uma hora eu havia recobrado todos os sentidos. (Anónimo, Catalepsia, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 19, pp. 148-150.)

É interessante notar que certos problemas apresentados como médicos, no fundo revelavam também chagas sociais. O alcoolismo era uma delas. Eis um apontamento que *O Panorama* recolheu do *Jornal Médico-Cirúrgico de Londres*:

> *Veneno do povo* – O uso de bebidas espirituosas sem serem misturadas com água causa uma irritação no estômago que se patenteia com dores e calor neste órgão. A isto segue-se a inflamação das delicadas túnicas desta víscera e, às vezes, a gangrena. Semelhante uso dá também resultados iguais aos do veneno. Além da doença local que produzem, obram as tais bebidas sobre os nervos do estômago, que têm íntima conexão com os do cérebro, e causam a insensibilidade e estupidez, movimentos irregulares e convulsos, dificuldade de respirar, sono profundo e muitas vezes morte repentina. O hábito de beber com frequência, e em grande quantidade, licores espirituosos, causa uma inflamação lenta, que progride insensivelmente, e que por isso mesmo não se sentem os seus progressos (…) senão quanto se lhe já não pode acudir. (Anónimo, *O Panorama* [Texto transcrito do *Jornal Médico-Cirúrgico de Londres*, 1837, vol. I, n.º 6, p. 48.)

Noutros casos, a defesa da saúde pública fazia-se, curiosamente, *denunciando* a falsificação de alimentos e divulgando formas de a detectar:

> Um dos modos mais comummente usados de falsificar a manteiga ou as banhas consiste em incorporar-lhe batatas cozidas e deste modo roubam no peso e na quantidade, porque todo o peso das batatas é pago sem proveito algum. Quem quiser certificar-se da qualidade de alguma manteiga ou banha, suspeitas de haverem sido adulteradas, deverá fazê-las ferver em dez vezes o seu peso de água. O corpo estranho deposita-se, pelo resfriamento, no fundo do vaso. Então, tira-se com uma escumadeira a gordura da superfície do líquido e aquece-se para expelir a água que se conserva. Depois de fria, pesa-se e obtém-se assim o peso real da gordura contida na mistura analisada. (Anónimo, Falsificação da manteiga e meio de a conhecer, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 38, p. 24.)

Num país onde a saúde pública muito deixaria a desejar, num tempo em que se davam alguns – e determinantes passos – para trazer mais cientificidade à medicina, *O Panorama*, mais uma vez, não se colocou à margem do seu tempo, exercendo, pela mão dos seus redactores, uma *cidadania activa* também no

campo da promoção da saúde da população portuguesa, procurando elucidar o povo sobre o que fazer – e o que não fazer – em matéria de primeiros-socorros e dando indicações sobre remédios caseiros que se poderiam facilmente preparar e usar no lar de cada um.

5.8 Agricultura

Portugal foi durante muito tempo um país essencialmente agrícola e assim o era no tempo d'*O Panorama*. O magistrado João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, por exemplo, assegurava que "a base" do país era "agrícola" (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Agricultura – Sobre as suas relações com a população, leis e costumes, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 107, p. 15). Nessa altura, conforme muito bem relembram Saraiva e Lopes (1979, p. 722), a burguesia rural – essa mesma burguesia rural em que, decerto, se encontravam muitos leitores d'*O Panorama* – afirmava-se ao substituir os monges nos campos, devido ao processo de nacionalização e posterior venda dos bens das ordens religiosas. Encontra-se neste cruzamento de tendências a explicação para a atenção que *O Panorama* devotou à agricultura.

O desenvolvimento da agricultura era um objectivo nacional no século XIX, já que grande parte da população dependia dela para a sua subsistência. Aliás, para autores como Oliveira Marreca, indústria e agricultura seriam complementares, pois o lucro do agricultor bem-sucedido fomentaria o consumo de bens industriais, o que traria lucro ao industrial, que poderia, por seu turno, consumir mais e melhores produtos agrícolas. O autor vinca, inclusivamente, que para ele o atraso do desenvolvimento industrial português se deveria, entre outras razões, à escassez de produção cerealífera nacional, o que obrigava à importação de cereais e, portanto, ao escoamento de capitais nacionais para o estrangeiro:

> Sendo (…) preferível vincular os capitais ao país a deixá-los andar vagos por estranhos ou benfeitorando empresas que não são nossas (…). Na ordem e sucessão natural das indústrias, é a primeira a que alimenta o homem (…). A segunda (…) a indústria fabril. A terceira (…) o comércio (…). Mas (…)

> é completamente ocioso indagar qual indústria há-de [um povo] adoptar, porque precisa de todas (…). Na realidade, a agricultura não é senão uma fábrica; e a indústria não é senão fabril e comercial. Não se diferenciado pois da fabril a indústria agrícola (…), diferenciam-se, contudo, pela constituição (…) do homem, que tendo estômago capaz somente de certa quantidade de alimento, produto da indústria agrícola, não tem, ao contrário, limite em seus desejos (…) de possuir e ostentar (…). Esta diferença (…), longe de tornar adversos entre si os interesses das duas indústrias, torna-os mútuos e estreitamente dependentes uns dos outros, porque ao lavrador, à medida que a sua cultura prospera, sobejam mais produtos, que depois de satisfeita a necessidade de nutrir-se, possa destinar ao cómodo, trocando-os por artigos das artes fabris; e os fabricantes, pela sua parte, não podem multiplicar-se senão ao passo que crescem os alimentos ou a agricultura que os gera, enquanto, por outro lado, os progressos da agricultura e a abastança da classe ocupada nos trabalhos rurais, fornecendo (…) um sobejo a esta classe, asseguram com ele às fábricas aquela freguesia e consumo que estas não dispensam. Diminuindo o consumo, diminuem os lucros (…) e (…) não é menos certo que o adiantamento da agricultura contribui muito para o progresso das fábricas, e tanto que uma das mais poderosas razões porque elas nunca chegaram a adquirir certa consistência e perfeição entre nós foi a escassez de cereais (…). (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 80, p. 210-211.)

Já se aludiu, neste capítulo, a um texto d'*O Panorama que* sugeria a instituição de escolas agrícolas. Mas *O Panorama* publicitou, igualmente, numa perspectiva eminentemente *utilitária*, novas culturas e novas técnicas agrícolas e pecuárias e inseriu artigos variados sobre horticultura, silvicultura, fitopatologias, formas de combater pragas agrícolas, fertilização das terras, cultura de cereais (em que Portugal era e é deficitário), equipamento agrícola, aproveitamento de recursos agrícolas para a indústria, industrialização da agricultura e exposições agrícolas, novas culturas, etc. Observe-se, por exemplo, a defesa da introdução da cultura da seda em Portugal:

O Sr. Tinelli acaba de imprimir no Porto *A Arte de Cultivar a Seda* (…). Convém muito estudar este folheto (…) e (…) apresentaremos as seguintes considerações do (…) autor.

Utilidade da cultura da seda em Portugal

Não há dúvida de que a benignidade do clima e as qualidades do solo, principalmente nas províncias do norte de Portugal, favoreceriam particularmente a produção da seda (…), se esta fosse devidamente empreendida, como é também geralmente reconhecido que a pequena jorna dos trabalhadores, a decadência do comércio dos vinhos e a falta de outros recursos comerciais tornam (…) desejável que se introduzam em Portugal novos ramos de indústria agrícola (…).Apesar dos grandes provimentos que assinalaram o ministério do marquês de Pombal (…), a cultura da seda foi completamente desprezada, de modo que, até para consumo interno, este Reino é obrigado a importar anualmente quantidades de seda crua e manufacturada da Itália, de Espanha e de outras terras.

Dois (…) os obstáculos (…) a introduzir prontamente a cultura da seda em Portugal: (…) a falta de conhecimentos (…) e a falta de convicção (…).A utilidade de se estabelecerem em Portugal fiações de seda pela forma das italianas, juntamente com grandes criações de bichos e plantios de amoreiras [fonte de nutrição dos bichos-da-seda], segundo os métodos e melhoramentos recém-admitidos na Itália e na França meridional (…) não pode ser matéria de questão. Em alguns distritos deste Reino (…) já a seda é um ramo da indústria agrícola (…). As pequenas quantidades de seda que já cá se produzem e as experiências feitas têm provado que a amoreira prospera por cá às maravilhas, bem como que a sua copiosa produção de folhas afiança duas boas colheitas em cada ano (…). (Redactores *d'O Panorama* e texto de L. W. Tinelli, Cultura e indústria – Utilidade da cultura da seda em Portugal, *O Panorama*, 1844, 2ª série, vol. III, n.º 113, pp. 61-62.)

Outro autor defende a cultura do milho, importante cereal para a agricultura portuguesa:

> A produção em grão é ordinariamente proveitosa (…). Admite a sociedade de outras plantas, como o feijão (…), nabos, batatas, couves, abóboras, grãos-de-bico e outras (…). A monda repetida periodicamente e as bandeiras e hastes superiores dão excelente alimento ao gado vacum; a palha seca e conservada em medas, expostas mesmo ao tempo, compõe a principal riqueza do sustento dos gados durante o Inverno; os resíduos formam muito bom estrume; os caroços da espiga desbulhados são um combustível excelente e sem mau cheiro; as folhas ou envoltório das espigas dá o mais cómodo, o mais fresco, o mais económico e o mais salutar de todos os artigos próprios para encher enxergões. Até o verde alegre desta planta é bonito e recreia a vista. E uma seara de milho verdejante (…) contribui para tornar o ar sadio pela absorção dos maus gases e derramamento do oxigénio. (Anónimo, Economia doméstica – Emprego da palha chamada camisa do milho e de outras substâncias para encher enxergões e travesseiros, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 27, pp. 215-216.)

A cultura do milho poderia, aliás, na opinião do médico e curioso agrícola F. I. Pereira Rubião, ser aproveitada industrialmente em Portugal, até porque se tratava de um cereal "há séculos" conhecido em Portugal cuja plantação era "praticada mui em grande" em algumas das províncias do Reino. O autor dá, para tanto, vários exemplos do aproveitamento industrial do milho:

> A indústria sabe hoje tirar desta planta, além dos produtos agrícolas, outros (…) industriais, e isso sem se tolher a colheita do grão. Estes produtos são açúcar, melaço, aguardente e papel para embrulho, fabricados com os resíduos da cana (…). Com efeito, os (…) trabalhos [do Dr. Pallas, médico francês] (…) demonstram a possibilidade de extrair do milho, além do grão, açúcar e papel (…) em proporção tal que a sua fabricação em grande não deixará de ser proveitosa (…). (…) O Dr. Palla (…) pôde tirar as seguintes conclusões: (…) Que um hectare de terra (…) semeado de milho (…) pode

> produzir (…) produtos agrícolas: grão: 45 hectolitros (…); forragem seca: 2500 quilogramas (…); folhagem para enxergões: 600 d.ºs (…); espigas debulhadas: 2200 d.ºs (…); canas frescas e desfolhadas: 6500 d.ºs; produtos industriais: (…) açúcar bruto: 130 quilogramas (…); melaço: 260 d.ºs (…); polpa ou parênquima: 2275 d.ºs (…). Estes dois produtos podem fornecer 260 litros de álcool (…) e 910 quilos de papel comum. (F. I. Pereira Rubião, Dos produtos industriais do milho – Artigo 1, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 106, pp. 146-148.)

O desenvolvimento da agricultura pressuporia não apenas uma atitude, significativamente liberal, de abertura ao novo e ao diferente, como também a capacidade de correr riscos para prosperar. Esse ideário baliza não apenas a defesa da industrialização da agricultura em Portugal e da introdução de novas plantas mas também algumas das referências à introdução de nova maquinaria agrícola em Portugal – que em alguns casos é descrita com precisão e com o objectivo de apelar à sua fabricação e adopção em território nacional. Leia-se, por exemplo, o seguinte texto:

> É indubitável que a perfeição de qualquer arte depende, em grande parte, do melhoramento dos instrumentos de que se serve. A agricultura, um dos mais copiosos mananciais da riqueza das nações, não deve desprezar os novos inventos, que têm por fim aperfeiçoá-la. Conhecemos que há tentativas que falham em razão de circunstâncias locais ou de temperatura, mas também sabemos que há métodos e práticas e instrumentos de uso geral, aplicáveis em toda a parte. Nunca os preconceitos ou a força do hábito devem antecipar a decisão sobre o préstimo de qualquer descoberta, porque ninguém o poderá avaliar sem fazer os necessários ensaios, ou absolutos ou modificados. (…) Uma planta utilíssima, a batateira, foi (…) aclimatada na Europa pela força da persuasão e do exemplo (…). E se aconteceu assim com uma produção natural, que obstáculos não encontrará qualquer obra da indústria humana? Porém, os agricultores inteligentes, ainda que sejam cautelosos com as inovações, não deixam de fazer experiências graduais para reconhecerem a utilidade do método novo que se lhes apresenta. E os

> que assim praticam, exercitam a mais nobre faculdade do homem, porque o estado completamente estacionário só é próprio dos brutos. Intentando dar neste jornal os desenhos de alguns instrumentos de lavoura usados com vantagem noutros países, pareceu-nos conveniente fazer primeiro estas breves reflexões, pois muita gente há ainda que olha com repugnância e horror para toda e qualquer novidade. (Anónimo, Instrumentos de lavoura – 1º, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, pp. 291-293.)

O texto – o primeiro de vários sobre equipamento e técnicas agrícolas que poderiam ser introduzidas em Portugal – continua, posteriormente, com a inserção de duas gravuras de arados ingleses e com a respectiva descrição, bem como com indicações sobre a forma de lavrar a terra em Inglaterra. A intenção do redactor, facilmente se intui, é a de levar os seus conterrâneos a experimentarem os equipamentos e métodos britânicos de lavoura:

> O timão é de pau (e nalguns arados é de ferro). Tem seis pés de comprimento. O soco ou dente está fixo, quase paralelo ao timão por duas travessas, e dista dele dois palmos. Na extremidade do soco há uma chapa de ferro triangular, um dos lados da qual faz continuação com o lado esquerdo do soco, e o outro se aparta para fora toda a abertura do ângulo do vértice. O lado direito está fixo numa aiveca, a qual principia na base do ferro, une-se à travessa dianteira e faz com o soco, pelo lado inferior, um ângulo de 8 a 10 graus (…). O modo de lavrar (…) não é (…) semelhante ao que usamos (…). Não se abrem os regos todos seguidamente progredindo para um lado, mas alternadamente, indo para lados opostos. Abre-se o primeiro rego, voltando-se a leiva para o lado direito; a oito ou dez passos de distância abre-se o segundo, paralelo ao primeiro, principiando do lado oposto, ficando assim a leiva voltada para o lado contrário da primeira; o terceiro abre-se próximo ao primeiro, pelo lado esquerdo, caindo assim no primeiro rego a leiva do terceiro; o quarto abre-se pelo mesmo modo do lado esquerdo do segundo, caindo neste a leiva novamente levantada; o quinto é aberto do lado do terceiro e assim por diante. (…) Este modo de trabalhar, que parece à primeira vista mais complicado do que o nosso, concorre mais do que se

> possa pensar sem o experimentar para a perfeição como para a presteza do trabalho. (Anónimo, Instrumentos de lavoura – 1º, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 124, pp. 291-293.)

O Panorama chegou a integrar-se directamente no fomento agrícola, ao divulgar que F. I. Pereira Rubião, autor do texto anterior e de vários outros sobre agricultura, tinha enviado à redacção, para distribuição, entre os subscritores interessados *d'O Panorama*, sementes seleccionadas de cevadinha, tema de que trata o seu artigo:

> O precedente artigo foi remetido à redacção por F. J. Pereira Rubião (…). Conjuntamente com esta notícia, ele mandou à direcção da Sociedade um saco de semente do cereal a que o seu artigo é dedicado, para se distribuir por aqueles subscritores d'*O Panorama* que tiverem propensões [no original, *proporções*] para experimentarem sua cultura. E não sendo talvez possível (…) satisfazer todos os pedidos, será a dita semente distribuída pela direcção àqueles senhores assinantes que primeiro a mandarem buscar. Não sabemos se esta casta de cevada já tem sido cultivada em Portugal, mas o nosso digno e patriótico accionista e correspondente nos diz que de França trouxera a semente dela em 1835 e que a distribuíra por várias pessoas, uma das quais é o Sr. J. E. de Brito e Cunha, que a tem cultivado com prósperos resultados e avantajado proveito. (Anónimo, [Sem título], na sequência do artigo de Francisco Inácio Pereira Rubião, Cevada celeste, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 100, p. 98-99.)

Apesar dos esforços *d'O Panorama,* quais seriam, em geral, os factores que poderiam estimular ou refrear o desenvolvimento da agricultura portuguesa? O magistrado João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, talvez o principal autor a escrever sobre economia agrícola nas primeiras duas séries d'*O Panorama*, circunscrevia-os a quatro – o último dos quais de cunho marcadamente *proteccionista* embora muito actual. Todavia, a eles poderiam juntar-se a necessidade do ensino agrícola e a dinamização da industrialização da agricultura e da modernização do comércio agrícola pelo Estado:

> 1º, da bondade do terreno; 2º, da modicidade dos impostos; 3º, da facilidade de trânsito e comunicações; 4º, da certeza da venda pela proibição do género estrangeiro. (…) Entretanto, (…) os defeitos do terreno removem-se ou modificam-se pelo trabalho e ciência do agricultor. Deixando a qualidade das terras, (…) esta primeira causa só depende da acção indirecta dos governos, aos quais pertence encaminhar a educação agrícola (…), a saber, ensino elementar da agricultura nas escolas primárias, concílios agrários, sociedades de incitamento e melhoramentos agrícolas, exposição dos produtos (…). Quanto à 2ª (…), é evidente que o imposto (…), se for excessivo, pode esmagar a agricultura. (…) 3ª causa – facilidade das comunicações. (…) O grilhão moral que suspendia a circulação nos tempos feudais é suspendido nos nossos tempos pelo grilhão material e real dos maus caminhos. A poucas léguas de distância se sente num lugar a falta de géneros que abundam nos vizinhos. (…) Se o cultivador não pode (…) os seus géneros (…) levar aos mercado, estes (…) podem (…) ser objecto de subsistência, porém nunca artigo de comércio. (…) A4ª causa (…), falamos da proibição dos géneros agrícolas estrangeiros. Um tempo houve (…) que a moda fez plausível uma máxima dos falsos economistas – liberdade inteira de comércio (…). Todos teriam tudo por preços muito cómodos, e o mundo se tornaria um vasto mercado (…). A liberdade de comércio é muito útil naquilo que convém à nação, no resto a destruiria. (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Agricultura – Sobre as suas relações com a população, leis e costumes, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 105, p. 416 e 1844, 2ª série, vol. III, n.º 106, pp. 6-7.).

Um outro autor enfatiza – num texto de alcance político – a importância do emparcelamento rural e das associações de agricultores para um desenvolvimento agrícola socialmente inclusivo:

> A desmembração (…) opõe-se ao progresso real da agricultura (…). É certo que alguns proprietários abastados continuam no sistema de especulações. Mas dele pouco têm aproveitado as classes inferiores, por consistir apenas em algumas empresas avulsas, proveitosas, talvez, a um pequeno número,

> mas sem resultado para o resto. Não duvidamos avançar que cedo ou tarde se fraccionarão de tal modo estas grandes propriedades que a enxada virá a ser um instrumento oneroso, voltando nós, por um movimento retrógrado, a cultivar a terra como nos primeiros tempos da civilização. Só há um meio de fugir ao rigor desta profecia sem (…) atacar a liberdade individual e os interesses sociais (…). Consiste ele em organizar uma associação agrícola em cada província que reúna todas as propriedades (…), administrando-a os indivíduos nomeados pelos interessados à pluralidade dos votos. (…) O resultado (…) seria que a agricultura, que por toda a parte se acha estacionária, faria progressos incalculáveis (…). (Anónimo, Regeneração e incremento do bem-público por meio das associações, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 96, pp. 342-343.)

Os redactores d'*O Panorama* tinham clara consciência dos benefícios que o desenvolvimento agrícola poderia trazer ao país. Para João da Cunha Neves e Carvalho Portugal a demografia, por exemplo, poderia beneficiar com a industrialização da agricultura (ao tempo, o país teria cerca de quatro milhões de habitantes), decisiva, por outro lado, para o crescimento económico e para o aumento sustentado das exportações. Segundo o mesmo autor, porém, a industrialização agrícola poderia ter por consequência eventualmente negativa o abandono das práticas agrícolas por parte da população. Na opinião de João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, teria de ser o poder legislativo a garantir o equilíbrio:

> Todas as partes do poder político devem (…) ser ligadas entre si. (…) As finanças insufladas pelo comércio, o comércio insuflado pela agricultura (…).Os homens prendem-se naturalmente ao canto de terra a que possam chamar seu. (…) Se a agricultura se considerar só como meio de subsistência, a população será estacionária, porque não havendo supérfluo, é claro que o mesmo número de consumidores absorverão sempre a mesma produção. Porém, considerada como objecto de comércio, que supõe um excesso de produção, um supérfluo, aumentará, progressivamente, a povoação, na razão directa da maior abundância de provimentos.Os homens fixam-se

> naturalmente onde há maior abundância, onde há mais ocasião de trocas, mais produção e maior população, de um modo que a população dos campos depende das causas que favorecem a emigração para as vilas e cidades. Isto está muito longe de ser um mal quando o legislador é previdente (…). O abuso (…) é quando se abandonam as terras para se ocuparem nas artes (…) menos úteis (…).O consumo dos géneros da cultura depende (…) da indústria se circulam no país; do comércio se se exportam (…). Eis aqui porque começámos por dizer que todos os elementos do poder e da riqueza se ligam entre si. A agricultura é a base (…) porque fornece as matérias primeiras (…) e (…) o sustento. Porém, não sendo acompanhada e seguida dos outros, pára, desaparece e definha. Daqui resulta o corolário de que tanto menos cultivado e povoado será um país quanto menos vender as suas produções aos estrangeiros. (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Considerações sobre a agricultura em geral e das suas relações com as leis e costumes do país, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 50, p. 398.).

A abordagem d'*O Panorama* às questões agrícolas não passou à margem dos conselhos utilitários para os agricultores. O texto seguinte, por exemplo, ensina a preparar a sementeira do trigo, dando simultaneamente exemplos das melhores práticas agrícolas do estrangeiro e do interior do país (o que revela que os grandes agricultores portugueses teriam uma rede de intercâmbio de conhecimentos, aproveitada por aqueles que dentre eles contribuíam para *O Panorama* – não se esqueça, aliás, que o próprio Alexandre Herculano era agricultor):

> É da preparação das sementes que vamos falar. (…) Há muitos anos que em França não se semeia trigo sem o prepararem primeiro. Costumam caldeá-lo, tomando doze alqueires de trigo e treze arráteis de cal em pó, deitando tudo bem misturado numa dorna, e lançando-lhe por cima água quente, de modo que o trigo fique coberto algumas polegadas. Tiram então a semente para fora, deixam-na escorrer um pouco e vão imediatamente lançá-la à terra. Mas o método mais excelente de preparar o grão (…) tem alguma diferença. Toma-se um cesto de estrume de animais, que leva obra de quatro alqueires. Este cesto enfia-se num pau atravessado em cima de uma dorna.

> Dentro do cesto lança-se um almude de água a ferver, a qual, coando-se pelo estrume, vai cair no fundo da dorna. Depois tora-se aquele cesto e põem-se outros, repetindo a operação até a dorna estar meia de água. Feito isto, quando a água estiver já em tal grau de calor que se lhe possa meter a mão, deitam-se-lhe dentro tantos alqueires de trigo quantos foram os cestos de estrume. Todos os grãos furados e as sementes de ervas vêm ao de cima e se podem facilmente tirar. Lava-se então o trigo por meia hora, não mais, e despeja-se logo a água. Depois deita-se em cima do trigo uma tijela pequena de cal em pó, por cada alqueire. Mexe-se tudo muito bem, e sem detença, se vai semear. Isto para que a cal não tenha tempo de secar e cair, porque neste caso não destruiria o gérmen do morrão, que estraga as mais esperançosas searas.
>
> (…) Não basta, contudo, atender só à preparação da semente. É preciso dispor a terra para produzir bem. (…) Uma das causas (…) para as searas não prosperarem é (…) encherem-se de plantas e ervas (…). Para evitar este inconveniente, um proprietário das vizinhanças de Penafiel usa do seguinte método: logo depois das ceifas, lavra a terra, deixa passar tempos até que comecem a crescer as plantas nocivas. Quando estas estão bem nascidas, manda revolver de novo a terra. Depois (…) espera que nasçam mais e abre de novo o terreno, que logo manda estrumar (…) e então semeia o trigo.
>
> (…) Também se há-de atender à escolha do trigo para a sementeira. (…) Aqui notaremos que mandando-se vir as sementes do norte as searas são muito mais prósperas (…). (Anónimo, Sementeira de trigo, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 37, pp. 10-11.)

Num outro texto, por exemplo, assinala-se a dimensão utilitária da urtiga:

> *Utilidade da urtiga* – A maior parte dos agricultores julgam a urtiga uma planta nociva, e principalmente os jardineiros lhe fazem tão desapiedada guerra que ela se refugiou nos sítios ermos, nos terrenos estéreis ou à sombra das sebes. Todavia, o seu talo fibroso pode dar fios próprios para tecidos,

> propriedade que os holandeses (…) aproveitaram (…). Das folhas da urtiga, quando é tenra, faz-se um guisado saboroso. Os troquilhas misturam as sementes desta erva nas rações dos cavalos, para lhes dar vivacidade, e fazer o pelo luzidio. Das suas raízes, fervidas com uma pequena porção de pedra hume e de sal comum se extrai uma linda cor amarela, de sorte que todas as partes da planta podem ser empregadas na agricultura ou nas artes. Como forragem, é para os animais corníferos um alimento sadio e certo, por ser temporão e fácil de cultivar, pois vegeta no mais árido terreno, e longe de exigir amanhos, sofre todas as intempéries e reproduz-se sem carecer de alheios socorros. Pode ser ceifada cinco ou seis vezes no Verão e quando na Primavera se não encontra pasto algum para os gados, já a desprezada urtiga está crescendo com toda a força. Corta-se enquanto é tenra, quando se quer dar verde, e conserva-se mais tempo na terra quando se pretende empregar como forragem, pois que do contrário o gado não comeria com gosto os seus talos mais grossos. (Anónimo, Utilidade da urtiga, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 16.)

A análise das condições económicas subjacentes à agricultura portuguesa surge, n'*O Panorama*, principalmente pela pena de António de Oliveira Marreca, um dos precursores da ciência económica em Portugal. Assumindo um *papel social* equiparável ao dos actuais *comentadores* e *colunistas*, o autor luta pelo estabelecimento do seu ponto de vista algo fisiocrata[7] entre as elites e,

7) O fisiocratismo foi uma corrente económica setecentista originária de França (Michel Chevalier, o economista que Marreca cita, era francês) que defendia que somente a agricultura gerava claros excedentes sobre os custos de produção, defendendo, assim, que a riqueza das nações assentava sobre ela. Diga-se, no entanto, que os fisiocratas, por oposição aos mercantilistas, desdenhavam da promoção do desenvolvimento industrial a todo o custo e da imposição de pautas proteccionistas (precisamente para assegurar o desenvolvimento industrial), acreditando, ao invés, no *laissez faire*, ou seja, na redução ao mínimo do papel do Estado na economia. Oliveira Marreca, nesse aspecto, estava em claro desacordo, já que, conforme se viu neste texto, no tópico dedicado à abordagem de assuntos económicos n'*O Panorama*, defendia o fomento industrial a par do agrícola e pautas equilibradas que, pelo tempo necessário, permitissem, por um lado, exportar os poucos excedentes portugueses (à época, azeite, sal, vinho do Porto e algum trigo) e, por outro lado, assegurar alguma protecção ao desenvolvimento industrial de que Portugal carecia, até estar o país em condições

portanto, conforme se diria contemporaneamente, pelo *agendamento* da *moldura interpretativa*, isto é, dos *enquadramentos*, que impunha à realidade da época:

> E uma das maiores dificuldades que entre nós entorpece a produção é a taxa demasiado alta do juro dos capitais ou avanços que o lavrador precisa tomar de empréstimo para a cultura de suas terras. O crédito que ele paga destes avanços comparado com a renda líquida que percebe da sua propriedade rural mostra uma desproporção assustadora, porque enquanto pede emprestado desde 12 até 24 por cento e mais, só tira da terra um lucro, livre de despesas, de 3,5 e 4 por cento. Calculando os avanços em cinco mil contos e o juro deles a 18 por cento, vem este juro a importar em 900 contos. Se em vez de 18 por cento fosse a 6 por cento, importaria em 300 contos, e a diferença entre 300 e 900, que são 600 contos, seria o que anualmente se haveria de poupar em proveito da agricultura. Ou este excesso de 600 contos nos gastos de produção agrícola se considere lesivo ao agricultor, empobrecendo-o e obrigando-o a abandonar a cultura das terras ou impossibilitando-o de as melhorar; ou ao consumidor, rareando os cereais e todos os outros produtos do solo (…); ou a outras indústrias, causando, em detrimento delas, uma elevação exorbitante a artificial na taxa de juro. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 72, p.146-147.)

Haveria, porém, que ter cautela ao introduzir inovações – eis uma mensagem de um autor francês que *O Panorama* faz sua. O texto, possivelmente extraído de um periódico francês, tem a particularidade de se servir do dialogismo irónico para ao mesmo tempo divertir o leitor e apelar à sua imaginação. O leitor torna-se quase como um espectador de uma peça teatral. O pensamento, porém, apesar da ironia, é de defesa da ciência agronómica:

---

de competir com o exterior e de exportar produtos manufacturados. Uma posição que não seria muito diferente daquela que têm tido os governos centristas (social-democratas, conservadores ou democratas-cristãos) europeus.

*Diálogo entre um agrónomo e um inovado*r

I. – Venho, senhor, como vosso vizinho do campo, dizer-vos adeus e receber as vossas ordens para Paris. Não quero tornar a ouvir falar em terras, arados, lavouras e prados naturais ou artificiais. Encheram-me de um nojo invencível todos os livros agronómicos que me arrastaram a adoptar vãs teorias e a fazer despesas que me arruinaram.

A. – Talvez que isso vos acontecesse menos por defeito da ciência do que do uso que dela haveis feito.

I. – Vós o decidireis (…). Eu tinha um caseiro que deixava as terras em pousio, que ignorava o que é um *sistema alternativo* e o que vem a ser *colheitas intercalares*, que se contentava com semear nas minhas terras um pouco de trigo e uma pouca de aveia, todos os três anos, e com cegar algumas ervas enfezadas de um prado que já não podia produzir. Que menos podia eu fazer do que despedir esse vândalo?

A. – Óptima resolução fora essa se tivésseis previamente formado um estabelecimento para fazer as vezes do que destruíeis.

I – Quis elevar as minhas terras ao nível da ciência e beneficiá-las com as descobertas modernas e para consegui-lo comecei eu mesmo a cultiva-las por minha conta e risco.

A. – O que é sempre arriscado…

I. – Andava anexo à minha herdade um rebanho que se arrendava ao meio, composto de animais indígenas, de raça a mais ordinária, e vendi-o, e para substitui-lo, mandei vir dos Pirenéus outro de animais espanhóis da mais fina casta, que, depois de um transporte longo e trabalhoso, não puderam acostumar-se às pastagens deste país e morreram quase todos.

A. – E ficastes portanto sem curral, sem rebanho e *sem lã*.

I. – Outro tanto sucedeu às vacas que mandei comprar à Suíça para substituírem as vacas magras e transparentes da herdade.

A. – De sorte que vos achastes *sem leite, sem nata e sem manteiga*.

I. – Exactamente. E podeis também acrescentar *sem queijos*, porque as cabras de Mont-d'Or nunca se puderam aclimatar nas minhas fazendas.

I. – A minha propriedade estava coberta de nogueiras que contavam séculos, as quais espalhavam nas terras uma sombra esterilizadora. Fiz cortá-las e

> semeei papoilas, couves e nabos silvestres, e outras plantas oleosas, que não medraram.
>
> A. – E o resultado foi ficardes sem azeite e, por conseguinte, *sem luz*.
>
> I. – Os meus pomares constavam somente de árvores velhas e enguiçadas, que não davam senão frutos amargos…
>
> A. – Fizeste-as cortar e eis-vos sem pomar e *sem frutos*.
>
> (…)
>
> I. – Eis aí toda a história. E como posso deixar de praguejar contra os supostos agrónomos, cujos conselhos segui e que tanto contribuíram para a minha ruína?
>
> A. – Não deveis, senhor, amaldiçoar a ciência, porém o deplorável uso que dela haveis feito. Concedei-me que vos diga que não a compreendestes bem ou, por outras palavras, que a olhastes pelo avesso. (…) Verdade é que se têm publicado algumas teorias que encerram princípios gerais, porque nenhum dos escritores agrícolas tem cessado de dizer que toda a cautela é pouca contra as inovações repentinas, os sistemas uniformes; que devemos observar atentamente antes de empreender as culturas, edificar antes de derrubar; fazer ensaios limitados a somente alguns pedaços de terra, e depois ampliar ou restringir as novas culturas, segundo as vantagens ou os inconvenientes. (Conde François de Nantes, Aviso aos proprietários de terras que empreendem inovações temerárias, *O Panorama*, 1837, Vol. I, n.º 3, pp. 23-24.)

Notava-se assim n'*O Panorama* a vontade de mudar a agricultura portuguesa, tornando as culturas mais produtivas, rentáveis e comercializáveis – mas usando das devidas cautelas. Cônscios, os seus redactores, de que Portugal era um país agrícola, mas em que a agricultura que se praticava era, essencialmente, de subsistência, desejavam, por meio da mecanização, da introdução de novas culturas, de aconselhamento sobre novas práticas agrícolas, transformá-lo num país em que esse tipo de agricultura, de algum modo, se tornasse mais científica e industrial, de acordo com a *ideologia progressista* que é transversal a todo o periódico.

5.9 Transportes e vias de comunicação

Portugal, na primeira metade do século XIX, carecia enormemente de vias de comunicação. João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, por exemplo, referia-se à falta de caminhos como um dos entraves ao desenvolvimento do comércio agrícola: "o grilhão moral que suspendia a circulação nos tempos feudais é substituído nos nossos tempos pelo grilhão material e real dos maus caminhos" (João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, Agricultura – Sobre as suas relações com a população, leis e costumes, *O Panorama*, 2ª série, 1844, vol. III, n.º 106, p. 6). O economista Oliveira Marreca defendia, assim, uma política de investimento público nas vias de comunicação enquanto ferramenta passível de alavancar o crescimento económico e o desenvolvimento do país:

> só cabe ou nas atribuições dos poderes políticos do Estado ou nos recursos de que dispõe a administração central (…) as vias de comunicação, sem as quais é impraticável progresso que valha e permaneça em qualquer ramo da indústria; na agricultura, por os seus artigos serem os mais pesados de todos e os mais difíceis de transportar; na industria fabril(, para que aquelas de suas oficinas que estão muito alongadas das grandes povoações se aproximem delas pela excelência das estradas. no comércio, por fim, que não floresce senão onde as conduções são expeditíssimas, o externo procurando a orla marítima, o outro os mais rápidos veículos do interior. (António de Oliveira Marreca, Economia política – Considerações sobre o curso de economia política do senhor Miguel Chevalier, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 80, p. 210.)

O século XIX, graças, sobretudo, ao desenvolvimento do caminho-de-ferro e das estradas de macadame, foi, de qualquer modo, um século de revolução no sector dos transportes. Portugal foi tentando acompanhar esses desenvolvimentos, sobretudo a partir da segunda metade de oitocentos, pesem embora as dificuldades de ser um país pobre e periférico. *O Panorama*, ideologicamente crente nas vantagens do progresso material do país a todo o custo, ecoou essa conjuntura nas suas páginas. Por várias vezes compara, aliás, a revolução intelectual

propiciada pela imprensa, graças à vulgarização do impresso, com a revolução nos transportes detonada pelos caminhos-de-ferro.

> Os meios de fácil trânsito no interior de qualquer país são o elemento indispensável para a prosperidade do povo e para o progresso da indústria. As nações que seriamente cuidam no próprio aumento, persuadidas desta verdade, têm há muito prestado a este objecto séria atenção. Hoje, a construção das estradas (…) forma uma verdadeira ciência (…). Só o trabalho e a indústria abrem as fontes do verdadeiro progresso, mas para estes dois fundamentos da ventura geral se poderem assentar bem, cumpre (…) facilitar-lhes o modo de extrair os frutos dos seus trabalhos, transportando-os facilmente aos grandes mercados. E para tal resultado se alcançar, é absolutamente indispensável a construção de estradas e canais. (…) Os métodos (…) seguidos (…) se não se avantajam ao dos romanos pelo lado da duração, são muito mais convenientes pela barateza e rapidez na execução da obra. Tais se podem dizer as estradas (…) à *Mac-Adam* (…) Mas nenhumas produziram mais assinalado proveito do que os caminhos-de-ferro, que por sua reconhecida utilidade se começam hoje a construir por toda a parte. Os caminhos-de-ferro (…) prometem produzir entre os homens mudanças tais que só podem ser igualadas pelas que nasceram da invenção da tipografia. Se esta fez com que o pensamento de um homem pudesse, quase com a rapidez de um relâmpago, comunicar-se a milhares de indivíduos, os carros movidos por vapor sobre caminhos-de-ferro porão, algum dia, os povos em contacto, a bem dizer, imediato, posto que habitem em distâncias uns dos outros, que dantes e ainda hoje se chamam remotas, ficando, deste modo, sendo as estradas de ferro para os objectos físicos o que a tipografia foi para o pensamento. (Anónimo, Caminhos-de-ferro, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 11, pp. 86-87.)

O autor do texto anterior vai mais longe nos seus propósitos *persuasivos* (porque de *persuasão* se trata) e, assim sendo, políticos. Para ele, algo utopicamente, a facilitação das comunicações entre os povos europeus levaria os países europeus a formarem uma só nação, uma ideia europeísta que, pelos vistos,

já germinava entre algumas personagens das elites intelectuais portuguesas e, quiçá, europeias:

> De futuro, a Europa, cortada em todas as direcções por semelhantes vias de comunicação, constituirá um só país, e os seus habitantes um único povo. Assim se acelerará a grande revolução que fermenta no espírito dos homens e que tende a (…) criar (…) a verdadeira fraternidade entre as nações. Não será pois exagero dizer que a tipografia, as máquinas de vapor e os caminhos-de-ferro criarão realmente a idade de ouro para o género humano. (Anónimo, Caminhos-de-ferro, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 11, p. 87.)

Para quem pouco ou nada sabia do que eram os caminhos-de-ferro, impunha-se descrevê-los:

> A ideia de um caminho-de-ferro é muito simples. (…) Imaginemos em um caminho ordinário, bem nivelado, e com o mais suave declive em toda a sua extensão, duas linhas paralelas de barras de ferro, ligadas pelos topos umas às outras, bem firmes e seguras no chão, e em tal distância uma da outra, que um carro, ou uma renque deles, possam correr por todo o seu comprimento (…). Para que as rodas não saiam das linhas de ferro em que andam, têm estas umas bordas externamente (…). Se o motor é a máquina a vapor, têm demais as rodas e as barras, em que giram, dentaduras, que, entrando umas nas outras sucessivamente, (…) produz o progressivo e rápido movimento dos (-…) carros. (…) Uma máquina de vapor de força correspondente à de quatro cavalos puxa (…) trinta carros (…). (Anónimo, Caminhos-de-ferro, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 11, p. 87.)

Interessante é também a pitoresca descrição do caminho-de-ferro de Londres a Greenwich:

> A entrada do caminho-de-ferro na capital é a umas oitenta varas de distância da (…) ponte de Londres (…), aonde estão as portas só para a entrada das pessoas (…), as quais devem pagar a passagem no escritório ali colocado,

> recebendo cada uma um bilhete com o número da carruagem e do assento (…). São as carruagens de duas classes. As da primeira, muito elegantes na construção e de muita capacidade, com assentos como de coches, sentadas seis pessoas em frente de outras seis, e em cada carruagem há três ou quatro destes compartimentos. As de segunda classe, ainda que não tão elegantes, são muito decentes. A diferença consiste em não haver os repartimentos, correndo os assentos (…) ao comprido, como nos ônibus, pelo que admitem maior número de pessoas e o preço é metade do que se paga nas outras. (…) O par de carris (…) não é o mesmo para a ida e para a volta. Vai um trem para Londres, vem outro para Greenwich por linhas (…) paralelas. (…) Causa certamente uma sensação agradável (…) a celeridade do movimento (…), o gosto de ir vendo (…) os campos e jardins, os milhares de barcos ancorados ou à vela no Tamisa (…) à razão de doze léguas por hora (…). (Anónimo, Caminho-de-ferro entre Londres e Greenwich, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 159, p. 158.)

Nas descrições do caminho-de-ferro, não foi ignorada a possibilidade de ocorrerem acidentes, opção de honestidade do autor:

> O famoso caminho-de-ferro de Manchester a Liverpool não tem parapeitos (…), falta que ocasionou o acidente de escorregar para fora do carril a máquina em uma manhã escura de inverno, e precipitar-se arrastando consigo quatro ou cinco carruagens do trem, e felizmente só pereceu o condutor, e ficaram contusos dez ou doze passageiros (…). (Anónimo, Caminho-de-ferro entre Londres e Greenwich, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 159, p. 158.)

O desenvolvimento do caminho-de-ferro foi, comprova-se, questão central no argumentário e nas descrições e explicações dos redactores d'*O Panorama* no que respeita ao tema dos transportes. Neste campo, o periódico também teve uma *acção política*, em defesa de um ideário que via no crescimento económico, baseado na aplicação do vapor à indústria e aos transportes, e na democratização

e obrigatoriedade da educação a via que deveria seguir-se para assegurar a prosperidade e – por que não dizê-lo – a felicidade de Portugal e dos portugueses.

5.10 Tecnologia

Muitas foram as invenções no século XIX, um século decisivo para o progresso das ciências. Como jornal enciclopédico, destinado a democratizar o acesso ao conhecimento e a promover a cultura geral, *O Panorama* deu conta dos progressos no domínio da tecnologia, podendo-se considera-lo defensor do que se traduziria contemporaneamente por *inovação* como factor de *competitividade* e, assim, de prosperidade. Entre muitos outros inventos com aplicação económica, o periódico descreveu novos dispositivos agrícolas e industriais e novas invenções no sector dos transportes e das comunicações, mas também relembrou inventos anteriores, como o balão aerostático. A linha editorial seguida, resultado da ideologia progressista dos redactores, assentava na defesa do progresso material do país, a par da generalização da educação, como garante de desenvolvimento e cura para os seus males. Isso significava, nomeadamente, a comparação entre Portugal e os países tidos por mais desenvolvidos.

Entre um dos inventos descritos pelo *Panorama*, em diversos artigos, um deles merece destaque: a fotografia. Mais propriamente, o periódico – sem ter verdadeira consciência da revolução que a fotografia provocaria na informação e na comunicação – descreve as invenções de Niepce e, sobretudo, de Daguérre (o daguerreótipo). Para os redactores, como para muitos dos seus contemporâneos, o aparecimento da fotografia provocaria, apenas, "Uma revolução nas artes do desenho" e pouco mais seria do que uma espécie de desenho automático (*vê-se o novo como extensão do antigo*, diria McLuhan). Eis como era descrito o daguerreótipo:

> A natureza aparece retratando-se a si mesma (…) em matéria que retém o simulacro do objecto visível e o fica repetindo com a mais cabal semelhança ainda depois de ausente (…). Doravante (…), sem palheta nem lápis, sem preceitos artísticos nem dispêndio de horas e dias, (…) poderá o viajante

> enriquecer a sua pasta com todos os monumentos, edifícios e paisagens (…) e o amante (…) obter por si mesmo o retrato dos seus amores (…) ao natural (…) e (…) não lhe faltarão as miudezas (…) que a vista não alcança e só a lente lhe poderia revelar. (…) Eis aqui o que o senhor Arago relatou à Academia Francesa (…): "o senhor Daguérre (…) (…) andava (…) embebido em procurar alguma substância onde a luz se pudesse imprimir e deixar de si vestígios distintos, que ainda depois dela ausente a denunciassem com todas as suas modificações e circunstâncias. (…) Encontrou (…) uma substância (…) tão sensível à acção imediata da luz, que esta lhe deixa os vestígios (…) do seu contacto (…), representados por cores que têm em cada ponto uma relação perfeita com os diversos graus da intensidade de mesma luz.
>
> Não se cuide, contudo, haver nesta estampa as próprias cores do objecto que elas representam. (…) O vermelho, o azul, o amarelo, o verde etc. são significados por combinações de luz e sombra, por meias tintas mais ou menos claras ou escuras (…). Mas o que é certo (…) é que estas cópias (…) têm (…) tamanha verdade como se não pode imaginar sem as ter visto (…). E devendo parecer já isto a máxima maravilha, ainda há outra, que é a quase mágica ligeireza com que se opera; oito ou dez minutos bastam (…) para começo e remate de tais quadros. (…) Todavia, (…) estas admiráveis representações das exterioridades da natureza (…) carecem do que quer que seja como objectos de arte (…). Segundo contra. Apesar da suma rapidez da luz, como o seu efeito na substância do senhor Daguérre não é instantâneo, qualquer objecto que se mova com velocidade ou lhe não deixa vestígios seus, ou só muito confusos (…).
>
> É inegável (…) que este invento (…) terá largas consequências em todas as artes do desenho (…)." (Anónimo, Revolução nas artes do desenho, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 94, pp. 54-55.)

Interessantemente, pela voz da fonte – o autor do discurso de apresentação do daguerreótipo perante a Academia Francesa – *O Panorama* também explica

aos seus leitores alegadas desvantagens do processo: por um lado, sendo um processo mecânico e químico, a fotografia dificilmente poderia ser considerada arte; por outro lado, os longos tempos de exposição então necessários para a obtenção de uma imagem impediriam a travagem do movimento de objectos. Daí que os objectos em movimento não ficassem registados no daguerreótipo, ou, quando o ficavam, apenas deixavam vestígios. No entanto, com o tempo os progressos tecnológicos eliminaram, para a generalidade das coisas, o segundo problema, enquanto a fotografia se elevou, em certas circunstâncias, à categoria de arte.

O Panorama voltou ao assunto do daguerreótipo em 1840, após a divulgação do invento por Daguérre, a troco de uma indemnização do Governo francês. O texto, porém, já não trata do anúncio da descoberta, mas sim do processo em si. Desejando contribuir para o progresso material do país, o próprio jornal incita os portugueses a "pôr em prática" o processo de obtenção de imagens mecânicas por meio do daguerreótipo:

> Hoje que o processo foi divulgado, (…) daremos (…) notícias mais circunstanciadas, (…) advertindo que conhecemos não serem estas linhas a alcance de todos, mas que nos persuadimos que a muitos poderão utilizar para as pôr em prática.
>
> (…)Toma-se primeiramente uma placa de cobre chapeada de prata desoxidada e limpa com muito cuidado empregando a água-forte ou o ácido nítrico diluído em água. Expõe-se esta placa (…) ao vapor de iodo (…). Importa (…) que o vapor de iodo forme uma camada (…) da mesma espessura por toda a chapa. (…) Feito isto, tira-se a chapa do aparelho, tendo toda a precaução de a subtrair da acção da luz (…). Para evitar os raios luminosos, Daguérre engenhou um pequeno aparelho (…). É nesta espécie de caixa que a chapa é transportada para a câmara escura (…). A luz e o objecto que se quer desenhar projectam-se dentro desta ao modo ordinário (…). Dentro de 3 a 12 minutos (conforme a intensidade da acção da luz solar) esta segunda operação está acabada (…). Transporta-se a chapa na competente caixa a outro aparelho em que se expõe (às escuras) à acção

> do mercúrio (…). O objecto único da operação final é fixar esta imagem impressa na chapa. Basta para isto o conseguir mergulhar rapidamente a chapa no hiposulfito de soda e lavá-la depois com água destilada. (Anónimo, Daguerreótipo, *O Panorama*, 1840, vol. IV, n.º 143, pp. 31-32)

O daguerreótipo ainda impressionava alguns anos mais tarde. Em 1842, o economista Oliveira Marreca escrevia em nota de rodapé a um dos seus textos:

> A daguerreotipia, recentemente descoberta, desenha por meio dos raios da luz, com uma rapidez incrível, e com exactidão tão minuciosa que lhe não escapam as partes mais microscópicas dos objectos, por distantes que estejam. Assinalado triunfo do engenho humano, a que não pode aspirar o pincel, a litografia, nem a gravura! A daguerreotipia, no seu tanto, supre bem a falta de um sexto sentido. (António de Oliveira Marreca, Máquinas, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, p. 318.)

A máquina a vapor, nas suas diversas aplicações, mereceu, igualmente, significativa atenção d'*O Panorama*, que pesa as suas vantagens e inconvenientes:

> o vapor, que resulta da água impressionada pelo fogo e da pressão atmosférica e se pode aplicar às máquinas em todos os processos da indústria, em todos os tempos, em todas as estações em todos os lugares, e em qualquer grau (…). Estas vantagens não se encontram nos outros motores (…). Mas a manutenção das máquinas a vapor é dispendiosa, principalmente se estão a muita distância das minas de carvão de pedra donde se alimentam. (António de Oliveira Marreca, Máquinas, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, p. 317.)

Uma das preocupações do periódico foi, nacionalisticamente, salientar que a introdução das máquinas a vapor no em Portugal não era, sequer, uma novidade:

> Grande questão é ainda hoje se em França ou Inglaterra nasceu a primeira ideia das máquinas a vapor. Se quanto à invenção Portugal não pode entrar

> na contenda, ao menos quanto ao desenvolvimento alguma glória lhe cabe. Eis o que se lê numa *Gazeta de Lisboa* de 6 de Fevereiro de 1742:
>
> A rainha N. S. com os príncipes e o Sr. infante D. Pedro foram a uma das casas reais de campo, do sítio de Belém, e ali viram as operações de duas máquinas, as quais, por meio do peso do ar e da força do vapor, levantavam água, dando o frio ocasião a que o peso do ar pudesse tornar a reduzir em água os vapores, em que o calor a tinha transformado-
>
> El-Rei N. S. com o príncipe e o Sr. infante D. António tinham já visto a operação destas máquinas (…) de grandíssima utilidade. Deve-se a sua primeira origem ao marquês de Worcester (…) e (…) ao capitão Severy, ambos da nação inglesa, e o moverem-se por si mesmas (…) ao Dr. Bento de Moura Portugal, superintendente e conservador das fábricas reais (…) da comarca de Tomar (…). (Anónimo, Máquinas a vapor em Portugal, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 36, p. 7.)

A máquina a vapor, apesar de introduzida em Portugal no século XVIII, conforme se leu, estava pouco disseminada e tinha pouca aplicação industrial no país, limitando-se o seu uso quase às embarcações. O próprio *Panorama* o refere, comparando, como era seu timbre, a situação portuguesa à europeia e, interessantemente, a revolução material operada pela tecnologia do vapor à revolução intelectual propiciada pela imprensa:

> É hoje coisa assente que a invenção das máquinas de vapor tem tido no mundo uma influência não menor do que a invenção da imprensa. No nosso país, onde ainda não serve o invento senão para mover embarcações, a sua influência nas artes e indústria não é conhecida praticamente. Todavia, uma época virá em que essas máquinas sejam tão vulgares entre nós como em França e em Inglaterra. (Anónimo, Breve história das máquinas de vapor, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 90, pp. 22-23.)

Todavia, salienta, igualmente, o redactor, o emprego da máquina a vapor traria enormes vantagens:

> As vantagens que resultam destes engenhos são incalculáveis. Qualquer acção em que é preciso empregar grande força executa-a a máquina de vapor melhor do que outra qualquer. Com as máquinas de vapor se esgotam de água as mais profundas minas, erguem-se os maiores pesos, põem-se em movimento grandes engenhos de serrar, teares, tornos, etc. Por meio delas, carroças carregadas com grandes volumes são levadas por terra, com maior facilidade e mais depressa do que por mar; e neste elemento as máquinas de vapor tornam indiferente para a navegação o sopro incerto dos ventos, e nos rios caudalosos o curso impetuoso das correntes. (Anónimo, Breve história das máquinas de vapor, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 90, p. 22.)

Cônscios das potencialidades do emprego da máquina a vapor, sobretudo nos domínios da indústria e dos transportes, n'*O Panorama* abundam os exemplos de textos relatando as vantagens da sua aplicação e o contributo que poderiam dar ao crescimento económico, recorrendo-se, nomeadamente, a exemplos do que se passava nos países liderantes da Revolução Industrial:

> *Potência das máquinas de vapor* – Reputam serem dez mil as máquinas de vapor que a indústria inglesa conserva em activo serviço. Suponhamos, por aproximação, que, por um termo médio, seja a potência de cada uma equivalente à de vinte cavalos, e que a força de um cavalo equivalha à de seis homens. Eis aqui pois o trabalho penoso de cem mil cavalos, ou de *um milhão e duzentos mil homens*, substituído e completamente desempenhado pelas máquinas de vapor que tem a Inglaterra somente. (Anónimo, Potencia das máquinas de vapor, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 37, p. 16.)

Os inventos portugueses merecem especial atenção d'*O Panorama*, sempre disposto a promover a indústria nacional e, em geral, o progresso do país através da difusão de tecnologia que podia ser implementada em Portugal. A invenção

da "faixa hidráulica" por Luís António Monteiro, por exemplo, é assim descrita, no tom *pedagógico* que é timbre do periódico:

> Há poucos meses que se introduziu em Portugal uma máquina de tirar e elevar a água muito menos dispendiosa que as bombas e noras – a *faixa hidráulica*, invenção de um português, o Sr. Luís António Monteiro, generalizada já na Inglaterra, adoptada em França e ultimamente na Espanha, com tanta aceitação e proveito que esperamos vê-la, muito em breve, acolhida em toda a parte.
>
> A faixa hidráulica (…) compõe-se de uma cinta simples, de lã lisa, suspensa num tambor ou cilindro que a faz circular e que está colocada sobre uma armação na altura a que se quer elevar a água, com um chapéu ou caixão em cima. Neste caixão se recolhe a água, e dele é conduzida ao tanque sem desperdício. A faixa passa por baixo de outro cilindro menor, que, à maneira do cilindro ou tambor superior, gira sobre o seu eixo e está, a certa distância, fixo e sotoposto à superfície da água.
>
> Posta a faixa ou cinta em movimento pelo tambor de cima, adquire tal rapidez e velocidade que traz aderida a si uma coluna de água na razão de 50 a 80 arratéis por cada polegada de largura que tiver a cinta, a qual deve ser sempre proporcionada à profundidade e quantidade do líquido que se deseja tirar, e à força motriz que se lhe agrega. E esta força motriz pode ser a do homem, dos animais, do vento, da água, do vapor ou qualquer outra.
>
> Assim, da combinação simplicíssima da lei da atracção com a da velocidade nasceu esta máquina tão prestimosa no serviço das casas particulares, fazendas, fábricas, no esgotamento das minas, pedreiras e pântanos, e no suprimento das terras regadas, moinhos, lavandarias e povoações escassas de água ou privadas dela boa, e tão preferível pelo singelo e barateza, pela economia do custeio, pela utilidade dos resultados, pela eficácia e duração, às máquinas hidráulicas até aqui usadas. (António de Oliveira Marreca, Máquinas, *O Panorama*, 1842, 2ª série, vol. I, n.º 40, p. 320.)

É assim uma *ideologia progressista*, assente na ideia de que a educação e o desenvolvimento tecnológico e infra-estrutural do país, a realizar obrigatoriamente, trariam a prosperidade a Portugal que perpassa por todo *O Panorama*, em consonância, aliás, com as teses setembristas, que seriam retomadas pelos regeneradores, já na segunda metade de oitocentos, e, em especial, pelo expoente do investimento público em infra-estruturas de transportes (ainda que à custa do endividamento galopante do país), Fontes Pereira de Melo.

5.11 Ciências

O século XIX confrontou-se com um desenvolvimento exponencial no conhecimento científico. *O Panorama*, na sua luta pela promoção do conhecimento e contra o obscurantismo e a superstição, registou-o num vasto conjunto de artigos que abrangiam diversas ciências, com particular destaque para a biologia. A matemática, a física e a química, entre outras ciências, foram, porém, quase excluídas d'O Panorama, sobretudo quando em causa estavam descobertas e conhecimentos "puros", aparentemente pouco úteis ao progresso. Mas isto não significa que o periódico tenha ignorado esses campos centrais da ciência, como o prova o exemplo seguinte:

> A matemática (…) é a ciência das relações de grandeza e de número, que podem ter entre si todas as coisas susceptíveis de aumento ou de diminuição.
>
> As matemáticas dividem-se naturalmente em duas classes: uma compreende as que se chamam puras e abstractas; e a outra as que chamam (…) físico-matemáticas. As primeiras consideram as propriedades da quantidade de uma maneira inteiramente abstracta e só como capaz de aumento ou diminuição; e porque o espírito percebe imediatamente duas ordens de grandezas, uma que consiste no número ou multidão, outra no espaço ou extensão, daqui nascem os dois ramos principais (…), a aritmética e a geometria. (…) A aplicação das matemáticas abstractas a certas partes da física (…) é o que (…) se denomina matemáticas mistas. (Anónimo,

> Sistema figurado das matemáticas, O Panorama, 1840, vol. IV, n.º 154, pp. 116-117.)

Nesse enquadramento, a tentativa de explicação da electricidade como um "fluído" (efectivamente é um "fluído" ou fluxo de electrões) ganha relevo:

> Electricidade – Denominamos assim um fluído que a fricção acumula na superfície de certos corpos, como o âmbar, o vidro, as resinas, etc. e que lhes dá a propriedade de atrair ou de repelir outros corpos. A elevação da temperatura determina também uma acumulação mais ou menos forte do fluido eléctrico nas nuvens e produz assim o fenómeno do raio. Ignora-se a natureza deste fluido espalhado universalmente. Muitos físicos dão preferência à teoria das duas electricidades na explicação dos fenómenos eléctricos; outros seguem a de Franklin, que recorre a uma lei pela qual o fluido eléctrico tende a equilibrar-se, como outro qualquer fluido. Segundo esta, a fricção desenvolve nos corpos uma superabundância de electricidade, e então atraem os que têm menos, e logo que o equilíbrio se estabelece, os corpos são imediatamente repelidos.
>
> Observou-se que os corpos leves electrizados, que o vidro atrai no estado eléctrico, são repelidos pela resina posta no mesmo estado, e reciprocamente. Daqui por analogia as duas electricidades. Estas, reunidas, neutralizam-se e compõem um fluido combinado, o qual, posto que naturalmente compreendido em todos os corpos, só se manifesta quando diversas causas – a fricção, por exemplo – o decompõem. E então cada corpo se carrega da electricidade que prefere. É lei constante: os corpos se repelem quando são carregados de electricidade da mesma natureza e atraem-se quando são carregados de electricidade diferente. (Anónimo, [Electricidade – Notas de rodapé], *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 12, pp. 92-93.)

Logo no primeiro número d'*O Panorama*, um texto de Alexandre Herculano apela ao estudo da história natural, até por causa da utilidade de que o conhecimento sobre a natureza se reveste para o homem, apresentado como dono dela. O tom

é devoto. Não só a crença cristã não é sequer colocada em causa como também se perspectiva a natureza como resultado de um acto de criação divina. Seria, de algum modo, dever de um cristão interrogar-se sobre o mundo, compreendê-lo e explicá-lo. O autor do texto coloca-se, porém, a si mesmo, uma interrogação: como promover o conhecimento sobre a história natural se o povo português é ignaro? Com pequenos textos que de forma leve agucem a curiosidade do leitor, mas que sejam rigorosos, afastando-se das fábulas com que se educam as crianças na superstição. Essa seria, aliás, a linha editorial d'*O Panorama*:

> Quando contemplamos de espaço as obras maravilhosas da natureza (…) onde (…) se ostentam os gloriosos tributos de seu Autor, e em especial a sua transcendente bondade, a nossa profunda admiração rompe em hinos gratulatórios ao Criador Supremo. Mas após tão sublime sentimento, vem logo estimular-nos a curiosidade de indagar e conhecer pelo miúdo tantas maravilhas. O exame dos fenómenos do Globo e dos entes que o povoam é digno do homem. (…) Exercitando (…) a sua inteligência, conseguiu o homem sujeitar a seus usos domésticos tantos animais (…); destarte soube converter em seu proveito não só os frutos da terra patentes à vista, mas até, devassando-lhe as entranhas, os tesouros que ela escondia. Esta inteligência, dádiva da Divindade, e este emprego profícuo que dela tem feito lhe renderam o nobre título de rei da criação. E será decoroso ao possuidor de tão largo (…) domínio desconhecer a sua possessão? (…) Demasiado tem sido em nossa terra esquecido ou desprezado tão importante estudo (…). Não dizemos que (…) se queira ensinar ao povo a história natural (…) metódica e miudamente, porque nem todos têm vagar ou precisão de seguir um estudo regular, nem o nosso povo, carecedor de outras instruções preparatórias, está muito apto para aproveitar tal ensino, mas é (…) útil (…) publicar obras (…) sobre aqueles assuntos e artigos que, posto que avulsos, sempre são incentivos de curiosidade, despertam o gosto de outas leituras e fixam algumas ideias. Firmemente acreditamos que até para recreio e instrução da mocidade mais aproveitarão as descrições convenientemente elaboradas (…) de alguns animais, de algumas plantas, etc. do que os apólogos ou fábulas que na tenra idade costumam dar-lhes a

> ler (…). (Alexandre Herculano, História natural, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, pp. 6-7.)

No segundo número do periódico surge um texto sobre a classificação dos animais proposta por Lineu[8], profundamente crítico das antigas classificações. O texto é curioso por um outro motivo: classifica o homem (todos os homens) como uma espécie biológica. Além disso, como a genética ainda não havia sido fundada[9] e *A Origem das Espécies*, de Darwin, ainda não tinha sido publicada[10], a perspectiva do autor é essencialmente lamarckista[11].

> Enquanto prevaleceu, na física, a doutrina dos quatro elementos, isto é, enquanto durou a crença de que unicamente entravam quatro princípios, a terra, a água, o ar e o fogo, na composição de todos os corpos vivos, ou inanimados, os escritores que tratavam a história dos animais assentavam que o mais razoável era repartir todos estes em quatro grupos principais, segundo os elementos que habitavam: por isso, nos livros dessa época achamos, em geral, os animais distribuídos em terrestres, aquáticos, aéreos ou voláteis, ígneos ou habitantes do fogo. Mas quais eram os entes que compunham a última classe? Citavam uma espécie única, a salamandra, que diziam viver no meio das chamas, onde se mexia regalada, como o peixe na água. Também não preencheriam melhor a classe precedente, se quisessem considerar como animais aéreos somente aqueles que vivessem constantemente nos ares. Poderiam, todavia, inserir nela as (…) aves

8) A classificação de Lineu era já do século XVIII, mas aparentemente não tinha ainda conseguido ampla difusão e aceitação em Portugal.

9) Foi apenas em 1864 que Mendel estabeleceu os padrões da hereditariedade no seu trabalho sobre as ervilheiras, e este apenas foi globalmente publicitado no início do século XX.

10) A obra *A Origem das Espécies*, de Darwin, que suscitou o principal debate científico do século XIX, seria publicada pouco tempo depois, em 1859.

11) Lamarck, em 1809, foi o primeiro autor a falar da evolução das espécies (até aí cria-se que eram imutáveis), mas não pela selecção natural dos mais adaptados. Para ele, as espécies podiam mudar ao longo do tempo pelo seu esforço constante de adaptação ao meio (os caracteres adquiridos transmitir-se-iam de geração em geração) e pela perda das características não usadas (lei do uso e desuso), podendo assim surgir novas espécies quando os indivíduos se afastavam, ao longo do tempo, da espécie original.

> do paraíso, porque nesse tempo tendo vindo à Europa aves daquelas só empalhadas, e todas com os pés arrancados, geralmente se cria que o animal vivo os não tivera, e supunham que voava em contínuo, e até afirmavam que o macho tinha no dorso uma concavidade que servia de ninho para a fêmea pôr os ovos e criar os filhos (…). Estas divisões defeituosas determinaram (…) classificações derivadas de características permanentes dos animais, como as formas externas, a organização interior, etc., criando para esse fim uma linguagem (…). Distribuíram todos os entes por classes, ordens, géneros e espécies (…). Tiremos o exemplo da classe dos (…) mamíferos. Esta palavra (…) foi formada por Lineu (…) destinada a denotar aqueles animais que dão de mamar aos filhos (…). Os *mammaes*, na linguagem técnica da zoologia (descrição ou tratado dos animais), constituem a *Classe* ou divisão principal do reino animal e são, a este respeito, coordenados com as aves, peixes, répteis e insectos, que formam outras tantas classes. O termo *ordem* denota uma divisão subordinada e está na mesma relação para a classe em que esta o está para todo o reino, porque uma classe se compõe de ordens, da mesma maneira que um reino se compõe de classes. A subdivisão imediatamente inferior à ordem é o género e este (…) compõe-se de espécies (…). Uma espécie compreende todos aqueles animais que pode razoavelmente supor-se provirem de um tronco original e comum, e neste sentido todos os homens não compõem senão uma única espécie (…). A diferença dos climas, a variedade dos alimentos e outras circunstâncias locais e estranhas indubitavelmente produzem notáveis alterações na forma, tamanho e cor dos diversos indivíduos, posto que das mesmas espécies (…). (Anónimo, Acerca da classificação dos animais, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 2, pp. 11-12.)

Vários são, por outro lado, os textos de apresentação de espécies. A título de exemplo, eis um sobre o pássaro-lira da Austrália:

> Os países recém-explorados da Austrália têm sido uma inesgotável mina para os naturalistas (…) e as famílias plumosas não são das menos abundantes em indivíduos raros, que lhes tem sido difícil classificar (…). O

> formoso e elegante pássaro-lira é deste número. (…) Esta ave interessante é pouco mais ou menos como o faisão ordinário, mas tem todos os membros proporcionalmente mais vigorosos e pronunciados e os pés muito maiores, armados de longas unhas arqueadas e de cor preta (…). (Anónimo, O pássaro-lira, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, pp. 213-214.)

À luz da ciência actual, porém, alguns dos "conhecimentos" oferecidos pel'*O Panorama* eram profundamente erróneos. Eis um exemplo de um texto onde se defende a existência de mares e de um continente na lua, aproveitando-se para calcular a extensão deste último:

> A lua e a Rússia – No sétimo caderno da sua *Correspondência Astronómica*, o barão de Zach demonstra que o território do Império Russo é mais extenso do que todo o continente da lua, uma vez que neste planeta os mares cubram dois terços da superfície total, como sucede no nosso. Nem longo nem difícil é o cálculo. O diâmetro da lua é 983 léguas; por consequência, a sua superfície é de 2505261 léguas quadradas. Tirando-se-lhe dois terços, ficam 835087 léguas quadradas de continente. Ora, a Rússia, segundo a estatística de 1818, estende o seu domínio por uma superfície de 958972 léguas quadradas. Tem, por consequência, mais 123885 léguas quadradas do que o continente lunar, não metendo nesta conta aquelas regiões da América do Norte que estão sujeitas à autoridade do Czar. (Anónimo, A lua e a Rússia, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 106, p. 148.)

Num outro texto, já se apontam, pelo contrário, algumas pistas para a compreensão dos meteoritos:

> Há mais de três mil anos que se têm observado em diferentes épocas e em diversas partes do globo caírem das mais elevadas regiões da atmosfera corpos sólidos, conhecidos da física pelo nome de *aerólitos* (…) e que atravessando a atmosfera traçam um sulco luminoso e produzem o mais das vezes explosão acompanhada da ruptura da massa em muitos fragmentos. (…) Os físicos não concordam acerca da origem dos aerólitos. Alguns

> pensam que se formam de *per si* na atmosfera pela condensação das matérias gasosas que nela se acham disseminadas. Esta hipótese, porém, é contrária a todas as noções da física e da química (…). Também não se pode dizer que tenham sido lançadas por um vulcão, como outros têm julgado, por não estar a sua composição em harmonia com as massas que os vulcões vomitam (…). Outros pensam que os aerólitos serão lançados por um vulcão da lua e precipitados no nosso globo em virtude da atracção terrestre. O cálculo mostra, com efeito, bastante impossível que os vulcões lunares sejam dotados de uma força de projecção tão grande como a dos vulcões terrestres (…). A existência de vulcões lunares tem perdido muita da sua probabilidade deste que se reconheceu que se devia atribuir aos efeitos da luz o resplendor de certos pontos brilhantes (…). Outros, finalmente, dão uma explicação (…), considerando os aerólitos como pequenos planetas, ou fragmentos de planetas, que, percorrendo os espaços celestes, e aproximando-se do nosso globo, são atraídos por este e caem na sua superfície, depois de haverem desenvolvido na atmosfera, em virtude da sua queda, calor e luz (…). (Anónimo, Aerólitos ou pedras que caem do ar, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 130, p. 341.)

Movendo-se, tanto quanto se sabe hoje, entre o erro e o acerto, pode dizer-se, em jeito de conclusão, que *O Panorama* contribuiu quer para destruir superstições quer para alimentar crenças erradas em matéria de conhecimento científico.

5.12 Arte

O cultivo da arte sempre foi apanágio dos eruditos. *O Panorama* também lhe deu atenção, em textos que ora abordavam a obra de determinados pintores e escultores ora, em tempo de mudança de paradigma do classicismo para o romantismo, teorizavam sobre a obra artística. O texto seguinte, por exemplo, teoriza sobre a *verdade* na pintura. Todavia, o autor parece ser mais adepto dos cânones estéticos da pintura renascentista e clássica (que procurava o equilíbrio, o realismo e a sobriedade) do que dos cânones estéticos da pintura romântica

(que procurava exprimir visões pessoais e, por vezes, dramáticas e vibrantes do mundo, recorrendo, por exemplo, à coloração forte ou, pelo contrário, à escuridão expressiva e que nem sempre é realista). É, de qualquer modo, uma tentativa de "imposição" de um ponto de vista sobre o que a arte deveria ser – e ela deveria ser "verdadeira", ou seja, uma *reflexão da realidade* e não um objecto que valesse por si próprio.

> Há três castas de verdade em pintura: 1ª, a *verdade simples*; 2ª, a *verdade ideal*; 3ª, a *verdade composta ou perfeita.* A *simples* (…) é uma imitação fiel dos movimentos expressivos da natureza e dos objectos tal como eles se apresentam à vista do pintor (…), de sorte que as encarnações pareçam verdadeiras (…) e que cada objecto em particular conserve o verdadeiro carácter da sua natureza, dando-lhes um vulto aparente pela boa inteligência do claro-escuro e da união das cores e um tom *harmonioso* pela exacta *degradação* da cor local e da perspectiva aérea. (…) A *verdade ideal* (…) é a escolha de diversas perfeições, que nunca se acham unidas num só modelo, mas que se extraem de muitos e ordinariamente do antigo. A verdade ideal compreende (…) tudo o que pode, sem alterar a primeira verdade, fazê-la mais aprazível (…). A terceira verdade, composta da simples e ideal, faz o complemento da arte e a perfeita imitação da bela natureza. É este belo verosímil que muitas vezes parece mais verdadeiro (…). Esta terceira verdade é um alvo onde nunca ninguém acertou. Os mais hábeis são Jordão, Ticiano, Pordenon, o Palma velho, os Bassanos (…), Leonardo da Vinci, Rafael (…). Rafael, além das belezas ideais, possuiu uma parte considerável da verdade simples, pelo que se aproximou da verdade perfeita mais do que qualquer outro (…). Alguns pintores, em diversos tempos, longe de procurarem uma justa moderação no seu desenho, têm antes afectado excessivamente (…) [as suas obras] e (…) ultrapassado as balizas da arte (…). Mas esta pretensão (…) tem um certo ar de pedantismo (…). (Anónimo, Belas-Artes – Importância da verdade na pintura, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 81, pp. 362-364.)

Um outro texto, mais pedagógico, dá a conhecer aquelas que no entender do seu autor seriam as oito escolas de pintura:

> Sinais característicos para conhecer as oito diferentes escolas de pintura
>
> *Século XIII – Escola senense.*
> Foi estabelecida por *Guido de Sena*, nascido em 1191, e falecido em 1230. Os professores desta escola tiveram particularmente um estilo enérgico na invenção, graciosas fisionomias, um colorido vistoso, e um bom desenho. Mas a parte em que mais se mostraram grandiosos foi na composição; seguiram pouco o antigo e o belo ideal; e usaram, excepto alguns, de cores algum tanto vivas, e opostas a uma suave harmonia.
>
> Século XIII – Escola florentina.
> Estabelecida por *João Cimahue*, que nasceu em 1240, e morreu em 1300. Os carácteres que distinguem esta escola, são um estro poético, um pincel livre e correcto e um estilo nobre e grandioso. Nos seus quadros porém pouco gosto se acha do belo antigo, e as mais das vezes falta no colorido, ou por muito desfalecido, ou por demasiadamente forte.
>
> Século XIV – Escola flamenga.
> Foi erecta por João Van-Eyk, nascido em 1370, e falecido em 1441. Este famoso artista foi quem inventou a pintura a óleo. As qualidade distintas desta escola são uma perfeita inteligência de claro-escuro, um bem acabado sem secura, um pincel gracioso, e uma douta união de tintas locais. Enquanto pois aos seus defeitos, imitou quase sempre a natureza servilmente, tal qual em si mostra, e não qual deveria ser. É bastante numerosa esta escola, porque compreende também a holandesa e a alemã. Mas a maior parte das suas pinturas só representam bambochatas, banquetes, países, frutas, flores.

Século XV – Escola veneziana.
Foi fundada por *Gentil Bellini*, que nasceu em 1419, e morreu em 1501. Os professores desta escola têm um douto colorido, uma suma inteligência do claro-escuro; toques cheios de graça, uma fiel imitação da natureza; e pelo contrário um desenho pouco correcto, e pouco conveniente à história e ao belo antigo, são geralmente os caracteres pelos quais se distinguem as obras desta escola.

Século XV – Escola lombarda.
Foi estabelecida por *A. André Montegna*, nascido em 1451, e falecido em 1517. Foi ele o inventor de abrir as estampas a buril. Os caracteres que distinguem esta escola são um bom gosto de desenho, formado sobre a bela natureza, se bem inteiramente moderno; graça e colorido que surpreende, disposição magnífica, e expressão engraçada com transparente contornos, são os distintos tipos desta escola, à qual é unida também a genovesa; mas ambas elas falham na pouca inteligência da história, e do antigo, bem como igualmente a veneziana, de quem esta se originou.

Século XV – Escola romana.
Foi erecta por *Raphael Sanzio d'Urbino*, que nasceu em 1483, e morreu em 1520; o qual, apesar de ter vivido somente 37 anos, excedeu os outros em tudo aquilo que a arte pode ter de mais sublime. Os seus distintivos caracteres são um gosto formado sobre o antigo, um desenho exacto, uma expressão erudita, um estro cheio de imaginação, e enriquecido de tudo aquilo que uma fervida fantasia pode inventar de mais belo e de mais patético. A maior parte dos professores desta escola usaram contudo uma composição caprichosa, se bem elegante, e careceram também daquele atractivo colorido da escola veneziana e flamenga; defeito comum de todos que desenharam correctamente. Esta escolha traz a sua origem da florentina.

> Século XVI – Escola francesa.
> Foi fundada por *Francisco Primaticcio*, nascido em 1490, e falecido em 1570. É algo bem difícil assignar a esta escola caracteres distintivos; porque cada um em particular dos seus artistas escolheu e estudou daquelas obras que mais lhe agradaram, e segundo elas regulou a sua maneira. Porém, falhando geralmente, pode dizer-se que os pintores franceses se têm feito admirar no género do histórico, mas ordinariamente são amaneirados, de pouco bom colorido, e bom longe estão da beleza do antigo.
>
> Século XVI – Escola bolonhesa.
> Foi estabelecida por *Ludovico Caracci*, que nasceu em 1555, e morreu em 1619. Os caracteres distintivos desta escola são grande gosto do desenho formado sobre o antigo, e sobre a bela natureza; cores muito naturais; contornos fluídos; e uma rica disposição com um toque judicioso, nobre, e engraçado. Soube formar um composto do bom e do belo das outras escolas, e é-lhe devedora a pintura por ter-se oposto ao gosto amaneirado, que naqueles tempos dominava a Itália. Deduz a sua origem da escola lombarda. (A. C., Sinais característicos para conhecer as oito diferentes escolas de pintura, *O Panorama*, vol. V, n.º 226, pp. 279-280.)

Diferente nas intenções é o texto seguinte. Em articulação com uma gravura, exemplifica o tipo de análise que se procurava fazer a determinados quadros. Realce para o facto de o autor procurar contextualizar a produção artística da obra, explicando o tema – um tema que, aliás, mais uma vez, apela aos valores, ao ideário e ao imaginário dos cristãos:

> Nas Belas-Artes usa-se o termo *cartões* para significar os desenhos ou estudos em ponto grande, sobre folhas de papel consistente grudadas umas às outras, feitos de ordinário a têmpera, e preparatórios para desempenhar alguma obra avultada, quer a óleo quer a fresco. (…) Os mais primorosos que se conhecem são os do célebre Rafael de Urbino (…). Bem revelam estas obras a mão destríssima que as desempenhara, e no acerto e invenção dos assuntos, no todo da composição, como em cada uma de suas partes

principais e acessórias, está estampada a sublimidade do génio do artista. Têm-se multiplicado as gravuras de tão excelentes pinturas. Damos hoje a imagem de um desses cartões, cujo tema é o sacrifício de *Listra*.

Pregando o apóstolo das gentes em Listra, notou entre a multidão um paralítico e conheceu-lhe no semblante a fé com que estava ouvindo. Querendo autenticar a sua divina missão com um prodígio, na presença das turbas mandou àquele tolhido que erguesse e caminhasse, e logo o coxo se endireitou e arremessando as moletas começou a andar (…). Não puderam os espectadores duvidar do milagre, mas em vez de se converterem, e darem crédito às verdades evangélicas, capacitaram-se que os seus falsos numes tinham baixado à terra sob a forma humana, e clamaram que os dois apóstolos, Paulo e Barnabé, seu companheiro, eram Júpiter e Mercúrio, (…) disfarçados; assim persuadidos buscaram vítimas, como bois e carneiros, e enfeitando-as de flores aprestaram-se a sacrificá-las em honra de suas divindades. Sabido isto pelos apóstolos, foram-se ao sítio do holocausto, e em altas vozes trabalharam por desenganar aquela iludida gente, declarando que eram homens tão mortais como eles, e que só vinham pregar-lhes de um Deus soberano, Senhor do céu e da terra, a quem unicamente eram devidos cultos e sacrifícios. E não cessaram até que fizeram desistir os listranos de seu errado intento.

Rafael, tomando este assunto, aproveitou engenhosamente a ocasião em que o sacrificador ia descarregar o golpe na vítima para a composição do seu quadro. Representou a humildade dos apóstolos em contraste com a vaidade dos sacerdotes gentílicos; os ministros secundários empregados no acto do sacrifício; a primeira vítima com a cerviz curvada (…); o carneiro conduzido ao holocausto; os dois belos rapazes, um dos quais toca os cálamos ou pífaros e outro sustenta a caixinha de incenso; a actividade do discípulo cristão que corre a suster o braço já levantado do sacrificador; tudo representa, em tamanha variedade de caracteres, atitudes, e trajos uma elegante e fecunda combinação de circunstâncias, que talvez em mãos de outros artistas tivessem produzido confusão que destruiria o efeito geral.

Todavia, a unidade do assunto está perfeitamente conservada neste painel. S. Paulo e S. Barnabé distinguem-se pela nobreza e expressão das fisionomias, ocupando em lugar proeminente, e a certa e devida distância da multidão entusiasmada que vinha aproximando-se. Tinha Rafael por objecto primário em todas as suas obras a claríssima manifestação do facto em que fundava o assunto, apartando-se algumas vezes da narração literal para melhor conseguir o objecto da explicação, mas sem perder de vista as principais circunstâncias. Os apóstolos, conforme o texto, correram para a multidão; sem embargo o pintor os representa quietos e protestando contra a ímpia cerimónia pagã. O assunto principal é o milagre e por isso o inteligente artista pôs no lado direito do quadro o coxo que foi curado, figura de homem corpulento, com pernas musculosas, exprimindo na atitude que é o ainda há pouco tolhido que não podia ter-se em pé, e que arrojadas agora ao chão as muletas, como inúteis, se encaminhava para os apóstolos com os braços abertos, expressivos da sua gratidão; e um velho, ao que indica pessoa de respeito, lhe arregaça a túnica mostrando a perna recém-vivificada como verdade incontestável do milagre. Pretendem alguns que S. Paulo está representado em acto de rasgar as suas vestiduras, cheio de horror, ao ver que ia aquele cego povo pôr em prática um rito sacrílego; mas nós seguimos a opinião dos que não atribuem a Rafael semelhante intenção, porque vê-se na expressão da figura venerável do apóstolo que o desígnio do pintor foi mostrá-lo na ocasião em que com franqueza e dignidade de varão santo declara que é tão mortal, como o povo que o escuta, e que lhe não cabem honras divinas, muito menos tão profanamente tributadas, e por isso se lhe divisa no rosto e na atitude o movimento enérgico de desaprovação; ao passo que vemos junto dele Barnabé com as mãos cruzadas dando graças a Deus pela manifestação de seu poder, que confirmava com milagres a pregação de sua doutrina. Os pequenos que assistem ao altar parece não cuidarem senão das suas respectivas ocupações, sem pensarem no milagre, nem nos que o fizeram, mas sim e exclusivamente na parte que desempenham naquela festa: a formosura destas duas figuras enleva a vista, o que não causará admiração aos que souberem que foi Rafael o mais distinto pintor em debuxar as graças e inocência da infância. (Anónimo, [O sacrifício de

> Listra – Um cartão de Rafael], *O Panorama*, 1842, II série, vol. I, n.º 40, pp. 313-314.)

Se com *O Panorama*, de algum modo, se pretendia contribuir para formar uma espécie de *novo português* – mais culto, ilustrado, urbano – a *arte* teria de figurar nas suas páginas. Um homem culto, para os idealizadores d'*O Panorama*, seria, tendo em consideração os respectivos conteúdos, um homem com uma cultura enciclopédica racional, um homem capaz de mobilizar esse acervo enciclopédico para explicar o mundo, mas sem se deixar de surpreender pelo magnífico e pelo belo que a arte – na pintura, mas também na escultura (e na arquitectura histórica) – proporcionava.

5.13 Outros temas

O Panorama abordou assuntos dificilmente categorizáveis nas categorias anteriormente referidas. Através de um texto de Herculano, interveio, por exemplo, nas questões da educação das crianças, promovendo, curiosamente, uma ética para com os animais, no âmbito de um texto em que condena a tirania:

> O abuso do poder é comum nos homens e até nas crianças. Se nos convencemos, por experiência diária, que as mais fortes inteligências e os mais maduros juízos não sabem resistir ao atractivo da autoridade ilimitada, e que descomedidos na plenitude do poder quebram todas as leis da razão e da justiça, como podemos esperar que o espírito de uma criança seja menos vezes fascinado, e com mais dificuldade pervertido, e que vendo-se dotado dos meios de distribuir a vida e a morte às tribos de animais e insectos que lhe estão sujeitos, exerça o seu domínio sem injustiça? Não só pelo que nos respeita, mas também pelo que respeita a muitas outras pessoas, nos foi, na infância, reprimido o furor do despotismo, e interrompido o gozo da tirania por admoestações amigáveis e pela intervenção da autoridade paterna. Mas como pode uma criança fazer caso da repreensão recebida ou respeitar a autoridade dos maiores quando, depois de ser severamente repreendida por

> haver barbaramente despedaçado uma abelha ou esmagado uma borboleta, é muitas vezes chamada para matar uma aranha, ou pôr o pé sobre uma bicha-cadela, porque talvez uma senhora tem horror a uma ou antipatia para com a outra?
>
> Reparem bem os pais, que quiserem conservar seus filhos puros de crueldades contra os animais, no modo porque os fazem instrumentos da sua vingança. As distinções de animais inocentes ou maléficos não são para crianças, e tudo o que por este lado necessitam para sua conservação não é preciso explicar-lho, porque a natureza lho ensina. Até diremos que antes que alguma coisa sofram do que se acostumem à crueldade. Parecerá isto a alguém de pouca monta, mas desta parte da educação depende muito a humanidade ou desumanidade das pessoas adultas. É na infância que se adquirem a maior porção dos hábitos de toda a vida. (Alexandre Herculano, Crueldade para com os animais, *O Panorama*, 1837, Vol. I, n.º 33, p. 264.)

Um tema curioso e correlato ao da educação – mas que também apela ao valor cristão da caridade – é o da educação dos surdos-mudos, abordado pelo periódico em causa a propósito de uma peça (ilustrada) sobre o alfabeto manual destes portadores de deficiência. O tom é nacionalista, mais uma vez, pois pretende atribuir-se a invenção do alfabeto dos surdos-mudos a um português:

> Questões de prioridade da invenção se têm levantado (…) a respeito do método de ensino dos surdos-mudos, pretendendo os franceses a glória para os seus patrícios (…) e (…) os nossos vizinhos peninsulares (…) a querem dar ao espanhol João Paulo Bonet (…). Todavia, veementes induções e decisivos testemunhos metem de posse dessa glória o português Jacob Rodrigues Pereira, que (…) foi o primeiro que, em França, em Paris, exercitou com pública utilidade a arte deste ensino.
>
> (…) Chama-se alfabeto manual uma série de posturas ou figuras diversas que a mão toma para representar uma por uma as letras do alfabeto (…). Por meio deste singelo método, *dactilologia* ou linguagem dos dedos, podem

> significar-se e escrever-se não só as palavras e frases, mas até discursos. Nem sempre é necessário formar frases inteiras, a voz principal basta para fixar a atenção e um gesto natural completa o pensamento.
>
> Não deve confundir-se a dactilologia com a (…) mímica (…). Os surdos-mudos usam uns para com os outros quase exclusivamente a expressão mímica, e só recorrem ao alfabeto para os nomes próprios e vozes técnicas difíceis de expressar, por um gesto especial. Para com as outras pessoas, valem-se habilmente da dactilologia.
>
> (…)Desde Fevereiro de 1834 que o benéfico Instituto dos Surdos-Mudos (…) está unido aos colégios de alunos da Casa Pia, estabelecida no real mosteiro de Belém. (Anónimo, Alfabeto manual dos surdos-mudos, *O Panorama*, 1843, 2ª série, vol. II, n.º 90, pp. 292-293.)

O Panorama assumia, contudo, uma *vocação enciclopédica*, até mesmo algo *caleidoscópica*, própria da cultura iluminista, que bebia muito da tradição do humanismo renascentista (recorde-se Leonardo da Vinci). O texto seguinte é exemplo desse aspecto caleidoscópico d'*O Panorama*:

> Chá de flor de laranja – Preparam-se com as flores de laranja um chá muito mais aromático e tão saudável como o da Índia, operando da seguinte maneira: estando abertas as flores de laranja, escolhe-se uma noite serena em tempo seco e quente, colhem-se as flores e estendem-se sobre uma mesa, mas não em monte, porque o calor as faz fermentar (…). Espalham-se sobre uma caniçada as pétalas (…) e expõem-se ao calor de um forno depois de cozido o pão ou secam-se ao ar, quando é quente, à sombra, num celeiro (…) até que as pétalas, encaracoladas e amarelas, fiquem leves a ponto de pesar só meia onça a porção que antes pesava uma libra. Encerram-se num vaso tapado (…). (Anónimo, Chá de flor de laranja, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 38, pp. 22-23.)

O Panorama foi, efectivamente, uma espécie de *armazém* (a designação *magazine* deriva, precisamente, de *magasin*) de uma enorme quantidade de artigos sobre os temas mais díspares, alguns mais leves, outros mais profundos. Eis alguns textos que o documentam. O primeiro refere-se aos números da mortalidade nos diferentes países.

> Segundo os cálculos de Mr. Moreau de Jonnés, estatístico erudito, morrem anualmente:
> Na Itália, na Grécia e na Turquia, uma pessoa de cada 30;
> Noa Países Baixos, França e Prússia, uma pessoa de cada 39;
> Na Suíça, Império da Áustria, Portugal e Espanha, uma pessoa de cada 40;
> Na Rússia europeia e na Polónia, uma pessoa de cada 45;
> Na Alemanha, Dinamarca e Suécia, uma pessoa de cada 45;
>
> (…).São tão claras as conclusões que se deduzem deste quadro, que é desnecessário particulariza-las. Contudo, compete fazer observar, como resultado geral, que de duas grandes causas depende principalmente a relação entre a mortalidade e a população, e vem a ser a influência do clima e da civilização. O clima favorece grandemente a duração da vida quando é frio (…). (Anónimo, Influência dos climas e da civilização sobre a mortalidade, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 38, p. 24.)

O segundo texto é interessante porque, para além de contribuir para provar que *O Panorama* abordava uma enorme e díspar quantidade de assuntos, como uma *magazine*, também dá informações preciosas sobre os alimentos mais comuns em Portugal e noutros países europeus no início do século XIX:

> Conhecer as propriedades nutrientes das substâncias de uso mais geral é, segundo nos parece, mais um passo dado para os melhoramentos concernentes à economia doméstica, e por isso apresentamos a seguinte tradução de uma notícia dada sobre este assunto por MM. Terey e Herring:
>
> 100 libras de pão contêm de matéria nutriente 80 lib.

100 libras de carne contêm de matéria nutriente 35 lib.
100 libras de feijões contêm de matéria nutriente 92 lib.
100 libras de favas contêm de matéria nutriente 93 lib.
100 libras de lentilhas contêm de matéria nutriente 94 lib.
100 libras de cenouras contêm de matéria nutriente 14 lib.
100 libras de nabos contêm de matéria nutriente 8 lib.
100 libras de batatas contêm de matéria nutriente 25 lib.

De onde resulta que, aproximadamente, ¾ de libra de pão e cinco onças de carne são iguais a três libras de batatas; que 1 libra de batatas é igual a três de nabos; e finalmente que uma libra de favas ou de lentilhas é igual a três libras de batatas. (Anónimo, Exame comparativo das propriedades nutrientes de alguns alimentos, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 38, p. 24.)

Agudizando a vocação generalista e, conforme se notou, caleidoscópica d'*O Panorama*, detectaram-se, inclusivamente, textos sobre tácticas militares. O exemplo seguinte versa sobre uma das mais comuns tácticas de combate daquele tempo. Quando ameaçada pela cavalaria, a infantaria dispunha-se em quadrado. Era preciso, portanto, estudar a melhor forma de liquidar os quadrados de infantaria pela cavalaria:

[Não há] Espécie alguma de combate como o ataque aos quadrados [de infantaria] (…). Sendo a cavalaria destemida, pode contar com a vitória, se tiver de medir-se com infantaria desmoralizada. Pelo contrário, tendo a infantaria intrepidez, até mesmo formada em duas fileiras nada deve temer duma cavalaria sem denodo.

Ensina-nos a experiência que o fogo da infantaria nunca é tão mortífero como parece e que, por muitas causas, só um pequeno número de balas se empregam. Este facto (…) poderia induzir a cavalaria a precipitar-se às cegas sobre a infantaria inimiga, mas quiçá terá de combater contra um batalhão aguerrido que não romperá o fogo sem a deixar chegar a trinta passos (…). Se a infantaria confiar muito, ou muito pouco, na eficácia do

> seu fogo, será, por certo, acutilada e derrotada por uma cavalaria impávida, se esta não temer as balas e desenvolver a actividade necessária no momento em que romper o quadrado.
>
> (…) O problema mais difícil para a cavalaria no ataque a um quadrado é o de chegar às baionetas com a menor perda possível. Querem uns que se ataque por um ângulo, outros por um lado, alguns por muitos lados. (Anónimo, Arte militar – Ataque aos quadrados pela cavalaria, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 62, pp. 214-215.)

O carácter caleidoscópico d'*O Panorama* tornava-o, assim, mais uma *revista* – fazendo justiça à designação *magazine* – do que propriamente um jornal, apesar de ser impresso em papel de jornal e apresentar-se no mesmo formato e com as mesmas colunas (duas) que os restantes periódicos da mesma época.

Capítulo VI

Análise quantitativa do discurso d'*O Panorama*

No período estudado, ou seja, entre 1837 e 1844, foram publicadas 3445 peças n'*O Panorama*[1], considerando-se por peça toda a matéria publicada, incluindo os provérbios, citações de máximas, anedotas e ditos populares. Assim, quando várias anedotas ou provérbios surgem agrupados n'*O Panorama* e são da autoria de um único autor, foram considerados como uma única peça, como no seguinte exemplo:

> Nas democracias os homens proclamam a igualdade de direitos: mas é a forma de governo, em que mais se conhece a desigualdade das índoles.
> Há um saber ingénuo e rude, que dá a paz do espírito e do corpo: há um saber proceloso e febril, que flagela a ambos de contínuo.
> A ciência amarga e perturba da paz da ignorância: o saber não é o nosso destino em cima da terra.
> O pedantismo é uma tolice bastarda mais intolerável do que a legítima.
> T. A. Craveiro (*O Panorama*, n.º 107, 13 de Janeiro, 1844, p. 16)

Quando os textos, ou excertos de textos, são da autoria de autores diferentes, foram considerados como peças individuais, como nos seguintes exemplos:

1) Ribeiro (1995, p. 70 e p. 72) fala de 3233 peças e 4178 temas referenciados, possivelmente porque os critérios de contagem foram diferentes.

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 393 - 424]

> Não há no mundo alegria sem sobressalto; não há concórdia sem dissensão; não há descanso sem trabalho; não há riqueza sem miséria; não há dignidade sem perigo; finalmente não há gosto sem desgosto. Heitor Pinto
> Quem são os ricos neste mundo? Os que têm muito? Não; porque quem tem muito, deseja mais, e quem deseja mais, falta-lhe o que deseja, e essa falta o faz pobre. Vieira
> O caminho da verdade é único e simples: e o da falsidade vário e infinito. Amador Arraes.
> A urbanidade faz parecer os homens exteriormente como eles devem ser interiormente. La Bruyere (*O Panorama*, n.º 56, 21 de Janeiro, 1843, p. 24).

Na tabela 5 indica-se o número de peças inseridas n'*O Panorama*, por anos e no total.

Tabela 5 - Peças inseridas n'*O Panorama* (repartição por anos)

Textos	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Assinados	17	43	93	72	92	85	139	136	677 (19,7%)
Não assinados/ Anónimos	250	546	386	391	334	266	225	210	2608 (75,7%)
Não assinados, mas de autoria conhecida	47	68	32	1	6	4	1	1	160 (4,6%)
Total	314 (9,1%)	657 (19,1%)	511 (14,8%)	464 (13,5%)	432 (12,5%)	355 (10,3%)	365 (10,6%)	347 (10,1%)	3445 (100%)

Nota: Uma contagem simples permite concluir que 103 autores portugueses se encontram entre os que contribuíram para *O Panorama*.

Verifica-se, face aos dados expressos na tabela anterior, que n'*O Panorama* se inseriram, em média, 8,6 textos por edição. O volume de textos, porém, oscilou

anualmente. No período analisado (1837-1844), o ano de 1838 foi aquele em que foram produzidos mais textos, 19,1% da totalidade; o ano de menor proficuidade na produção foi o de 1844, cujo total de textos pesa apenas 10,1% no total. Nota-se, aliás, uma redução acentuada do número de textos entre 1838 e 1844 (*O Panorama* publicou-se apenas a partir de Maio de 1837 e mesmo assim, neste ano, em oito meses, inseriu quase tantas peças como em todo o ano de 1844). Houve, portanto, e independentemente do editor em funções, flutuações da política editorial d'*O Panorama*, sendo que, a partir, sobretudo, de 1842, com a entrada na segunda série da publicação, se sacrificou a variedade para se apostar em textos mais densos e extensos, talvez por pressão dos colaboradores, já que o número de páginas do periódico se manteve inalterado (oito).

A tabela 5 também permite observar que 75,7% dos textos d'*O Panorama* não são assinados, apesar de na segunda série do periódico se notar uma ascensão percentual dos textos assinados (23,9% dos textos publicados em 1842 foram assinados; esta percentagem ascendeu a 38%, em 1843, e a 39,2%, em 1844, enquanto em 1837 a mesma percentagem era somente de 8,6% e em 1838 apenas de 6,5%, sendo que em muitos casos os textos – ou até meros excertos de textos e citações – eram da autoria de estrangeiros ou de personalidades históricas já falecidas; no entanto, em 1840 18,1% dos textos publicados neste ano já foram assinados, tendo a percentagem subido para 21,3% em 1841). Esse facto reforça a ideia de que, na segunda série, o periódico deu mais espaço e reconhecimento aos autores, em especial aos colaboradores portugueses, que seguiram o exemplo de Alexandre Herculano. Essa política permitia a emergência do *indivíduo-autor* da massa anónima de colaboradores. A mensagem transmitida era a de que *O Panorama* se afirmava como um produto resultante da colaboração de *indivíduos* diferenciados e não como o resultado da acção de um colectivo de gente indiferenciada.

Quais os conteúdos temáticos de *O Panorama*? Uma análise quantitativa do discurso, ou análise de conteúdo, permite responder à questão. Na tabela 6 (que deve ser lida em conjunto com o apêndice 3, no qual se descrevem as categorias temáticas) pode apreciar-se o resultado dessa análise ao conteúdo temático d'*O Panorama*, tendo em conta o *tema principal* de todas as peças (independentemente da sua extensão) do periódico.

Tabela 6 - Estrutura de conteúdos d'*O Panorama* (1837-1844) segundo o tema principal das peças: total

Temas			**%**
Agricultura, pecuária e pescas			144 (4,2%)
Arquitectura			6 (0,2%)
Artes			44 (1,3%)
Assuntos militares			11 (0,3%)
Biografias de contemporâneos d'*O Panorama*	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'*O Panorama*	3 (0,1%)	3 (0,1%)
	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'*O Panorama*	0 (0%)	
	Biografias: outras personalidades	0 (0,03%)	
Ciências naturais e exactas			301 (8,7%)
Crime e castigo			11 (0,3%)
Direito, jurisprudência e sistema prisional			1 (0,03%)
Economia, indústria e comércio			71 (2%)
Economia doméstica			72 (2%)
Educação			42 (1,2%)
Filosofia, ideias e moral			592 (17,2%)
Geografia física e humana, etnografia e antropologia			520 (15,1%)

História: arqueologia e monumentos	150 (4,3%)	
História: biografias de líderes políticos, militares e sociais	102 (3%)	
História: biografias de líderes religiosos	20 (0,6%)	
História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência	77 (2,2%)	
História: biografias de outras personalidades	1 (0,03%)	
História da arte, da música e do teatro	40 (1,2%)	911 (26,4%)
História militar	53 (1,5%)	
História política, social cultural e das ideias	318 (9,2%)	
História das religiões	77 (2,2%)	
História: outros assuntos	73 (2,1%)	
Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral	115 (3,3%)	
Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação	12 (0,3%)	127 (3,7%)
Jornalismo		7 (0,2%)
Língua e literaturas em geral	195 (5,7%)	
Língua e literaturas: ficção histórica	188 (5,5%)	407 (11,8%)
Línguas e literaturas: ficção não histórica e outros textos literários narrativos	3 (0,09%)	
Língua e literaturas: poesia	21 (0,6%)	
Museologia		0 (0%)

Medicina e saúde	67 (1,9%)
Música e dança	5 (0,1%)
Ofícios	15 (0,4%)
Panorama, O	5 (0,1%)
Política	8 (0,2%)
Problemas sociais	17 (0,5%)
Religiões	52 (1,5%)
Sociedade	6 (0,2%)
Teatro	0 (0%)
Outros assuntos	0 (0%)
Total de peças	3445 (100%)

Os dados expostos na tabela 6[2] (a ler conjuntamente com o apêndice 3), que se afastam, devido a uma perspectiva diferente da análise de conteúdo, dos dados de Ribeiro (1995), permitem concluir que os redactores d'*O Panorama*, enquanto o periódico pertenceu à Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, procuraram cumprir os estatutos da instituição no que se refere à linha editorial do periódico. Recorde-se que esses estatutos, nos seus artigos 47 e 48, impunham que o periódico privilegiasse a história, as descrições de antiguidades

2) Ribeiro (1995, p. 70 e p. 72) regista 4178 temas referenciados nas peças d'*O Panorama*. Nesta investigação, porém, a contabilização das unidades temáticas incidiu apenas no tema principal de cada peça.

e monumentos, as estatísticas e a geografia, as biografias das personagens ilustres, a língua e a literatura, a economia, o direito, a indústria e o comércio, as belas artes, as ciências naturais e exactas e ainda as "máximas morais" e as "anedotas históricas e pouco vulgares". Ao prestar atenção a tantos temas, de forma simultaneamente caleidoscópica e enciclopédica, *O Panorama* contribuiu para o desenvolvimento do jornalismo nacional, pois *ampliou o leque do noticiável* a temas que se afastavam da polémica política, omnipresente na maioria da imprensa do Romantismo.

Todavia, a história é, nas suas diversas formas, o tema predominante n'*O Panorama*. Aliás, é relevante que uma portaria de 26 de Julho de 1838 concedia à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis a prerrogativa de usar os códices e manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa como matéria-prima para a produção do periódico. O cultivo da história, registe-se, interessava ao regime liberal, na sua tentativa de formar civicamente cidadãos aptos a intervir no espaço público e que se reconhecessem como membros de uma nação soberana. Totalizam, assim, 26,4%, isto é, mais de um quarto do total (e muito mais do que assinalado na pesquisa de Ribeiro, 1995), as peças que, de uma forma ou outra, apresentam conteúdo histórico como tema principal, o que entronca relevantemente num dos traços identitários do Romantismo (Saraiva e Lopes, 1979, pp. 710-711). A estrutura temática enfatizava, para além da história, e conforme os estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, as ideias e a filosofia (17,2%), a geografia física e humana e as áreas correlatas da etnografia e da antropologia (15,1% das peças), a línguas e as literaturas (11,8% das matérias) e as ciências naturais e exactas (8,7%). Por outras palavras, a generalidade das matérias d'*O Panorama* pertence ao que, grosso modo, se poderia considerar como o campo das *humanidades* (70,5% das peças, apenas ponderando as quatro primeiras categorias). Juntando-se a essas as matérias sobre ciências naturais e exactas, ficam perfeitamente definidos os cinco grandes núcleos estruturantes dos conteúdos, que englobam, no conjunto, 79,2% das peças (cerca de quatro quintos das matérias), e que tornam o periódico estruturalmente semelhante às revistas actuais de humanidades e divulgação científico-cultural: história; ideias e a filosofia; língua e literatura; geografia, etnografia

e antropologia; língua e literatura; e ciências naturais e exactas. Em síntese, pode dizer-se que, embora caleidoscópico e enciclopédico, estruturalmente *O Panorama* obedecia, na realidade, a uma matriz essencialmente *humanística* e a uma estrutura temática perfeitamente definida, pouco anárquica e ainda menos "desorganizada", bastante diferenciada da noção criada pela exaustiva categorização microtemática do conteúdo do periódico elaborada por Ribeiro (1995).

O elevado número de textos de ficção histórica (5,5% do total de textos), cuja inclusão no periódico certamente foi influenciada por Herculano, enfatiza o papel d'*O Panorama* na introdução do género literário do romance histórico em Portugal e na amplificação dos valores e temas do romantismo. Um tipo de romance histórico que, saliente-se, tinha por base critérios "científicos" de investigação histórica e que, de certa forma, visava também a popularização do conhecimento histórico. Se juntarmos as percentagens de textos inseridos nas categorias "ficção histórica" e "história", conclui-se mesmo, por outro lado, que 31,9% das matérias d'*O Panorama* têm a história por temática principal, o que só reforça a estrutura "humanista" dos conteúdos do periódico.

Destaque ainda, ao nível dos conteúdos, para as matérias que indiciam a crença no progresso própria do liberalismo oitocentista: as peças sobre "agricultura, pecuária e pescas" (4,2% das matérias), frequentemente consagradas à modernização dos processos e práticas agrícolas e à inovação; as matérias sobre as invenções, as novas técnicas, os novos meios e vias de transporte, etc. (3,7% das peças – uma percentagem inferior à que se imaginaria, devido aos valores *progressistas* subjacentes ao periódico) e ainda sobre economia, indústria e comércio (2%).

Portanto, a bem da verdade, independentemente do seu papel político, que, conforme se viu, também teve, embora *contido*, *O Panorama*, cumprindo os estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, empenhou-se, principalmente, na divulgação cultural, na promoção do acesso à cultura, na prossecução do ideal da ilustração, apresentando-se ao leitor como um periódico capaz de contribuir para a formação cívica dos *novos cidadãos* do regime liberal.

Em suma, através da intervenção dos seus redactores, *O Panorama* falou com abundância sobre muitos assuntos. Ecoou os valores liberais do progresso e os ideais românticos de valorização da história. Bateu-se por melhor e mais geral educação; pela preservação dos monumentos. Mas houve coisas de que não falou e outras de que talvez tenha falado pouco, até porque este é o problema de todos os discursos: ao iluminarem determinadas particularidades do mundo, inevitavelmente deixam na obscuridade todas as outras. *O Panorama*, por exemplo, embora se tenha batido por *uma educação básica para todos*, em concreto deu pouco relevo aos temas da *educação* (1,2% das peças tiveram este tema por tema principal, apesar de Portugal precisar então, como hoje precisa, de um sistema educativo melhor configurado e que atendesse mais cidadãos nos diversos graus de ensino), preferindo assumir-se, mais do que como espaço de debate educativo, como um periódico de "educação social"; pouco relevo deu também aos *problemas sociais* (0,5% das peças); à *política*, mesmo quando não entendida desde uma perspectiva partidária (0,2%) e à *organização social e à sociedade* (0,2% das peças). Também se absteve de explorar temáticas que lhe poderiam ter garantido ainda maiores tiragens, tais como: os "crimes e castigos" (0,3% das matérias), filão que viria a ser bastante explorado no jornalismo, ainda em oitocentos (Sousa, 2008a, pp. 67-78), mas cuja abordagem talvez estivesse longe do horizonte dos promotores d'*O Panorama*; e a crítica teatral (0%), apesar de o teatro ser, a par da ópera e dos concertos, um dos espaços tradicionais de socialização da intelectualidade portuguesa oitocentista.

A tabela 7 mostra como evoluiu, percentualmente, o peso de cada um dos principais núcleos temáticos d'*O Panorama*, ao longo da primeira e da segunda série do periódico:

Tabela 7 - Evolução da estrutura temática nuclear d'*O Panorama* (1837-1844) e variação do peso percentual de cada categoria nuclear nos conteúdos de cada ano

Temas nucleares	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Agricultura, pecuária e pescas	19 6%	25 3,8%	23 4,5%	12 2,6%	22 5,1%	23 6,5%	17 4,7%	3 0,9%
Artes	4 1,3%	2 0,3%	6 1,2%	7 1,5%	5 1,2%	7 2%	4 1,1%	9 2,6%
Ciências naturais e exactas	40 12,7%	80 12,2%	66 12,9%	24 5,2%	21 4,9%	17 4,8%	33 9%	20 5,8%
Economia, indústria e comércio	5 1,6%	10 1,5%	8 1,6%	6 1,3%	9 2,1%	8 1,8%	17 4,7%	8 2,3%
Economia doméstica	3 0,9%	17 2,6%	19 3,7%	5 1,1%	4 0,9%	17 4,8%	6 1,6%	1 0,3%
Educação	8 2,5%	2 0,3%	8 1,6%	5 1,1%	7 1,6%	5 1,4%	1 0,3%	6 1,7%
Filosofia, ideias e moral	54 17,2%	87 13,2%	61 11,9%	88 19%	99 22,9%	62 17,5%	77 21,1%	64 18,4%
Geografia física e humana, etnografia e antropologia	50 15,9%	90 13,7%	93 18,2%	67 14,4%	54 12,5%	65 18,3%	47 12,9%	54 15,6%
História	63 20,1%	199 30,3%	133 26%	142 30,6%	111 25,7%	70 19,7%	96 26,3%	97 27,9%
Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias	26 8,3%	33 5%	15 2,9%	24 5,2%	6 1,4%	12 3,4%	4 1,1%	7 2%
Língua e literaturas	6 1,9%	67 10,2%	36 7%	50 10,8%	78 18%	53 14,9%	51 14%	66 19%
Medicina e saúde	19 6%	21 3,2%	8 1,6%	8 1,7%	1 0,2%	7 2%	2 0,5%	1 0,3%
Religiões	3 0,9%	6 0,9%	13 2,5%	10 2,1%	7 1,6%	4 1,1%	6 1,6%	3 0,9%
Outros temas	14 4,5%	18 2,7%	22 4,3%	16 3,4%	8 1,8%	5 1,4%	4 1,1%	8 2,3%
Total	314 100%	657 100%	511 100%	464 100%	432 100%	355 100%	365 100%	347 100%

Os dados da tabela anterior reforçam a conclusão de que *O Panorama*, espelhando, quiçá, a tradição académica e cultural portuguesa na qual estavam imersos os seus redactores, tem uma estável e constante atenção aos temas das humanidades ao longo dos anos. A história, como tema principal, esteve sempre presente, todos os anos, entre 19,7% (1842) e 30,6% (1840), tal como a geografia, a etnografia e a antropologia (mínimo de 12,5% em 1841, máximo de 18,3% em 1842), a filosofia, as ideias e a moral (mínimo de 11,9% em 1839 e máximo de 22,9% em 1841). Pelo contrário, a atenção decrescente às ciências e à tecnologia parece prenunciar, pela negativa, aquela que veio a ser a reforma educativa de Costa Cabral, denunciando o estado da intelectualidade portuguesa de então. As ciências, nomeadamente, de percentagens de presença sempre superiores a 12% nos três primeiros anos de publicação d'*O Panorama*, passam para percentagens de "um dígito" nos restantes anos (em 1841, por exemplo, somente 4,9% das peças tiveram por tema principal as ciências naturais e exactas). As tecnologias e as invenções arrancam bem (8,3% das peças tinham este tema por tema principal em 1837), mas ao longo dos anos o seu peso percentual n'*O Panorama* decresce para níveis residuais, como somente 1,4% das peças, em 1841, ou 1,1%, em 1843. Mesmo a agricultura, uma das áreas que os vários governos liberais portugueses almejavam desenvolver (embora durante o Setembrismo a indústria tivesse sido mais acarinhada), não teve tanta expressão n'*O Panorama*, enquanto órgão de comunicação social defensor de valores *progressistas*, quanto se poderia esperar, sendo que em 1844 somente 0,9% das matérias publicadas no periódico tiveram este tema por tema central.

A tabela 8 refere-se à realidade abordada nas peças d'*O Panorama*. Permite responder à pergunta: *O Panorama* dedicou mais atenção à realidade nacional, à realidade estrangeira ou a questões de natureza universal?

Tabela 8 - Estrutura de conteúdos d'*O Panorama* (1837-1844) segundo o tema principal das peças: realidades portuguesas ou incidência em Portugal vs. realidades estrangeiras ou com incidência no estrangeiro

Agricultura, pecuária e pescas (Portugal)	10 6,9%
Agricultura, pecuária e pescas (estrangeiro)	15 10,4%
Agricultura, pecuária e pescas (universal)	119 82,6%
Agricultura, pecuária e pescas (total)	144 100%
Arquitectura (Portugal)	1 16,7%
Arquitectura (estrangeiro)	5 83,3%
Arquitectura (universal)	0
Arquitectura (total)	6 100%
Artes (Portugal)	15 34,1%
Artes (estrangeiro)	26 59,1%
Artes (universal)	3 6,8%
Artes (total)	44 100%
Assuntos militares (Portugal)	2 18,2%
Assuntos militares (estrangeiro)	6 54,5%
Assuntos militares (universal)	3 27,3%
Assuntos militares (total)	11 100%

Biografias de contemporâneos d'O Panorama	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'O Panorama (Portugal)	2 66,7%
	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'O Panorama (estrangeiro)	1 33,3%
	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'O Panorama (universal)	0
	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'O Panorama (total)	3 100%
	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'O Panorama (Portugal)	0
	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'O Panorama (estrangeiro)	0
	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'O Panorama (universal)	0

	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'O Panorama (total) 0
	Biografias: outras personalidades (Portugal) 0
	Biografias: outras personalidades (estrangeiro) 0
	Biografias: outras personalidades (universal) 1 100%
	Biografias: outras personalidades (total) 1 100%
Ciências naturais e exactas (Portugal)	23 7,7%
Ciências naturais e exactas (estrangeiro)	103 34,2%
Ciências naturais e exactas (universal)	175 58,1%
Ciências naturais e exactas (total)	301 100%
Crime e castigo (Portugal)	1 9,1%
Crime e castigo (estrangeiro)	10 90,9%
Crime e castigo (universal)	0
Crime e castigo (total)	11 100%
Direito, jurisprudência e sistema prisional (Portugal)	0
Direito, jurisprudência e sistema prisional (estrangeiro)	1 100%

Direito, jurisprudência e sistema prisional (universal)	0
Direito, jurisprudência e sistema prisional (total)	1 100%
Economia, indústria e comércio (Portugal)	18 25,3%
Economia, indústria e comércio (estrangeiro)	41 57,8%
Economia, indústria e comércio (universal)	12 16,9%
Economia, indústria e comércio (total)	71 100%
Economia doméstica (Portugal)	5 6,9%
Economia doméstica (estrangeiro)	18 25%
Economia doméstica (universal)	49 68,1%
Economia doméstica (total)	72 (100%)
Educação (Portugal)	11 26,2%
Educação (estrangeiro)	16 38,1%
Educação (universal)	15 35,7%
Educação (total)	42 100%
Filosofia, ideias e moral (Portugal)	54 9%
Filosofia, ideias e moral (estrangeiro)	64 10,8%
Filosofia, ideias e moral (universal)	477 80,2%

Filosofia, ideias e moral (final)	595 100%	
Geografia física e humana, etnografia e antropologia (Portugal)	132 25,4%	
Geografia física e humana, etnografia e antropologia (estrangeiro)	372 71,5%	
Geografia física e humana, etnografia e antropologia (universal)	16 3,1%	
Geografia física e humana, etnografia e antropologia (total)	520 100%	
História	História: arqueologia e monumentos (Portugal)	61 40,7%
	História: arqueologia e monumentos (estrangeiro)	84 56%
	História: arqueologia e monumentos (universal)	5 33%
	História: arqueologia e monumentos (total)	150 100%
	História: biografias de líderes políticos, militares e sociais (Portugal)	45 44,1%
	História: biografias de líderes políticos, militares e sociais (estrangeiro)	57 55,9%
	História: biografias de líderes políticos, militares e sociais (universal)	0

	História: biografias de líderes políticos, militares e sociais (total)	102 100%
	História: biografias de líderes religiosos (Portugal)	11 55%
	História: biografias de líderes religiosos (estrangeiro)	9 45%
	História: biografias de líderes religiosos (universal)	0
	História: biografias de líderes religiosos (total)	20 100%
	História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência (Portugal)	39 50,6%
	História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência (estrangeiro)	38 49,4%

História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência (universal)	0
História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência (total)	77 100%
História: biografias de outras personalidades (Portugal)	0
História: biografias de outras personalidades (estrangeiro)	1 100%
História: biografias de outras personalidades (universal)	0
História: biografias de outras personalidades (total)	1 100%
História da arte, da música e do teatro (Portugal)	2 5%
História da arte, da música e do teatro (estrangeiro)	38 95%
História da arte, da música e do teatro (universal)	0

História da arte, da música e do teatro (total)	40 100%
História militar (Portugal)	35 66%
História militar (estrangeiro)	8 15,1%
História militar (universal)	10 18,9%
História militar (total)	53 100%
História política, social, cultural e das ideias (Portugal)	235 73,9%
História política, social, cultural e das ideias (estrangeiro)	83 26,1%
História política, social, cultural e das ideias (universal)	0
História política, social, cultural e das ideias (total)	318 100%
História das religiões (Portugal)	15 19,5%
História das religiões (estrangeiro)	30 38,9%
História das religiões (universal)	32 41,6%
História das religiões (total)	77 100%

	História: outros assuntos (Portugal)	9 12,4%
	História: outros assuntos (estrangeiro)	5 6,8%
	História: outros assuntos (universal)	59 80,8%
	História: outros assuntos (total)	73 100%
Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral (Portugal)	10 8,7%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral (estrangeiro)	80 69,6%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral (universal)	25 21,7%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral (total)	115 100%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação (Portugal)	3 25%

	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação (estrangeiro)	6 50%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação (universal)	3 25%
	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação (total)	12 100%
Jornalismo (Portugal)	1 14,3%	
Jornalismo (estrangeiro)	4 57,1%	
Jornalismo (universal)	2 28,6%	
Jornalismo (total)	7 100%	
Língua e literatura	Língua e literaturas em geral (Portugal)	78 40%
	Língua e literaturas em geral (estrangeiro)	54 27,7%
	Língua e literaturas em geral (universal)	63 32,3%
	Língua e literaturas em geral (total)	195 100%

Língua e literaturas: ficção histórica (Portugal)	137 72,9%
Língua e literaturas: ficção histórica (estrangeiro)	51 27,1%
Língua e literaturas: ficção histórica (universal)	0
Língua e literaturas: ficção histórica (total)	188 100%
Línguas e literaturas: ficção não histórica e outros textos literários narrativos (Portugal)	2 66,7%
Línguas e literaturas: ficção não histórica e outros textos literários narrativos (estrangeiro)	0
Línguas e literaturas: ficção não histórica e outros textos literários narrativos (universal)	1 33,3%
Línguas e literaturas: ficção não histórica e outros textos literários narrativos (total)	3 100%

	Língua e literaturas: poesia (Portugal)	11 52,4%
	Língua e literaturas: poesia (estrangeiro)	5 23,8%
	Língua e literaturas: poesia (universal)	5 23,8%
	Língua e literaturas: poesia (total)	21 100%
Medicina e saúde (Portugal)		1 1,5%
Medicina e saúde (estrangeiro)		27 40,3%
Medicina e saúde (universal)		39 58,2%
Medicina e saúde (total)		67 100%
Música e dança (Portugal)		0
Música e dança (estrangeiro)		1 20%
Música e dança (universal)		4 80%
Música e dança (total)		5 100%
Ofícios (Portugal)		5 33,3%
Ofícios (estrangeiro)		10 66,7%
Ofícios (universal)		0
Ofícios (total)		15 100%
Política (Portugal)		0

Política (estrangeiro)	5 55,5%
Política (universal)	4 44,5%
Política (total)	9 100%
Problemas sociais (Portugal)	2 11,9%
Problemas sociais (estrangeiro)	12 70,6%
Problemas sociais (universal)	3 17,7%
Problemas sociais (total)	17 100%
Religiões (Portugal)	4 7,7%
Religiões (estrangeiro)	11 21,1%
Religiões (universal)	37 71,2%
Religiões (total)	52 100%
Sociedade (Portugal)	1 100%
Sociedade (estrangeiro)	0
Sociedade (universal)	0
Sociedade (total)	1 100%

Os dados expostos e sistematizados na tabela anterior documentam que, apesar do interesse que devotou a Portugal, *O Panorama* direcionou a sua atenção mais para as realidades externas ao país e para as realidades universais do que para as realidades nacionais, embora por vezes com uma intenção pedagógica – no sentido do aproveitamento nacional dos bons exemplos do que lá fora se passava. Exceptuam-se peças dos campos culturais de maior relevância n'*O Panorama*, casos da "língua e literatura" e da "história".

Uma questão relevante é a de saber quais os valores que podem ser associados aos textos d'*O Panorama*, dados expressos na tabela 9 (a ler em conjunto com o apêndice 4, que descreve as categorias criadas). Dado que vários valores se podem associar a um único texto, o valor total é significativamente superior ao número de peças publicadas n'*O Panorama*. Os dados são ordenados em função do número de vezes que se pode associar determinado valor às matérias do periódico.

Tabela 9 - Valores associáveis aos textos d'*O Panorama*, por ordem de importância

Valores	Total
Proximidade	1109
Conhecimento pelo conhecimento	920
Humanismo	606
Historicismo	565
Referência a países de elite	564
Moral e bons-costumes	491
Culturalismo	479
Preservação da história e da cultura portuguesa	460
Valor literário	407
Naturalismo (conhecimento da natureza)	275
Referência a pessoas de elite	329
Actualidade	259
Progresso	243

Nacionalismo	204
Descoberta	181
Exotismo	164
Novidade	73
Advocacia do liberalismo económico	35
Advocacia da democracia e liberalismo político	28
Conservacionismo (da natureza)	27
Conflito	26
Impacto	19
Morte	14
Infracção às normas	11
Surpresa	7

Quais os valores mais relevantes para *O Panorama*. Primeiro, pode afirmar-se que o periódico, tal como seria expectável num jornal generalista contemporâneo, privilegiou mais o *próximo* do que, por exemplo, o *exótico*, sem que tenha renegado este valor. É um valor que pode ser associado a 1109 das 3445 peças publicadas n'*O Panorama* no período analisado, o que corresponde a 32,2% do total de peças. A *proximidade* é, aliás, um dos critérios de noticiabilidade que contribuem para explicar a selecção noticiosa no jornalismo (Traquina, 2004, pp. 178-213).

Segundo, é possível afirmar que, conforme seria previsível dada a sua natureza enquanto periódico enciclopédico e de ilustração, emerge de um número significativo dos textos d'*O Panorama* o *amor ao conhecimento*, em particular ao *conhecimento da história* e ao *conhecimento das culturas*. O valor *"conhecimento pelo conhecimento"* pode ligar-se, assim, a 920 matérias d'*O Panorama*, o que perfaz 26,7% do total de peças, sendo que o conhecimento da história (565 matérias, cerca de 16,4% do total), dos países de elite (564 matérias reflectem este valor, ou seja, também cerca de 16,4% do total), das culturas (o *culturalismo* associa-se a 479 peças, ou seja, cerca de 13,9% do total)

e da natureza (o valor do *conhecimento da natureza* está presente em 275 peças, valor correspondente a cerca de 8% das mesmas) são os mais importantes. O espírito de *descoberta*, que também se pode ligar ao *amor ao conhecimento*, reflecte-se, por seu turno, em 181 peças (5,2% do total de matérias). Esse amor ao conhecimento contribui para explicar a vocação *humanista* (o *humanismo* pode associar-se a 606 peças, isto é, 17,6% do total) d'*O Panorama*.

O Panorama também foi um periódico que se inseria na ordem social vigente e na estrutura de valores da sociedade de então. Prova disso, o facto de o valor *"moral e bons-costumes"* se poder conectar com 491 peças (14,2%), particularmente com muitos dos pequenos textos filosóficos, literários e de citações que o periódico publicava amiudamente.

Realce também, conforme já foi notado, para o papel do periódico na valorização da nação e da história e da cultura portuguesa. *O Panorama* teve, por exemplo, uma forte acção em defesa dos monumentos nacionais e na promoção do conhecimento da história pátria. Não surpreende, em consequência, que valores como o da *preservação da história e da cultura portuguesa* (associável a 460 peças, cerca de 13,3% do total) e mesmo o *nacionalismo* (presente em 204 peças, isto é, cerca de 5,9% do total) tenham um peso relativo importante na estrutura de valores imanentes aos textos d'*O Panorama*.

O Panorama também foi um periódico *progressista* (a ideia de *progresso*, mais até, a *defesa* do progresso, é um valor associável a 243 matérias, cerca de 7% do total) e que, embora comedidamente, advogou o *liberalismo económico e político* (valores presentes, respectivamente, em 35 e 28 peças, o que em números relativos percentuais significa cerca de 1% do total). Outra coisa não seria de esperar num periódico redigido e mantido essencialmente por liberais envolvidos na coisa pública.

Uma chamada de atenção para o facto de ontem como hoje (cf. Traquina, 2004, p. 179) a *referência a pessoas de elite* ser um critério de valorização de textos a serem inseridos numa publicação periódica generalista ou de divulgação do conhecimento. N'*O Panorama*, esse valor pode ser associado a 329 peças, um número que corresponde a cerca de 9,5% do total das mesmas.

Em suma, pode dizer-se que a estrutura de valores d'*O Panorama* corresponde ao que seria expectável para a sua linha editorial, razão pela qual valores-notícia importantes no jornalismo generalista contemporâneo (cf. Traquina, 2004, pp. 178-213), como a *novidade*, a *morte*, o *impacto*, a *surpresa*, a *infracção* e mesmo a *actualidade* (que apesar de tudo é um valor que se reflecte em 259 peças, cerca de 7,5% do total) foram menos relevantes para o periódico. Por razões culturais próprias do tempo em que *O Panorama* foi publicado, o valor do *conservacionismo da natureza* também é residual na referida publicação periódica (somente se pode ligar a 27 peças, menos de 0,8% do total). Hoje em dia, revistas como a *Super Interessante*, a *Quero Saber* ou a *National Geographic*, que tiveram publicações como *O Panorama* como suas antepassadas, ecoarão, certamente, muito mais a mentalidade conservacionista.

De que lugares falava *O Panorama*? A tabela 10 fornece os dados plausíveis de responder a essa questão.

Tabela 10 - Lugares referenciados n'*O Panorama*

Espaços Urbanos Europeus	
Portugal	143
Inglaterra	67
Espanha	36
Itália	33
França	37
Grécia	12
Rússia	15
Alemanha	22
Suíça	12
Holanda	4
Escócia	6
Suécia	2
Noruega	2

Polónia	3
Malta	3
Áustria	4
Dinamarca	2
Bélgica	3
Islândia	3
Irlanda	3
Sérvia	1
Hungria	1
Total	414 62,4%
Espaços Rurais/Selvagens Europeus	
Espanha	5
Grécia	2
Itália	1
Suécia	2
Portugal	10
Áustria	1
Noruega	1
França	4
Inglaterra	3
Irlanda	1
Suíça	1
Total	31 4,7%
Espaços Urbanos Não Europeus	
Médio Oriente	50
América do Sul	34
América Central	3
Ásia	48

África	15
EUA	10
Canadá	2
Total	162 24,4%
Espaços Rurais/Selvagens Não Europeus	
África	20
Ásia	11
Médio Oriente	4
América do Sul	12
Oceânia	6
Canadá	1
EUA	2
Total	56 8,5%

O que se observa, graças aos dados sistematizados na tabela precedente, é que *O Panorama* providenciou conhecimentos avulsos um pouco sobre todo o mundo, embora tenha centrado a sua atenção nos espaços urbanos europeus (62,4% do total) e não europeus (24,4% do total), em especial nos espaços urbanos do próprio país e dos países mais próximos, em vários dos quais o periódico tinha correspondentes ou dos quais recebia publicações (Espanha, Inglaterra, França, Itália, Alemanha). Mas, num tempo em que se viajava pouco, e em que as viagens eram caras e demoradas, a referência a esses lugares tinha, ainda assim, o seu quê de *exotismo*, embora este seja mais vincado pelas referências aos espaços rurais/selvagens não europeus (8,5% do total de lugares referidos) ou mesmo europeus (4,7%). Ainda assim, dos dados expostos, resulta a ideia que *O Panorama*, embora abrindo perspectivas novas ao leitor, foi essencialmente um jornal *urbano*, identificado com a *vida nas cidades* e, até certo ponto, com a ideia de que a vida nas cidades – com o seu bulício, com as suas múltiplas ofertas aos citadinos – seria um *factor de progresso*.

Enfatize-se, ainda, que 23,1% de todas as referências a lugares são referências a lugares portugueses. *O Panorama* permitiu *apresentar o seu próprio país aos portugueses*, como nunca tinha sido possível em Portugal, um país em que as dificuldades e o custo dos transportes restringiam fortemente a mobilidade. E fê-lo, certamente, graças à vital participação da sua extensa rede de colaboradores, espalhados por todo o país, "na cidade e nas serras", na urbe e no mundo rural.

Capítulo VII

O discurso iconográfico d'*O Panorama*

Uma das mais-valias d'*O Panorama* foi a pujança com que recorreu à informação visual. Foi esse semanário, aliás, que introduziu a publicação de gravuras impressas a partir de tipos de madeira em Portugal, embora não sem dificuldades. Numa das suas cartas a Forjaz de Sampaio, que lhe pedia conselho sobre um jornal que estava a pensar fundar, Alexandre Herculano (19__, vol. II, p. 109) revelava:

Quanto a dar algum dia estampas, a dificuldade não está nos desenhos; está na gravura em madeira, único modo possível de as dar no meio do texto. Aqui a direcção de *O Panorama* oferece e paga avultadas somas para as obter nacionais e ainda não pôde encontrar senão dois curiosos que trabalham quando lhes dá na cabeça, sendo *carts* ou *clichés* franceses e ingleses a máxima parte das estampas que neste jornal aparecem.

Sinal da importância que era dada à informação visual, logo no terceiro número d'*O Panorama* era feito um balanço crítico do uso de estampas – o que revela a possibilidade de o periódico estar sujeito a críticas nessa matéria:

> A empresa nascente do *Panorama* tem encontrado muitas dificuldades que sucessivamente se têm removido. Restam bastantes a vencer, entre elas a impressão. As estampas já publicadas estão longe da nitidez que deviam ter, o que nasce da inépcia dos impressores neste género de trabalho e da má qualidade da tinta geralmente usada nas nossas tipografias. A Sociedade, porém, continua a empregar todos os meios que tem em ao seu alcance para melhorar este jornal, sobretudo pelo lado da execução tipográfica, e espera em breve dar-lhe o aperfeiçoamento a que é possível chegar. (Anónimo, [Aviso], *O Panorama*, 1837, Vol. I, n.º 3, p. 24.)

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 425 - 458]

De qualquer modo, os testemunhos textuais inseridos no próprio *Panorama* demonstram que havia uma enorme vontade de valorizar as imagens:

> A direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, tendo visto a aceitação que este jornal tem merecido do público, determinou melhorar esta publicação ao começar o seu quarto ano, distribuindo os exemplares depois de acetinados pela prensa hidráulica, dando maior número de gravuras portuguesas (…). ([Direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis], [Aviso], *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 136, p. 392.)

Interessante é perspectivar como já então se explicitava a importância da inter-relação entre texto e imagem para a cognição e a memória:

> Ocorreu, também, que muito ajudaria (…) a aliança do desenho com a escrita, que a combinação de noções adquiridas pela inspecção dos objectos representados com o resultado das operações do entendimento daria mais força à instrução e auxiliaria (…) a memória. (Alexandre Herculano, Objecto e utilidade dos jornais populares, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 225, p. 271.)

António Feliciano de Castilho, no texto introdutório que assina no primeiro número d'*O Panorama* de 1841, acentua, precisamente, a política de valorização da informação em imagens, que inclusivamente teria detonado, no país, uma nova indústria:

> As gravuras em madeira, indústria que nós introduzimos no reino, e dentro em pouco tempo vimos subida a grande ponto, procuraremos animá-la até que vingue a suma perfeição. (António Feliciano de Castilho, Introdução, *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 192, p. 2.)

A tabela 11 indica o número de imagens publicadas em cada ano d'*O Panorama* e no total.

Tabela 11 - Gravuras inseridas n'*O Panorama*: por anos e total

Gravuras	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Assinadas	4	10	13	21	15	12	14	7	96 (12,5%)
Assinatura não perceptível	13	11	12	4	6	5	4	1	56 (7,3%)
Não assinadas	66	76	72	76	78	70	83	93	614 (80,2%)
Total	83 (10,8%)	97 (12,7%)	97 (12,7%)	101 (13,2%)	99 (12,9%)	87 (11,3%)	101 (13,2%)	101 (13,2%)	766 (100%)

Nota: 25 portugueses assinam gravuras.

Entre 1837 e 1844, *O Panorama* inseriu 766 ilustrações, o que corresponde a uma média de 1,73 gravuras por número e de 0,2 gravuras por texto[1]. Um número que embora não impressione, não deixa de ser assinalável para uma primeira publicação portuguesa que expressava nitidamente o desejo de ilustrar o público não apenas pela palavra mas também pela imagem. A tabela 12 sistematiza em categorias temáticas as gravuras inseridas n'*O Panorama* (não se descrevem as categorias porque são suficientemente explícitas intrinsecamente).

Tabela 12 - Temas das gravuras inseridas n'*O Panorama*

Temas	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843	1844	Total
Personalidades históricas	5	7	6	5	2	0	11	7	43 5,6%

1) Ribeiro (1995, p. 70) contabiliza apenas 692, eventualmente porque agrupou gravuras contíguas sobre o mesmo tema, opção que não se seguiu na presente investigação.

Personalidades contemporâneas d'O Panorama	1	2	4	3	3	1	2	1	17 2,2%
Paisagem urbana	11	19	26	20	20	16	11	24	147 19,2%
Paisagem rural ou natural	13	4	6	5	3	6	4	11	52 6,8%
Pinturas e esculturas	6	1	4	14	11	10	12	6	64 8,3%
Monumentos	16	23	14	20	31	31	26	21	182 23,8%
Animais	19	13	5	3	3	8	10	12	73 9,6%
Plantas	1	7	4	3	2	2	7	3	29 3,8%
Máquinas (com motor, industriais e meios de transporte)	3	3	6	11	6	2	3	6	40 5,2%
Artefactos agrícolas	0	0	8	2	0	0	0	0	10 1,3%
Outros artefactos	1	7	1	2	7	2	0	2	22 2,9%
Representações sociais, culturais e religiosas (usos e costumes e crenças dos povos)	3	9	9	6	8	6	11	8	60 7,8%
Representações da História (episódios da História, como batalhas, etc.)	4	2	4	7	3	3	4	0	27 3,5%
Total	83	97	97	101	99	87	101	101	766 100%

Primeiro – e com vontade de se dizer *obviamente* – é possível afirmar-se, face aos dados da tabela anterior, que os temas das imagens se relacionam com os temas dos artigos. Existem gravuras de personalidades (respondem à questão: *como são ou como eram as pessoas?*) e cenas históricas (*como foi que aconteceu?*), paisagens urbanas, rurais e naturais (*como é o mundo?*), máquinas (*que invenções se estão a produzir?*), animais e plantas – conforme se esperaria, aliás, da promessa editorial de um periódico *enciclopédico*. Antes da televisão e do cinema, antes da expansão da fotografia, *O Panorama* foi, metafórica e imperfeitamente, uma "janela aberta para o mundo".

Os dados sistematizados na tabela anterior permitem concluir, em acréscimo, que as gravuras inseridas n'*O Panorama* privilegiam, tal como os textos, temas relacionados com a história – 32,9% das gravuras registam monumentos, personalidades históricas e representações imagéticas de episódios históricos. *O Panorama* propôs-se, de algum modo, promover um certo *imaginário histórico* e pode, efectivamente, ser visto como um semanário de *popularização da história*. Dentro dessa temática, merece destaque a percentagem assinalável das gravuras de monumentos (23,8% do total de gravuras, quase um quarto do total das mesmas), em sintonia com a atitude de intervenção pública e política do periódico a favor da preservação dos monumentos nacionais enquanto património da memória colectiva e da identidade portuguesa.

Interessante também é referir a *recriação visual*, por vezes meramente *imaginária*, de episódios e personalidades históricas, protagonizada pel'*O Panorama*, um semanário que aliava dicotomicamente, portanto, o *olhar para o passado*, alicerçado no fomento do *amor à história*, com o *olhar para o futuro*, baseado no *amor ao progresso*. Este amor liberal ao *progresso* denota-se, por seu turno, nas imagens das máquinas que prometiam um mundo novo, *mecanizado* e *industrial*.

Em certos casos, as imagens permitiriam ao leitor, ainda que indirectamente, ver como eram lugares e monumentos que eventualmente nunca visitaria, ou animais e plantas que nunca veria. A atitude mental propícia à descoberta e à inovação, própria do liberalismo oitocentista, é bem patente n'*O Panorama*. A *geografia física* (considerando as gravuras que evocam paisagens) contabiliza,

assim, 26% do total de gravuras, sendo de destacar a elevada percentagem de *paisagens urbanas* (19,2%), que remete para o culto da *urbanidade*, da *cidade*, a que já se fez referência e que é muito própria da Revolução Industrial.

Analisando-se, agora, na tabela 13, as gravuras d'*O Panorama* em função da nacionalidade do tema representado, verifica-se que o periódico deu mais espaço às realidades estrangeiras do que às portuguesas, dando ao seu público, que possivelmente pouco viajaria, uma janela com abertura para o mundo mas paradoxalmente só entreaberta para Portugal – mesmo no caso, algo paradoxal, dos *monumentos históricos*.

Tabela 13 - Temas das gravuras inseridas n'*O Panorama* alusivas a Portugal e ao estrangeiro

Temas	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Personalidades históricas (Portugal)	3	3	1	0	1	0	3	2	13 30,2%
Personalidades históricas (estrangeiro)	2	4	5	5	1	0	8	5	30 69,8%
Total	5	7	6	5	2	0	11	7	43 100%
Personalidades contemporâneas d'O Panorama (Portugal)	0	0	0	1	1	1	2	1	6 35,3%
Personalidades contemporâneas d'O Panorama (estrangeiro)	1	2	4	2	2	0	0	0	11 64,7%
Total	1	2	4	3	3	1	2	1	17 100%
Paisagem urbana (Portugal)	0	1	6	5	5	3	5	2	27 18,4%
Paisagem urbana (estrangeiro)	11	18	20	15	15	13	6	22	120 81,6%

Total	11	19	26	20	20	16	11	24	147 100%
Paisagem rural ou natural (Portugal)	0	0	1	3	2	1	1	2	10 19,2%
Paisagem rural ou natural (estrangeiro)	13	4	5	2	1	5	3	9	42 80,8%
Total	13	4	6	5	3	6	4	11	52 100%
Pinturas e esculturas (Portugal)	0	0	1	3	2	3	3	0	12 18,75%
Pinturas e esculturas (estrangeiro)	6	1	3	11	9	7	9	6	52 81,25%
Total	6	1	4	14	11	10	12	6	64 100%
Monumentos (Portugal)	4	2	2	9	6	14	9	3	49 26,9%
Monumentos (estrangeiro)	12	21	12	11	25	17	17	18	133 73,1%
Total	16	23	14	20	31	31	26	21	182 100%
Animais (Portugal)	0	1	1	0	2	2	2	1	9 12,3%
Animais (estrangeiro)	19	12	4	3	1	6	8	11	64 87,7%
Total	19	13	5	3	3	8	10	12	73 100%
Plantas (Portugal)	1	1	0	1	1	1	7	0	12 41,4%
Plantas (estrangeiro)	0	6	4	2	1	1	0	3	17 58,6%
Total	1	7	4	3	2	2	7	3	29 100%

Máquinas (com motor, industriais e meios de transporte) (Portugal)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas (com motor, industriais e meios de transporte) (estrangeiro)	3	3	6	11	6	2	3	6	40 100%
Total	3	3	6	11	6	2	3	6	40 100%
Artefactos agrícolas (Portugal)	0	0	3	0	0	0	0	0	3 30%
Artefactos agrícolas (estrangeiro)	0	0	5	2	0	0	0	0	7 70%
Total	0	0	8	2	0	0	0	0	10 100%
Outros artefactos (Portugal)	0	6	1	0	7	0	0	2	16 72,7%
Outros artefactos (estrangeiro)	1	1	0	2	0	2	0	0	6 27,3%
Total	1	7	1	2	7	2	0	2	22 100%
Representações sociais, culturais e religiosas (usos e costumes e crenças dos povos) (Portugal)	0	0	0	0	0	0	0	2	2 3,3%

Representações sociais, culturais e religiosas (usos e costumes e crenças dos povos) (estrangeiro)	3	9	9	6	8	6	11	6	58 96,7%
Total	3	9	9	6	8	6	11	8	60 100%
Representações da História (episódios da História, como batalhas, etc.) (Portugal)	2	0	0	0	0	2	2	0	6 22,2%
Representações da História (episódios da História, como batalhas, etc.) (estrangeiro)	2	2	4	7	3	1	2	0	21 77,8%
Total	4	2	4	7	3	3	4	0	27 100%

A tabela anterior demonstra que, quer por contingências na produção de informação visual (mormente o fácil aproveitamento de gravuras publicadas na imprensa estrangeira), quer por razões editoriais, se privilegiou, n'*O Panorama*, a informação visual sobre o estrangeiro, em todos os casos, inclusivamente nas categorias históricas e arquitectónicas, como os "monumentos". Num certo sentido, *O Panorama*, neste registo, foi mais uma janela aberta para fora do país, iluminou mais o conhecimento sobre o passado, o património e a geografia do exterior do que foi uma janela aberta para Portugal. Em compensação, *O Panorama* terá contribuído, certamente, para uma certa sensação de cosmopolitismo entre os seus leitores e para levar os portugueses a olharem, com outros olhos, para coisas diferentes (cenas da vida de outros povos, personalidades históricas, lugares e bens patrimoniais de outros países…) e para coisas novas (máquinas com motor, artefactos agrícolas…). Algumas das "coisas novas", inclusivamente, apontariam já para a ideia de aproveitamento

das melhores invenções estrangeiras em Portugal, para assim se assegurar o progresso do país.

A exemplo da tentativa de associação de valores aos textos, o mesmo exercício pode ser ensaiado quanto às imagens. A tabela seguinte (ver o apêndice 4 para uma descrição das categorias) procura, precisamente, sistematizar os valores associáveis às gravuras inseridas n'*O Panorama*.

Tabela 14 . Valores associáveis às imagens n'*O Panorama*, por ordem de importância

Valores	**Total**
Proximidade	352
Conhecimento pelo conhecimento	317
Países de elite	304
Culturalismo – preservação da cultura	157
Preservação da memória e da cultura portuguesas	132
Exotismo	98
Pessoas de elite	92
Humanismo	78
Historicismo – preservação da memória	77
Progresso	71
Novidade	10
Conflito	7
Descoberta	3
Morte	1
Moral e bons costumes	1

A estrutura de valores associáveis às imagens inseridas n'*O Panorama* replica, até certo ponto, a estrutura de valores ligados aos textos e pelas mesmas razões: as pessoas têm mais interesse pelo que está *próximo* delas, ainda que

não desprezem o conhecimento pelo que ocorre mais longe (prova disso, o valor do *exotismo* pode associar-se a 98 imagens d'*O Panorama*, cerca de 12,8% do total). Assim, a *proximidade* (valor associável a 45,9% das imagens inseridas n'*O Panorama*) e o *conhecimento pelo conhecimento* (valor associável a 41,4% das imagens publicadas pel'*O Panorama*) são os valores mais relevantes que podem conectar-se com as imagens e que contribuem para explicar a valorização que lhes foi dada. E também nas imagens d'*O Panorama* se pode notar a presença do valor do *humanismo*, transversal a um periódico de difusão de conhecimento. Esse valor pode associar-se a 78 imagens (10,2% do total). Curiosamente, o valor da *moral e bons-costumes*, significativo em bastantes textos, somente pode associar-se a uma imagem.

Realce, também, para a prossecução da política editorial d'*O Panorama* no campo das imagens – o periódico valorizou gravuras que contribuíssem para a *preservação da memória* e da *cultura*, e em particular para o conhecimento da história e da cultura pátrias. Por isso, o valor do *culturalismo* pode ligar-se a 157 imagens (20,5% do total) d'*O Panorama* no período analisado; o valor do *historicismo* pode associar-se a 77 imagens (mais de 10% do total); o valor específico da *preservação da memória e da cultura portuguesa* está presente em 132 imagens (17,2% do total).

Também relevantes são os valores associáveis às imagens de *países e pessoas de elite*. Tal como Traquina enfatiza (2004, pp. 178-213), ontem como hoje as pessoas gostam e às vezes até precisam de saber o que se passa ou o que se passou nos países mais importantes, gostam de saber como estes são e como foram; e gostam ou até precisam de saber o que se passa ou passou com personalidades de elite, com os grandes vultos da política, das artes, da vida militar… Consequentemente, 304 imagens referem-se a países de elite e 92 a pessoas de elite, o que representa, respectivamente, um peso percentual de 39,7% e de 12% no total de imagens.

O valor do *progresso*, subjacente ao propósito editorial d'*O Panorama*, pode conectar-se com 71 imagens, cerca de 9,3% do total. Já valores relevantes para explicar a noticiabilidade na comunicação social generalista actual (cf. Traquina, 2004, pp. 178-213), como a *novidade*, o *conflito*, a *descoberta* e a *morte* são pouco relevantes para explicar a selecção de imagens efectuada pel'*O Panorama*.

As muitas imagens d'*O Panorama*, casando-se com o texto, acentuam o carácter *instrutivo*, *pedagógico* e até *utilitário* d'*O Panorama* (basta observar, por exemplo, o detalhe com que são desenhados os artefactos agrícolas, com o evidente desejo de permitir o seu fabrico em Portugal). Elas foram usadas para mostrar a quem não conhecia como eram determinadas realidades (monumentos, lugares, invenções, animais, plantas, artefactos variados), isto é, em suma, foram usadas, em articulação com os textos, para *promover o conhecimento*, ou, talvez melhor dito, o *amor ao conhecimento*.

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

118) PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. (AGOSTO 3, 1839.

O CASTRIOTO LUSITANO.

JOÃO FERNANDES VIEIRA.

João Fernandes Vieira foi no empreza
O instrumento da patria liberdade
E como a pedra a estatua de Nabuco
O belga derrubou de Pernambuco.
CAMARTAU, CANT. 9.º EST. 40.

A sujeição de Portugal ao jugo castelhano, além de reduzir os portuguezes ao estado de colonos, e de os obrigar a soffrer e reprimir as hostilidades das nações que estavam em guerra com Castella, acarretou comsigo a perda dos nossos melhores estabelecimentos da India e a invasão de varias pontas d'Africa e d'America. O Brasil não escapou á cobiça dos inglezes; porém Cavendish e Lancaster apenas serão classificados e lidos na historia imparcial por simplices piratas. Os francezes, que por esta occasião alli voltaram sob De la Ravardiere e seus companheiros, não foram mais felizes do que no seculo anterior: Jeronymo d'Albuquerque lhes fez conhecer pelas armas, que o territorio era de portuguezes, embora apparentemente sujeitos a Castella. — Os hollandezes começavam com pertenções de ser uma nação martilima, e lembraram-se de se estender para o Occidente, aproveitando-se do desprezo com que Castella tractava a America Portugueza, para que fendo alli segura base de operações poderem, por ventura depois chegar a apossar-se das riquezas do Perú: apoderaram-se da Bahia, que era a capital, porém, sendo daqui expulsos á força (1), dirigiram-se ás capitanias de Parahyba, Pernambuco, e Rio Grande do Norte, as quaes conseguiram senhorear, apesar da muita resistencia opposta pelo valente Mathias de Albuquerque, que teve em paga o ser

(1) Para esta jornada da Bahia se contrahiu em Portugal um grande emprestimo, que ainda se está pagando; e é uma divida sagrada.

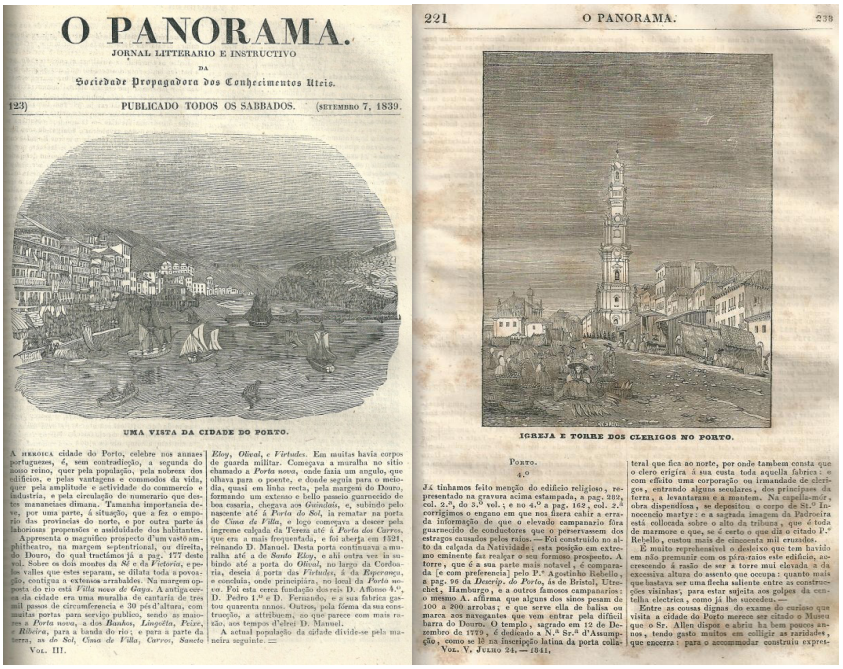
Vol. III.

Fig. 14 – Os desenhos de personalidades históricas foram comuns n'*O Panorama*. Este tem a particularidade de ser enquadrado por uma moldura desenhada, a imitar um quadro emoldurado numa parede. A moldura parece concebida para enaltecer a figura de João Fernandes Vieira, um dos comandantes das guerras que expulsaram os holandeses do Brasil, após a Restauração da Independência, em 1640. A ele foi dedicada a obra *O Castrioto Lusitano*, na qual é comparado ao herói albanês Jorge Scanderberg Castrioto, que lutou ferozmente contra turcos e sérvios pela preservação do seu país. Registe-se, no entanto, que as personalidades representadas imagisticamente n'*O Panorama* eram personalidades distintas do passado – uma diferença assinalável em relação ao jornalismo visual de hoje, no qual as personalidades do presente têm lugar cativo. (*O Panorama*, 3 de Agosto de 1839)

Fig. 15 – A história foi permanente evocada não somente nos textos mas também nas imagens d'*O Panorama*, em certos casos de forma imaginada. Esta ilustração recorda a batalha naval do Nilo, travada entre a frota britânica do almirante Nelson, que venceu a contenda, e a frota francesa. (*O Panorama*, 15 de Julho de 1843)

O PANORAMA.
JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.
UMA VISTA DE GENEBRA.
Vol. III.

Fig. 16 – Um exemplo de inclusão de um desenho de uma paisagem urbana n'*O Panorama*, um dos tipos de imagens mais habituais no periódico. A legenda esclarece de que se trata de uma vista de Genebra. A imagem foi publicada num ângulo de 90 graus, única possibilidade de a valorizar por inteiro. A possibilidade de leitura do plano geral é reforçada pelo aproveitamento de toda a mancha gráfica de toda a primeira página do periódico para a inserção da ilustração. Há espaço suficiente para o olhar se distender e para o observador poder reparar nos pormenores da cidade, até porque o seu olhar é conduzido até ao ponto de fuga pelas linhas de perspectiva. A ilustração corresponde, assim, simultaneamente, a ideais estéticos e informativos. O belo e o útil fundem-se numa mensagem visual consistente. (*O Panorama*, 5 de Janeiro de 1839)



O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

123) PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. (SETEMBRO 7, 1839.

UMA VISTA DA CIDADE DO PORTO.

A HEROICA cidade do Porto, celebre nos annaes portuguezes, é, sem contradicção, a segunda do nosso reino, quer pela população, pela nobreza dos edificios, e pelas vantagens e commodos da vida, quer pela amplitude e actividade do commercio e industria, e pela circulação do numerario que dos seus mananciaes dimana. Tamanha importancia deve, por uma parte, á situação, que a fez o emporio das provincias do norte, e por outra parte ás laboriosas propensões e assiduidade dos habitantes.

Apresenta o magnifico prospecto d'um vastissimo phitheatro, na margem septentrional, ou direita, do Douro, do qual tractámos já a pag. 177 deste vol. Sobre os dois montes da *Sé* e da *Victoria*, e pelos valles que estes separam, se dilata toda a povoação, contigua a extensos arrabaldes. Na margem opposta do rio está *Villa nova de Gaya*. A antiga cerca da cidade era uma muralha de cantaria de tres mil passos de circumferencia e 30 pés d'altura, com muitas portas para serviço publico, sendo as maiores a *Porta nova*, a dos *Bandos*, *Lingueta*, *Peixe*, e *Ribeira*, para a banda do rio; e para a parte da terra, as *do Sol*, *Cima de Villa*, *Carros*, *Sancto Eloy*, *Olival*, e *Virtudes*. Em muitas havia corpos de guarda militar. Começava a muralha no sitio chamado a *Porta nova*, onde fazia um angulo, que olhava para o poente, e donde seguia para o meio-dia, quasi em linha recta, pela margem do Douro, formando um extenso e bello passeio guarnecido de boas casarias, chegava ao *Guindaes*, e, subindo pela nascente até á *Porta do Sol*, ia rematar na porta de *Cima de Villa*, e logo começava a descer pela ingreme calçada da Teresa até á *Porta dos Carros*, que era a mais frequentada, e foi aberta em 1521, reinando D. Manuel. Desta porta continuava a muralha até, a de *Sancto Eloy*, e ahi outra vez ia subindo até a porta do *Olival*, no largo da Cordoaria, desceu á porta das *Virtudes*, á da *Esperança*, e concluia, onde principiara, no local da *Porta nova*. Foi esta cerca fundação dos reis D. Affonso 4.º, D. Pedro 1.º e D. Fernando, e a sua fabrica gastou quarenta annos. Outros, pela fórma da sua construcção, a attribuem, no que parece com mais razão, aos tempos d'elrei D. Manuel.

A actual população da cidade divide-se pela maneira seguinte: —

Vol. III.

221 O PANORAMA. 238

IGREJA E TORRE DOS CLERIGOS NO PORTO.

PORTO.

4.º

Já tinhamos feito mensão do edificio religioso, representado na gravura acima estampada, a pag. 329, col. 2.ª, do 3.º vol.; e no 4.º a pag. 182, col. 2.ª, corrigimos o engano em que nos fizera cahir a errada informação de que o elevado campanario fora guarnecido de conductores que o preservassem dos estragos causados pelos raios. — Foi construido no alto da calçada da Natividade; esta posição em extremo eminente faz realçar o seu formoso prospecto. A torre, que é a sua parte mais notavel, é comparada [e com preferencia] pelo P.e Agostinho Rebello, a pag. 96 da *Descrip. do Porto*, ás de Bristol, Utrecht, Hamburgo, e a outros famosos campanarios; o mesmo A. affirma que alguns dos sinos pesam de 100 a 200 arrobas; e que serve ella de baliza ou marca aos navegantes que vem entrar pela difficil barra do Douro. O templo, sagrado em 12 de Dezembro de 1779, é dedicado a N.ª Sr.ª d'Assumpção, como se lê na inscripção latina da porta collateral que fica ao norte, por onde tambem consta que o clero erigira á sua custa toda aquella fabrica: e com effeito uma corporação ou irmandade de clerigos, entrando alguns seculares, dos principaes da terra, a levantaram e a mantem. Na capella-mór, obra dispendiosa, se depositou o corpo de St.º Innocencio martyr: e a sagrada imagem da Padroeira está collocada sobre o alto da tribuna, que é toda de marmore e ouro, se é certo o que diz o citado P.e Rebello, custou mais de cincoenta mil cruzados.

E muito reprehensivel o desleixo que tem havido em não premunir com os pára-raios este edificio, accrescendo á razão de ser a torre mui elevada a da excessiva altura do assento que occupa: quanto mais que bastava ser uma flecha saliente entre as construcções visinhas, para estar sujeita aos golpes da centelha electrica, como já lhe succedeu. —

Entre as cousas dignas do exame do curioso que visita a cidade do Porto merece ser citado o Museo que o Sr. Allen dispoz e abriu ha bem poucos annos, tendo gasto muitos em colligir as raridades, que encerra: para o accommodar constroiu expres-

Vol. V. JULHO 24. — 1841.

O PANORAMA

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS.

140 PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. (JUNHO 8, 1839.

CASTELLO DE S. JOÃO DA FOZ.

O DOURO.

Na serra d'Orbion, não muito distante da cidade de Soria, na Castella-a-Velha, tem seu nascimento o Douro, que, saindo d'uma grande lagôa, se despenha por alcantiladas penedias, e, depois de regar extensos campos, sem findar o seu curso de 120 leguas [segundo Nunes do Leão e o p.e Peyrres] juncto ao castello de S. João da Foz, onde fórma a barra da heroica cidade do Porto, que a todos os respeitos é a segunda do nosso reino. Em tão longa carreira atravessa a Castella-a-Velha, Leão, e a provincia do seu nome, fertilisando os arredores das cidades d'Aranda, Soria, Valhadolid, Osma, Toro, Çamora, Miranda, Lamego, e Porto: rega tambem os territorios de Medina del Campo, de Sumancas, praça forte, onde tem uma famosa ponte, de Tordesillas com outra ponte de dez arcos, e o districto d'Almazen, povoado d'excellentes vinhas. Em Portugal corre tão rapido que não consente permanencia de pontes; e, além das cidades que dissemos, fecunda o solo, abundante em fructos, arvores, e vinhos, das villas e povoações de Freixo d'Espadacinta, de Torre de Moncorvo, de S. João da Pesqueira, de Provesende, de Mezão-frio, do Pezo da Regoa, de Pennajoia &c.; até pagar ao Oceano o tributo de suas agoas, banhando as muralhas da fortaleza, de que apresentamos uma vista aos nossos leitores.

Vol. III.

Muitos affluentes o engrossam no transito; e os principaes são o Pisuerga, o Carrion, e o hem conhecido Tormes, na Hespanha; e em territorio portuguez o Côa, o Tua, o Sabor, o Barroza, o Tamega, o Ferreira, o Sousa, sem contar outros de menos monta, e uma infinidade de ribeiros, que o fazem avultado. — Com o concurso de tantos auxilios é o Douro rio caudal, porém a natureza de suas margens asperas, fragosas difficeis de cavar, e que por isso lhe estreitam o leito e violentam a corrente, faz com que seja contado em grau inferior ao Tejo, que se dilata magestoso por campos livres e planos muito antes da sua embocadura. Contudo o erudito André de Resende, no Liv. 2.º das Antiguidades Lusitanas, é d'opinião contraria, affirmando que o Douro é mais copioso; e citando o antigo proverbio: *o Douro leva as aguas e o Tejo as nomeadas*, isto é, *a fama*. Accresce porém, contra aquelles, que a porção de sua feito salgado é mui limitada, ao passo que o Tejo é um vasto e extenso golpho, como ponderámos em o N.º 168. — Seja o que for, ambos foram bem conhecidos da antiguidade: o cantor da guerra punica, Silio Italico, os intitula rivaes do famoso Pactolo, rio da Lydia, que, dizem, revolvia areias d'ouro.

Hinc certant, Pactole, tibi Durisque Tagusque.

Manuel de Faria e Sousa, commentando o logar de

64 O PANORAMA. 81

FABRICA DE LOUÇA EM MIRAGAYA.

PORTUGAL XXV.

PORTO.

7.º

POR vezes temos fallado da nobre e rica cidade do Porto [a segunda deste reino a todos os respeitos] com a consideração que merece, e com a largueza que comportam os limites do nosso Jornal e a somma de noticias que havemos adquirido. Começamos pelo hosquejo do caracter geral de seus habitantes no 3.º artigo sobre o Minho, que inscrimos a pag. 147 do vol. 2.º da Serie antecedente; tratámos especialmente do Douro a pag. 177 do vol. 3.º, e das particularidades concernentes á cidade a pag. 281 desse vol. : 161 do 4.º, e 233 do 5.º — Na presente Serie 2.ª, por occasião de estampar-mos o conspecto da igreja de Cedofeita, discorremos sobre a muita antiguidade dessa collegiada: agora colligiremos as encontradas opiniões de dois escriptores, ambos nacionaes e ecclesiasticos, acerca da epocha da fundação da freguezia de S. Pedro de Miragaya: — e se pelo que toca ao edificio, representado na gravura com que este numero abre, nada podémos dizer, quer da casa, quer do estabelecimento (que nem a ser a fabrica de louça de Miragaya) é porque... os por negligencia e ommissão, ou por mal fundados receios, não nos foram ministradas as informações que solicitámos de pessoa apta a fornecel-as. Sabemos só que desta manufactura está sahindo boa louça.

Miragaya é um bairro assaz povoado, ao sul da cidade, e fronteiro a Villa-Nova de Gaya, circumstancia de que tirou o nome: está em relação ao Porto, guardadas as devidas proporções, como o

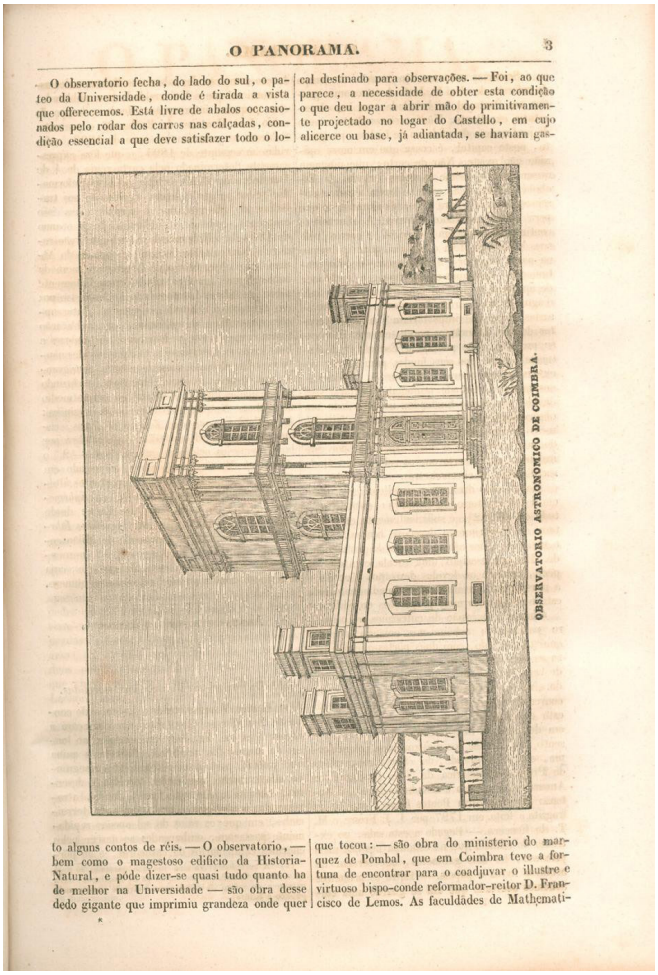
districto d'Alcantara para com Lisboa: tem um largo, guarnecido de arvores, assim como de um parapeito á beira do rio, e de boa easaria com vista para o Douro: as grandes cheias salvam aquella guarda e vão na parte opposta inundar o pavimento das logeas; por tempo ameno é este largo um passeio agradavel. — Alem de outras, a principal industria do bairro consiste em muitas ferrarias.

Pelo que respeita á igreja parochial é edificio mui apoucado e mesquinho, erecto ou reparado, no local de outro mais velho, mas cuja remotissima antiguidade é contestavel, pela boa critica, como se verá do segundo excerpto, que poremos aqui. — O arcebispo D. Rodrigo da Cunha, exprime-se a este respeito, no Catal. dos bispos do Porto, 2.ª part. cap. 43.º, da maneira seguinte. —

— «O padre fr. Miguel dos Anjos, chronista da Ordem dos Eremitas de St.º Agostinho, em certos papeis que nos mandou, locantes ás cousas deste bispado [em que nós o consultámos como pessoa tão douta nas antiguidades e como natural desta cidade] nos escreve que a cidade do Porto esteve (segundo tradição) primeiro na paragem em que está agora Miragaya, e dahi a mudaram os suevos para o monte da sé e paços do bispo; pelo que lhe parecia que a igreja de S. Pedro de Miragaya fôra edificada por S. Basilio, primeiro bispo do Porto, e dedicada a S. Pedro, que ainda então vivia, e viveu alguns annos depois, querendo-lhe S. Basilio, com esta honra pagar a sande que lhe déra á porta do templo em Jerusalem, como em sua vida deixámos referido de Juliano, arcipreste de Toledo; que o teve por aquelle cóxo, que o santo apostolo sarou indo em companhia de S. João, á porta *speciosa* do templo: opinião que o padre fr. Luiz de todo abraça, e nós agora, com auctoridade de tal escriptor.

Março 18 — 1843. 2.ª SERIE. — VOL. II.

Fig. 17 – O Porto, que no início de Oitocentos já era considerada a segunda mais importante cidade portuguesa, foi várias vezes objecto do discurso visual e textual d'*O Panorama*. (*O Panorama*, 7 de Setembro de 1839; 8 de Junho de 1839; 24 de Julho de 1841; 18 de Março de 1843)



O PANORAMA. 3

O observatorio fecha, do lado do sul, o pateo da Universidade, donde é tirada a vista que offerecemos. Está livre de abalos occasionados pelo rodar dos carros nas calçadas, condição essencial a que deve satisfazer todo o local destinado para observações. — Foi, ao que parece, a necessidade de obter esta condição o que deu logar a abrir mão do primitivamente projectado no logar do Castello, em cujo alicerce ou base, já adiantada, se haviam gas-

OBSERVATORIO ASTRONOMICO DE COIMBRA.

to alguns contos de réis. — O observatorio, — bem como o magestoso edificio da Historia-Natural, e póde dizer-se quasi tudo quanto ha de melhor na Universidade — são obra desse dedo gigante que imprimiu grandeza onde quer que tocou: — são obra do ministerio do marquez de Pombal, que em Coimbra teve a fortuna de encontrar para o coadjuvar o illustre e virtuoso bispo-conde reformador-reitor D. Francisco de Lemos. As faculdades de Mathemati-

Fig. 18 – Alguns edifícios e monumentos, nacionais e estrangeiros, foram também objecto do discurso visual d'*O Panorama*. O desenho inserido representa o Observatório Astronómico de Coimbra. Tem a particularidade de ter sido publicado numa página interior, mas a superfície que ocupa – e que motivou, inclusivamente, que o referido desenho tivesse sido paginado num ângulo de 90 graus – documenta a importância que os responsáveis pelo periódico atribuíam à informação visual. As imagens dos monumentos coadunam-se, ao mesmo tempo, com a vontade de mostrar o que existe a quem, eventualmente, nunca o verá, e com a mentalidade preservacionista romântica dos redactores d'*O Panorama* e com a consequente luta que o periódico travou pela conservação dos monumentos nacionais.
(*O Panorama*, 1 de Janeiro de 1842)

O PANORAMA. 53

que o mais que podia fazer, era ensinar áquelles, cujas esposas o almirante houvesse feito perecer de frio e de fome, as precauções que tomára para matar o regente.

Murray morreu poucas horas depois de ferido na noite de 23 de janeiro de 1570.

TUMULO NO MONTE DE S. ROQUE, JUNTO Á CIDADE DE PENAFIEL.

O VIAJANTE, que segue caminho do Porto para cima, passa a ponte Cepeda sobre o rio Sousa, e da planicie da Arzilleda engraia seus olhos pelo magestoso quadro que a natureza estendeu pelas margens deste ameno rio: em duas legoas de terreno, que avista, vê o que ha de magnifico em a natureza, campos ferteis e viçosos, bordados d'arvores, e por cima montes em declive, que servem de estrilho a tão mimoso painel, oppondo barreira ao impetuoso norte. Mas bem longe está da imaginação do caminhante, que em meio de um paiz tão animado e cheio de vida vai dar com os olhos n'um tumulo: é por certo um contraste, porem nada extraordinario por ser tão frequente. Comtudo como os movimentos sempre excitam a curiosidade dos homens pensadores e religioso, se quizer examinar o de que fallámos, descubrirá letras, que não poderá juntar, nem pela maior parte distinguir, porque o tempo, que a nada perdôa, quasi as apagou. Alguem que apparece por aquelles campos, apenas diz que ahi se enterrou um frade, que morreu da peste; que assim o ouvira contar a seus avós. Esta tradição nada explica nem individua, pelo que, viajante, se quereis saber como se levantou este pequeno monumento, lêde a historia serafica dos frades menores de S. Francisco da provincia de Portugal, na 2.ª P.ª L.º 10 cap. 40, e tambem o Agiologio Lusitano, aonde se diz que ahi jaz o P.e Fr. Manuel da Resurreição, conventual na casa denominada «Conceição dos Mattosinhos» ao qual a clausura não riscou da alma as virtudes sociaes, ao passo que foi um exemplar da caridade christã. Este bom religioso era natural de Arrifana de Sousa [hoje Penafiel], e sendo os seus patricios ceifados pela peste, soffrendo todos muito, veio acodir-lhes com soccorros espirituaes e corporaes, ministrando os sacramentos, e diminuindo a mingoa dos pobres, pedindo pelas visinhanças para os soccorrer. Quasi no fim da epidemia, no primeiro quartel do anno de 1579, aos 25 de fevereiro deu a alma a Deos. Os moradores deste logar por gratidão levantaram o pequeno e humilde tumulo, que acima se vê gravado, o qual tem de comprido 9 palmos e ½ d'altura do chão. A inscripção que actualmente é indecifravel, dizia assim, na linguagem incorrecta daquelles tempos.

«Sobre esta pedra os ossos do veneravel P.e

Fig. 19 – Também os pequenos monumentos nacionais foram valorizados pel'*O Panorama*, graças à colaboração de correspondentes espalhados um pouco por todo o país. O desenho representa um túmulo colocado no monte de São Roque, junto a Penafiel, e poderá ter sido elaborado pelo próprio autor do texto, sendo posteriormente trasladado para uma xilogravura, para permitir a impressão. (*O Panorama*, 17 de Fevereiro de 1844)

O PANORAMA. 57

UMA ALDEIA DA JAVA.

Fig. 20 – *O Panorama* funcionou como uma "janela aberta para o mundo" para os seus leitores. A imagem – neste caso sobre uma aldeia javanesa – além de cumprir propósitos informativos e ilustrativos e de mobilizar a atenção do leitor, faculta ainda um momento de evasão imaginativa, levando a mente do observador para outro espaço. É de uma ampliação cognitiva da compreensão do mundo que se pode falar. (*O Panorama*, 24 de Fevereiro de 1844)

117 O PANORAMA. 89

JÁO VESTIDO A CORTE — EM TRAJO GUERREIRO.

Os SAUCIAUS de Java (*) pertencem á raça malaia, muí espalhada na Asia. São robustos, e regularmente bem feitos de corpo, ainda que na estatura um tanto mais baixos que a mediana altura dos europeus. Tem o rosto redondo, a bocca rasgada, os beiços grossos; e não teriam máos dentes se não fôsse a absurda pratica de os enegrecer, e o máo habito de mascar o betel, como alguns marujos mascam o tabaco em folha: nariz proporcionado, olhos pequenos e prêtos, cabello comprido, mas aspero, e igualmente preto, a tez côr de cobre, porem mais denominada que nos outros malaios; a physionomia é tranquilla e pensativa, todavia exprime facilmente as varias paixões e affectos d'alma. Tem o costume funesto e ridiculo [que infelizmente não é só delles] de comprimir a cintura o mais que podem. São de condição vingativa quando offendidos, porem fóra disso acolhem bem os estrangeiros; e até a gente de inferior classe mostra em seus modos cortezia e garbo. Nas provincias dominadas pelos hollandezes tem adoptado muitos habitos e tambem a mobilia que usámos na Europa: não assim nas povoações do interior da ilha, ou regidas por seus naturaes soberanos. Como professam o mahometismo, abstem-se de carne suina, e em geral, os pelo me-

(*) Vid. a noticia desta ilha a pag. 57 do presente volume.

MARÇO 23 — 1844.

nos em publico, das bebidas embriagantes: alimentam-se de iguarias simplices; não se servem de meza nem cadeiras, e a sua louça consta de grandes pratos de metal ou de páo, e de outros menores de porçolana. Comem sentados e de pernas cruzadas, e como todos os seus coreligionarios do islamismo só empregam a mão direita para levar a comida á bocca, o que de ordinario fazem tomando-a entre o index e o pollegar e atirando com ella á moda dos chinas: são como estes grandes consumidores d'arroz, ovos, doces, e varias golosinas, a que dão tintura com açafrão e outras drogas; comtudo gostam muito das carnes não prohibidas por sua lei, e tambem peixes e aves caseiras, de que são abastados. A sua crença dominante, como dissemos, é a do alcorão que receberam ha mais de quatro seculos, porem misturada com praticas superstiziosas da religião gentilica de seus antepassados, que em grande parte conformava com as doutrinas e ceremonias do budhismo. Fallam-se na ilha tres differentes dialectos malaios, mas ha tambem uma lingua sacra mui antiga chamada kovi, que contém infinidade de palavras sanscritas. A sua litteratura nacional é limitadissima; e possuem alem disso algumas translações das linguagens sanscrita e arabe, sendo as desta ultima poucas e sómente sobre materias religiosas ou de jurisprudencia. Não obstan-

2.ª SERIE — VOL. III.

O PANORAMA. 101

territorio bengalim, um indio mostrava quatro cobras, que teriam seis palmos de comprido e maravilhosamente ensinadas: — depois de um preludio de musica, a certo som as cobras sahiram das canastras redondas em que estavam uma a uma, e principiaram a mover-se alçada cmetade do corpo, erguendo-se e baixando-se pela contracção da parte inferior, umas vezes dando voltas na casa, outras chegando-se ao dono, e emsandoo-o, e logo retrahindo-se, continuando dest'arte em varias evoluções, até que, a outra tonada dos instrumentos, de amedrontar ao que parecia, cada uma se recolheu a seu canistrel, enroscando-se, e ficando quédas. Não soffre duvida que foram estes repteis ammestrados a poder de pratica, e que os indios que vivem de similhantes exhibições são dotados de nimia paciencia e mui singular sagacidade, maior ainda que a dos sabeismos que discorrem alheias terras, mostrando marmotas e ursos adestrados em dancas. — A primeira operação daquelles polidiquerros sabido esta que é appossarem-se dos animaes que intentam domesticar; com effeito, assim que descobrem a toca, onde sabem que ha cobra, começam de cavar até apparecer parte do rabo do reptil, e agarrando-lhe rijamente com a mão esquerda o sacam para fóra, correndo com a direita velozmente o corpo até lhe subjugarem a cabeça entre os dedos: immediatamente com pinças lhe arrancam os dois colmilhos ou prezas venenosas, e fica o animal incapaz de fazer mais damno que o de uma mordedura ordinaria, porquanto os mais dentes são mui curtos e desprovidos do folliculo de peçonha. — Levadas as cobras para casa, principia a tarefa do ensino, dando-lhes de comer á mão. A caça das cobras, ditas de capéllo, é um tanto perigosa, porque se a cabeça escapa da mão direita é inevitavel a mordedura; por isso o indio vai munido de ferro em brasa para cauterisar immediatamente a ferida e impedir o effeito fatal. Quanto ao quebranto emsaão nos reptis pela musica, opiniões ha encontradas, e que parece não terem toda a sancção da verdade.

FASCINADORES DE COBRAS.

AGRICULTURA (*).

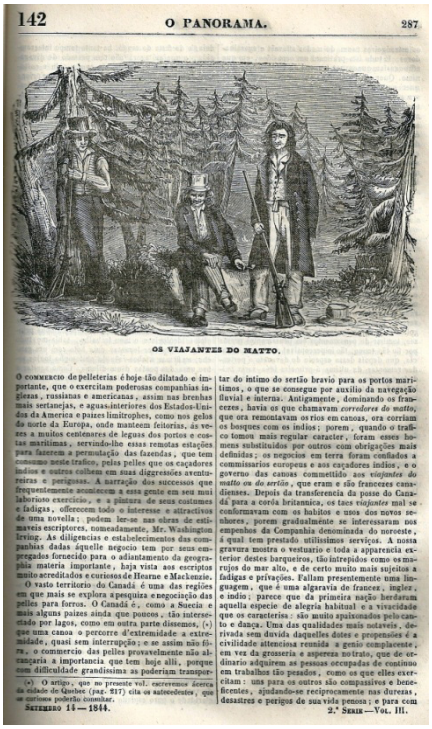
DA CALDEAÇÃO DAS TERRAS.

Esta maneira simples e natural de melhorar os terrenos é quasi absolutamente desprezada entre nós; quasi que existe um respeito superstiçoso em deixar perpetuamente o terreno tal qual o apresentou

(*) Continuação da pag. 89.

a natureza, ou antes tal qual o deixaram as revoluções do globo. Quasi nunca vereis os camponezes trocando no seu campo terra por terra, quando mesmo ahi a tem de differentes especies e qualidades, ou seja na superficie, ou na camada inferior. D'aqui se segue que humas partes predominão a areia, a qual, sendo nimiamente permeavel á agua e á luz, se secca e arde no estio, matando a planta; noutras é um barro forte e compacto, que, ou pela sec-

Fig. 21 – As gravuras etnográficas, embora algo estereotipadas, acentuaram o carácter "cosmopolita" d'*O Panorama* e permitiram aos leitores portugueses adquirirem uma imagem mental – mesmo que equivocada – de outros povos. Os europeus, graças à imprensa ilustrada, redescobriam o mundo – incluindo o fascinante e misterioso Oriente – e documentavam-no imagisticamente. Em alguns casos, acentua-se uma perspectiva enobrecedora dos sujeitos representados, como no caso da imagem da esquerda; noutros, é explorado o sentimento de estranheza e exotismo, tal como ocorre no desenho da direita. Não se assiste, porém, na generalidade das gravuras, a um "olhar superior" do caucasiano europeu perante outras gentes. Neste aspecto, o olhar d'O Panorama, ainda que um pouco estereotipado, não é um olhar de superioridade, mas meramente um olhar de interesse. De *interesse* pelo que é *diferente*, *exótico*, *pitoresco*. (*O Panorama*, 23 de Março de 1844)



142 O PANORAMA. 287

OS VIAJANTES DO MATTO.

O commercio de pelleterias é hoje tão dilatado e importante, que o exercitam poderosas companhias inglezas, russianas e americanas, assim nas brenhas mais sertanejas, e aguas interiores dos Estados-Unidos da America e paizes limitrophes, como nos gelos do norte da Europa, onde mantem feitorias, ás vezes a muitos centenares de leguas dos portos e costas maritimas, servindo-lhe essas remotas estações para fazerem a permutação das fazendas, que tem consumo neste trafico, pelas pelles que os caçadores indios e outros colhem em suas diggressões aventureiras e perigosas. A narração dos successos que frequentemente acontecem a essa gente em seu mui laborioso exercicio, e a pintura de seus costumes e fadigas, offerecem todo o interesse e attractivos de uma novella; podem ler-se nas obras de estimaveis escriptores, nomeadamente, Mr. Washington Irving. As diligencias e estabelecimentos das companhias dadas áquelle negocio tem por seus empregados fornecido para o adiantamento da geographia materia importante, baja vista aos escriptos muito acreditados e curiosos de Hearne e Mackenzie.

O vasto territorio do Canadá é uma das regiões em que mais se explora a pesquiza e negociação das pelles para forros. O Canadá é, como a Suecia e mais alguns paizes ainda que poucos, tão intersecado por lagos, como em outra parte dissemos, (*) que uma canoa o percorre d'extremidade a extremidade, quasi sem interrupção; e se assim não fôra, o commercio das pelles provavelmente não alcançaria a importancia que tem hoje alli, porque com difficuldade grandissima as poderiam transportar do intimo do sertão bravio para os portos maritimos, o que se consegue por auxilio da navegação fluvial e interna. Antigamente, dominando os francezes, havia os que chamavam *corredores do matto*, que ora remontavam os rios em canoas, ora corriam os bosques com os indios; porem, quando o trafico tomou mais regular caracter, foram esses homens substituidos por outros com obrigações mais definidas; os negocios em terra foram confiados a commissarios europeus e aos caçadores indios, e o governo das canoas commettido aos *viajantes do matto ou do sertão*, que eram e são francezes canadienses. Depois da transferencia da posse do Canadá para a corôa britannica, os taes *viajantes* mal se conformavam com os habitos e usos dos novos senhores, porem gradualmente se interessaram nos empenhos da Companhia denominada do noroeste, á qual tem prestado utilissimos serviços. A nossa gravura mostra o vestuario e toda a apparencia exterior destes barqueiros, tão intrepidos como os marujos do mar alto, e de certo muito mais sujeitos a fadigas e privações. Fallam presentemente uma linguagem, que é uma algaravia de francez, ingler, e indio: parece que da primeira nação herdaram aquella especie de alegria habitual e a vivacidade que os caracterisa: são muito apaixonados pelo canto e dança. Uma das qualidades mais notaveis, derivada sem duvida daquelles dotes e propensões é a civilidade attenciosa reunida a genio complacente, em vez da grosseria e aspereza notorio, que de ordinario adquirem as pessoas occupadas de continuo em trabalhos tão pesados, como os que elles exercitam: uns para os outros são compassivos e beneficentes, ajudando-se reciprocamente nas durezas, desastres e perigos de sua vida penosa; e para com

(*) O artigo, que no presente vol. escrevemos ácerca da cidade de Quebec (pag. 217) cita os antecedentes, que os curiosos poderão consultar.

SETEMBRO 14 — 1844. 2.° SERIE — VOL. III.

Fig. 22 – A valorização dos temas etnográficos foi patente n'*O Panorama*. O desenho representa caçadores canadianos e documenta o fascínio sentido na Europa pelas conquistas territoriais na América do Norte e pela forma de vida dos pioneiros. É um documentalismo antes da expansão da fotografia documental. (*O Panorama*, 14 de Setembro de 1844)

59 O PANORAMA. 41

OS PEREGRINOS DE S. THIAGO.

AS PRINCIPAES peregrinações ou romarias da Christandade, que na idade média foram mui frequentes, são quatro:—Jerusalem na Palestina, Roma e Loreto na Italia, S. Thiago em Compostella na Galiza. Entre todas a principal e a mais arriscada, havia sempre por mais meritoria, foi a visita aos santos logares, theatro das scenas da Redempção. Já no 4.º seculo da era christã concorriam os peregrinos á terra santa; porem a hostilidade que dos hungaros e d'outros experimentavam no caminho desviou por muito tempo os romeiros, que trocaram aquella jornada pela de Roma, e a de S. Thiago, que se levavam a cabo com poucos perigos e incommodos.

No ultimo meado outro de ponto o enthusiasmo religioso e o fervor dos romeiros que em grandissimo numero iam ver e venerar o S.º Sepulchro, estão em poder dos mussulmanos, cuja insaciavel cubiça, de mistura com o rancor, nascido da differença de crenças e de porfiosas batalhas, impunha aos peregrinos christãos toda a qualidade de vexações, maltratando-os corporalmente e com injurias, fallando-lhes com o preciso, e extorquindo-lhes dinheiro por mil diversas maneiras. Tão odioso tratamento, nos fins do seculo undecimo, inflammou o zêlo de Pedro Hermita a tal ange que aconselhando e prégando a primeira cruzada, levantou toda a Europa contra os infieis da Palestina: é esta a origem certa das guerras ditas sagradas, que a ambição continuou, e que, em meio de scenas de barbaridade, brotaram germens de fotura civilisação, porque é incontestavel que com as cruzadas nos vieram muitos fructos do Oriente, muitos elementos d'industria, commodidades e habitos, anteriormente desconhecidos. — Antes destas luctas sanguinolentas, a jornada ordinaria dos peregrinos era de grandissima volta e de riscos infinitos, partindo de Constantinopola para Jerusalem, atravessando regiões da Asia, povoadas de turcos e sciomaticos. — Em quanto os cruzados occuparam a Palestina, foi, sem comparação, mais facil a visita aos santos logares, porque se reduzia á viagem do Mediterraneo; como ao presente acontece, tendo cessado os odios encarniçados das guerras por causa de crença religiosa. — Outro caminho houve, que era cruzar o deserto arenoso e geralmente esteril, que jaz entre o Egypto e a Palestina: calculava-se a jornada de 12 a 15 dias, do Cairo até Jaffa, a antiga Joppe (*): é pelo commum abandonado pela falta d'agoas, expondo-se os passageiros por qualquer incidente aos horrores da sede n'um clima abrazador.

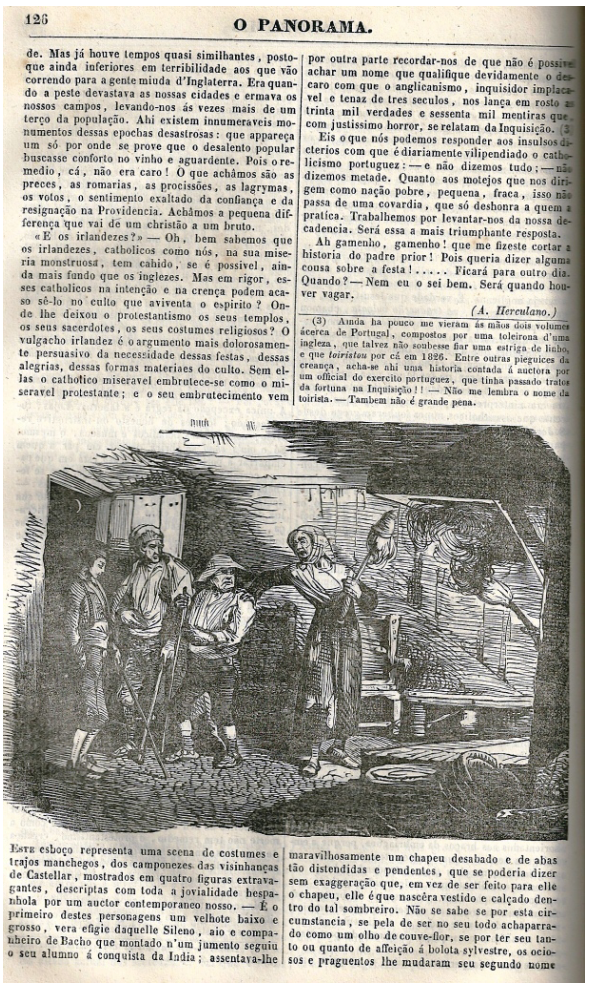
Deixando porem essas longas e trabalhosas peregrinações, expliquemos a nossa estampa. Representa ella dois romeiros de S. Thiago, que por voto fazem a jornada: levam o bordão de peregrino e a cabacinha pendente, com sua esclavina vestida, como era de uso para taes actos: a bolsa de couro, e a fita a tiracollo. A esclavina era uma especie de oca, aberta por diante, com sua murça entapizada de conchas, do genero das *pectenlas*, e a que se costuma chamar vieiras.

Sem entrarmos nas elucidações d'historia ecclesiastica, que tendem a provar a vinda do apostolo ás Hespanhas, e que os eruditos encontrarão na *Expedito Hispaniæ* do theatino D. Manoel Caetano de Sousa, diremos que o sepulchro de S. Thiago em Com-

(*) Achar-se-ha a vista de bazar de Jaffa e uma critica desta cidade e sua visinhança a pag. 178 do 2.º vol. da 1.ª Serie.

FEVEREIRO 11 — 1843. 2.ª SERIE. — VOL. II.

Fig. 23 – O interesse etnográfico d'*O Panorama* estendia-se, igualmente, ao que, estando relativamente próximo, era também relativamente desconhecido, num tempo em que as comunicações eram difíceis. Na imagem, peregrinos a Santiago de Compostela com o traje tradicional. O texto casa com a imagem: "(…) expliquemos a nossa estampa. Representa ela dois romeiros de S. Tiago, que por voto fazem a jornada. Levam o bordão de peregrino e a cabacinha pendente, com sua esclavina vestida (…)." (*O Panorama*, 11 de Fevereiro de 1834)



126 O PANORAMA.

de. Mas já houve tempos quasi similhantes, posto-que ainda inferiores em terribilidade aos que vão correndo para a gente miuda d'Inglaterra. Era quando a peste devastava as nossas cidades e ermava os nossos campos, levando-nos ás vezes mais de um terço da população. Ahi existem innumeraveis monumentos dessas epochas desastrosas: que appareça um só por onde se prove que o desalento popular buscasse conforto no vinho e aguardente. Pois o remedio, cá, não era caro! O que achâmos são as preces, as romarias, as procissões, as lagrymas, os votos, o sentimento exaltado da confiança e da resignação na Providencia. Achâmos a pequena differença que vai de um christão a um bruto.

«E os irlandezes?» — Oh, bem sabemos que os irlandezes, catholicos como nós, na sua miseria monstruosa, tem cahido, se é possivel, ainda mais fundo que os inglezes. Mas em rigor, esses catholicos na intenção e na crença podem acaso sê-lo no culto que aviventa o espirito? Onde lhe deixou o protestantismo os seus templos, os seus sacerdotes, os seus costumes religiosos? O vulgacho irlandez é o argumento mais dolorosamente persuasivo da necessidade dessas festas, dessas alegrias, dessas formas materiaes do culto. Sem ellas o catholico miseravel embrutece-se como o miseravel protestante; e o seu embrutecimento vem por outra parte recordar-nos de que não é possivel achar um nome que qualifique devidamente o descaro com que o anglicanismo, inquisidor implacavel e tenaz de tres seculos, nos lança em rosto as trinta mil verdades e sessenta mil mentiras que, com justissimo horror, se relatam da Inquisição. (3)

Eis o que nós podemos responder aos insulsos diterios com que é diariamente vilipendiado o catholicismo portuguez: — e não dizemos tudo; — não dizemos metade. Quanto aos motejos que nos dirigem como nação pobre, pequena, fraca, isso não passa de uma covardia, que só deshonra a quem a pratica. Trabalhemos por levantar-nos da nossa decadencia. Será essa a mais triumphante resposta.

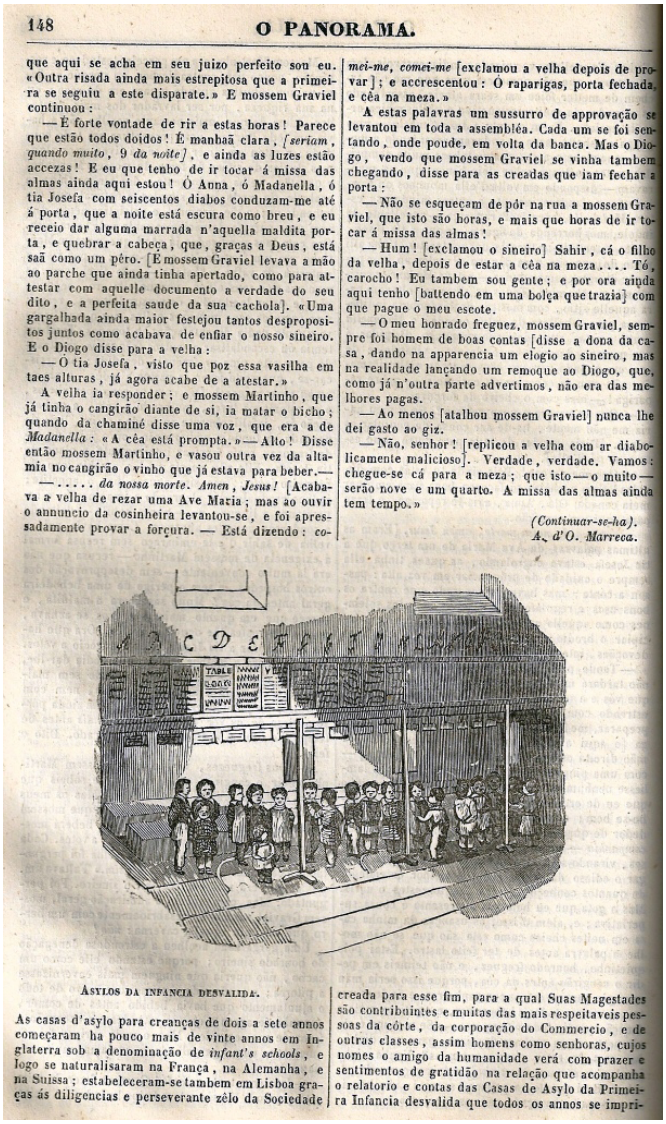
Ah gamenho, gamenho! que me fizeste cortar a historia do padre prior! Pois queria dizer alguma cousa sobre a festa!..... Ficará para outro dia. Quando? — Nem eu o sei bem. Será quando houver vagar.

(A. Herculano.)

(3) Ainda ha pouco me vieram ás mãos dois volumes ácerca de Portugal, compostos por uma toleirona d'uma ingleza, que talvez não soubesse fiar uma estriga de linho, e que *toiristou* por cá em 1826. Entre outras pieguices da creança, acha-se ahi uma historia contada á auctora por um official do exercito portuguez, que tinha passado trates da fortuna na Inquisição!! — Não me lembra o nome da toirista. — Tambem não é grande pena.

Esta esboço representa uma scena de costumes e trajos manchegos, dos camponezes das visinhanças de Castellar, mostrados em quatro figuras extravagantes, descriptas com toda a jovialidade hespanhola por um auctor contemporaneo nosso. — É o primeiro destes personagens um velhote baixo e grosso, vera effigie daquelle Sileno, aio e companheiro de Bacho que montado n'um jumento seguiu o seu alumno á conquista da India; assentava-lhe maravilhosamente um chapeu desabado e de abas tão distendidas e pendentes, que se poderia dizer sem exaggeração que, em vez de ser feito para elle o chapeu, elle é que nascêra vestido e calçado dentro do tal sombreiro. Não se sabe se por esta circumstancia, se pela de ser no seu todo achaparrado como um olho de couve-flor, se por ter seu tanto ou quanto de affeição á bolota sylvestre, os ociosos e praguentos lhe mudaram seu segundo nome

Fig. 24 – A imagem do interior de uma casa popular espanhola remete para os temas de interesse social que se viriam a tornar fortes na fotografia documental de "compromisso social". A miséria é patente na imagem, que pode sugerir uma certa estigmatização da pobreza. (*O Panorama*, 20 de Abril de 1844)



148 O PANORAMA.

que aqui se acha em seu juizo perfeito sou eu. «Outra risada ainda mais estrepitosa que a primeira se seguiu a este disparate.» E mossem Graviel continuou:

— É forte vontade de rir a estas horas! Parece que estão todos doidos! É manhaã clara, *[seriam, quando muito, 9 da noite]*, e ainda as luzes estão accezas! E eu que tenho de ir tocar á missa das almas ainda aqui estou! Ó Anna, ó Madanella, ó tia Josefa com seiscentos diabos conduzam-me até á porta, que a noite está escura como breu, e eu receio dar alguma marrada n'aquella maldita porta, e quebrar a cabeça, que, graças a Deus, está saã como um péro. [E mossem Graviel levava a mão ao parche que ainda tinha apertado, como para attestar com aquelle documento a verdade do seu dito, e a perfeita saude da sua cachola]. «Uma gargalhada ainda maior festejou tantos desproposito-tos juntos como acabava de enfiar o nosso sineiro. E o Diogo disse para a velha:

— Ó tia Josefa, visto que poz essa vasilha em taes alturas, já agora acabe de a atestar.»

A velha ia responder; e mossem Martinho, que já tinha o cangirão diante de si, ia matar o bicho; quando da chaminé disse uma voz, que era a de *Madanella*: «A cêa está prompta.» — Alto! Disse então mossem Martinho, e vasou outra vez da altamia no cangirão o vinho que já estava para beber.—

— ..... *da nossa morte. Amen, Jesus!* [Acabava a velha de rezar uma Ave Maria; mas ao ouvir o annuncio da cosinheira levantou-se, e foi apressadamente provar a forçura. — Está dizendo: *comei-me, comei-me* [exclamou a velha depois de provar]; e accrescentou: Ó raparigas, porta fechada, e cêa na meza.»

A estas palavras um sussurro de approvação se levantou em toda a assembléa. Cada um se foi sentando, onde poude, em volta da banca. Mas o Diogo, vendo que mossem Graviel se vinha tambem chegando, disse para as creadas que iam fechar a porta:

— Não se esqueçam de pôr na rua a mossem Graviel, que isto são horas, e mais que horas de ir tocar á missa das almas!

— Hum! [exclamou o sineiro] Sahir, cá o filho da velha, depois de estar a cêa na meza.... Tó, carocho! Eu tambem sou gente; e por ora ainda aqui tenho [battendo em uma bolça que trazia] com que pague o meu escote.

— O meu honrado freguez, mossem Graviel, sempre foi homem de boas contas [disse a dona da casa, dando na apparencia um elogio ao sineiro, mas na realidade lançando um remoque ao Diogo, que, como já n'outra parte advertimos, não era das melhores pagas.

— Ao menos [atalhou mossem Graviel] nunca lhe dei gasto ao giz.

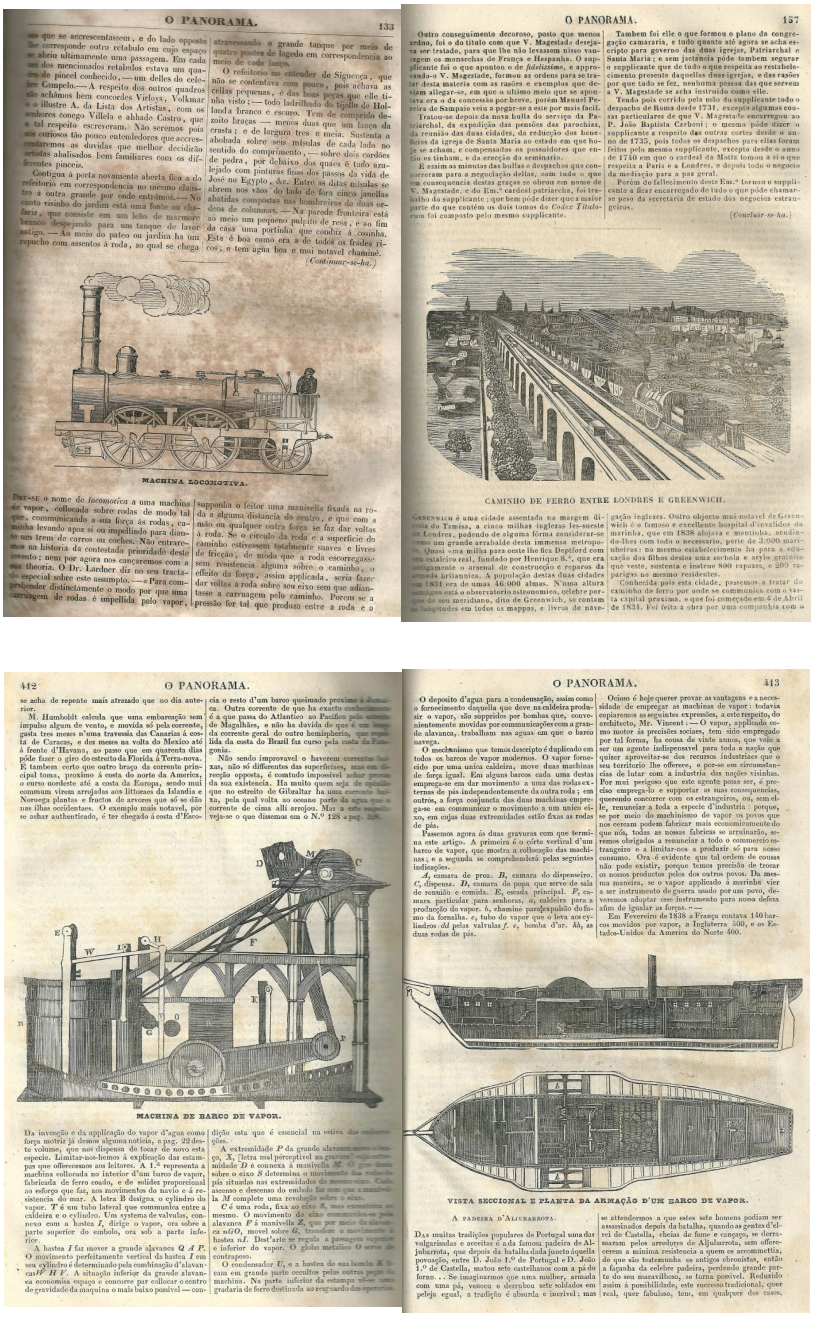
— Não, senhor! [replicou a velha com ar diabolicamente malicioso]. Verdade, verdade. Vamos: chegue-se cá para a meza; que isto — o muito — serão nove e um quarto. A missa das almas ainda tem tempo.»

(Continuar-se-ha).
A. d'O. Marreca.

ASYLOS DA INFANCIA DESVALIDA.

As casas d'asylo para creanças de dois a sete annos começaram ha pouco mais de vinte annos em Inglaterra sob a denominação de *infant's schools*, e logo se naturalisaram na França, na Alemanha, e na Suissa; estabeleceram-se tambem em Lisboa graças ás diligencias e perseverante zêlo da Sociedade creada para esse fim, para a qual Suas Magestades são contribuintes e muitas das mais respeitaveis pessoas da côrte, da corporação do Commercio, e de outras classes, assim homens como senhoras, cujos nomes o amigo da humanidade verá com prazer e sentimentos de gratidão na relação que acompanha o relatorio e contas das Casas de Asylo da Primeira Infancia desvalida que todos os annos se impri-

Fig. 25 – As preocupações sociais d'*O Panorama* são patentes neste desenho ilustrativo do interior de um orfanato que acompanha um artigo sobre os "asilos para a infância desvalida". (*O Panorama*, 11 de Maio de 1844)



O PANORAMA. 133

MACHINA LOCOMOTIVA.

O PANORAMA. 157

CAMINHO DE FERRO ENTRE LONDRES E GREENWICH.

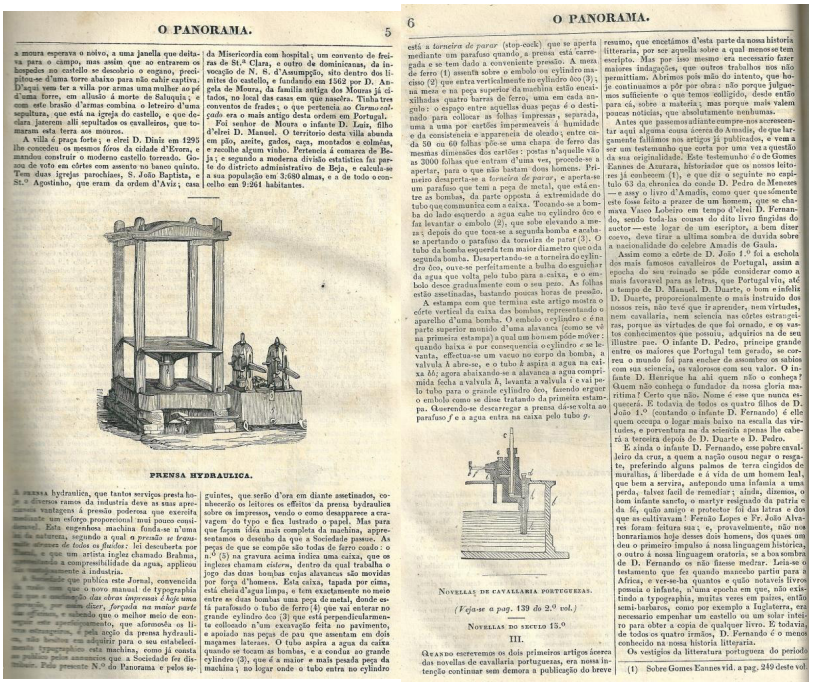
412 O PANORAMA.

MACHINA DE BARCO DE VAPOR.

O PANORAMA. 413

VISTA SECCIONAL E PLANTA DA ARMAÇÃO D'UM BARCO DE VAPOR.

Fig. 26 – A ideologia progressista d'*O Panorama* levou os seus redactores responsáveis a dar significativa atenção aos novos meios de transporte – os navios e os comboios a vapor. Frequentemente, os desenhos tinham até uma intenção que se pode apelidar de "pedagógica". (*O Panorama*, 23 de Abril de 1842; 9 de Maio de 1840; 28 de Dezembro de 1839)



O PANORAMA. 5

a moura esperava o noivo, a uma janella que deitava para o campo, mas assim que ao entrarem os hospedes no castello se descobria o engano, precipitou-se d'uma torre abaixo para não cahir captiva. D'aqui vem ter a villa por armas uma mulher ao pé d'uma torre, em allusão á morte de Saluquia; e com este brasão d'armas combina o letreiro d'uma sepultura, que está na igreja do castello, e que declara jazerem alli sepultados os cavalleiros, que tomaram esta terra aos mouros.

A villa é praça forte; e elrei D. Diniz em 1295 lhe concedeu os mesmos fóros da cidade d'Evora, e mandou construir o moderno castello torreado. Goza de voto em côrtes com assento no banco quinto. Tem duas igrejas parochiaes, S. João Baptista, e St.º Agostinho, que eram da ordem d'Aviz; cauta da Misericordia com hospital; um convento de freiras de St.ª Clara, e outro de dominicanas, da invocação de N. S. d'Assumpção, sito dentro dos limites do castello, e fundando em 1562 por D. Angela de Moura, da familia antiga dos Mouras já citados, no local das casas em que nascera. Tinha tres conventos de frades; o que pertencia ao *Carmo* calçado era o mais antigo desta ordem em Portugal.

Foi senhor de Moura o infante D. Luiz, filho d'elrei D. Manuel. O territorio desta villa abunda em pão, azeite, gados, caça, montados e colmeias, e recolhe algum vinho. Pertencia á comarca de Beja; e segundo a moderna divisão estatistica faz parte do districto administrativo de Beja, e calcula-se a sua população em 3:680 almas, e a de todo o concelho em 9:261 habitantes.

PRENSA HYDRAULICA.

A prensa hydraulica, que tantos serviços presta hoje a diversos ramos da industria deve as suas apreciaveis vantagens á pressão poderosa que exercita mediante um esforço proporcional mui pouco consideravel. Esta engenhosa machina fundá-se n'uma lei da natureza, segundo a qual a *pressão se transmitte igual em todos os lados*: lei descoberta por Pascal, e que um artista inglez chamado Brahma, applicando a compressibilidade da agua, applicou immediatamente á industria.

A Revista que publica este Jornal, convencida de que o novo manual de typographia [illegible] *das obras impressas é hoje uma parte* [illegible] *dizer, forçoda na maior parte* [illegible] e ufanando-se de que o melhor meio de conseguir este aperfeiçoamento, que aformoseia os livros estrangeiros, é pela acção da prensa hydraulica, não hesitou em adquirir para o seu estabelecimento typographico esta machina, como já consta ao publico pelos annuncios que a Sociedade fez distribuir. Pelo presente N.º do Panorama e pelos seguintes, que serão d'ora em diante assetinados, conhecerão os leitores os effeitos da prensa hydraulica sobre os impressos, vendo o como desapparece a cra-vagem do typo e fica lustrado o papel. Mas para que façam idéa mais completa da machina, apprestamos o desenho da que a Sociedade possue. As peças de que se compõe são todas de ferro coado: o n.º (5) na gravura acima indica uma caixa, que os inglezes chamam *cistern*, dentro da qual trabalha o jogo das duas bombas cujas alavancas são movidas por força d'homens. Esta caixa, tapada por cima, está cheia d'agua limpa, e tem exactamente no meio entre as duas bombas uma peça de metal, donde está parafusado o tubo de ferro (4) que vai entornar no grande cylindro óco (3) que está perpendicularmente collocado n'um excavação feita no pavimento, e apoiado nas peças de pau que amentam em dois mayanes lateraes. O tubo aspira a agua da caixa quando se tocam as bombas, e a conduz ao grande cylindro (3), que é a maior e mais pesada peça da machina; no logar onde o tubo entra no cylindro

está a *torneira de parar* (stop-cock) que se aperta mediante um parafuso quando a prensa está carregada e se tem dado a conveniente pressão. A mesa de ferro (1) assenta sobre o embolo ou cylindro massiço (2) que entra verticalmente no cylindro óco (3); na mesa e na peça superior da machina estão encaixilhadas quatro barras de ferro, uma em cada angulo: o espaço entre aquellas duas peças é o destinado para collocar as folhas impressas, separada uma a uma por cartões imperneaveis á humidade e da consistencia e apparencia de oleado; entre cada 50 ou 60 folhas põe-se uma chapa de ferro das mesmas dimensões dos cartões: postas n'aquelle vão as 3000 folhas que entram d'uma vez, procede-se a apertar, para o que não bastam dous homens. Primeiro desaperta-se a *torneira de parar*, e aperta-se um parafuso que tem a peça de metal, que está entre os bombas, da parte opposta á extremidade do tubo que communica com a caixa. Tocando-se a bomba do lado esquerdo a agua cahe no cylindro óco e faz levantar o embolo (2), que sobe elevando a mesa; depois do que toca-se a segunda bomba e acaba-se apertando o parafuso da torneira de parar (5). O tubo da bomba esquerda tem maior diametro que o da segunda bomba. Desapertando-se a torneira do cylindro óco, ouve-se perfeitamente a bolha do esguichar da agua que volta pelo tubo para a caixa, e o embolo desce gradualmente com o seu peso. As folhas estão assetinadas, bastando poucas horas de pressão.

A estampa com que termina este artigo mostra o córte vertical da caixa dos bombas, representando o aparello d'uma bomba. O embolo ou cylindro e é na parte superior munido d'uma alavanca (como se vê na primeira estampa) a qual um homem póde mover: quando baixa e por consequencia o cylindro e se levanta, effectua-se um vacuo no corpo da bomba, a valvula A abre-se, e o tubo *k* aspira a agua na caixa *kb*; agora abaixando-se a alavanca a agua comprimida fecha a valvula A, levanta a valvula i e vai pelo tubo para o grande cylindro óco, fazendo erguer o embolo como se disse tratando da primeira estampa. Querendo-se descarregar a prensa dá-se volta ao parafuso *f* e a agua entra na caixa pelo tubo *g*.

NOVELLAS DE CAVALLARIA PORTUGUEZAS.

(*Veja-se a pag.* 139 *do* 2.º vol.)

NOVELLAS DO SECULO 15.º

III.

Quando escrevemos os dois primeiros artigos ácerca das novellas de cavallaria portuguezas, era nossa intenção continuar sem demora a publicação do breve resumo, que encetámos d'esta parte da nossa historia litteraria, por ser aquella sobre a qual menos se tem escripto. Mas por isso mesmo era necessario fazer maiores indagações, que outros trabalhos nos não permittiam. Abrimos pois mão do intento, que hoje continuamos a pôr por obra: não porque julguemos sufficiente o que temos colligido, desde então para cá, sobre a materia; mas porque mais valem poucas noticias, que absolutamente nenhumas.

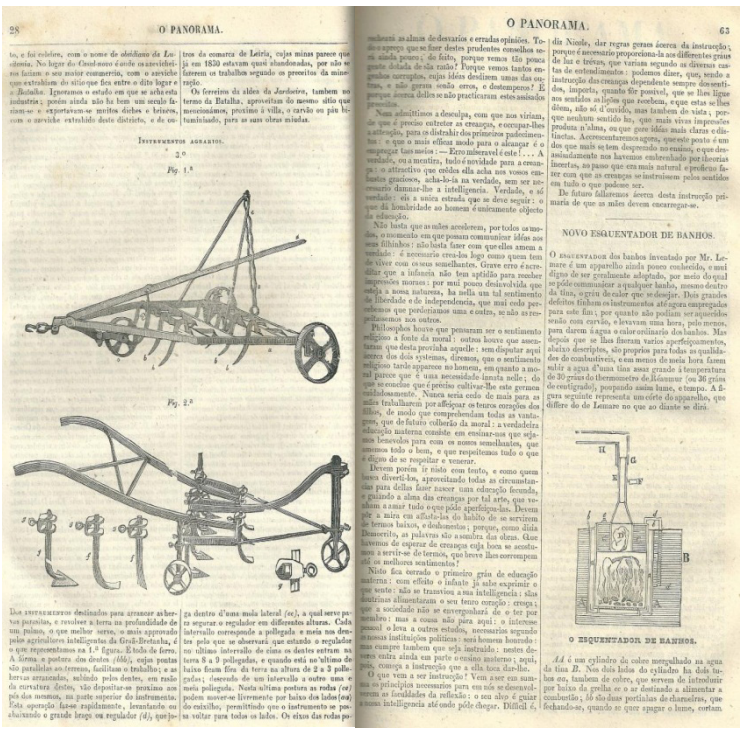
Antes que passemos adiante cumpre-nos accrescentar aqui alguma cousa ácerca do Amadis, de que largamente fallámos nos artigos já publicados, e vem a ser um testemunho que corta por uma vez a questão da sua originalidade. Este testemunho é o de Gomes Eannes de Azurara, historiador que os nossos leitores já conhecem (1), e que diz o seguinte no capitulo 63 da chronica do conde D. Pedro de Menezes — e assy o livro d'Amadis, como quer que sómente este fosse feito a prazer de um homem, que se chamava Vasco Lobeiro em tempo d'elrei D. Fernando, sendo toda-las cousas do dito livro fingidas do auctor — este logar de um escriptor, a bem dizer coeva, deve tirar a ultima sombra de duvida sobre a nacionalidade do celebre Amadis de Gaula.

Assim como a côrte de D. João I.º foi a escbola dos mais famosos cavalleiros de Portugal, assim a epocha do seu reinado se póde considerar como a mais favoravel para as letras, que Portugal viu, até o tempo de D. Manuel. D. Duarte, o bom e infelis D. Duarte, proporcionalmente o mais instruido dos nossos reis, não teve que ir aprender, nem virtudes, nem cavallaria, nem sciencia nas côrtes estrangeiras, porque as virtudes de que foi ornado, e os vastos conhecimentos que possuia, adquiriu na de seu illustre pae. O infante D. Pedro, principe grande entre os maiores que Portugal tem gerado, se correu o mundo foi para encher de assombro os sabios com sua sciencia, os valorosos com seu valor. O infante D. Henrique ha alli quem não o conheça? Quem não conheça o fundador da nossa gloria maritima? Ceita que m'lo diz. Nome é esse que nunca esquecerá. E todavia de todos os quatro filhos de D. João I.º (contando o infante D. Fernando) é elle quem occupa o logar mais baixo na escala das virtudes, e porventura na da sciencia apenas lhe caberá a terceira depois de D. Duarte e D. Pedro.

E ainda o infante D. Fernando, esse pobre cavalleiro da cruz, a quem a nação ousou negar o resgate, preferindo algnas palmos de terra cingidos de muralhas, á liberdade e á vida de um homem leal, que bem a servira, antepondo uma infamia a uma perda, talvez facil de remediar; ainda, dissemos, o bom infante sancto, o martyr resignado da patria e da fé, quão amigo e protector foi das lettras e dos que as cultivavam! Fernão Lopes e Fr. João Alvares foram feitura sua; e, provavelmente, não nos honrariamos hoje desses dois homens, dos quaes um deu o primeiro impulso á nossa linguagem historica, o outro á nossa linguagem oratoria, se a boa sombra de D. Fernando os não fosse medrar. Leia-se o testamento que fez quando mancebo partio para a Africa, e ver-se-ha quantos e quão notaveis livros pensela o infante, n'uma epocha em que, não existindo a typographia, muitas veres em paires, então semi-barbaros, como por exemplo a Inglaterra, era necessario empenhar um castello ou um solar inteiro para obter a copia de qualquer livro. E todavia, de todos os quatro irmãos, D. Fernando é o menos conhecido na nossa historia litteraria.

Os vestigios da litteratura portugueza do periodo

(1) Sobre Gomes Eannes vid. a pag. 249 deste vol.



to, e foi celebre, com o nome de *obidiano da Lodeira*. No logar do Cendal ainda ha vestigios que attestam o seu maior commercio, com o serviço que estabelio do silicio que fica entre o dito logar e a Batalha. Ignoramos o estado em que se achará industria; porém ainda não ha bem um seculo fazia-se e exportavam-se muitos dichos e brinco, com o serviço estabelio deste districto, e de outros da comarca de Leiria, cujas minas parece que já em 1520 estavam quasi abandonadas, por não se fazerem os trabalhos segundo as preceitos da mineração.

Os fornos da aldea da *Jardoeira*, tambem no termo da Batalha, aproveitam do mesmo sitio que mencionámos, proximo á villa, o carvão ou pão bumbinado, para as suas obras miudas.

INSTRUMENTOS AGRARIOS.

3.º

Fig. 1.ª

Fig. 2.º

Dos INSTRUMENTOS destinados para arrancar as hervas parasitas, e revolver a terra ao profundidade de um palmo, o que melhor serve, o mais approvado pelos agricultores intelligentes da Grã-Bretanha, é o que representamos na 1.ª figura. É feito de ferro. A *lâmina* a postura dos *dentes* (*bbb*), cujas pontas são parallelas ao terreno, facilitam o trabalho; e as lerras arrancadas, saltando pelos dentes, em razão da curvatura destes, vão depositar-se proximo aos pés das mesmas, na parte superior do instrumento. Esta operação faz-se rapidamente, levantando ou abaixando o grande braço ou regulador (*d*), que jo-

rediram as almas de desvarios e erradas opiniões. Todos apoyo que se fizer destes prudentes conselhos será ainda pouco; de feito, porque vemos tão pouca gente dotada de tal razão? Porque vemos tantos engenhos corruptos, cujas idéas desdizem umas das outras, e não geram senão erros, e desenpenos? E porque acerca delles se não practicaram estes assisados preceitos.

Nem admittimos a desculpa, com que nos viriam, de que é preciso entreter as creanças, e occupar-lhes a attenção, para os distrahir dos primeiros padecimentos: e que o mais efficaz modo para o alcançar é o empregar taes meios: — Erro miseravel é este! . . . A verdade, ou a mentira, tudo é novidade para a creança; o attractivo que credes ella acha nos vossos embustes graciosos, acha-lo-ia na verdade, sem ser necessario daimar-lhe a intelligencia. Verdade, e só verdade: eis a unica estrada que se deve seguir: o que da humbridade ao homem é unicamente objecto da educação.

Não basta que as mães acrelevem, por todos os modos, o momento em que possam communicar idéas aos seus filhinhos: não basta fazer com que elles amem a verdade: é necessario crea-los logo como quem tem de viver com os seus semelhantes. Grave erro é acreditar que a infancia não tem aptidão para receber impressões moraes: por mui pouco desenvolvida que esteja a nossa natureza, ha nella um tal sentimento de liberdade e de independencia, que mui cedo percebemos que pordiarismos uma e outra, se não acrelhassemos nos outros.

Philosophos houve que pensaram ser o sentimento religioso a fonte da moral: outros houve que asseveraram que desta provinha aquelle: sem disputar aqui acerca dos dois systemas, diremos, que o sentimento religioso tarde apparece no homem, em quanto a moral parece que é uma necessidade innata nelle; do que se conclue que é preciso cultivar-lhe este germen cuidadosamente. Nunca seria cedo de mais para as mães trabalharem por affeiçoar os tenros corações dos filhos, de modo que comprehendam todas as vantagens, que de futuro colherão da moral: a verdadeira educação materna consiste em ensinar-nos que sejamos benevolos para com os nossos semelhantes, que amemos todo o bem, e que respeitemos tudo o que é digno de se respeitar e venerar.

Devem porém ir nisto com tento, e como quem nos divertí-los, aproveitando todas as circumstancias para dellas fazer nascer uma educação fecunda, e guiando a alma das creanças por tal arte, que vão-lhem a amar tudo o que póde aperfeiçoa-las. Desem pór a mira em affaste-las do habito de se servirem de termos baixos, e deshonestos; porque, como dizia Democrito, as palavras são a semilha das obras. Que havemos de esperar de creanças cuja bocca se acostumou a servir-se de termos, que breve lhes corrompem até os melhores sentimentos!

Nisto fica cerrado o primeiro grão de educação materna: com effeito o infante já sabe exprimir o que sente: não se transviou a sua intelligencia: suas doutrinas alimentaram o seu futuro coração: creou-se a sociedade não se envergonhará de o ter por membro: mas a cousa não pára aqui: o infante ensaiou o leva a outros estudos, necessarios segundo as nossas instituições politicas: será homem honrado: mas cumpre tambem que seja instruido: nestes degraos entra ainda em parte o ensino materno; aqui, pois, começa a instrucção que a ella toca dar-lho.

O que vem a ser instrucção? Vem ser um numero os principios necessarios para em nós se desenvolverem as faculdades da reflexão: o seu alvo é guiar o nosso intelligencia até onde póde chegar. Difficil é, dis Nicole, dar regras geraes ácerca da instrucção; porque é necessario proporciona-la aos differentes graus de luz e preços, que variam segundo as diversas castas de entendimentos: podemos dizer, que, sendo a instrucção das creanças dependente sempre dos sentidos, importa, quanto for possivel, que se lhes ligue aos sentidos as idéas que recebem, e que estas se lhes dêem, não só d'ouvido, mas tambem de vista; porque assim o sinal se lhe, que mais vivas impressões produza n'alma, ou que gere idéas mais claras e distinctas. Accrescentaremos agora, que este ponto é um dos que mais se tem desprezado no ensino, e que desassisadamente nos havemos embrenhado por doutrinas incertas, ao passo que era mais natural e proficuo fazer com que as creanças se instruissem pelos sentidos em tudo o que podesse ser.

De futuro fallaremos ácerca desta instrucção primaria de que as mães devem encarregar-se.

NOVO ESQUENTADOR DE BANHOS.

O esquentador dos banhos inventado por Mr. Lemare é um apparello ainda pouco conhecido, e mui digno de ser geralmente adoptado, por meio do qual se póde communicar a qualquer banho, mesmo dentro da tina, o grau de calor que se desejar. Dois grandes defeitos tinham os instrumentos até agora empregados para este fim; por quanto não podiam ser aquecidos senão com carvão, e levavam uma hora, pelo menos, para darem a agua o calor ordinario dos banhos. Mas depois que se lhes fizeram varios aperfeiçoamentos, abaixo descriptos, são proprios para todas as qualidades de combustiveis, e em menos de meia hora fazem subir a agua d'uma tina assaz grande á temperatura de 30 graus do thermometro de Réaumur (ou 36 graus de centigrado), pouparido assim lume, e tempo. A figura seguinte representa um corte do apparello, que differe do de Lemare no que ao diante se dirá.

O ESQUENTADOR DE BANHOS.

Ad é um cylindro de cobre mergulhado na agua da tina *B*. Nos dois lados do cylindro ha dois tubos do mesmo, de cobre, que servem de introduzir por baixo da grella ce o ar destinado a alimentar a combustão; só são duas portinhas de chaneiras, que fechando-se, quando se quer apagar o lume, cortam

O PANORAMA. 7

com o superfluo: a da importação tira a subsistencia a quantidade d'individuos que a sociedade deve manter. Terminaremos este artigo por uma observação essencial, e é que dependendo o commercio interno sómente das leis civis, facilmente se emendam e rectificam estas conforme ás necessidades do paiz; não assim no commercio externo, que pertence ás leis politicas, aos tratados, ás convenções internacionaes; muito attentos pois devem andar os governos nesta parte, porque estas tanto mais difficeis serão d'alterar-se quanto mais ruinosas forem ao paiz.

J. da C. N. C.

BALÕES AEROSTATICOS.

2.°

Pára-quédas.

E cousa bem sabida que o ar oppõe resistencia aos corpos, que se movem com certa rapidez: quanto maior esta fôr, tanto maior será a resistencia: a experiencia mostrou que, a respeito do mesmo corpo, se a rapidez ou velocidade é dupla, a resistencia do ar quadruplica; se a velocidade é triplice a resistencia é nove vezes maior;—emfim a resistencia do ar augmenta na rasão do quadrado da velocidade do corpo posto em movimento. Resulta deste principio que se um corpo cahe no ar a acceleração de velocidade, que desde logo experimenta, vai gradualmente decrescendo. A resistencia se augmenta em rasão da superficie do corpo em movimento, de forma que augmentando-se a superficie de um corpo que cahe, a uniformidade de sua rapidez se estabelece, com pequena differença, desde a origem do seu movimento. Dahi vem que pode attenuar-se a quéda de qualquer corpo, dando-lhe grande desenvolvimento de superficie.

Conforme o principio apontado foram construidos os pára-quédas. Já em 1784, o distincto professor de technologia, Mr. Lenormand, tinha feito algumas experiencias deste genero; porem em 1802 a

Fig. 27 – *O Panorama* procurou, a seu modo, contribuir para a prosperidade nacional, divulgando invenções que poderiam ter aplicação no país (para o caso, a prensa hidráulica, instrumentos agrícolas, um esquentador de banhos e pára-quedas). As ilustrações possuem elevado valor pedagógico, decerto para permitir a replicação dos instrumentos. (*O Panorama*, 4 de Janeiro de 1840; 25 de Janeiro de 1840; 24 de Junho de 1837; 6 de Janeiro de 1844)

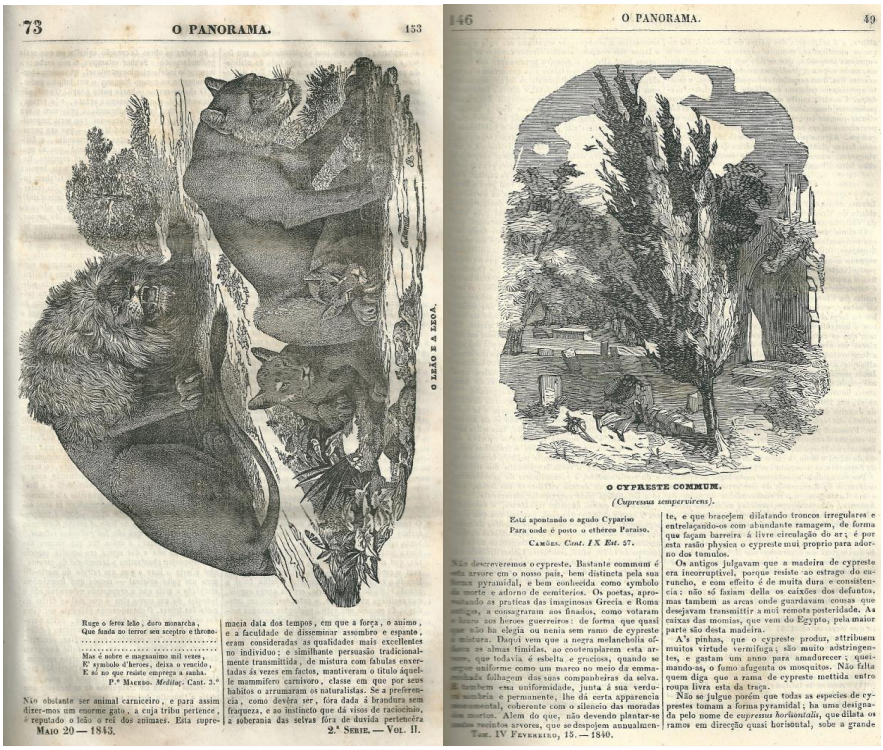


Fig. 28 – A natureza, quer por motivos de satisfação da curiosidade, quer por motivos de alerta para os usos potenciais de determinadas plantas, constituiu um dos motivos da informação visual proporcionada pel'*O Panorama* aos seus leitores, em gravuras que, frequentemente, atingem elevada qualidade estética, em abordagens realistas e significativamente icónicas. (*O Panorama*, 20 de Maio de 1843; 15 de Fevereiro de 1840)

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

19 PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. SETEMBRO 9, 1837.

O CORTE DAS CANNAS.

O MOINHO DO ASSUCAR.

A CANNA D'ASSUCAR.

É coisa averiguada que dos objectos mais vulgares são sempre a origem, e muitas circumstancias, ou ignoradas, ou esquecidas. E por isso estamos persuadidos que havendo de tractar do assucar, e da planta que o produz, para explicarmos as estampas do presente numero, não será desfeitada de novidade a noticia, que vamos dar, e que recopilámos cuidadosamente dos auctores de melhor nota; não obstante ser o assucar um genero tão conhecido, por isso que é hoje de uso quasi geral em o nosso paiz. Não tenham pois os homens sabedores em conta de inutilidade estas poucas linhas; porque sendo a nossa intenção dilatar a esphera dos conhecimentos populares, bem claro fica qual é a classe dos leitores para quem as escrevemos, classe que ninguem duvidará ser a mais numerosa em nossa terra.

A canna d'assucar, natural do Oriente, cultivou-se provavelmente na India e Arabia desde tempo immemorial: dalli seria transportada á Europa pelo Mar-Vermelho em epocha muito remota. Todavia conjectura Leitau que era desconhecida na Christandade até o tempo das cruzadas. Floreceu depois na Morea, e nas ilhas de Rhodes e Malta, donde a transportaram á Sicilia. Daqui a mandou vir o illustre infante D. Henrique para a ilha da Madeira, e promoveu a sua cultura, que prosperou prodigiosamente até que

bois, e outras bestas, ainda que trabalhem constantemente durante a moagem, dando-se-lhes abundancia de olhos desta nobre planta, e algumas das escumas da cuva da caldeira, se vigoram mais que em outra qualquer parte do anno. Até os porcos, perús, e galinhas engordam, comendo o bagaço da canna. Em uma palavra, n'uma lavoura bem regulada, debaixo da intendencia de um director humano e benigno, tudo no tempo da safra respira vigor, abundancia, e contentamento.

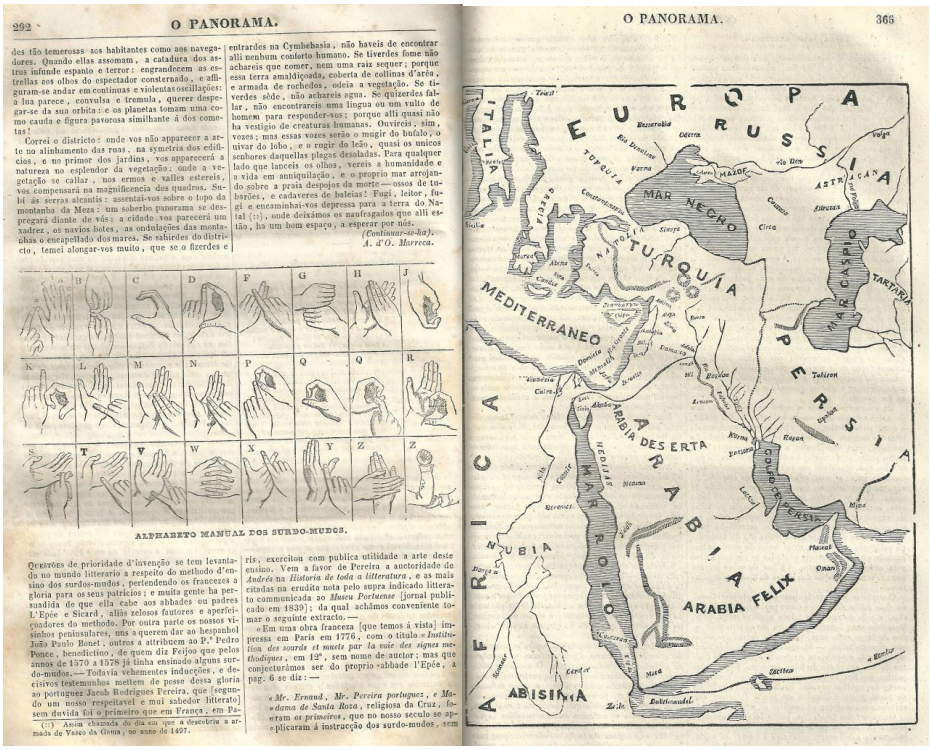
O uso do assucar generalisou-se na Europa depois que a cultura da canna se diffundiu mais amplamente nas colonias Americanas; antes desta epocha era considerado como objecto de luxo, ou como um producto vegetal da competencia da medicina, e vendia-se nas boticas; mas quando as suas propriedades se foram melhor conhecendo foi sendo geralmente adoptado, e hoje converten-se em genero quasi indispensavel. Todo o mundo sabe que o assucar além de compôr muitos alimentos é a base das caldas e licôres, e que diluido em aguardente resiste á putrefacção, e nos conserva os fructos, e outros muitos objectos. É por sua natureza mui nutriente e sadio: facilita a digestão, e convém a todas as idades: dá-se ás creanças de mama; e fortifica o estomago dos velhos. E tambem um medicamento; e na arte de curar tem usos mui variados, e utilissimos. Attribuem-lhe a diminuição das febres putridas. O celebre Trochin costumava recommenda-lo aos seus doentes. Edwards, citando o velho medico Slarz, diz: «Todo aquelle, que toma o partido contra os doces em geral, sujeita-se a mui difficil tarefa; por quanto parece que a natureza tem communicado a todas as creaturas o gosto das cousas doces: as aves, os animaes dos campos, muitos reptis e insectos se aprazem, e regoijam em provar o que é doce, e se degustam do que não o é. Ora assucar extrahido da canna é o padrão eminente das doçuras vegetaes; por isso não admira ver quasi todos os individuos apaixonados desta substancia.» Todas as fructas que tem mais partes saccharinas são geralmente preferidas; e de muitas nestes ultimos tempos se tem conseguido fazer muito bom assucar: a castanha, por exemplo, o fornece em abundancia. Hoje é bem conhecido o de betterava. A canna do milho abunda em partes saccharinas, e até della se faz uma aguardente um pouco aproximada á da canna legitima do assucar. Porém sempre a esta ultima cabe a primazia. E com effeito, que as Nações, que não possuem colonias para a cultivarem, procurem alcançar dentro do seu paiz productos, que substituam o assucar da canna, nada mais louvavel: mas que nós tendo perdido o Brazil, e possuindo dilatadas possessões nas duas costas d'Africa, não cuidemos em promover este lucrativo ramo de cultura em nossas actuaes colonias, que lhes são tão adequadas, é o apuro do desmazelo, e negligencia dos nossos interesses. Parece que ultimamente tem intentado na Madeira restaurar este ramo, que alli, como já vimos, tanto prosperou em tempos antigos. Nesses mesmos tempos se plantava com bom exito a canna na Andaluzia, donde póde naturalmente inferir-se que se daria bem em o nosso Algarve. Assentámos que com as proporções, que tem a nossa nação, é mais conveniente progredir naquelles generos de agricultura já aclimatados dentro do reino, e que ainda estão longe de serem tão florescentes, como deveram; e nas possessões ultramarinas cultivar os generos do Novo-Mundo, não só pela analogia do clima, que affiança mais prosperos resultados, como para estabelecer um commercio directo entre as colonias, e a metropole, como d'antes faziamos com o Brazil: commercio este que seria grandemente nacional. O amor da patria nos fez em meio do nosso assumpto lançar estas considerações, que o bom juizo dos nossos compatriotas saberá avaliar. Assim ellas podessem despertar os animos, e impelli-los para emprezas proficuas e de interesse geral!

A CASA DAS CALDEIRAS.

QUEIMADURAS.

As QUEIMADURAS profundas causam poucas dores, quando a pelle desorganisada já não tem nem sentimento nem vida, e quando por consequencia vem a ser. A suppuração é o meio de que se serve a natureza para a deitar fóra; e todos os remedios que por ahi se dão para curar queimaduras são absolutamente balbadios. O ceroto ou pomada e as demais substancias oleosas só podem servir para os parches não se pegarem á ferida quando seca; mas de nenhum modo contribuem para a reorganisação da pelle, obra que só a natureza póde levar a cabo. As queimaduras profundas vem sempre acompanhadas por outras superficies, mais ou menos extensas: são estas que doem muito, quer sós, quer de involta com as outras.

Fig. 29 – Esta multiplicação de perspectivas sobre um único tema – o funcionamento de um engenho de açúcar – já é configuradora da foto-reportagem moderna. As imagens em causa (em especial a primeira), porém, naturalizam complexas relações de poder e domínio do senhor do engenho sobre os seus servos e ignora o sofrimento decorrente do trabalho árduo. A estetização das imagens agudiza a sensação de normalidade, calma e até de beleza num espaço onde, na realidade, haveria trabalho escravo – ou similar – e sofrimento. (*O Panorama*, 9 de Setembro de 1837)



292 O PANORAMA.

dos tão temerosas aos habitantes como aos navegadores. Quando ellas assomam, a catadura dos astros infunde espanto e terror: engrandecem as estrellas aos olhos do espectador consternado, e affiguram-se andar em continuas e violentas oscillações: a lua parece, convulsa e tremula, querer despegar-se da sua orbita: e os planetas tomam uma como cauda e figura pavorosa similhante á dos cometas!

Correi o districto: onde vos não apparecer a arte no alinhamento das ruas, na symetria dos edificios, e no primor dos jardins, vos apparecerá a natureza no esplendor da vegetação: onde a vegetação se callar, nos ermos e valles estereis, vos compensará na magnificencia dos quadros. Subi ás serras alcantis: assentai-vos sobre o topo da montanha da Meza: um soberbo panorama se despregará diante de vós: a cidade vos parecerá um xadrez, os navios botes, as ondulações das montanhas o encapellado dos mares. Se sahirdes do districto, temei alongar-vos muito, que se o fizerdes e entrardes na Cymbebasia, não haveis de encontrar alli nenhum conforto humano. Se tiverdes fome não achareis que comer, nem uma raiz sequer; porque essa terra amaldiçoada, coberta de collinas d'areia, e armada de ruchedos, odeia a vegetação. Se tiverdes sêde, não achareis agua. Se quizerdes fallar, não encontrareis uma lingua ou um vulto de homem para responder-vos; porque alli quasi não ha vestigio de creaturas humanas. Ouvireis, sim, vozes; mas essas vozes serão o mugir do bufalo, o uivar do lobo, e o rugir do leão, quasi os unicos senhores daquellas plagas desoladas. Para qualquer lado que lanceis os olhos, vereis a humanidade e a vida em aniquilação, e o proprio mar arrojando sobre a praia despojos da morte — ossos de tubarões, e cadaveres de baleias! Fugi, leitor, fugi e encaminhai-vos depressa para a terra do Natal (*), onde deixámos os naufragados que alli estão, ha um bom espaço, a esperar por nós.

(*Continuar-se-ha*).

A. d'O. Marreca.

ALPHABETO MANUAL DOS SURDO-MUDOS.

Questões de prioridade d'invenção se tem levantado no mundo litterario a respeito do methodo d'ensino dos surdos-mudos, pertendendo os francezes a gloria para os seus patricios; e muita gente ha persuadida de que ella cabe aos abbades os padres L'Epée e Sicard, aliás zelosos fautores e aperfeiçoadores do methodo. Por outra parte os nossos visinhos peninsulares, uns aquerem dar ao hespanhol João Paulo Bonet, outros a attribuem ao P.e Pedro Ponce, benedictino, de quem diz Feijoo que pelos annos de 1570 a 1578 já tinha ensinado alguns surdo-mudos. — Todavia vehementes inducções, e decisivos testemunhos mettem de posse dessa gloria ao portuguez Jacob Rodrigues Pereira, que (segundo um nosso respeitavel e mui sabedor litterato) sem duvida foi o primeiro que em França, em Paris, exercitou com publica utilidade a arte deste ensino. Vem a favor de Pereira a auctoridade de *Andrés* na *Historia de toda a litteratura*, e as mais citadas na erudita nota pelo supra indicado litterato communicada ao *Museu Portuense* [jornal publicado em 1839]; da qual achámos conveniente tomar o seguinte extracto. —

«Em uma obra franceza [que temos á vista] impressa em Paris em 1776, com o titulo «*Institution des sourds et muets par la voie des signes methodiques*, em 12.º, sem nome de auctor; mas que conjecturámos ser do proprio abbade l'Epée, a pag. 6 se diz: —

«*Mr. Ernaud, Mr. Pereira portuguez, e Madama de Santa Roza*, religiosa da Cruz, foram os *primeiros*, que no nosso seculo se aplicaram á instrucção dos surdo-mudos, sem

(*) Assim chamada do dia em que a descobriu a armada de Vasco da Gama, no anno de 1497.

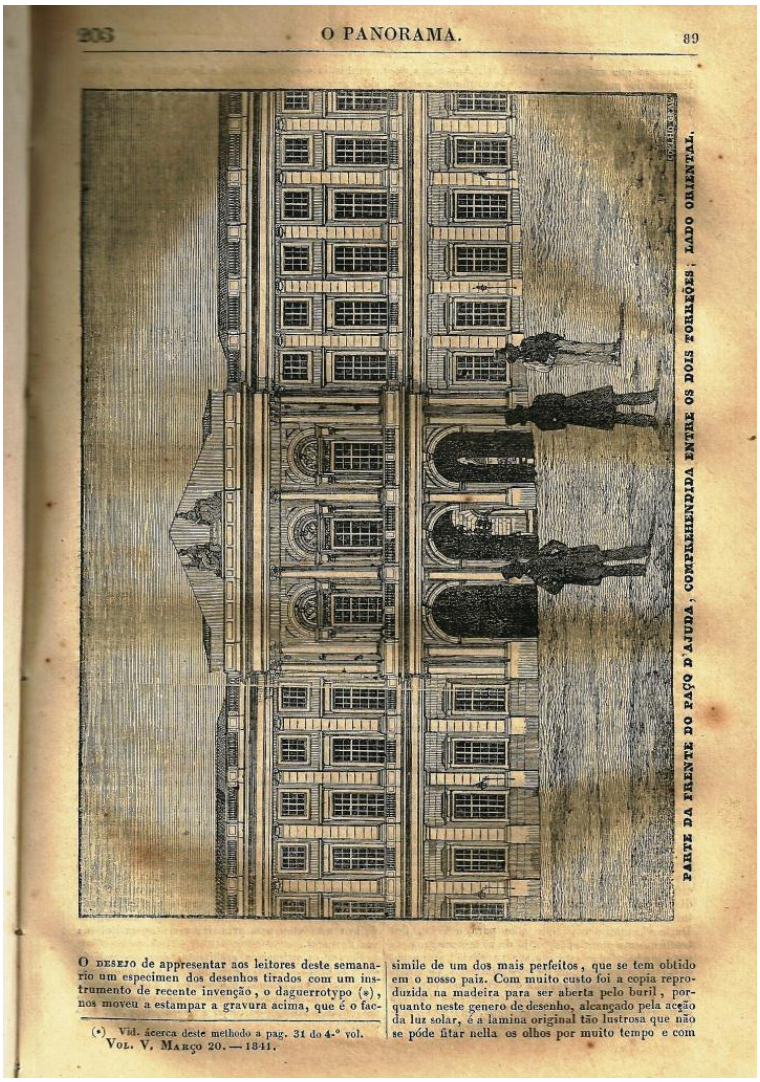
Fig. 30 – Algumas imagens d'*O Panorama* surpreendem, como a primeira destas, sobre o alfabeto dos surdos-mudos. Menos surpreendente é a publicação de um mapa. (*O Panorama*, 16 de Setembro de 1843; 16 de Novembro de 1839)

Fig. 31 – A reprodução de obras de arte ocorreu com frequência n'*O Panorama*, conforme seria expectável num periódico destinado a uma elite alfabetizada e que se consideraria a si mesmo esclarecida e culta ou que, pelo menos, queria obter conhecimentos concretos de forma imediata e acessível. A imagem escolhida para exemplo tem por motivo de interesse o facto de reproduzir unicamente os traços fundamentais de uma pintura de Corregio, com o intuito de exercer uma espécie de "pedagogia da arte". (*O Panorama*, 27 de Abril de 1844) Ao lado, a imagem da pintura original. Como muitas reproduções desenhadas, a ilustração afasta-se do objecto representado.

7.1 A primeira utilização "jornalística" de um daguerreótipo em Portugal – o pioneirismo d'*O Panorama*

A primeira utilização de um daguerreótipo – ou seja, de uma fotografia – em Portugal com fins informativos resultou de uma iniciativa d'*O Panorama*. Trata-se de um daguerreótipo de Francisco Mocenig, proprietário da máquina e fotógrafo amador, da fachada oriental do palácio da Ajuda, trasladado para gravura de madeira pelo gravador José Maria Baptista Coelho (Coelho). A

imagem foi publicada na primeira página do número 203, de 20 de Março de 1841, d'*O Panorama*.



203 O PANORAMA. 89

PARTE DA FRENTE DO PAÇO D'AJUDA, COMPREHENDIDA ENTRE OS DOIS TORREÕES, LADO ORIENTAL.

O DESEJO de appresentar aos leitores deste semanario um especimen dos desenhos tirados com um instrumento de recente invenção, o daguerrotypo (*), nos moveu a estampar a gravura acima, que é o facsimile de um dos mais perfeitos, que se tem obtido em o nosso paiz. Com muito custo foi a copia reproduzida na madeira para ser aberta pelo buril, porquanto neste genero de desenho, alcançado pela acção da luz solar, é a lamina original tão lustrosa que não se póde fitar nella os olhos por muito tempo e com

(*) Vid. ácerca deste methodo a pag. 31 do 4.° vol.

VOL. V. MARÇO 20. — 1841.

Fig. 32 – A primeira gravura realizada a partir de um daguerreótipo obtido em Portugal foi publicada n'*O Panorama*. A legenda casa com a imagem, providenciando a informação que esta não dá. (*O Panorama*, 20 de Março de 1841)

A imagem do Paço da Ajuda serviu para ilustrar uma matéria relativa ao próprio palácio, mas também para dar conta das potencialidades do próprio invento de Daguérre. Dizia o jornal:

> O desejo de apresentar aos leitores deste semanário um espécimen dos desenhos tirados com um instrumento de recente invenção, o daguerreótipo, nos moveu a estampar a gravura que é o *fac-simile* de um dos mais perfeitos que se têm obtido no nosso país.
>
> Com muito custo, foi a cópia reproduzida na madeira para ser aberta pelo buril, porquanto, neste género de desenho, alcançado pela acção da luz solar, é a lâmina original tão lustrosa que não se pode fitar nela os olhos por muito tempo e com a firmeza que exige um traslado fiel. Acresce a delicadeza dos perfis e contornos, que confunde a vista, porque o daguerreótipo copia os mais miúdos acessórios dos objectos com perfeitíssima exactidão. (Anónimo, [Sem título], *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 203, pp. 89-90.)

O Panorama, porém, explicava que a imagem obtida não tinha apanhado toda a fachada do edifício por causa dos condicionalismos da colocação da máquina. Ao fazê-lo, revela, identicamente, quem obteve a fotografia e como o fez.

> Responderemos agora a dois reparos, que todos naturalmente farão, sobre a precedente gravura. 1º) Por que faltam os dois torreões laterais da fachada, um pouco mais salientes, e superiores ao andar nobre entre eles compreendido? – É porque a máquina, do único ponto onde pôde ser convenientemente colocada, só abrangeu o centro da frontaria (…); 2º) Por que vemos negras as caras das figuras colocadas no rossio anterior ao palácio? – É porque o proprietário da máquina, o Sr. Francisco Mocenig, e um seu caixeiro, que de propósito estiveram defronte dela durante a operação, ficaram muito próximos, e por isso muito escuros os retratos das suas pessoas, saindo só desenhados quase em silhueta, percebendo-se ao mesmo tempo os claros nos vultos do criado e da sentinela ao vestíbulo, porque estavam mais distantes. Os vãos, por causa da sombra, também

> saem muito carregados. (Anónimo, [Sem título], *O Panorama*, 1841, vol. V, n.º 203, pp. 89-90.)

Algumas das limitações da fotografia já eram, efectivamente, evidentes, conforme revela o texto d'*O Panorama*: o ponto de vista teria de limitar-se ao enquadramento definido pela objectiva da máquina; a profundidade de campo variava em função da proximidade ao objecto; e a luz podia gerar zonas de sombra (e outras sobre-expostas).

O facto de o desenho inserido *n'O Panorama* ser assinado pelo gravador Coelho e não pelo fotógrafo Francisco Mocenig é um pormenor importante. Os gravadores seriam eventualmente mais considerados do que os fotógrafos, já que era deles a "arte final" nos periódicos ilustrados. Mesmo quando as ilustrações eram feitas a partir de daguerreótipos – e ainda que isso fosse referido – seria, portanto, habitual que as imagens fossem assinadas pelos ilustradores e não pelos fotógrafos que as tinham obtido.

É de destacar que a execução de ilustrações a partir de daguerreótipos, processo cujo pioneirismo, em Portugal, se deve, conforme se viu, ao *Panorama*, permitiu à imprensa ilustrada encontrar no documento fotográfico um aliado de peso para o seu desenvolvimento e para a sua credibilidade – os jornais passaram a beneficiar do potencial de *verosimilhança* da fotografia.

Capítulo VIII

Discussão geral dos resultados

Quando se partiu para a elaboração da presente investigação, sustentou-se que *O Panorama* foi um dispositivo importante para colocar o periodismo português em sintonia com os desenvolvimentos que a actividade estava a ter noutros pontos do mundo e, consequentemente, suportou-se também a tese de que *O Panorama* foi fundamental para abrir o jornalismo português a novos conteúdos, géneros e estilos, nomeadamente à crónica e à reportagem e, muito em especial, ao jornalismo ilustrado, que antecedeu o fotojornalismo. Igualmente se sustentou a tese de que, tendo em conta o contexto português entre 1837 e 1844, *O Panorama* terá tido um *papel político*, ainda que contido e exercido em nome do bem-comum, conforme, laconicamente, reconheceu José Tengarrinha (1989, p. 175).

Em sequência, apresentaram-se como objectivos da presente investigação, em súmula, compreender as razões por detrás da fundação d'*O Panorama* e o papel e a acção deste periódico no ambiente político-social e jornalístico da sua época, através do estudo do seu discurso e da sua forma, em especial da sua estrutura de conteúdos e dos dispositivos e enquadramentos discursivos. Tentou-se, no estudo efectuado, responder a perguntas de investigação como:

1. *Do que falava O Panorama*, isto é, quais os temas a que o periódico deu maior ou menor importância ao longo do tempo, e *como falava deles*?
2. Até que ponto o formato do *Panorama* afectava o seu conteúdo?
3. Quais os critérios de relevância temática que a estrutura do temário indicia?
4. Que tipo de textos continha *O Panorama*?
5. Que princípios retóricos e gramaticais presidiam à construção desses textos?

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 459 - 474]

6. Que enquadramentos *O Panorama* oferecia do mundo?
7. De que lugares falava?
8. De onde provinham as informações e como lhe chegavam, quais as fontes de informação citadas ou intuídas?
9. Qual o modelo normativo e funcional de jornalismo em que se inseria?
10. Quais as funções e papéis que *O Panorama* cumpria na sociedade, designadamente no que respeita à difusão do impresso, à construção de um espaço público e à disseminação dos ideais da ilustração e do romantismo?
11. Qual o público-alvo que está implícito no discurso de *O Panorama*, isto é, a quem é que ele era dirigido?
12. Que diferenças e semelhanças podem ser estabelecidas entre os processos jornalísticos oitocentistas e os actuais?
13. Que dinâmicas de interacção e influência se podem estabelecer entre os periódicos europeus da primeira metade de oitocentos, tendo em conta o caso nacional de *O Panorama*?

Dos dados apresentados e interpretados, emerge a ideia de que *O Panorama* foi, sem dúvida, um periódico que retomou, em Portugal, o espírito do *enciclopedismo racionalista* e *humanista* que animou o século XVIII e que, tendo constituído uma resposta organizada à necessidade de facultar ao mais vasto número possível de pessoas o acesso fácil, eficaz, racional e sistemático ao conhecimento, se inscreve também nos valores revolucionários que tornaram possível a transição do Antigo Regime absolutista para o demo-liberalismo. Idealmente, garantindo-se-lhe o acesso ao conhecimento – novo e antigo – através da educação, do livro e da imprensa periódica, o homem seria livre e emancipado, próspero e feliz, e envolver-se-ia nos negócios públicos fazendo uso da sua *razão ilustrada*. Seria, enfim, um *cidadão*, não um *súbdito*.

O Panorama sintonizou-se, assim, perfeitamente com a intenção liberal de formar cidadãos e de os integrar no espaço público através da democratização cultural e do fomento da cultura política. Contudo, apesar de os periódicos de divulgação cultural, como *O Panorama*, apresentarem uma matriz enciclopedista que, de algum modo, pode ser vista como herdeira dos valores iluministas e do espírito do enciclopedismo, algumas diferenças podem-se, no entanto,

apontar entre os periódicos de divulgação cultural do tipo d'*O Panorama* e os seus antecessores. De facto, inversamente ao que sucedia com os jornais enciclopédicos setecentistas, periódicos como a *Penny Magazine* ou, no caso português, *O Panorama*, visavam interessar a um vasto conjunto de pessoas, a um conjunto que, de alguma maneira, teria como limites o total de alfabetizados com algum poder de compra, enquanto os periódicos enciclopédicos setecentistas eram mais claramente destinados à elite culta, letrada e com posses. O recurso intensivo às ilustrações e o design, mais afastado do livro, também diferenciavam os periódicos do tipo da *Penny Magazine* e d'*O Panorama* daqueles que os antecederam. A isso acresce que os periódicos como *O Panorama* eram editados por empresas que, ainda que apregoassem uma ideologia filantrópica, tinham também o lucro por objectivo. *O Panorama* ou a *Penny Magazine*, nesse sentido, já são exemplos pioneiros, ainda que arcaicos, do jornalismo industrial que se desenvolveria ao longo do século XIX até se chegar à noção dos "papers for the millions". De qualquer modo, deve dizer-se que a tradição do periodismo enciclopedista de Setecentos e Oitocentos ainda perdura, hoje em dia, no jornalismo de divulgação científica e cultural, casos, por exemplo, das revistas *Super Interessante* e *Quero Saber*, que, como os seus antecessores, *periodizam* o acesso ao conhecimento, reforçando a memória do que já se conhece e abrindo a mente a novos saberes. Uns e outros satisfazem a necessidade, a curiosidade e o gosto do público ávido de aprender.

Por outro lado, periódicos como *O Panorama* sinalizam a necessidade sentida pelos liberais para, recorrendo à imprensa, formar cidadãos cultos e interessados nos negócios públicos, até porque essa era uma forma de alimentar a ficção jurídica e constitucional da *soberania nacional*. O destaque dado à história nas páginas d'*O Panorama* pode, inclusivamente, ler-se dentro do mesmo enquadramento. O conhecimento histórico, ou pelo menos o conhecimento de determinadas visões da história, pode contribuir para o reforço da identidade nacional, algo que se insere no projecto liberal e nas próprias perspectivas românticas. Aliás, conforme muito bem assinala Fernando Catroga (1993, vol. V, p. 547), o romantismo é, em última instância, um historicismo.

Produto simultâneo do romantismo e do liberalismo, *O Panorama* foi, também, um periódico de rupturas e de continuidades. Rompeu com o

obscurantismo, em nome, infere-se, de um racionalismo crítico; rompeu com o neoclassicismo, assumindo-se – sem desprezar a Antiguidade – como um jornal do romantismo. Assumiu valores liberais (mas de um liberalismo q. b., que não excluía o proteccionismo para defesa da indústria nacional) e democráticos, mas também progressistas e desenvolvimentistas, em nome, intui-se, do país. Mas prezou, e até defendeu, igualmente, os valores cristãos e a religião católica, e nunca colocou em causa o regime monárquico. Pela pena do conjunto dos seus redactores, *O Panorama* defendia, portanto, uma mudança *material* e *moral*, mas com um espírito quiçá mais *reformista* do que *revolucionário*. A intensa valorização do que é português, em conjugação com os ideais românticos, indicia patriotismo, mas também, quiçá, alguns tiques de nacionalismo.

Por outro lado, o surgimento d'*O Panorama*, também foi proveitoso para o desenvolvimento do jornalismo nacional. *Primeiro*, porque *ampliou o leque do noticiável* a temas arredados do discurso periodístico português oitocentista, centrado na polémica política nacional. *Segundo*, porque contribuiu para abrir o jornalismo português a géneros como a crónica e mesmo a reportagem, principalmente a reportagem de viagens. *Terceiro*, porque cultivou um estilo pedagógico e descritivo, por vezes até analítico, outras vezes leve e narrativo, que, embora não recusando o recurso às fórmulas expressivas do romantismo, estava longe da retórica panfletária e doutrinária sistemática, por vezes oca, comum na imprensa da época. *Quarto*, porque arvorando-se, insinuantemente, em representante de *causas nacionais*, defendeu – em nome de todo um povo que não o mandatou para tal – o *progresso* pela *educação* e pela *democratização do conhecimento*, colmatando as deficiências do rudimentar sistema educativo. Teve, portanto, em certas ocasiões, uma atitude civicamente política, ainda que não partidária. Havia *ideologia* e *manifestação de poder* n'*O Panorama*, algo não equacionado nos estudos anteriormente feitos sobre o jornal ou que o usaram como fonte. Parte das razões do seu comedido êxito – nomeadamente do relativo êxito que teve entre as elites ilustradas da época – ter-se-á devido, precisamente, a essa combinação de factores. Num cenário periodístico dominado pela imprensa política romântica, os conteúdos d'*O Panorama* representavam uma alternativa amena, embora séria, para um leitor que buscasse conhecimentos genéricos sobre o mundo, ou seja, para o leitor que buscava *conhecer por conhecer*.

Um outro ponto importante foi que, ao introduzir, em Portugal, a utilização constante da gravura de madeira no jornalismo, incluindo das gravuras executadas a partir de daguerreótipos, *O Panorama* tornou-se um marco no recurso jornalístico à informação visual no país, que futuramente abriria as portas ao fotojornalismo. Os novos processos de impressão – em especial a prensa hidráulica – que importou para Portugal e as tiragens que obteve assinalam, por outro lado, o início da *viagem rumo à industrialização* do jornalismo português. Mesmo o seu carácter *caleidoscópico* não afecta uma certa *uniformidade da mensagem*, uma *constância de conteúdos*, uma *coerência da mensagem*, importante no jornalismo industrial. Essa uniformidade foi conseguida pelo apelo constante aos mesmos valores, pelo martelar das mesmas ideias centrais (nomeadamente a de que *o conhecimento assegura o progresso*), pela constância no formato e no design, pela presença de gravuras em todos os números, mais ou menos posicionadas no mesmo espaço e, finalmente, pelo temário, ligado – quase sempre – à difusão do conhecimento ou à defesa de causas em nome do interesse comum dos portugueses. Esse conjunto de factores de uniformização da mensagem, a par do factor tiragem, permitem, efectivamente, considerar o *Panorama*, ainda que fosse mais uma revista estilo magazine do que um jornal, como o *antepassado dos periódicos industriais em Portugal*.

Ao jornal interessou, sobretudo, propagar o conhecimento – principalmente o *novo* conhecimento que brotava das ciências, das artes e, predominantemente, das *humanidades* (*O Panorama* é um jornal francamente *humanista*), em franco desenvolvimento. O conhecimento que viabilizaria o progresso material e cultural do país e dos cidadãos e que, em suma, garantiria o avanço da civilização em Portugal. Por isso, muitas das matérias *d'O Panorama* têm um objectivo *utilitário*. A intenção seria que muitos textos tivessem uma espécie de *função perlocutória*, no sentido de induzirem as transformações de que o país necessitava.

Contudo, *O Panorama*, estudado quase dois séculos depois, revela-se também um instrumento relevante e apropriado para o conhecimento da sociedade oitocentista portuguesa. Pelas páginas do periódico é possível, por exemplo, reconstruir alguns dos traços fundamentais do universo identitário das elites letradas da época – como aquilo que se poderia designar como

"consciência de classe" e que se concretizava, por exemplo, na sobranceria paternalista e filantrópica com que essas elites olhavam para a "massa ignara" do povo comum; ou o androcentrismo e o machismo, a roçar a misoginia, presente em vários textos. Mas também é possível adivinhar a polémica e as tensões, num país acabado de sair do absolutismo miguelista, entre os que desejavam manter o conhecimento – e, portanto, a governação – circunscritos às elite, reprovando "que o povo quisesse ser mais do que era"; e os que queriam ilustrar o povo, não só através da educação básica mas também – e aqui de forma mais utópica – derramando sobre ele conhecimentos gerais, objectivo central do próprio *Panorama*.

Respondendo, finalmente, e em forma de súmula, às perguntas de investigação equacionadas na introdução, e pela mesma ordem, pode dizer-se, graças aos resultados obtidos e às conjecturas que sustentadamente se podem inferir a partir deles, o seguinte:

1) *Do que falava O Panorama*, isto é, quais os temas a que o periódico deu maior ou menor importância ao longo do tempo, e *como falava deles*?

Pode dizer-se que a principal marca característica d'*O Panorama* é a de ser um periódico de *intenções pedagógicas* predominantemente orientado para as humanidades e que, num certo sentido, sugere ser possível a leitura de que *todas as ciências são humanidades*. Na tradição humanista e iluminista, apela à valorização de um conhecimento integral por parte do homem, do *conhecimento pelo conhecimento*. Mais, *O Panorama* preconiza, de alguma forma, que o *cidadão*, e já não o súbdito, para ser verdadeiramente cidadão, necessita de ter um conhecimento marcado pela *universalidade* – universalidade não apenas de conhecimento dos diversos ramos do saber, mas também universalidade no sentido de que o conhecimento do mundo deve ser *universal*, e talvez até *cosmopolita* (daí, aliás, o elevado peso da etnografia e da geografia física e humana n'*O Panorama*). Em síntese, *O Panorama* pode ser visto como um herdeiro do espírito iluminista, adaptado (e até certo ponto *adoptado*) pelo estado liberal, na sua ânsia de formar cidadãos cultos capazes de intervirem nos processos de decisão política e legitimarem o preceito constitucional da *soberania da nação*.

E pode ser visto, igualmente, como um dos primeiros veículos dos valores, dos ideais e das formas de expressão do romantismo em Portugal.

2) Até que ponto o formato do *Panorama* afectava o seu conteúdo?

O design d'*O Panorama*, diferenciado do design dos livros, sugeria, desde logo, ao leitor, a ideia de que se tratava de um periódico e até de um *periódico jornalístico*. O seu formato *in-folio*, sensivelmente o actual A4, já permitia explorar mais as potencialidades do design do que o formato anteriormente mais comum, o *in-quarto*. N'*O Panorama*, o design é mais arejado e, portanto, mais convidativo à leitura. As gravuras podiam ter maior dimensão do que nos periódicos de formato inferior, o que contribuía para a valorização da informação visual nas páginas d'*O Panorama*.

3) Quais os critérios de relevância temática que a estrutura do temário indicia?

Por que é que *O Panorama* publicou determinados textos e não outros? Quais os valores intrínsecos a esses textos que os tornaram uma *mais-valia* para a publicação? De algum modo, o principal critério que presidiu à selecção de textos para *O Panorama* foi o da *proximidade*. *O Panorama* exalta a nação, o país, inserindo uma grande quantidade de textos relacionados com Portugal e com os portugueses. A *proximidade* mescla-se, neste ponto, com o *patriotismo*. É também o valor da *proximidade* que se reflecte nos textos sobre a Europa e os europeus. As elites portuguesas estavam familiarizadas com o que se passava noutros países, nomeadamente em Inglaterra e na França (países de acolhimento das emigrações liberais) e em Espanha (país vizinho, culturalmente próximo), e viam esses países como países *próximos* (e que aliás se imiscuíam nos problemas internos, como comprova a sua intervenção quer nas guerras liberais quer para pôr fim à Patuleia). Por outro lado, Portugal encarava a França, modelo cultural, e a Inglaterra, modelo industrial, financeiro e tecnológico, como exemplos próximos a seguir para assegurar o tão desejado *progresso liberal*, um valor que também pode associar-se a um número significativo de textos do *Panorama*.

Um segundo valor imanente a vários dos textos d'*O Panorama* foi o *interesse humano*. Não o *interesse humano* entendido como o interesse pelo que

é pessoal, íntimo, e muito menos como a simples curiosidade pela vida alheia, mas sim o *interesse humano* entendido como *a curiosidade pelo mundo habitado pelos homens*, a *busca de conhecimento – fundamental e utilitário*. *O Panorama*, valorizando o *conhecimento pelo conhecimento*, inseriu textos susceptíveis de *alargar o horizonte cognitivo dos leitores*, funcionando, metaforicamente, como uma "janela aberta para o mundo".

Um terceiro valor inerente a vários textos d'*O Panorama* é o que se poderia classificar como *historicidade* ou *historicismo*. A narrativa sobre a história – ficcional ou de contornos "científicos", conforme pretendia Herculano – está presente ao longo dos vários números do periódico, sendo ela que lhe confere, em larga medida, o seu cunho *humanista*, embora este também esteja presente em todas as matérias de *valor literário* e *cultural*. Também *humanista*, mas noutro sentido, é a valorização da *moral e dos bons-costumes* que pode ser associada a vários textos d'*O Panorama*.

O Panorama afastou-se, por outro lado, de valores como a *polémica* ou o *negativo* – um número significativo de textos d'*O Panorama* destacam-se, até, pela *esperança*, pela *positiva*, pela *descoberta do novo* e *exótico*, pela *apreciação do belo* (nas artes e na literatura), pela ênfase afirmativa nos fenómenos culturais.

Em alguns casos, como na misógina crónica de Alexandre Herculano condenando a mulher "de vida desregrada" que vivia pobre e à margem da sociedade aldeã, deve realçar-se, como valor imanente ao texto, a potencialidade de *personalização da narrativa*, que claramente intensifica a curiosidade do leitor. A propósito, em vários textos, sobretudo nos que têm uma dimensão etnográfica, os protagonistas são, como no texto supracitado, as pessoas comuns, ou entidades colectivas – como um povo –, ou até animais e plantas. O *privilégio às pessoas de elite* não foi, n'*O Panorama*, um critério de valorização temática dos mais predominantes, ainda que tivesse sido importante. Mais importante foi o critério da *referência a países de elite*.

4) Que tipo de textos continha *O Panorama*?

A maioria dos textos d'*O Panorama* tem por detrás uma intenção de contributo para a formação cívica dos leitores. São, assim, textos simples, em certos casos descritivos, normalmente claros, embora, por vezes, temperados pela oratória

romântica, e, em muitos casos, de tom académico, às vezes até quase escolar. São, em suma, textos com *intenção pedagógica*, pois *O Panorama*, ainda que não direccionado para o público escolar, pretendia contribuir para a formação de *cidadãos cultos*, *ilustrados*, aptos a intervir nos processos políticos de tomada de decisão ou, pelo menos, aptos a votar de forma esclarecida e consciente, ajudando a definir o rumo a tomar pela nação.

Existem n'*O Panorama* também bastantes textos de ficção, predominantemente de ficção histórica, como acontece com os contos e novelas de Alexandre Herculano. São, no entanto, textos marcados pela tentativa de emprestar rigor histórico ao contexto em que se desenvolvem as narrativas ficcionais. Estão subordinados a um princípio fulcral: o de ensinar a história com rigor "científico" sem deixar com isso de entreter e divertir o leitor, sugerindo-lhe uma viagem mental para outras épocas, para outros lugares, para a interacção com grandes personagens da história. As biografias históricas, aliás, são um dos tipos de textos onde melhor se pode identificar a crença no valor do *individualismo*, no sentido de que insinuam que a história é moldada mais por acções individuais rápidas do que por acções colectivas ou processos históricos de longa duração.

Por outro lado, os textos d'*O Panorama*, pela sua temática diversificada, pelos valores que lhe são imanentes, pela narrativa, pela presença do narrador – que, conforme o exemplo de Herculano, assumem determinados *pontos de vista* sobre a realidade narrada – apontam para a ideia de *reportagem* e, em vários casos, até para a ideia de *reportagem histórica*. Em alguns casos, conforme se apreciou, prefiguram a crónica jornalística, tal a visão impressiva e subjectiva que o narrador assume, embora não se possa falar de crónica no estrito sentido do termo, já que a publicação desses textos é ocasional, não havendo, portanto, qualquer cadência regular na publicação. Os seus redactores não são, portanto, cronistas.

5) Que princípios presidiam à construção desses textos?

O Panorama foi o primeiro exemplo português do jornalismo enciclopédico vocacionado para a difusão de "conhecimentos úteis" na sociedade em geral. Teve por modelo outras publicações europeias congéneres, em especial *The Penny Magazine*. Curiosamente, ao longo da sua vida, contribuiu não apenas

para abrir o leque dos temas noticiáveis no jornalismo português, mas também para lançar bases para a futura definição e exploração dos géneros jornalísticos da crónica e da reportagem. De qualquer modo, e para responder à questão, publicou textos simples, claros, tanto quanto possível rigorosos e acessíveis a um vasto e heterogéneo número de leitores, apesar do tom académico e, em alguns casos, retórico, de alguns destes textos. Essa foi a fórmula encontrada para garantir que o periódico não se afastava da sua finalidade primeira – a de ser um órgão de comunicação capaz de exercer uma certa *pedagogia social*, promovendo a cultura, a ciência, a agricultura, a indústria, o comércio, a economia, a salubridade urbana, a saúde dos portugueses e até a moral e os "bons-costumes" de maneira a garantir o *progresso* de Portugal e dos portugueses.

6) Que enquadramentos *O Panorama* oferecia do mundo?

Essencialmente, *O Panorama* propunha ao leitor um mundo e um país a descobrir. Um mundo e um país cheio de peculiaridades e coisas concretas e interessantes a conhecer, um mundo e um país com personagens deslumbrantes, cujas vidas, em vários casos, poderiam servir de *exemplo a seguir* (noutros casos, nem tanto), e com uma história fascinante, sobre a qual se podiam construir, ainda, outras histórias, imaginadas e ficcionais, mas inspiradoras, historiograficamente rigorosas e propagadoras de conhecimento (ao mesmo tempo que entretinham o leitor, permitiam-lhe adquirir conhecimentos históricos, ao transportarem-no mentalmente para o ambiente do passado). Um mundo e um país que enfrentavam problemas, sim, mas problemas que teriam soluções – *O Panorama* prometia, de certa forma, o *progresso* – na agricultura, na infra-estrutura de transportes, na indústria, nas empresas, na educação, na valorização do património cultural e monumental, na economia, no conhecimento científico, na valorização das humanidades, na formação integral do homem e, em especial, do *cidadão*. Um *progresso* que, aliás, poderia estar "ao virar da esquina", graças às conquistas da humanidade em ciência, tecnologia, organização social e conhecimento. Assim os portugueses quisessem dobrar essa esquina, regidos pelos *"sábios conselhos"* dos redactores das elites que animavam *O Panorama* e nele se reviam. Neste sentido, *O Panorama* pode ser lido como um testemunho da constante *esperança* dos portugueses – e da humanidade em geral – num futuro

melhor. A *desesperança*, apesar dos tempos difíceis que se viviam, não passou pel'*O Panorama*, que olha para o mundo e para a sua história, essencialmente, com *optimismo*.

7) De que lugares falava *O Panorama*?

O Panorama "falava" um pouco de todo o mundo, alimentando o *desejo de descoberta* dos leitores, homens e mulheres de Oitocentos, mas centrou-se, conforme os dados provam, em Portugal e no que lhe estava próximo e nos espaços citadinos, europeus e não europeus. De realçar assim, em primeiro lugar, De realçar, a grande apetência d'*O Panorama*, por força, possivelmente, dos seus muitos colaboradores, para falar de Portugal, para, em suma, *apresentar Portugal, esse desconhecido, aos portugueses*. Por outro lado, *O Panorama*, sem abdicar de cultivar o gosto pelas *viagens* e pelo *exótico*, próprio dos "cavalheiros" oitocentistas, foi, sem dúvida, um periódico que *celebrou* e, de algum modo, *exaltou* a *vida na urbe*, a *vida nas cidades*, que com todas as experiências e ofertas (culturais, políticas, de investimento, de aproveitamento da tecnologia, de usufruto dos equipamentos cívicos, como museus, bibliotecas e teatros, etc.) e com o movimento e a velocidade que lhe estavam associadas se conotava com os novos tempos de industrialização e aceleração prometidas pelas transformações em curso no século XIX. *O Panorama* foi por isso um periódico de panegírico da *urbanidade*, sem que isso signifique que tivesse desprezado os espaços rurais e selvagens, entendidos quer como espaços de *evasão – e até de* evasão onírica – quer como espaços *a desenvolver*.

8) De onde provinham as informações e como lhe chegavam, quais as fontes de informação citadas ou intuídas?

O Panorama surgiu graças aos contactos reticulares estabelecidos entre as elites oitocentistas portuguesas. Vários indivíduos dessas elites, animados pelos exemplos inglês e francês, congregaram-se na Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, prosseguindo um misto de fins filantrópicos e de interesse (interesse financeiro e interesse no reconhecimento pelos pares). Os colaboradores e redactores d'*O Panorama*, que comungavam, certamente, dos mesmos ideais de ilustração e comportamento cívico, sentir-se-iam reconhecidos

pelos pares quando viam publicados os seus textos no periódico. *Gostavam* de ver os seus textos publicados. E por isso *O Panorama* teve sempre textos de autores portugueses para publicar.

Os textos d'*O Panorama* são, assim, muitos deles da autoria dos redactores, colaboradores e correspondentes deste periódico; outros são traduções de textos de autores estrangeiros publicados na imprensa europeia, em especial na imprensa congénere d'*O Panorama*. Em Lisboa, seria fácil fazer chegar um texto ao *Panorama*; de outras localidades, recorria-se ao (pouco confiável e caro) serviço de correios. As gravuras, tal como os textos, são da autoria de gravadores portugueses que colaboravam com *O Panorama* ou são ilustrações copiadas da imprensa europeia. Ideias, textos e gravuras circulavam graças às interacções estabelecidas entre as personagens directa ou indirectamente envolvidas na produção d'*O Panorama*, que frequentavam – algumas delas – a sede da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, pelo correio e pela leitura de jornais portugueses e estrangeiros, estes últimos apenas acessíveis às elites letradas que dominavam idiomas estrangeiros, particularmente francês, inglês e espanhol.

9) Qual o modelo normativo e funcional de jornalismo em que *O Panorama* se inseria?

O Panorama moveu-se desde a sua fundação num modelo normativo de jornalismo que privilegiava a liberdade de imprensa e que pouco incomodava os periódicos culturais, até porque, a avaliar pel'*O Panorama*, se algum tipo de crítica faziam à classe política, faziam-na *transversalmente* e em nome do *bem-comum* dos portugueses, de forma contida e sobre temas algo intemporais e pouco ligados à luta política quotidiana (a educação, a saúde pública, a conservação dos monumentos nacionais…). Mesmo os constrangimentos à liberdade de imprensa que começaram a ser sentidos em 1837, e com mais violência a partir de 1840, pouco terão afectado o periódico, afastado, por força dos próprios estatutos da Sociedade Promotora dos Conhecimentos Úteis, da luta política quotidiana.

10) Quais as funções e papéis que *O Panorama* cumpria na sociedade, designadamente no que respeita à difusão do impresso, à construção de um espaço público e à disseminação dos ideais da ilustração e do romantismo?

Conforme se disse, *O Panorama* teve grande impacto e aceitação entre a "classe média" e a "classe alta" da sua época, desejosas de um periódico que alimentasse a sua curiosidade sobre um mundo cada vez mais amplo a descobrir. Foi, por isso, o primeiro periódico português a ter uma tiragem sustentada e contínua de cinco mil exemplares, o que, certamente, contribuiu para a solidificação da "cultura impressa" em Portugal.

Adequava-se, por outro lado, à pretensão liberal – e principalmente setembrista – de formação de cidadãos suficientemente cultos e informados para participarem nos processos políticos de debate público e decisão e, assim, permitirem – algo ficticiamente – a concretização do preceito constitucional da soberania da nação. Adequava-se, ainda, à tentativa de fazer da imprensa um instrumento ao serviço da mudança política e social.

A primeira finalidade d'*O Panorama* foi o exercício de uma forma de pedagogia social – promover a ilustração, difundir o conhecimento, facultar "conhecimentos úteis", de forma algo avulsa, aos leitores. A sua finalidade secundária foi a de fazer intervenção política e social, de forma contida e sempre em nome do *bem-comum*. Como tal, não foi um periódico afectado pelos constrangimentos à liberdade de imprensa impostos aos jornais portugueses, principalmente a partir de 1840, tendo participado na construção de um espaço público mediado pela imprensa, ou seja, na construção de um espaço público mediático.

Foi, em suma, um periódico destinado à *emancipação do indivíduo pelo conhecimento* e é todo ele, neste contexto, um *hino à liberdade*, pois, de alguma maneira, *só o homem culto é verdadeiramente emancipado e, portanto, livre*.

11) Qual o público-alvo que está implícito no discurso de *O Panorama*, isto é, a quem é que ele era dirigido?

O Panorama teve grande impacto entre os indivíduos letrados e urbanos (sobretudo, lisboetas) da "classe média" (constituída, essencialmente, por comerciantes, professores, funcionários públicos, profissionais liberais e

oficiais do exército) e da classe alta da época, que queriam obter conhecimentos concretos – ainda que avulsos – sobre a realidade. Menos impacto terá tido entre os analfabetos e iletrados, nomeadamente entre a enorme massa de portugueses que praticava uma agricultura de subsistência e entre o pequeno proletariado manufactureiro em formação.

12) Que diferenças e semelhanças podem ser estabelecidas entre os processos jornalísticos oitocentistas e os actuais?

A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis tentou singrar como uma estrutura empresarial e munir-se da infraestrutura tecnológica que lhe permitiria publicar *O Panorama*, seu principal fim e sustentáculo. Conseguiu, na altura, resultados estimulantes, conforme patenteia a tiragem de cinco mil exemplares que *O Panorama* atingiu. *O Panorama* beneficiou dessa estrutura, apesar dos problemas que ditaram o fim da Sociedade, em 1844, e o término da segunda série do periódico. *O Panorama* constituiu, assim, um pioneiro e significativo exemplo de um jornalismo pré-industrial em Portugal. Nesse sentido, afastou-se dos pequenos jornais políticos da época, mais artesanais e mais dependentes de pequenos grupos de animadores (de *carolas*, quase se poderia dizer), ainda que diferentes dos "jornais de um homem só" do período vintista[1]. Ainda assim, comparando-se com os órgãos jornalísticos profissionais contemporâneos, tem de se reconhecer que *O Panorama* era um periódico sem uma estrutura profissional e que vivia, essencialmente, da boa-vontade dos correspondentes e colaboradores que enviavam os seus textos para o jornal e da tradução de artigos de periódicos estrangeiros semelhantes. Ou seja, há um certo carácter *artesanal* e, até certo ponto, *amador*, nos processos jornalísticos a que *O Panorama* recorreu, que o diferencia dos processos jornalísticos profissionais contemporâneos. Porém, os processos produtivos d'*O Panorama* não são estruturalmente muito diferenciados dos processos produtivos de certa imprensa regional e local actual ou mesmo de alguns blogs, com as vantagens de *O Panorama* ter tido por detrás uma estrutura empresarial independente dos favores políticos e de ter alcançado tiragens

1) Embora os jornais vintistas e mesmo os jornais políticos posteriores a 1834 não se afastem muito, em termos de estrutura produtiva, de certos blogs da actualidade.

muitíssimo superiores às alcançadas pela quase totalidade dos jornais regionais e locais actuais e maior audiência do que muitos blogs. Uma questão, todavia, pode ser colocada: fazia-se *jornalismo* n'*O Panorama*? Pode *O Panorama* ser considerado como um órgão jornalístico e os seus redactores como jornalistas? Numa interpretação mais histórico-cultural do que sociológica, e para não se correr o risco de *anacronismo*, sem dúvida que sim, pois, conforme se comprova pelos textos que deixaram escritos, os redactores principais d'*O Panorama* encaravam esta publicação como um *jornal* – designação que nesta pesquisa se usou amiúde, em detrimento da qualificação mais actual, mas também mais anacrónica, de *revista* – e, embora não se autodesignassem como jornalistas, mas sim como "homens públicos" ou "escritores populares" e designações similares, cumpriam funções de recolha, processamento e difusão de informações e ideias, sendo, em certos casos, remunerados por isso. Não sendo, portanto, "jornalistas por profissão", se por profissão entendermos os aportes (algo restritivos quanto à interpretação histórica) da actual sociologia das profissões (cf. Sobreira, 2003), eram, pelo menos, *jornalistas por ocupação*, estando submetidos, por consequência, ao tempo, às leis reguladoras da imprensa jornalística, tal como *O Panorama* o estava. Alexandre Herculano, nomeadamente, foi redactor principal do periódico e este trabalho, permanente e remunerado, constituiu a sua principal fonte de rendimento em determinados momentos. Assim, mesmo à luz do actual Estatuto do Jornalista, Herculano poderia enquadrar-se no conceito jurídico de *jornalista profissional*.

13) Que dinâmicas de interacção e influência se podem estabelecer entre os periódicos europeus da primeira metade de oitocentos, tendo em conta o caso nacional de *O Panorama*?

A resposta a esta pergunta implica considerar os modelos jornalísticos e de organização aos quais *O Panorama* foi buscar inspiração. Sabe-se, porque o próprio Alexandre Herculano o reconhece, que o modelo inspirador d'*O Panorama* foi o da *Penny Magazine*, tanto quanto o modelo de organização da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis foi o da Society for the Diffusion of Useful Knowledge. Vários dos textos inseridos pelo periódico são traduções de textos que saíam nos periódicos congéneres da Europa, numa

tradição de cópia entre os periódicos que já vinha desde as gazetas seiscentistas ou mesmo antes (Sousa *et al*., 2011). De facto, a influência europeia em Portugal era forte e no jornalismo essa influência não foi excepção. As elites portuguesas reviam-se em modelos jornalísticos europeus, que, inclusivamente, lhes eram familiares, quer por causa das emigrações liberais, quer porque liam os periódicos europeus importados. Reconhecendo as potencialidades desses modelos, as elites tentaram replicá-los em Portugal, quer no jornalismo político, quer no jornalismo cultural. *O Panorama* é um exemplo da replicação bem-sucedida de um modelo jornalístico cultural estrangeiro em Portugal, apesar das reformulações que o periódico foi sofrendo, para se adaptar aos gostos portugueses.

Conclusões

A ambição deste trabalho foi contribuir para compreender o papel e as dinâmicas do jornal *O Panorama* no contexto em que surgiu, tendo como foco de atenção o discurso do mesmo. Ao longo das páginas deste livro, acompanhou-se o percurso do jornal e traçaram-se os traços gerais da sua história e discurso iniciais, enquanto esteve nas mãos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

Verificou-se, em *primeiro lugar*, que *O Panorama* foi um produto simultâneo do *liberalismo* e do *romantismo*, este tributário da abertura de mentalidades trazida por aquele. Ecoam nas suas páginas, simultaneamente, a renovação estilística, temática e retórica trazida pela literatura romântica, que contaminou a oratória política e a sua correspondente expressão jornalística; e a ideologia liberal, individualista, desenvolvimentista, progressista, mas também, paradoxalmente algo nacionalista, ou, pelo menos, patriótica, resultado possível da recuperação de *temas nacionais* na literatura e nas artes plásticas trazida pelo romantismo. Em resumo, *O Panorama* foi o veículo de uma ideologia *liberal progressista e patriótica*, mas foi também, na sua intervenção *política* – que, residualmente, também a teve – mais *reformista* do que revolucionário ou disruptivo, até porque a sua adesão aos princípios do romantismo serviu para ligar, simbólica e patrioticamente, o Portugal Novo ao Portugal Antigo (em especial, ao medievo), embora nem sempre desde uma perspectiva positiva (isto é, também foram evocados acontecimentos menos dignos para o país, como os massacres de judeus). De facto, *O Panorama* exibiu os princípios filantrópicos e económicos do liberalismo clássico, sendo de destacar a crença na *liberdade*, mas estes valores foram sempre temperados, por um lado, pelos *valores católicos* profundamente entranhados na cultura portuguesa e, por outro lado, pelo patriotismo algo nacionalista e pela perspectiva de continuidade histórica do país. Um liberalismo q. b., portanto, capaz de, como fez Oliveira Marreca, apelar ao comércio livre, mas só depois de um período de proteccionismo susceptível de permitir o desenvolvimento da indústria nacional e das infra-estruturas de transporte e educação capazes de garantir não apenas o crescimento

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 475 - 484]

económico mas também a prosperidade geral do Reino e, consequentemente, a felicidade dos *cidadãos* (já não meros *súbditos* da Coroa). Para autores liberais como Marreca, efectivamente, a felicidade só se alcançaria por uma liberdade política que acompanhasse um notório crescimento económico e, de certa forma, um incremento do consumo.

Em *segundo lugar*, *O Panorama* foi um jornal enciclopédico, aparentemente mais caleidoscópico do que organizado, tanta a variedade de artigos e temas abordados – pese embora a racionalidade subjacente (1) ao privilégio às *humanidades*, que lhe deu uma *feição humanista*, (2) à categorização dos conhecimentos e (3) à uniformidade conseguida por outras vias, como a permanência do design, a coerência de conteúdos e o constante apego aos valores liberais e católicos da "moralidade". Ainda que, certamente, nem todos a ele tivessem acesso, o periódico devotou-se, enérgica e filantropicamente, à causa da *educação pública*, para *colmatar as deficiências e debilidades do incipiente sistema educativo*, ainda que, provavelmente, os seus colaboradores nele se tenham envolvido por *interesse*, nem que fosse pelo mero – e nunca assumido – interesse de reconhecimento pelos seus pares e de notoriedade pela elevação cultural patenteada, mas também, em alguns casos, conforme se frisou, pelos proventos que poderiam tirar enquanto accionistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Consideraram, certamente, os mentores *d'O Panorama que* somente *a elevação e o enriquecimento espirituais* – ou seja, cognitivos – dos portugueses e o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes e comunicações e da tecnologia do vapor poderiam garantir o progresso de Portugal. Essa era, em suma, a *ideologia* do periódico, cujos promotores viam na aquisição de *conhecimentos* e *competências* pelos portugueses a chave para o progresso material e social de Portugal. Uma missão nobre e altruísta a que os promotores do jornal se propuseram, mas cujos resultados, já de si questionáveis, foram, possivelmente, inferiores aos sonhados pelos seus mentores, devido, principalmente, à baixa taxa de alfabetização e ao fraco poder aquisitivo da generalidade da população. O leitor de que os redactores *d'O Panorama* falam, o leitor sobre quem escrevem e para o qual escrevem, é um leitor *idealizado* como alguém presumivelmente disposto e apto a receber, passivamente, os conhecimentos e conselhos da elite intelectual filantrópica. Mais ainda, a ideia

de que *O Panorama* se dirigia a todas as pessoas, de todas as bolsas, num país com 90% de analfabetos e no qual grande parte da população carecia dos bens mais básicos e vivia da agricultura de subsistência, era *pura ficção*. No entanto, servia para conferir sentido à missão que se auto-atribuíram os promotores e redactores d'*O Panorama*, por muito que essa missão tivesse sido *nobre* e deva ser *valorizada*.

Assim sendo, pode afirmar-se, em *terceiro lugar*, que *O Panorama*, independentemente de ter contribuído para a promoção da "cultura geral" entre algumas elites, predominantemente burguesas, alfabetizadas e com suficiente poder de compra para poderem adquirir semanalmente o jornal, serviu, antes de mais, para reforçar a identidade dos seus promotores, que se veriam a si mesmos como a elite intelectual liberal portuguesa cujos deveres sociais passavam por, (mais ou menos) filantrópica e altruisticamente, generalizar os benefícios do conhecimento entre a massa de portugueses ignaros, de modo a formar verdadeiros cidadãos – isto é, gente *culta* e *instruída*, capaz de se envolver nos negócios públicos e de participar nos processos democráticos de decisão fazendo uso consciente da sua *razão ilustrada*, gente, enfim, capaz de *transformar o país*, garantindo a sua *prosperidade*.

Pode asseverar-se, em *quarto lugar*, que *O Panorama* foi, incontestavelmente, um periódico importante e pujante na sua época. Tão importante foi que entrou, pelo menos, no imaginário da intelectualidade da época, como o provam as referências literárias ao jornal. E mais do que isso, atraiu, na qualidade de colaboradores, importantes personalidades da literatura, das artes e das humanidades no Portugal de oitocentos, a começar por Alexandre Herculano.

Quinto, *O Panorama* recupera a tradição do enciclopedismo setecentista e a sua atitude, então *revolucionária*, de promoção e democratização da cultura, de formação de *cidadãos* pela generalização do *acesso ao conhecimento*, mas marca uma certa *ruptura* com a tradição iluminista setecentista ao propor-se evangelizar todas as classes sociais no que respeita à causa do conhecimento, afirmando-se, desde o início, como um "jornal popular" de estilo rasteiro. *O Panorama* é, efectivamente, um jornal enciclopédico, caleidoscópico mas racionalmente organizado e paradoxalmente algo uniforme na mensagem profunda que propõe. Apesar de não ter sido o primeiro dos periódicos enciclopédicos portugueses

(ainda que a sua linha editorial tenha sido apresentada como novidade no país, deve muito aos jornais que o antecederam), foi o primeiro a ser bem-sucedido, ao popularizar-se pelo preço, pelos temas, pelas gravuras e pelo nível de língua acessível. Outra razão para o seu sucesso foi ter congregado à sua volta um ilustre leque de colaboradores, cujo interesse – havia, certamente, como se frisou, interesse na colaboração com *O Panorama*, ainda que as colaborações parecessem *desinteressadas*, exercidas filantropicamente em nome da educação do povo – seria o de sobressaírem culturalmente entre os seus pares (o valor pago por artigo aos colaboradores, conforme se viu, era irrisório).

Tal como outros jornais enciclopédicos, *O Panorama* foi, portanto, um antepassado do jornalismo industrial de divulgação científica e humanística, que, na idade actual, encontra paralelo em inúmeras publicações, como, em Portugal, a *Super Interessante*, a *Quero Saber* ou a *National Geographic Portugal*. O jornalismo d'*O Panorama* talvez não possa considerar-se um jornalismo profissional, se entendermos o conceito de profissão à luz da actual sociologia das profissões, mas seguramente foi, pelo menos, um jornalismo de ofício ou de ocupação.

Sexto, é possível afirmar que é impossível compreender *O Panorama* sem se perceber a força do movimento de democratização do acesso ao conhecimento detonado pela Revolução Liberal de 1820.

Até 1820, o país esteve agrilhoado no acesso ao conhecimento. O Antigo Regime e a Igreja Católica, de mãos dadas, procuraram impedir, às vezes por meios repressivos e violentos, o acesso às ideias e conhecimentos que ameaçassem a sua supremacia. O espírito da Ilustração foi tolerado e até incentivado por homens como o marquês de Pombal, mas só até um determinado limite (a proliferação das ideias que conduziram à Revolução Francesa, por exemplo, foi sempre reprimida) e de maneira restritiva (só as elites beneficiaram dele).

De facto, num tempo em que os países de tradição protestante investiam massivamente na instrução pública, a generalidade dos cidadãos portugueses continuou a ser privada até da educação primária. Mas a Revolução Liberal encetou um movimento de *republicanização* do regime que, apesar do interregno miguelista e da instabilidade política e militar, haveria de conduzir Portugal à "república com um rei" que caracterizava o país nos tempos finais da monarquia.

Foi esse movimento que incentivou não apenas a intervenção de mais cidadãos no espaço público mas também o acesso à educação. *O Panorama* insere-se nesse movimento tardio de democratização do espírito das Luzes que se verificou em Portugal, bem expresso na expressão a que se aludiu, escrita no n.º 105 na *Crónica Constitucional de Lisboa*: era necessário "generalizar as luzes". *O Panorama* beneficiou da enorme – e mais democrática – vontade de conhecer evidenciada por franjas significativas da população depois, passe a metáfora, de tanto tempo de trevas.

Sétimo, pode também atestar-se que *O Panorama* contribuiu, a exemplo de outros periódicos de divulgação de conhecimentos, para dar resposta à necessidade que o regime liberal manifestava de formar cidadãos cultos como forma de sustentação do modelo político e social que estava a ser proposto à população portuguesa, assente no princípio da *soberania da nação*.

Efectivamente, se o espírito do estado-nação e a própria ideia de *nação* foram forjados no decurso da Guerra dos Trinta Anos e nas negociações para lhe por fim, podendo os episódios da Restauração da Independência, em 1640, e da reclamação de um rei natural serem lidos nesta perspectiva, não é menos certo que a ideia de *soberania da nação* só surgiu, em Portugal, com o liberalismo. O novo regime político pressupunha, como instrumento de legitimação, o consentimento e a adesão consensual dos cidadãos da nação à nova ordem social e política, moldada por uma Constituição.

Com efeito, para o constitucionalismo liberal, os cidadãos são, em tese, idealmente vistos como detendo *capital cultural* suficiente para expressarem, em consciência e liberdade, a sua vontade política. O regime liberal corresponderia, assim, em tese, à emanação dos desejos dos cidadãos nacionais cultos e ilustrados, plasmados numa Constituição. Consequentemente, o movimento de democratização cultural, que acompanhou o movimento de democratização política do país (ainda que sujeito a ditames censitários), foi vital para assegurar a sobrevivência do regime, que – recorde-se – na primeira metade do século XIX não estava ainda devidamente consolidado. Provam-no o interregno de governação miguelista, as guerrilhas miguelistas que se espalharam pelo país desde a Convenção de Évora-Monte até à Patuleia e ainda a forte manutenção de ideias absolutistas em Portugal até à sua erosão no decurso da Regeneração e da

República, apesar do Integralismo Lusitano. *O Panorama*, enquanto exemplo de jornal de divulgação cultural e de popularização do conhecimento, só é inteligível nesse contexto que exigia aos cidadãos a detenção de suficiente capital cultural para poderem decidir sobre o rumo do país e a forma como desejavam serem governados.

Oitavo, embora apartidário, embora não se referisse directamente à extraordinária instabilidade política e mesmo militar que Portugal atravessou ao longo das suas duas primeiras séries (1837-1844)[1], *O Panorama* não foi apolítico. À luz da ideologia progressista e liberal dos seus promotores, que viam na democratização da educação, no investimento em transportes e vias de comunicação e na adopção das novidades tecnológicas aplicadas, em especial, à indústria, a panaceia para superação do atraso e pobreza do país, o jornal interveio civicamente no espaço público burguês, constituído estruturalmente no espaço simbólico do *impresso*, em nome – intui-se – dos portugueses, do *colectivo nacional*. Os jornais permitiam uma intervenção cívica que alargava o espaço público ao exterior das câmaras do Parlamento e propiciavam vozes até às franjas da população que não tinham representação parlamentar, sendo não raro assumirem-se – de acordo com o exemplo d'*O Panorama* – como a *voz do povo português*, colectivamente entendido.

Em *nono lugar*, *O Panorama* foi um jornal prosélito católico. Distinguiu-se pelos valores cristãos que propagou, pelo apelo evangelizador católico que protagonizou, pelo combate ao agnosticismo e ao ateísmo. Se politicamente não se pode considerar *O Panorama* um jornal apolítico ou mesmo neutro, religiosamente também não.

Décimo, em termos jornalísticos, *O Panorama*, primeiro exemplo de um periodismo consequente de popularização da cultura em Portugal, facultou o processo de *ampliação histórica do leque de temas noticiáveis*, pois foram muitos e variados os assuntos que abordou (muito longe do que era e continuou a ser apanágio dos jornais políticos). Foi, similarmente, um agente relevante para a *abertura do jornalismo português a novos conteúdos, géneros e estilos*

1) Essa instabilidade, porém, reflectir-se-ia mais nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, do que nas restantes partes do país, que ainda era eminentemente rural.

(o que conseguiu quer com peças em tom grave e sério com os textos leves das anedotas históricas e outras, muitas delas encerrando *lições de moral*). Alguns dos textos que nele surgem são autênticas crónicas jornalísticas; outros apontam para a ideia de reportagem, ainda que não o sejam. Assim, se o jornal satisfez, nos conteúdos produzidos e divulgados, os propósitos dos seus promotores, também terá satisfeito os gostos, necessidades ou interesses de alguns milhares de leitores, pois só assim se compreende a tiragem que alcançou.

Décimo primeiro, para se compreender o papel que n'*O Panorama* desempenharam alguns dos seus colaboradores – como Oliveira Marreca – pode usar-se, por aproximação, a figura do actual *comentador* ou *analista*, personagens que, nos meios jornalísticos, comentam, periodicamente, a actualidade – política, económica, desportiva ou outra. Efectivamente, vários dos colaboradores d'*O Panorama* podem equiparar-se, no que respeita ao *papel social*, a esses personagens que hoje em dia, no sistema mediático, contribuem para a discussão dos temas "quentes" da actualidade, propondo *formas interpretadas de ler o mundo* aos receptores. Eles contribuíram, à semelhança dos seus homólogos contemporâneos, para o esclarecimento de temas relevantes da actualidade oitocentista, mas ao sugerirem *molduras interpretativas* para a realidade também procuravam persuadir o público a aceitar o seu *ponto de vista*. Pelo menos, certamente *agendavam* os *enquadramentos* que davam aos assuntos na agenda pública das elites intelectuais.

Em *décimo segundo lugar*, mesmo sendo um jornal enciclopédico, promovido por filantropos e destinado a promover e generalizar a cultura e conhecimentos genéricos sobre o mundo, a linha editorial *d'O Panorama* não foi isenta de críticas entre os seus contemporâneos. Conforme se demonstrou ao longo da presente investigação, nem toda a gente se revia num periódico que desejava alargar os benefícios da cultura e do conhecimento a todos os portugueses (se o conseguia ou não, é outro assunto, a que já se fez referência) e mesmo entre os seus leitores havia quem o condenasse quer por tratar de temas irrelevantes de forma superficial quer por, inversamente, incluir poucos textos leves destinados a promover conhecimentos vulgares ou, simplesmente, a entreter. De facto, é difícil agradar simultaneamente a gregos e troianos…

Décimo terceiro, não se pode olhar para *O Panorama* apenas como um periódico enciclopédico de divulgação democratizadora de conhecimentos gerais. Na realidade, conforme ficou demonstrado ao longo desta pesquisa, também *dava notícias*, ainda que ocasionais, e envolvia-se política e civicamente, na discussão de *problemáticas da actualidade* da época, principalmente as ligadas à educação e ao desenvolvimento económico do país, tal e qual se encontra, por exemplo, nas páginas editoriais da imprensa actual, sempre em nome, intui-se, dos *interesses gerais da nação*.

Como *décima quarta* conclusão, *O Panorama* testemunha, talvez, uma certa *mudança de gosto* entre as elites – em especial, as elites burguesas – da sociedade portuguesa da época. Ou quiçá, testemunha também, enquanto produto dirigido a um segmento de público, que *as elites tinham mudado*. O dinheiro da burguesia, mais do que os pergaminhos aristocráticos da nobreza ou as prerrogativas dos religiosos, definia, de alguma forma, quem tinha poder, quem eram as novas elites. E essas novas elites tanto tinham a necessidade de obter informações que pudessem usar política, económica e socialmente, como desejavam consumir produtos que alimentassem a sua curiosidade sobre o mundo, crescente e retroactivamente estimulada pela imprensa, e em especial pela imprensa de divulgação cultural. *O Panorama* foi efectivamente concebido como um produto capaz de agradar às novas personagens que ascendiam à condição de elite e passavam a comandar os rumos do país, permitindo-lhes obterem informações concretas (ainda que avulsas), interessantes, relevantes e, até, úteis para aplicação industrial e agrícola ou uso político e social, de forma *imediata* e *acessível*.

A *décima quinta* conclusão é a de que *O Panorama* foi o primeiro e incipiente exemplo de um *jornalismo pré-industrial*, ou quiçá mesmo *industrial*, em Portugal, apontando caminhos aos periódicos vindouros. Conseguiu-o: (a) ao adoptar uma atitude empresarial que buscava o lucro no número de exemplares vendidos e não no alto preço do artigo, ao contrário dos jornais da sua época; (b) ao apostar numa *tipografia de ponta*, cujas prensas hidráulicas permitiam assegurar tiragens maiores e de melhor qualidade a mais baixo custo e com menos recursos humanos; (c) ao apostar na informação visual trazida pela gravura, que, ademais, proporcionava um elemento de diferenciação gráfica e identitária em relação

à restante imprensa; (d) ao assegurar uma certa *uniformidade na mensagem*, conclusão algo paradoxal face ao carácter aparentemente caleidoscópico do temário, mas compreensível quando se pensa, por um lado, na *uniformidade do design*, ancorado nas gravuras e, por outro lado, na constante orientação do temário para as *humanidades*, para a *formação integral do homem*, um pouco à maneira iluminista, para a *obtenção de conhecimento*, ou ainda para a *defesa de causas* que facilmente podiam ser admitidas como sendo causas comuns dos portugueses (mesmo que na verdade não o fossem). A uniformidade na mensagem sobressai, inclusivamente, quando se pensa no *apelo constante* d'*O Panorama aos valores liberais e, igualmente, aos católicos* (liberdade, propriedade, impostos baixos, progresso e prosperidade, empreendedorismo, ilustração-instrução geral, caridade…). Não propondo rupturas políticas, contido e manifestando uma espécie de bom senso ancorada no senso-comum, *O Panorama* pôde, assim, cair facilmente no gosto dos portugueses que o podiam ler e comprar – e, quiçá, alimentar conversas socializadoras com o que nele liam.

Finalmente, *O Panorama* é, todo ele, um *hino à liberdade*, pois aponta para a ideia de que *só o homem emancipado pelo conhecimento pode ser verdadeiramente livre*.

Investigação posterior poderá ocupar-se das restantes séries d'*O Panorama*, para assim se traçar uma história (mais) completa desta importante publicação oitocentista portuguesa e do jornalismo português; investigar as publicações impressas portuguesas de maior valor histórico segundo o modelo aqui delineado, com idêntico objectivo; e comparar o periódico com publicações semelhantes nacionais e estrangeiras que tenham surgido antes e depois dele, para identificar semelhanças, diferenças e possíveis influências de umas sobre as outras, inclusivamente no que respeita ao intercâmbio de textos e gravuras (se é que existiu, porque o fluxo de informação, nestas publicações, poderá ter tido um único sentido, do "centro" para a "periferia").

A história do jornalismo português está longe de estar feita.

Bibliografia

Abuquerque, Luís (1991). *Universidade(s). História, Memória e Perspectivas*. *Actas do I Congresso História da Universidade – 7º Centenário*. Coimbra, Universidade de Coimbra.

Almeida Garrett (1830). *Portugal na Balança da Europa. Do que Tem Sido e do que Ora lhe Convém Ser na Nova Ordem de Coisas do Mundo Civilizado.* London, S. W. Sustenance.

Anónimo [presumivelmente Ferreira Borges, José] (1834a). [Introdução]. *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n.º 1, 15 de Outubro de 1834, pp. 1-2.

Anónimo [assinado por A. A.] (1834b). Sobre a instrução pública em geral e em particular sobre a reforma do ensino da faculdade médica em Portugal. *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n.º 2, 1 de Novembro de 1834, pp. 9-11.

Anónimo (1838). [Texto sem título.]. *Crónica Constitucional de Lisboa*, n.º 105, 23 de Novembro de 1838, p. 1.

Araújo, Joaquim de (1878). Ao leitor. *A Renascença*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1878, p. 2.

Araújo, Joaquim de (1878). As novas revistas literárias. *A Renascença*, n.ºs 5-7, Maio – Julho de 1878, p. 112.

Baptista, Jacinto (1977). *Alexandre Herculano. Jornalista*. Lisboa, Bertrand.

Bonifácio, Maria de Fátima (1993). O abençoado retorno da velha história. *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 122, 1993 (3º), pp. 623-630.

Braga, Teófilo (1984). *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa, Ulmeiro.

Braga, Teófilo (1880). *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa, Nova Livraria Internacional.

Bruno, Sampaio (1885). *A Geração Nova. Os Novelistas*. Porto, s/e.

Bruno, Sampaio (1906). *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto, Livraria Chardron.

Buescu, Helena Carvalhão (1997). *Dicionário do Romantismo Literário*. Lisboa, Caminho.

Canotilho, J. Joaquim Gomes (1998). As constituições. *In*: Mattoso, José (Dir.) e Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 125-140.

Carey, John (1993). *Os Intelectuais e as Massas*. São Paulo, Ars Poética.

Carvalho, Rómulo de (2001). *História do Ensino em Portugal*. *Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cascão, Rui (1993). Demografia e sociedade. *In*: Mattoso, José (Dir.) e Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 365-377.

Castelo Branco, Camilo (1879/1991). *Eusébio Macário*. Lisboa, Ulisseia.

Catroga, Fernando (1993). Romantismo, literatura e história. *In*: Mattoso, José (Dir.) e Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 542-561.

Chagas, Manuel Pinheiro (1886). Recordações de um jornalista. *A Ilustração Portuguesa*, n.ºs de Abril a Junho de 1886.

Chaves, Castelo Branco (1979). *O Romance Histórico no Romantismo Português*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Cidade, Hernâni (1985). *Século XIX. A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*. 2ª edição. Lisboa, Presença.

Cordeiro, António Xavier Rodrigues e Castilho, Alexandre Magno de (1878). *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o Ano de 1879*. Lisboa, Lallemant Frères.

Correia, Rita (2008). *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Ficha bibliográfica da Hemeroteca Municipal de Lisboa. [Em linha.] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf. [Consultado em 22 de Dezembro de 2010.]

Costa, D. António (1900). *História para a Instrução Popular em Portugal*. Porto, Figueirinhas.

Cunha, Alfredo da (1914). *O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os Seus Fundadores. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português*. Lisboa, Diário de Notícias.

Cunha, José António de Sousa Abrantes da (1984). *A Imprensa no Século XIX: Análise com "O Espectro" e "O Panorama"*. Dissertação do Curso de Ciências da Informação. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Ciências Humanas.

Custódio, Jorge (1983). *Alexandre Herculano: Estudos Históricos, Controvérsias, Dispersos e Fragmentos*. Lisboa, História Crítica.

Domingues, Manuela (1985). *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX.* Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância.

Dias, Eurico José Gomes (2002). *A Construção da História Medieval na Imprensa Periódica Portuguesa de Oitocentos: Os Exemplos de "O Panorama" e do "Archivo Pittoresco"*. Tese de mestrado em História Medieval e do Renascimento submetida à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada por Paula Pinto Costa. 2 volumes.

Dias, Eurico Gomes (2006). *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma Revisão das Estratégias Diplomático-Militares Portuguesas (edição transcrita)*. Lisboa, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dias, Eurico Gomes (2010). *Olhares Sobre o Mercúrio Português [1663-1667]. Transcrição e Comentários*. 2 volumes. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Durkheim, Émile (1977). *A Divisão Social do Trabalho*. 2ª edição. Lisboa, Presença [edição original de 1893].

Ferreira, Andrade (1857). Jornalismo literário em Portugal. *Arquivo Pitoresco*, vol. 1, nº 18, pp. 93-96.

França, José Augusto (1975). *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Sócio-Culturais*. Lisboa, Livros Horizonte.

Fukuyama, Francis (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa, Círculo de Leitores.

Guedes, Fernando (1987). *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a Sua História*. Lisboa, Verbo.

Herculano, Alexandre (184_). *Composições Várias*. Lisboa, Ailland Alves Bastos & C.ª.

Herculano, Alexandre (1850). Elogio Histórico do Sócio Sebastião Xavier Botelho pelo Sócio Alexandre Herculano. Separata de *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, volume II. Lisboa: Conservatório Real de Lisboa, pp. 25-34.

Herculano, Alexandre (1834a). Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje deve seguir? *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n.º 1, 15 de Outubro de 1834, pp. 4-6 [o texto continua no n.º 2 do *Repositório Literário*].

Herculano, Alexandre (1834b). Leonor, romance de Burger. *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n.º 5, 15 de Dezembro de 1834, pp. 38-39.

Herculano, Alexandre (1835). Poesia: Imitação-Belo-Unidade. *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, n.º 7, 15 de Janeiro de 1835, pp. 53-56 [o texto continua nos n.ºs 8 (1 de Fevereiro de 1835, pp. 61-64); n.º 9 (15 de Fevereiro de 1835, pp. 70-71) e n.º 11 (15 de Março de 1835, pp. 84-88)].

Herculano, Alexandre (19__). *Cartas*. 2 vols. Lisboa, Aillaud, Alves, Bastos.

Herculano, Alexandre (1982). *Cartas e Opúsculos*, org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. 6 volumes. Lisboa, Presença, 1982.

Luz Soriano, Simão José da (1866). *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino desde 1777 até 1834*. 19 volumes. Lisboa, Imprensa Nacional.

Macedo, Jorge Borges de (1980). *Alexandre Herculano, Polémica e Mensagem*. Amadora, Bertrand.

Machado, Júlio (1874). *Lisboa de Ontem*. Lisboa, Empresa Literária.

Marques, Catarina Miranda Basso (2006). *A Retratística em Portugal e a Introdução da Daguerreotipia (1830-1845)*. Dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mattoso, José (Dir.) (1993). *História de Portugal*. 8 volumes. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mello, Maria Cristina Nogueira Lança de (1971). *O Panorama. História de um Jornal*. Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Mendes, J. Amado (1998). Comércio, transportes e comunicações. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 319-327.

Mesquita, João Carlos de Vilhena e César (1997). *A Ilustração nas Publicações Periódicas Portuguesas (1820-1850)*. Dissertação de mestrado em História da Arte. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Nóvoa, António (1987). *Le Temps de Professeurs. Analyse Socio-historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIIIe-XIXe Siècles*). Volume 1. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nóvoa, António (1992). A educação em Portugal. *In:* Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. de (Eds.). *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo*. Vol. XII, coordenação de Fernando Rosas. Lisboa, Presença, pp. 455-519.

Nunes, Maria de Fátima (1987). *Notas para o Estudo do Periodismo Científico. Anais das Ciências, das Artes e das Letras*. Separata de *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI. Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 661-682.

Nunes, Maria de Fátima (Pref., Ed. Lit. e Notas) e Reis, António (Dir.) (1989). *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Colecção Testemunhos Contemporâneos, n.º 35. Lisboa, Alfa cop.

Nunes, Maria de Fátima (2001). *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de "Sciencia Agrícola" em Portugal*. Lisboa: Estar.

Oliveira Marques, A. H. de Oliveira (1986). *História de Portugal*. 3ª edição. Volume 3. Lisboa, Presença.

Oliveira Marques, A. H. de (2006). *Breve História de Portugal*. 6ª edição. Lisboa, Presença.

Oliveira Martins, Joaquim Pedro de (1885). *Portugal Contemporâneo*. 3ª edição (póstuma) e com as alterações e aditamentos deixados pelo autor. 2 volumes. Lisboa, Livraria de António Maria Pereira – Editor.

Ortigão, Ramalho (1988). *As Farpas*. 12 volumes. Lisboa, Clássica Editora.

Ossandón, Carlos (1998). *El Crepusculo de los* Sabios *y la Irrupcion de los* Publicistas. Santiago de Chile, LOM/Universidad Arcis, 1998.

Pereira, A. Xavier da Silva (1895). *Dicionário Jornalístico Português*. Manuscrito inédito conservado na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. 12 vols. Reservados, série azul, n.º 445 a 457. Lisboa, Academia Real das Ciências e autor.

Pereira, A. Xavier da Silva (1896). *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Lisboa, Tipografia Soares.

Pereira, A. Xavier da Silva (1897). *Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada*. Lisboa, Imprensa de Libano da Silva.

Peucer, Tobias (1690/2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214. (Tradução de *De relationibus novellis*, tese de doutoramento em Periodística, Leipzig: Universidade de Leipzig, 1690.)

Pinheiro Chagas, Manuel Joaquim (1886). Recordações de um jornalista. *A Ilustração Portuguesa*, 2º ano, n.º 47, 7 de Junho de 1886, p. 3.

Piwnik, Marie-Helene (1979). *O Anónimo. Journal Portugais du XVIII^e Siècle (1752-1754)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.

Queirós, Eça de (1900/1995). *A Ilustre Casa de Ramires*. 3ª edição. Lisboa, Ulisseia.

Queirós, Francisco Fortunato de (1983). *Anais das Ciências, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822). 1ª Parte*. Porto: Centro de História.

Ramos, Rui (2011). Quando o poder não tem dinheiro. *Pública – Expresso*, n.º 2013, 28 de Maio de 2011, pp. 52-58.

Ramos, Rui (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e Monteiro, Nuno Gonçalo (2009). *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Rebelo, Brito (1910). Em torno de Herculano. *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, n.ºs 3-4, pp. 128-136.

Reis, Carlos (Coord.) (1990). *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*. Lisboa, Universidade Aberta.

Reis, Fernando Egídio (introdução e coordenação editorial) (2005). *Felicidade, Utilidade e Instrução: A Divulgação Científica no Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto, Porto Editora.

Ribeiro, António Manuel (1995). *O Periodismo Científico e Literário Romântico: O Panorama (1837-1844)*. Separata da revista *Munda*, n.º 29. Coimbra, s/e.

Ribeiro, João Reis e Bento, António Cunha (2004). *Imagens da Península da Arrábida no Século XIX: "O Panorama" (1837-1868) e "Archivo Pittoresco (1857-1868).* Setúbal, LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão.

Ribeiro, José Silvestre (1871-1893). *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*. 18 volumes. Lisboa, Academia Real das Ciências.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1998). A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 91-100.

Rodrigues, João Bartolomeu (2008). *A Educação na Revista "O Panorama"*. Tese de doutoramento em Educação submetida à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, orientada por José João Pinhanços de Bianchi. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1988). *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa, Presença.

Saraiva, António José (1949). *Herculano e o Liberalismo em Portugal. Os Problemas Morais e Culturais da Instrução do Regime. 1834-1850.* Lisboa, s/e.

Saraiva, António José e Lopes, Óscar (1979). *História da Literatura Portuguesa*. 11ª edição. Porto, Porto Editora.

Saraiva, José Hermano (1999). *História Concisa de Portugal*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

Saraiva, José Hermano (Coord.) e Cidade, Hernâni (2004). *História de Portugal: Implantação do regime liberal – da Revolução de 1820 à queda da Monarquia*. Volume 7. Matosinhos: Quid Novi.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1977). *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*. Amadora, Bertrand.

Serrão, Joel (Coord.) (19__). *Dicionário de História de Portugal*. 6 volumes. Porto: Livraria Figueirinhas.

Serrão, Joel. Transportes. *In:* Serrão, Joel (Coord.) (19__ a). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 192-206.

Serrão, Joel. Correios e postas. *In:* Serrão, Joel (Coord.) (19__ b). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 192-193.

Serrão, Joel (1981). Estrutura social, ideologias e sistema de ensino. *In:* Silva, Manuela e Tamen, Maria Isabel (Coords.). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 17-45.

Silva, António Martins da (1998). A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 77-89.

Silva, Inocêncio Francisco da e Aranha, Pedro Venceslau de Brito (1858/1958). *Dicionário Bibliográfico Português*. 23 volumes, sendo os volumes 10 a 23 da autoria de Pedro Venceslau de Brito Aranha . Lisboa, Imprensa Nacional [edição original de 1858].

Silva, Maria Beatriz Nizza da (2005). *A Primeira Gazeta da Bahia – Idade d'Ouro do Brazil*. Salvador da Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia.

Silva, Maria Beatriz Nizza da (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sobreira, Rosa Maria (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974*. Lisboa, Livros Horizonte.

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1837). *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*. Lisboa, Imprensa Nacional/Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis.

Sodré, Muniz e Ferrari, Maria Helena (1986). *Técnicas de Reportagem. Notas sobre a Narrativa Jornalística*. São Pulo, Summus.

Sousa, Jorge Pedro (2004). *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Sousa, Jorge Pedro (2005). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Sousa, Jorge Pedro (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, Jorge Pedro (Coord.); Pinto, Mário; Silva, Gabriel; Silva, Nair; Delicato, Mônica (2007). *As Relações de Manuel Severim de Faria e a Génese do Jornalismo Lusófono*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, Jorge Pedro (2008a). Uma breve história do jornalismo no Ocidente. *In:* Sousa, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93.

Sousa, Jorge Pedro (2008b). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In:* Sousa, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 93-118.

Sousa, Jorge Pedro (coord.); Tuna, Sandra; Lima, Maria Érica e Teixeira, Patrícia (2010). António Rodrigues Sampaio: O jornalista e o pensador do jornalismo. Comunicação apresentada ao VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em São Luís do Maranhão (CD-ROM).

Sousa, Jorge Pedro (coord.) *et al*. (2011). *A* Gazeta *"da Restauração": Uma Análise do Discurso*. Covilhã, Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.

Sousa, José Manuel Motta e Veloso, Lúcia Maria Mariano (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Tarde, Gabriel (1901/1992). *A Opinião e as Massas*. São Paulo, Martins Fontes.

Tengarrinha, José (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo. *In:* AA. VV. *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio*. *Lisboa, 1970, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário*. Lisboa, Grémio Literário.

Tengarrinha, José (1984). Imprensa. *In:* Serrão, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Volume 3. Porto, Figueirinhas, pp. 266-272.

Tengarrinha, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição. Lisboa, Caminho.

Tocqueville, Alexis de (1835/1972). *A Democracia na América*. Lisboa, Estúdios Cor [edição original de 1835].

Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre (1984). *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*. Porto, Paisagem.

Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre (1998). Produção e reprodução cultural. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 575-583.

Traquina, Nelson (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Valente, Vasco Pulido (1974). *Uma Educação Burguesa. Notas para a Ideologia do Ensino no Século XIX.* Lisboa, Livros Horizonte.

Varela, Silvestre Pinheiro (1813). *Prelecções Filosóficas sobre a Teoria [Theórica] do Discurso e da Linguagem: A Estética, a Diceosina e a Cosmologia*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia.

Vargues, Isabel Nobre e Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1998). Ideologias e práticas políticas. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 183-216.

Vargues, Isabel Nobre e Torgal, Luís Reis (1998). Da revolução à contrarrevolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O exílio político. *In*: Mattoso, José (Dir.); Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço (Coord.). *História de Portugal – O Liberalismo*. Vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 57-76.

Viegas, José Manuel Leite (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 1, pp. 103-121.

Williams, Hugh (2011). *Os 50 Grandes Acontecimentos da História*. Lisboa: Matéria-Prima.

Documentos consultados

Constituição de 1822.

Carta Constitucional de 1826.

Constituição de 1838.

Carta Constitucional com Actos Adicionais de 1842.

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1837). *Relação dos Cem Maiores Accionistas, de que Será Composta a Próxima Assembleia-Geral da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis na Conformidade do Artigo 37 dos Estatutos*. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (impresso na Imprensa Nacional, Lisboa).

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (30 de Junho de 1839). [Relatório de actividades e contas da direcção]. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (apenso ao *Panorama*).

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (12 de Agosto de 1839). [Relatório da Comissão de Fiscalização de Contas]. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (apenso ao *Panorama*).

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (31 de Dezembro de 1840). [Relatório de actividades e contas da direcção]. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (apenso ao *Panorama*).

Sociedade Propagadora dso Conhecimentos Úteis (10 de Março de 1841). [Relatório da Comissão de Fiscalização de Contas]. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (apenso ao *Panorama*).

Apêndice 1

Lista de correspondentes d'*O Panorama*, segundo as informações disponibilizadas no periódico

Reino	Correspondentes	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843	1844
Abrantes	Luís de Araújo Braga	x							
	José Apolinário da Silva		x	x	x	x	x	x	x
Albufeira	António J. Júdice Samora	x	x	x	x	x	x		
Arcos de Valdevez	António Luís R. Silva	x							
	Luís de Araújo Braga		x	x	x	x	x		
Amarante	Manuel J. Gonçalves Pereira		x	x	x	x	x	x	x
Almeida	João A. da Silva Marques		x	x	x	x	x	x	x
Aveiro	Cândido Xavier de Carvalho				x	x	x	x	x
	Luís Maria dos Santos					x	x	x	x
Bragança	António C. d'Oliveira Furtado	x	x						
	António J. Ribeiro Franco			x	x	x	x	x	x
Braga	Francisco Manuel da Rocha	x	x	x	x	x			
	Domingos J. d'Almeida Guimarães						x		
	Luís do Amaral Ferreira							x	x

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 501 - 506]

Barcelos	António J. M. Vilas Boas		X	X	X	X	X	X	X
Chaves	Luciano J. Cordeiro de Sousa		X	X	X	X			
	Francisco I. de Cid Melo e Castro						X	X	X
Cortiços	João J. Machado de Castro			X	X	X	X		
Coimbra	António das Neves Barateiro	X							
	J. M. S. Paula	X	X	X	X	X	X	X	X
Covilhã	J. M. Pereira de Carvalho				X	X	X	X	X
Caminha	A. Rodrigues d'Oliveira	X	X	X	X	X	X	X	
Castelo Branco	Ludovino M. Codino	X	X	X					
	J. J. Mendes Fevereiro				X				
	J. Bernardo e Sousa					X			
	J. B. de Sousa Gomes						X	X	X
Estremoz	J. F. Agnelo de Sousa Gazo	X	X	X	X	X	X	X	X
Elvas	José Nicolau de Sousa	X	X	X	X	X	X	X	X
Évora	Manuel M. Pereira Lobato		X	X					
	José J. Ramos				X	X	X	X	X
Figueira	J. Malheiro de Melo	X	X						
	J. Ferreira d'Oliveira			X	X	X	X		
	J. S. Soares de Menezes			X	X	X	X	X	
	Ricardo Diniz Homem							X	X

Faro	M. M. d'Azevedo Penteado		X	X	X	X	X	X	X
	João Pedro Lamim							X	
Guimarães	M. Baptista de Sampaio Guimarães		X	X	X	X			
	Costa & Caldas		X	X	X	X			
	F. José da Costa Guimarães						X	X	X
Lagos	Francisco Xavier Baptista	X	X	X	X	X	X	X	X
	L. F. B. d'Azevedo Magalhães	X							
Lamego	António do Carmo Figueiredo	X	X						
	A. C. Pinto de Figueiredo			X					
	José dos Santos Claudino				X	X			
	F. C. da Silva Menezes						X	X	X
Leiria	A. de Abreu Couceiro				X	X	X		
Monção	Teotónio José Botelho		X	X	X	X	X	X	X
Mirandela	J. A. de Castro Morais		X	X	X	X	X	X	X
Porto	J. M. C. Portugal	X	X	X	X	X	X	X	X
	J. T. Alvares Ribeiro	X	X	X	X	X	X	X	X
	F. I. Pereira Rubião	X	X	X	X	X	X	X	X
Peniche	M. António Monteiro				X	X	X	X	X
Pinhel	A. J. da Silva Franco				X	X	X		
Portalegre	José M. da Pina e Carvalho				X	X	X	X	X
Penafiel	Zeferino José Leal		X	X					
	Simão Rodrigues Ferreira				X	X	X	X	X

Sanguinhal	Paulo Romeiro da Fonseca			x	x	x	x	x	x
Setúbal	J. C Scotto	x	x						
	Rêgo & Irmãos			x	x	x	x	x	x
Santarém	A. Gonçalves d'Almeida Rino	x	x	x	x	x	x	x	x
Sines	J. Martins Salgado	x	x	x	x	x			
S. Tiago do Cacém	Pe. José Caetano da Fonseca		x	x	x	x	x	x	x
Tavira	João de Paula Corrêa				x	x	x	x	x
Torres Novas	C. J. Xavier Cordeiro				x	x	x	x	x
Viseu	Manuel Ferreira Quiques	x	x	x	x	x	x	x	x
	D. de Sousa Loureiro		x	x	x	x	x	x	x
Viana do Minho	J. da Silva de S. Miguel	x	x	x	x				
	J. A. Ferreira Viana					x	x		
	José Tomás Gomes								x
Vidigueira	Joaquim Inácio Prego	x							
Vila Franca de Xira	M. J. da Fonseca Esguilha				x	x	x		
Vila do Conde	J. F. Tomé da Silva			x	x	x	x	x	
Vila Real de Santo António	Primo da Costa Guimarães		x	x	x	x	x		
Vila Real	A. Ludovice Guimarães		x	x	x	x	x	x	x
Valença	José Maria d'Andrade		x	x	x	x	x	x	x
Ilhas	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Faial	N. Tolentino de Moura	x							

	João d'Almeida Lima	X	X	X	X				
	F. da Cruz da Silva Reis					X	X	X	X
Madeira	George Day Welsh	X	X	X	X				
	B. F. Lobato Machado	X	X						
	A. Pedro d'Azevedo			X	X		X	X	X
	J. António dos Reis					X			
	A. Luís da Cunha						X	X	X
S. Miguel	Guilherme A. Hintze	X	X	X	X	X	X	X	X
	F. J. Teixeira de Sampaio	X							
	Tudury & Oliveira		X	X	X	X	X		
	Sebastião Tudury							X	X
Terceira	A. Leocádio Vieira	X							
	Pedro Gonçalves Franco	X	X	X	X	X	X	X	X
Brasil	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Bahia	J. M. Martelli Junior	X							
	Buschek & C.ª		X						
	D. Pereira Castro e Aguiar				X	X	X		
	J. António Nogueira							X	X
Ceará	M. António da Rocha Júnior				X	X	X	X	X
Maranhão	J. Gualberto da Costa	X	X	X	X	X	X	X	X
Pará	F. Gaudêncio da Costa	X	X	X	X	X	X		
	F. Gaudêncio da Costa & C.ª							X	X
Pernambuco	F. Severiano Rebelo	X	X	X	X	X	X	X	X
Rio de Janeiro	L. A. P. de Sousa	X							

	Sousa & C.ª		X	X	X	X	X	X	X
	E. & H. Laemmert						X	X	X
Porto Alegre	A. M. do Amaral Ribeiro							X	X
Cidade do Rio Grande do Sul	Manuel José Barreiros							X	X
Espanha	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Barcelona	J. J. Ramos Zuzarte		X	X	X	X			
Cadiz	Manuel de Sousa Machado		X	X	X	X			
Vigo	João Hortega		X	X	X	X			
Gibraltar	R. J. Lopes d'Andrade		X	X	X	X			
França	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Havre	Burgain & C.ª	X	X	X	X	X			
Paris	I. P. Aillaud	X	X	X	X	X	X	X	X
Inglaterra	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Londres	Foster Irmãos	X	X	X	X	X	X	X	X
	F. Ignacio Vanzeller		X						
Liverpool	A. Julião da Costa		X	X	X	X	X	X	
Bristol	A. Barão de Mascarenhas (Cônsul de Portugal)		X	X	X	X	X	X	X
Bélgica	**Correspondentes**	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**
Bruxelas	J. de Roboredo		X	X					
Total	**40**	**59**	**60**	**69**	**69**	**66**	**61**	**57**	

Nota: O relatório da direcção da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis de 30 de Junho de 1839 revela que, à data, também colaboravam com *O Panorama* os cônsules de Portugal no Rio de Janeiro, João Baptista Moreira, em Pernambuco, Joaquim Baptista Moreira, e no Pará, Fernando José da Silva, embora não figurem na lista oficial de correspondentes do periódico.

Apêndice 2

Lista dos gravadores e desenhadores com obras n'*O Panorama*, a partir das assinaturas inseridas nas ilustrações

Gravadores/ Desenhadores	**1837**	**1838**	**1839**	**1840**	**1841**	**1842**	**1843**	**1844**	**Total**
Muspars	1				1				2
R. S.	1								1
LX	1		2						3
Português	1	2							3
Bordalo		3				1			4
B. Lx.ª		2							2
Portis		1							1
E. L.		1							1
Coelho		1	2	6	5	4	3	2	23
Bordalo e Coelho			5		1	1		1	8
Fonseca			1						1
Fonseca e Coelho			3	4	4	1			12
Pereira e Coelho				5					5
A.				2					2
A. B. L.				1					1
Pereira e Pedroso				3					3
Penaguião					1				1

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 507 - 508]

Pêro e Pedroso	1			1
Silva e Coelho		3	1	4
Le Ribeiro e Coelho		1		1
Barreto		1		1
P.			1	1
Silva			1	1
Susemihe			1	1
Brato e Castelo			1	1
C. Marquerie			1	1
C. L.			1	1
Batanero			1	1
C. F.			1	1
F.			1	1
J. B.			1	1
Penaguião e Pereira				1 1
R. C.				1 1
Esquível e Coelho				1 1
Nogueira e Coelho				1 1

Apêndice 3

Estrutura de conteúdos d'*O Panorama* (1837-1844) segundo o tema principal das peças: total

Temas	**%**
Agricultura, pecuária e pescas Nesta categoria contabilizaram-se os textos sobre técnicas agrícolas, pecuárias e piscatórias, produção agrícola, pecuária e piscatória, colheitas, pescas e similares. Englobaram-se nesta categoria as matérias sobre inovações tecnológicas agrícolas, pecuárias ou piscatórias. Exemplo: Sementeiras de melões Esta sementeira faz-se em ponto bastante grande em muitos sítios do nosso reino, porém, não com tanto proveito como poderia tirar-se, se os cultivadores observassem os preceitos, que uma experiência ilustrada tem ensinado. Tratamos agora desta matéria, própria da estação, porque a supomos de muita aplicação e utilidade (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 46, p. 86)	144 (4,2%)
Arquitectura Categoria em que foram classificados os textos sobre técnicas arquitectónicas, projectos arquitectónicos, descrição de edifícios e monumentos desde um ponto de vista predominantemente arquitectónico. Arquitectura histórica e contemporânea d'*O Panorama*. Exemplo: O Brasão da arquitectura gótica em Portugal, e mais singular entre os edifícios grandiosos de Espanha, é o real mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha. (…) No alto da nave do meio há 16 frestas, a 8 por banda, que sobem 18 palmos até aos capitéis, e tem a largura 9, dividida cada uma com 2 pilares, de grossura de um palmo cada pilar, para firmeza das vidraças (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 141, pp. 10/11)	6 (0,2%)

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 509 - 526]

Artes Inseriram-se nesta categoria os textos sobre pintura e escultura, correntes artísticas, crítica de arte e similares, excepto quando tratados desde um ponto de vista histórico. Exemplo: Além da verdade geral e comum, cada ciência e cada uma das Belas-Artes tem outra verdade particular. O nosso desígnio é falar somente da que pertence à pintura e dizer quanto o pintor interessa em se fazer capaz de a bem exprimir. Antes, porém, de entrar no discurso havemos de reflectir, que não obstante ser o objecto natural verdadeiro e o pintado fingido, nós chamamos verdade a esta mesma ficção, quando ela imita perfeitamente o carácter do seu modelo. É, pois, esta verdade pitoresca, que nós pretendemos descobrir, para mostrar o seu valor e a sua absoluta e indispensável utilidade. Há três castas de verdade em pintura: 1.ª A verdade simples; 2.ª A verdade ideal; 3.ª A verdade composta ou perfeita (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 81, p. 362)	44 (1,3%)
Assuntos militares Nesta categoria englobaram-se as peças sobre batalhas, guerras, organização e abastecimento de exércitos e armamento, excepto quando o ponto de vista assumido é histórico. Exemplo: A Companhia inglesa das Índias apresenta ainda, apesar da reforma que experimentou nos seus privilégios, em 1833, o espectáculo de uma sociedade de negociantes revestida do poder supremo, não em uma feitoria ou cidade, mas em um vastíssimo império, como é o dos ingleses na Índia. Para sustentar este poder, porventura algum dia contra a mãe pátria e hoje contra os reis da Ásia, tem a companhia o seu soldo um exército muito superior aos das potências de segunda ordem na Europa (…). (*O Panorama*, 1839, n.º 97, p. 78)	11 (0,3%)

Biografias de contemporâneos d'*O Panorama*	Biografias: líderes políticos e militares do tempo d'*O Panorama* Categoria em que se incluíram as peças biográficas sobre personalidades vivas do mundo político e militar no tempo d'*O Panorama*. Exemplo: O Sultão redactor A maior parte das pessoas que isto lerem saberão porventura que o Grão-Senhor dissolveu a corporação dos janízaros e disciplinou o seu exército ao modo da Europa: saberão também que estuda com muito afinco a arte militar, que bebe vinho e que usa do vestuário francês com grande garbo: mas o que provavelmente ignoram é que o Grão-Senhor é periodista (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 24, p. 186)	3 (0,1%)	3 (0,1%)
	Biografias: artistas, cientistas e homens de letras do tempo d'*O Panorama* Categoria em que se incluíram as peças biográficas sobre personalidades vivas do mundo das ciências, das artes (teatro, música, artes plásticas...) e das letras no tempo d'*O Panorama*.	0 (0%)	
	Biografias: outras personalidades Categoria em que se incluíram as peças biográficas sobre personalidades contemporâneas d'*O Panorama* não englobadas noutras categorias.	0 (0,03%)	

Ciências naturais e exactas Contabilizaram-se sob esta designação os textos sobre biologia (incluindo a zoologia e a botânica), geologia, física, química, matemática, meteorologia, oceanografia e similares. Exemplo: O Avestruz Esta ave é conhecida desde tempos muito remotos e dela fazem menção os livros sagrados. Provavelmente foi alimento ordinário, pelo menos do povo, porque o legislador dos Judeus lhes proíbe esta carne como um dos manjares imundos. (…) Verdade é que o avestruz habita os desertos e prefere os lugares mais solitários e mais áridos, onde quase nunca chove, o que confirmar o dito dos árabes de que esta ave não bebe, mas também é verdade que o homem sabe atravessar os desertos (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 10, p. 77)	301 (8,7%)
Crime e castigo Nesta categoria, contaram-se as matérias descritivas de crimes, os castigos aplicados a criminosos e similares. Excluíram-se as matérias que discutiam questões de direito e moral e os relatos históricos de crimes e castigos. Exemplo: Cálculo dos roubos cometidos em Londres em 1831 Contendo Londres 1.200.00 habitantes, sem contar aqueles de que vamos falar, segue-se que a miséria ou o crime tira anualmente da opulência ou do comércio um tributo de 7$00 rs. por cabeça. Esta resenha (…) parece exagerada, mas quem souber que havia então naquela cidade 20.000 pessoas sem meios de subsistência, 20.000 ladrões ratoneiros, trapaceiros, etc. (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 6, p. 48).	11 (0,3%)
Direito, jurisprudência e sistema prisional Englobaram-se na categoria "Direito e Jurisprudência" os textos sobre nova legislação, falta de legislação, funcionamento dos tribunais, vida judiciária, produção de legislação, virtudes e debilidades da legislação, consequências da legislação, estrutura de justiça, sistema prisional e similares. Exemplo: Tendo ouvido falar muito sobre o sistema penitenciário das prisões na América do Norte, determinei indagar pessoalmente se este sistema oferece na realidade as vantagens inculcadas, e para isso dirigi-me à prisão de Sing-Sing, situada na margem esquerda do Hudson a dez léguas de Nova York (…). (*O Panorama*, 1839, n.º 127, p. 315)	1 (0,03%)

Economia, indústria e comércio Foram inseridas nesta categoria as peças sobre comércio, desenvolvimento comercial e industrial, funcionamento da economia, medidas económicas e governação económica, novas indústrias e indústrias existentes, organização económica dos estados, perspectivas económicas para Portugal e similares. Exemplo: Como nos governos representativos a todos importa entender pouco ou muito de tudo o que diz respeito à administração pública, e o orçamento ou o budget seja um dos mais importantes objectos dessa administração (…). O budget ou orçamento é o balanço feito previamente pelo governo entre a receita e a despesa do estado. (…) Os algarismo que aparecem no orçamento são sempre mais ou menos incertos, tanto pelo que toca à receita, como pelo que respeita à despesa; não sendo, pois, esta conta mais do que um cálculo provável, acontece haver nos ajustes finais do ano, ou excesso das rendas às despesas, ou destas àquelas: esta última diferença chama-se deficit, que soa o mesmo que falta e que é a que aparece mais vezes. (*O Panorama*, 1839, n.º 109, p. 171)	71 (2%)
Economia doméstica A criação desta categoria destinou-se a permitir a catalogação de matérias com conselhos úteis para a economia doméstica. Exemplo: Verniz para os estofos de seda e flores artificiais Prepara-se com auxílio da cola forte do comércio, que se escolhe com a menos cor possível; corta-se em bocados miúdos que se põem em contacto com o vinagre que aquece-se ao de leve. Esfriada a solução pode empregar-se, mas para se aplicar, junta-se-lhe previamente a cor que se deseja. Este verniz não se altera, é económico e seca prontamente (…). (*O Panorama*, 1842, n.º 9, p. 72)	72 (2%)

Educação Nesta categoria contabilizaram-se as matérias sobre instrução, educação, pedagogia, organização do sistema educativo, necessidades educativas, universidades e similares. As matérias sobre analfabetismo contabilizaram-se na categoria "Problemas Sociais". Exemplo: Educação em S. Petersburgo – A Universidade de S. Petersburgo tinha em 1837 nada menos de 73 lentes para 385 estudantes. Debaixo da direcção da universidade havia 9 colégios, 50 escolas secundárias e 99 escolas de partido, 913 professores, fazendo um total de 986 professores e 12.685 estudantes. No mesmo ano havia na Universidade de Moscovo 96 lentes e 611 estudantes. Esta grande desproporção entre professores e discípulos, em duas cidades de quase meio milhão de habitantes cada uma, não dá ideia muito favorável da educação popular na Rússia apesar dos esforços do governo (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 146, p. 56)	42 (1,2%)
Filosofia, ideias e moral Esta categoria foi criada para abarcar as peças que versam assuntos filosóficos, doutrinas filosóficas, ideias, questões morais e assuntos similares, desde que a perspectiva não seja histórica. Engloba as citações – mesmo quando curtas – de personalidades históricas que *O Panorama* normalmente introduzia no final, como "cone de saída" da publicação. Exemplo: A coragem moral consiste no poder de praticar actos que, dolorosos ou aprazíveis, são por nós conhecidos como origens do bem ou do mal. Uma das maiores provas da fraqueza humana é o empenho com que muitas vezes abraçamos o que nos é desvantajoso, dando assim a conhecer que a educação moral (geralmente falando) tem sido minimamente desprezada (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 154, p. 120)	592 (17,2%)
Geografia física e humana, etnografia e antropologia Classificaram-se nesta categoria matérias sobre lugares e viagens, usos e costumes, povos e sua cultura, descobertas antropológicas e geográficas, etnografia, demografia, urbanismo, indicadores sociais estatísticos e similares. Exemplo: No meio de uma planície ampla, árida e desigual, guarnecida de uma banda com uma cordilheira de serras alcantiladas e aberta pela outra a um horizonte ilimitado, está situada a cidade de Madrid, na elevação de mais de 2.000 pés acima do nível do mar. Poucas são as capitais tão mal situadas e custa realmente a perceber como el-rei D. Filipe se resolveu a estabelecer num tal ponto a metrópole de seus domínios. (…) Não tem um rio caudaloso que a atravesse, não tem meios de natural comunicação com as demais partes de Espanha (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 3, p. 18)	520 (15,1%)

História	História: arqueologia e monumentos Foram inseridas nesta categoria as peças sobre arqueologia e monumentos, neste último caso desde que a perspectiva fosse histórica. Exemplo: Templos Gregos O Grande templo em Girgenti, na Sicília, dedicado a Júpiter Olimpo, supõe-se ter sido construído por Timoleon, quase 337 anos antes da era cristã, de forma que permanece, ainda que arruinado, há muito mais de vinte séculos. Timoleon o erigiu como troféu de suas conquistas, que os historiadores gregos celebraram. Em Girgenti há mais outros dois templos vastos de que igualmente subsistem restos, o de Juno Lucina e o de Concórdia. (…) Porém, de todos estes edifícios da antiga Agrigentum, o de Júpiter é o mais notável por sua estupenda grandeza. Contava lateralmente quarenta meias colunas, as quais ainda existem sete perfeitas em cada topo: as estrias do fuste destas colunas admitem um homem em pé. (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 41, p. 45).	150 (4,3%)	911 (26,4%)
	História: biografias de líderes políticos, militares e sociais Incluíram-se nesta categoria as biografias históricas de várias personalidades liderantes da vida política, militar e social. Exemplo: Na série dos imperadores romanos, que começou extinta a república, alguns nomes se encontram de varões ilustres e dignos do trono, mas por certo que nenhum catálogo de reinantes é mais recheado de nomes (…) de monstros que horrorizam a humanidade, de déspotas viciosos, estúpidos e cruéis. (…) Um destes foi Aulo Vitélio. Era neto de um liberto, oficial mecânico, mas tivera por pai um cavaleiro romano, conhecido pelos roubos que fizera no tesouro e pelos sumptuosos banquetes que dava (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 185, p. 361)	102 (3%)	

História: biografias de líderes religiosos Categoria em que se classificaram as biografias de líderes religiosos históricos, de pessoas santificadas pela Igreja Católica, etc. Exemplo: Fr. Tomé de Jesus foi irmão do cronista Francisco de Andrade e de Diogo de Paiva (…). Tendo entrado na ordem dos eremitas de Santo Agostinho, foi um dos nomeados por el-rei D. Sebastião para acompanharem, como capelães, o exército que o infeliz monarca levou a parecer nos campos de Alcácer-Quibir (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 49, p. 108)	20 (0,6%)
História: biografias de personalidades das artes, das letras, do pensamento, do teatro, da música e da ciência Incluíram-se nesta categoria as biografias históricas de artistas, músicos, cientistas, intelectuais, filósofos, humanistas, historiadores e homens de letras. Exemplo: Mozart O célebre compositor alemão A constituição física de Mozart era muito débil. Doente desde os mais tenros anos, juntava aos seus padecimentos uma melancolia tão profunda, que tocava as raias da desesperação. Algum tempo antes da época do seu falecimento, que foi aos trinta e seis anos, compôs o famoso Requiem que, por um pressentimento extraordinário, ele dizia que compunha para o seu próprio funeral (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 72, p. 294)	77 (2,2%

História: biografias de outras personalidades Englobaram-se nesta categoria todas as peças biográficas históricas não categorizadas noutras classes. Exemplo: João, o Esfolador Depois da revolução francesa, como sucede depois de todas as comoções violentas, que transtornam as sociedades, quebravam as molas da administração e da polícia e interrompendo o comércio, a indústria e a agricultura, aumentam a miséria pública, formaram-se bandos, de salteadores em muitos pontos do território francês, particularmente nas fronteiras, onde a facilidade de escapar às perseguições passando de pronto de um país para outro, lhes assegurava uma espécie de impunidade. Alguns cabeças destes bandidos competiam na fama com os clássicos Cartouche e Mandrim e houve um que se lhes avantajou. Foi este João Buckler, chamado Skinderhannes, isto é, João, o Esfolador (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 55, p. 158).	1 (0,03%)
História da arte, da música e do teatro Incluíram-se nesta categoria todas as matérias relacionadas com pintura, escultura, movimentos artísticos e teatro, desde que o ponto de vista das mesmas fosse histórico. Exemplo: O país onde primeiro apareceu a arte dramática moderna foi a Inglaterra, se arte dramática podemos chamar a espectáculos tirados de passos históricos da Bíblia, sem invenção ou enredo e só copiados literalmente em discursos e acções. (*O Panorama*, 1837, n.º 2, p. 12).	40 (1,2%)

História militar Foram englobadas nesta categoria as matérias relacionadas com história militar, batalhas, guerras, armamento histórico, tácticas militares históricas, exércitos de épocas anteriores, etc. Exemplo: Marinha Portuguesa até ao reinado de D. Fernando Desde o berço da monarquia portuguesa a marinha constituiu parte da força militar do estado. Daremos, portanto, abreviada notícia da nossa história naval (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 147, p. 62)	53 (1,5%)
História política e social e das ideias Contabilizaram-se na categoria "História política, social e das ideias" as matérias de cariz histórico relacionadas com a formação de estados, a vida das pessoas nos tempos idos, as grandes ideias que a humanidade gerou, os actos dos governantes do passado e a vida política e social em geral no tempo anterior. Exemplo: Cortes portuguesas Portugal, como todas as nações modernas da Europa, começou com governo representativo. Esta forma de constituição social, nascida nos bosques da Alemanha, entre os povos que invadiram e derrocaram o império romano, perpetuou-se nos seus descendentes (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 3, p. 22)	318 (9,2%)

História das religiões Categoria devotada à classificação de matérias relacionadas com a história das religiões, em particular com a história do catolicismo. Exemplo: Catorze grandes perseguições sofreu a igreja cristã ou, segundo a expressão poética de Mr. de Chateaubriand, catorze grandes batalhas se deram em prol do cristianismo, no tempo dos imperadores romanos, fautores da idolatria, e cada uma delas foi uma vitória: quantos mais militantes o cristianismo perdia, tanto mais se reforçava e aumentava em poder; porque o martírio dos fiéis foi o meio mais enérgico do triunfo e propagação da religião cristã (…). (*O Panorama*, 1841, n. 205, p. 106)	77 (2,2%)
História: outros assuntos Nesta categoria inseriram-se as peças historiográficas não incluídas nas restantes categorias, caso, por exemplo, da numismática, da história da imprensa e do jornalismo e similares. Exemplo: A coroa real da Boémia Pertenceu esta coroa a Carlos IV e é preciosa. É toda de ouro, com as seguintes pedras engastadas: 19 rubis, 29 rubis-balais, 25 esmeraldas, 21 safiras e 20 pérolas. Todas estas jóias são de notável grandeza. (…) Carlos IV, imperador e rei da Boémia, ordenou por carta régia que todos os seus sucessores fossem, na sua exaltação ao trono, coroados na cidade de Praga, capital do reino, que se conservasse ali a coroa imperial (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 21, p. 167).	73 (2,1%)

Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias	Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias em geral Contabilizaram-se nesta categoria as peças que dão conta de novos inventos e técnicas e das suas aplicações ao tempo d'*O Panorama* ou que relatam novos usos para velhos inventos e técnicas, excepto quando relacionadas com a agricultura, a pecuária e as pescas ou com os transportes e as vias de comunicação. Contaram-se ainda nesta categoria as matérias relacionadas com as engenharias em geral. Exemplo: Novo telégrafo Mr. Kieningere acaba de inventar, na Áustria, um novo telégrafo. Vem este a ser um telégrafo acústico, ou de sons, constituindo em um tubo da forma de um porta-voz, de seis pés e cinco polegadas de comprido, que em 11 segundos e um décimo, leva o som à distância de doze mil pés. Fizeram-se experiências em Viena com este instrumento e deram excelente resultado (…). (*O Panorama*, 1838, n. 49, p. 111)	115 (3,3%)	127 (3,7%)

Invenções, técnicas, tecnologia e engenharias: transportes e vias de comunicação Categoria criada para englobar as peças de cariz não histórico sobre os meios de transporte e as vias de comunicação. Englobaram-se aqui as matérias sobre inovações tecnológicas, inventos, etc. no domínio dos transportes e das vias de comunicação. Exemplo: Caminhos-de-ferro Os meios de fácil trânsito no interior de qualquer país são o elemento indispensável para a prosperidade do povo e para o progresso da indústria. As nações que seriamente cuidam no próprio aumento, persuadidas desta verdade, têm de há muito, prestado a este objecto atenção. Hoje, a construção das estradas está reduzida a preceitos e forma uma verdadeira ciência que se estuda em escolas especiais na França, na Inglaterra e na América Inglesa. (…) A ideia de um caminho-de-ferro é muito simples, nem mais difícil é a sua construção (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 11, pp. 86/87)	12 (0,3%)	
Jornalismo Categorizaram-se sob a designação "Jornalismo" todas as matérias de cariz não histórico sobre jornais e o seu aparecimento, tipos de jornais, linhas editoriais dos jornais, papel e funções sociais e culturais dos jornais e similares, com exclusão dos que se referiam ao próprio Panorama. Exemplo: A imprensa periódica em Inglaterra em Dezembro de 1837 A breve notícia que vamos dar e que mostra a prodigiosa circulação dos jornais na Grã-Bretanha e reinos unidos a esta coroa, servirá para dar aos leitores uma ideia do quanto se lê naquele país: observaremos de passagem que a pluralidade dos semanários literários, que se publicam aos sábados, não só compreendem artigos históricos ou de utilidade prática, mas também muitos, e assaz extensos, sobre matérias científicas abstractas, e são estes os jornais que extraem o maior número de exemplares (…). (*O Panorama*, 1838, n.º 43, pp. 61/62)	7 (0,2%)	

Museologia Contabilizaram-se na categoria "Museologia" as matérias sobre museus e sua organização, descrições de colecções museológicas, relatos de visitas a museus e similares.	0 (0%)
Medicina e saúde Foram englobadas nesta categoria as matérias sobre saúde pública, prevenção de doenças, farmacologia, epidemias, medicina e cirurgia, doenças, psiquiatria e psicologia e assuntos similares. Exemplo: Revacinação Não foi só a disposição da pluralidade do género humano para recusar a aceitação de verdades novas, que obstou ao progresso da vacina, a infelicidade de algumas experiências auxiliou as preocupações vulgares contra a eficácia deste preservativo. Com efeito, nalguns países sobrevinham as bexigas a alguns indivíduos vacinados. Ao principio explicou-se o facto, dizendo que a vacinação não fora bem feita; porém os médicos tiveram de confessar afinal que das provas repetidas se concluía que não era a vacina tão absoluta e tão segura por espaços de tempos, como alguns afirmaram (…). (*O Panorama*, 1840, n.º 147, p. 64)	67 (1,9%)
Música e dança Os textos relacionados com a música e a dança em geral, excepto se de cariz histórico, foram englobados nesta categoria. Assim, contaram-se nela peças de crítica musical, de divulgação e crítica a espectáculos musicais e similares. Exemplo: Dos diversos géneros de composição música A quatro se podem reduzir os diversos géneros de música que se conhecem: a música sagrada, a dramática, a de sala e a sinfonia. A música sagrada abrange toda a casta de missas, desde as de cantochão até às que precisam de uma orquestra completa, os salmos, hinos e motetes, as oratórias e cantatas sagradas (…). (*O Panorama*, 1839, n.º 119, p. 251)	5 (0,1%)

Ofícios Foram classificados nesta categoria os textos que descrevem ou apresentam profissões, ofícios e ocupações, artesanato e produção não industrial. Exemplo: Sonah Wallah é um artista que trabalha em metais preciosos, porque Sonah significa ouro, e Wallah camarada, palavra esta usada em indiano como aposição a muitas designações do carácter ou ocupação de diferentes pessoas e, com efeito, se aplica a toda a classe de gente (…). O Sonah Wallah vem a vossa casa por meia rupia (obra de 200 réis) por dia, (…) traz consigo todas as suas ferramentas, que são poucas e, por extremo, simples (…). (*O Panorama*, 1837, n.º 2, p. 10)	15 (0,4%)
Panorama, O Os textos de apresentação e autopromoção d'*O Panorama* e de discussão do seu papel foram englobados nesta categoria. Igualmente se incluíram nesta categoria os textos alusivos à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Como nota, registe-se que apenas se categorizaram os textos inseridos no próprio periódico. Exemplo: *O Panorama* enceta hoje o sexto ano da sua existência. Durante os cinco precedentes ele ajudou, como e quanto pôde, a juntar algumas pedras para o edifico, que a imprensa mais que ninguém, vai levantando em nossa terra – o edifício da civilização nacional. A empresa deste periódico deve dar aqui um testemunho de gratidão e de justiça: durante esses cinco anos o público português tem compreendido o seu pensamento de patriotismo e recompensado a diligência que se tem posto em o desenvolver. Quer no continente, quer nas províncias do arquipélago dos Açores e da Madeira, tem *o Panorama* achado numerosos e constantes leitores. (*O Panorama*, 1842, n.º 1, p. 1)	5 (0,1%)
Política Categoria dedicada a textos sobre assuntos políticos, actualidade política, organização dos estados, constitucionalismo, ideologias e ideias políticas e semelhantes, desde que a perspectiva não fosse histórica. Exemplo: Embaixador e ministros O título de embaixador compete pelo direito público só aos diplomatas de primeira ordem e, neste sentido, semelhante cargo é de subida consideração. As suas credenciais são dirigidas imediatamente de soberano a soberano, com quem o embaixador pode tratar pessoalmente, sem intervenção de ministro algum e do mesmo modo que dois reis entre si. (*O Panorama*, 1839, n.º 117, pp. 236/237)	8 (0,2%)

Problemas sociais Contabilizaram-se sob a designação genérica "Problemas Sociais" as matérias sobre alcoolismo, analfabetismo, pobreza e desigualdades sociais, escravatura, assistência social e semelhantes. Exemplo: Do pauperismo Uma das mais graves questões que nos nossos dias ocupam as meditações e especulações dos sábios e agitam penosamente a solicitude e previsão dos governos é a questão dos pobres. O pauperismo tem existido em todas as épocas, pauperes enim semper habilitis vobiscum, mas nos nossos tempos se tem tornado mais complicado, aumenta com prodigiosa e temível rapidez e põe em grande risco a segurança das sociedades. (*O Panorama*, 1844, n.º 138, p. 258)	17 (0,5%)
Religiões Nesta categoria contabilizaram-se as matérias sobre religiões, doutrinas religiosas, eventos religiosos, agnosticismo e ateísmo e similares, desde que a perspectiva não fosse histórica. Exemplo: Do Cristianismo O objecto a que vamos dedicar uma série de artigos deste jornal, é sem dúvida o de maior importância social, que nunca se ofereceu às meditações de quem votou à instrução do povo as faculdades de escritor. Nós, não professos em semelhante matéria, e que para a tratar nenhum auxilio temos, senão a confiança em Deus e na sinceridade da própria consciência, convocaremos o povo, que, bem como nós, ignorante e profano, não lês os livros dos padres da igreja, as decisões dos concílios, os volumes tratados dos teólogos, e só com o lume da razão e com a Bíblia diante de nós, reivindicaremos as tradições religiosas do passado que vemos soçobrar no meio da depravação moral que, das cidades há muito corruptas, já vai calando pelas aldeias e casas. (*O Panorama*, 1839, n.º 115, p. 218)	52 (1,5%)
Sociedade Categoria criada para se classificarem as matérias de cariz sociológico sobre o funcionamento da sociedade e assuntos similares. Exemplo: Pensamentos sobre a origem, incremento e utilidade das afeições sociais O estudo que tem por fim convencer o género humano da necessidade da mútua e generosamente se amar é, entre todos, o mais digno de ocupar a atenta meditação dos homens. Se a este objecto se houvesse prestado a atenção que merece, os salutares efeitos que daí resultariam à sociedade seriam geralmente apreciados. A aquisição e progresso das afeições sociais parece que não formam, actualmente, como deveram, um ramo da ciência, distinto, nos colégios destinados à educação da mocidade. (*O Panorama*, 1839, n.º 114, p. 215)	6 (0,2%)

Teatro Os textos relacionados com o teatro, excepto se de cariz histórico ou de crítica a textos teatrais, foram englobados nesta categoria. Assim, contaram-se nela peças de crítica teatral, de divulgação de espectáculos teatrais e similares.	0 (0%)
Outros assuntos Nesta categoria inseriram-se as peças que de modo nenhum puderam ser classificadas noutras categorias.	0 (0%)
Total de peças	**3445** **(100%)**

Apêndice 4

Lista descritiva dos valores associáveis a textos e imagens.

Humanismo
Valor presente em textos ou imagens que apelam a uma visão valorizadora do ser humano. Por exemplo, textos que enaltecem a humanidade ou determinadas personagens pelos seus feitos.

Democracia e liberalismo político
Valor presente em textos que fazem a apologia da democracia liberal como sistema político.

Liberalismo económico
Valor que emerge de peças onde se indicia a superioridade do liberalismo enquanto sistema económico.

Progresso
Valor presente em textos ou imagens que aclamam o progresso em todas as suas dimensões materiais – nos transportes, na indústria, na tecnologia, nas invenções, etc.

Exotismo
Valor presente em peças e imagens que colocam em evidência o que é etnograficamente diferente e, até certo ponto, estranho – outras culturas, outros povos. É um valor associável à ambição de descoberta pela descoberta que animou o século XIX em áreas como a etnografia, a geografia, a antropologia e as ciências da natureza.

Descoberta
Valor associável a matérias em texto ou imagem sobre coisas novas que são descobertas – invenções, descobertas científicas, descobertas geográficas, descobertas antropológicas, etc.

Novidade
O valor da novidade – que é um dos principais critérios de noticiabilidade – subjaz a textos ou imagens em que existe algo de novo a contar ou mostrar. Não deve ser confundido com o valor da actualidade, pois pode haver algo de novo a contar ou um novo olhar sobre acontecimentos históricos.

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 527 - 530]

Conhecimento pelo conhecimento
O valor do "conhecimento pelo conhecimento" subjaz a todos os textos e imagens que propõem ao leitor novo conhecimento sem utilidade prática imediata sobre questões históricas, científicas ou filosóficas.

Historicismo
Este valor pode associar-se às matérias em texto ou imagem dedicadas à preservação da memória histórica e patrimonial, mesmo quando os textos são ficcionais.

Nacionalismo
Valor presente em textos e imagens que enaltecem a nação portuguesa, sobretudo naqueles que possam vincar a superioridade dos portugueses e de Portugal sobre outros povos e países.

Culturalismo
Valor presente em matérias em texto ou imagem que geram conhecimento sobre a vida dos povos, em particular aquelas que de alguma forma enaltecem a preservação das formas de vida próprias de cada povo.

Conservacionismo
Valor presente em matérias em texto ou imagem que de forma directa ou indirecta apelam à conservação da natureza.

Preservação da história e da cultura portuguesa
Valor emergente dos textos ou imagens que se propõem contribuir especificamente para a geração e preservação de conhecimento sobre a história e a cultura portuguesa, esta entendida como o "modo de vida global do povo português".

Moral e bons-costumes
Este valor pode associar-se aos textos ou imagens publicados com o objectivo principal ou secundário de defender determinadas concepções de moralidade e ética, principalmente no domínio público.

Conflito
Este valor – um dos principais critérios de noticiabilidade – está presente em todos os textos ou imagens que, de alguma forma evidenciam discórdias entre pessoas, povos, países, nações ou civilizações, como os textos sobre polémicas, guerras, etc.

Morte
A morte é a derradeira dimensão da vida e é motivo de interesse permanente enquanto ameaça constante à existência. Os textos que revelam, de alguma forma, interesse pela morte são aqueles que se classificaram nesta categoria.

Proximidade
A proximidade também é um dos principais critérios de noticiabilidade. Classificaram-se nesta categoria os textos ou imagens cujo interesse reside, pelo menos parcialmente, naquilo que está próximo de Portugal e dos portugueses, geográfica, afectiva, histórica, social ou culturalmente.

Impacto
Matérias sobre acontecimentos ou problemáticas em que muitas pessoas se estiveram envolvidas ou que afectaram muitas pessoas.

Actualidade
A actualidade – que não deve ser confundida com a novidade – também é um dos principais critérios de noticiabilidade. Os textos de onde emerge este valor são aqueles que relatam ideias, descobertas, acontecimentos e problemáticas que foram actuais no tempo d'O Panorama.

Surpresa
Valor presente em matérias publicadas por relatarem algo surpreendente.

Infracção
Valor que emerge dos textos ou imagens publicados por relatarem, de algum modo, uma violação ou até uma inversão do que é normal, nomeadamente uma violação das normas implícitas (comportamento socialmente aceitável…) ou explícitas (leis, regulamentos…) que existem na sociedade e permitem o seu funcionamento regular.

Referência a países de elite
Valor associável a peças ou imagens que se centram nos países mais importantes do mundo.

Referência a pessoas de elite
Valor associável a matérias em texto ou imagens que se centram em personalidades de dimensão invulgar, histórica ou coeva.

Valor literário
Valor que emerge de textos em prosa ou poesia publicados pela dimensão literária que lhes está associada.

Apêndice 5

Descrição das categorias dos tipos de texto inseridos n'*O Panorama*

1) Textos predominantemente argumentativos

Peças cujo foco principal é a apresentação de argumentos contra ou a favor de determinado ponto de vista sobre a realidade, sobretudo com a finalidade de provocar mudança social pela persuasão do leitor.

Exemplo:

> Uma observação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, e para combater vitoriosamente, e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.
>
> O homem não é ligado a deveres e obrigações, senão porque é um ser moral, e não é um ser moral senão porque é inteligente. Os deveres do homem nascem e morrem com a sua inteligência. O menino no berço não tem deveres, o insensato também os não tem, nem o bruto. Se o homem perde o uso da razão, os seus deveres cessam ou ficam, no entretanto, suspensos e só renascem quando ele recobra o seu juízo e a sua inteligência.
>
> Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir os seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades. Sem isso nunca ele poderá bem governar a sua casa, nem educar convenientemente os seus filhos, nem dar prudentes regulamentos e conselhos à sua família, nem prestar aos seus semelhantes os serviços, que dele devem esperar, nem, finalmente, render verdadeira, razoável e digna homenagem ao seu Criador.

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 531 - 538]

> Comete, pois, um perigoso erro – direi mais – comete um grande crime quem se opõe a esta tão fácil cultura. Convém antes aconselhá-la, promovê-la, favorecê-la; convém trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens. (…) (*O Panorama*, 1837, n.º 5, p. 36).

2) Textos predominantemente descritivos e pedagógicos

Textos cujo propósito predominante é a promoção pedagógica de conhecimentos, através da descrição de espaços, acontecimentos históricos, usos e costumes de outros povos, etc.

Exemplo:

> Os primeiros objectos que sucessivamente se oferecem à curiosidade do navegante quando demanda o porto de Macau, são uma bateria portuguesa (que, sobranceira aos rochedos e ao mar, domina toda a cidade), e o convento da Guia, notável por suas altas muralhas e copa das árvores, as únicas destes sítios. Por cima da Guia, no cume da rocha, se eleva outro mosteiro e pela encosta da colina vem descendo as casas de Macau, à maneira de degraus, até o mar, que lambe os alicerces das derradeiras. Ocupa a nossa colónia um retalho de solo ingrato e tão limitado, que no espaço de duas horas pode ser visto, situado na ponta oriental da ilha de Negao-Men, a qual tem dez léguas de comprimento e é a maior do arquipélago, em cujo golfo desagua o Tigre, rio de Cantão. (*O Panorama*, 1837, n.º 5, p. 38).

3) Textos predominantemente noticioso-informativos

Matérias que, ainda que podendo possuir uma dimensão descritiva e pedagógica, têm por intenção fulcral oferecer informações com algum carácter de novidade ao leitor, possuindo, portanto, em alguns casos, até certo ponto, uma dimensão noticiosa. Para uma melhor destrinça entre esta categoria e a anterior, apresentam-se vários exemplos de textos classificados neste conjunto.

Exemplos:

Cálculo dos roubos cometidos em Londres em 1831
1.º Pelos domésticos ……. 2.840:000$000
2.º Sobre o Tamisa e nos cais ……... 2.000:000$000
3.º Nos docks e nas vias públicas ……. 2.080:000$000
4.º Provenientes de moeda falsa …….. 800:000$000
5.º Idem de bilhetes de banco falsos …… 780:000$000
Total: 7:500:00§000

Contendo Londres 1.200.000 habitantes, sem contar aqueles de que vamos falar, segue-se que a miséria ou o crime tira anualmente da opulência ou do comércio um tributo de 7$000 rs. por cabeça.

Esta resenha, extraída da Revista Britânica, que a dá como feita por ordem do Lord **** parece exagerada, mas quem souber que havia então naquela cidade 20.000 pessoas sem meios de subsistência, 20.000 ladrões ratoneiros, trapaceiros, etc., 16.6000 mendigos, afora os indivíduos recolhidos nas salas da sociedade de asilo, quem se recordar que Londres é a capital de um reino devorado pela pobreza, onde as substituições e os morgados têm acumulado as propriedades territoriais num pequeno número de famílias, onde as alfândegas conservam aos cereais um preço muito subido, onde o contraste perene do luxo e da miséria suscita continuas tentações, não poderá decidir o que mais deva admirar, se a grandeza do mal, se a dificuldade que o governo parece ter em provê-la de remédio. (*O Panorama*, 1837, n.º 6, p. 48).

Estado actual da Grécia

Escassas são as notícias que entre nós há acerca deste novo reino da Europa. Até não é vulgar encontrarmos quem saiba de quantas ilhas e províncias continentais se compõe este Estado, para cujo governo foi chamado o

> príncipe Otho de Baviera, pela convenção de Londres de 7 de Maio de 1832.

Antes desta convenção, e de ser elevada a Grécia à categoria de reino em Fevereiro de 1830, havia os Gregos proclamado a sua independência e já no mês de Janeiro de 1822 pela assembleia nacional, convocada para Ostra, com esse intuito, e então se criaram as prefeituras, ou eparachias, pelas quais foram substituídas as administrações provinciais. (…) (*O Panorama*, 1837, n.º 13, p. 10).

> Influência dos climas e da civilização sobre a mortalidade
>
> Segundo os cálculos de Mr. Moreau de Jonnés, estatístico erudito, morrem anualmente:
> Na Itália, na Grécia e na Turquia 1 pessoa de cada 30.
> Nos Países Baixos, França e Prússia 1 pessoa de cada 39.
> Na Suíça, Império de Áustria, Portugal e Espanha 1 pessoa de cada 40.
> Na Rússia Europeia e na Polónia 1 pessoa de cada 44.
> Na Alemanha, Dinamarca e Suécia 1 pessoa de cada 45.
> Na Noruega 1 pessoa de cada 48.
> Na Islândia 1 pessoa de cada 53.
> Na Inglaterra 1 pessoa de cada 58.
> Na Escócia e Irlanda 1 pessoa de cada 59.
>
> São tão claras as conclusões que se deduzem deste quadro que é desnecessário particularizá-las, contudo cumpre fazer observar, como resultado geral, que de duas grandes causas depende principalmente a relação entre a mortalidade e a população, e vem a ser a influência do clima e da civilização. (…) (*O Panorama*, 1838, n.º 38, p. 23/24).

Meios de comunicação na França e na Inglaterra

A Grã-Bretanha, em 1833, possuía 10.000 léguas de estradas reais, 1.500 de canais, 12.000 de caminhos-de-ferro. A França, cujo território é duas vezes maior, tinha somente 1.500 léguas de estradas reais, 500 de canais e 40 de caminhos-de-ferro. (*O Panorama*, 1838, n.º 43, p. 64).

Lobos na Índia

Segundo o *Asiatic Journal* de Julho de 1833 são todos os anos, na Índia, devoradas muitíssimas crianças pelos lobos: só nos arredores de Agra morreram assim mais de quatro mil em menos de quatro anos. Uma superstição popular é a causa de se não destruírem animais tão nocivos: os índios acreditam que qualquer aldeia onde se derramar o sangue de um lobo, se tornará brevemente deserta e que os manes das crianças pelo lobo perseguirão quem o matar. Por isso, os indígenas, quando apanham algum, contentam-se com atar-lhe uma campainha ao pescoço, como uma precaução, para que possam guardar-se dele quando se aproximar do povoado. (…) (*O Panorama*, 1839, n.º 96, p. 67/68).

Maranhão

Não é nossa intenção dar aqui nem uma história seguida do Maranhão, nem ainda uma miúda descrição do que actualmente é esta região. Somente apresentaremos uma pequena colecção de notícias, que nos pareceu não deverem ser mal aceites à curiosidade de nossos leitores, já por antigas, já por singulares, reservando para mais oportuna ocasião apresentar o quadro da actualidade desta grande e fértil província do império brasílico. (…) (*O Panorama*, 1840, n.º 168, 226).

O Algodão constitui hoje um dos importantes ramos do comércio do Egipto. Poucos anos há que o algodoeiro (que pelos egípcios fora tão cultivado) era apenas conhecido como arbusto de ornamento nos jardins do Cairo. Sabendo porém o paxá as suas valiosas propriedades fez com que se fizessem várias plantações experimentais e, vendo bons resultados, promoveu este género de cultura a pontos de o levar a grande auge. Nas províncias de Keliub, Sharkiak e Mansurah, dispuseram-se alguns milheiros de pés, e hoje no alto Egipto é grandíssima a safra do algodão. (O Panorama, 1841, n.º 221, p. 240).

Porto

Ninguém desconhece o importante comércio da cidade do Porto, acrescentando, porém, alguma coisa ao que a este respeito dissemos nos anteriores artigos, noticiaremos as quantidades ou valores de alguns géneros exportados nos fins do século passado, comparando-os com os que encontramos na tabela inserta no 2.º tom. da Geografia do Sr. D. José de Urcullú. – Prova-se que o comércio dos vinhos cresceu e ainda que esta prova não seja absoluta pela comparação de dois anos, contudo informações exactas e os papéis oficiais mostram que subsiste a verdade do facto, por isso tomamos para exemplo o ano de 1789 em que saíram pela foz do Douro 35.600 pipas e o de Julho de 1834 a igual mês de 1835 em que se exportaram 38.468 pipas. Em 1789 saíram nove mil milheiros de laranjas, no ano económico, acima designado, mais de onze mil milheiros. Achamos em 1789 a exportação de 4.889.000 varas de pano de linho e de 92.000 côvados de pano de lã: atenda-se porém a que nessa época éramos nós quem fornecia exclusivamente o mercado do Brasil dessas manufacturas, o que não acontece hoje, atenda-se mais às quebras que nos mesmos fabricos experimentamos desde a guerra peninsular e à conversão dos capitais para outras muito diferentes empregos e ver-se-á que não admira que os livros da alfândega do Porto não apresentem exportação igual àquela: esses panos, tecidos pela maior parte no interior das províncias, são de consumo nacional

> e vem achar a sua extracção pelas grandes feiras do reino, contudo, no dito ano – 834 a – 835 saíram pela barra 6.782 arrobas de lã, 44.176 maços de linha e 1.658 arráteis da mesma, 6.030 dúzias de meias e peúgas, 2.280 dúzias de lenços e 900 quintais de linho em rama. (…) (*O Panorama*, 1841, n.º 221, p. 233/234).

4) Textos predominantemente literários ou de tom cronístico

Nesta categoria classificaram-se os textos de ficção e poesia, bem como as matérias que têm uma dimensão predominantemente cronística.

Exemplo:

> O Castelo de Faria
> Crónica do século XIV
> A breve distância da vila de Barcelos nas faldas do Franqueira, alveja ao longe um convento de Franciscanos. Aprazível é o sítio, sombreado de velhas árvores. Sente-se ali o murmurar das águas e a bafagem suave do vento, harmonia da natureza, que quebra o silêncio daquela solidão, a qual, para nos servirmos de uma expressão do nosso Brito, com a saudade de seus horizontes parece encaminhar e chamar o espírito à contemplação das coisas celestes. (…) (*O Panorama*, 1838, n.º 47, p. 93).

Anexo 1

Estatutos da Sociedade Promotora dos Conhecimentos Úteis

Capítulo I
Da Sociedade
Art.º 1º - Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor, e desde já, por meio duma publicação semanal, é o fim a que a Sociedade se propõe.
Art.º 2º - A Sociedade se denominará – "Propagadora de Conhecimentos Úteis".
Art.º 3º - O capital da Sociedade será de 10000$000 dividido em duas mil acções de 5$000 rs. cada uma.
Art.º 4º - A Sociedade será representada, em todas as suas transacções, pela direcção, a qual administrará os seus fundos e negócios.
Art.º 5º - O primeiro ano administrativo da Sociedade findará no dia 30 de Junho de 1838, seja qual for o tempo decorrido.

Capítulo II
Dos Accionistas
Art.º 6º - É accionista quem subscrever por uma ou mais acções.
Art.º 7º - Os accionistas poderão vender ou trespassar as suas acções; porém, não ficarão exonerados da sua responsabilidade, sem que as acções se averbem ao cessionário.
Art.º 8.º - As acções serão entregues aos subscritores no acto de pagamento da segunda prestação.
Art.º 9º - A primeira prestação será de 1$000 rs. por cada acção.
Art.º 10º - Cumpre aos accionistas pagar o restante das suas acções em prestações de 500 rs. por acção no prefixo prazo de trinta dias da data do anúncio inserido no jornal da Sociedade. Os intervalos de uma prestação à outra serão de menos de 30 dias.

[*O Panorama* (1837-1844):
Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos, pp. 539 - 544]

Art.º 11º - O accionista que, no prazo marcado no artigo antecedente, não satisfizer as prestações que lhe forem exigidas, será excluído da Sociedade, e perderá a totalidade das suas entradas anteriores.
Art.º 12º - As acções dos que deixarem de pagar as prestações reverterão em benefício da Sociedade.
Art.º 13º - Somente a assembleia-geral poderá modificar as disposições do art.º 11º a respeito de qualquer accionista, cujas particulares circunstâncias mereçam uma medida de excepção.
Art.º 14º - O accionista de uma ou mais acções é obrigado a tomar, por dois anos, somente uma assinatura do jornal.
Art.º 15º - Os concessionários de uma ou mais acções serão igualmente obrigados a preencher o tempo da assinatura do artigo antecedente desde a data em que a acção ou acções lhes forem averbadas.
Art.º 16º - O accionista que um mês depois da entrega do primeiro número do jornal não tiver satisfeito a importância da sua assinatura, perderá o direito de sócio e ficará, portanto, incurso nas disposições dos art.ºs 11.º e 13.º.
Art.º 17º - Os accionistas, na conformidade do art.º 543º do Código do Comércio, não são responsáveis por maior quantia do que o capital nominal das suas acções.
Art.º 18º - É permitido aos accionistas examinar os livros e as contas que a direcção há-de apresentar no fim de cada ano administrativo, as quais estarão patentes por cinco dias na forma do art.º 27º.

Capítulo III
Da Direcção
Art.º 19º - A administração da Sociedade será confiada a três directores, que serão accionistas de uma ou mais acções, e que exercerão gratuitamente este encargo.
Art.º 20º - Os directores serão eleitos anualmente pela assembleia-geral e poderão ser reeleitos, uma ou mais vezes.
Art.º 21º - A eleição será feita por escrutínio secreto, por listas de três nomes, à pluralidade absoluta de votos.
Art.º 22º - Em caso de empate, decidirá a sorte.

Art.º 23.º - Haverá três substitutos que serão eleitos do mesmo modo que os directores.
Art.º 24º - Todos os semestres, a direcção apresentará à assembleia-geral um relatório das suas operações, sobre as quais a Assembleia será ouvida e consultada.
Art.º 25.º - A direcção terá sempre a escrituração em dia, a qual será feita pelo método de partidas dobradas com um sistema claro de livros auxiliares.
Art.º 26º - No dia 30 de Junho de cada ano se fecharão as contas e livros da Sociedade, e se dará um balanço geral, o qual, e todos os demais documentos da sua administração, serão apresentados à assembleia-geral até ao dia 31 de Julho seguinte.
Art.º 27º - A assembleia-geral, na sessão em que as contas lhe forem apresentadas, nomeará uma comissão de cinco membros para as examinar. O relatório da direcção e o balanço com todos os livros e documentos que lhe digam respeito estarão patentes por espaço de cinco dias no escritório da direcção antes que seja apresentado à assembleia-geral o parecer da comissão.
Art.º 28º - Depois que o parecer da comissão de exame das contas for aprovado pela assembleia, se procederá à eleição dos novos directores, entre os quais haverá sempre um da direcção antecedente, o qual será eleito em escrutínio separado, onde entrarão os nomes dos três directores precedentes.
Art.º 29º - A nova direcção passará à que acabar a quitação do recebimento das existências que constarem do balanço.
Art.º 30.º - Todos os anos se fará um dividendo dos interesses, no caso de os haver, podendo a assembleia-geral convertê-los, no todo ou em parte, em fundos de reserva.
Art.º 31.º - Os cheques, quitações, contratos, ordens de pagamento, e em geral todos os documentos administrativos só terão validade sendo assinados pelos três directores.
Art.º 32º - Todas as deliberações da direcção serão tomadas à pluralidade de votos e serão lançadas num livro de actas.
Art.º 33º - O saldo da caixa da Sociedade será entregue todas as segundas-feiras, pelo menos, no Banco de Lisboa.

Art.º 34.º - Os directores servirão por turnos, um cada semana, e a direcção se reunirá, ao menos, duas vezes por semana, para o expediente geral da Sociedade.
Art.º 35º - Os empregados da Sociedade serão da escolha da direcção, mas os ordenados que se lhes arbitrar serão dependentes da aprovação da assembleia-geral.
Art.º 36º - Em igualdade de circunstâncias, serão preferidos para empregados da Sociedade os que forem accionistas.

Capítulo IV
Da assembleia-geral
Art.º 37º - A assembleia-geral será composta dos cem maiores accionistas, residentes em Lisboa, e se julgará constituída, seja qual for o número dos sócios presentes, uma vez que tenham sido previamente avisados, por anúncio nos jornais, com antecedência de três dias pelo menos, salvo em caso urgente.
Art.º 38º - O accionista que for nomeado director terá assento na assembleia-geral durante o exercício desse cargo, ainda que não esteja nas circunstâncias do artigo antecedente.
Art.º 39.º - Os accionistas que forem convocados para a formação da assembleia-geral, e que não puderem comparecer, deverão participar, por escrito, o seu impedimento, com antecedência de 24 horas, a fim de se convocar o imediato. Deixando de comparecer sem esta formalidade, se entenderá que renunciam ao seu direito, o qual poderão recobrar, apresentando-se novamente.
Art.º 40º - A assembleia-geral, na primeira reunião anual, deverá começar os seus trabalhos, procedendo à eleição de presidente, vice-presidente, secretário e vice-secretário, que exercerão gratuitamente estes cargos. A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade absoluta de votos.
Art.º 41.º - Pertence ao presidente da assembleia-geral fazer as convocações, tanto ordinárias como extraordinárias.
Art.º 42.º - Na assembleia-geral nenhum accionista pode ser representado por procurador.
Art.º 43º - A assembleia-geral se reunirá:
1º - Para os casos marcados nestes estatutos.
2º - Quando a direcção julgar conveniente.

3º - Se doze accionistas, pelo menos, que pertencerem à assembleia-geral, o pedirem em carta dirigida ao presidente, motivando a causa e o fim para que requerem a convocação. Os signatários da carta deverão comparecer, ao menos na maioria, para que tenha efeito a reunião.
Art.º 44º - Todas as deliberações da assembleia-geral serão decididas pela pluralidade relativa de votos presentes e lançadas no livro das actas.

Capítulo V
Do Jornal
Art.º 45º - Haverá um jornal publicado pela Sociedade, destinado a promover a instrução, principalmente acerca dos conhecimentos úteis.
Art.º 46º - Este jornal será intitulado *Panorama Literário e Instrutivo*, conterá oito páginas de quarto grande e duas colunas, e cada número terá uma ou mais estampas que sirvam de ilustração a algum ou alguns artigos do texto.
Art.º 47º - O jornal se ocupará de considerações sobre a história nacional e estrangeira; notícias de antiguidades e monumentos; estatísticas e geografia do país; biografia dos nossos varões ilustres em armas e em letras; literatura propriamente dita, compreendendo os elementos da teoria do discurso e a sua aplicação à língua portuguesa. A jurisprudência, a indústria, o comércio e as belas-artes servirão também de assunto a alguns artigos, pobres de aparato tecnológico, ricos de noções símplices e úteis.
Art.º 48º - Além destes objectos, o jornal apresentará também extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de ciências naturais, e ideias as mais elementares de astronomia, e de outros ramos agradáveis das matemáticas. Máximas morais, bela poesia e anedotas históricas e pouco vulgares entrarão também no quadro do jornal.
Art.º 49º - *O Panorama* se deverá distinguir não somente pela pureza do seu estilo e escolha das matérias mas também por seu constante respeito à moral pública. Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos.
Art.º 50º - O jornal publicar-se-á todos os sábados. O preço de cada número avulso será de 25 rs., e o da assinatura, por ano, 1$200 rs.; por seis meses, 640 rs.; e por três meses, 340 rs., com rosto e índice no fim do ano.

Art.º 51º - A direcção fará distribuir gratuitamente pela Casa Pia, Casa deExpostos, Asilos de Primeira Infância, Aulas de Instrução Primária, e em geral por todos os estabelecimentos pios, alguns exemplares de cada número, que facilitem aos alunos a leitura desta publicação.